



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG

Instituto de Ciências Humanas e Letras

Departamento de Ciências Humanas

Curso de Ciências Sociais

ANAIS DA III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

Fronteiras: rupturas e reconfigurações na contemporaneidade

3ª edição

Alfenas-MG

03 a 06 de setembro de 2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro (Coordenador)
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição (Coordenador Adjunto)
Profa. Dra. Lígia Rodrigues de Almeida

Discentes

Gregor Castro Erbiste
Maria Carolina Arruda Branco
Mariana Ramos Pereira
Mayara Hellen Lemes Rossato
Samira Cristina Silva Pereira
Zara Rego de Souza

COMISSÃO CIENTÍFICA

Docentes

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro
Prof. Dra. Lígia Rodrigues de Almeida
Prof. Dr. Elias Evangelista Gomes
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição
Prof. Dr. Luis Antônio Groppo

Discentes

Gregor Castro Erbiste
Maria Carolina Arruda Branco
Mariana Ramos Pereira
Mayara Hellen Lemes Rossato
Samira Cristina Silva Pereira
Zara Rego de Souza

COLABORADORES

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos
Profa. Dra. Renata Nunes Vasconcelos
Prof. Dr. Natalino Silva
Prof. Dr. Elias Evangelista Gomes
Prof. Dr. Gleyton Carlos da Silva Trindade
Prof. Dr. Leonardo Turchi Pacheco
Prof. Dr. Lucas Cid Gigante
Prof. Dr. Luis Antônio Groppo
Profa. Ms. Marcela Rufato
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição
Profa. Dra. Sylvia Nunes
Prof. Me. Thiago Antônio Sá
Prof. Dr. Thiago Silame

ARTE GRÁFICA

Gregor Castro Erbiste



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

EDITORAÇÃO

Zara Rego de Souza

Antonio Carlos Andrade Ribeiro

III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

<http://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/jornada-2018>

<https://www.facebook.com/jcsunifalmg/>

<https://www.instagram.com/jcsunifalmg/>

LOCAL DO EVENTO

Rua Gabriel Monteiro da Silva, nº 700, Centro, Alfenas/MG

CEP: 37130-001

NOTA

Os textos aqui expostos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PALESTRA DE ABERTURA E MESAS REDONDAS	9
MINICURSOS E OFICINAS	13
GRUPOS DE TRABALHOS (GTs)	18
GT 1. Educação, ensino e extensão	19
“PESQUISA E EXTENSÃO: O DESATAR DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA COM A JUVENTUDE ALFENENSE” Mateus Aires dos Santos; Lucas Costa Nagahiro; Marcelo Rodrigues Conceição (UNIFAL-MG)	
“PROJETO DE EXTENSÃO: “TELA CRÍTICA NA UFPA: O MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DO CINEMA”” Kawana Campos Angelim Lobo; Fernanda Valli Nummer (UFPA)	
“A FIGURA DOCENTE NA ESCOLA: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU E DERMEVAL SAVIANI” Aaron França Teófilo (UNIFAL-MG)	
“A LEITURA E SEU PROTAGONISMO NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO” Naiara Costa Vidigal; Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros (IFMG)	
GT 2. Educação, Participação e Cidadania	65
“NOVAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE E SOCIABILIDADE PROPORCIONADA PELA MEDICINA GENÔMICA: IDENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA” Igor José Alves Santana (UNIMONTES)	
“GESTÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DA PLURALIDADE E A ÉTICA” Dilcinho Luiz da Silva (UNIVERSIDADE SEK – CHILE)	
“O OLHAR NA COLETIVIDADE: PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA” Rômulo Predes Cunha (FGV)	
“QUEM LUTA, EDUCA? UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO NO GRÊMIO ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS E A APRENDIZAGEM SOCIOLÓGICA” Bruna de Castro Gavino; Grazielle Ramos Schweig (UFMG)	
GT 3. Políticas Públicas	118
“LEI DE COTAS, ESCOLAS PÚBLICAS E O ACESSO À UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DAS ESCOLAS TÉCNICAS PAULISTAS” Gustavo Antônio da Silva Inácio; Débora Cristina Piotto (USP)	
“POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO COMO JOVENS ESTUDANTES COTISTAS” Aline de Carvalho Pereira; Natalino Neves da Silva (UNIFAL-MG)	
“DIREITO À MORADIA: A POLÍTICA DE ALUGUEL SOCIAL EM PERDÔES-MG” Jucilaine Neves Sousa Wivaldo; Mireli Roberta Alvarenga de Carvalho (UFLA)	
“PREVIDÊNCIA SOCIAL: DIREITO SOCIAIS X INFORMATIZAÇÃO?” Paula Regina Wenceslau Lloyd; Jucilaine Neves Sousa Wivaldo (UFLA)	
“INIQUIDADES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS” Jéssica Mára Viana Pereira; Carina Rabelo de Souza Fonseca (UFMG)	
“NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIOBIODIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE E PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES” Jadson Lobato Gonçalves (UFPA)	
“VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA AMAZÔNIA BRASILEIRA” Sandra Mônica da Silva Schwarzstein (UFF)	
“O IDEB EM ALFENAS: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES DE COMPARAÇÕES” Marcelo Rodrigues Conceição; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)	
GT 4. Estado e Sociedade	232
“MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA EM BELO HORIZONTE-MG (1985 – 1995): ANÁLISE DE SUA DINÂMICA INTERNA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL” Alexandre Silva Nogueira (UFMG)	
“INVENÇÃO OU DESCOBERTA? A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE ENQUANTO OBJETO EM DESENVOLVIMENTO” Marcos Luiz Vieira Soares Filho (UERJ)	
“ORGANIZAÇÕES CIVIS PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS” Maria Carolina Arruda Branco; Helena de Oliveira Vitório; Julia do Carmo Carbono (UNIFAL-MG)	
“A DIFUSÃO DAS REDES ORGANIZACIONAIS DE ACCOUNTABILITTY NO BRASIL” Ana Carolyne Martins de França; Vinícius Eduardo Martins Baraldi Vaz (UNIFAL-MG)	
“A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS” Gercidio Junior Valeriano Pereira; Marina Schkolnick Soares Leite (UFABC)	
“CRITÉRIOS DE MÉRITO: CONFLITOS DECORRENTES NA DEFINIÇÃO DE ALUNO NO ENSINO PÚBLICO E DESEMPENHO ESTUDANTIL” Lucas Loureiro Leite (UFJF)	



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 5. Trabalho 322

“GÊNERO E A DUPLICIDADE DO TRABALHO FEMININO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA” Maria Júlia Tavares Pereira (UNIFAL-MG)

“GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: AS DESIGUALDADES NO PROCESSO MIGRATÓRIO” Josianny Soares Carvalho (UNIMONTES)

“FORMAÇÃO BURGUESA E ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO” Rodrigo Alberto Toledo; Osvaldo José Silva; Matheus Henrique de Souza Santos (UNESP)

“AS EMOÇÕES EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS E O SERVIÇO PÚBLICO” Isabella Ladeira Furtado; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)

GT 6. Partidos Políticos, Legislativo E Comportamento Eleitoral 388

“O SISTEMA PARTIDÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS” Zara R. de Souza; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)

“O CONTROLE EM DETRIMENTO DA SEGURANÇA NA IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC) NO BRASIL” Fabiana Lopes Côrrea (UNIMONTES)

“50 ANOS DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5. O GOLPE DENTRO DO GOLPE: REMEMORAR PARA NÃO REVIVER” Lucas Inácio Rodrigues; Willian Gustavo Rodrigues (UNIFEI)

GT 7. Povos Tradicionais 434

“SOBERANIA ALIMENTAR: UMA NECESSIDADE DOS POVOS” Gabriel Cosme Gonçalves Marques dos Santos; Maria Carolina Arruda Branco; Luiz Gustavo de Amorim Gonçalves (UNIFAL-MG)

“OS JÊ MERIDIONAIS E OS DIFERENTES OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NO ENTRE-LUGAR” Tayná Bonfim Mazzei Mazza (UFU)

“A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EM SAÚDE NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE IGARAPÉ-MIRI/PA” Ana Paula de Brito Oliveira (UFPA)

GT 8. Subjetividade, Música e Juventude 477

“REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: ESTABELECENDO CONCEITOS” Gregor Castro Erbiste; Leonardo Turchi Pacheco (UNIFAL-MG)

GT 9. Gênero e Sexualidade 487

“PROGRAMA AMOR & SEXO E OS PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA” Carla Marina Neto das Neves Lobo (UFF)

“AS IDENTIDADES DE GÊNERO DITAS “INCONFORMES” E A ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NUMA UNIDADE DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE ALFENAS - MINAS GERAIS NO ANO DE 2018” Lucas Soares Miniussi; Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves; Zara R. de Souza; Gregor Castro Erbiste; Samira Cristina Silva Pereira; Jonas Gabriel Bendassoli Roque (UNIFAL-MG)

“DINÂMICAS HOMOCONJUGAIS E O ARBITRÍO DO ESTADO: ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A INCONFORMIDADE” Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves (UNIFAL-MG)

“A IGREJA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA IGREJA NA LUTA CONTRA A INJUSTIÇA” Evanway Sellberg Soares (UNESP)

GT 10. Espaços Urbanos 552

“O SELF NO MEIO URBANO” Marcelo de Medeiros Reis Filho (FGV)

“ESPAÇOS URBANOS DE BERNAS NAS CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR” Nataly Rafaela Ternero; Aparecida Maria Nunes (UNIFAL-MG)

“A BICA DO BAIRRO DO Ó: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS DUMONT” Daniela Alexandre Ferreira (UFJF)

“O USO DA MACONHA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS” Diego Vinícius Bernardes da Silva (PUC-MG)

“O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS” Caíque de Paula Dias (UNIVAS)

“INFORMAÇÃO E AÇÃO – COLEÇÕES DIGITAIS PARA OS MOVIMENTOS ATIVISTAS AMBIENTAIS DE BELO HORIZONTE” José Nunes do Nascimento (UFMG)

GT 11. Mídias Sociais e Comportamento 631

“CRIMINOLOGIA MÍDIÁTICA E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS” Adeli Ferreira Nascimento; Leonardo Euler Ferreira Nascimento (UFMG)

“TRANSTORNOS ALIMENTARES EM MENINAS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE ESCOLAR” Anna Clara C. Couto; Renata Nunes Vasconcelos (UNIFAL-MG)

“E A IGREJA SE FEZ DADOS: MÍDIAS SOCIAIS E PLATAFORMAS DIGITAIS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP” João Paulo Gomes Ricotta (UFRJ)

“CIBORGUISMO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ENSAIO SOBRE TECNOCIÊNCIA E HUMANO-MÁQUINA” Victor Gabriel Alcantara da Silva; Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

“MÍDIAS SOCIAIS E OS IMPACTOS EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS” Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)

“NATIVOS DIGITAIS: IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS EM AMBITO ESCOLAR” Julia do Carmo Carbono; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)

“A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS FUTURAS” Victor César Fernandes Rodrigues (UNESP)

“NAÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADES NACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A SOCIEDADE NACIONAL MODERNA”.
Paula A. Viol Liguori (UFJF)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

APRESENTAÇÃO

A III Jornada Científica das Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (III JCS UNIFAL-MG) foi realizada entre os dias 03 e 06 de setembro de 2018. O evento contou como tema principal “Fronteiras: rupturas e reconfigurações na contemporaneidade”. O objetivo do evento foi debater os limites das fronteiras que dividem o mundo social, tanto do ponto de vista teórico quanto das práticas sociais. Propondo uma reflexão sobre as contribuições das ciências sociais na solução de problemas práticos que tem impacto na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

A transposição das fronteiras geopolíticas, socioeconômicas e culturais, que caracteriza o período pós-guerra fria, nos instiga a refletir sobre a clássica divisão das três áreas das Ciências Sociais (Ciência política, Sociologia e Antropologia) e do conhecimento sobre o mundo social como um todo. Presencia-se hoje, dentro e fora da academia, uma multiplicidade de categorias que transpassam e colocam sob suspeição o binarismo do pensamento moderno e ocidental - a exemplo de natureza-sociedade. Como pensar sobre a profusão de categorias relacionadas à identidade de gênero e de orientação sexual para além da heteronormatividade? Quais são os limites e os impactos da transposição das fronteiras entre o mundo do concreto e o mundo virtual, ambos igualmente reais? Como é possível analisar a noção de "pessoa" sem transpormos a divisão entre corpo-mente/emoção/espírito e até mesmo entre humanidade e animalidade? Quais são os argumentos que permitem analisar o intenso fluxo migratório transnacional na Europa, nas Américas e em várias regiões da África e as novas configurações de "identidade" e de "Nação" advindas desse trânsito? Mesmo ao se pensar nos movimentos sociais e nas grandes manifestações populares que pululam na atualidade e ampliam suas "causas", inicialmente locais, para o mundo todo, quais as teorias ou campos de conhecimento contribuem para compreendê-los? Essas são algumas das questões que orientaram os debates estabelecidos na III Jornada de Ciências Sociais da UNIFAL-MG.

Deve-se considerar que as fronteiras conformam possibilidades para inovação, pois ao delimitarem espaços marcados por pontos de vista múltiplos e conflitantes, elas



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

constituem um "entrelugar", “uma faixa de conjunção, intersecção ou transição”, mais que uma simples linha divisória (SZTUTMAN, 2002: 33). Assim as redefinições das fronteiras abrem novas possibilidades e novos conflitos que nos convidam a repensar o mundo social. Neste espírito, a III Jornada de Ciências Sociais da UNIFAL-MG teve como objetivo construir espaços privilegiados para promover encontros e a interação entre as múltiplas perspectivas sobre o mundo social. A organização do evento concebeu quatro espaços de discussão estruturados em uma palestra de abertura e três mesas redondas, e debates que configuraram “entrelugares” ao fomentar o diálogo temático entre trabalhos elaborados e apresentados nos Grupos de Trabalhos (GTs), sob o prisma dos diferentes paradigmas e disciplinas das Ciências Sociais. Além disso, a III JCS UNIFAL-MG constituiu também um espaço para minicursos e oficinas, que teve como objetivo oferecer atividades tanto de caráter técnico-metodológico quanto de caráter teórico-conceitual.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

PALESTRA DE ABERTURA E MESAS REDONDAS



PALESTRA DE ABERTURA

“Reflexões sobre as espacialidades precárias dos refugiados no Brasil”

Palestrante: Dr. Igor José de Renó Machado - UFSCar

Segunda-feira, 03 de setembro de 2018, às 20h, Auditório Leão de Faria

“A partir de três casos específicos de refugiados ou populações em situação como a de refúgio no Brasil (Congolese, Colombianos e haitianos), esboço uma análise sobre a relação dos refugiados recentes no Brasil com a constituição de espacialidades em contexto urbano. A análise busca dar conta da extrema movimentação por que passam os refugiados dentro do Brasil, relacionando esses deslocamentos com uma dificuldade de constituição de espacialidades que os liguem às cidades em que vivem. Os três casos indicam que há uma tendência dos refugiados em mover-se constantemente e, eventualmente, deixarem o país em busca de refúgio ou migração em países terceiros, dada a dificuldade que têm em se inserir na sociedade brasileira. São analisados quais os tipos de dificuldade proporcionadas pela sociedade brasileira, desde os preconceitos em relação a ideia de refúgio até as dificuldades com a burocracia que deveria proceder a uma facilitação da inserção social dos refugiados, mas acaba por criar relações tensas de dependência entre refugiados e instituições variadas. São analisadas também a forma como os refugiados encaram essas dificuldades, suas maneiras de enfrentar os dilemas do refúgio no Brasil e suas visões sobre esses problemas. O trabalho foi realizado por meio de trabalho de campo etnográfico centrado na cidade de São Paulo com as três populações ao longo dos últimos três anos. A pesquisa vem sendo desenvolvida no Laboratório de Estudos Migratórios da Universidade Federal de São Carlos no seio do projeto de pesquisa sobre refugiados coordenado por mim e financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).”



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MESAS REDONDAS

Mesa Redonda: “Direitos Humanos, corpo e território”

Convidados:

Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria - UFV

Prof. Dr. Rafael Lacerda Silveira Rocha - CRISP/UFMG

Terça-feira, 04 de setembro de 2018, às 20h, Auditório R101

“A partir do conceito de Direitos Humanos a mesa promoverá um debate sobre a disputa pelo corpo, pela pessoa e pelo espaço público. A mesa reúne especialista para debater a relação entre direitos humanos, espaço público e identidade. Propõem-se que os convidados debatam os aspectos relacionados à descriminalização do aborto, das drogas, aos direitos de minorias (mulheres, idosos, negros, migrantes, pessoas trans, etc) pensando relação entre Estado e Violência”.

Mesa Redonda: “Políticas do Estado e meio ambiente”

Convidadas:

Profa. Dra. Marisa Singulano - UFOP

Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira - UFMG

Quarta-feira, 05 de setembro de 2018, às 20h, Auditório R101

“A mesa propõe um debate sobre as políticas do Estado relacionadas a construção de grandes empreendimentos, legislação ambiental, e atingidos por esses empreendimentos. O debate acolhe também a discussão sobre a relação entre produção agrícola, sociedade e meio ambiente”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Mesa Redonda: As políticas públicas enquanto um "*entrelugar*"

Convidados:

Profa. Dra. Valéria Cristina de Oliveira - UFMG

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca - UNESP

Quinta-feira, 06 de setembro de 2018, às 20h, Auditório R101

“A mesa discute as políticas públicas como um mecanismo de transposições de fronteiras. Debate os avanços e desafios das políticas de ações afirmativas de ingresso na universidade, de redistribuição de renda, superação da pobreza e de geração de emprego e renda. Promove uma discussão sobre a importância e o futuro dessas políticas no contemporâneo”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MINICURSOS E OFICINAS



MINICURSOS

1. Antropologia Visual – CH: 9:00h – Profa. Marcela Vasco – Unicamp

03/09/2018 – 09h às 12h; 14h às 17h

04/09/2018 – 09h às 12h

O minicurso pretende problematizar algumas das questões teóricas e metodológicas referentes ao campo da Antropologia Visual. Os diferentes usos da imagem na pesquisa etnográfica implicam, num primeiro movimento, em compreender o filme, a fotografia, o desenho ou outras imagens como linguagens específicas cujas particularidades precisam ser levadas em consideração e, num segundo movimento, em debater as questões metodológicas e epistemológicas trazidas por este campo a uma discussão mais ampla das Ciências Sociais

2. Introdução ao R para Ciências Sociais – CH: 9:00h – Prof. Neylson Crepalde – UFMG/Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

03/09/2018 – 09h às 12h; 14h às 17h

04/09/2018 – 09h às 12h

Esse curso tem por objetivo familiarizar o novo usuário com os principais conceitos, aplicações e manipulação de dados no pacote estatístico R, com foco especial para as ciências sociais. A linguagem é instrumento para análise de dados e procedimentos estatísticos, que variam desde os mais simples, como descritiva de dados, até mais avançados, como modelagem, simulação e inferência. Espera-se que ao fim do curso o usuário consiga efetuar as operações básicas de manipulação de dados e absorver a lógica da linguagem do programa. O curso será composto por aulas expositivas e práticas em laboratório, onde será aprendido: importação de dados, manipulação de banco de dados, fontes de dados, construção de variáveis, análise descritiva, medidas de tendência central, medidas de dispersão, qui-quadrado, regressão, visualização de dados.



3. Introdução à Análise de Redes – CH: 3:00h – Prof. Antonio Carlos Andrade Ribeiro – UNIFAL-MG

05/09/2018 – 09h às 12h

Planejamento de pesquisa: natureza dos dados, produção de dados primários, uso de dados secundários. Centralidades e Coesão em redes sociais; Elaboração de sociograma e manipulação de redes.

4. Minicurso: Uso do software IRAMUTEQ na análise multidimensional de textos e questionários: uma alternativa à análise de conteúdo – CH: 3:00h – Prof. Velcimiro Inácio Maia – UFSJ.

06/09/2018 – 09h às 12h

O objetivo da oficina é apresentar aos alunos o IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud. O software permite a análise lexicográfica de material textual, gerando contextos (classes lexicais) que são caracterizados pelo seu vocabulário e pelos segmentos de texto que compartilham este vocabulário. Seu método tem como base a organização da distribuição do vocabulário de forma compreensível e visualmente clara. A ferramenta é uma alternativa às análises puramente qualitativas. A análise lexical viabiliza a superação da dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo na análise de dados, na medida em que a partir delas se torna possível quantificar e empregar cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas – os textos. Os materiais textuais são os dados qualitativos mais comumente utilizados, estes podem ser provenientes de entrevistas, questionários, grupos de discussões, atas, redações etc. Enfim, há uma grande variedade de possibilidades para se efetuar a coleta de dados qualitativos na forma textual. A utilização do software começa com a preparação de um corpus textual a partir do material coletado, assim é possível gerar gráficos, grafos, dendrogramas e nuvens de palavras que servirão de subsídios para as análises do pesquisador.



OFICINAS

1. Oficina: Cotas raciais nas universidades brasileiras: análise de uma polêmica pública – CH: 3:00h – Prof. Marcelo Sevaybricker – UFLA.

05/09/2018 – 09h às 12h

Propõe-se a análise crítica do debate público iniciado no país na primeira década do século XXI, em torno da adoção das cotas raciais nas universidades brasileiras. Após fazer uma breve definição das políticas de ação afirmativa e uma contextualização histórica desse tipo de política pública, no Brasil e no mundo, a oficina passa à análise coletiva de textos jornalísticos e acadêmicos sobre essa temática, previamente selecionados e disponibilizados aos participantes da oficina. Metodologicamente, a proposta entende que tais discursos consistem, em geral, em atos políticos, por meio dos quais seus autores procuraram afetar a realidade, na medida em que estabelecem um diagnóstico da política e de seus problemas, e em que sugerem um prognóstico, com normas de ação para que eles sejam superados. Após a análise e discussão coletiva de tais textos, passa-se a expor uma classificação sistemática dos principais topos argumentativos dessa polêmica pública. Nosso intento é, ao final, demonstrar que muitos desses topos guardam profunda relação com certas problemáticas e ideias-chave do pensamento social e político brasileiro, e que o entendimento pleno dessa polêmica em torno das cotas raciais pressupõe uma perspectiva histórica de longa duração sobre a sociedade e a cultura nacionais.

2. Oficina: Democracia e Educação: os desafios políticos educacionais – CH: 3:00h – Prof. Henrique Ciucci da Silva – PUC-SP

05/09/2018 – 09h às 12h

Esta oficina tem por objetivo discutir a relação democracia e educação. Pretende desenvolver o conceito de democracia e sua relação com o Estado. Objetiva focalizar a educação como bem público no Estado liberal e como essa ideia se transforma no Estado neoliberal. Especialmente, busca discutir a educação brasileira e seu desenvolvimento a partir destes conceitos.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

3. Oficina: Percepções de gênero – CH: 2:40h – Profa. Vera Simone Schaefer Kalsing – UFLA.

05/09/2018 – 09h às 12h

Propor uma discussão com a comunidade local a respeito de questões de gênero na sociedade. Como são educados meninos e meninas? Homens e mulheres ocupam locais diferenciados na sociedade? Por quê? Os salários são diferentes?

4. Oficina: O método indiciário e as Ciências Humanas e Sociais – CH: 2:00h – Prof. Milton José Zamboni – UFEI

06/09/2018 – 09h às 12h

A constituição do Método Indiciário ao longo de sua elaboração em diferentes momentos e circunstâncias históricas e culturais. De caçadores à psicanálise o debate promovido circunscreve interessantes caminhos interpretativos da realidade.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GRUPOS DE TRABALHOS (GTs)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 1. EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO



**PESQUISA E EXTENSÃO: O DESATAR DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA
COM A JUVENTUDE ALFENENSE**

Mateus Aires dos Santos¹

Lucas Costa Nagahiro²

Marcelo Rodrigues Conceição³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas acerca do mercado de trabalho pelo projeto de extensão "A imaginação sociológica e o sul de Minas". Partindo do conceito de *imaginação sociológica* desenvolvido por Wright Mills o grupo busca estimular estudantes da rede pública estadual de ensino a relacionarem as transformações sociais que ocorrem em contextos mais amplos com as mudanças imediatas de suas vidas cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginação Sociológica. Sul de Minas. Educação básica.

A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA E O SUL DE MINAS

Desenvolvido pelo sociólogo e filósofo norte-americano Charles Wright Mills, o conceito de imaginação sociológica representa a capacidade dos indivíduos em identificar as mudanças e as relações estabelecidas entre a sociedade e sua vida

1Graduando; Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas; A imaginação Sociológica e o Sul de Minas; e-mail: aires.mateuss@hotmail.com

2Graduando; Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas; A imaginação Sociológica e o Sul de Minas; e-mail: lucasnagahiro182@gmail.com

3Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. e-mail: marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br

particular. No entanto, esta capacidade geralmente é esquecida em suas vidas cotidianas, alterando a maneira como os efeitos provocados pelas transformações sociais são percebidos.

Com base neste conceito, o projeto de extensão a “imaginação sociológica e o sul de Minas” iniciou suas atividades em fevereiro de 2017 e desde então busca ampliar e compartilhar o conhecimento por meio de análises acerca de aspectos sociais na cidade de Alfenas e da região sul de Minas, de forma comparada ao país e ao estado, fornecendo um conjunto de informações acessíveis aos indivíduos e incentivando-os a mobilizarem esta capacidade de “imaginar sociologicamente” de acordo com suas necessidades práticas.

No entanto, para que estes indivíduos possam reconhecer quais são as possibilidades, é fundamental que eles se reconheçam com outras pessoas que compartilham das mesmas circunstâncias que ele. Dito isso, podemos afirmar que as atividades desenvolvidas até o momento se focaram em contribuir para o processo de despertar da imaginação sociológica nos indivíduos.

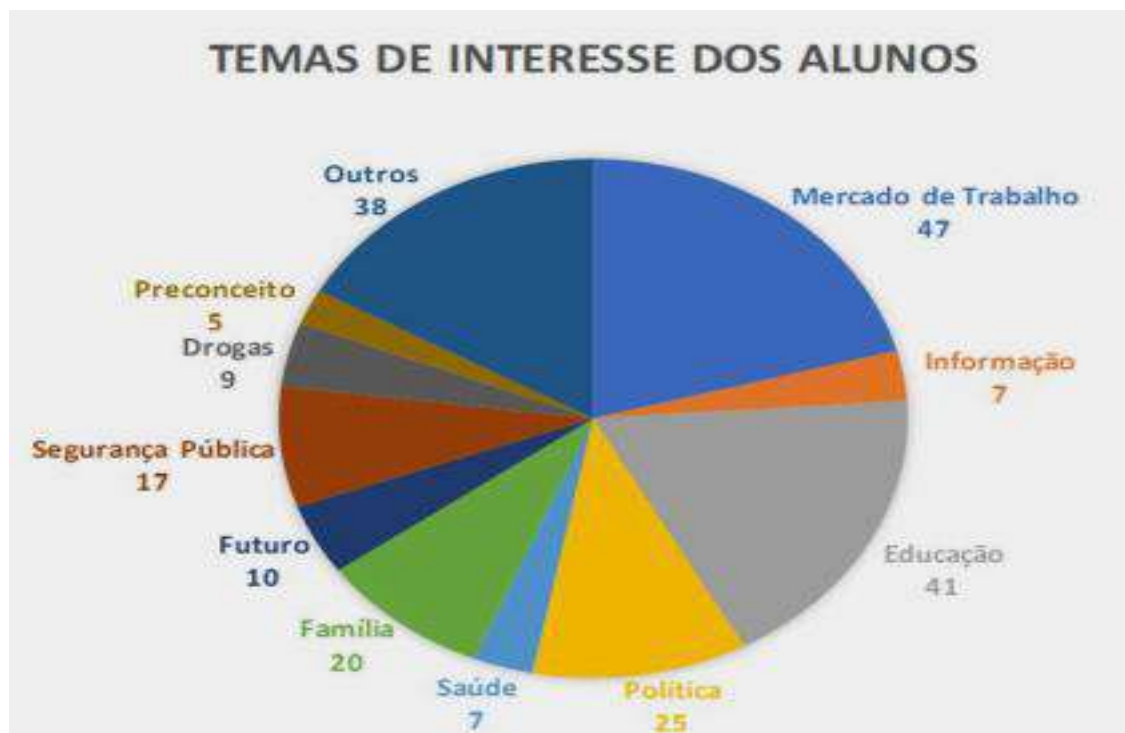
O MERCADO DE TRABALHO

O desatar da imaginação sociológica com a juventude alfenense é a proposta do grupo de pesquisa e extensão que trabalha em conjunto com jornal online Alfenas Hoje, no qual possui uma plataforma reservada para a publicação de matérias sobre as ações e pesquisas realizadas pelo projeto. Além disso, também desenvolvemos atividades em conjunto com escolas da rede pública estadual de Alfenas. No ano de 2017 a realização de um levantamento de dados primários nas escolas estaduais Prefeito Ismael Correa Brasil e Padre José Grimminck, forneceram um conjunto de informações com as quais o grupo tem trabalhado. Os contextos das duas instituições são distintos em diversos aspectos: de um lado uma escola que recebe alunos majoritariamente das zonas rurais e, de outro, uma escola de bairro periférico da cidade. Certamente as diferenças no funcionamento de cada uma delas são notórias, tal como a forma de direção e coordenação das escolas e a relação entre alunos e professores.

O nosso primeiro passo foi conhecer melhor os alunos das escolas estaduais e para isso utilizamos de ferramentas para levantamento de dados primários. Por meio de questionários, coletamos informações sobre a vida pessoal dos estudantes, tal como data de nascimento, escolaridade dos pais, preocupações futuras, profissões de interesse,

discriminação racial, entre outros assuntos. Os questionários continham cerca de 20 questões (abertas e fechadas) e eram preenchidos de maneira anônima. Isso permitiu que trabalhássemos melhor o conceito de “Imaginação sociológica” e fazer o exercício inicial reconhecer-se em grupos, e desse grupo classificá-los, assim as variáveis podem ser criadas: Sexo, Cor, Idade, Interesses em comum e etc.

Gráfico 1- Tema de interesse dos alunos de 2º e 3º anos do ensino médio na escola E.E. Padre José Grimminck.



Fonte: Elaboração própria

Os temas de interesse entre os alunos, de acordo com o gráfico acima, são dos mais variados possíveis, desde drogas, informação, preconceito, até família, política e mercado de trabalho. É fácil entender o motivo do mercado de trabalho (48) ser o tema que aparece com maior peso entre esses jovens, dada as atuais circunstâncias da atual conjuntura nacional, imersa em profundas crises políticas e recessões econômicas. Estudantes que estão nos anos finais do ensino médio, estão cada vez mais sendo pressionados a cativar uma profissão para o futuro. A questão que fica em aberto é: “Qual é a posição que esses jovens ocuparão em relação aos cargos no mercado de trabalho, tendo em vista que possuem uma escolarização tão precária?”. Não à toa, o tema Educação (41) aparece em segundo lugar. As condições precárias do ensino público revelam uma carência de uma educação mais emancipatória, de uma estrutura escolar mais acolhedora e menos arbitrária, de uma relação menos hierárquica entre

docentes e discentes. Os estudantes possuem plena consciência de que a educação possui um papel fundamental na hora de ingressar em cargos satisfatórios no mercado de trabalho formal.

Tendo em vista tais complicações vividas no dia a dia desses estudantes, o papel do projeto é trabalhar a imaginação sociológica com essa juventude, e apresentar possíveis formas de reverter essa realidade social. O conceito de imaginação sociológica é um instrumento crucial para fomentar tais discussões. É necessário fazer com que os estudantes anulem suas perspectivas essencialmente individuais por um curto momento, e se reconheçam em grupos. A ideia é mostrar como a dinâmica social interfere diretamente e conduz nossas decisões, nossos pensamentos e nossas ações. O exercício é provocá-los a pensar: *“A escolha da minha profissão está relacionada a um prestígio social e econômico, ou diz respeito às minhas competências e habilidades para lidar com a profissão?”*.

Conforme já foi dito, o mercado de trabalho foi o principal tema de interesse dos estudantes, sendo que o “desemprego”, “trabalho” e “escolha da profissão” foram as principais respostas que constituíram esta categoria. Pensando neste tema, o projeto levantou e analisou um conjunto de dados secundários acerca do mercado de trabalho formal, disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabela 1 - Número de empregos formais por grandes setores: Brasil, Minas Gerais e Alfenas (Fonte: RAIS 2015. Elaboração própria.)

Levantamento de dados secundários utilizando o RAIS;						
Setores do IBGE	Brasil	%	Minas Gerais	%	Alfenas	%
Extrativa Mineral	240.488	0,5%	60.108	1,2%	33	0,17%
Indústria de transformação	7.566.900	15,7%	768.036	15,9%	2.081	10,4%
Serviços industriais de utilidade pública	447.385	0,9%	42.243	0,8%	53	0,2%
Construção Civil	2.422.664	5%	271.665	5,6%	548	2,75%
Comércio	9.532.622	19,8%	995.064	20,6%	5.099	25,5%
Serviços	17.151.312	35,6%	159.6109	33,1%	8.202	41,1%
Administração Pública	9.198.875	19,1%	828.346	17,1%	1.951	9,7%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.500.561	3,1%	259.545	5,3%	1.989	9,9%
Total	48.060.807	100%	4.821.116	100%	19.956	100%

Fonte: RAIS

Os dados coletados mostram os números de empregados vinculados ao mercado de trabalho formal. Eles se encontram divididos em oito grandes setores (IBGE Setor) que são: 1- Extrativa Mineral; 2- Indústria da Transformação; 3- Serviço Industrial de Utilidade Pública; 4- Construção Civil; 5- Comércio; 6- Serviços; 7- Administração Pública; 8- Agropecuária, Extração vegetal, Caça e Pesca. Os setores mencionados somam mais de 48 milhões (2015) de empregos formais no Brasil, tendo como a área que mais emprega atualmente, o setor de Comércio e Serviços. Para cada uma das categorias citadas anteriormente, foram levantadas as respectivas projeções para os recortes: Brasil; Estado (MG); Microrregião (composta por 12 municípios:Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania); e o município de Alfenas.

Conseguimos notar um grande peso da cidade de Alfenas na microrregião da qual faz parte, chegando a representar cerca de 50% das contratações formais de toda a microrregião na área de Comércio. As análises e os estudos dos dados da RAIS definiram a nossa base de dados secundários, que revelam algumas características do mercado Alfenense. Após terem sido trabalhados pelo projeto, pudemos fazer alguns apontamentos. O foco será os setores de Serviços e Comércio, que chegam a superar a média nacional de empregados. A tabela revela que esses dois setores representam mais de 66,6% do mercado formal da cidade, com cerca de 13.301 vagas ocupadas de 19.956 carteiras assinadas. Ainda acerca do mercado de trabalho, o projeto realizou outro levantamento de dados, dessa vez referente às profissões que mais empregaram em Alfenas no ano de 2015, como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Número de empregos formais por profissões: Alfenas (Fonte: RAIS 2015. Elaboração própria.)

1- Vendedores e demonstradores	2275	11,40%
2- Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares...	1808	9,06%
3- Trabalhadores nos serviços de administração, conservação...	1294	6,48%
4- Condutores de veículos e operadores de equipamentos de...	953	4,78%
5- Professores do ensino superior	842	4,22%
6- Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	697	3,49%
7- Técnicos da ciência da saúde humana	693	3,47%
8- Trabalhadores agrícolas	674	3,38%
9- Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	543	2,72%

Os “Vendedores e demonstradores” aparecem na primeira posição com 2275 empregados correspondendo a 11,40% do total de vagas ocupadas em Alfenas, seguido pelos “Escrivães em geral, agentes, assistentes auxiliares...” que ocupam a segunda posição com 1808 profissionais e 9,06% do total. A análise deste conjunto de dados possibilitou a construção de um panorama, no qual pudéssemos levantar indagações a respeito da dinâmica interna do mercado em Alfenas.

Pensando na necessidade de desenvolver um conhecimento de cunho sociológico em conjunto com a população da cidade acerca dessas informações, o projeto realizou uma apresentação aos estudantes do ensino médio da Escola Estadual Padre José Grimminck. O objetivo desta apresentação consistia principalmente na promoção de um debate com os estudantes de forma a estimulá-los a pensar em: “*Como a sociologia pode nos ajudar a interpretar aquelas informações?*”. A discussão possibilitou que os estudantes em geral, compartilhassem um conjunto de dificuldades que lhes eram comuns, destacando como a principal, a inserção no mercado de trabalho formal, principalmente em profissões como “Vendedores e demonstradores”. Segundo relataram, os pré-requisitos exigidos pelas vagas disponíveis muitas vezes não correspondem com suas realidades, o tempo de experiência mínima na área, a exigência de indicações estão entre os principais obstáculos que se apresentam a eles na hora de procurar um emprego.

A pergunta proposta no início da atividade a respeito do sentido prático da sociologia na compreensão destes dados, foi respondida de múltiplas maneiras pelos estudantes ao formularem seus problemas da vida cotidiana em termos de “desemprego”, “desigualdade social”, “Falta de investimento na educação”, etc. Isto demonstrou estarem conscientes das condições em que se encontram, essa capacidade de se identificar nas mesmas circunstâncias que outros indivíduos do grupo ao qual faz parte é entendida por Mills como o primeiro fruto da imaginação sociológica.

POR QUE É TÃO IMPORTANTE SE INSCREVER NO ENEM 2018?

Devido à proximidade com a data do fim das inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio, o projeto elaborou uma atividade relâmpago com os estudantes da escola

estadual Prefeito Ismael Correa, com o objetivo de incentivá-los a se inscreverem para a prova. Visto que o ENEM é uma das principais portas de entrada ao ensino superior gratuito, e que os estudantes da rede pública possuem alguns recursos garantidos pela constituição federal aprovada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Este benefício garante por meio de lei, a política de cotas para estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos; negros, pardos, indígenas e estudantes que cursaram integralmente as escolas públicas durante o ensino médio

A atividade realizada pelo projeto se deu em 2 momentos. Primeiro, iniciamos com a apresentação de algumas das principais políticas públicas que utilizam a nota do Enem como critério avaliativo de ingresso ao ensino superior ou técnico, como Pronatec, Fies, ProUni dando enfoque principalmente ao Sisu. Explicamos que a nota do ENEM dura até 2 anos, e que os alunos que estão nos 3º anos do ensino médio, tem direito a isenção da taxa de matrícula (que no ano vigente, chegou ao valor de R\$84 reais). Conforme citado anteriormente, um dos pontos importantes dessa atividade foi apresentar a política de cotas como uma forma de acesso ao ensino superior. Neste momento, apresentamos todas as suas modalidades: (1) Candidatos com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas; (2). Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo e que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas;(3)Candidatos que, independentemente da renda tenham cursado o ensino médio em escola pública;(4)Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda tenham cursado o ensino médio em escola pública; (5)Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo e que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas; (6)Candidatos com deficiência que, independentemente da renda tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

Após apresentarmos as políticas públicas que garantem o acesso às instituições de ensino superior e técnico, debatemos sobre um assunto muito importante e que parece um pouco nebuloso aos estudantes, as listas de esperas. Buscamos demonstrar como as listas de esperas funcionam, onde é necessário passar por várias etapas. Tudo vai depender da chamada regular no Sisu, se o participante não foi convocado pela primeira chamada, ele pode declarar interesse pela lista no próprio site do Sisu - vale lembrar que só é possível solicitá-la na 1ª opção de curso. Feito isso, é necessário que os candidatos comecem a acompanhar a lista no site da instituição escolhida, por exemplo:

Um participante escolhe o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) como 1ª opção, não é convocado na chamada regular e solicita uma vaga na lista de espera, esse candidato deverá acompanhar a lista no site da Unifal-MG. É no site da instituição escolhida que ele deverá acompanhar as datas das próximas chamadas, bem como deve ficar atento para os horários e os documentos necessários para efetuar a matrícula.

A finalidade que buscamos com essa informação, é mostrar que as chances de acessar o ensino superior são altas, mesmo que os estudantes não passem logo pela primeira chamada. A tabela a seguir, mostra a relação candidato x vaga, nas modalidades de ampla concorrência em relação aos candidatos que utilizaram da política de cotas. Nota-se que estão disponibilizadas 20 vagas para ampla concorrência e 10 vagas para cotistas, fragmentada em diversas categorias. Percebemos que a nota de corte para a ampla concorrência inicia em 645,44, conforme a lista vai correndo em direção aos demais aprovados, as notas de corte tendem a cair, chegando a ingressar aqueles candidatos que atingiram 624,94 pontos. Se analisarmos as variações para os candidatos cotistas, podemos ver uma queda ainda maior. O candidato pela modalidade “Escola Pública - renda familiar bruta per capita até 1,5 salário mínimo possuía uma nota de 639,68 na primeira lista de chamada, e o próximo a ingressar na mesma modalidade, conseguiu a vaga com 501,02 pontos. É importante chamar a atenção para o fato de que eram apenas 2 vagas disponíveis na modalidade indicada, e foi necessária uma segunda chamada para preencher a vaga livre. Isso acontece, porque muito dos candidatos que manifestaram interesse na primeira etapa de solicitação de listas de espera, não compareceram às instituições para efetuar a matrícula, enquanto isso, as listas vão sendo continuadas até preencher o maior número de vagas. No exemplo abaixo, podemos ver uma diferença de quase 140 pontos entre um candidato e outro. Essa informação pode ser decisiva na autoestima do estudante, que se vê frente a uma possibilidade real de mudar a realidade em que vive por meio da educação. Por esse motivo, tratamos com a devida atenção esse assunto tão mal debatido e de suma importância no que diz respeito à democratização do acesso de estudantes pobres e de escolas públicas ao ensino superior de qualidade.

Ciências Sociais UNIFAL 2017-1

Licenciatura/Noite

MODALIDADE DE INGRESSO:	NÚMERO DE VAGAS:	NOTA DE CORTE(SISU) 1º CHAMADA:	QUANTIDADE DE CANDIDATOS CONVOCADOS NA 2º CHAMADA:	NOTA PRIMEIRO /ÚLTIMO CANDIDATOS CONVOCADOS NA 2º CHAMADA:	NOTA DO ÚLTIMO CANDIDATO/ ÚLTIMA CHAMADA:
Ampla Concorrência:	20	645,44	9	646,66/624,94	624,94/ 2º CHAMADA
Escola Pública - renda familiar bruta per capita até 1,5 salário mínimo	2	639,68	1	501,02	501,02/ 2º CHAMADA
Cota Racial - renda familiar bruta per capita até 1,5 salário mínimo	3	583,18	4	583,18/531,14	531,14/ 2º CHAMADA
Escola Pública - Renda livre	2	647,66	1	577,52	577,52/ 2º CHAMADA
Cota Racial - Renda livre	3	607,64	1	592,48	592,48/ 2º CHAMADA

Já na segunda parte da atividade, cuidamos de acompanhar os estudantes até o laboratório de informática da escola e instruí-los durante a inscrição, com o objetivo de sanar dúvidas referentes aos campos a serem preenchidos. Apesar de algumas dificuldades técnicas, foi possível realizar a inscrição de todos os alunos interessados, cerca de 8 inscrições foram efetuadas. No final de nossa conversa, cerca de 70% dos estudantes da E.E.Prefeito Ismael Correa Brasil, estavam inscritos na prova que ocorrerá nos dias 4 e 11 de novembro de 2018.

A atividade obteve êxito em projetar aos estudantes da rede pública estadual possíveis formas de ingresso nas principais universidades, e principalmente, chamar a atenção para o sistema de cotas, como um incentivo de acesso à educação superior pública, bem como, também buscamos iluminar o processo das listas de esperas, que muitas vezes causam um enorme desconforto e confusão aos jovens que acabaram de se frustrar por não terem passado pelo SisU, o que acaba por desinteressar aqueles que

sentem dificuldades em entender os mecanismos burocráticos das políticas públicas. Chamamos a atenção para o fato de que as listas possuem uma enorme fluidez e oferece grandes chances para aqueles que não conseguiram uma boa colocação na primeira chamada. Ao final da atividade aproximadamente 70% dos alunos estavam inscritos no exame. Entusiasmados com tantas possibilidades, as informações pareceram bem digeridas pelos estudantes, e podem gerar frutos positivos no futuro. Toda a atividade foi registrada e disponibilizada com auxílio do jornal online, Alfenas Hoje, que produziu uma matéria sobre a ação do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo segue concluindo as atividades de análises sobre o mercado de trabalho e já realizou uma segunda coleta de dados primários nas escolas vinculadas ao projeto. A etapa a seguir, será a análise dos temas de interesses dos estudantes e, novamente levar tais informações no formato de apresentações seguidas de debates com os jovens Alfenenses, na tentativa de instigá-los a pensar sociologicamente, a se reconhecer em grupo, e pensar que existe um universo social que está além de suas experiências individuais. Os resultados das pesquisas futuras deverão ser publicados no jornal online Alfenas Hoje. A ideia em estabelecer a parceria com o jornal é uma tentativa de alcançar a população Alfenense através de outros meios que não estejam diretamente relacionados às salas de aula, na escola ou na Universidade.

Confirmamos que é necessária uma comunicação mais intensa entre as instituições de ensino superior e de ensino médio. Esse tipo de ação é uma ferramenta importante, tanto para formação de novos cientistas sociais como para democratização do conhecimento produzido pela universidade com o restante da comunidade. Firmamos assim, o nosso dever como bolsistas, estudantes de Ciências Sociais e cidadãos, no momento em que dialogamos com a sociedade e levamos conhecimento prático e útil na vida de estudantes tão carentes de oportunidades. O objetivo de desatar a imaginação sociológica da juventude Alfenense ainda vem sendo construído, uma vez que reconhecemos que este trabalho produz efeitos futuros, e deve ser paulatinamente exercitado.

A nossa recepção nas escolas e a relação que os estudantes vêm construindo conosco têm sido enriquecedoras, tanto para os estudantes da rede pública, quanto aos

bolsistas do projeto de extensão. Nossas ações nas escolas promoveram extensos debates sobre as perspectivas de futuro, acesso à educação superior pública, e sobre a realidade social que aqueles jovens vivem. É nítido que a escola pública possui dificuldades de infraestrutura, superlotação das salas de aula, e os professores da rede estadual passaram por momentos difíceis de parcelamento e atraso dos salários. Problemas dessa natureza, prejudicam a relação professor e aluno, e dificultam o aprendizado e afetam o corpo escolar como um todo. Entre tantas dificuldades que vivenciamos, é fácil perceber que os estudantes vêm o projeto de maneira positiva e afetiva. O nosso retorno é solicitado pelos estudantes, como se algo tivesse feito sentido para eles naquele momento. E é com muito prazer que levaremos adiante essa relação tão construtiva e realizadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MILLS, C.Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: ZAHAR editora, 1975.

Ministério do Trabalho e Emprego: IBGE Setor, **RAIS**; 2015; <disponível em: <http://bi.mte.gov.br>>

Ministério da Educação: **INEP** -. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais;<disponível em: <https://enem.inep.gov.br/>



**PROJETO DE EXTENSÃO: “TELA CRÍTICA NA UFPA: O MUNDO DO
TRABALHO ATRAVÉS DO CINEMA”**

Kawana Campos Angelim Lobo¹

Fernanda Valli Nummer²

RESUMO

Compreender de forma crítica o mundo do trabalho e utilizar o filme como instrumento pedagógico para o processo de ensino aprendizagem são os principais fatores que determinam o projeto de extensão “Tela Crítica: O mundo do trabalho através do cinema” a realizar suas atividades na UFPA desde 2012 (dois mil e doze). Até 2017 (dois mil e dezessete) foram atendidos cerca de 930 (novecentos e trinta) participantes. A proposta original do Tela Crítica é do o professor de sociologia Giovanni Alves da Universidade Estadual Paulista – UNESP (2010) e na UFPA e desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais pela professora doutora em Antropologia Fernanda Valli Nummer. O projeto tem aproximado a comunidade em geral, estudantes das universidades e professores do ensino médio da região além de estagiários do curso de Ciências Sociais da UFPA quem têm suas temáticas de pesquisa associadas ao mundo do trabalho contemporâneo. As inscrições são realizadas pelo e-mail do projeto: telacriticaufpa@gmail.com. Cada encontro reúne de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) participantes que recebem certificados de 4 (quatro) horas como atividade complementares emitidos pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFPA. O projeto também desenvolve atividades fora da universidade de acordo com demandas externas e anualmente publica artigos de seus participantes, na revista “Tela Crítica: Revista de Sociologia e Cinema”. O projeto tem atingido uma demanda regional de atividades para complementação de carga horária de estudantes de ensino superior em um espaço de

¹ Graduanda, Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará; Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e PROEX, kawanacampos96@gmail.com. Bolsista Voluntária do Projeto em 2018.

² Dra. Antropologia Social, Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Faculdade de Ciências Sociais (FCS), fernandanummer@gmail.com. Coordenadora do Projeto desde 2012.



conhecimento que alia arte e ciência na apropriação, desnaturalização e estranhamento do mundo. Acredita-se que o Tela Crítica, enquanto projeto de extensão

tem a perspectiva de transformar o olhar do sujeito sobre sua realidade social, trazendo uma perspectiva inovadora, fora dos padrões tradicionais de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cinema. Sociologia.

INTRODUÇÃO

O projeto busca despertar nos participantes um olhar crítico sobre as relações existentes no mundo do trabalho e utilizou o cinema como ferramenta, mas não apenas como um meio de entretenimento e sim como um recurso pedagógico também, levando os indivíduos a realizarem uma atividade reflexiva dos dilemas da realidade social do trabalho no sistema capitalista. Seguindo a metodologia do professor de Sociologia da UNESP Giovanni Alves, o criador do projeto, que na Universidade Federal do Pará (UFPA) tem a coordenação da professora doutora Fernanda Valli Nummer no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Faculdade de Ciências Sociais (FACS). O “Projeto Tela Crítica: *O mundo do trabalho através do cinema*” consiste em Encontros Temáticos com um plano de Sociologia e Cinema, que tem as indicações de filmes a serem exibido e material didático próprio, destinado a estudantes e professores, seja do ensino básico ou de ensino superior. Onde sua exibição propriamente dita é voltada para uma reflexão crítica totalizante acerca do mundo do trabalho.

A utilização de filmes- forma fílmica- é um elemento inovador para uma reflexão também pedagógica, visto que há uma linguagem universal por trás, sendo assim o projeto busca dar vida aos conceitos sobre as problemáticas no mundo do trabalho. Unindo assim um projeto de educação, pesquisa e extensão. Aguçando nos participantes a possibilidade de debater e contribuir para uma reflexão crítica por meio do cinema. Podendo não só contribuir para formação de outros sujeitos, como também vir a estender o conhecimento por meio da revista do projeto “Tela Crítica”, denominado: “*Tela Crítica: revista de sociologia e cinema*”, que abre espaço para publicação anual de discentes e docentes, com artigos que apresentem discussões sobre análises do mundo do trabalho através de filmes.



DESENVOLVIMENTO

O projeto tem como objetivo geral proporcionar aos participantes uma reflexão crítica sobre o mundo do trabalho através do cinema, apresentando a estes o referencial teórico da sociologia do trabalho. O projeto convida os participantes a partir dos encontros a produzirem artigos acadêmicos sobre o mundo do trabalho, que serão publicados na revista do projeto (*Tela Crítica: revista de sociologia e cinema*), proporcionando a produção de novos conhecimentos sobre o trabalho. O *Tela Crítica UFPA* ainda apresenta aos futuros docentes uma metodologia que pode ser utilizada em sala de aula também.

Cada encontro temático é realizado em um único dia, sendo o primeiro momento uma breve apresentação do Projeto e o que ele proporciona, uma sinopse do filme que será assistido, posteriormente explanado de acordo com a temática proposta para tal Encontro e em sequência, a análise e discussão do mesmo. Dessa forma, os ouvintes se tornam participantes do Encontro, de modo a contribuir e consolidar determinada temática.

O ano de 2017 (dois mil e dezessete) seguiu o cronograma com Encontros Temáticos sendo que: no mês de Março o Projeto Tela Crítica, exibiu o filme “Terra Fria” com a temática do trabalho feminino onde é mostrado o caminho de lutas e avanços do espaço no mercado de trabalho feminino. Neste encontro atendemos participantes da UFPA e externos como: FIBRA, UNAMA, FAPAN. Realizado no Auditório do IFCH (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS), no total de 9(nove) pessoas beneficiadas diretamente, com a emissão de 9 (nove) certificados.

O projeto realizou no mês de Abril, na semana do calouro de Ciências Sociais-UFPA, a exibição do filme “O senhor das moscas” com a temática: poder e sociedade em que refletimos sobre as condições sociais e relações de poder existentes. Neste encontro atendemos participantes da UFPA e da comunidade. Realizado no Auditório do IFCH (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS), no total de 47 (quarenta e sete) pessoas beneficiadas diretamente, com a emissão de 47 (quarenta e sete) certificados.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

No mês de Maio com a temática sobre desemprego, exibiu o filme “Dois Dias, Uma Noite”, onde os colegas de trabalho de Sandra (Marion Cotillard) podem escolher entre seu regresso ao posto de trabalho numa empresa de painéis solares ou um bônus pelas tarefas extras que eles realizaram enquanto ela estava em período de licença médica. O encontro foi executado em apenas um dia, com inicialmente a exibição do filme e em seguida são repassadas informações sobre o projeto, para posteriormente ser realizada a reflexão crítica sobre o filme, tal reflexão objetiva que o participante possa indagar/questionar as situações vivenciadas pelo trabalhador no sistema capitalista. A temática abordada nesse encontro foi acerca do desemprego. A debatedora foi a coordenadora do projeto Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer com um total de 37 (trinta e sete) participantes.

No mês de Junho foi com o filme “Estrelas Além Do Tempo”, lançado em 2017, com a direção de Theodore Melfi, Katherine Johnson, Dorothy Vaughn e Mary Jackson por terem destaque em seus trabalhos matemáticos científicos, são contratadas pela NASA no auge da corrida espacial entre os EUA e a Rússia (GUERRA FRIA) com a missão de criar um programa tecnológico para fazer um astronauta ser o primeiro a entrar em órbita. A temática abordada nesse encontro foi acerca do trabalho e do preconceito racial e de gênero existente no mundo do trabalho. Os debatedores convidados foram o Prof. Dr. Luís Fernando Cardoso e Cardoso (IFCH/UFGA) e a Profa. Ma. Raimunda de Nazaré Fernandes Corrêa. Totalizando 30 (trinta) participantes.

No período de Outubro a Abril de 2017 (dois mil e dezessete), o projeto recebe 3 (três) alunas da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do curso de Ciências Sociais, para estagiar no projeto de extensão, as atividades das alunas envolveram: leituras e discussão sobre extensão universitária, o projeto Tela Crítica, participação nos eventos do projeto, elaboração de um artigo para a revista “Tela Crítica: sociologia e cinema”. As atividades pela bolsista incluíram: apresentação do projeto, orientações de leitura e produção textual, acompanhamento nas atividades de ensino sobre extensão. Submissão de 1 (um) artigo e correção de 4 (quatro) artigos de participantes do Tela Crítica UFGA para a Revista “Tela Crítica: Sociologia e Cinema” ISSN 1981-1209.

No decorrer do ano de 2018 (dois mil e dezoito) o projeto realizou 6 (seis) encontros temáticos, estes são elaborados pelos integrantes do projeto, o programa



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

contém uma Sinopse do filme e breve apresentação do tema que foi abordado, essa divulgação é feita no portal da UFPA e do IFCH, nas redes sociais do projeto. Pelo campus são colados cartazes sobre a programação. As inscrições e confirmação são realizadas via e-mail (telacriticaufpa@gmail.com) em que o participante envia seus dados como: nome completo, instituição ao qual está vinculado, fone para contato.

O projeto realizou seu I (primeiro) encontro temático no mês de Abril, conforme o cronograma a exibição do filme “A fuga das galinhas” com a temática do clássico autor Karl Marx e a relação do proletário, com um total de 32 (trinta e dois) participantes. Neste encontro atendemos participantes das seguintes instituições: UFPA, FIBRA, UNAMA, UNIP. Realizado na Sala Multiuso do Centro de Eventos Benedito Nunes às 14h, com a emissão de 32 (trinta e dois) certificados.

No mês de Maio, seguindo o cronograma, ocorreu a exibição do filme “Fome” na temática de modelo e organização produtiva em que foi discutido os seguintes modelos: fordismo, taylorismo, Toyotismo, estes são modelos de organizar a mão de obra visando a maximização do lucro, em que o homem deve realizar sua atividade produtiva com eficiência e em tempo mínimo. Destacamos ainda que os três modelos podem estar presentes em uma produção, e que mesmo o primeiro modelo a surgir, o fordismo, ainda sobrevive na sociedade atual. Os modelos e organização produtiva não estão para atender as necessidades do trabalhador, mas para atender as necessidades do capitalismo. Realizado na sala Multiuso do Centro de eventos Benedito Nunes, localizado no Campus Básico da Universidade Federal do Pará, com um total de 11 (onze) pessoas beneficiadas diretamente e com certificados emitidos. Neste encontro atendemos participantes das seguintes instituições: UFPA, ESAMAZ e Anhanguera.

No mês de Junho, foi realizado com a temática das profissões, a exibição do filme “Los 33” com a presença especial de um debatedor convidado, garimpeiro, que pôde mostrar um pouco de seu trabalho e trajetória relacionando ao filme. Houve a participação de 16 (dezesesseis) pessoas.

Já no mês de Agosto, ainda com a temática das profissões, foi exibido o filme “Real- O plano por trás da História”, que trata de um tem um protagonista crítico da política econômica adotada pelo governo brasileiro, que resultou em um cenário de hiperinflação e é convidado a integrar uma verdadeira força-tarefa, cujo objetivo é criar



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

um novo plano econômico. Nesse ensejo tivemos um profissional da área de Economia presente nesse Encontro, com um total de 21 (vinte e um) participantes.

Em Setembro de 2018 (dois mil e dezoito) teve a apresentação do filme “Mais forte que o mundo- A história de José Aldo”, na temática das profissões e para acrescentar no debate, o boxeador Ulysses Pereira e mais 9 (nove) participantes tratando dessa profissão e da inserção no mundo do MMA, na sala Multiuso do Centro de Eventos Benedito Nunes, às 14h.

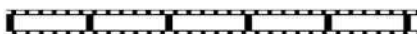
No mês de Outubro ocorreu a exibição do filme “O impossível”, onde um Tsunami que devastou a costa Asiática em 2004 (dois mil e quatro), deixando mais de 230.000 (duzentos e trinta mil) mortos, é o cenário sobre a atuação da defesa civil e relacionados. Para isso, foi convidado o Coronel de Bombeiro BMPA Helton Charles. Realizado na sala Multiuso do Centro de Eventos Benedito Nunes, as 14h com um total de 15 (quinze) participantes.



Filme: O Impossível
Direção: Juan Antonio Bayona
Nacionalidade: EUA, Espanha
Gênero: Drama
Tempo: 115 min

Síntese:

O tsunami que devastou a costa asiática em 2004, deixando mais de 230 mil mortos é o cenário do drama de uma família que está de férias na Tailândia. Em “O Impossível”, o Tela Crítica vai falar de várias profissões associadas à Defesa Civil.



Data: 25 de Outubro de 2018

Horário: 14h

Local: Sala Multiuso do Centro de Eventos Benedito Nunes

Debatedor: Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer (IFCH-UFPA)

Debatedor convidado: Helton Charles Araújo Moraes – Cel Bombeiro BMPA-Graduado em Gestão de riscos Coletivos - IESP

Inscrições: telacriticaufpa@gmail.com

HAVERÁ EMISSÃO DE CERTIFICADOS



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Fonte: Modelo de cartaz de divulgação Dos Encontros



Fonte: Própria (2018)

MATÉRIAS ENCAMINHADAS PARA PUBLICAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM OUTROS EVENTOS ACADEMICOS:

Trabalho de conclusão de curso (TCC): SOUZA, Tassia Andrea Pereira de. Ensino e Reprodução Social: uma análise a partir do filme O Sorriso de Monalisa. Trabalho de Conclusão de Curso, 2016, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará-UFPA. p.48. Belém-PA;

Trabalho de conclusão de curso apresentado no dia 05 de Abril de 2016, no Bloco A básico da UFPA;

Publicação de artigo no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária- Ouro Preto- Minas Gerais 2016, com o título: Relações de trabalho sob análise fílmica: o projeto de extensão “tela crítica-UFPA”, Ouro Preto- Minas Gerais.

NUMMER, Fernanda Valli; LOBO, Kawana Campos Angelim. **Imagens em movimento:** o filme como recurso pedagógico no projeto de extensão Tela Crítica UFPA. II TRADINTER, Bragança, Pará: UFPA, Programação e Caderno de Resumos; p. 78.

Foi confeccionado um Dossier de Trabalho em Segurança Pública e o cinema- Núcleo Tela Crítica UFPA na Revista: “Tela Crítica: revista de Sociologia e Cinema” 2016 no ISSN: 1981-1209;



Houve uma apresentação Oral do trabalho “O projeto Tela Crítica na UFPA: o mundo do trabalho através do cinema” no I CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO E EXTENSÃO, realizado no período de 13 a 17 de março de 2017, pela UFPA em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA) pela bolsista do Projeto: Kawana Campos Angelim Lobo.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- 1) SUGESTÃO DO PARECER DO RELATÓRIO DE 2016: Conforme sugestão do Parecer do Relatório do Ano de 2016, no mês de março de 2017, o projeto realizou uma pesquisa de opinião em relação as atividades desenvolvidas através da ferramenta SurveyMonkey®Brasil. Um questionário foi enviado a 705 endereços de e-mail registrados no nosso endereço eletrônico: telacriticaufpa@gmail.com, retornaram 152 questionários respondidos. Em termos de expectativas quanto aos encontros, 47,76% afirmam que os encontros participados foram **melhores** do que o esperado, enquanto que 25,37% garante ser exatamente **o que esperava**. 83,34% dos respondentes afirmam que a organização geral dos eventos é **boa**. Mais de 90% dos participantes que responderam ao questionário **recomendaria** os encontros para um amigo ou familiar. O resultado que ainda surpreende é que mais de 30% dos respondentes souberam do evento pelos **cartazes** colados pelo campus, o que nos indica que ainda não podemos suprimir esse recurso de divulgação e recorrer apenas as mídias digitais.

CONCLUSÃO

A partir de uma perspectiva hermenêutica, o projeto Tela Crítica busca, através dos encontros temáticos, levar os sujeitos a perceberem a realidade do mundo do trabalho, bem como sua atuação no processo produtivo e as implicações no mundo trabalhista, usando o cinema como recurso pedagógico para obter essa compreensão. Sendo o Tela Crítica um projeto de extensão, esse assume seu papel, difundindo o conhecimento e a ampliando a crítica sobre a realidade desse ator social (trabalhador), enquanto executor do mundo do trabalho.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O projeto Tela Crítica realizou quase todo o cronograma já previsto neste ano de 2018 (dois mil e dezoito), promoveu uma reflexão crítica, baseada, especialmente, nos conhecimentos produzidos da Sociologia do Trabalho, sobre o cotidiano do trabalho através da análise de produções fílmicas. Ensinou aos participantes a metodologia hermenêutica de análise fílmica e estimulou os alunos da graduação e pós-graduação, à produção de artigos acadêmicos para avaliação e submissão na revista eletrônica “Tela Crítica: revista de sociologia e cinema”, disponível no site do projeto original: www.telacritica.org.

O filme pode ser usado bem mais que um objeto de entretenimento, este pode ser também uma grande ferramenta pedagógica, quando utilizado a partir de uma estrutura analítica que permita levar o sujeito a compreender sua realidade social e as problemáticas em torno dele. Assim, a atuação do projeto se justifica através da necessidade de se reproduzir o conhecimento sobre a realidade de várias categorias trabalhistas, bem como o contexto existente sobre a classe trabalhadora. Acredita-se que oferecendo essa atividade de extensão formalmente vinculada a Universidade, garantimos um espaço de debate, discussão e reflexão do mundo do trabalho através do cinema, bem como estimulando a utilização de filmes como recurso pedagógico, ao proporcionar a aprendizagem de uma metodologia de ensino, para alunos da graduação, pós-graduação e professores do ensino médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **Tela Crítica: A metodologia**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. Volume 4. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2014.
- SOUZA, Tassia Andrea Pereira de. Ensino e Reprodução Social: uma análise a partir do filme O Sorriso de Monalisa. Trabalho de Conclusão de Curso, 2016, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará-UFPA. p.48. Bélem-PA.
- NUMMER, Fernanda Valli; LOBO, Kawana Campos Angelim. **Imagens em movimento: o filme como recurso pedagógico no projeto de extensão Tela Crítica UFPA**. II TRADINTER, Bragança, Pará: UFPA, Programação e Caderno de Resumos; p. 78.



A FIGURA DOCENTE NA ESCOLA: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU E DERMEVAL SAVIANI

Aaron França Teófilo¹

RESUMO

Nos anos 1990 emerge uma veemente sensação de “crise” da autoridade docente no Ensino Básico brasileiro. Os professores amiúde alegam que não são concebidos como autoridades no seio da comunidade escolar. Daí a contemporânea profusão de pesquisas conduzidas no Brasil com foco na temática da autoridade professoral. Diante desse cenário parece relevante indagarmos como as Teorias da Educação concebem a figura social do educador na escolarização. Nos limites do presente trabalho propomos uma reflexão sobre as interpretações da figura docente fornecidas pelas célebres teorias da educação que herdamos de Pierre Bourdieu e Dermeval Saviani. Para tal, analisamos e cotejamos as distintas teorias consultadas, especialmente no que diz respeito às ideias concorrentes elaboradas pelos autores acerca das relações educação/sociedade e professor/aluno, mediante uma revisão bibliográfica concentrada no estudo das obras que se seguem: “Escritos de educação”, assinada por Bourdieu, e “Escola e democracia”, da autoria de Saviani. Em conclusão, destacamos que as teorias abordadas sugerem ao pensamento interpretações opostas a respeito da figura docente na escola, em particular, e na sociedade, de modo geral. Na “teoria da reprodução” legada por Bourdieu, o professor escolar é cerradamente interpretado como um agente *autoritário*, cujo papel é, sobretudo, exercer uma “violência simbólica” sobre os discentes considerados cultural e economicamente desfavorecidos, e assim, mantê-los em posições originalmente desvantajosas em uma estrutura social hierarquizada. Já com a “teoria histórico-crítica” proposta por Saviani, vamos ao encontro em sala de aula de uma possível figura de *autoridade*, responsável pelo ensino dos conhecimentos

¹ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alfenas; vinculado ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura Contemporâneas; e-mail: teofilojd@gmail.com



objetivos sistematizados, produzidos coletivamente pela humanidade, e comprometida com a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade. Docência. Escola. Teorias da Educação.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1990 emerge uma veemente sensação de “crise” da autoridade docente no Ensino Básico brasileiro. Os professores amiúde alegam que não são concebidos como autoridades no seio da comunidade escolar. Daí a contemporânea profusão de pesquisas conduzidas no Brasil com foco na temática da autoridade professoral. Diante desse cenário parece relevante indagarmos como as Teorias da Educação concebem a figura social do educador na escolarização.

Nos limites do presente trabalho propomos uma reflexão sobre as interpretações da figura docente fornecidas pelas célebres Teorias da Educação que herdamos de Pierre Bourdieu e Dermeval Saviani. Então, neste breve texto ensaiamos respostas para a seguinte questão. Nas respectivas matrizes teóricas do pensamento educacional, o docente se afigura ou não uma autoridade?

Para tal, analisamos e cotejamos as distintas teorias consultadas, especialmente no que diz respeito às ideias concorrentes elaboradas pelos autores acerca das relações educação/sociedade e professor/aluno, mediante uma revisão bibliográfica concentrada no estudo das obras que se seguem: *Escritos de educação*, assinada por Bourdieu, e *Escola e democracia*, autoria de Saviani. Vale lembrar que ambas as obras foram discutidas no primeiro semestre de 2018, no decurso de algumas aulas da disciplina *Educação e Sociedade*, no âmbito do Mestrado em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Na tentativa de melhor apresentarmos os resultados desse trabalho dividimos as linhas abaixo em três seções. Na primeira, delineamos um conceito de autoridade muito recorrente na Filosofia e nas Ciências Humanas, o qual é, amiúde, acionado em trabalhos sobre o tema da autoridade docente. Na segunda seção, cotejamos brevemente as perspectivas teóricas de Bourdieu e Saviani, no que concerne às relações



educação/sociedade e professor/aluno. Enfim, traçamos em algumas considerações finais, as figuras, ora de autoritário, ora de autoridade, que tendem a incidir sobre o professor, a partir das concepções do papel social do docente em interação com o alunado na escola, que emergem das distintas perspectivas teóricas cotejadas.

SOBRE O SENTIDO DE AUTORIDADE NA EDUCAÇÃO

O tema da autoridade nas relações sociais e, precisamente, no âmbito educacional, não é uma novidade no campo das Ciências Humanas e da Filosofia (ARENDT, 2013; ADORNO, 1995; SENNETT, 2012). Contudo, é interessante notar que, a partir dos anos 1990, a questão da autoridade do educador no espaço escolar passou a receber atenção especial das pesquisas em Educação desenvolvidas no Brasil (AQUINO, 1999).

O conceito de autoridade que baliza grande parte da literatura acerca do tema da autoridade docente nas relações educacionais foi fornecido por Hannah Arendt, no livro *Entre o passado e o futuro* (2013). Nesta obra, a filósofa alemã de origem judaica concebe a autoridade como uma relação entre indivíduos desiguais, portanto, uma relação hierárquica, na qual as figuras de autoridade sinalizam o que fazer, enquanto os outros se dispõem voluntariamente a obedecer. Todavia, “a autoridade exclui a utilização de meios de coerção” (ARENDT, 2013, p. 129), ademais, “é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação” (ARENDT, 2013, p. 129).

Em suma, uma figura de autoridade é aquela cujos comandos são considerados *legítimos*, dignos de serem ouvidos e prontamente obedecidos (ARENDT, 2013). Ainda segundo H. Arendt, *religião* e *tradição* foram as principais fontes de legitimação da autoridade, sustentáculos das relações sociais hierarquizadas que entraram definitivamente em falência com o advento da Modernidade, como, por exemplo, as relações rei e súdito, pai e filho, professor e aluno (ARENDT, 2013).

Além de Arendt, há outros autores que se debruçaram sobre a questão da autoridade nas relações sociais, e que também subsidiaram reflexões contemporâneas a respeito da autoridade docente. Um deles é Max Weber, autor que fornece, antes de



Arendt, um conceito sociológico de autoridade semelhante ao oferecido pela renomada filósofa.

No livro *Economia e sociedade* (1991), o sociólogo alemão apresenta o que chamou de *três tipos ideais de dominação* (ou autoridade): a tradicional, a carismática e a racional-legal. Para Weber, cada um desses tipos de autoridade (ou dominação) possui uma fonte específica de *legitimação*, respectivamente, a crença em uma tradição, no carisma de um indivíduo, e na legalidade das ordens estatuídas. Não obstante as diferentes fontes de legitimidade de uma relação de autoridade, o sociólogo alemão enfatiza que o dominante é voluntariamente obedecido pelo dominado (WEBER, 1991).

Em Arendt e Weber, percebemos que a autoridade manifesta-se em relações sociais experienciadas entre indivíduos e grupos desiguais, e nessa relação hierárquica, a figura de autoridade faz obedecer a seus comandos sem a necessidade do uso de instrumentos coercitivos, e, para ambos, uma das fontes da adesão convicta a uma autoridade é a crença na tradição e na superioridade de certo indivíduo que a encarna. Nestes termos, uma relação de autoridade entre educador e educando pressupõe: hierarquia, obediência, tradição e legitimidade (AQUINO, 1999; LA TAILLE, 1999).

Por fim, e para efeito de uma melhor definição do sentido de autoridade, trazemos as contribuições do sociólogo Richard Sennett. Aluno de Hannah Arendt e influenciado pelo pensamento do filósofo francês Michel Foucault, seus trabalhos ganharam enorme notoriedade no campo das ciências humanas e sociais, inclusive, a obra em que o autor discorre especificamente sobre a questão da autoridade nas sociedades modernas contemporâneas, intitulada *Autoridade* (2012).

Nas palavras de R. Sennett (2012, p. 30), “segurança, capacidade superior de julgamento, capacidade de impor disciplina, capacidade de inspirar medo”, são as qualidades atribuídas às figuras sociais reconhecidas como autoridades. Na perspectiva de Sennett, sublinhamos que a imagem de autoridade está em certa medida nos olhos de quem a vê como tal. Para o autor, em suma, a autoridade é um vínculo afetivo entre desiguais a partir da interpretação de imagens de força e fraqueza (simbólicas ou materiais), e uma autoridade é “alguém que tem força e a usa para guiar os outros, disciplinando-os e modificando seu modo de agir, através da referência a um padrão superior” (SENNETT, 2012, p. 30).



Destacamos ainda que, tanto para Sennett como para Arendt, autoridade não é sinônimo de autoritarismo (despotismo, tirania e etc.). “A raiz de autoridade é ‘autor’; a conotação é que a autoridade implica algo produtivo. No entanto, a palavra ‘autoritário’ é usada para descrever uma pessoa ou um sistema repressivos” (SENNETT, 2012, p. 31). De acordo com o sociólogo, bem entendido, o medo que se tem de uma autoridade é o de frustrar as expectativas de alguém que auxilia outrem a se desenvolver. Diferentemente, portanto, do medo inspirado pelo autoritário, que faz uso abusivo do poder para subjugar (SENNETT, 2012).

Obviamente, há muitos outros autores que se ocuparam do tema da autoridade em relações sociais, de modo geral, e educativas, em particular: Jean-Jacques Rousseau, Émile Durkheim, Sigmund Freud, Alexandre Kojève, Myriam Revault d'Allonnes, Gérard Guillot – só para mencionar alguns. Entretanto, acreditamos que as contribuições trazidas aqui possibilitam uma satisfatória aproximação ao conceito de autoridade largamente acionado nas pesquisas contemporâneas no campo da Educação.

No que se segue concentraremos esforços no cotejamento entre as teorias da educação propostas por Bourdieu e Saviani, a fim de ensaiar respostas para a questão que impulsiona a escrita deste trabalho: como se afigura o papel do docente nas matrizes teóricas do pensamento educacional em foco neste trabalho? Nas interpretações de Bourdieu e Saviani o educador escolar é visto socialmente como uma autoridade?

O DOCENTE NA ESCOLA: AUTORITÁRIO OU AUTORIDADE

No decorrer do primeiro semestre letivo de 2018, os mestrandos em Educação da Unifal-MG percorremos as linhas gerais de diferentes Teorias da Educação – do funcionalismo à perspectiva decolonial. Nesta curta e rica trajetória de leituras e discussões, duas perspectivas teóricas instigaram a especulação sobre a figura docente que aqui esboçamos, a saber, a teoria sociológica da educação do francês Pierre Bourdieu, e a teoria histórico-crítica do filósofo e pedagogo brasileiro Dermeval Saviani.

Ambos os autores oriundos de famílias “campequinas”, nascidos socialmente distantes dos herdeiros cultural e economicamente abastados em suas respectivas



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

nações, alcançaram o topo da carreira acadêmica. Contudo, chegaram a conclusões muito diferentes a respeito das relações escola/sociedade e professor/aluno. Quais são as diferenças entre as referidas teorias, especialmente, no que diz respeito à concepção do papel social do professor na escola?

Até os anos de 1950 predominaram as abordagens funcionalistas acerca da relação escola e sociedade (SILVA, 1990). Na matriz teórica funcionalista, a função específica da escola em uma sociedade é formar o ser social. Em outras palavras, o papel social da instituição escolar é, especificamente, integrar o indivíduo em uma dada rede estruturada de relações sociais (DURKHEIM, 2010). Os funcionalistas entendem, genericamente, que a escola, enquanto uma instituição neutra, transmissora de conhecimentos puramente objetivos, racionais, é uma ferramenta eficaz de superação do fenômeno das desigualdades sociais, um mecanismo, portanto, de construção de uma sociedade igualitária.

Todavia, a partir da década de 1960 são publicados trabalhos baseados nos legados teórico-metodológicos marxistas, que em comum apresentam uma visão marcadamente cética a respeito do papel social da escola no seio das sociedades capitalistas modernas (SILVA, 1990). Os autores dessa vertente teórica buscam compreender por meio de quais mecanismos a escolarização contribui para a produção e a reprodução de uma sociedade de classes, e assim, colocam em xeque a primazia do olhar funcionalista acerca da função social da escola (SILVA, 1990).

As contribuições teóricas legadas por P. Bourdieu e D. Saviani surgem, justamente, nesse contexto sócio-histórico marcado pela emergência da produção de conhecimento dito crítico sobre a educação escolar nas sociedades capitalistas industriais. Todavia, se transparece nos trabalhos de Bourdieu uma concepção veementemente cética sobre a relação escola e sociedade, há uma confiança evidente nos escritos de Saviani acerca da função da educação escolar em sociedades capitalistas democráticas.

Bourdieu, ao levantar e analisar dados quantitativos concernentes ao sistema de ensino francês oferece um novo quadro teórico às pesquisas no campo da Educação (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2007). Para efeito deste trabalho consideramos central,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

no quadro teórico bourdieusiano, explorar a aplicação do conceito de “violência simbólica”.

Segundo Bourdieu, a escola não é uma instituição destinada a promover a equidade social. O autor revela que a escola propende, fortemente, a reproduzir uma estrutura social desigual vigente, mediante a veiculação e a valorização dos códigos de um arbitrário cultural específico e dominante, sobretudo, o elemento da linguagem (BOURDIEU, 2002).

Em uma estrutura social desigual, algumas crianças e jovens ocupam posições vantajosas desde o nascimento, enquanto muitas outras crianças e jovens estão inseridos em posições desvantajosas. Há, portanto, em termos bourdieusianos, de um lado, gerações mais jovens oriundas de famílias economicamente abastadas, herdeiras de um vasto “capital cultural”, que se sentem em casa na escola, já que são plenamente capazes de decodificar com desenvoltura, os códigos de um arbitrário cultural dominante, pois carregam o ferramental para tal, na “mochila”; e do outro lado, encontramos crianças e jovens despossuídos cultural e economicamente, que se sentem como alienígenas na escola, já que encontram maiores dificuldades para decodificar a “linguagem escolar”, pois não trazem na “mochila” o instrumental necessário para uma decodificação – desenvolva – do arbitrário cultural dominante. Sendo assim, de acordo com o sociólogo francês, o sucesso escolar é geralmente destinado às carreiras escolares das elites culturais e econômicas de uma dada sociedade hierarquizada (BOURDIEU, 2002).

Essa “violência simbólica”, em Bourdieu, é o principal mecanismo de produção do fracasso escolar, ou seja, uma ferramenta institucionalizada de reprodução das desigualdades escolares. Na perspectiva sociológica bourdieusiana, o exercício da docência é, fundamentalmente, a operação de uma “violência simbólica” contra a parcela do alunado econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecida. É o professor quem impõe ao alunado, em sala de aula, a cultura considerada erudita, clássica. Em suma, o docente é o agente socialmente responsável por violentar simbolicamente os educandos já marginalizados. Em suma, é pela “violência simbólica” que a escola, através da *autoridade pedagógica docente*, faz com que as camadas sociais dominadas reconheçam a superioridade e legitimidade da cultura dominante.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Enfim, a partir dessa violência no plano do simbólico, o histórico escolar das famílias desfavorecidas fica extremamente marcado por fracassos. Avaliando tal situação, as famílias marginalizadas deixam de investir maciçamente na escolarização de suas gerações mais jovens, até porque não possuem as condições materiais de existência favoráveis para efetuarem um investimento de muito longo prazo (BOURDIEU, 2002). E mais: a “violência simbólica” faz com que o fracasso escolar seja visto como um problema “natural”, uma deficiência ou incompetência intelectual dos indivíduos, e não o resultado da exigência, mais, ou menos dissimulada, de um arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, 2002).

Por sua vez, defende Saviani (2012), que a “teoria do sistema de ensino como violência simbólica” é uma interpretação reducionista da complexidade das relações escola/sociedade e professor/aluno. Para Dermeval Saviani, o pessimismo de Bourdieu foi levado longe demais. “Todos os esforços, ainda que oriundos dos grupos ou classes dominados, reverte sempre no esforço dos interesses dominantes” (SAVIANI, 2009, p. 19). E esta não parece ser uma leitura leviana feita por Saviani. Vejamos o que dizem Maria Alice Nogueira e Cláudio M. Martins Nogueira, dois renomados estudiosos da obra de Bourdieu, no campo da Educação feita no Brasil.

Com efeito, bem no início de sua carreira e por um curtíssimo período, Bourdieu anteviu uma saída que pudesse servir – acreditava ele nessa altura – aos interesses dos alunos socialmente desfavorecidos. Essa saída estaria no processo que ele denominou de “racionalização da pedagogia”, mediante o qual a ação pedagógica com os alunos se daria por uma aprendizagem “metódica” visando tornar explícito tudo aquilo que funciona de modo implícito no curso do processo pedagógico. [...] Poucos anos mais tarde, porém, mais precisamente no livro *A reprodução*, datado de 1970, Bourdieu já se mostrará convencido do caráter utópico de um trabalho pedagógico de tipo racional e de sua capacidade de levar a uma equitativa distribuição do saber. Suas obras subsequentes não mais voltarão ao assunto (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2009, p. 84-85).

Em suma, orientado pelo materialismo histórico e dialético, Saviani concebe que, tanto as “teorias não-críticas”, como, por exemplo, a funcionalista durkheimiana, quanto as “teorias crítico-reprodutivistas”, inclusive, a bourdieusiana, sacrificam cada uma a sua maneira, justamente, a dimensão histórica das relações sociais e escolares.



A impressão que nos fica é que se passou de um poder ilusório para a impotência. Em ambos os casos, a história é sacrificada. No primeiro caso, sacrifica-se a história na ideia em cuja harmonia se pretende anular as contradições do real. No segundo caso, a história é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas (SAVIANI, 2012, p. 27-28).

A “teoria histórico-crítica”, como proposta por Saviani (2012), é uma aposta na realidade histórica como um palco de transformações sociais e educacionais. O autor acredita que é possível articular a escolarização e os interesses dos dominados. Assim como Bourdieu na escrita de suas primeiras linhas sobre a questão das desigualdades escolares, Saviani entende que a escola pode ser um espaço educativo capaz de promover à superação das desigualdades. Em Saviani, portanto, a ação pedagógica da autoridade docente é, potencialmente, uma arma de luta contra a dominação econômica e simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, destacamos que as teorias abordadas sugerem ao pensamento interpretações opostas a respeito da figura docente na escola, em particular, e na sociedade, de modo geral. Na “teoria da reprodução” legada por Bourdieu, o docente é cerradamente interpretado como um agente autoritário, cujo papel é, sobretudo, exercer uma “violência simbólica” contra os discentes considerados cultural e economicamente desfavorecidos. Já com a “teoria histórico-crítica” oferecida por Saviani, vamos ao encontro em sala de aula de uma possível figura de autoridade, responsável pelo ensino dos conhecimentos objetivos produzidos coletivamente pela humanidade, e capaz de contribuir com uma transformação social.

Se na teoria bourdieusiana, a ação pedagógica docente é bastante reduzida ao uso abusivo de um poder simbólico para a reprodução das desigualdades sociais; na teoria de Saviani, entendemos mais precisamente, que a autoridade do educador se afigura uma força social ambígua, capaz de organizar e desarranjar, dominar e emancipar, conservar e transformar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

LA TAILLE, Y. **Autoridade na escola**. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Autoridade e autonomia na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu & a educação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SENNETT, Richard. **Autoridade** / Tradução de Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, T. T. **A sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo**: os temas e os problemas de uma tradição. Em aberto. Brasília, ano 9, N 46, abr. jun. 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 1991.



A LEITURA E SEU PROTAGONISMO NO DESENVOLVIMENTO

ACADÊMICO

Naiara Costa Vidigal¹

Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros²

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de apresentar um relato de experiência acerca de um projeto de ensino com o objetivo de relacionar a influência da leitura no rendimento acadêmico dos alunos de uma instituição pública de ensino federal. Foram aplicados 295 questionários juntos aos discentes onde os mesmos responderam perguntas sobre sua frequência de leitura e uso da biblioteca. A análise dos dados foi realizada pelo teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados obtidos revelaram que cerca de 1/5 dos alunos não havia lido nenhum livro completo nos últimos dois anos e observou-se uma baixa frequência na utilização da biblioteca por partes dos discentes. Em contrapartida, foi observado grande uso da internet para pesquisas escolares. Com relação à influência da leitura no rendimento acadêmico dos alunos, a análise não-paramétrica permitiu concluir que quanto maior a quantidade de livros lidos e assiduidade de empréstimos na biblioteca nos últimos dois anos, mais alto será seu coeficiente de rendimento. Porém, o impacto da leitura no rendimento acadêmico dos alunos acontece de maneira defasada, pois não foram detectadas diferenças significativas no coeficiente de rendimento dos alunos quando avaliado seus níveis de leitura para o ano corrente. Diante dos resultados, foram realizadas ações em conjunto com a bibliotecária da instituição a fim de evidenciar os benefícios de se manter o hábito da leitura. Também, foi desenvolvido um blog na internet com conteúdo voltado para o universo acadêmico, objetivando estimular os alunos a se manterem rodeados de informações que contribuíssem para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Palavras chave: Leitura. Rendimento Acadêmico. Projeto de Ensino. Relato de Experiência.

¹Graduanda em Administração pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. Email: naiaracosta998@gmail.com

²Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. Email: rodrigo.medeiros@ifsudestemg.edu.br



1. INTRODUÇÃO

A sociedade vive hodiernamente inserida em um mundo globalizado, repleto de informações que surgem a todo momento. Em segundos é possível ler notícias de países de outros continentes e, no mesmo instante, compartilhar tais informações com outras pessoas. Segundo o Instituto de Internet de Oxford, por hora uma pessoa divulga cerca 3 notícias em redes sociais (FOLHA ONLINE, 2017). Daí a relevância para o século atual saber dialogar a respeito da importância da leitura para que o cidadão efetive seu papel numa sociedade marcada pela escrita e não dissemine informações erradas ou mentirosas.

A leitura leva o indivíduo a ter conhecimento integral dos fatos e proporciona a inter-relação com aspectos culturais, sociais, históricos e pessoais, descobrindo as dimensões que estão ocultas por trás das letras. Entretanto, a leitura seca do texto leva a pessoa a provocar sua dizimação crítica, pois é a partir da análise panorâmica que o sujeito pode se libertar de sua minúscula “caixa intelectual e cultural” já que a leitura é um instrumento basilar para oferecer liberdade ao indivíduo. Um homem que se encontra na condição de prisioneiro, mas lhe é permitido o acesso a livros, consegue ser mais liberto que outro homem que está livre, mas que não deixa envolver-se com a leitura (BUARQUE, 2016).

Em um cenário determinado pelo conflito de notícias, dados e filosofia popular, o hábito da leitura deve ser ainda mais praticado, porque é através desse ato que a pessoa consegue contrastar os fatos e se inteirar pelo que realmente contém exatidão. Assim, o ato de ler envolve desde aspectos emocionais aos cognitivos, sendo profícuo para a legitimação do leitor. A leitura capacita o homem para distintas áreas do saber e também para o trabalho, difundindo o conhecimento e tornando-o sujeito letrado (KRUG, 2015).

No entanto, os brasileiros não possuem o hábito de ler e quando estes ainda estão no estágio escolar também não são recomendados a praticá-lo. Conforme aponta Failla (2016), nos últimos 12 meses cada brasileiro, em média, leu apenas 2,43 livros inteiros e somente 0,94 livros foram indicados pela escola aos seus alunos.

Um estudo realizado pela Central Connecticut State University com 61 países aponta que o Brasil é o 1º colocado em termos total de alunos na escola e investimento



do PIB em educação. Porém, o mesmo não acontece quando se refere à qualidade do ensino, ficando na 55ª posição dentre os países investigados (GOUSSINSKY, 2016).

De acordo com Oliveira, Santos e Primi (2003), o nível de compreensão em leitura irá influenciar o sucesso do discente no ensino superior. Além disso, segundo estudo realizado por Silva e Santos (2004), na análise dos escores de universitários de diversas áreas, foi identificada uma maior destreza em leitura por parte dos alunos de medicina e também um maior rendimento médio anual por parte destes. Tais resultados corroboram com a ideia de que a compreensão em leitura está diretamente relacionada ao desempenho acadêmico dos discentes (GUERRA e NOLASCO, 2011; PIRES, 2012). Por isso, esse é um pilar na educação e tem forte interferência no processo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, este trabalho tem a finalidade de apresentar a experiência de um projeto de ensino realizado em uma instituição federal que buscou sustentar a hipótese acerca do grau de relação entre as variáveis relacionadas a leitura e rendimento acadêmico além de elucidar para as pessoas sobre a relevância do ato de ler.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Leitura como a arte de agregar conhecimento e culturalizar a sociedade

A leitura e a interpretação são objetos de discussão e indagação científica na ciência devido a sua presença em um corpo social absolutamente grafocêntrico, que leva o indivíduo a adentrar impreterivelmente nessa praxe. O cenário contemporâneo exige que as pessoas contenham um grau cognitivo que, antes, quando surgiram as instituições responsáveis pela alfabetização no Brasil não era exigido, pois as tarefas se resumiam na simplificação dos processos, sem mesmo demandar ou fazer refletir sobre algum problema que estivesse presente.

Os anos transcorreram e a gestão escolar não conseguiu se adequar a moderna sociedade do conhecimento, tornando-se obsoleta e fazendo com que o sistema continue sendo um ciclo falho e inconsistente, baseado em teorias mecanicistas que não fazem os indivíduos cogitarem acerca dos acontecimentos e dos problemas impostos, não formando, portanto, seres pensantes e indivíduos inteligíveis, ao contrário disso, apenas mentes monólogas que se privam de novas ideias e do acesso a informação (FERNANDEZ e KANASHIRO, 2011).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A leitura faz parte do processo de aprendizagem crítica e conceitual acerca da sociedade na qual vivemos, e para que haja um desenvolvimento igualitário e justo é essencial que essa prática seja efetuada constantemente com o auxílio de uma ação integrada por parte da administração escolar, orientação educacional dos professores no meio acadêmico e do próprio sujeito para se consolidar leitor e construir subjetivamente seu aprendizado (FONSECA, 2013).

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura da palavra implica em dar continuidade a leitura do mundo. É construir uma reflexão contextual das palavras, com base em conhecimento cultural inerente de mundo e assim também levar e absorver sentido ao texto, criando autonomia e discernimento acerca da significância e vivacidade dos múltiplos conceitos que rodeiam as expressões e constroem o sentido de cada texto e contexto, objetivando a perspicácia do indivíduo como autor do seu próprio senso crítico (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, o ato de ler vai muito além da decifração de palavras e frases. Constitui-se em um processo em que estão em jogo as intenções do autor e as expectativas do leitor. Para se realizar uma leitura eficiente, o leitor deve captar tanto as informações explícitas como as implícitas (VIANA, 2017). Por essa razão, é crucial que a escola tenha a missão de conduzir os alunos para que o amadurecimento destes seja contínuo e legítimo, tornando-os culturalmente autônomos e emancipados através, substancialmente, do ato de ler.

A leitura possui papel notável diante dos fenômenos sociais que desafiam o cotidiano da população, sendo princípio fundamental para prática da cidadania. Além do exercício desse hábito de propagar a democratização do conhecimento, também irá despertar no indivíduo a conscientização e a ânsia para pleitear por seus direitos e garantias. Nesse mesmo sentido, Padilha e Souza (2015) declaram que a leitura assegura a formação do cidadão e conseqüentemente o edifica para o exercício de sua cidadania, já que é por meio da leitura que o indivíduo terá a possibilidade de erigir e relativizar as informações presentes no espaço global de uma forma dinâmica, crítica e autônoma.

Segundo Jesus (2008) o ensino da leitura deve ser praticado criticamente, desconstruindo estereótipos negativos e, em contrapartida, incrementar a ativação dos estereótipos positivos. Esse dinamismo do pensamento pode conduzir os sujeitos à reflexão sobre os objetos sociais preexistentes, como sendo objetos passíveis de serem



recategorizados, conforme as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, posto que a sociedade evolui constantemente.

Segundo Viegas e Nascimento (2015), para o leitor erudito não há constrangimento e muito menos aversão ao dessemelhante, pois para estes a normalidade está no que é heterogêneo. Quanto menos propagada é a prática da leitura em uma sociedade, mais provável é a marginalização dos seus cidadãos pela consequente incapacidade de argumentação e de luta pelos direitos fundamentais.

2.2 A leitura como princípio elementar no desenvolvimento acadêmico

O exercício da leitura representa o bojo do cotidiano escolar, sendo dominante em qualquer outra área. Em função disso, cabe a escola observar e perceber o quão relevante essa prática é para os alunos, uma vez que esse hábito pode aperfeiçoar outros aspectos, como qualificação profissional satisfatória, formação continuada e o alto rendimento acadêmico dos estudantes no ciclo escolar em variados níveis da educação.

Pesquisas são realizadas em prol do ensino para mensurar e avaliar a relação entre leitura e rendimento acadêmico, visto que a compreensão da leitura afetará na performance dos estudantes durante o percurso do curso, já que o nível de compreensão em leitura interfere diretamente no desempenho acadêmico (OLIVEIRA e SANTOS, 2005; SILVA e SANTOS, 2004; VIEGAS e NASCIMENTO 2015).

Uma pesquisa com 898 universitários de quatro instituições norte-americanas verificou a existência de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre leitura e aproveitamento acadêmico (SILVA e SANTOS, 2004). Corroborando com esse resultado, Silva e Santos (2004) avaliaram a compreensão de leitura e sua relação com o desempenho na prova de língua portuguesa no vestibular e o rendimento acadêmico médio de alunos de uma universidade, utilizando o teste de Cloze³. Os autores constataram que a média de pontuação obtida pelos universitários e a compreensão de leitura ficaram abaixo do esperado, demonstrando a existência de uma associação entre tais variáveis.

Oliveira e Santos (2005), buscaram verificar a relação entre a compreensão em leitura, o desempenho acadêmico e a avaliação da aprendizagem em disciplinas específicas, utilizando o mesmo teste de cloze e um questionário que visava caracterizar

³Teste de Cloze é um instrumento utilizado para avaliar a compreensão da leitura dos alunos, permitindo identificar o conhecimento sintático e gramatical como também verificar vocabulário dos participantes por meio da aplicação de textos.



os tipos mais frequentes de avaliação utilizados no ensino superior. Os resultados demonstraram que uma há correlação estatisticamente significativa entre a compreensão em leitura, o desempenho acadêmico e o tipo de avaliação de aprendizagem utilizado.

Considerando os estudos referidos acima, percebe-se claramente a importância da leitura para o desenvolvimento dos alunos durante a vida universitária. Nesse contexto, o professor universitário pode desempenhar um papel crucial na condução do percurso que os alunos irão traçar durante a faculdade. É preciso muito mais que incentivá-los é necessário despertar a ansiedade no discente para a prática da leitura. (KERMODE, 1993).

É possível perceber ações sendo cumpridas nessa direção, como se destaca as rodas de leitura para alunos do ensino fundamental, onde os organizadores reforçam os alunos a conhecer e a pensar sobre o mundo em que estão inseridos. Essas práticas permitem identificar alunos que, mesmo com pouca idade, já emitem suas opiniões e possuem uma visão ampla do que acontece em sua volta, questionando sobre o que ouvem, repetindo e fazendo uso, em outras situações, das expressões usadas pelos autores (VIANNA e BRAUN, 2010).

Esse tipo de atividade representa a ação ativa da escola em incluir e valorizar o papel fundamental que a leitura exerce. Mais que participar é necessário atuar ativamente, sendo responsável pelo crescimento dos alunos, pois ao professor cabe instigar a “curiosidade natural do educando e orientá-lo na descoberta e apropriação de um mundo pleno de possibilidades quanto à ampliação das suas capacidades intelectivas, criativas e críticas” (VIANA, 2017, p.14).

Tendo em vista o que foi discutido, nota-se que o ambiente escolar é o ambiente mais propício para o amadurecimento do leitor. É nele que precisam estar as ações voltadas para o desenvolvimento do aluno. O papel de todos os envolvidos é garantir a supervisão, orientação e estímulo para novos saberes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, a abordagem quantitativa foi utilizada. Para Creswell (2007), em uma pesquisa quantitativa deve-se utilizar dedutivamente os conceitos ou constructos posicionados em algum momento do estudo. Assim, para que se empregue a pesquisa quantitativa é necessário que o estudo contenha



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

um conjunto de variáveis inter-relacionadas, que sejam passíveis de serem mensuradas por meio de associações ou testes estatísticos.

Quanto ao tipo de pesquisa, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa descritiva, pois visa descrever e encontrar associações entre variáveis ligadas ao rendimento acadêmicos dos estudantes e a prática da leitura. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de um fenômeno ou população, bem como estabelecer relações entre as variáveis estudadas.

O estudo teve como universo os alunos de uma instituição federal de ensino localizada no estado de Minas Gerais. Inicialmente, seria considerado como população a totalidade dos alunos da instituição, porém, como cerca de 50% das vagas são destinadas para o ensino técnico integrado (curso técnico e ensino fundamental e/ou médio) onde, por Lei, os alunos obrigatoriamente recebem livros didáticos para o ano letivo, foi considerado que esses discentes poderiam influenciar os resultados da pesquisa se fossem incluídos no estudo. Assim, somente foi considerado como população a totalidade de alunos que frequentavam os cursos técnicos noturnos e as graduações ofertadas pela instituição.

Nesse sentido, foi considerado como população para o referente estudo a totalidade de 507 alunos, dos quais 88 são discentes dos cursos técnicos noturnos e 419 das graduações ofertadas pela instituição. A estratégia de amostragem adotada foi não probabilística do tipo por cotas. Neste tipo de amostragem, segundo Gil (2008), a população é dividida em grupos a partir de alguma característica relevante (idade, gênero, entre outras). Após feita a divisão, é estabelecido a cota de cada grupo para compor a amostra. Em relação a população da presente pesquisa, a cota da amostra foi estabelecida com base na proporção total que a modalidade de ensino representava na população, isto é, para os cursos técnicos foi de 28% e para os cursos de graduação 72%.

A seleção dos indivíduos para compor cada cota foi feita por conveniência tendo em vista a disponibilidade dos pesquisadores e também pelo fato da dificuldade de se delinear um procedimento sistemático dentro do tipo de amostragem selecionado.

Para a coleta dos dados, foi adotada a técnica de levantamento do tipo survey. Este tipo de técnica permite fazer uma descrição quantitativa ou numérica de atitudes ou opiniões de uma população ao estudar uma amostra desta e apresenta como vantagem



economia e rapidez, facilidade na quantificação e o conhecimento direto da realidade (CRESWELL, 2007).

As variáveis utilizadas no estudo foram construídas a partir do referencial teórico explicitado. Para o rendimento acadêmico, a variável comumente usada e de fácil observação é o coeficiente de rendimento do aluno (CR), medido através da média simples das notas obtidas em relação ao total de disciplinas cursadas. Por outro lado, o nível de leitura, seja do ponto de vista da quantidade ou qualidade, é uma variável abstrata e por esse motivo se utiliza como *proxy* uma ou um conjunto de variáveis que tentarão mensurar qual é a condição de leitura dos alunos. Nesse sentido, o presente estudo buscou como *proxies* variáveis que quantificassem a leitura dos discentes tanto do ponto de vista acadêmico (livros didáticos) quanto pelo fato da leitura como momento de passatempo ou lazer. O quadro 1 apresenta uma síntese das variáveis utilizadas no estudo.

Quadro 1. Descrição das variáveis utilizados no estudo.

Variável	Descrição	Tipo
Coeficiente de Rendimento (CR)	Média simples das notas obtidas no total de disciplinas cursadas.	Métrica
Livros Lidos (LL)	<i>Proxy</i> para assiduidade de leitura nos últimos dois anos, podendo ser livros didáticos ou não.	Ordinal
Nível de utilização da biblioteca (NUB 1)	<i>Proxy</i> de assiduidade contínua do aluno nos empréstimos de livros acadêmicos ou não durante os últimos dois anos.	Ordinal
Nível de utilização da biblioteca (NUB 2)	<i>Proxy</i> de assiduidade atual do aluno nos empréstimos de livros acadêmicos ou não no ano corrente.	Ordinal
Nível de utilização da internet (NUI 3)	<i>Proxy</i> para a frequência do uso da internet para pesquisas escolares no ano corrente.	Ordinal

Fonte: Elaboração própria dos autores. 2018.

A análise dos dados foi realizada a partir de medidas descritivas como média, desvio padrão e tabelas de frequências. Para verificar se realmente houve incremento no CR dos alunos que tinha maior assiduidade a leitura e a pesquisas escolares, foi utilizada uma análise estatística não paramétrica tendo em vista que a natureza das variáveis coletadas é, em sua grande maioria, do tipo ordinal e, conforme sugere Marocco (2007), é muito frequente em pesquisas sociais se aplicar medidas não paramétricas quando os dados não possuem uma escala intervalar ou métrica.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS



Foram aplicados 306 questionários, sendo 295 validados, respeitando as quotas de acordo com a participação do nível de ensino no total dos alunos. Nesse sentido, 208 questionários foram aplicados para os cursos de graduação do campus e destinou-se 87 questionários para os cursos técnicos noturnos (não integrados). A tabela 1 apresenta a média dos CR para os cursos ofertados pela instituição.

Tabela 1. Média do coeficiente de rendimento (CR) dos alunos segundo os cursos.

Curso	N	Tipo	Média CR	Desvio Padrão
Administração	49	Graduação	74,73	9,98
Zootecnia	34	Graduação	67,41	9,50
Agroecologia	16	Graduação	63,10	14,77
Matemática	23	Graduação	76,19	12,87
Ciência da Computação	19	Graduação	61,86	15,55
Tecnologia de Alimentos	17	Graduação	70,03	7,68
Educação Física	39	Graduação	71,80	8,97
Tecnologia de Laticínios	11	Graduação	62,41	6,07
Segurança do Trabalho	11	Técnico	71,58	6,18
Técnico em Vendas	23	Técnico	75,24	11,57
Técnico em Administração	30	Técnico	77,43	9,33
Serviços Jurídicos	17	Técnico	68,55	13,07
Informática	6	Técnico	70,41	17,25

Fonte: Dados da pesquisa. 2018.

Observando os resultados encontrados na tabela 1, constata-se que para os cursos de graduação a Tecnologia de Laticínios foi o curso que obteve a menor média. Além disso, o mesmo curso apresentou o menor desvio padrão, indicando que a maioria dos coeficientes de rendimentos (CR) dos alunos encontram-se distribuídos bem próximos da média. Ainda com relação à graduação, destaque positivamente o curso de Licenciatura em Matemática que exibiu a maior média de CR, porém com uma variabilidade relativamente alta em relação aos demais os cursos.

Para os cursos técnicos, a turma de Serviços Jurídicos exibiu a menor média de CR com um desvio padrão relativamente alto. Isso indica que as notas dos alunos desse curso possuem grande dispersão. Tal fato pode ser comprovado ao se observar a diferença entre o menor e o maior valor encontrado, a saber: 28,02 e 87,00 respectivamente. Por outro lado, o curso Técnico em Administração foi que apresentou a maior média dentre os demais com uma dispersão de respostas relativamente baixa indicando, assim, que a maioria dos coeficientes estão próximos da média.

No que diz respeito as variáveis ligadas ao nível de assiduidade de leitura, não existem medidas descritivas relevantes a serem apresentadas uma vez que tais variáveis estão sob a forma de escala ordinal. Assim, para mensurar as respostas dos pesquisados foi contabilizada a frequência de respostas em relação a cada pergunta. A tabela 2



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

apresenta a frequência de respostas conjunta dos cursos para cada variável ligada a leitura.

Tabela 2. Frequência de respostas para a assiduidade de leitura.

Variável	Frequência (%)
Livros Lidos (LL)	
Nenhum	19,00
Um	14,20
Dois	14,20
Três	38,60
Quatro ou mais	
Nível de Utilização da Biblioteca (NUB 1)	
Nenhuma vez	24,70
Uma vez	4,70
Duas vezes	6,40
Três vezes ou mais	29,20
Não se aplica	34,90
Nível de Utilização da Biblioteca (NUB 2)	
Nenhuma vez	32,20
Uma vez	8,10
Duas vezes	11,5
Três vezes ou mais	48,10
Nível de Utilização da Internet (NUI)	
Não utiliza	10,50
Uma vez a cada 15 dias	81,70
Uma vez no mês	4,70
Uma vez na semana	0,70
Uma vez por semestre	2,00
Três vezes ou mais no mês	0,30

Fonte: Dados da pesquisa. 2018.

Nota: A opção não se aplica refere-se ao fato do aluno não estudar na instituição no ano anterior.

A partir dos resultados da tabela 2 pode-se verificar que, com relação ao total de livros lidos, a maioria dos discentes respondeu ter lido quatro livros ou mais nos últimos dois anos. De certa maneira, esse resultado se aproxima ao que foi constatado pelo estudo de Failla (2016). Apesar de não possuir formalmente uma média anual para os livros lidos pelos discentes da presente pesquisa, pode-se dizer que os mesmos ainda estão pouco motivados ao hábito da leitura. Esse resultado é ainda mais alarmante se observado o percentual de alunos que não leram nenhum livro nos últimos dois anos. Em outras palavras, quase 1/5 dos estudantes da instituição não têm como hábito de ler, seja para fins acadêmicos ou de lazer.

Com relação a assiduidade contínua do discente no uso da estrutura da biblioteca, os resultados apresentados na tabela 2 evidenciaram que a maioria das respostas ficaram concentradas nos extremos da escala, isto é, ou utilizaram muitas vezes nos últimos dois anos ou sequer chegaram a usar o espaço. Esses resultados destacam a importância de se criar programas e atividades internas que fomentem a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

inserção e maior participação do aluno em atividades de leitura como bem destacado Viana (2017) e Viana e Braun (2010).

Ainda com relação aos resultados encontrados na tabela 2, verifica-se uma melhora na utilização da biblioteca no ano corrente, pois quase 60% dos discentes assinalaram ter utilizado a estrutura duas ou três vezes para fazer empréstimos de livros. Todavia, ainda chama atenção o fato de 32,20% dos alunos não terem feito uso da biblioteca para fins de empréstimos. Esse resultado pode ter sido influenciado por um fator qualitativo não medido no estudo. A biblioteca da instituição foi reformulada e ganhou uma nova sede, com novos livros e maior estrutura. Tal fato pode ter gerado maior espontaneidade nos discentes em visitar o novo espaço, estimulando indiretamente mais empréstimos de livros.

Finalmente, ao analisar os resultados relacionados ao nível de utilização da internet para pesquisas escolares ficou constatado que a grande maioria dos alunos a utilizam pelo menos uma vez a cada 15 dias, evidenciando o frequente uso dessa fonte de informação. Moreira e Rocha (2013), contudo, apontam que do ponto de vista da leitura acadêmica, é preciso ter cuidado ao realizar pesquisas nessas ferramentas, pois existem muitas informações errôneas ou com algum tipo viés. Além disso, o cuidado com a escrita nesse tipo de plataforma acaba sendo contaminado pela forma abreviada ou informal frequentemente utilizada. Nesse sentido, é importante que toda informação encontrada via internet seja filtrada, podendo o professor e o ambiente escolar como um todo se tornar o espaço ideal para compartilhar esse aprendizado sem danificar a escrita.

Com o intuito de analisar as diferenças entre os coeficientes dos alunos que possuem maior assiduidade de leitura face aqueles que pouco leem, a amostra pesquisada foi dividida em dois grupos. Os grupos foram divididos de forma que o acréscimo de assiduidade em ler livros pudesse ser analisado como fator de impacto significativo. Nesse sentido, o primeiro grupo englobou os discentes que haviam lido pelos menos 1 livro e tinham frequentado a biblioteca ao menos uma vez para realizar empréstimos. O segundo grupo, de forma semelhante, abarcou os alunos que realizaram dois ou mais empréstimos de livros e haviam lido dois ou mais livros.

A divisão dos grupos foi considerada coerente, pois caso houvesse uma divisão com um grupo onde a classificação fosse zero livros lidos e nenhum empréstimo na biblioteca, os resultados poderiam ser “mascarados” tanto para mais ou para menos, isto é, o efeito da leitura nos coeficientes de rendimento poderia ser super ou subestimado.



Analogamente, uma divisão mais fragmentada dos grupos poderia causar uma insignificância estatística, podendo levar a uma conclusão errônea que a assiduidade na leitura pouco interfere no rendimento acadêmico do aluno.

A análise estatística foi realizada através do teste não paramétrico de Mann-Whitney. Este teste consiste em comparar as medianas de dois grupos independentes. Para isso, é necessário que todas as observações sejam ordenadas sem postos (através do CR) de maneira crescente e, havendo empates entre as observações, uma média é calculada a partir das ordens que estas ocupariam caso não estivessem empatadas. Em seguida somam-se as ordens de cada uma das amostras a fim de se obter o número de vezes que uma observação da amostra 1 precedeu uma observação da amostra 2 e vice-versa (MAROCCO, 2007).

A tabela 3 apresenta os resultados do teste de acordo com os grupos avaliados e em relação as variáveis NUB 1, NUB 2 e LL.

Tabela 3. Análise não paramétrica relacionada as variáveis de assiduidade de leitura.

Variáveis	Grupo	N	Médias dos Ranks	Estatística U	P-valor
NUB 1	Pelo menos 1 livro lido	119	134,51	8866,50	0,026
	2 ou mais livros lidos	176	157,12		
NUB 2	Pelos menos 1 livro lido	73	137,75	7208,50	0,157
	2 ou mais livros lidos	222	152,03		
LL	Apenas 1 livro lido	98	126,95	7590,00	0,003
	2 ou mais livros lidos	197	158,47		

Fonte: Dados da pesquisa. 2018.

Analisando os resultados da tabela 3 ficou constatado que somente a variável NUB 2 (nível de utilização da biblioteca para o ano corrente) não obteve significância estatística, considerando um alfa de 5%. Isso significa que, no ano corrente, contrair ou não empréstimos de livros não explicou os maiores coeficientes de rendimento dos discentes.

Esse resultado sugere que para o aluno conseguir incrementar significativamente seu CR é necessário que este tenha um tempo maior de leitura, isto é, maior assiduidade contínua. Essa afirmação pode ser confirmada ao se observar as variáveis LL e NUB 1 que mensuravam justamente a assiduidade da leitura por um período mais longo. Como ambas as variáveis foram estatisticamente significativas ao nível de 5%, observando a média do ranqueamento dos alunos que leram pelo menos 1 livro face aos que leram dois ou mais pode-se afirmar que quanto mais livros lidos e maior continuidade nos



empréstimos de livros na biblioteca da instituição, melhor ranqueados ficam os discentes pesquisados.

Esses resultados corroboram com os achados de autores como Ferreira e Dias (2002) e Oliveira, Silva e Primi (2003). Adicionalmente, os resultados do presente estudo evidenciaram que o impacto da leitura no rendimento acadêmico dos alunos acontece de maneira defasada, ou seja, não é instantâneo. Assim, projetos que busquem incentivar a leitura dos discentes devem ser planejados para que sejam conduzidos em um horizonte de longo prazo, pois, do contrário, todo o esforço de professores e gestores além dos escassos recursos públicos serão utilizados de maneira errônea e não causarão o efeito desejado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância que a leitura representa na educação é notória, já que essa está umbilicalmente ligada a melhor compreensão do aluno ao que é disseminado na academia e seu progresso na mesma. Caracterizada pela sua natureza *sui generis*, a leitura ultrapassa as fronteiras físicas das instituições de ensino e dissipa imperfeições proporcionadas pelo evidente contraste social e cultural que regem a sociedade. Embasando-se nessa ótica, o presente trabalho buscou descrever a experiência de um projeto de ensino que propôs averiguar a relação entre leitura e o rendimento acadêmico dos discentes, para que em prol desses fossem realizadas intervenções para estimulá-los a criar e/ou manter incessantemente o convívio com a leitura.

A partir da análise dos resultados foi possível validar a pesquisa. Esse fato é interessante no ambiente escolar e deixa clara a ideia de que não adiantará o incentivo à leitura para obter resultados no curto prazo, mas sim um fomento que leve o prazer em estar praticando tal ato de modo que com o passar dos anos ocasione um maior aproveitamento acadêmico.

Pensando nisso, o projeto de ensino buscou ações que fizessem os alunos refletirem a respeito do resultado do presente estudo. Foram distribuídos no ambiente interno da instituição cartazes mostrando o resultado da pesquisa além de ter sido realizada, em parceria com a bibliotecária, uma palestra reafirmando o resultado da pesquisa e instruindo os alunos a usar plataformas de pesquisas científicas. Outra iniciativa foi a criação de um blog com a finalidade de divulgar estudos, livros, periódicos e matérias que estejam associadas ao universo acadêmico.



O campo de estudo da leitura não possui finitudes e proporciona aos pesquisadores interessados nessa área uma gama de dimensões a serem investigadas. Pesquisas futuras que contassem com uma amostra maior de alunos seria uma contribuição expressiva, já que poderia englobar outros campi de instituições públicas e/ou privadas. Além disso, fatores qualitativos poderiam ser analisados, como nível social e a condição de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Rodas de Leitura como Estratégias de Ensino e Aprendizagem. In: PLETSCHE, M. D.; RIZO, G. (Org.). **Cultura e formação: contribuições para a prática docente**. Seropédica (RJ): Editora da UFRJ, p. 59-66, 2010.

BUARQUE, C. Deslumbre e entendimento. In: FAILLA, Z. (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

FAILLA, Z. **Retratos da leitura no Brasil 4**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

FERNANDEZ, G. M. E; KANASHIRO, D. S. K. Leitura: Da antiguidade ao século XXI. O que mudou? **Revista UFG**, v. 13, nº 11. Dezembro 2011.

FERREIRA, S. P. A; DIAS, M. G. B. B. A escola e o ensino da leitura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 39-49, jan./jun. 2002.

FOLHA ONLINE. **Notícias falsas são tão compartilhadas quanto as verdadeiras**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1870383-noticias-falsas-sao-tao-compartilhadas-quanto-as-verdadeiras-diz-relatorio.shtml>> . Acesso em: 06 mai. 2018.

FONSECA, A. D. A instigante e complexa história da leitura: apontamentos teóricos e metodológicos. **Espaço acadêmico**, n.114, p. 87-94. Maio, 2013.

FREIRE, P. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GOUSSINSKY, E. **Brasil é o país com mais alunos na escola, mas péssima qualidade no ensino, segundo ranking norte-americano**. 2016. Disponível em <<https://noticias.r7.com/educacao/brasil-e-o-pais-com-mais-alunos-na-escola-mas-pessima-qualidade-no-ensino-segundo-ranking-norte-americano-15032016>>. Acesso em 26 abr. 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GUERRA, V. M. L.; NOLASCO, E. C. A Leitura na diferença. **Revista Vertentes**, v. 19, n. 1, p. 103-115, 2011.

JESUS, W. M. A leitura como desconstrução de estereótipos. **Domínios de linguagem**, v. 2, n.1, p. 2-18 2008.

KERMODE, F. **Um apetite pela poesia: ensaios de interpretação literária**. Tradução Sebastião U. Leite. São Paulo: EDUSP, 1993.

KRUG, F. S. A importância da leitura na formação do leitor. **REI – Revista de educação do Ideau**. v.10, n.22, Set/dez. 2015.

MAROCCO, J. **Análise Estatística com Utilização do SPSS**. 3ª edição, Lisboa: Sílabo, 2007.

MOREIRA, M. E. R.; ROCHA, E. A. G. M. Alfabetizar letrando: novos desafios no ensino da língua escrita. **Revista Saberes Interdisciplinares**, v. 12, p. 12-25, 2013.

OLIVEIRA, K. L; SANTOS, A. A. A. Compreensão em leitura e avaliação da aprendizagem em universitários. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 1, p.118-124, 2005.

OLIVEIRA, K. L; SANTOS, A. A. A; PRIMI, R. Estudo entre as relações entre compreensão em leitura e desempenho acadêmico na Universidade. **Interação em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 19-25. 2003.

PADILHA, G. F; SOUZA, F. **Leitura como prática para a formação da cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social). Centro Universitário do Vale do Itajaí, UNIDAVI, 2015.

PIRES, E. A. N. A importância da leitura na Universidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.17, n.2, p.365-381, jul./dez., 2012

SILVA, M. J. M; SANTOS, A. A. A. A avaliação da compreensão em leitura e o desempenho acadêmico dos universitários. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 459-467, set./dez. 2004.

VIANA, R. A. Leitura e a escrita na sala de aula: práticas sociais. **Revista Docentes**, v.2, n.2, p. 11-21, 2017.

VIEGAS, A. I. T. G; NASCIMENTO, G. B. O hábito da leitura na visão dos concluintes do curso de biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 58-71, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/24542>. Acesso em 28 mar. 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 2. EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA



**NOVAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE E SOCIABILIDADE
PROPORCIONADA PELA MEDICINA GENÔMICA: IDENTIDADES,
ASSOCIAÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA**

Igor José Alves Santana¹

RESUMO

O acentuado desenvolvimento da medicina, principalmente na área genética, que vem sendo cada vez mais aprimorada, pode ser associado a transformações significativas nos modos de subjetivação e nas relações sociais da contemporaneidade. A medicina genômica, novas tecnologias de prolongamento da vida, projetos científicos de mapeamento do genoma humano, assim como novos medicamentos e tratamentos, todo esse aparato médico-tecnológico e a forma como se desenvolveu ao longo dos anos, não poderiam se efetivar sem de alguma maneira abalar aspectos na forma como concebemos o mundo, e principalmente como nos relacionamos com as ideias de vida (no seu sentido biológico), a morte, as doenças, e sobre direitos e políticas relacionados a tais noções. Pelo método de uma revisão bibliográfica de autores que conceituaram, sistematizaram, trabalharam com as problemáticas que dispomo-nos a explorar, tais como Tomas H. Marshall, Steven Epstein, Peter P. Pelbart, Paul Rabinow, Nikolas Rose e Carlos Novas, propomo-nos analisar e direcionar o presente estudo para inicialmente uma abordagem conceitual e contextual do tema, desenvolvendo os conceitos-chave que constituem a base argumentativa da análise do fenômeno do surgimento e funcionamento de um novo tipo de subjetividade, e ainda, sobre a organização e mobilização política dos chamados grupos de pacientes, usando duas associações como exemplos e objetos de análise: a Cystic Fibrosis Foundation (CF) e a Dystrophic Epidermolysis Bullosa Research Association (debra). Quanto aos resultados e a discussão obtida: contextualizamos o surgimento dessas figuras às suas interações com os diferentes âmbitos da sociedade, e principalmente com o exercício da cidadania, objetivamos suscitar um debate que problematiza e abala as atuais definições de atuação política, participação cidadã e identidade, estendendo os limites que essas categorias

¹ Graduando de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros; Iniciação Científica Voluntária: Por uma Sociologia Relacionista Como Subsídio para o Pensamento das Transformações da Tecnologia; igor.jose.as@gmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

abarcam, isso para incluirmos os “grupos de pacientes”, figura social que potencializa a ideia de uma nova forma de subjetividade, uma personalizada aos moldes dos perfis físico-biológicos dos inclusos nesses grupos. Figura esta que começa a ser de suma importância para o entendimento das relações sociais contemporâneas: indivíduos que consomem sua presença no espaço físico e social através de suas experiências corporais associadas as suas doenças, que não poderiam distinguir suas condições físico-biológicas das suas atuações políticas, jurídicas, econômicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da Ciência e Tecnologia. Medicina genômica. Individualidade somática. Biossociabilidade.

INTRODUÇÃO

O acentuado desenvolvimento da medicina, principalmente na área genética, que vem sendo cada vez mais aprimorada, pode ser associado a transformações significativas nos modos de subjetivação e nas relações sociais da contemporaneidade. A medicina genômica, novas tecnologias de prolongamento da vida, projetos científicos de mapeamento do genoma humano, assim como novos medicamentos e tratamentos, todo esse aparato médico-tecnológico e a forma como se desenvolveu ao longo dos anos, não poderiam se efetivar sem de alguma maneira abalar aspectos do modo como nos relacionamos uns com os outros, além de tensionar a forma como concebemos o mundo, principalmente no que diz respeito a nossas noções de vida (no seu sentido biológico), morte, doenças, e sobre direitos e políticas relacionados a tais noções. Nesse sentido, podemos perceber inclusive modificações ou atualizações na dinâmica daquilo que Michel Foucault entende por biopolítica, que agora passa a ter uma faceta específica em decorrência da experiência contemporânea altamente marcada pela tecnociência (PELBART, 2000; RABINOW & ROSE, 2006).

A partir de meados do século XX, as pesquisas científicas das ciências biológicas estavam com as atenções voltadas intensamente para a genética. Com isso, inovações na área da saúde e novas formas da prática da medicina se consolidaram, como é o exemplo da medicina genômica. E trazendo para a contemporaneidade, com os atuais recursos tecnológicos, tais inovações tornaram a medicina mais preventiva,



mais personalizada, aprimorando assim as condições tanto de planejamento familiar quanto de execução de políticas de saúde pública (PAULA, 2014, p. 67). Um exemplo desses recursos é a tecnologia do mapeamento genético, que acarretou na criação e aperfeiçoamento de práticas médicas, tais como a terapia gênica, que permite “A possibilidade de usar o próprio gene para tratar uma doença ou melhorar alguns de seus sintomas [...]” e tem potencial para o tratamento, e mesmo para a cura, de determinadas doenças genéticas ou adquiridas como câncer, AIDS, por meio do uso de genes normais para suplementar ou substituir os genes defeituosos.²

Da mesma forma, a medicina molecular, com uma de suas inúmeras possibilidades, possui o potencial de produzir medicamentos personalizados ao perfil genético de uma pessoa. A medicina adquire então esse aspecto preventivo, que levando em conta informações genéticas que avaliarão o risco e tendência de certa doença acometer uma pessoa, tomará medidas no sentido de impedir esse cenário. Além de preventiva ela se tornou preditiva, de forma que é possível traçar um perfil genético e saber de doenças iminentes àquele indivíduo antes mesmo dele apresentar quaisquer sintomas.

Naquele cenário em que a construção da medicina genômica ainda estava por engatinhar, eis que despontavam novas problemáticas e novas figuras sociais que antes não estavam bem delineadas ou não tinham a devida atenção, que é o caso dos doentes cujas moléstias a medicina ainda pouco conhecia. Figuras estas que começaram a ser de suma importância para o entendimento das relações sociais e políticas contemporâneas. A *Cystic Fibrosis Foundation*, *CF Foundation* (Fundação Fibrose Cística)³, demonstra bem esse cenário, onde a medicina genômica desenhava um terreno propício para as articulações dessas novas figuras. Pais angustiados, porém determinados a cuidar da vida dos seus filhos se associaram, formando um grupo que veio a se tornar a *CF Foundation*. Na época, muito pouco se sabia sobre a doença, mas com o engajamento do grupo, um enorme progresso foi feito em termos de pesquisa, cuidado e tratamento

² O Projeto Genoma Humano. Disponível em: <<http://genoma.ib.usp.br/sites/default/files/projeto-genoma-humano.pdf>>. Acesso em 5 de agosto de 2017.

³ About the Cystic Fibrosis Foundation. Disponível em: <<https://www.cff.org/About-Us/About-the-Cystic-Fibrosis-Foundation/Our-History/>>. Acesso em 5 de agosto de 2017.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

dessa rara doença. Em sua trajetória desde 1955, a fundação foi responsável por formar redes de centros de cuidado, um banco de dados de pacientes, sua influência se estende à agência federal *Food and Drug Administration*, que aprovaram ao longo do tempo a comercialização de medicamentos voltados à doença, a fundação ainda articulou com um grupo de pesquisa científica atenta à questão da fibrose cística. Enfim, essas pessoas (pacientes, familiares, especialistas etc) associadas, alcançaram inúmeras conquistas.

Indivíduos que consumam sua presença no espaço físico e social através de suas experiências corporais associadas às suas doenças, que não poderiam distinguir suas condições físico-biológicas das suas atuações políticas, jurídicas, econômicas e sociais. Indivíduos estes que dependem de cuidados e tratamentos que a medicina ainda está por se aprofundar e com isso estabelecem uma relação especial com as políticas de saúde, porque dependem também do desenvolvimento da indústria farmacêutica e por isso têm de alguma forma relação com a economia e o mercado, como é possível notar nos trâmites do que foram as conquistas da *Cystic Fibrosis Foundation* (Fundação Fibrose Cística) para o desenvolvimento e comercialização de medicamentos pertinentes às suas condições. Indivíduos estes que também dependem de legislações que permitem ou proíbem medicamentos e tratamentos e por isso se fazem presente na política, como foi no processo de aprovação dos medicamentos da fibrose cística pela *Food and Drug Administration*⁴, uma agência federal dos Estados Unidos que regula, supervisiona e controla produtos com fins de promover e proteger a saúde pública. E agem também no âmbito das instituições de pesquisas, promovendo o conhecimento científico, se voluntariando para experimentos e amostragens genéticas, ou compartilhando informações sobre suas doenças, como acontece no Projeto Genoma, um projeto que tem como um de seus objetivos identificar genes do DNA humano.⁵

É evidente então, a intimidade com que a própria identidade desses indivíduos está atrelada à sua corporalidade, como suas identidades “[...] dependem, em alguma medida, de seus traços corpóreos, e que julgam, agem e experimentam sobre si próprios

⁴ What We Do. Disponível em: <<https://www.fda.gov/AboutFDA/WhatWeDo/default.htm>>. Acesso em 5 de agosto de 2017.

⁵ About the Human Genome Project. Disponível em: <http://web.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/project/index.shtml>. Acesso em 5 de agosto de 2017.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

com base numa linguagem oriunda da medicina [...]” (PAULA, 2014, p. 67). Essa reconstrução da identidade para além das abstrações da personalidade, dos sentimentos, desejos, que incorpora valores (políticos, sociais, culturais etc) à corporalidade, e ainda, que possui como cerne da sua continuidade o seu diálogo com as práticas da saúde, é o que Nikolas Rose (2011) conceitua como “individualidade somática”.

Como o indivíduo ressignifica seu próprio entendimento de si agregando à sua identidade um forte sentido biológico, ele com sua “bioidentidade” (ORTEGA, 2003) se relacionará com outros indivíduos nas mesmas condições, fomentando relações entre pessoas de etnias, culturas, classes sociais e ideologias diferentes que compartilham das mesmas condições genéticas, físicas, biológicas. Esses mesmos indivíduos somáticos se relacionarão com especialistas, sejam médicos, geneticistas, bioquímicos etc. E ainda, as famílias desses indivíduos se relacionarão com esses especialistas. E para além da relação especialista paciente família, essa rede de articulações se estende à sociedade como um todo, um exemplo disso são as associações criadas com o intuito específico de apoiar o tratamento de pessoas com doenças genéticas raras, além de fomentar a promoção de pesquisas sobre tais doenças.

Por esse exemplo podemos notar a relevância dessas novas subjetividades – surgidas no contexto já elencado anteriormente – para o entendimento das relações sociais contemporâneas. Tais subjetividades acarretam na ressignificação da identidade de certos indivíduos, que por sua vez se agrupam, se associam, ao ponto de influenciarem e se apropriarem politicamente do meio em que vivem, como é o exemplo da *CF Foundation* e da *debra*, tratado mais adiante.

Por meio de uma revisão bibliográfica de autores que conceituaram, sistematizaram, enfim, trabalharam com as problemáticas que dispomo-nos a explorar, tais como Paul Rabinow (1991; 2006, p. 27-57), Nikolas Rose e Carlos Novas (2000, p. 485-513), propomo-nos, mesmo que de forma ainda exploratória, analisar os desdobramentos do surgimento dessas novas subjetividades e sociabilidades.

Diante dessas formas não-tradicionais e contemporâneas de interação que criam e reformulam políticas que ativam conhecimentos e condutas de forma que a corporalidade passa a ser um fator chave não só no âmbito da saúde, mas também da



economia, do mercado, do Estado e da sociedade em geral, perguntamo-nos: seriam elas de tal forma relevantes a ponto de solicitar reformas nas concepções de participação política e cidadania vigentes? É preciso levar em conta que tal associativismo atinge diretamente a esfera política, por exemplo nas reivindicações de legislações que favorecem práticas médicas e científicas. Atinge também a economia, por exemplo negociando com a indústria farmacêutica a obtenção e desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos. É manifesto, assim, o caráter multifacetado dessa sociabilidade com fortes conotações biológicas. Sociabilidade esta exercida através “[...] de uma longa história, e um ativismo médico daqueles que rejeitam o mero status de ‘pacientes’ [...]”⁶ (ROSE, 2007, p. 134 – tradução nossa). E eis que essa atividade, essa sociabilidade por parte dos enfermos e toda a rede de articulações que eles realizam, configurar-se-ia como uma “biossociabilidade”, que caracteriza, nas palavras de Rose, (2007, p. 134 – tradução nossa) “[...] essa formas de coletivização organizada acerca da semelhança em compartilhar um status somático ou genético [...]”⁷.

É a partir dessa biossociabilidade que começamos a pensar, de forma indagativa, sobre o significado de cidadania e como ele se aplica sobre esses grupos biossociais. Estes sujeitos que definitivamente atuam, transformam e apropriam da realidade da sociedade em que vivem, que quebram o estereótipo do paciente terminal ou com doença rara como “vítima” e impotente à mercê das decisões médicas e estigmatizados pelo julgamento da sociedade, que conquistam direitos e reformulam e democratizam a prática da medicina. Não estariam eles exercendo uma nova forma de cidadania?

1. OS “GRUPOS DE PACIENTES”

A partir da constatação de Epstein (2008, p. 501) de que a análise acerca dos “grupos de pacientes” deve ser feita de uma ótica para “além do laboratório”, conseguimos notar uma tendência descentralizada e participativa de se pensar as tecnologias e as formas de interação social que estão presentes na discussão sobre

⁶ “[...] have a long history, and medical activism by those who refuse the status of mere ‘patients’ [...]”.

⁷ “[...] these forms of collectivization organized around the commonality of a shared somatic or genetic status [...]”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

associações e grupos de pacientes. As práticas da saúde ganham espaço para serem mais interativas, de forma que essa “abertura do laboratório” culmina em atenuar a linha traçada que divide o sujeito que produz o conhecimento (os especialistas) do objeto sobre o qual se produz um conhecimento (os portadores de doenças). Promove então a participação daqueles cujo próprio laboratório se debruça a estudar, promove uma certa democratização do conhecimento científico: os doentes e suas famílias, em cooperação com a comunidade médica, ajudam a construir um conhecimento que os remete diretamente. Assim retomamos ao conceito de biossociabilidade.

As tecnologias e pesquisas científicas encontram então um útil recurso de apreensão de conhecimento com essa aliança aos grupos de pacientes e movimentos pela saúde: a “experiência coletiva”. Quando aqueles próprios portadores de certa doença se dispõem e se esforçam em contribuir empiricamente com a comunidade médica-científica – seja com relatos da contínua experiência que é possuir determinada enfermidade, seja contribuindo por meio de doação de amostras ou submetendo seu corpo a experimentos físicos –, eles constituem uma preciosa cooperação. De forma que essa relação não acontece de forma parasitária, porque se de um lado a comunidade científica obtém uma preciosa contribuição para suas pesquisas, do outro os pacientes se inteiram informativamente sobre suas próprias condições, e ainda de alguma forma criam, recriam ou reforçam suas convicções de identidade coletiva, já que o indivíduo possuidor de uma doença terá a oportunidade de se relacionar com outros nas mesmas condições que ele, unidos por um status somático em comum. Essa biossociabilidade é bem ilustrado pelo exemplo de Rabinow (1991, p.88):

Haverá, sim, grupos formados em torno do cromossomo 17, locus 16.256, sítio 654.376, alelo com substituição de uma guanina. Esses grupos terão especialistas médicos, laboratórios, histórias, tradições [...].

Mas apesar de haver uma clara noção de ação, atividade e presença por parte do “grupo de pacientes” visto como um agente social, há algumas questões de ambiguidade terminológica que valem a pena serem pontuadas. Primeiramente que o “grupo de pacientes” não é composto apenas de pacientes, mas inclui também os familiares desses pacientes, amigos, representantes que defendem os interesses daquele determinado grupo por motivos afetivos e ideológicos etc. Depreende-se daí que



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

existem diferentes práticas de representação do grupo de pacientes. Segundo que “[...] o estudo dos grupos de pacientes compartilha de uma tênue fronteira com outros tipos de fenômenos [...]” (EPSTEIN, 2008, p. 505 – tradução nossa), tais como movimentos de participação democrática para investimento público em pesquisas biomédicas específicas, reivindicações ecológicas e de justiça ambiental que estão fortemente atreladas à saúde pública, demandas de terapias e medicamentos alternativos, entre outros fenômenos.

Esclarecidos esses pontos acerca da terminologia da categoria “grupo de pacientes”, vale elencar outros aspectos sobre a natureza da inclinação do grupo ao que diz respeito à “medicalização” ou “desmedicalização” das suas condições. Casos de grupos em que as pessoas possuem condições médicas não explicadas, que não tem às suas disposições medicamentos ou tratamentos adequados para sua doença específica, normalmente têm seu discurso voltado às reivindicações de pesquisas e produção de medicamentos apropriados às suas condições, ou seja, eles demandam uma medicalização e reconhecimento científico de seus status somáticos. Em contrapartida, há os grupos de pessoas que revogam a influência médica sobre suas condições, que demonstram

[...] a formação de novas identidades coletivas que parcialmente ou totalmente rejeitam os julgamentos padrões da biomedicina sobre como se supõe que seres humanos devem parecer ou comportar. (SHAKESPEARE, 1993, 1999; DOWSE, 2001; RAPP & GINSBURG, 2001. apud. EPSTEIN, 2008, p. 510 – tradução nossa)

Ou seja, demandam uma “desmedicalização” de suas condições. Por exemplo no caso de alguns grupos de pessoas surdas, notadas no estudo de Blume (1997, 1999 apud. EPSTEIN, 2008, p.510 – tradução nossa), onde elas “[...] se opunham ao uso de aparelhos auditivos como um desrespeito à cultura surda [...]”, ou ativistas de aceitação da imagem do “gordo”, que desafia o discurso de uma obesidade encarada como “epidêmica” e questiona direcionamentos epidemiológicos sobre os efeitos prejudiciais de ser acima do peso (SAGUY & RILEY, 2005 apud. EPSTEIN, 2008, p. 510 – tradução nossa).

Esses esclarecimentos acerca de como os grupos se organizam, se mobilizam, se classificam enfim, como se configuram, diz muito sobre a intensidade e a natureza



dos impactos que eles exercem na sociedade política, e na forma de exercício da cidadania, no que concerne à representação dos grupos de pacientes.

Apontadas as especificações e delineamentos do fenômeno dos agrupamentos de pacientes, podemos melhor apreender o significado de biossociabilidade que Rabinow (1991, p. 85) pontua como característica imbuída nesse significado a ideia de “[...] uma rede de circulação de termos de identidade [...]”. Identidade esta entendida como físico-biológica, e ainda atrelada a uma coletividade em que esses termos se aplicam: pessoas contemporâneas à era genômica as quais se relacionam socialmente em decorrência do seu status somático. Suas participações políticas são biologicamente enviesadas, no que diz respeito à natureza das suas demandas, representações, atuações. Assim como suas participações econômicas, porque evidentemente medicamentos, tratamentos, diagnósticos e pesquisas não estão fora da lógica capitalista.

Um exemplo dessa biossociabilidade é a debra (Dystrophic Epidermolysis Bullosa Research Association)⁸, uma associação fundada em 1980, a partir da mobilização de Arlene Pessar e seu filho Eric Lopez – o qual tinha epidermólise bolhosa (EB) – e suas reivindicações: como o investimento em pesquisas sobre a EB, a disseminação de informações sobre a doença ao público e o elaboração de políticas de conscientização da comunidade. Aos poucos a debra somou várias conquistas tais como enormes contribuições sobre o conhecimento da doença, seus tratamentos, diagnósticos e cuidados em gerais; e também na divulgação e conscientização da EB para famílias que possuem esses doentes, assim como para a sociedade como um todo.

Esse histórico de conquistas traçado pela debra não poderia ter sido feito sem uma atividade de mobilização política. Todos esses desdobramentos ocorreram porque de alguma forma as vozes de Arlene Pessar e de seu filho alcançaram os ouvidos da comunidade em que eles viviam e, por conseguinte os ouvidos das figuras políticas regionais, até um momento em que suas vozes foram ouvidas no âmbito federal. E a partir daí, não só as vozes de Arlene e Eric, mas também todo um coletivo de pessoas nas mesmas condições, que compartilham traços comuns da sua identidade entre si, por

⁸ About Debra of America. Disponível em: <<http://www.debra.org/aboutdebra>>. Acesso em 5 de agosto de 2017.



terem as mesmas definições somáticas, por terem uma bioidentidade – e consequentemente um diferente tipo de subjetividade – se associam, se sociabilizam, enfim, praticam a biossociabilidade. Denotam também uma postura de medicalização, visto que a associação fundada por mãe e filho reivindicava posicionamentos da comunidade científica para o reconhecimento e conscientização da condição daqueles acometidos pela doença.

Essa coletividade constrói mutuamente uma compreensão e uma rede de saberes sobre si própria e ainda das moléstias que as acomete, na maioria das vezes até mais que a expertise médica; ela também influencia e é influenciada pelas relações de poder, seja na política, na economia, culturalmente etc. Essa identidade coletiva é dinâmica, é observável, é ativa, é influente no meio social, e interage com as mesmas instituições que as coletividades “normativas” – as pessoas que não têm em si um senso de bioidentidade aflorado, por não ter nenhuma condição genética excepcional que necessita de atenção –, apesar de operarem de forma diferente. É por essas características que nos inclinamos a pensar que essa forma *bio* de sociabilidade, de mobilização política, de associativismo, de coletividade, acarreta o pensar de uma “nova cidadania”.

2. REPENSAR A CIDADANIA

Partindo da concepção de cidadania de um recorte ocidental, moderno e como um valor ideal constituinte do estado democrático de direito, a entendemos como um conjunto de direitos e deveres que perpassam as seguintes esferas, assim sistematizadas por Marshall (1967, p.63) –, civil, “[...] composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça.” Política, “[...] o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política, ou como um eleitor dos membros de tal organismo.” E social, que “[...] se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social [...]”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Notadamente, a dinâmica da biossociabilidade se insere em cada um desses três fundamentos básicos da cidadania.

No que toca os direitos civis da cidadania, que é fortemente baseada na liberdade individual e endossamento jurídico, conduzindo à discussão dos desdobramentos da biomedicina, podemos pensar no potencial das tecnologias de diagnósticos precoces de doenças genéticas que a medicina genômica dispõe e como elas abalam as políticas e a propriedade sobre o próprio corpo. A sofisticação das tecnologias da medicina genômica agrega um aspecto preventivo às práticas médicas, de tal forma que por meio de teste genéticos é possível identificar a propensão de certas doenças no indivíduo e assim prevenir seu tratamento. Esse conhecimento a nível molecular do corpo fatidicamente impacta as atuais definições e limites do direito individual ao próprio corpo. Um exemplo desse cenário seria a criação de um banco de dados genéticos da população, com fins de monitoramento da saúde pública, prevenção de doenças tais como câncer, diabetes, obesidade etc. Isso implicaria na criação de direitos civis pessoais ou a extensão dos já existentes, para poder lidar com essa questão delicada que é ter informações privadas em uma de suas formas mais profundas ao encargo do Estado.

O direito político é talvez o aspecto da cidadania que é mais explícito no debate sobre biossociabilidade, vide os exemplos e articulações anteriores que dizem respeito à mobilização política dos grupos de pacientes, como a *CF Foundation* e a *debra*.

O direito social, contextualizado no quadro da biossociabilidade, de certa forma incorpora elementos políticos e civis da cidadania, voltando-se para garantia da igualdade, proteção e aparo dos cidadãos. Porém, pela condição em que os “cidadãos biológicos” (ROSE) se encontram – esses cidadãos possuidores de uma subjetividade fortemente atrelada à sua disposição físico-biológica, dispostos de uma nítida individualidade somática, que se relacionam com as instituições postas e exercem seus direitos e deveres como membros integrantes da sociedade sem se desligarem das suas bioidentidades –, essas garantias se efetivam de forma diferente.

Como discutir igualdade quando a condição em que o indivíduo somático se encontra é excepcional? Excepcional porque diferente da grande maioria da população,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

sua vida é conduzida a partir do fato da sua subjetividade ser acentuadamente intrínseca à sua corporalidade, suas experiências cidadãs se distinguem muito das demais coletividades. Por exemplo, em que ocasião um cidadão não portador de nenhuma doença se veria no dilema de se voluntariar para testar um medicamento recém-descoberto sem nenhuma certeza das conseqüências daquilo para o seu corpo? Esse tipo de experiência, que exercita a empatia por aqueles semelhantes de condições somáticas, está imbuída com uma ideia de igualdade e solidariedade personalizadas às diretrizes da biossociabilidade.

A necessidade de informação e inteiração de tudo que lhes dizem respeito é também um aspecto notável do exercício de cidadania dessas pessoas. Traçando um paralelo: se para um cidadão “normal”, negligenciar-se informativamente, se abster do engajamento político, não se interessar em conhecer o mundo que o rodeia e conseqüentemente a si próprio é uma ocorrência comum, para o indivíduo somático essa alienação se apresenta como uma ameaça. Isso porque a própria vida biológica deles depende das suas constantes buscas de informações, o acompanhamento de projetos científicos que de alguma forma dizem respeito às suas condições, a atenção às legislações, políticas e órgãos que controlam e influenciam a aprovação ou alterações de medicamentos entre outras atividades já mencionadas.

Há aspectos facilmente reconhecíveis de maior reflexão neste debate, que é o exemplo da expectativa de vida. Um impacto profundo atinge um indivíduo que sabe previamente que a sua expectativa de vida tem uma média determinada muito inferior ao restante da população, isso afeta sua concepção do mundo, sua subjetividade. Essa pessoa desde a infância terá uma série de regulamentações, de um “manual” de como proceder ao longo da sua vida, uma noção de auto-cuidado que foge ao senso comum das pessoas que não compartilham daquela condição somática. Porque a forma como esses indivíduos tem seu lazer é diferente, assim como suas relações interpessoais e suas interpretações e apreensões da realidade. A causa disso é o senso de auto-cuidado e respeito ao seu corpo biológico.

Esses âmbitos da vida social que evoca uma reflexão da perspectiva biossocial são apenas alguns exemplos de como o direito social se efetiva.



CONCLUSÃO

Desse modo, mesmo que de forma indagativa e exploratória, este artigo se propõe a levantar uma reflexão e discussão acerca do conceito de biossociabilidade ser a chave para o entendimento de novas subjetividades, as quais são pautadas fundamentalmente pelo caráter somático do indivíduo. E ainda, questionar se as associações, organizações, articulações e engajamentos desses sujeitos dotados de uma bioidentidade – que é uma conceituação para um dos desdobramentos das novas formas de subjetividade – não configurar-se-ia como uma nova categoria de cidadania: a biocidadania.

Tratamos da questão do contexto em que a medicina adentrou a era genômica e preparou um terreno propício para o surgimento de novas figuras que vieram a ser de suma importância para a compreensão das relações sociais contemporâneas. Desde então, analisando essas figuras, os indivíduos somáticos, percebemos que longe do estereótipo de vítimas e inválidos, eles são ativos e agentes transformadores da esfera política, civil e social, e são condicionados pela cidadania da mesma forma que o restante da população inserida numa sociedade moderna e ocidental também é.

Mas o âmago da questão é que essa cidadania é exercida sob condições diferentes. Imaginemos um cenário hipotético onde uma agência federal de controle de drogas, por algum motivo, proíbe ou reduz a circulação de um medicamento consumido por inalador, e acaba por agravar a saúde de milhares de doentes de fibrose cística. Ou então onde um laboratório de pesquisas inova com uma tecnologia que aperfeiçoa inaladores de forma que o custo de produção e comercialização deles reduza a um preço mais acessível, e com isso permite o alcance de portadores de fibrose cística de condições mais precárias a ter uma saúde mais plena. Ou também, a instituição em âmbito nacional de um método de terapia gênica aplicada a bebês, baseado num banco de dados genéticos. Esses cenários hipotéticos ilustram o direito político de acompanhar legislações que surtem efeito na vida de pessoas da forma mais íntima possível, ao nível molecular.



Há também a discussão sobre a privacidade dos cidadãos perante um sistema de banco de dados genéticos, onde constariam informações íntimas e às vezes de desconhecimento da própria pessoa, como predisposição ao alcoolismo, câncer, fibrose cística, tendência à hipertensão etc. E é mister pensar que formas de lidar com esse quadro o direito civil dispor-se-ia. É válido também posicionar essa questão na discussão da biossociabilidade.

A *bio* talvez seja o despontar de uma nova categoria ou faceta da cidadania. E por meio de uma abordagem exploratória, damos o pontapé inicial para uma investigação cada vez mais aprimorada dos temas aqui tratados, dando continuidade à revisão bibliográfica e posteriormente um estudo de caso de alguma associação de portadores de doenças genéticas raras.

Enfim, poderia se adotar o viés de que a condição *bio* dessa sociabilidade seria somente um mero disparate do atual cenário que a tecnologia e a medicina genômica proporcionaram. Isto é, considerá-la apenas como uma conjuntura volátil e excêntrica da contemporaneidade – com um quê passageiro, uma fase, uma pequena ramificação da sociabilidade convencional –, e por isso, para fins analíticos e práticos ela não teria a devida relevância que a propomos nesse artigo. Ou em consideração ao que articulamos ao longo do texto, assumir mesmo que parcialmente que de fato a condição *bio* atribuída à cidadania e à sociabilidade constitui um elemento chave para a compreensão das relações sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

EPSTEIN, Steven. Patient Groups and Health Movements. In: ARMSTERDAMSKA, O; HACKETT, E; LYNCH, M; (Orgs.), et al. *The Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 499-541.

MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-107.

NOVAS, Carlos; ROSE, Nikolas. Genetic risk and the birth of the somatic individual. *Economy and society*, v. 29, n. 4, p. 485-513, november 2000.

ORTEGA, Francisco. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 59-77, 2003.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

PAULA, B. L. S. *Híbridos e Mutantes*: estudo comparativo entre aconselhamento genético e eugenia. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio*: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

RABINOW, Paulo. Artificialidade e ilustração: da sociobiologia à bio-sociabilidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, p. 79-94. 1991.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, abril de 2006.

ROSE, Nikolas. Biological Citizens. In: ROSE, Nikolas. *Politics of life itself*: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century. Princeton: Princeton University Press, 2007. 131-155.

ROSE, Nikolas. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade*: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011.



GESTÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DA PLURALIDADE E A ÉTICA

Dilcinho Luiz da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho teve como propósito investigar quais são as possíveis contribuições da gestão escolar para o exercício de princípios éticos que são adquiridos no decorrer da vida escolar. Com base em Boff (2003) e Hermann (2001), pode-se ver que o exercício dos princípios éticos se encontra arraigados na fundamentação cristã, e o sistema educacional tem o papel de socialização da cultura, do conhecimento e dos valores. Diante disso, a moral e a ética devem, portanto, ser transmitidas às novas gerações e essa difusão do conhecimento ocorre também dentro da escola. A partir dos estudos bibliográficos, vê-se claramente que nem sempre as outras esferas da sociedade, além da escola, contribuem para desenvolver qualitativamente as relações interpessoais, dificultando assim o exercício dos valores. Mediante a essa realidade, a gestão escolar, juntamente aos docentes devem propiciar condições ao aluno de um convívio pautado na justiça, no respeito e na solidariedade, de modo que vivenciem esses valores, incorporando-os a sua personalidade levando tais práticas ao convívio em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar, Princípios éticos, Sociedade.

EIXO TEMÁTICO 4: Fronteiras: Educação e Sociedade

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Educação: Universidade Sek – Chile; Mestre em Educação: Universidade Udelmar – Chile; Especialista em Mídias na Educação; Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em Docência do Ensino Superior: Faculdade Prominas; Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura: Universidade Vale do Rio Doce; Graduação em Letras: UNILESTE; Graduação em Pedagogia: UNIUBE. E-mail: dilcinholuiz@hotmail.com.



O presente trabalho tem como objetivo analisar as possíveis contribuições da gestão educacional para efetivação de princípios éticos que são adquiridos no decorrer da vida escolar e que, no entanto, não se vivencia de maneira tão qualitativa quanto deveria no dia-a-dia em sociedade.

É bem perceptível que há constantes mudanças na sociedade atual que desconfigura a realidade dos valores éticos vivenciados no âmbito escolar. Tal tendência subjacente afeta o sujeito acentuando ainda mais uma ruptura e separação de referências nas quais se enraíza sua posição no mundo e do âmbito em que atua.

Ao observar o patamar em que se encontra a sociedade, percebe-se grande necessidade de compreender a ética na educação, a fim de propiciar pluralidade de perspectivas orientadoras do agir humano, pois a concepção de natureza humana decisiva para o pensamento moderno entende o indivíduo como uma particularidade, destinado ao aperfeiçoamento moral de si e da espécie.

Mediante a tais subsídios, vê-se claramente que, as escolas têm presenciado muitas situações de ausência dos valores éticos que contribuem de maneira decisiva para inserção de informações que enriquece a cultura do discente de maneira a possibilitar vivência de valores como a honestidade, respeito, o amor, interação com o colega e o professor, enfim valores que solidificam cotidianamente.

Acredita-se que através de uma liderança participativa assumindo responsabilidade das ações no interior da escola pode influir nessa situação podendo contribuir para amenizar ações controversas a tais princípios que representam o cerne da sociedade nas práticas diárias.

Fundamentos da gestão escolar e da pluralidade cultural

Ao discutir as concepções de organização e de gestão escolar afirma-se que tais concepções assumem diferentes modalidades e finalidades sociais e políticas da educação em relação à formação dos alunos. E nesse contexto situa duas concepções: a concepção técnico-científica e a concepção sócio crítica. Sendo assim, as alternativas



devem ser colocadas no nível das grandes tendências epistemológicas, ou seja, dos paradigmas que fundamentam não somente as políticas educacionais, mas também as concepções de educação e as práticas de gestão, bem como, a articulação desses níveis entre si.

Genuíno Bordignon e Regina Gracindo (COLL, 2000, p. 21), ao abordarem a mesma temática afirmam que a gestão democrática para se constituir enquanto tal deve se amparar num paradigma emergente que tem como características básicas uma concepção dialética da realidade, o entendimento de que existe uma relação intersubjetiva entre sujeito e objeto do conhecimento e que entende o homem como sujeito histórico que sofre os condicionantes da realidade atual, mas que traz consigo a capacidade histórica de nela intervir.

Esse paradigma vai se contrapondo ao racional-positivista ou empírico analítico que está na base das orientações para a condução da gestão da educação e da escola em seu formato técnico-científico. Suas características básicas consistem em considerar a realidade como um todo estruturado e advogar a neutralidade da relação ente sujeito e objeto do conhecimento (SANTOS FILHO, 2000 apud HORA, 1994, p. 68).

Nesse sentido, a relação sujeito - objeto é vista de forma fragmentada, o que reflete uma concepção de educação baseada numa relação hierarquizada, e dual, de poder e autoridade entre aquele que ensina (professor) e aquele que aprende (o aluno). No campo da gestão escolar, tal concepção resulta numa organização compartimentada em que os papéis e os níveis de poder estão claramente definidos (COLL, 2000, 1994, p. 68).

Hermann (2001, p. 98) e Coll (2000, p. 46) explicam que os técnicos-formuladores das políticas que detêm conhecimento traçam os caminhos, as metas e as estratégias que a escola deveria seguir para assegurar a boa condução do trabalho pedagógico, garantindo, assim, a efetivação de uma educação qualidade.

Tratando-se de educação de qualidade, a pluralidade e a ética são de extrema importância no ambiente escolar para a conquista desse mérito. Chauí (2003 p.175) apresenta que a vida ética ou vida virtuosa depende do conhecimento, pois é somente por ignorância que se faz o mal e se deixa arrastar por impulsos e paixões contrárias à virtude e ao bem.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O ser humano sendo essencialmente racional deve fazer com que a razão ou inteligência conheça os fins morais, os meios morais e diferenças entre o bem e o mal, de modo a conduzir a vontade do momento da deliberação e da decisão. “A vida ética depende do desenvolvimento da inteligência ou razão, sem a qual a vontade não se pode atuar”. (CHAUÍ, 2003 p.175).

Para concepção voluntarista, a vida ética ou moral depende essencialmente da vontade, porque dela depende o agir e ele pode querer ou não querer o que a inteligência lhe ordena. A vontade boa orienta a inteligência no momento da escolha de uma ação, enquanto a vontade má desvia a razão da boa escolha, no momento de deliberar e de agir. “A vida ética depende da qualidade da vontade e da disciplina para forçá-la rumo ao bem. O dever educa a vontade para que se torne reta e boa” (CHAUÍ, 2003 p.176).

Diante dos pressupostos das duas concepções, nota-se que, há concordância quanto à ideia de que, por natureza os seres são passionais, cheios de apetites, impulsos e desejos cegos, desenfreados e desmedidos, cabendo à razão estabelecer limites e controles para paixões e desejos. Assim, para os seres humanos o desejo parte da satisfação de necessidades, mas acrescenta a elas o sentimento do prazer, dando às coisas, às pessoas e às situações novas qualidades e sentidos.

No desejo, a imaginação busca o prazer e foge da dor pelo significado atribuído ao que é desejado ou indesejado. Aspecto que permite afirmar que o desejo é à busca da fruição daquilo que é desejado, porque o objeto do desejo dá sentido à nossa vida, determina sentimentos e ações.

Em outras palavras, pode-se dizer que, consciência e desejo formam o campo da vida ética: consciência e desejo referem-se às intenções e motivações. Tais aspectos dizem respeito à qualidade da atitude interior ou dos sentimentos internos ao sujeito moral (consciência) e à qualidade da atitude externa, das condutas e dos comportamentos do sujeito moral.

Pode-se dizer, portanto, que para adesão da moral ética é importante reconhecer o conhecimento como mediador para motivação e intenção; aspecto significativo para eficácia interior àquilo que se acredita ser o bem.

A partir de diversas leituras, pode-se ver que, a ética e a moral são termos frequentemente usados como sinônimos, no entanto há uma distinção entre eles. A ética



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

é uma das áreas da filosofia que investiga sobre o agir humano na convivência com os outros e a moral que surge dessa convivência. Hermann (2001, p. 43) esclarece tais palavras das seguintes maneiras:

A palavra ética provém do grego *ethos*, que significa hábitos, costumes, e se refere à moradia de um povo ou sociedade. O termo moral, por sua vez, provém do latim *moralis* e significa costume, conduta. A Moral é o conjunto de normas e condutas reconhecidas como adequadas ao comportamento humano por uma dada comunidade humana e estabelece princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta.

Mediante a esse subsídio, entende-se que a moral refere-se propriamente a princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades e no campo da moral dominam os valores relacionados ao bem e ao mal, como aquilo que deve ser buscado ou de que se deve afastar. A ética, por sua vez, que objetiva refletir e criticar a moral propõe verificar a coerência entre práticas e princípios, questionando e/ou reformulando os valores e as normas estabelecidas pela moral.

Segundo Boff (2003, p. 32), “é importante que as regras morais sejam legitimadas, e para que essa legitimação ocorra de fato, é necessário haver a possibilidade de pertencimento e inclusão na sociedade”. Para que o indivíduo se incline a legitimar determinado conjunto de regras, traduzindo algo de bom para si.

Diante disso, é relevante lembrar que, a educação tem tido o papel de socialização da cultura, do conhecimento e dos valores. A moral e a ética devem, portanto, ser transmitidas às novas gerações e essa difusão do conhecimento ocorre dentro da escola.

Para Hermann (2001, p 47), a ética, deve proporcionar ao aluno o entendimento do conceito de justiça baseado na equidade e ainda sensibilizá-lo para a necessidade de construção de uma sociedade justa, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais. Para tanto, deve-se discutir a moral vigente e tentar



compreender os valores presentes na sociedade analisando quando eles devem ou podem ser mudados, visto que os mesmos são instrumentos de construção da sociedade.

Assim, o trabalho pedagógico deve envolver aspectos que propicie o aluno condições de aperfeiçoar valores exigindo que o professor envolva, além do conteúdo específico de sua área, demais temáticas pertinentes.

Resultados e Discussão

A escola tem uma dimensão moral e não pode ser considerada a única instituição social capaz de educar moralmente os cidadãos. A família tem também papel importante ao lado da escola, sendo o primeiro espaço de convivência do indivíduo, onde o mesmo inicia seu processo de conhecimento.

Outro importante meio de socialização da moral e da ética são os meios de comunicação de massa nos espaços públicos e privados, o que lhes conferem um grande poder de influência, de veiculação de valores e de modelos de comportamento (BRASIL, 1998, p. 67).

Assim, as relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem pelas classes e categorias as que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. A sociedade é constituída pela diversidade, que tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas.

Entretanto, cada indivíduo possui sua particularidade, se diferenciam um dos outros. Verifica-se que nem sempre a diversidade e a singularidade são reconhecidas, gerando o preconceito tal qual como é perceptível.

Para Boff (2003, p. 39), do ponto de vista ético, “o preconceito pode traduzir se de várias formas, sendo a mais comum o não reconhecimento da universalidade de alguns princípios morais universais”.

No contexto escolar, o professor, enquanto mediador do conhecimento deve trabalhar com a multiplicidade de comportamentos e culturas, considerando a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

individualidade de cada um, incentivando o respeito mútuo com base em regras de convívio social estabelecidas.

Em referência à ética, é fundamental que ao planejar as atividades a serem desenvolvidas, os professores selecionem conteúdos que explicitem e despertem a curiosidade pelas diferentes formas de organização social e culturas existentes no mundo e pelos diferentes valores que sustentam o convívio, na escola e fora dela.

A escola é uma instituição pela qual se espera que passem todos os membros da sociedade, coloca-se na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. Também veicula valores que podem convergir ou conflitar com os que circulam em outros meios sociais que os indivíduos frequentam ou a que são expostos.

Nesse contexto, ao longo dos anos, algumas tendências surgiram como forma de abordar a questão da moral e da ética, de forma que, segundo o PCN (1998), as tendências propostas são:

Tendência Filosófica: Não se procura fazer uma discussão sobre o que é o bem e o mal, mas promover o conhecimento das várias opções de pensamento ético, para que os alunos os conheçam e reflitam sobre eles.

Tendência Cognitivista: Esta tendência dá importância ao raciocínio e à reflexão sobre questões morais, e não à apresentação de um elenco de valores a serem ‘aprendidos’ pelos alunos. Apresentam-se dilemas morais a serem discutidos em grupo.

Tendência Afetivista: Procura-se fazer com que cada um tome consciência de suas orientações afetivas concretas, na esperança de que, de bem consigo mesmo, possam conviver de forma harmoniosa com seus semelhantes. A tendência Afetivista acerta ao levar em conta os sentimentos dos alunos, porém, quando cada um tem seus próprios valores, se torna individual e esse individualismo é incompatível com a vida em sociedade.

Tendência Moralista: Ela tem um objetivo claramente normatizador: ensinar valores e levar os alunos a atitudes consideradas corretas de antemão. Os alunos ficam sabendo muito bem quais valores os educadores querem que sejam legitimados.

Tendência Democrática: A escola democrática não pressupõe espaço de aula reservado aos temas morais. Trata-se de democratizar as relações entre os membros da escola, cada um podendo participar da elaboração das regras e discussões e das tomadas de decisão a respeito de problemas concretamente ocorridos na instituição (BRASIL, 1998, 89).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Diante desse fundamento, vê-se que, a escola deve possibilitar ao aluno a capacidade de realizar seus projetos, sendo que a qualidade desse aprendizado é condição fundamental para alcançar a qualidade moral de seus alunos.

Além disso, é papel da escola proporcionar um convívio pautado na justiça, no respeito e na solidariedade, de modo que estes alunos vivenciem esses valores, incorporando-os a sua personalidade e levando essas práticas ao convívio em sociedade. Para que esses objetivos sejam alcançados, cabe a escola enfrentar o conflito existente entre as suas normas e regras pré- estabelecidas e aqueles valores que cada um de seus membros traz consigo.

O professor, enquanto membro constituinte da instituição escolar deve planejar suas atividades de modo que, consiga estimular a participação dos alunos a serem co-autores do seu processo de aprendizagem. Ainda deve ser enfatizada a importância de que o docente conheça a realidade dos seus educandos, para proporcionar aulas com conteúdos significativos a eles.

Cabe destacar, ainda, que para o funcionamento de uma gestão democrática, é importante que a escola possibilite a participação de todos nas decisões que são tomadas neste ambiente, uma vez que as determinações realizadas por uma pessoa ou por um grupo pequeno não abrangem o desejo e as necessidades da maioria. A formação moral do cidadão é um dos objetivos previstos pelo PCN, para tanto trabalham com temas referenciados ao princípio da dignidade do ser humano.

Tendo em vista que a ética é um tema amplo e que visa o desenvolvimento da autonomia moral pelos alunos, para que estes possam compreender e atuar de maneira crítica diante dos valores e regras sociais, o PCN subdivide os conteúdos éticos em blocos, são eles: Respeito, Justiça, Solidariedade e o Diálogo.

A escola deve possibilitar o convívio com diversos “tipos” de pessoas e assim os alunos podem e devem aprender ter o respeito por todos os alunos, isso é um dos papéis da escola. Assim, se verifica que dentro das escolas o preconceito com as pessoas que



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

não correspondem ao “modelo” padrão estabelecido pela sociedade estão presentes, cabe a escola trabalhar para que isto não se estabeleça na instituição.

No ambiente escolar é de fundamental importância abordar a temática da pluralidade cultural, pois representa característica do país, especialmente durante a formação dos indivíduos na escola, conforme Hermann (2001, p. 72) apresenta:

A temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Assim, ao deixar claro a que se refere à temática da Pluralidade Cultural, vê-se como é fundamental o papel da escola como instituição formadora dos indivíduos que serão atuantes no cenário da sociedade, pois cabe a escola o papel desafiador de formar uma consciência baseada na existência da diferença entre pessoas e no respeito mútuo que deve existir e permear as relações sociais.

Dessa maneira, com a elaboração de um documento como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), pautado na Lei de Diretrizes e Bases da educação, a discussão a respeito da pluralidade que envolve o país, deve passar a ser tratada nas escolas, procurando agir conforme propõe o próprio documento:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. (BRASIL, 1998).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A desse pressuposto espera-se que na escola aconteça a aprendizagem eliminando os preconceitos e discriminações decorrentes de diferenças raciais, étnicas e culturais. Isso, entretanto, só ocorre a partir do trabalho com alunos, docentes e demais membros da escola e comunidade, tomando-se como base o contato com informações e discussões não somente durante um período pré-definido, mas sempre que necessário.

O documento propõe ainda que o tema da Pluralidade Cultural traga uma concepção que explicita a diversidade étnica e cultural brasileira, buscando ainda compreender suas relações, apontando transformações necessárias, além de oferecer elementos para valorizar as diferenças étnicas e culturais respeitando os valores do outro como expressão da diversidade.

Ao aprofundar na temática da Pluralidade Cultural, é necessário primeiramente que seja lembrado alguns pontos, tais como o fato de que as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo do tempo e de acordo com suas experiências e relações com o meio e com outros grupos. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social distinto, sendo que as mesmas, em geral, são transmitidas através das gerações pela linguagem escrita, fotográfica, mas principalmente pela linguagem oral.

Desse modo, quando ocorre a articulação entre a desigualdade social e a discriminação étnica, racial e cultural, tem-se como consequência a chamada “exclusão social”, que leva essa parcela da população a impossibilidade de acesso a bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, além de não efetivar a participação na gestão coletiva do espaço público (Brasil, 1998,).

Pode-se dizer, portanto, que a escola deve apresentar possibilidade de mudar a situação de discriminação praticada contra grupos sociais com etnia, raça e cultura diversas, visto que, a instituição escolar sendo formadora de indivíduos, pode e deve reconhecer a variedade cultural especialmente em se tratando de um país como o Brasil, ensinando, assim, a conhecer e valorizar a diversidade cultural, consumando assim os princípios éticos.



Conclusão

A gestão educacional deve articular-se ao compromisso sócio-político com os interesses coletivos, liderando eficientemente, mesmo diante de confrontos internos da educação institucionalizada, pois muitas vezes a resolução de diversos confrontos centra-se à estratégias que muitas vezes precisam ser vistas dentro dos limites da ação da escola.

A gestão escolar se fundamenta nas relações estabelecidas entre o sujeito e o conhecimento de maneira que, este esteja contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Sendo dessa forma, exige que a comunidade escolar execute atividades que abrange a pluralidade cultural, ou seja, abordagens curriculares que possibilitam melhor o inter-relacionamento dos alunos com as diversidades culturais, as quais eles se encontram inseridos, bem como, posicionando reflexivamente, respeitando-as reconhecendo que são características da sociedade que eles convivem.

Percebe-se assim, uma necessidade culminante de ações pedagógicas diante dos aspectos negativos da realidade escolar, pois, vê-se claramente que as demais esferas da sociedade, além da escola, não acompanham devidamente a vida dos indivíduos, fator que os desmotivam dificultando a interação.

Entende-se que toda comunidade escolar deve agir possibilitando suprir parcialmente a ausência de ações que devem acontecer primeiramente na família, sendo assim, certamente os alunos tenderão a efetivar o exercício dos princípios éticos os quais são de extrema importância para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BOFF, Leonardo. **Ética e eco-espiritualidade**. Campinas S.P. Verus Editora, 2003.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

COLL, César. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagens de conceitos, procedimentos e atitudes.** Ed. Artes Médicas. Porto alegre, 2000.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em Educação.** Rio de Janeiro. Dp&A, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia.** São Paulo. Ed. Ática, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade.** Ed. Artes Médicas LTDA. Porto alegre, 1998.



O OLHAR NA COLETIVIDADE: PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Rômulo Predes Monteiro da Cunha¹

RESUMO

Este trabalho busca a expansão dos debates que permeiam uma chamada educação libertadora ou emancipadora, trazendo à discussão a concepção de uma pedagogia da coletividade. Para isso, serão iluminadas intenções, dificuldades e lógicas por detrás do desenvolvimento de uma pedagogia da coletividade revolucionária, esclarecidos os cenários pós-Revolução Russa. Dessa forma, o trabalho evoca a incomum biografia de Anton Semionovich Makarenko, tecida por Cecília da Silveira Leudemann, e do seu diálogo com a excepcional obra de Paulo Freire, figura consolidada nos estudos sobre educação no Brasil e no mundo, assim como o estudo das contribuições de Michel Foucault para análises da sociologia da educação. Por fim, acionando ainda leituras de bell hooks e Roseli Salete Caldart, o caráter libertador da educação é analisado e concretizado nas experiências de Freire e de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Coletividade. Movimentos sociais. MST.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a expansão dos debates que permeiam o método de educação libertadora postulada por Paulo Freire, agregando à discussão a concepção de uma pedagogia da coletividade construída a partir de experiências revolucionárias e de movimentos sociais. A fim de analisar a referida pedagogia da coletividade, opta-se por uma ênfase no seguinte recorte histórico: o grande desafio representado aos novos

¹ Graduando no curso de Ciências Sociais da Escola de Ciências Sociais (FGV/CPDOC). E-mail: romulopmc@gmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

gestores e pensadores do regime comunista recém-nascido com a Revolução de Outubro de 1917, expoente na necessidade urgente de grandes reformas estruturais, agravadas com as consequências catastróficas da Primeira Guerra Mundial. Assim, a figura do ucraniano Anton Semionovich Makarenko (1888-1939) é uma particularmente pertinente por ter almejado a construção dos novos homens e mulheres soviéticas, de valores e comportamentos compatíveis com o ideário e a experiência de uma sociedade socialista. Dessa forma, a aproximação analítica da obra de Paulo Freire com a experiência pedagógica do ucraniano Anton Makarenko proporciona uma saudável adição para as reflexões sociológicas sobre a educação de forma mais ampla. É interessante pensar a experiência revolucionária soviética e suas implicações a fim de melhor compreender os esforços e desafios pedagógicos enfrentados por pensadores e movimentos sociais brasileiros no trato com uma educação pautada no protagonismo dos sujeitos e na valorização da coletividade enquanto instância fundante de sentido, aqui destacado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Posto isso, o trabalho aciona, em primeiro momento, a excepcional obra de Paulo Freire, figura consolidada nos estudos sobre educação no Brasil e no mundo. A seguir, a biografia de Anton Semionovich Makarenko, escrita por Cecília da Silveira Leudemann, é trabalhada em diálogo com a obra freireana, bem como somadas às contribuições de Michel Foucault para analisar o sistema educacional moderno. Por último, será acionada o trabalho de Roseli Salete Caldart a fim de conectar a inspiração de ambas as teorizações, acerca de uma educação libertadora e de uma pedagogia revolucionária, concretizadas na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

PAULO FREIRE E A DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A grande referência em propostas de educação chamadas “libertadoras” ou “emancipadoras” tende a ser o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997). Não sem motivo, uma vez que a figura do pedagogo pernambucano é peça fundamental para compreender as lutas por uma educação pública, gratuita e de qualidade, e em defesa dos direitos à alfabetização e à educação popular de todas crianças, jovens e adultos no país.



Em ferrenha oposição a um modelo que apelidava de bancário, Freire denunciava o entendimento de uma educação pautada num suposto depósito de conhecimento de professores eruditos para alunos entendidos como tábulas rasas. Essa educação bancária desconsideraria as trajetórias individuais e o protagonismo dos sujeitos nas suas formações, tornando-se inimiga da proposta de escola freireana. Assim, a lógica de aprendizado que se apresenta por decorar conteúdos, em que compreendendo ou não, o que importa é a sua capacidade de repetição, não apresentaria verdadeiro caráter educativo. Uma educação problematizadora, contudo, aceitaria que é apenas conhecendo e apreendendo a realidade em sua volta que um aluno se torna capaz de reescrevê-la, assumindo de partida que professores e alunos, como seres inacabados e em constante transformação, necessitam da curiosidade e do diálogo como categorias fundamentais no processo educativo (FREIRE, 1996).

A valorização da habilidade de “ler o mundo” na obra de Paulo Freire, bem como o reconhecimento de que não há saberes melhores que outros, apenas saberes diferentes, continua a proporcionar campo fértil para estudiosos e intelectuais de diversas outras áreas. Gloria Jean Watkins, estadunidense militante dos movimentos feminista, negro e anticapitalista sob o pseudônimo de bell hooks (propositalmente escolhido em letras minúsculas) – por exemplo, é uma grande admiradora do trabalho do educador brasileiro. Em seu livro “Ensinando a Transgredir” destaca especialmente a influência do autor em sua formação e para sua teoria de descolonização do pensamento e do corpo oprimidos (hooks, 2013). É, portanto, praticamente inesgotável a capacidade de expansão da obra de Freire em novas discussões e associações, tendo o seu legado se estendido para os mais diferentes campos de estudo.

A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA DA COLETIVIDADE

O estudo proposto neste trabalho em cima de uma pedagogia da coletividade tem ênfase no período imediato dos primeiros anos que sucederam a Revolução de Outubro de 1917, quando se instaurara – com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – o que seria a primeira grande experiência de socialismo após o massacre da Comuna de Paris, tendo essa resistido apenas algumas semanas de março a maio de 1871.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A necessidade de grandes reformas estruturais e reconstruções com o final da Primeira Guerra Mundial apresentava grande desafio aos novos gestores e pensadores do regime comunista recém-nascido. Assim como o cinema revolucionário procurou romper com a tradição liberal burguesa melodramática e individualista no campo cultural, o campo da educação e do ensino precisavam ser revistos com a consolidação da revolução. O experimentalismo estava em voga nesse novo cenário socialista (VIEIRA, 2004) de onde surgiram grandes expoentes para o construtivismo russo como Dziga Vertov e Sergei Eiseinstein. Esse construtivismo se desenvolve junto a ideia de ressignificar o cinema e arte, que cumprissem uma função social e pedagógica destes novos tempos para novos homens e mulheres de toda a população.

No que diz respeito à revolução em novos parâmetros culturais e educacionais, destaca-se uma grande ideia norteadora na concepção dessas reformas: a coletividade. Dito isso, a figura do ucraniano Anton Semionovich Makarenko (1888-1939) é uma particularmente pertinente, inclusive para o estudo de diversas pedagogias progressistas que vieram, mais tarde, a se desenvolver no Brasil. Tendo crescido numa família de pai operário ferroviário e mãe dona de casa, Anton Makarenko traçara sua formação no magistério e, ainda na juventude, criou interesse pelas ideias de Lenin e Máximo Gorki. Adepto de uma pedagogia da coletividade, Makarenko almejou a construção dos novos homens e mulheres soviéticas, de valores e comportamentos compatíveis com o ideário e a experiência da sociedade socialista.

“No lugar de inúmeras escolas diferenciadas, uma escola organizada na forma de coletividade, capaz de combinar todas as diferenças com base nos direitos iguais ao desenvolvimento cultural. A tese de Makarenko — a coletividade como objeto da educação comunista — é realização concreta da escola única, em uma sociedade marcada pelo fim da propriedade privada e a pela garantia da igualdade de direitos.” (BAUER; BUFFA, 2010, p. 32)

Em 1920, lhe foi delegada a complicada tarefa de assumir a direção da Colônia Gorki, um reformatório para jovens infratores, e foi nesse meio, onde ficou até 1928, em que desenvolveria sua proposta de uma teoria pedagógica socialista até então inexistente. Pairava sobre os internos do reformatório, no entanto, a imagem de delinquentes irrecuperáveis, fadados a uma vida bruta de marginalidade e contravenção. “Makarenko percebeu que a própria arquitetura denunciava as intenções do velho regime: parecia-se



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

mais com um presídio do que com uma colônia de reeducação.” (LUEDEMANN, 2002, p. 121). Seria preciso romper por completo com esse modelo prisional e ultrapassado, a fim de verdadeiramente tentar incorporar esses jovens enquanto novos homens, em uma nova sociedade, que não lhes fosse estranha e hostil.

Além disso, examinando diários e relatórios dos antigos funcionários, estava claro para Makarenko que nunca houve vontade ou tentativa reais de empreender uma reeducação aos infratores, assim como seus companheiros tampouco acreditavam em suas chances de sucesso à frente da Colônia Gorki. Makarenko investigou o método pedagógico empregado até então e verificou que “o instrumento pedagógico utilizado era simplesmente um porrete. Vigiar e punir: eis a velha fórmula de reeducação do passado.” (LUEDEMANN, 2002, p. 121). Algumas décadas mais tarde, Michel Foucault teceria críticas em “Vigiar e Punir” ao modelo educacional hegemônico moderno, inaugurado com a disseminação do padrão prussiano de formação de soldados em massa ainda nos séculos XVIII e XIX, ataca justamente a noção de adestramento e de “docilização dos corpos” impregnada nas minúcias das regras moldadas no corpo – fabricado – do soldado (FOUCAULT, 2014).

Assim, a noção de adestramento permearia por completo o processo educativo moderno – seja na censura das demonstrações de afeto, na incorporação de uma postura correta em classe ou em valores disciplinares de obediência e hierarquia. O próprio controle do tempo e do espaço – regrados através de relógios, sinais, grades e muros – é posto em xeque pelo autor como táticas visadas a forçar uma melhor utilidade do indivíduo e, em última instância, como facilitadores da dominação que estabelece a disciplina enquanto valor inquestionável. Para além dos quartéis de onde se originou, esta lógica seria recorrente na estrutura de instituições como as escolas, conventos e prisões (FOUCAULT, 2014).

Foi fundamental para Makarenko a superação dos ideais de obediência e submissão desprovidos de sentido, substituídos pelo reconhecimento do coletivo como merecedor de respeito e de suma importância para a vida em uma sociedade igualitária e livre da opressão de fracos pelos fortes, como a socialista soviética se propunha. O ato de roubar, por exemplo, deveria ser coibido não pelo respeito à propriedade privada, mas em respeito à coletividade e à comunidade – de forma que o roubo pela ganância seria



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

inaceitável e o roubo pela necessidade, por sua vez, inexistente. Ao mesmo tempo, os alunos deveriam ter sua representação garantida em todas as tomadas de decisão nas quais fossem parte interessada.

Por conseguinte, a educação para Makarenko haveria de ser pensada “a partir das necessidades concretas da vida coletiva e, daí extrair uma metodologia educacional” (LUEDEMANN, 2002, p. 123). A pedagogia da coletividade aproxima-se assim das posteriores teorizações freireanas, de forma que ambas compartilham a opção pela concretude das vivências e trajetórias, descartando teorizações de uma suposta prática científica positivista que, aplicada de forma indistinta e desprovida de reflexão, se revela de fato alheia à realidade de educandos e educadores.

Por último, Anton Makarenko afirmava ainda a importância da família no processo educativo de crianças e jovens, destacando a atribuição da coletividade também nesse empreendimento. Não seria plausível, portanto, conceber outra disposição que não a de divisão igual de responsabilidades entre pais e mães, livre de antigas noções que recaíam de forma desigual para homens e mulheres no trato familiar. Assim, para se manter livre da reprodução de dominação e desigualdade, a educação deveria se fazer coletiva por inteiro.

Em última instância, a convicção em uma educação comunista permitiria o desenvolvimento independente de personalidades e aptidões distintas, garantidas a individualidade e a vocação de cada sujeito, de forma que estas todas pudessem ser úteis às causas da classe operária. Diante disso, a trajetória e experiência excepcionais de Makarenko na formulação de um novo modelo educacional e escolar pautado na coletividade foi bem-recebido no Brasil por alguns pedagogos e movimentos sociais, entre outros, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

A EDUCAÇÃO COMO BANDEIRA DOS SEM TERRA

O pensamento social brasileiro identificou, há bastante tempo, a terra e a questão fundiária como um campo de disputas, produtor de relações sociais merecedoras de destaque nas análises históricas e sociológicas. Oliveira Vianna expôs em “Populações meridionais do Brasil”, publicado em 1920, a forma pela qual enxergava na grande



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

propriedade rural, no latifúndio, as maiores explicações da realidade brasileira. Segundo o autor, no arranjo que se fez estrutural, era no latifúndio que se desenrolavam a maior parte das interações sociais, fora deste não havendo vida social complexa (OLIVEIRA, 2005). Por sua vez, apenas relações sociais frágeis, simplificadas podem originar de unidades tão desconexas umas das outras como são as grandes propriedades rurais. Onde laços morais interdependentes deveriam existir, revela-se no Brasil o nomadismo, afirma o autor. Ao contrário do modelo feudal de camponato que se desenvolveu na Europa, o excesso de terras no Brasil seria responsável por uma frágil relação de mútua não-dependência e não-contratualidade entre proprietários e trabalhadores. Isso porque, uma vez que houvesse desentendimento ou descontentamento entre as partes, não faltariam outras terras para trabalhar nem tampouco outros trabalhadores para as trabalharem.

Esta insolidariedade se revelaria também na relação dos proprietários rurais com os “foreiros” – ou “arrendatários”, “colonos”, “agregados”, variando a nomenclatura por região –, pessoas que moram e trabalham em terras que não lhes pertencem, em forma de aluguel. O autor descreve essa relação da seguinte maneira: “Entre essa classe e os grandes proprietários também não se forma nenhuma relação de solidariedade consistente e forte: a que existe é instável, fugidia, infixa.” (OLIVEIRA, 2005, p. 197). Assim, os interesses de proprietários e foreiros convergem quando apenas na forma de interferências, e não através da manutenção de alianças estáveis ou tampouco duradouras. Ocorre que é essa hipertrofia do poder local, descrita por Vianna, que acaba por se traduzir em autoritarismo e formação de milícias, a fim de garantir a resolução de eventuais disputas e conflitos. Como o poder público não opera sua função, em cada núcleo, é a violência que se faz presente no campo e nas relações sociais brasileiras. A violência no Brasil seria, portanto, produto direto da organização de uma sociedade agrária pautada no latifúndio e no poderio local sobreposto às garantias de um Estado visto como alheio, estranho.

Dito isso, a luta pela terra no Brasil é uma luta popular travada paralelamente à existência ou não de um plano de reforma agrária, sendo esta competência do Estado (CARTER; YAMAGAMI, 2010, p. 163). Formalmente criado em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assume como bandeiras “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

nem exploradores”. E é logo com a formação dos primeiros assentamentos que se revelam grandes desafios como o referente à educação de jovens e adultos, até então excluídos da lógica e alfabetização escolar formal, e das novas gerações por vir.

A referência de Makarenko na educação do MST se fez presente justamente pela fertilidade de seu método pedagógico. A pedagogia do movimento encontrava em Makarenko a identidade de propósitos, observando a importância de organizar a escola como coletividade para formar os sujeitos de suas próprias vidas, da sua história. (LUEDEMANN, 2002, p. 32)

Roseli Salete Caldart destacou princípios e lições importantes na organização pedagógica dentro do Movimento (CALDART, 2003). São estas, de forma resumida: a valorização das pessoas e dos sujeitos; o aprendizado como experiência de ser, pensado nas ações e produções; a vivência da cultura e dos valores comunitários; a leitura do passado para transformar o futuro; a educação para capacitar resoluções de desafios; a importância da conduta do educador e da escola enquanto espaço de formação humana, além da coletividade como grande lógica de organização e convivência no Movimento.

Hoje presente em 24 estados da federação, o MST reúne mais de 350 mil famílias em acampamentos e núcleos por todo o país. O papel da juventude e o protagonismo dos sujeitos para com o movimento remete ainda, não só a aproximação com uma pedagogia revolucionária da coletividade, mas também ao ideário freireano. Ao todo contabilizam-se mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida, 50 mil adultos alfabetizados, mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país e 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores. Posto isso, Paulo Freire via com bons olhos a crescente organização e mobilização da população impulsionada na luta pela redemocratização do país ainda na década de 1970, em especial a busca por emancipação de diferentes movimentos sociais, como o dos próprios Sem Terra.



CONCLUSÃO

A aproximação analítica da obra de Paulo Freire com a experiência pedagógica do ucraniano Anton Makarenko proporciona uma saudável adição para as reflexões sociológicas sobre a educação de forma mais ampla. É interessante pensar a experiência revolucionária soviética e suas implicações a fim de melhor compreender os esforços e desafios pedagógicos enfrentados por movimentos sociais no trato com a educação pautada no protagonismo do sujeito e na valorização da coletividade enquanto instância fundante de sentido.

Nesse sentido, a pedagogia da coletividade compartilha a opção pela concretude das vivências e trajetórias com as posteriores teorizações freireanas, ao compreender que a construção de uma metodologia educacional deveria estar alinhada às necessidades concretas da vida coletiva. Há, desse modo, na prática de uma educação libertadora e no exercício de uma pedagogia revolucionária, o desenvolvimento ativo de um projeto educacional conectado a um entendimento particular de sociedade a ser construída ou reforçada, como destacado na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, Carlos & BUFFA, Ester (orgs.). **Anton Makarenko**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- CALDART, Roseli Salete. Movimento Sem Terra: lições de pedagogia. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 50-59, 2003.
- CARTER, Miguel; YAMAGAMI, C. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Unesp, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko:** Vida e obra – a pedagogia na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

OLIVEIRA, Vianna. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, João Luiz. Vanguarda revolucionária: Eisenstein, Vertov e o construtivismo cinematográfico. **ReCine–Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo [Arquivo Nacional]**, p. 16-25, 2004.



**QUEM LUTA, EDUCA? UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO NO GRÊMIO
ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE MINAS
GERAIS E A APRENDIZAGEM SOCIOLÓGICA.**

Bruna de Castro Gavino¹

Graziele Ramos Schweig²

RESUMO

Este trabalho busca verificar se participar do grêmio estudantil tem provocado o desenvolvimento do raciocínio sociológico entre os estudantes de uma determinada escola. À luz de uma concepção de aprendizagem que retira de seu centro a sala de aula e se relaciona à participação política e às demais experiências de vida dos educandos, proponho que se pense a imaginação sociológica como algo mais vinculado a uma postura, a uma forma de enxergar a realidade social, do que a teorias, temas e conceitos. Essa investigação privilegia a visão dos próprios aprendizes, por isso, tem como métodos a observação participante e a realização de entrevistas. Algumas das etapas desse estudo são: o mapeamento das concepções de sociologia dos alunos da escola em questão; a comparação entre as concepções dos alunos que participam do grêmio e dos alunos que não participam; identificação das motivações que levam ao envolvimento com o grêmio e análise das atividades desenvolvidas pelo grupo. Meu objetivo com essa pesquisa não é subsidiar argumentos para a retirada da sociologia da sala de aula, pelo contrário, caminho num sentido de abrir o olhar dos docentes da disciplina no ensino básico sobre outras situações que possam contribuir e complementar o aprendizado da sociologia. As primeiras impressões apontam que não apenas os alunos enxergam que existe uma relação entre o grêmio e a sociologia, mas que de fato as atividades desenvolvidas possuem um grande potencial para positivar essa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Percepção discente. Imaginação sociológica. Aprendizado de sociologia.

¹Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; trabalho apresentado para a disciplina Análise da Prática e Estágio em Ciências Sociais; email: brunagavino13@hotmail.com

²Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/FaE/UFMG; email: grazieleschweig@ufmg.br



INTRODUÇÃO

Na modalidade de licenciatura do curso de Ciências Sociais da UFMG a disciplina de estágio é obrigatória e envolve outras ações além de acompanhar e desenvolver aulas. Dentre essas atividades, está a realização dessa pesquisa, cujo tema e pergunta de investigação foram lapidados após um período de vivência na escola, quando já estávamos mais inseridos na dinâmica local e atentos às questões importantes naquele ambiente.

A escola que escolhi foi o Instituto de Educação de Minas Gerais, à qual irei me referir daqui em diante como IEMG. O IEMG é a maior escola de Minas Gerais e abriga mais de sete mil estudantes de todos os níveis da educação básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o “curso normal”, que forma professoras para o ensino infantil. A escola tem uma história antiga e de prestígio, sendo tomada como escola modelo desde a sua fundação até os dias de hoje, o que a torna extremamente concorrida. Além disso, ela se localiza na Área Hospitalar, região nobre de Belo Horizonte.

Esses diversos fatores, contribuem para que a escola seja mirada por movimentos sociais, entidades representativas e partidos políticos. Há uma noção de organização muito forte entre os estudantes. Muitos jovens da escola se organizam coletivamente de diversas formas e isso imprime outro ritmo à escola. Há grupos de jovens da igreja tanto católica quanto evangélica, movimentos sociais, partidos, o grêmio estudantil, a fanfarra, os times, entre outros grupos.

Quando cheguei à escola, em março de 2017, era o período eleitoral para o grêmio, onde duas chapas participavam da disputa. Havia muitos cartazes espalhados pela escola com as pautas, reivindicações e propostas de cada chapa. As duas demonstravam uma preocupação com a participação política tanto atuando para transformar a realidade da própria escola, quanto com os assuntos gerais do país; os estudantes queriam um grêmio que fizesse mais do que festas. A chapa vencedora agregava quase 80 alunos de várias séries e turmas diferentes, dividindo-se em equipes temáticas como “resolução de conflitos”, “cultura”, “meio ambiente”, dentre outros grupos, além da diretoria geral, que conta com um presidente, um vice e um tesoureiro.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O grêmio pôde ser notado como um dos principais responsáveis pela movimentação política e cultural na escola, promovendo debates, palestras e atividades festivas durante o intervalo de aulas ou de turnos. Os integrantes do grêmio também são encarregados de fazer o diálogo entre os estudantes e a direção da escola, que se demonstra muito aberta para isso. Numa entrevista, a tesoureira do grêmio contou-me que um dos principais objetivos da atual gestão é conseguir também construir atividades em diálogo com os professores, já que muitos são abertos para fazer coisas junto com os estudantes.

Essa participação no IEMG é histórica. Ao longo dos anos, uma grande parte das lideranças secundaristas de Belo Horizonte eram alunos e alunas do IEMG; a escola foi a primeira a ser ocupada em 2015 fora do estado de São Paulo e os alunos da escola também organizaram e protagonizaram uma manifestação em frente à escola em 2013 pelo meio-passe estudantil.

Assim, o tema da participação política na escola passou a me chamar atenção, e entendi essas atividades como fundamentais para tornar o IEMG uma “escola que pulsa”. Percebendo esse rebuliço político existente naquele ambiente, tomei o contato com os alunos que se engajam no grêmio como algo importante para subsidiar o diagnóstico da escola, que estive empenhada em escrever durante o período inicial da disciplina de estágio. Dessa forma, aos poucos, a pergunta de pesquisa veio chegando até mim.

Durante uma entrevista que realizava com uma aluna da chapa vencedora, recebi a proposta para uma parceria com o grêmio. Não se tratava de algo elaborado ou pronto, mas uma disposição em construir algo em conjunto, tomando como motivador minha figura de estagiária de sociologia. A procura pela parceria me atinou para o fato de que os alunos enxergam de alguma forma uma relação entre a sociologia e a participação no grêmio, o que se confirmou mais adiante em várias entrevistas que realizei. E o fato de que essa é uma visão dos alunos atrai a minha atenção principalmente por dois fatores. Uma primeira justificativa diz respeito à falta de produção sobre a percepção dos alunos a respeito da sociologia, percebida durante a revisão bibliográfica realizada em pesquisa anterior (GAVINO; SANTOS; VILELA, 2018). Somado a isso, concordo com Lave (2015) quando sugere que a melhor forma de verificar se há e como se dá o aprendizado é através da noção dos próprios aprendizes.



Além disso, a minha experiência de envolvimento com a política e algumas leituras realizadas ao longo de minha vivência me fazem acreditar na existência de uma relação positiva entre educação e participação política.

Para desenvolver este trabalho, tracei alguns objetivos específicos a serem cumpridos: mapear as concepções de sociologia dos alunos das turmas nas quais estou inserida; comparar as concepções dos alunos que participam do grêmio com as concepções dos alunos que não participam; identificar as motivações que levam ao envolvimento com o grêmio; descrever e analisar as atividades desenvolvidas pelo grêmio. Esses objetivos foram buscados através de metodologias qualitativas, como a observação participante e a realização de entrevistas envolvendo todos os estudantes do grêmio e uma parte dos estudantes das turmas que acompanho como estagiária.

A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM

A literatura que pode servir de aporte para esse tema de investigação é vasta. A escolha do que utilizar como base se deu em sua maior parte por questões relacionadas à experiência vivida tanto na escola, quanto em espaços políticos onde estive engajada. Considerei importante definir o que estou entendendo como educação, aprendizagem, sociologia, aprendizagem sociológica e participação política.

Não é recente a ideia de que há espaços de aprendizagem fora das salas de aula. Na própria escola podem haver outros espaços de aprendizado que não sejam as salas, especialmente se pensarmos em modelos de escola que não o modelo tradicional capitalista. É o que nos sugere Anton Makarenko, que, pensa numa escola que retira a sala de aula da centralidade e toma como objeto “o processo de constituição dialética da coletividade em seus diferentes aspectos.” (LUEDEMANN, 2002). O tema da coletividade, central para o autor, é algo que também é de interesse deste trabalho, apesar de não utilizar este conceito exatamente da mesma forma.

Recuperando também o legado de José Martí (1961), encontramos a expressão “conhecer é resolver”. Destrinchando-a, temos que o que se resolve são os problemas concretos da vida e a maneira pela qual se resolve é através das ações das lutas sociais.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Assim, o conhecimento que mais verdadeira e profundamente se desenvolve em cada um é o conhecimento construído coletivamente na práxis cotidiana da busca por uma vida melhor.

Hermont e Oliveira (2014) contribuem principalmente por trazerem um recorte atual sobre a juventude. Em consonância com o ideário de Martí, partem de uma definição de participação política mais ligada a uma presença ativa e a tomam como um espaço privilegiado de aprendizado, por colocarem os jovens numa situação de vivência de construção de “pautas, projetos e ações coletivas”. Dentre os exemplos, está o grêmio estudantil, que os autores consideram ter um grande potencial para o exercício da participação. Na apuração dos depoimentos de vários integrantes do grêmio, podemos pensar essa coletividade com o olhar desses autores, onde o maior objetivo é identificar os maiores problemas dos estudantes para construir soluções.

Se formos mais longe e extrapolarmos o espaço da escola, encontramos grandes contribuições como as de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, John Dewey e muitos outros. Pelo maior alcance que a teoria de Freire já possui, aqui me deterei nos dois últimos. Brandão (1981) adverte que a escola nunca foi o espaço exclusivo de educação, mas que essa está difusa nas diversas práticas e mundos sociais. Para isso, utiliza como recurso a recuperação da história da educação em diferentes contextos, como em aldeias indígenas, e na Grécia e na Roma Antigas. Essa é uma definição similar à de Dewey que, partindo do ponto de vista filosófico, trabalha com o conceito de *tecido de experiências*, defendendo que vida, experiência e aprendizagem são inseparáveis e complementares (SCHMIDT, 2009). Dessa forma, constrói uma narrativa sobre a aprendizagem que se desvia não somente do espaço escolar, mas do próprio ensino.

Até aqui, tratei do tema de forma mais ampla, resgatando os aspectos provavelmente mais consolidados na literatura educacional. Vários autores, de várias linhas teóricas, de distintos contextos, concordam que as salas de aula não têm o monopólio do aprendizado. No entanto, para essa investigação, é preciso também considerar o papel da sociologia. Antes de seguir, é importante pontuar que minha inquietação não tem como objetivo decretar que a sociologia, então, possa ser aprendida em diversos espaços e por isso não seria necessário o espaço que tem nas salas de aula.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Caminha num sentido de abrir o olhar dos docentes da disciplina sobre outras situações que potencialmente possam contribuir e complementar o aprendizado da sociologia, haja vista o escasso tempo que temos em sala a fim de atingir objetivos tão grandiosos.

Segundo as Orientações Curriculares Nacionais (2006), os objetivos da sociologia são: contribuir para a formação dos jovens brasileiros aproximando-os de uma *linguagem sociológica* e de uma sistematização dos *debates de temas importantes* e provocar a *desnaturalização* e o *estranhamento* dos fenômenos sociais. Isso significa demonstrar que fatos corriqueiros da vida não acontecem por causas naturais e nem são tão triviais que não careçam de uma explicação - estranhar é, de certa forma, notar. Não há uma vinculação necessária entre essas competências e um conteúdo curricular pré-definido, por isso podemos pensar em outras formas de desenvolvê-las. Aqui me apoio em Fernandes (1994) e Mills (1972).

Florestan Fernandes (1994) foi um importante intelectual e militante brasileiro. Ele é considerado o instaurador da sociologia no Brasil e sua atuação em defesa do ensino de sociologia na escola básica brasileira é de grande valor. A mais importante nuance de sua obra para este trabalho é, sem dúvida, o fato de que conseguiu convergir uma militância em torno da defesa da sociologia enquanto disciplina no ensino médio com uma posição corajosa de admitir que a sala de aula não é a única forma de desenvolver a sociologia. Numa publicação em uma revista da USP, sustenta, a partir de uma experiência própria, que há outros espaços que possibilitam o amadurecimento da imaginação ou da postura sociológica:

“Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei a minha *aprendizagem sociológica* aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a *convivência humana* e a sociedade em uma cidade na qual não prevalecia a *ordem das bicadas*, mas a *relação de presa*, pela qual o *homem se alimentava do homem*, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte.”(p. 123)

Podemos pensar esse relato de Fernandes atrelado à definição de imaginação sociológica (MILLS, 1972) e assim conseguimos materializar um pouco melhor o que seriam a desnaturalização e o estranhamento previstos nas OCN. Não deve estar em nosso horizonte formar cientistas sociais no ensino médio, ou especialistas em todo tipo



de teorias e temáticas, mas estimular o desenvolvimento dessa imaginação, dessa postura, de tal forma que sejam capazes de pensar sobre as tantas informações às quais estão submetidos e considerar suas questões aparentemente individuais sob uma perspectiva histórica. Tomar isso como um objetivo pode inclusive nos ajudar a trazer a sociologia para o cotidiano dos educandos, tornando - a muito mais instigante.

Estou aqui propondo pensar o estranhamento, a desnaturalização e a linguagem sociológica como algo mais vinculado a uma postura, a uma forma de enxergar a realidade social do que a conteúdos, teorias, temas e conceitos. Minhas primeiras impressões apontam que não apenas os alunos enxergam que existe uma relação entre o grêmio e a sociologia, mas que de fato as atividades desenvolvidas possuem um grande potencial para positivar essa relação e é isso que busquei verificar ao longo dessa convivência com os estudantes.

QUE SOCIOLOGIA É ESSA?

Minha inserção no ambiente da escola foi aos poucos se tornando cada vez mais orgânica. No início, bem acolhida, mas ainda uma estranha. Provoquei surpresa ao me apresentar, principalmente ao afirmar que quero ser professora de sociologia no ensino médio - parecia algo impensável aos alunos. Foi a partir dessa estranheza que consegui os primeiros indícios sobre o que aqueles estudantes entendem por sociologia. O fato das aulas que acompanhei não serem expositivas abriu espaço para que esses estudantes dialogassem comigo. Fui muito questionada sobre a minha vontade de ser professora de sociologia e, ao demonstrarem esses questionamentos, eles evidenciavam suas opiniões. Ouvi mais de uma vez que sociologia “é a matéria de fazer trabalho”; “é tudo opinião, aí não precisa estudar”; “ninguém liga, porque não dá pau”, “pode até ser legal se for pra discutir assuntos polêmicos”. Mas há concepções mais positivas:

“A sociologia é legal porque a gente estuda umas coisas que dá pra usar pra vida, né? Nem todas, tem as muito antigas, eu acho, mas outras dá. Acho que nem cai no ENEM, mas pelo menos às vezes são uns assuntos interessantes e não tem uma coisa muita certa né? Ou tem? Aí a gente consegue também colocar um pouco do que a gente pensa. Não é que nem matemática... na matemática ou na física também e até na história também não rola de discutir muito não, ou uma coisa é ou não é. Acho legal isso de poder pensar mais, pena que a galera nem liga muito e também na prova sempre tem um certo e



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

errado, mas rola de ser desse jeito que eu falei né?” (conversa informal com aluna A)

Passei a direcionar minha atenção a esses momentos informais, em que a iniciativa de conversar era dos estudantes, por perceber o quão rico são esses momentos. Em muitas entrevistas tive a impressão de que as respostas eram cautelosamente pensadas. Alguns me pediram para falar todas as perguntas antes para eles já pensarem, outros demoravam muito para começar a responder. O interessante é que principalmente os estudantes do grêmio eram muito preocupados com a impressão que iriam causar a partir de suas respostas.

“Ai... posso pensar um pouco? Não tem como falar já quais são as perguntas não? Aí você come um biscoito e eu penso. É porque sabe como é, né? Não posso também só sair falando sem pensar, faço muito isso e não dá certo. Ce vai mostrar pro João (nome fictício para o professor) isso? Porque aí também já muda. Porque assim.. ai, pera, vou pensar de novo, esquece isso. Ó, na real eu acho que a sociologia nem é só o que tá na aula, porque a sociologia é o estudo da sociedade lá fora e nem dá tempo de falar sobre tudo o que tá pegando na sociedade porque é muita coisa. Olha, se eu tiver falando bobagem você pode me dizer. Aí eu acho doido essa coisa de saber sobre a sociedade, porque a gente várias vezes não entende nada, fica meio burro com as coisas e pode ser passado pra trás, tipo o que o políticos fazem, nem é tipo todos, mas quase todos. Aí, não sei, posso estar errado, mas é que acho que sociologia também ajuda a gente a ficar esperto, ficar ligado no que acontece e entender. Por isso que falei que acho que não é só na sala, porque a vida também deixa a gente esperto, nem todo mundo.” (entrevista com aluno B, membro do grêmio estudantil)

Para os limites desse artigo, não cito diretamente todas as entrevistas, mas é possível destacar uma diferença de postura durante as entrevistas entre os estudantes que participam do grêmio e os que não participam. Ao contrário do que supus anteriormente, participar ou não do grêmio não mudou marcadamente a concepção do que seja a sociologia. Entre os dois grupos de estudantes há concepções mais diretas e genéricas, por exemplo, de que a sociologia é o estudo da sociedade, mas há falas que complexificam mais.

A ideia de que a sociologia é uma das matérias mais importantes para a vida apareceu em muitas conversas e entrevistas e poucas vezes a disciplina apareceu relacionada ao vestibular ou ao ENEM. A valorização da sociologia normalmente apareceu vinculada a exemplos práticos como, por exemplo, saber sobre a política para não ser enganado, entender para melhorar as relações ou respeitar os mais velhos porque foram criados num outro contexto.



A SOCIOLOGIA CONVERSA COM O GRÊMIO

A demanda do meu suposto conhecimento sociológico sempre foi grande entre os estudantes do grêmio. Quase todo intervalo eles estão lá, na porta da sala dos professores, me pedindo opiniões e conselhos de todo assunto, desde resoluções de conflitos internos do grêmio até sobre temas para atividades e como tratar deles. Alguns eram estudantes das turmas que acompanho e me conheciam mais. Muitos não, mas me procuravam pelo fato de saberem que sou estagiária de sociologia.

Ao acompanhar algumas atividades do grêmio, percebi que a forma de atuação deles muito tem a ver com o aprendizado tal como definiu José Martí (1961) e com a imaginação sociológica de Mills (1972). Especialmente três práticas demonstram isso de forma mais clara: a divisão temática entre equipes do grêmio, a prática de avaliação e autoavaliação e crítica e autocrítica e o método de escolha das ações do grêmio.

Desde que a então gestão do grêmio era chapa, eles apresentavam uma nova proposta de divisão de trabalho do grêmio, principalmente por agregarem tantas pessoas. O grêmio seria dividido em alguns grupos que trabalhariam especificamente em determinados temas e essa seria a parte mais importante para o funcionamento, sendo que a diretoria também se reuniria periodicamente e reuniões gerais seriam realizadas a medida que fosse possível. Os grupos deveriam estudar sobre o tema para ter mais propriedade nas atividades que iriam realizar, apesar de que o estudo não era a única forma de definir o que seria feito.

Também já era estabelecido que eles sempre realizariam a prática de avaliação, refletindo não apenas o que deu certo e o que deu errado, mas os motivos do sucesso ou não. Segundo diziam em campanha, isso era importante para melhorar a atuação ao longo do tempo e que não evoluir ou muitas vezes retroceder tinha sido o principal problema das últimas gestões. Além de avaliar as ações em si, avaliavam sua própria participação e empenho, partindo sempre de dentro para fora, na definição deles, ou seja, começando falando de si e só depois dos outros.

Para pensar as atividades e os temas que eles deveriam abordar, faziam um “momento desabafo” na reunião. Se tratava de uma rodada em que cada um iria contar um problema pelo qual estava passando, principalmente na escola, mas também fora



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

dela e ao final de todos os depoimentos analisavam aqueles que apareceram em vários depoimentos, entendendo como algo que não era individual. Esses problemas seriam o objeto de reflexão do grêmio. Pela proximidade entre a dinâmica e o conceito de imaginação sociológica decidi entrevistar uma estudante; apenas pedi que ela me explicasse o porquê daquela dinâmica e como ela foi pensada:

“Desde o início do grêmio a gente tinha a ideia de que o grêmio era pra resolver os problemas aqui, do jeito que der. Aí ficamos pensando em como fazer isso e percebemos que primeiro a gente ia ter que arrumar um jeito de descobrir quais eram os problemas, porque sair perguntando pra todo mundo também era um caos. Aí fiquei pensando que podíamos aproveitar que o grêmio tem bastante gente e é bem representativo, tem gente de várias turmas e turnos e podia ver aqui mesmo entre a gente. Aproveitando também que ser do grêmio cansa e também que as vezes a gente não consegue conversar com muitos amigos e seria bom ter uma hora pra desabafar aqui no grêmio sem ser só a mesma reunião de sempre. Dá pra juntar as coisas, aí vamos vendo que tem umas situações que se repetem sempre, não é coisa de uma pessoa ou outra. Tipo do dia que a gente tirou a ideia do dia D sobre troca de sexo, porque tem um pessoal trans aqui e tem também umas meninas que não querem usar saia e menino que quer e tem muito preconceito com isso aqui, por mais que as vezes não parece.

DIA “D” TROCA DE SEXO

Dedico uma parte deste trabalho a descrever essa experiência por considerar um dos mais ricos momentos em campo. Primeiro por demonstrar que a sociologia vaza, inclusive do próprio grêmio, percorrendo todos os espaços da escola, já que trata de questões que permeiam o cotidiano dos estudantes. Segundo porque, surpreendentemente, esse momento se mostrou um encontro dos estudantes com temas e conceitos da sociologia, mesmo que a minha concepção de sociologia extrapole isso.

Anterior a esta entrevista aconteceu o Dia D com o tema “Troca de Sexo”. Trata-se de um evento periódico organizado pela comissão de formatura (que não tem relação direta com o grêmio) cujo objetivo principal é descontrair a tensão provocada pela proximidade da formatura e do ENEM. O Dia D sempre tem algum tema que orienta a criação das fantasias que cada um irá usar no momento do evento. Seu formato é simples: no último horário do dia combinado com a direção da escola os alunos se dirigem a um dos pátios da escola, onde um DJ está os esperando. Alguém da comissão de formatura dá as boas vindas, apresenta o DJ e fala um pouco sobre o tema.

Alguns dos temas que presenciei foram, nas palavras deles: se nada der certo, nerds, personagens e troca de sexo. Diferente dos demais, o tema Troca de Sexo partiu



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

do grêmio como uma proposta à comissão de formatura e veio à tona através da dinâmica do desabafo já descrita. Na prática, esse tema significou que as meninas iriam vestidas com roupas ditas masculinas e vice-versa. A escolha de trabalhar o tema através do Dia D se justifica pelo grande envolvimento que os estudantes já têm com esse evento, o que implica que a discussão iria atingir inclusive aqueles que nunca participaram de alguma ação puxada pelo grêmio.

De fato a escola ficou bem movimentada no dia escolhido. Assim que cheguei vi estudantes discutindo no corredor, alguns com algumas dúvidas, outros já estavam vestidos “trocados”, também foi possível ver alguns estudantes irritados desde o início das aulas. Dessa vez, uma aluna do grêmio explicou mais detalhadamente a escolha do tema, deixando bem explícito que a intenção era acabar com o preconceito e mostrar que roupas são apenas roupas. Após sua fala ela foi muito aplaudida, especialmente pelas outras mulheres.

Já com a música tocando, comecei a perceber algumas posturas diferentes, muitas pessoas não estavam participando, estavam afastadas e com expressões de descontentamento. Chamo atenção para o fato de que todas essas pessoas eram mulheres, gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais. Procurei, então, conversar com essas pessoas que estavam de fora. De forma geral, o motivo pelo qual estavam incomodadas era o fato de não estarem se sentindo representadas e inclusive ofendidas pela forma como os outros estudantes estavam encarando o tema. Mas havia dois tipos de angústia, um mais relacionado às representações que foram realizadas da identidade de mulher e outro mais relacionado à identidade de gênero e à fuga da performance de feminilidade.

Conversando com um grupo de três meninas, brancas e heterossexuais segundo suas declarações, tive o seguinte diálogo:

C – Eu não sou assim, esses meninos são muito sem noção! Tem vários aí usando peruca descabelada e maquiagem borrada, eu nunca andei assim e nunca vi mulher andando assim.

D – Pois é, e também quase todos estão com roupas super curtas e rebolando na frente das meninas que tão de menino. Como se ser mulher fosse isso, ficando em cima de homem.

E – O que eu não acho legal é que eles tão quase todos diminuindo o que é ser mulher, né? Parece que somos todas malucas, burras, descontroladas e vivemos



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

correndo atrás deles. Você viu aqueles dois ali que fingiram que estavam caindo no tapa por causa de macho? Puxaram cabelo e tudo.

D – A gente acha que os meninos não têm com uma ideia boa do que é ser mulher, sabe? Parece que eles estão representando o que eles queriam que a gente fosse ou o que eles esperam que a gente seja.

No diálogo com uma estudante lésbica e uma transexual, apareceram outras questões:

F – Olha, eu to aqui porque eu fiquei bem na dúvida mesmo. Meio que eu venho pra escola com roupa de homem todo dia, mas eu não sou um homem. Então pra mim esse é um Dia D pra fazer o que eu já faço todo dia, mas tá todo mundo levando na brincadeira e pra mim não é uma brincadeira, é o que eu sou mesmo.

G – Algumas pessoas vieram me perguntar ontem se eu iria vir vestido de mulher. Só que eu sou mulher! Eles não entendem isso! E se a intenção era trocar de sexo e eu sou mulher eu deveria vir vestida de roupa masculina, mas não quero me prestar a um papel desses não. Além disso, os meninos tão fazendo um papel ridículo das mulheres!

Com esses poucos exemplos, ilustro o que chamo de “vazamento da sociologia”. Um tema para um Dia D provocou nos estudantes debates que são próprios da sociologia, inclusive se quisermos pensá-la como um conjunto de temas, teorias e conceitos. Palavras como representação, papel e a discussão sobre identidade constam nos livros didáticos e são trabalhadas em sala. Por outro lado, notamos que esses termos não se constituem como monopólio da sociologia ou do professor de sociologia, mas permeiam a vida dos estudantes. Frequentemente o professor que se propõe a discutir esse tema enfrenta resistências por parte dos alunos e do corpo docente da escola. Durante o evento, por mais que posições mais conservadoras tenham aparecido, todos os estudantes participaram de alguma forma do debate, era possível notar a discussão em vários grupos que estavam reunidos. Ou seja, é possível notar que se trata de temas que permeiam as vivências dos estudantes, para além da sala de aula. Aí também esteve presente a postura de desnaturalização aos papéis de gênero, muita gente entendeu a partir dessa vivência que ser mulher não se resume a usar determinados tipos de roupas ou a um conjunto restrito de comportamentos. Situações como estas podem se constituir como momentos de conexão entre os saberes da sociologia e as questões que os



próprios estudantes se colocam cotidianamente. O professor de sociologia pode estar atento a esses momentos para intervir de modo a complexificar a discussão a partir das contribuições teóricas e de pesquisa do campo das ciências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou avaliar a relação entre a sociologia e a participação no grêmio e essa foi a pergunta central que orientou as observações e intervenções na escola. No entanto, os insights proporcionados por essa experiência ultrapassam os limites desse questionamento inicial. Acredito que há algumas contribuições importantes para o conjunto de docentes da disciplina e para a valorização da mesma, somada a uma desmistificação de que a sociologia apresenta algo completamente novo e avesso à realidade dos alunos.

Há um limite por se tratar de uma pesquisa realizada em apenas uma escola, principalmente por esta ser considerada referência, num estado do sudeste do Brasil. Esse contexto indica que esta não pode ser considerada uma escola que represente bem a realidade média das instituições públicas do país, no entanto, não há como controlar ou estabelecer um padrão exato para que as escolas sejam pulsantes. A organização, a coletividade e a movimentação são elementos que podem fazer parte dos contextos mais diversos, inclusive em contextos de acentuadas contradições e adversidades. Cabe também a nós, professores e pesquisadores estender nosso entendimento do que seja uma organização, abandonando uma concepção mais tradicional.

Foi possível notar que a imagem que muitos alunos elaboram sobre a sociologia não corresponde a algo importado de outra realidade, mas que permeia suas vidas. Há de se reconhecer que não apenas a sociologia deve fazer referência ao cotidiano, mas que ela de fato está no cotidiano, o que foi muito bem percebido pelos estudantes. Já foi mencionado que mesmo apegados à definição de sociologia mais tradicional, enquanto temas, conceitos e teorias, não há um monopólio do professor no domínio da matéria.

Nesse sentido, há três nuances principais que o professor pode explorar - no sentido de descobrir, experimentar - nesse pulsar dos estudantes. Primeiro na descoberta de espaços que possam contribuir e complementar a sala de aula. Em segundo lugar,



uma abertura da postura no sentido de demonstrar disposição para a troca de conhecimento - inclusive sociológico - com os estudantes. Por último, uma outra contribuição para o fazer docente, considerando que por vezes em diálogos aparentemente informais ou rasos, os estudantes podem estar nos dando dica sobre qual sociologia lhes provoca fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação: Brasília, 2006.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 123-138, dec. 1994. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9686/11258>>. Acesso em: 21 june 2018.

GAVINO, Bruna; SANTOS, Esdras; VILELA, Elaine. A relação entre a percepção positiva da Sociologia no Ensino Médio e a intenção dos discentes em uma melhor preparação para o Enem/vestibular. In: VILELA, Elaine at al. **PIBID faz sociologia: a sociologia na sala de aula, na escola e no ensino médio**. Belo Horizonte, UFMG/FaE, 2018

HERMONT, Catherine; OLIVEIRA, Igor. Juventudes e Participação Política. In: ALVES, Maria; CORREA, Licinia; MAIA, Carla. **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. In: **‘Horizontes Antropológicos’**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko: vida e obra – a Pedagogia na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MARTÍ, José. **Ideário Pedagógico**. Havana: Imprensa Nacional de Cuba, 1961.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. RJ: Zahar, 1982.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SCHMIDT, I., A. John Dewey e a Educação para uma Sociedade Democrática. *In*: **‘Contexto & Educação’**, ano 24, nº82, Ed. Unijuí, jul/dez. 2009, p.135-154.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 3. POLÍTICAS PÚBLICAS



LEI DE COTAS, ESCOLAS PÚBLICAS E O ACESSO À UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DAS ESCOLAS TÉCNICAS PAULISTAS

Gustavo Antônio da Silva Inácio¹

Débora Cristina Piotto²

RESUMO

Em 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711 (“Lei de Cotas”), que instituiu a reserva de 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas. Assim, considerando a mudança trazida pela Lei, o objetivo desta pesquisa é discutir se ela tem contribuído para uma migração da rede particular de ensino para as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs). Foi realizado levantamento quantitativo sobre a origem escolar dos estudantes matriculados em quatro ETECs do interior paulista, entre 2008 e 2017. Os dados indicam crescimento do percentual de estudantes com origem escolar na rede privada de ensino.

Palavras chave: Lei de Cotas. Escolas Técnicas e Particulares. Fluxo migratório.

INTRODUÇÃO

Ações afirmativas são políticas públicas que promovem a afirmação de direitos de grupos historicamente discriminados; no caso do ensino superior, ações desse tipo configurariam a criação de mecanismos que visariam a aumentar a participação desses grupos no corpo discente. Mais especificamente, tais ações são definidas como medidas redistributivas que visam a favorecer grupos vitimados pela exclusão socioeconômica ou cultural, passada ou presente (HERINGER; FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006).

¹ Graduado em História, Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo; Grupo de estudos sobre sucesso e fracasso escolar (Gesfe); gustavoinacio@usp.br

² Doutora em Psicologia escolar, Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo; Grupo de estudos sobre sucesso e fracasso escolar (Gesfe); dcpiotto@usp.br



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Os debates acerca da adoção de ações afirmativas no Brasil aumentaram após a participação do país na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de Durban na África do Sul em 2001. Neste contexto, em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual Norte-Fluminense foram as primeiras instituições de ensino superior no Brasil a instituir reserva de vagas para estudantes negros (FERES JR. et al, 2013). Em 2004, a Universidade de Brasília foi a primeira instituição federal a adotar cotas para negros (HERINGER; FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006).

Desde essas experiências pioneiras, o número de universidades públicas a adotar algum tipo de política afirmativa cresceu e, em 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711, que instituiu a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior para alunos oriundos de escolas públicas – padronizando assim a oferta de vagas – e, dentre estes, para estudantes pretos, pardos e indígenas conforme sua proporção na população de cada estado da federação.

Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) indicam a necessidade de estudos que acompanhem as modificações trazidas pela Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas”.

Assim, o presente trabalho situa-se neste interesse em investigar as transformações ocorridas a partir da promulgação desta Lei, com o **objetivo**, em especial, de analisar se ela tem promovido uma migração de alunos da rede particular para escolas públicas consideradas de maior qualidade – as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) – visando a se beneficiarem do novo cenário trazido pela Lei de Cotas.

As Etecs são escolas públicas que oferecem ensino médio e ensino médio integrado ao técnico, gratuitos em diversas regiões do Estado de São Paulo. O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (Ceeteps) é uma autarquia do governo do Estado, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, o Centro Paula Souza (CPS) é responsável por 220 Etecs e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), reunindo cerca de 290 mil alunos em cursos de nível médio, técnico e superiores tecnológicos, em mais de 300 municípios do Estado (CEETEPS, 2015).



No estado de São Paulo, as escolas técnicas representam, de forma geral, instituições que oferecem ensino público considerado de mais elevada qualidade quando comparado àquele dispensado pelas escolas de “ensino médio regular”.

Há de se ressaltar, todavia, que um componente importante de seu padrão de qualidade deriva da seleção rigorosa que operam por meio de provas de ingresso – os chamados “vestibulinhos” – que são, em geral, muito concorridos (NETTO, 2011).

A relação candidato/vaga nos vestibulinhos das Etecs voltada para o ensino médio costuma ser alta. A Etec “Lauro Gomes”, localizada na cidade de São Bernardo do Campo, registrou, por exemplo, uma relação de 25,40 candidatos por vaga para o 1º semestre de 2016. (CEETEPS, 2016).

Para isso alcançar o objetivo proposto, foi realizado um levantamento de questionários pré-estruturados – pelo CPS ou pelas próprias ETECs – preenchidos pelos pais/responsáveis dos estudantes ingressantes nas Escolas Técnicas. Esses questionários contêm informações sobre o perfil social, educacional e econômico do estudante e de sua família.

Para a apreensão dos resultados, fizemos análise comparativa entre este público ingressante cinco anos antes da Lei entrar em vigor (2008 a 2012) e cinco anos após (2013 a 2017). Ou seja, os dados referem-se a dez anos compreendidos entre os anos 2008 e 2017.

As informações foram levantadas em quatro ETECs urbanas de uma região do interior do estado de São Paulo. A escolha do recorte espacial dessa região diz respeito a esta se situar em uma localização estratégica, próxima a algumas universidades públicas. Nesta região, existem, ao todo, oito ETECs, sendo cinco urbanas e três rurais.

As quatro escolas definidas para a realização desta pesquisa possuem, juntas, atualmente 2.280 estudantes cursando o Ensino Médio (EM) ou Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), em horário vespertino ou integral, respectivamente.

1. DESENVOLVIMENTO

Por origem escolar, compreendemos o tipo de escola em que o discente realizou o ensino fundamental. Ou seja, aqui apresentaremos os resultados acerca de onde vieram os estudantes matriculados nas quatro ETECs enfocadas nos últimos dez anos (2008 a

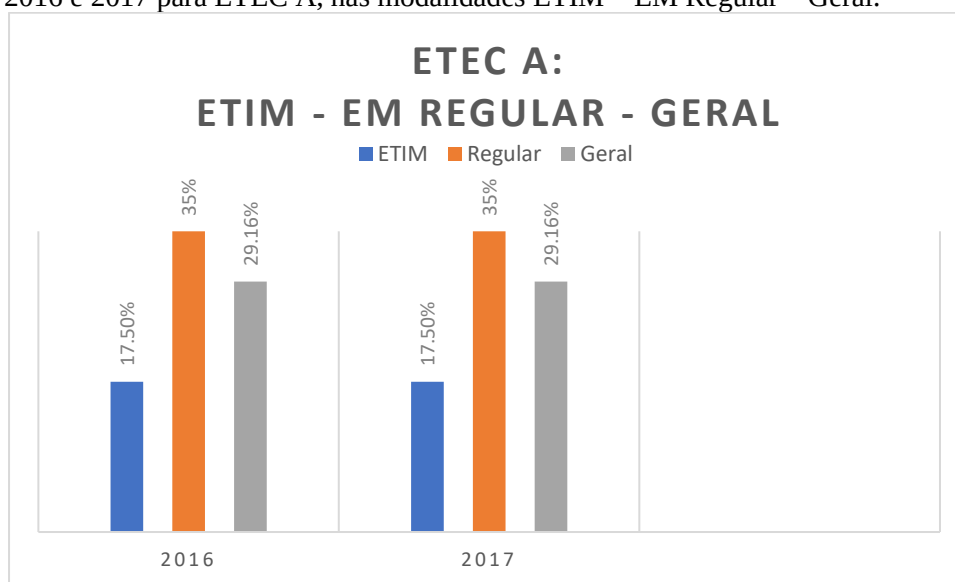


2017), sendo primeiros cinco anos, anteriores à criação da Lei de Cotas e os outros cinco posteriores.

Optamos por descrever os resultados apreendidos na pesquisa, por escola, apresentando os indicadores expostos de maneira geral, ou seja, EM Regular, ETIM e Geral (média). Para melhor compreensão dos dados, é importante destacarmos que até o ano de 2011, as quatro escolas analisadas possuíam apenas o EM Regular. Apenas a partir de 2012, iniciou-se a implantação do ETIM nessas escolas (em 2012 na ETEC B; em 2013 nas ETECs C e D; e apenas em 2016 na ETEC A).

No Gráfico 1 apresentamos os indicadores da ETEC A (desde que o ETIM passou a funcionar), para melhor comparação dos índices nos aspectos: ETIM, Regular e Geral (como o ETIM é posterior ao EM Regular nas quatro escolas observadas, para a realização da análise geral/comparativa das mesmas optamos por expor os índices globais após a criação do ETIM em cada Escola Técnica. Dessa forma, o ano de início dessa análise se altera de escola para escola).

Gráfico 1. Percentuais comparativos de estudantes oriundos da rede particular de ensino em 2016 e 2017 para ETEC A, nas modalidades ETIM – EM Regular – Geral.



Fonte: Secretaria Acadêmica da ETEC A.
Nota: elaboração do autor.

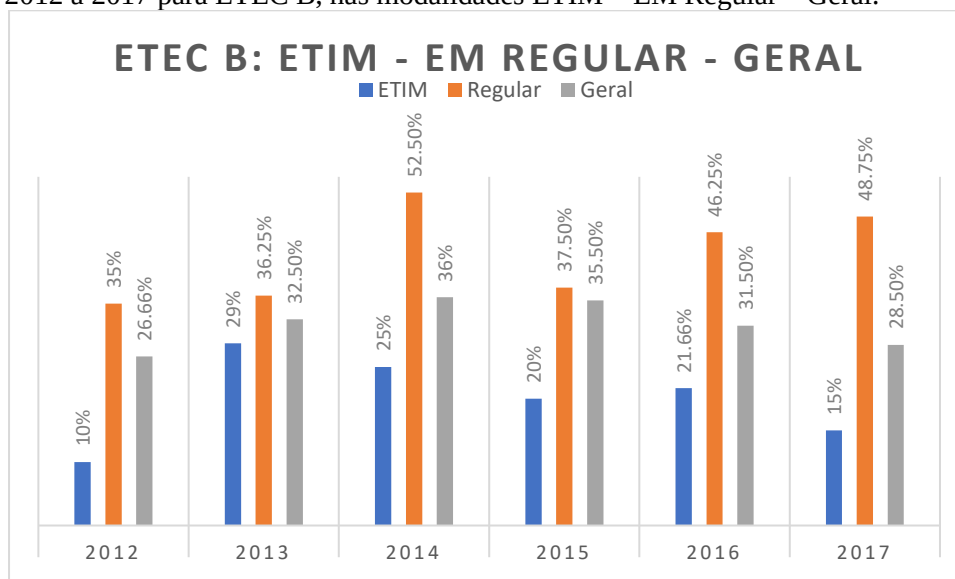
Percebemos que a quantidade de estudantes, com sua origem escolar ligada à rede privada de ensino, matriculados na ETEC A, é bem mais frequente na modalidade EM Regular do que na modalidade ETIM. Mas, seria essa uma particularidade dessa Escola



ou uma tendência? Visando sanar essa dúvida continuamos a investigação nas outras ETECs.

Na ETEC B, a comparação geral dessa Escola pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2. Percentuais comparativos de estudantes oriundos da rede particular de ensino de 2012 a 2017 para ETEC B, nas modalidades ETIM – EM Regular – Geral.



Fonte: Secretaria Acadêmica da ETEC B.

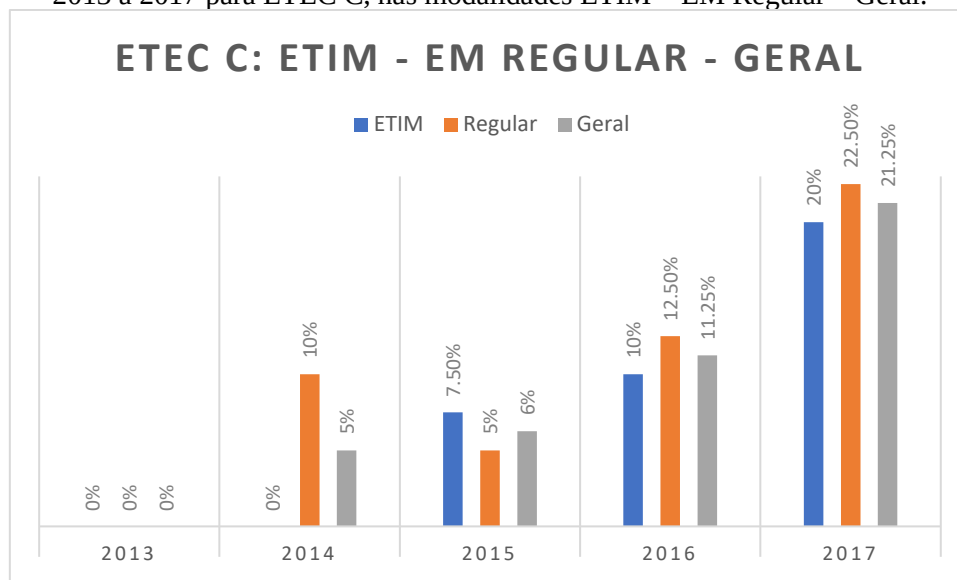
Nota: elaboração do autor.

Ao observarmos os indicadores apresentados, notamos que a quantidade de estudantes com sua origem escolar ligada à rede particular é maior, em todos os anos, no EM Regular, do que a média de estudantes matriculados no ETIM e a média geral da escola no mesmo período.

Na ETEC C, a comparação geral dessa Escola pode ser observada no Gráfico 3.



Gráfico 3. Percentuais comparativos de estudantes oriundos da rede particular de ensino de 2013 a 2017 para ETEC C, nas modalidades ETIM – EM Regular – Geral.



Fonte: Secretaria Acadêmica da ETEC C.

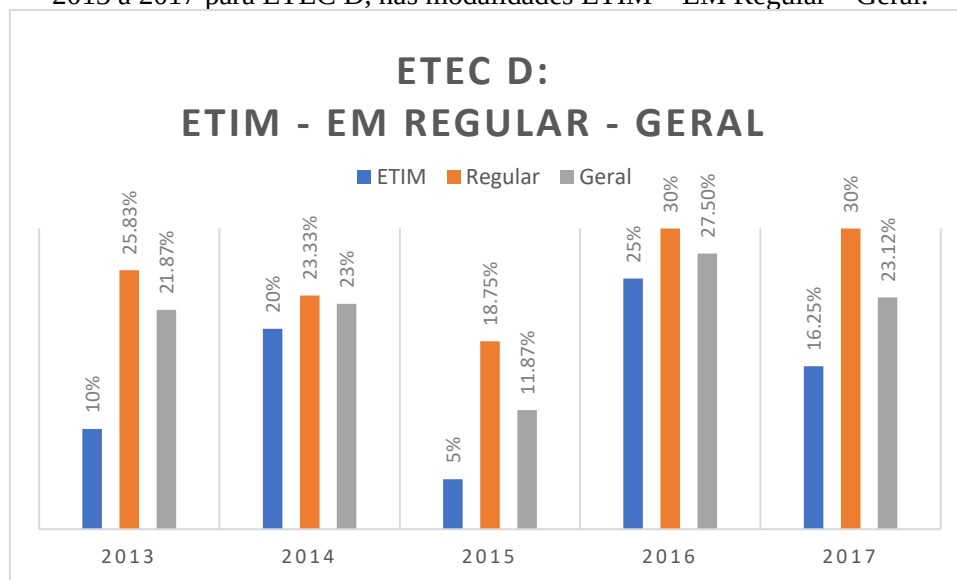
Nota: elaboração do autor.

De acordo com o gráfico, observamos que a média de estudantes com sua origem escolar ligada à rede particular é maior em todos os anos, no EM Regular, do que a média de estudantes matriculados no ETIM e a média geral da escola no mesmo período, com exceção apenas para o ano de 2015.

Já a análise completada ETEC D pode ser vista no Gráfico 4.



Gráfico 4. Percentuais comparativos de estudantes oriundos da rede particular de ensino de 2013 a 2017 para ETEC D, nas modalidades ETIM – EM Regular – Geral.



Fonte: Secretaria Acadêmica da ETEC D.

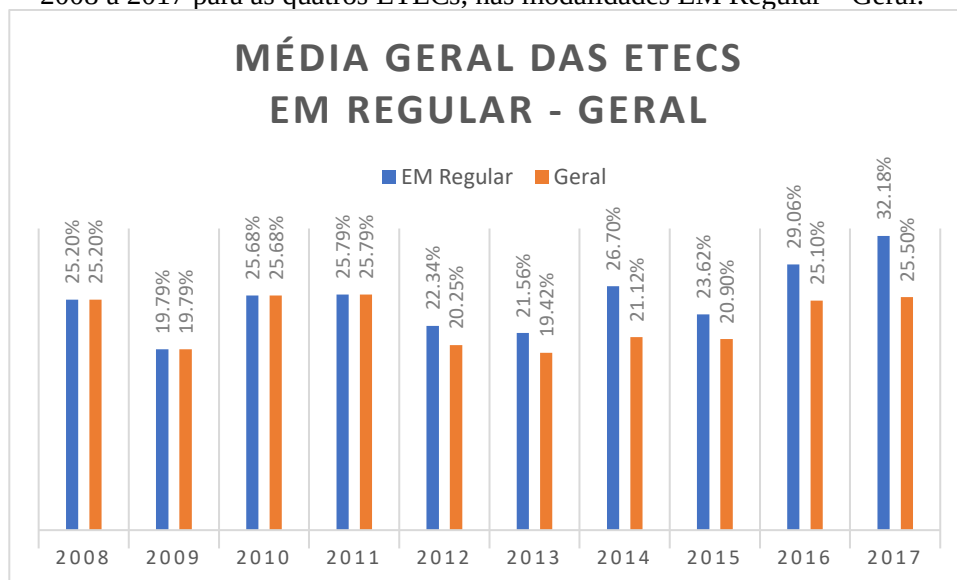
Nota: elaboração do autor.

De acordo com esses indicadores, percebemos que os índices de estudantes com sua origem escolar ligada à rede particular, assim como nas demais ETECs, é maior, em todos os anos, no EM Regular, do que a média de estudantes matriculados no ETIM e a média geral da escola no mesmo período.

Para melhor compreensão dos dados apresentados, o Gráfico 5 expõe a análise/média global das quatro ETECs pesquisadas.



Gráfico 5. Percentuais comparativos de estudantes oriundos da rede particular de ensino de 2008 a 2017 para as quatro ETECs, nas modalidades EM Regular – Geral.



Fonte: Secretaria Acadêmica das ETECs A, B, C e D.

Nota: elaboração do autor.

Nesse Gráfico, percebemos que, desde a implantação do ETIM (2012) a média de estudantes do EM Regular é superior à média geral das unidades de ensino. Em todos os anos apresentados, o índice de estudantes oriundos da rede privada para ETECs apresentou média maior quando expostos apenas os dados do EM Regular; quando esses são considerados em conjunto com o ETIM, a média migratória diminui.

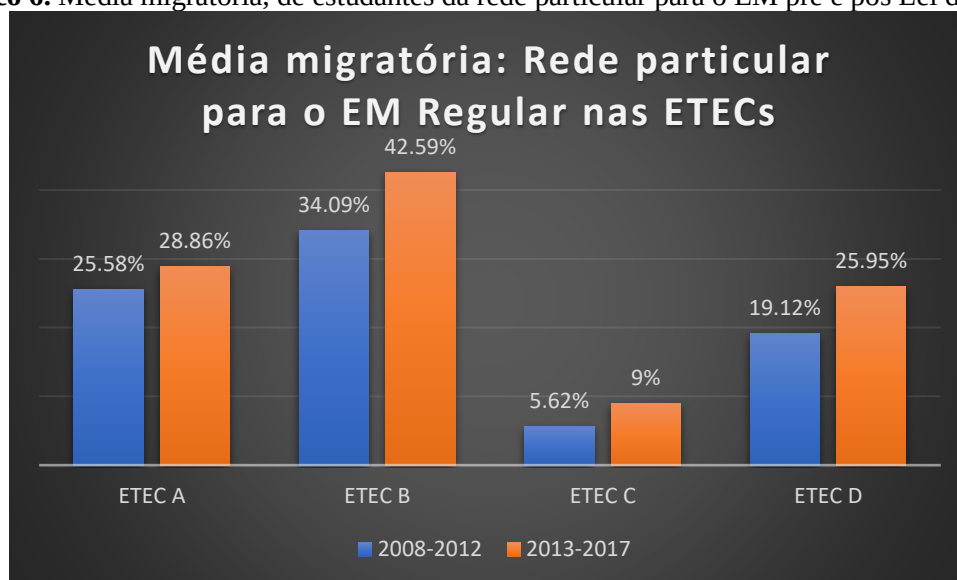
Ao mantemos a análise sob o foco apenas do EM Regular, notamos que o fluxo migratório para esta modalidade é sempre maior do que a média geral (Regular e ETIM), sobretudo após a efetivação da Lei 12.711. Ou seja, a quantidade de estudantes que saem da rede particular para cursarem o ensino médio em ETECs é mais frequente no EM Regular, do que no ETIM.

Através da análise dos dados apresentados podemos verificar dois pontos relevantes: 1. O crescimento do fluxo migratório de estudantes da rede particular para as quatro Escolas Técnicas pesquisadas, está ocorrendo, sobretudo no último quinquênio; 2. Essa alteração não ocorre aleatoriamente para qualquer modalidade de ensino, e sim em dimensões muito mais frequentes no EM Regular. Conforme se evidencia por meio dos indicadores apresentados, nas quatro ETECs e em todos os anos analisados a média de estudantes oriundos da rede particular matriculados no EM Regular é superior ao fluxo



para o ETIM e, conseqüentemente, os índices gerais das Escolas Técnicas, como demonstra o Gráfico 10.

Gráfico 6. Média migratória, de estudantes da rede particular para o EM pré e pós Lei de Cotas.



Fonte: Secretaria Acadêmica das ETECs A, B, C e D.

Nota: elaboração do autor.

Uma possível explicação para isto pode residir no fato de o ETIM ter suas práticas de ensino voltadas para a entrada do jovem estudante no mercado de trabalho. Enquanto o EM Regular está direcionado para a continuidade dos estudos a nível superior.

De acordo com o Gráfico 10, na ETEC A, ao analisarmos os dois períodos, anterior e posterior à Lei de Cotas, notamos um crescimento de cerca de 13% em relação à quantidade de matrículas feitas por estudantes com sua origem escolar ligada à rede privada. Nas outras Escolas Técnicas, os índices são ainda maiores, na ETEC B o aumento foi de aproximadamente 25%; na ETEC C por volta de 60%; e a ETEC D apresentou crescimento em torno de 36%. Dessa forma, conforme se pode observar, nas quatro ETECs pesquisadas, o índice de estudantes que migraram da rede privada para essas escolas, aumentou no período analisado por esta pesquisa.

CONCLUSÃO

Com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil, em 2012, foi sancionada a Lei Federal 12.711. No entanto, estaria essa Lei, de fato, causando mudanças



no público ingressante em universidades federais?

Visando responder a esta pergunta, analisamos o público ingressante em quatro ETECs paulistas, na última década e verificamos um crescimento no fluxo migratório de estudantes que frequentavam a rede particular durante o ensino fundamental e passaram a cursar o ensino médio nessas ETECs. A análise quantitativa também mostrou que está migração ocorre em proporções superiores no EM Regular, e em escalas menores no ETIM. A pesquisa realizada apontou, ainda, que a migração da rede particular de ensino para as ETECs analisadas tem se intensificado nos últimos anos, coincidindo com a sanção da Lei de Cotas. Assim, a partir dos dados por nós levantados, podemos afirmar que, nas escolas pesquisadas, está ocorrendo o crescimento na quantidade de estudantes com origem escolar na rede privada. Os dados também apontam este aumento tem coincido com a sanção da Lei de Cotas (2012).

Segundo Portes e Sousa (2012), essa mudança pode estar relacionada com o senso de “jogo” das camadas médias, que, “ao saber jogar” o jogo escolar de acordo com as novas regras, sabe tirar proveito das mudanças que passam a vigorar.

É importante destacarmos que durante a última década a economia brasileira atravessou momentos de instabilidade, o que também pode ter contribuído para o processo de migração da rede privada para as escolas técnicas estaduais.

Importante enfatizar também que o levantamento refere-se a uma região específica do interior paulista. Para verificar a ocorrência do observado em outras localidades do estado, faz se necessária a realização de outras pesquisas.

Entendemos que a Lei 12.711, seja uma medida necessária na busca de democratização do ensino público superior no Brasil. No entanto, o presente trabalho mostrou que, talvez, esta Lei possa estar também contribuindo para a manutenção das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 717-736, jul./set. 2016.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Cotas para o ensino**. Perguntas frequentes [online]. Brasil: MEC: 2012a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

CEETEPS. Governo do Estado de São Paulo. **Notícias**. Centro Paula Souza, 2015. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/noticias/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. **Cursos mais procurados**. Centro Paula Souza, 2016. Disponível em: <<http://www.vestibulinhoetec.com.br/cursos-mais-procurados/2016-1sem.asp>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

COSTA, Márcio; KOSLINSKI, Mariane C. Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 133-154, jan./abr. 2006.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A.; DAFLON, Verônica T. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo8vol12-2.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FERES JÚNIOR, João et al. O impacto da lei 12.711 sobre as universidades federais. **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, 2013b. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/files/Levantamento_GEMAA_1c.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

HERINGER, Rosana. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: um balanço do Período 2001-2004. In: FERES JR., João; ZONINSEIN, Jonas. **Ação Afirmativa e Universidade**: Experiências Nacionais Comparadas. Brasília: Editora UNB, 2006. p. 79-109.

MATOS, Mauricio dos S. et al. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 93, n. 235, p. 720-742, set./dez. 2012.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MOEHLECKE, Sabrina. **Propostas de ações afirmativas no Brasil:** o acesso da população negra ao ensino superior. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/pt-br.php>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NETTO, Nicolau D. B. A. **Esforço e “vocação”:** a produção das disposições para o sucesso escolar entre estudantes da Escola Técnica Federal de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25062012-154938/en.php>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PINTO, José M. R. O acesso   educação superior no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004a. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

PORTES,  cio A.; SOUSA, Lúcia P. de. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. In: SEMINÁRIO 10 ANOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONQUISTAS E DESAFIOS, 21-22 nov. 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ; Flacso do Brasil; GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil, 2012. p. 1-20. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/03/Apresentacao_Ecio_Portes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SOUZA, Maria do S. N. M. Do Seringal   Universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior. Belo Horizonte-MG. 2009. (Tese de Doutorado).

TETZLAFF, Iris M. B.; PIOTTO, Débora C. Longevidade escolar nas camadas populares: o papel da escolha da escola. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL SUDESTE DA ANPED, 12., 13 jul. 2016, Vitória-ES. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. p. 233-239.

ZAGO, Nadir. Do acesso   permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 11, n. 32, p. 226-237, mai./ago. 2006.



POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO COMO JOVENS ESTUDANTES COTISTAS

PEREIRA, Aline de Carvalho¹

SILVA, Natalino Neves da²

RESUMO

A implementação da Lei nº. 12.711/12 no ensino médio técnico-profissional traz novas questões para a pesquisa acadêmica em torno da temática das ações afirmativas e do combate ao racismo na educação escolar. Com o objetivo de compreender a partir do estudo de revisão de literatura (SALVADOR, 1986) sobre como vem sendo abordado à temática das cotas raciais no ensino médio técnico-profissional buscou-se realizar um levantamento bibliográfico de teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como os periódicos Cadernos de Pesquisa, Educação, Realidade, História da Educação, entre outros tentando verificar por meio de uma abordagem de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) como a produção científica na área tem tratado essa temática nos últimos cinco anos (2013-2017). Os achados do estudo realizado apontam que a maior parte das pesquisas realizadas tem o ensino superior como sendo foco principal. Algumas das considerações parciais do trabalho então constatadas foram a de que existem poucos trabalhos publicados relacionados à temática de cotas raciais voltadas tanto para o ensino médio técnico-profissional. Isso ajuda-nos a entender que sobre a necessidade de maior aprofundamento sobre esta temática em instituições federais de ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas Raciais. Ensino Médio Profissional. Políticas de Ações Afirmativas.

¹ Bacharel em Administração, Faculdade Cenecista de Varginha (FACECA); Mestranda em Educação (UNIFAL-MG); alinepereira@ufsj.edu.br.

² Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor da graduação e do Mestrado em Educação (UNIFAL-MG); natalgerais@gmail.com.



INTRODUÇÃO

De acordo com a revisão de literatura realizada é possível constatar que há um crescimento constante de produções acadêmicas relacionadas à temática de cotas raciais no ensino superior, entretanto, pouco são ainda incipientes os trabalhos sobre esta temática os quais abordam a educação profissional técnica que oferta o ensino médio.

A fim de identificar como possíveis reverberações da Lei nº. 12.711/12 que faz parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas as quais têm sido implementadas nos últimos em nosso país, intentou verifica como a discussão sobre as “Cotas Raciais” vem sendo discutidas de maneira específica na educação profissional técnica do ensino médio.

Essa preocupação está vinculada com o tema de pesquisa de mestrado o qual busca entender como os (as) jovens cotistas raciais refletem acerca desta política estudando em uma tradicional instituição que oferta a educação profissional técnica no Estado. No primeiro momento, metodologicamente, buscou realizar um levantamento de caráter documental quantitativo sobre a produção científica na área. A partir daí optamos por realizar um mapeamento das produções acadêmicas publicadas no Brasil nos últimos 5 (cinco) anos.

Para isso, foram selecionados os períodos de 2013 a 2017, em três bases de dados virtuais, a saber: Banco Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library (SCIELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Deste levantamento nos atemos a tratar com diferentes suportes de pesquisa da área, ou seja, teses, dissertações, artigos, resenhas, entre outros. Para análise dos conteúdos, adotamos o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) com o intuito de realizar a sistematização do conteúdo em 4 (quatro) etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados obtidos e interpretação.

Para realizar a busca nas plataformas foram utilizados os seguintes descritores: “ações afirmativas”, ”cotas raciais”, “cotas e ensino médio”, “cotas e ensino técnico”, entre outros, permitindo identificar 143 pesquisas relacionadas com os esses descritores.



Os resultados alcançados, conforme demonstrado na Tabela 1, a seguir, foram encontrados o total de 9 dissertações, 4 artigos e 3 teses relacionadas com a temática de pesquisa nas três bases de dados citadas anteriormente. Para categorizar as informações coletadas foram descritas todas as publicações sobre a temática cotas raciais no ensino médio e organizadas em ordem cronológica a partir da busca dos quatro descritores utilizados.

DESENVOLVIMENTO

A fim de situar o leitor acerca da relevância desta pesquisa no contexto das políticas de ações afirmativas, mais especificamente, as cotas raciais no ensino médio técnico, foi realizado nesse primeiro momento da revisão da literatura um levantamento de pesquisas publicadas em portais de busca digitais em bibliotecas, periódicos e banco de teses e dissertações sobre como a temática ‘cotas raciais’ vem sendo difundida no ensino médio.

Tabela 1 – Publicações sobre as cotas raciais em Instituições de Ensino Médio

Autor	Estudos	Objetivo
ALENDE, SAN SEGUNDO (2015)	Artigo	Identificar as mudanças na prática pedagógica após a implantação da política de cotas raciais, com ênfase na população negra em um curso técnico.
ARAUJO, ASSUNÇÃO et. (2014)	Artigo	Investigar se a variável etnia influência no resultado final do processo seletivo para o nível técnico em uma Instituição Federal de Ensino, no Brasil, que não adotou o sistema de cotas para negros, pardos e indígenas, em 2012.
BATISTA (2016)	Dissertação	Dialogar com alunos do terceiro ano do Ensino Médio sobre a política de cotas raciais em duas escolas da rede pública do Estado de São Paulo.
BAX, DIAS (2016)	Artigo	Analisar a efetividade da reserva de vagas em instituições federais de ensino, criada pela Lei de Cotas e contextualizar sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG).
CARDOSO (2016)	Dissertação	Identificar se a Lei de Cotas tem impactado a probabilidade de migração para a rede pública dos alunos matriculados em escola privadas no ensino básico.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

CASTRO (2016)	Tese	Examinar a experiência desta instituição de ensino, sob a ótica dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas e gestores, em relação à política de cotas.
COSTA JUNIOR (2013)	Dissertação	Analisar as relações entre o conhecimento histórico sobre o lugar do negro na sociedade brasileira e o posicionamento dos participantes no tocante às políticas de ações afirmativas.
DANTAS (2015)	Dissertação	Investigar a ação afirmativa implementada no Brasil, a partir da Lei 12.711/2012 e seus efeitos em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e no Campus João Pessoa.
MACHADO, MAGALDI (2016)	Artigo	Compreender a trajetória dos alunos das escolas públicas nas séries iniciais, analisar as políticas de cotas nas universidades brasileiras e discutir a relação das ações afirmativas e de equidade no ensino superior brasileiro na última década.
MELO (2016)	Dissertação	Identificar o significado do Sistema de Cotas para adolescentes e jovens de ensino médio de Escolas Públicas que se autodeclaram como negros.
NEVES (2016)	Dissertação	Analisar a origem da aplicação, no Brasil, de ações afirmativas na educação cuja culminância foi a lei de cotas, bem como os processos seletivos realizados pelos dezessete colégios de aplicação da rede federal de ensino.
OLIVEIRA (2017)	Dissertação	Compreender as relações que adolescentes negros(as) estabelecem entre seus processos identificatórios e os discursos e práticas difundida os na escola sobre as relações étnico-raciais.
PIERONI (2016)	Dissertação	Analisar o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas e não cotistas ingressos após a implantação da Lei de Cotas.
SILVA (2014)	Dissertação	Conhecer as representações sociais de alunos do ensino médio acerca da política afirmativa de cotas da UFES por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS).
SILVA (2016)	Tese	Estabelecer algumas relações entre juventude, ações afirmativas e educação dentro do espaço escolar, elegendo como campo de observação os estudantes do Ensino Médio.

Fonte: Elaborado pelos autores (as)

No estudo de Cardoso (2016), esse tema foi abordado de forma a identificar se Lei nº 12/711 influenciou a probabilidade de migração de alunos matriculados na 1º



série do ensino médio de uma escola particular para instituições da rede pública da educação básica. O autor utilizou-se da metodologia diferença-em-diferenças para verificar se esta migração realmente ocorre, visto que um dos quesitos para participar da política de reserva de cotas raciais no ensino superior é de cursar integralmente e concluir o ensino médio em instituições públicas de ensino. A pesquisa constatou que há um comportamento estratégico por parte dos alunos em migrar de escola para pleitear a reserva de vagas étnico-raciais, especialmente alunos provenientes de escolas privadas socialmente consideradas de “pior qualidade”, verificando que há maior quantidade de migrações em estados onde há maior número de universidade federais.

Na pesquisa realizada por Neves (2016) foi possível analisar como a política de ações afirmativas, implementada no processo seletivo pelo Colégio Universitário da Universidade Federal de Viçosa, efetivamente cumpre o papel para o qual foi criada, visto que a referida, tem caráter impositivo para as instituições federais de ensino superior e as instituições federais de ensino técnico de nível médio, não obrigando o Colégio Universitário da Universidade Federal de Viçosa a cumprir esta legislação.

O estudo concentrou-se em comparar a implantação da política de bônus que reserva 15% a alunos advindos do ensino público e sobre aproveitamento destes alunos no processo seletivo. A pesquisa concluiu que a implantação da Lei nº 12.711 foi um passo importante para sanar o problema da iniquidade no acesso ao sistema público de ensino e equalizar o acesso entre candidatos oriundos de escolas públicas comparadas com a tímida ação afirmativa implantada pelo Colégio Universitário da Universidade Federal de Viçosa.

De acordo com a pesquisa Estado da Arte sobre “*Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica*”, entre os períodos de 2003 a 2013, os autores Guarnieri e Melo-Silva (2017), identificaram resultados promissores a aplicação desta política pública, compreendendo [...] *que a aprovação da Lei Federal funcionou como indicador de “sucesso” das cotas, ainda que não haja consenso sobre a sua aceitação*” (GUARNIERI, MELO-SILVA, 2017, p. 184). Configurando-se [...] em uma alternativa possível para promover a inserção do jovem em situação de desvantagem social e étnica nos espaços acadêmicos, enriquecendo tais espaços com a diversidade e possibilidade criativas derivadas desse processo (GUARNIERI, MELO-SILVA, 2017, p. 190).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Já no trabalho de dissertação de Costa Junior (2013), intitulado “*Do Branqueamento às Cotas Raciais: Conhecimento Histórico e Memória para a Tomada de Posição*”, o autor analisou as relações identificação racial, conhecimento histórico sobre o lugar do negro na sociedade brasileira, o posicionamento em relação à política de cotas raciais e o posicionamento de 200 estudantes de instituições públicas e particulares no tocante político das ações afirmativas. A investigação constatou que posicionamentos contrários ou favoráveis estão relacionados ao status social ocupado por cada indivíduo. Nessa lógica acreditamos que:

A escola é responsável pelo processo de socialização no qual se estabelecem relações com crianças e adolescentes de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das diferenças raciais, que, infelizmente, pode resultar em um processo de desvalorização de atributos individuais de crianças e adolescentes que apresentam características físicas e traços étnicos, experiências religiosas e culturais, situação de moradia e condição familiar, considerados fora do padrão estabelecido pela mídia, pela sociedade e pela escola (FORDE, VALENTIM, 2012, p. 69).

A pesquisa de Silva (2014) sobre as representações sociais de alunos do ensino médio acerca da política de cotas utilizou-se da Teoria das Representações Sociais? (TRS), para que por meio de grupos focais e análise do conteúdo, se tornasse possível identificar as representações de 23 alunos de três escolas distintas, uma escola pública estadual, a segunda particular e a terceira instituição federal. O estudo visou identificar a concepção dos estudantes acerca da política de ações afirmativas e a modalidade de cotas sociais e raciais? e distinguir o que os alunos em diferentes contextos pensavam sobre a inclusão das cotas no vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa concluiu que nas três instituições pesquisadas nenhum dos alunos conheciam categoricamente a política de cotas, havia de modo geral o desconhecimento do funcionamento da reserva de vagas e um grande questionamento acerca da falta de informações por parte do corpo discente sobre cotas e outras formas de acesso. Não foram constatadas falas negativas em relação a não tentar o vestibular pelas cotas, apesar de haver divergências de opiniões em relação ao mérito *versus* cotas raciais e negações nítidas quanto a sua eficácia e legitimidade.

Neste enfoque, em outra investigação muito interessante para os propósitos deste trabalho ora aqui realizado faz menção as investigações de Melo (2016) sobre o significado do sistema de cotas para adolescentes e jovens do ensino médio em escolas



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

públicas de Fortaleza, através da metodologia de grupo focal e aplicação de questionário trouxe-nos concepções relevantes sobre o conhecimento destes estudantes sobre expectativas para seu futuro educacional, o significado do sistema de cotas no Ceará, bem como a questões referentes a identidade étnica.

Essa pesquisa apontou que os estudantes do ensino médio não demonstraram possuir conhecimento diferenciado sobre o sistema de cotas, demonstrando uma compreensão superficial sobre os motivos de implementação deste sistema. Eles demonstraram ainda um posicionamento favorável as cotas sociais certa rejeição às cotas raciais, por acreditarem promover o acirramento do preconceito, dissociando a questão étnico racial dos fatores históricos, econômicos e sociais. Indo de encontro ao que estudos anteriores já tinham apontado, de que há uma necessidade de formas de divulgação e debate sobre cotas no ensino médio, de que existe um evidente preconceito em relação à entrada de negros no ensino superior através das cotas, do avanço significativo do número de estudos com estudantes cotistas no ensino superior, do estereótipo do negro ser visto como algo negativo e da dificuldade quanto à autodeclaração étnica quanto a dificuldade de se declararem negros, pardos, ou brancos, de forma geral.

A tese de Silva (2016) também investigou sobre os sentidos atribuídos por jovens estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia acerca da Políticas de Ações Afirmativas com o propósito de analisar a compreensão do modo como estes jovens pensam e interpretam tais ações e de que forma estes estudantes podem contribuir para a avaliação das mesmas, uma vez que estes também são destinatários das mesmas políticas. Um dos resultados difundidos nesta pesquisa constatou que as cotas são entendidas como políticas de Estado em que não há na maioria das sequências discursivas um papel ativo dos Movimentos Sociais ou dos cidadãos em geral em prol da transformação da realidade social brasileira e que a escola não está totalmente adequada aos processos de inclusão de um modo geral.

Assim como outros autores, Dantas (2015) também buscou responder por meio das percepções da instituição e dos beneficiários pelo sistema de cotas sobre como se configuram as políticas de ações afirmativas a partir da Lei nº 12.711 em cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus João Pessoa, no primeiro ano de sua implantação, em 2013, nesta instituição. O estudo trouxe questões que ainda persistem até nos dias atuais, dentre as quais são destacadas:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

as dificuldades enfrentadas pela instituição em implementar o sistema de cotas em consequência do despreparo institucional, a questão orçamentária para atender o aumento da demanda de beneficiários, a forte dificuldade de adaptação de cotistas no 1º ano e algumas abordagens preconceituosas sobre sua forma de ingresso. Contudo, apesar destes impasses a implantação do sistema de cotas raciais nesta instituição de ensino apresentaram um fortíssimo potencial de inclusão de grupos beneficiários das cotas raciais.

Outra dissertação de mestrado, com objetivos afins, foi a de Castro (2016) com a finalidade de examinar a experiência do Instituto Federal de Tocantins campus Gurupi na implantação da política de cotas sob a ótica de gestores da instituição e de estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas. Os resultados alcançados pelo autor nesta instituição através da coleta de entrevistas neste estudo de caso revelaram percepções diferentes entre gestores e estudantes. Estes reconheceram que as cotas são eficazes na tentativa de diminuir as desigualdades e que não existe diferença de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas, para os gestores existe a necessidade de outras acessórias, como a de permanência e de mais estudos, para que o sistema seja mais eficaz.

Tanto para professores quanto para gestores não se percebe discriminação contra os alunos que ingressaram pelo sistema de cotas. A pesquisa apontou importantes considerações sobre: a necessidade de um projeto multidisciplinar, que colabore com a política institucional; a falta de uma Comissão ou Assessoria de Apoio aos Cotistas e a ausência de medida de suporte pedagógico voltada, exclusivamente, para o atendimento dos estudantes cotistas.

Pieroni (2016) também constatou através de sua pesquisa de caráter documental com estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Salto, que os estudantes cotistas raciais apresentavam melhores resultados de desempenho acadêmico em comparação com os alunos advindos de ampla concorrência decorrentes de altos índices de evasão, conclusão, reprovação e rendimento acadêmico. Entretanto, acreditamos que os desempenhos dos estudantes ~~alunos~~ cotistas do ensino médio podem variar de acordo com as concepções das realidades vivenciadas, permitindo recortes bastante diversificados dos dados empíricos para efeito de comparação.



De semelhante modo, o artigo de Alende e San Segundo 2015, pelo qual se analisou as mudanças na prática pedagógica após a implantação da política de cotas raciais com ênfase na população negra de um curso técnico, revelou posicionamentos divergentes entre sete professores ao dividirem-se entre posições favoráveis e contrárias à política de cotas, verificando que a implantação desta política não trouxe reais modificações nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes ou por esta instituição de ensino.

Também destaca-se a dissertação defendida por Batista (2016), com o título: *“Argumentação em dissertações do ensino médio: cotas raciais em discurso”*. A pesquisa visou dialogar sobre cotas raciais com quatro turmas do terceiro ano do Ensino Médio, de duas escolas da rede pública do Estado de São Paulo a partir da leitura de dois textos jornalísticos.

Tinha-se a hipótese de que discentes oriundos da rede pública de ensino, que poderiam usufruir dos benefícios da lei de cotas, argumentariam favoravelmente a essa ação afirmativa, entretanto muitas das produções de texto produzidas pelos sujeitos investigados se mostraram contrários a implementação da Lei nº 12.711. Sendo constatado pelo autor que existe uma falta de discussão adensada sobre as cotas raciais no ensino médio, de que existem poucos questionamentos acerca da realidade social e econômica da população negra e de que as cotas raciais bem como o racismo no Brasil merecem ser mais problematizados nas escolas e discutidos por aqueles sujeitos que serão diretamente afetados por essa política.

Para Valentim e Pinheiro (2015), o principal desafio para a sociedade brasileira é de uma política de ação afirmativa que se oriente por programas e projetos que promovam a interação entre culturas numa relação baseada no respeito pela diversidade e no enriquecimento mútuo através da justiça curricular no interior das instituições de ensino; assim como meios de acesso, permanência, sucesso acadêmico, e, sobretudo, na realização educacional.

Almeida (2016) também cita em seu trabalho o processo de implementação da Lei nº 6.434/13 que determina a implantação das políticas afirmativas na modalidade de cotas raciais para estudantes do 6º ano do ensino fundamental, uma sensação de ‘estranhamento’, de ‘desconhecimento’ entre os professores não só do processo de elaboração da Lei, mas de sua discussão interna e também de sua implementação. O que demonstra a necessidade de maior discussão e debates sobre cotas raciais sejam



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

contempladas em toda formação básica do educando, vistos que estes estudantes também poderão pretear a esta modalidade de reserva de vagas. Nas palavras dos autores Machado e Magaldi (2016):

[...] as discussões dos últimos anos e a aprovação da Lei nº [12.711] de 2012 são importantes caminhos para continuarmos a discussão em torno das políticas afirmativas raciais/sociais, inclusive para desvendar e desvelar as questões envolvendo raça/cor e a relação socioeconômica, posto que, a análise crítica de uma política pública específica sempre leva ao seu aprimoramento e pode levar a mudanças de paradigmas (MACHADO, MAGALDI, 2016, p. 282).

Neste contexto, torna-se pertinente citar o estudo de Oliveira (2017) sobre as relações que adolescentes negros (as) estabelecem entre seus processos identificatórios e os discursos e práticas difundidos na escola sobre as relações étnico-raciais. Esta análise em formato de grupo de discussão e entrevistas individuais com estudantes entre 15 e 18 anos do 2º e 3º ano do Ensino Médio. A pesquisa trouxe à tona a percepção de ser negro (a) para estes estudantes se dá a partir da evidenciação de uma diferença, marcada de forma pejorativa em comentários racistas historicamente difundidos em nossa sociedade e que a escola deve promover práticas que viabilize promoção da diversidade racial, a fim de extinguir sentimentos de inferioridade e de incapacidade do grupo estigmatizado.

Estudos e pesquisas demonstram que as desigualdades raciais na sociedade brasileira, como a título de exemplo, as produções acadêmicas citadas acima, que tanto os (as) jovens negros (as) do ensino médio quanto os (as) do ensino superior possuem mais dificuldades de permanecer e progredir nos estudos quando comparados com os jovens brancos (as), fatos que marcam sua trajetória de vida em diversos seguimentos, tais como: convívio social, político, futuro profissional, em aspectos educacionais entre outros. Assim sendo, a *“identidade étnica desses jovens é marcada por estigmas e discriminações. Praticamente todos os campos da vida social brasileira são marcados por desigualdades raciais”* (VALENTIM, PINHEIRO, 2015, p.21).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, tendo em vista a análise dos estudos realizados concordamos que os estudos propostos sobre cotas raciais no ensino médio de maneira geral e, em específico, o ensino médio técnico, nos remete a necessidade de maior aprofundar sobre temáticas relacionadas ao posicionamento e as trajetórias acadêmicas dos estudantes na condição como beneficiários pelo sistema de cotas raciais.

Entender o significado das cotas para estudante do ensino médio, as contribuições das instituições de ensino em apoio a esta política e de que forma as instituições de educação técnica profissional têm difundido, problematizado e implantado o sistema de cotas raciais em seu projeto pedagógico torna-se cada vez mais necessário.

Nesse sentido, a presente proposta de investigação tem a plena compreensão de que mais do que o término do trabalho de revisão bibliográfica de pesquisa, o tema em questão suscita profundas reflexões, discussões e diálogos envolvendo diferentes agentes da educação os quais dizem respeito à implementação da política que diz respeito à Lei nº 12.711/12, socialmente conhecida como “Lei de Cotas” especificamente no ensino médio técnico o qual vem sendo ofertado na educação profissional.

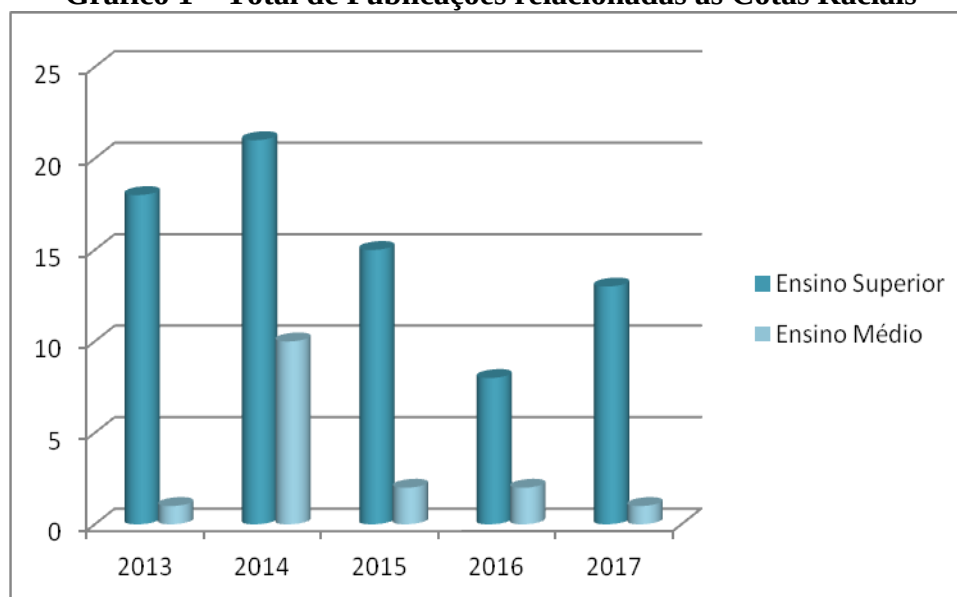
Por fim, elaboramos um gráfico com o Total de produções acadêmicas sobre “Cotas Raciais” no Ensino Médio e Superior incluindo as temáticas Cotas e Desempenho Acadêmico, Cotas e Evasão e Estado da Arte sobre Cotas Raciais difundidos nas três bases de dados nos últimos 5 anos, no sentido de contribuir com as discussões as quais vêm sendo realizadas no âmbito desse tema de pesquisa.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Gráfico 1 – Total de Publicações relacionadas às Cotas Raciais



Fonte: Elaborado pelos autores (as)

Na Tabela 2, podemos verificar a maneira que o tema relacionado às cotas raciais e ensino médio aparece distribuído nas diferentes bases de dados consultados.

Tabela 2: Distribuição por Base de Dados

Área de Conhecimento	SCIELO	CAPES	IBICT
Cotas Raciais no Ensino Superior – Diversos Temas	14	24	24
Cotas Raciais no Ensino Médio - Diversos Temas	0	3	9
Cotas Raciais e Desempenho Acadêmico – Ensino Superior	4	3	2
Cotas Raciais e Desempenho Acadêmico – Ensino Médio	0	1	1
Cotas e Evasão no Ensino Superior	2	1	0
Ações Afirmativas de cunho racial no Ensino Médio	0	0	1
Ações Afirmativas de cunho racial no Ensino Superior	5	3	9
Ações Afirmativas no Brasil	9	10	15
Estado da arte sobre Ações Afirmativas	0	2	0
Estado da arte sobre Cotas Raciais	1	0	0
Total	35	47	61

Fonte: Elaborado pelos autores (as)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENDE, C. T. M.; SAN SEGUNDO, M. A. C. A política de cotas raciais e as mudanças na prática pedagógica. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 4, n. 8, p. 29-40, 2015.

ALMEIDA, M. A. O. **Ação afirmativa de corte racial na educação básica em uma escola de excelência**: a experiência do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/UERJ. 2016. 281p. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BATISTA, D. P. **Argumentação em dissertações do ensino médio**: cotas raciais em discurso. 2016. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto, 2016.

BAX, M. P.; DIAS, M. T. Lei de cotas: Uma avaliação das inscrições no Instituto Federal de Minas Gerais utilizando KDD. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 15, n. 1, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CARDOSO, T. G. **Lei de Cotas e a escolha de escola no ensino básico**. 2016. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CASTRO, F. G. **Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi**: reflexos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016.

COSTA JÚNIOR, C. P. **Do branqueamento às cotas raciais**: conhecimento histórico e memória para a tomada de posição. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DANTAS, Maria J. P. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de nível médio**: um estudo no IFPB - campus João Pessoa. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

FORDE, G. H. A.; VALENTIM, S. S. Práxis Pedagógica Antirracista e Afirmativa com Princípio Norteador dos Currículos da Educação Profissional e Tecnológica. **Tecnologia & Cultura**, v. 14, n. 20, p. 61-73, 2012.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

LEITE, M. S.; SILVA, V. S. Cotas raciais no Ensino Médio: processos de identificação e diálogo intercultural crítico. **Revista de Educação PUC**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 295-310, 2016.

LIMA, Marcos Gonzaga de. **O preconceito racial e a trajetória de escolarização na perspectiva de adolescentes e jovens negros**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

MELO, J. F. **Significados do sistema de cotas para o ingresso no ensino superior para estudantes negros de escola pública de Fortaleza**. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

NEVES, Jones Antônio Fernandes. **O Colégio de Aplicação Coluni: política de ação afirmativa x excelência no ensino**. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2016.

OLIVEIRA, N. P. **Processos identificatórios de adolescentes negros(as): a escola como potencializadora de espaços identitários**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PIERONI, A. R. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Salto**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016.

SALVADOR, Ângelo D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração, de trabalhos científicos. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SILVA, C. D. **Também queremos falar**: as representações sociais dos alunos de ensino médio a cerca da política afirmativa de cotas da UFES. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVA, N. P. **Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das Políticas de Ações Afirmativas**. 2016. 276f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SOUZA, A. C. D. **Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Médio**: Um estudo de caso no Cefet Maracanã - Rio de Janeiro. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VALENTIM, S. S.; PINHEIRO, MATIAS, K. L. Ações afirmativas de base racial na educação pública brasileira. **Educação & Tecnologia**, v. 20, n. 1, 2016.



DIREITO À MORADIA: ALUGUEL SOCIAL EM PERDÕES-MG

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo¹

Mireli Roberta Alvarenga de Carvalho²

RESUMO

A falta de planejamento urbano contribui para os indivíduos construírem suas casas em locais de riscos. A especulação imobiliária valoriza determinados terrenos e favorece o mercado, consequentemente, faz com que as pessoas com menos poder aquisitivo residam distante do centro, nas periferias. Assim, em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis muitos erguem seu abrigo. Este estudo consiste na reflexão e análise acerca do aluguel social e o direito à moradia, no município de Perdões-MG. O aluguel social configura como um benefício eventual para atender famílias em vulnerabilidade social, seja ela em decorrência de catástrofes naturais ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária. Faz-se necessário um plano de desenvolvimento urbano, com políticas habitacionais pensadas e desenvolvidas em locais dignos e que de fato efetive a mobilidade urbana. Na esfera local, há uma desarticulação entre habitação e planejamento urbano que precisa ser revista, até mesmo por meio do instrumento do plano diretor.

PALAVRAS-CHAVE: Benefício Eventual. Mobilidade Urbana. Planejamento Urbano. Política de Habitação Social. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A falta de planejamento urbano muitas vezes contribui para os indivíduos construírem suas casas em locais de riscos. Além disso, a especulação imobiliária valoriza determinados terrenos e favorece o mercado, consequentemente, faz com que as pessoas com menos poder aquisitivo residam distante do centro, nas periferias.

¹ Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, Universidade Federal de Lavras, Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Perdões-MG.

² Pós-Graduação em Instrumentalidade com Ênfase em Saúde, Educação e Judiciário, Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Perdões -MG.



Assim, em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis muitos erguem seu abrigo.

A moradia é um direito fundamental para o desenvolvimento do ser humano (SOUZA, 2004). Sendo, portanto, necessidade básica do homem, desse modo, Nolasco (2008, p. 87) “[...] a casa é o asilo inviolável do cidadão, a base de sua indivisibilidade, é, acima de tudo, como apregooou Edwark Coke, no século XVI: a casa de um homem é o seu castelo”. Amparada nessa assertiva a casa é um bem de reconhecimento, de referência, de descanso, ou seja, essencial para dar suporte às outras necessidades individuais. Entende-se que o acesso à moradia é exercer a cidadania e fazer parte de uma cidade democrática e inclusiva.

Este estudo consiste na reflexão e análise acerca do aluguel social e o direito à moradia, no município de Perdões, MG. Para tanto, em um primeiro momento será abordado a metodologia utilizada nesta pesquisa, logo também será discutido o direito a moradia como bem essencial à existência do ser humano. Ademais, a importância da efetividade do plano diretor também compõe este estudo, haja vista que, é um instrumento para orientar a ocupação do solo evitando uso irregular ou ocupação em áreas de risco. A discussão do que é o aluguel social e como ele é fundamental no município de Perdões é abordado no estudo.

DESENVOLVIMENTO

Direito à moradia

O direito social à moradia configura um desafio na realidade brasileira, haja vista que, ainda está em processo de implementação, por meio de políticas públicas. Dentre elas estão às leis federais que criaram o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei no 11.124/2005), a regulamentação da regularização fundiária em terras da União federal para habitação de interesse social (Lei no 11.481/2007) e o programa Minha Casa, Minha Vida (Lei no 11.977/2009).

No artigo 6º da Constituição, institui os direitos sociais, que todos os brasileiros têm direito à moradia, desse modo cabe ao Estado brasileiro traçar, conceber, implementar e executar políticas públicas que tornem a moradia um direito para alcance da dignidade humana (INÁCIO, 2002).



O conceito de domicílio de acordo com Diniz (2005) é sede jurídica da pessoa. Para Clóvis Beviláqua o domicílio da pessoa natural é “o lugar onde ela, de modo definitivo, estabelece a sua residência e o centro principal de sua atividade”, e para o direito a noção de domicílio é fundamental nas relações jurídicas se formam entre pessoas e “é necessário que estas tenham um local, livremente escolhido ou determinado pela lei, onde possam ser encontradas para responder por suas obrigações” (GONÇALVES, 2003).

O autor Nolasco (2008, p. 88) relata que o direito à moradia é o lar do indivíduo, local de descanso, de intimidades, portanto fundamental a qualidade de vida do indivíduo, “lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde a intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da vida”. Ademais, “[...] daí nasce o direito à sua inviolabilidade e à constitucionalidade de sua proteção”. A assertiva de Nolasco dialoga com Flávio Pansieri,

O direito a uma moradia adequada significa dispor de um lugar onde se possa asilar, caso o deseje, com espaço adequado, segurança, iluminação, ventilação, infraestrutura básica, uma situação adequada em relação ao trabalho e o acesso aos serviços básicos, todos a um custo razoável. (PANSIERI, 2008, p. 112).

Sergio Iglesias Nunes de Souza sobre a temática descreve:

A moradia consiste em bem irrenunciável da pessoa natural, indissociável de sua vontade e indisponível, que permite a fixação em lugar determinado, não só físico, como também as fixação dos seus interesses naturais da vida cotidiana, exercendo-se de forma definitiva pelo indivíduo, e, secundariamente, recai o seu exercício em qualquer pouso ou local, mas sendo objeto de direito e protegido juridicamente. O bem da “moradia” é inerente à pessoa e independente de objeto físico para a sua existência e proteção jurídica. Para nós, “moradia” é elemento essencial do ser humano e um bem extrapatrimonial. “Residência” é o simples local onde se encontraria o indivíduo. E a habitação é o exercício efetivo da “moradia” sobre determinado bem imóvel. Assim, a “moradia” é uma situação de direito reconhecida pelo ordenamento jurídico [...]. (SOUZA, 2004, p.45).

Os autores Nolasco (2008), Souza (2004) e Pansieri (2008) tem em comum a defesa da moradia como direito social e primordial para condições de vida digna de um indivíduo. Ademais, os autores compactuam com Dallari (2004, p. 46) o qual defende “afirmar que todos são iguais perante a lei; é indispensável que sejam assegurados a



todos, na prática, um mínimo de dignidade e igualdade de oportunidades”. Nesse sentido o direito a moradia, é essência da existência do indivíduo.

A existência do indivíduo já lhe dá o direito a acesso a condições básicas de sobrevivência, dessa forma o direito à moradia é direito de igualdade, um direito social de acesso (BARIN, 2006). Nesse sentido, o direito a moradia “[...] em face da natureza de direito essencial referente à personalidade humana”. (SOUZA, 2004, p. 46).

Entretanto, a realidade brasileira demarca os “nítidos efeitos da exclusão social e do desnível de renda entre as famílias brasileiras é o déficit habitacional e a moradia precária em áreas de risco”. Diante disso, “o direito à moradia é um dos núcleos que possibilita a consecução da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser implementado em todos os níveis” (RANGEL; SILVA, 2009, p. 58).

Importância da efetividade do Plano Diretor

O Plano Diretor é a principal lei municipal que organiza a ocupação do seu território, “é resultado de um processo político, dinâmico e participativo que mobiliza o conjunto da sociedade, todos os segmentos sociais, para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município” (MINISTERIO DAS CIDADES, 2005, p. 16).

O Plano Diretor deve garantir que todas as áreas do município deverão considerar o bem-estar coletivo de todos os munícipes, seja nas áreas residenciais, comerciais, industriais, de serviço, área pública ou para equipamentos coletivos. Entretanto, o Ministério das Cidades (2005, p. 17) afirma que “a prevalência do caráter autoritário e excludente do desenho das cidades se deu, principalmente, pela falta de acesso dos segmentos de menor renda à moradia digna, aos equipamentos, serviços e infraestrutura urbana”.

A inexistência ou falta de atualização do Plano Diretor que efetivamente regule o espaço urbano e ou falta de planejamento urbano, como supervalorização de áreas mais centrais, contribui para que famílias que não possuem condições de ter acesso a um lote urbano, a buscarem alternativas como:

Ocupação de áreas de risco, áreas com declividades acentuadas e áreas sujeitas a processos erosivos. Ocupação das encostas dos morros (em geral áreas de preservação) próximas a áreas urbanizadas. Ocupação



das faixas de domínio das rodovias. Ocupação das áreas loteadas a partir de processos de grilagem (que se refere a diferentes classes sociais). Ocupação de terrenos alagadiços (PIMENTA, 2005, p. 46).

Embora, esse tipo de ocupação seja atribuído apenas aos pobres, vale ressaltar que existem diversas irregularidades realizadas pelas camadas mais altas, a qual não intervenção do poder público, como por exemplo, as ocupações de orla, áreas de uso público e áreas de cume de morro.

Pimenta (2005) conceitua a cidade como um produto social, isto é, a qual está inserida em um processo constante de valorização do solo, a qual está vinculada a própria expansão urbana, para tanto está relacionada à apropriação privada, do livre jogo de mercado, a estrutura da cidade. Nesse sentido, a autora afirma que a interferência do Estado que vai determinar uma cidade mais justa ou mais desigual.

Enquanto a produção do espaço é social, o processo de apropriação da valorização do solo, regido somente pelas leis de mercado, é privado. A intervenção do Estado torna-se fundamental para redistribuir equitativamente os rendimentos desse processo de valorização. [...] Um Estado “omisso” está atuando a favor do aprofundamento da desigualdade social, pois favorece a apropriação particular por agentes privilegiados da riqueza produzida socialmente. Transforma o solo urbano em um negócio lucrativo, impedindo ou dificultando, neste mesmo processo, a acessibilidade a terra e aos serviços urbanos, em razão da criação e acentuação da desigualdade entre os diferentes pontos da cidade (PIMENTA, 2005, p. 48).

A falta de gerenciamento por parte do Estado quanto ao preço da terra, impede o acesso à moradia, à educação, aos serviços urbanos e ao lazer, corroborando para uma realidade desigual ao acesso das condições de vida nos municípios.

Aluguel Social

O aluguel social configura como política para atender famílias em vulnerabilidade social, seja ela em decorrência de catástrofes naturais ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, sendo, portanto, um benefício eventual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O qual é amparado no artigo 22, da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e assim prevê:

Entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias



em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Para tanto é preciso compreender que o caráter do aluguel social vai além de resolver uma situação imediata, mas é uma estratégia de política de combate ao déficit habitacional como solução definitiva. Conforme discorre Milano (2013), a política de aluguel social como forma de provisão definitiva de planejamento e políticas públicas habitação é muito indicada, pois permite que para uma população heterogênea, devem ser aplicadas soluções habitacionais heterogêneas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de estudo com abordagem qualitativa e descritiva com o intuito de analisar o aluguel social no município de Perdões-MG. Perdões está localizada na Mesorregião do Oeste de Minas, e na Microrregião de Campo Belo. Limita-se com os municípios de Santana do Jacaré, ao norte; com Ijaci e Ribeirão Vermelho, ao sul; Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, a leste e com Cana Verde e Nepomuceno a oeste. Está localizado entre Belo Horizonte e São Paulo e o município cortado por ferrovia, rodovias estaduais, federais e tem possibilidade de navegação fluvial no Rio Grande. Possibilitando um potencial de desenvolvimento da região.

Segundo os autores Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”. Richardson (2008, p.79) caracteriza a pesquisa qualitativa como aquela que “não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. Este tipo de abordagem metodológica também possibilita a coleta dos dados descritivos, pois é percebida no instante em que “nenhum detalhe escape ao escrutínio” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49), onde almeja-se o acompanhamento do processo num todo e não apenas resultados ou produtos. Para Triviños (1987) é uma análise da realidade a partir de suas representações e dos discursos utilizando diversos meios de coleta de dados.

O caráter qualitativo e descritivo reforça pela proposta ser um estudo de campo, sendo assim de acordo com Deslauriers e Kérisit (2012, p. 130) permite “[...] dar conta das preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano”. Quanto à



natureza dos objetivos, por sua vez, a pesquisa é do tipo exploratória, uma vez que teve “[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A pesquisa amparou-se também na pesquisa bibliográfica e documental, pois segundo Gil (2002) ela é fundamental para adquirir conhecimento a respeito dos temas investigativos, por possibilitar conhecimento do que já foi descoberto sobre o tema utilizando-se revistas, monografias, jornais, dissertações e teses. Considera Oliveira (1999, p. 119), que “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aluguel social em Perdões-MG

Em Perdões –MG, o aluguel social é estabelecido no Decreto Municipal nº 2.502/2010 de abril de 2010, o qual foi devido a consequência das fortes chuvas no ano de 2009, as quais castigaram vários municípios, em especial os perdoenses onde famílias ficaram desabrigadas e/ou em situação de risco. Desse modo, a aplicação da legislação municipal relativa ao aluguel social passou a ser utilizada no atendimento dessas vítimas. No total há 42 alugueis sociais concedidos, sendo neste estudo, focou em 36 beneficiários, os quais tiveram seus dados atualizados em janeiro de 2018, em sua maioria em razão da perda suas casas na enchente ou porque estavam em áreas de risco. E o restante é decorrente a vulnerabilidade social.

Nestes casos, a política de aluguel social da Prefeitura de Perdões por meio do decreto revela-se como instrumento emergencial, cujo objetivo é garantir a proteção do direito à moradia de forma provisória, uma vez que prevê a prestação do benefício do aluguel social temporário para atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, enquanto não há uma solução habitacional definitiva.

Ademais, em especial para as famílias que perderam suas casas na enchente, a prefeitura cedeu um lote para construção de casas por conta dos beneficiários, pois a



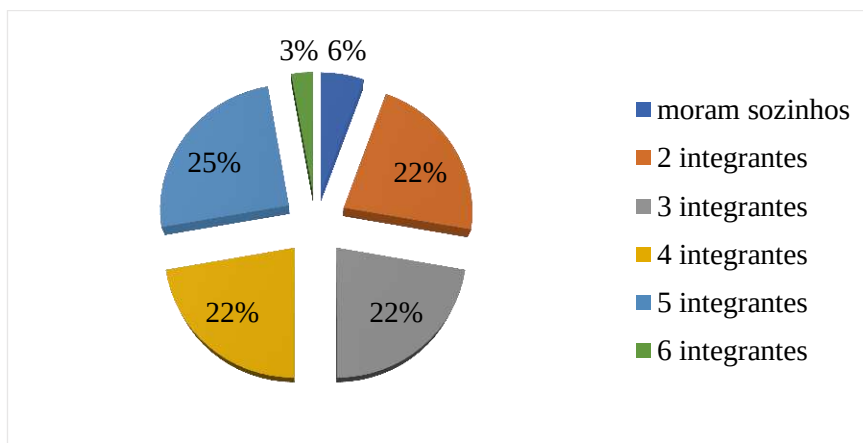
gestão não tem recursos suficientes para erguer as casas. Entretanto, apenas um beneficiário tem buscado ajuda e maneiras de construir sua casa.

Apesar de ser um benefício eventual concedido para situações de caráter eventual, é muito comum famílias procurarem a secretaria municipal de assistência social para solicitá-lo em decorrência, por exemplo, de desemprego. Entretanto, a secretaria não tem condições de atender a todos, dessa forma, faz-se uma lista de espera.

Nota-se, que os usuários do Benefício Eventual Aluguel Social, não têm perspectiva de solução habitacional, considerando que parte dessas famílias está há mais de nove anos numa situação de dependência de um benefício que é de caráter eventual, sem ter o direito à moradia garantida.

Sobre a média nacional de integrantes na família é de três pessoas, conforme dados do IBGE/PNAD de 2011. Com relação à amostragem utilizada em Perdões, nota-se que conforme demonstra o Gráfico 1, que a média de 3,69 integrantes. Ademais, 22% correspondem a dois ou três integrantes por família, reafirmando a média nacional. Entretanto, percebe-se no Gráfico 1, que 50 % da composição familiar possui quatro, cinco ou seis integrantes, contrariando o dado nacional. Do total, nove famílias beneficiárias, ou seja, 22% dividem a casa com cinco integrantes, e apenas uma, representando um universo de 3%, isto é, seis moradores, as quais apresentam como fonte de renda o valor de um salário mínimo, com exceção de duas famílias, que estão apenas com o benefício do programa bolsa família.

Gráfico 1 – Composição familiar dos beneficiários.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS (2018).



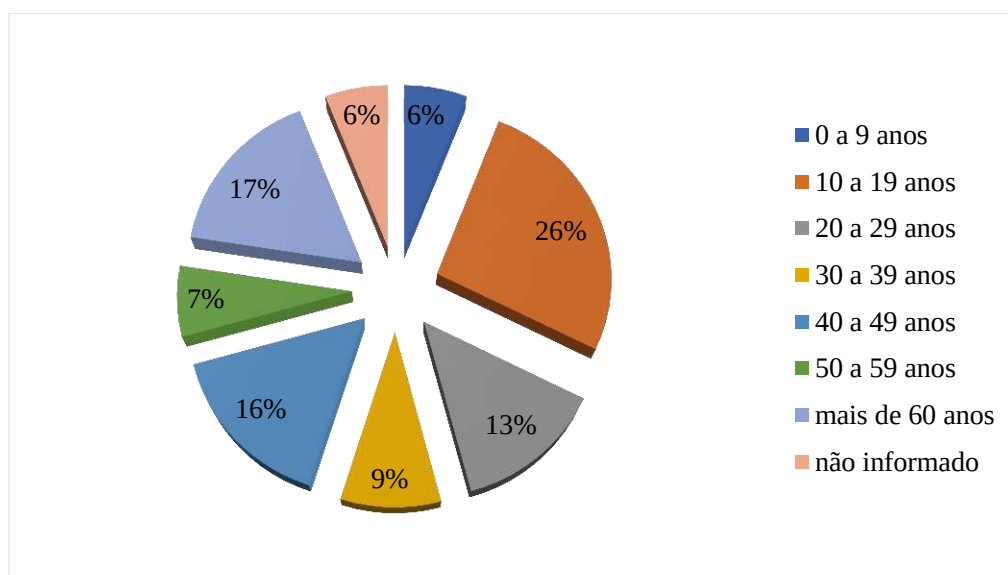
III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Em relação ao gênero, 67% de mulheres são titulares do benefício, enquanto que apenas 33% do total são homens beneficiários. Em números absolutos representa 24 mulheres com Aluguel Social em detrimento de 12 homens. Ressalta-se que a própria lei tem a mulher como preferencia para ser indicada como titular a fim de receber o benefício, sendo que na impossibilidade poderá ser recomendado outro membro da família como responsável pelo seu recebimento. Este dado pode ser um reflexo da população ser majoritariamente feminina, além da influência dos critérios e condicionantes de gênero, seja praticado pelas políticas sociais do Governo Federal, seja da legislação do município propriamente dita.

Na observação do Gráfico 2, verifica-se que 26% dos beneficiários (35 pessoas) possuem idade variando entre 10 a 19 anos, sendo a grande maioria dos beneficiários, o qual é composto por crianças e jovens. Um total de 14% está aqueles entre 20 e 29 anos. São 9%, 12 usuários, que têm idade entre 30 a 39 anos, 16 % com 40 e 49, ou seja, 21 pessoas. E entre 50 a 59 anos, representa 9%, e com 60 anos ou mais 17 %, ou 22 pessoas. As pessoas que estão na plena fase de desenvolver sua força de trabalho (20 a 49 anos) representam grande maioria dos titulares. A apenas 6% estão às crianças de 0 a 9 anos.

Gráfico 2 – Faixa etária dos beneficiários.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS (2018).



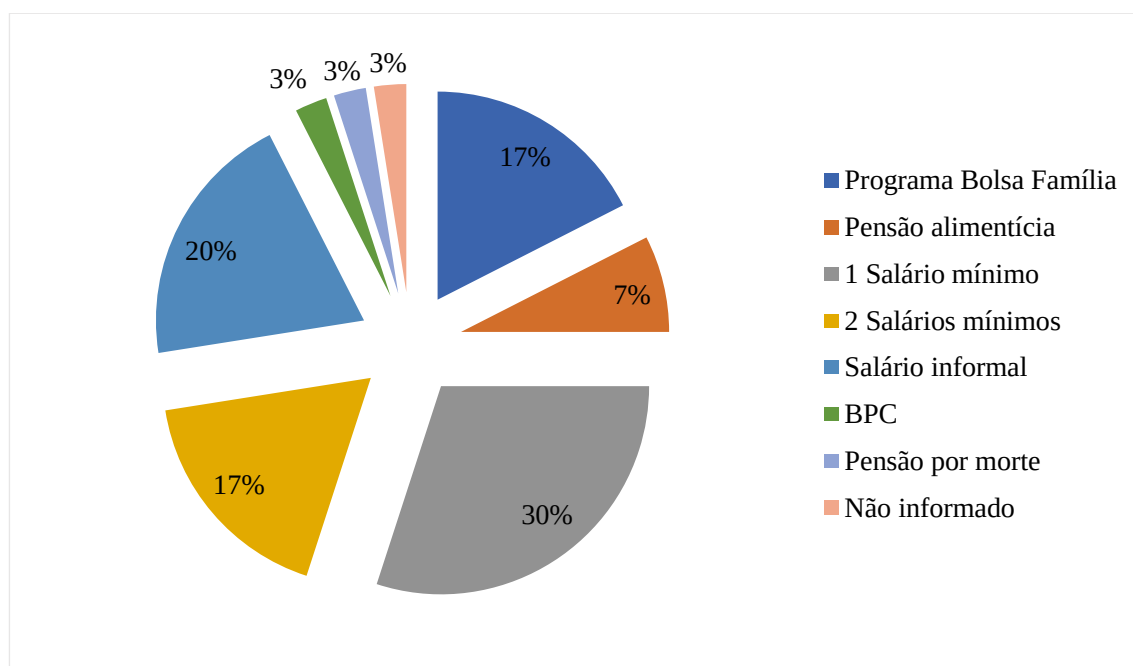
III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Acerca da renda de cada titular do benefício, a partir do Gráfico 3, observa-se que a grande maioria dos usuários recebe apenas um salário mínimo, que corresponde a 30%. Uma renda menor que um salário mínimo é representado por 17%, a qual é decorrente do programa bolsa família, e da pensão alimentícia, que representa 7%. Já quem está recebendo dois salários representam 17% do total, ou seja, 7 famílias. Um percentual de 20%, ou seja, 8 grupos familiares, tem como renda familiar o salário informal. Um total de 3% tem renda, respectivamente, decorrente do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pensão por morte e uma não foi informado a renda. Diante dos dados, ampara-se em Rolnik (2002) sobre a segregação espacial urbana como forma de exclusão territorial vinculada a relação com o salário mínimo.

O salário mínimo necessário para o suprimento de todas as necessidades básicas dos sujeitos, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) seria de R\$2.967,00 quer dizer, três vezes mais que o vigente de R\$957,00.

Gráfico 3 – Renda dos titulares do benefício.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS (2018).



Nota-se no gráfico 3 famílias com pouco poder aquisitivo, mesmo aquelas que possuem dois salários mínimos, ainda quando divide a renda per capita por pessoa, é uma renda baixa e se for analisar profundamente cada caso do grupo familiar, o mesmo não consegue manter e usufruir de condições para ter uma qualidade de vida digna. Esse dado confirma a desigualdade renda no país. Outro aspecto observado, a renda dessas famílias não se restringe àquelas provenientes do trabalho, sendo complementada por outros tipos de rendimentos, em especial as pensões, aposentadorias, BPC e o programa bolsa família. Além disso, observa-se que a forma de inserção destas pessoas deve ser considerada moderadamente precária, visto que o trabalho informal sem contribuição previdenciária faz parte da realidade de algumas famílias, bem como aquelas que sobrevivem apenas do programa bolsa família impossibilitando a contribuição.

A partir dos dados expostos reconhece-se a importância do benefício eventual aluguel social, entretanto, é preciso refletir de acordo com Balbin (2015, p.13) aponta: “em um país com forte tradição patrimonialista o acesso ao uso da habitação, e não o acesso ao bem e à sua propriedade poderia enfim configurar uma alternativa às necessidades habitacionais?”. E Milano (2014), questiona, ressaltando a existência de um círculo vicioso na política nacional brasileira: “não há políticas de locação social porque a ideologia da casa própria é dominante? Ou ao contrário, a ideologia da casa própria é dominante porque não há políticas de locação social?” (MILANO, 2014, p.15). É estabelecido na constituição que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, embora um salário mínimo seja insuficiente para custear tais gastos.

Ademais, as políticas de habitação precisam ser revistas e reavaliadas, pois a sociedade é dinâmica, a fim de atender os indivíduos sem contribuir ainda mais com as desigualdades sociais. E desse modo, as políticas sociais são fundamentais para a proteção social das famílias de baixa renda, pois esta é uma condição social estruturalmente adversa, a qual pode ser transformada por meio do crescimento econômico que dinamize fortemente o mercado de trabalho.



CONCLUSÃO

É importante ressaltar que o aluguel social é um benefício eventual fundamental para atender famílias em razão de catástrofes naturais ou desabrigadas colocando-as em vulnerabilidade temporária, o qual é previsto na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, configura como política para amparar famílias, pois a moradia é um bem essencial, o lar do indivíduo é onde permite seu descanso, portanto, capaz de contribuir com sua qualidade de vida. Sendo um direito substancial para a dignidade humana.

Entretanto, observou-se que nem todas as famílias no município de Perdões, nessa situação tiveram ou tem acesso ao aluguel social, seja em decorrência políticas na época do acontecimento da calamidade, seja por falta de orientação ou informação quanto ao direito. Além do mais, há famílias que mesmo tendo suas casas interditadas continuam morando no local, e em períodos de chuvas estão sempre em alerta. Apesar de ser um risco permanecer nessas áreas, mas, para onde devem ir?

Outro ponto, a ser analisado é em relação à ineficiência e/ou efetividade do plano diretor, bem como a valorização imobiliária de terrenos mais centrais que corrobora para as famílias com baixo poder aquisitivo a ocupar terrenos em encostas, ou locais de riscos. Além disso, a falta de fiscalização do poder público, ou acesso a trabalhos formais com salários melhores também são fatores para perpetuação dessa realidade.

Neste sentido, faz-se necessário um plano de desenvolvimento urbano, com políticas habitacionais pensadas e desenvolvidas em locais dignos. Ainda é observável que na esfera local, há uma desarticulação entre habitação e planejamento urbano que precisa ser revista, até mesmo por meio do instrumento do plano diretor, uma vez que, este tem muitos anos que não é atualizado.

É preciso pensar em uma política que diminua a desigualdade urbanística, pois muitas das habitações de interesse social são implantadas em locais distantes, contribuindo para um intenso confinamento da pobreza, deficiente e desassistida, onde diversos sujeitos estão à margem dos direitos urbanos e dos benefícios coletivos, bem como sem equipamentos de acesso a educação, saúde e mobilidade urbana, pois em razão de fatores sociais, ambientais e falta de planejamento urbano, impede a efetivação da Política de Habitação Social.



Para desenvolvimento da pesquisa encontrou-se dificuldades, pois há poucos estudos e ou artigos sobre o aluguel social, sendo mais comum, reportagens de cidades específicas ou que passaram por calamidade pública que utiliza o benefício eventual em seu território. Nesse sentido, será que é um benefício pouco utilizado? Embora, o problema de moradia seja um problema no Brasil? Como efetivar esse direito fundamental?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBIM, Renato. Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política habitacional. N. 2134. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2015. 68 p.

BARIN, Erico Fernando. **A Efetivação do Direito Social Constitucional à Moradia como Pressuposto à Dignidade da Pessoa Humana**. 2006.. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2006. 132 p

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora. 1994, p. 15 -80.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Plano Diretor Participativo. Coordenação Geral Raquel Rolnik, Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

BONOTTO, Carmen Denise de Lemos. **A Concretização do Direito Constitucional à Moradia a partir da Implementação de Políticas Públicas de Inclusão Social**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2006. 130 p.

BRASIL. **Constituição Federal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004. p. 17 a 25.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 127-153.

DIEEDESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Estabelece o salário mínimo necessário no seguinte link: Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 10 de mar. de 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil.** v.I. São Paulo: Saraiva, 2005. 490 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral.** v.I. São Paulo: Saraiva, 2003.

INÁCIO, Gilson Luiz. **Direito Social à Moradia e a Efetividade do Processo:** Contratos do Sistema Financeiro da Habitação. Curitiba: Juruá, 2002. 191 p.

MILANO, J. Aluguel social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR (ENANPUR). Recife. Anais... Recife: Anpur, 2013.

MILANO, Joana Zattoni. Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). 2014. 154 p.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia.** São Paulo: Editora Pillares, 2008. 279 p.

PANSIERI, Flávio. Fundamentalidade da Moradia. In: OLIVEIRA NETO, José Rodrigues de. (Org.) Constituição e estado social: os obstáculos à concretização da Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço do público. In: Org. Pimenta, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p 35-60.

PINHEIRO, Marcelo Rebello. **A Eficácia dos Direitos Sociais de Caráter Prestacional** : em busca da superação de obstáculos. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2008. 195 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

RANGEL, Helano Márcio Vieira. SILVA, Jacilene Vieira da. o direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. Veredas do Direito, Belo Horizonte. v.6, n.12. 2009. p. 57-78.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. rev. ampl São Paulo: Atlas, 2008. 334p.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SARLET, Ingo Wolfgang. Supremo Tribunal Federal, o direito à moradia e a discussão em torno da penhora do imóvel do fiador. In: FACHIN, Zulmar (coord.). **20 anos de Constituição cidadã**. São Paulo: Método, 2008. p. 41-66.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. 367 p.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.



PREVIDÊNCIA SOCIAL: UNIVERSALIZAÇÃO X EXCLUSÃO SILENCIOSA?

Paula Regina Wenceslau Lloyd¹

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo²

RESUMO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está implantando em todas as suas agências o novo modelo de atendimento, também conhecido como INSS Digital com o discurso de agilidade dos serviços e melhoria do atendimento aos cidadãos. Tal dado culmina na Seguridade Social, aqui com o foco na Previdência Social por meio do INSS, regida pela lógica neoliberal na atual conjuntura. Este estudo tem como objetivo central analisar possíveis impactos da implantação do INSS digital para os usuários dos serviços. A metodologia adotada foi de forma estruturada, sendo feito um questionário que foi respondido por profissionais da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 12 municípios da região do SUL de Minas Gerais onde esses informaram se está ocorrendo impactos com a implantação do INSS Digital para a população atendida em seus respectivos municípios. É consenso entre os entrevistados o impacto do INSS Digital na vida dos cidadãos sem escolaridade e sem acesso a tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social. Neoliberalismo. Impactos. INSS Digital. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

Com a instituição da Constituição Brasileira em 1988 é implantado o termo Seguridade Social que apresenta em seu conceito o tripé constituído pela Saúde, direito universal, destinada para todos; Assistência Social, para quem dela necessitar; e Previdência Social, com cunho contributivo, com intuito de buscar a ampliação das coberturas previdenciárias para todos os cidadãos. Tais direitos surgiram por um

¹ Mestranda em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, Universidade Federal de Lavras, Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social.

² Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, Universidade Federal de Lavras, Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Perdões-MG.



processo de lutas de classe e da sociedade organizada, onde buscava-se a ampliação e a universalização no acesso às políticas públicas.

Em contraponto, com o decorrer do tempo as políticas públicas vêm sofrendo retrocessos que impactam diretamente na vida de todos os cidadãos e o presente trabalho vêm especialmente tratar essa perspectiva na Previdência Social.

Diante do cenário neoliberal que se instalou no país após os anos 90, o acesso aos direitos sociais vai se restringindo se expressando em regressões das políticas sociais, mercantilização dos serviços considerados essenciais para a população a exemplo da educação, da saúde, dentre outros. Nesta perspectiva, o presente trabalho almeja analisar na atualidade o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o seu novo modelo de atendimento conhecido como INSS Digital. Desse modo, este estudo tem como objetivo central analisar possíveis impactos da implantação do INSS digital.

Essa nova modalidade de atendimento é uma realidade em território nacional nas mais de 1500 unidades espalhadas pelo país aonde o usuário dos serviços vai à Agência da Previdência Social somente após o agendamento do serviço ou o seu requerimento é atendido todo virtual. Com a promessa de agilidade, ocorre a tramitação eletrônica de todo processo. Outra possibilidade é a concessão automática de benefícios, sem que o usuário tenha que deslocar até a agência, caso já tenha atingido todos os critérios. Entretanto, nesse novo sistema é preciso levar em consideração alguns aspectos que não são mencionados com a inovação virtual do INSS. Assim todos os serviços independente da complexidade e a solicitação de benefícios previdenciários são realizados pelos canais remotos da instituição, são eles via telefone pelo 135 e pela internet.

Vale ressaltar que o processo do INSS digital é apenas um dos reflexos dos desmontes das Políticas Públicas. Como exemplo, temos a PEC 55 aprovada pelo Senado Federal em 13/12/16, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que impõe um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos o que reflete em redução de investimentos na educação, saúde, assistência social. Apresentam-se também pacotes de contenção de gastos por meio de solicitação de várias revisões de benefícios ou chamado “pente fino”. A paralisação dos concursos públicos é outra ação que impacta a



população e sobrecarrega os servidores, aumenta a demanda de trabalho, porém com um número reduzido de funcionários.

O presente trabalho abordará no primeiro momento a evolução das políticas públicas com a instituição da Constituição de 88. Em seguida, à regressão dos direitos sociais com o avanço das expressões do neoliberalismo em nosso país. Dando prosseguimento é apresentado os métodos utilizados na pesquisa e os resultados encontrados e por fim breves considerações acerca do estudo.

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil as primeiras políticas sociais não nasceram para garantir direitos fundamentais, dignidade ou a igualdade entre todos. Desde a abolição do trabalho escravo, o país tentava organizar-se economicamente segundo os princípios do *laissez-faire* clássico, a doutrina capitalista que antecedeu o liberalismo econômico e preconizava a liberdade absoluta de produção e comercialização de mercadorias. Isso acontecia basicamente nas cidades. Na área rural, porém, mesmo com a abolição, o que acontecia era uma mudança na forma de servidão (SANTOS, 1979).

Para Santos (1979) a ideia de cidadania no país se iniciou nos tempos do Império, mas somente começou a vingar após a Revolução de 1930, na Era Vargas, o primeiro momento em que realmente se desenvolveu uma política social. Uma intervenção do Estado no sentido de regulamentar as profissões e, a partir delas, oferecer benefícios seria bem aceita, já que o *laissez-faire* não se mostrava eficaz para garantir a “felicidade da maioria”, como queriam os utilitaristas clássicos.

Após o golpe militar de 1964, o país viveu um período que pode ser classificado como “cidadania em recesso”. A principal característica desse período foi o não reconhecimento do direito dos cidadãos ou da capacidade de a sociedade governar-se. Dessa forma, a sociedade brasileira, que já havia acompanhado o nascimento e desenvolvimento de uma cidadania baseada mais em pequenos ganhos sociais do que no próprio reconhecimento de seus direitos civis, nesse período foi privada de direitos e já não possuía autonomia para exercer a própria cidadania (SANTOS, 1979).



Esse período fez crescer na população uma necessidade de criação e consolidação de um Estado de bem-estar no Brasil. Assim, a partir de lutas da classe trabalhadora e de diversos movimentos sociais, surge na legislação o conceito de Seguridade Social, instituído pela Constituição Brasileira, que trás direitos sociais nas áreas da Saúde, da Assistência Social e da Previdência Social.

Na Saúde, os direitos se universalizam e são destinados para todos. Na Assistência Social é destinada para aqueles que necessitarem, nas situações de dificuldades e faltas. Já a Previdência Social, contributiva, muito embora tenha um cunho de ampliação de coberturas. Suas contribuições geram direitos previdenciários, nas situações adversas e cotidianas da vida, como na invalidez, morte, na velhice, na incapacidade, dentre outras situações, para si e para seus dependentes.

Neste sentido Santana; Serrano; Pereira (2013) nos informa que “não podemos negar que o texto constitucional de 88 apresentou uma expressiva mudança no tratamento dados às políticas, até então pelo Estado, na perspectiva do direito”.

Entretanto, neste contexto surgem as ofensivas do capital que com o processo de globalização da economia em ritmo acelerado provoca mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. Na linha de fogo dos ataques encontra-se o próprio conceito de Seguridade Social nos termos em que está inscrito na Constituição de 1988. Os direitos sociais são afetados pelos cortes de benefícios, na descaracterização do estado de bem-estar, no desemprego estrutural, fruto de expressões do capitalismo com tais ofensivas neoliberais, como descreve (CARVALHO, 2001).

Não obstante, após os anos 90 surgiram e expressaram as linhas das contrarreformas das diversas políticas públicas, mas aqui trataremos da política de previdência social em especial, que por muitos governos que passaram em nosso país fizeram diversas mudanças, sendo essas foram e são cruciais, pois desencadeiam sempre em recessão de direitos sociais para os cidadãos. As conquistas têm sido cotidianamente questionadas e são alvos de alterações, nesse atual contexto das reformas neoliberais.

Nota-se que todas as ofensivas neoliberais levaram a perda de direitos previdenciários de categorias específicas sejam na depreciação de aposentadorias, pensões e outros benefícios de uma forma geral, seja no aumento do tempo de



contribuição, na idade para a aposentadoria e outras alterações com intuito único de cercear direitos conquistados anteriormente.

A Constituição de 1988 foi um marco quanto ao avanço dos direitos sociais. Entretanto, após a década de 1990 com a adoção do ideário neoliberal, constata-se um recuo nesses direitos.

Para Pereira (2011) o capitalismo neoliberal vindo dos países do chamado Primeiro Mundo, e os mecanismos de coerção utilizados por organismos internacionais FMI e Banco Mundial no final da década de 1970 nos países de capitalismo avançado, provocaram a privatização de empresas públicas, algumas delas altamente rentáveis, a reforma dos sistemas previdenciários, resultou no retrocesso das políticas sociais.

Desta forma foram feitas contrarreformas na área da previdência social nos anos de 1998, 2003 e 2015. Não obstante, o atual governo em exercício de Michel Temer também sancionou a Lei publicou a Medida Provisória 739/2016 em 07 de Julho de 2016, que altera a Lei nº 8.213/91, promovendo alterações nos benefícios de aposentadoria por invalidez, no auxílio-doença, nos benefícios de prestação continuada e no tempo de carência quando se perde o período de graça que todo segurado da Previdência tem direito. A Medida Provisória 739/16 previa a convocação do aposentado por invalidez ou do beneficiário do auxílio-doença e BPC, a qualquer momento, para que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) constata a permanência da incapacidade laboral, ou impedimento de longo prazo ainda que o benefício tenha sido implantado uma decisão judicial, fazendo a revisão de todos os benefícios já elencados acima, com exceção daqueles que os beneficiários já esteja idoso (60 anos ou mais) que tenham aposentado por invalidez.

E nesta leva de desmontes, surge o INSS Digital que vem trajada de modernidade, promessas de agilidade e de avanços tecnológicos para todos os cidadãos indistintamente. Contudo, há de se contestar tal afirmativa, diante de um cenário de desigualdades o que se torna contraditório em uma sociedade capitalista. Não há como negar que para uma parte da sociedade os avanços digitais e tecnológicos possam sim, facilitar o acesso aos serviços. Mas, em uma sociedade capitalista onde essas desigualdades estão presentes, tal inovação rebate diretamente no acesso aos atendimentos, pois focaliza e dificulta o atendimento para determinado público.



Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%).

Quatorze das 27 unidades da federação, porém, já conseguiram alcançar a meta do PNE, mas o abismo regional ainda é grande, principalmente no Nordeste, que registrou a maior taxa entre as regiões, 14,5%. Os menores foram no Sul e Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente.

Ressalta-se que nesses dados, não estão os analfabetos funcionais e digitais, o que pode se inferir que esse público poderá ter significativa dificuldade em acessar os serviços digitais disponibilizados pelo INSS. Sem levar em conta também que nem todos os usuários dos serviços terão produtos tecnológicos para se ter a demanda do serviço atendida.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa desenvolveu-se sob o *corpus* de matérias jornalísticas, reportagens, que discorrem sobre o processo de informatização, pois não há estudos empíricos sobre o tema. Com consultas a sites como: *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSSCUT)*, *Sindicato dos Trabalhadores Saúde, Trabalho e Previdência no RS (SINDISPREVRS)*, *Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho Previdência Social no Estado do Ceará (SINDISPREVCE)*, OAB.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário aberto com quatro questões: Qual o impacto do INSS digital para os usuários de seu município?; O município tem estrutura para atender demandas do INSS digital?; De que forma o município está se organizando para atendimento das demandas do INSS digital?; Está tendo treinamento? Ou já teve, para atender as demandas do INSS digital?.

As questões foram respondidas por 36 profissionais da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 12 municípios da região do Sul de Minas Gerais onde esses informaram se houve impacto com a implantação do INSS Digital para a



população atendida em seus respectivos municípios. A identidade dos municípios mantém-se sigilosas para evitar quaisquer tipos de retaliação. Para identificação foram utilizados o termo entrevistado (E) e número entrevistado, E 1, E 2, E 3, E 4, E 5 sucessivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma das reportagens descreve que “o modelo digital implementado pelo INSS dificulta o acesso da população, abre brecha para que intermediadores cobrem para emissão de senhas e para terceirização de serviços que deveriam ser públicos” (SINDISPREVRS, 2018, online). Sendo essa assertiva confirmada nas falas dos municípios em resposta à questão qual o impacto INSS digital para os usuários de seu município:

“Trata-se de um município de pequeno porte, e os usuários do serviço socioassistencial são pessoas que não tem acesso ao computador nem a internet. Sendo assim, muitos ficam sem informação e são privados de terem acesso aos direitos previstos em lei” E1.

“A maioria dos usuários são pessoas que estão vulneráveis. Não tem acesso a internet, não tem escolaridade e nem sabe dos seus direitos” E2.

“A maioria dos usuários que utilizam os serviços do INSS em meu município, são pessoas de baixa escolaridade e entendimento. Sendo assim, nem sempre conseguem, inclusive relatar os processos utilizados de contribuição” E11.

“Muita confusão, posto que a maioria do público que nos procura muitas vezes não têm acesso à internet ou não sabem como operar o sistema, logo isso poderá causar prejuízo aos usuários” E5.

“Infelizmente nossos usuários não tem telefone. Ainda há um público muito grande de analfabetos e não pensou em um atendimento para esse público” E18 .

“Dificulta o acesso a agendamentos e consultas. A grande maioria do público do SUAS é analfabetos e apresentam grande dificuldade de entendimento do sistema” E19.

“Impacto negativo quanto à linguagem técnica para pessoas analfabetas ou com grande dificuldade para ler e escrever. A tecnologia não substitui o contato com os profissionais que se preparam e qualificam para esse processo, mas que quase sempre trabalham de maneira precarizada” E26.



“Infelizmente nossos usuários não estão preparados para tais mudanças, pois para os profissionais está sendo um desafio. Foi uma mudança positiva no sentido de que se tornou mais prático a solicitação de determinados benefícios do requerente na agência do INSS. As solicitações podem ser realizadas no ambiente com mais facilidade, no entanto, acredito que o usuário tenha muita dificuldade” E12.

“Um impacto com muitas dificuldades, pois muitos dos usuários do serviço não tem acesso às novas tecnologias (computadores, internet,

Um total de oito profissionais confirmou que o analfabetismo como questão central sendo um ponto negativo no processo de implantação do INSS digital. Assim como, nove profissionais afirmaram que os usuários dos serviços não têm acesso a internet, neste sentido, ficarão dependentes de terceiros.

Sobre a questão dos intermediários também é confirmada na entrevista com os municípios:

“O INSS digital burocratizou e lentificou o processo, e em função disso a demanda aumentou. Aumento das dificuldades de entendimento dos cidadãos isso inibe busca por orientações. Aumento da procura por advogados para requerer o benefício” E16.

“Dificuldade de acesso ao portal digital, na escolha dos serviços solicitados. Acesso aos produtos tecnológicos (computador, celular com internet). Muitos usuários irão depender de terceiros para preenchimento dos serviços solicitados” E31.

“Acredito que nem todos os usuários têm acesso a internet. Já a questão dos agendamentos serem realizados pelo 135 dificulta a vida do usuário, haja vista que, nem todos tem acesso, a mais, não sabem selecionar a opção correta” E27.

Outra característica apontada SINDISPREVRS (2018) é em relação que não “não há uma discussão transparente sobre a implementação do INSS e nem garantias sobre metas que serão definidas para o INSS digital, bem como sobre o modelo de tele trabalho. Nesse sentido argumenta, “quem arcará com os custos dos equipamentos para o servidor trabalhar fora de sua unidade de atendimento, quais serão os direitos garantidos ao tele trabalhador, o sistema de segurança contra invasões de hackers.” (SINDISPREVRS, 2018, online). Em relação a transparência não foi divulgado informações na mídia, ou outras formas de comunicação. Sendo essa assertiva



observada na fala no entrevistado 6 “teve impacto negativo, pois não houve esclarecimento sobre o programa para a população e nem para os profissionais da área, o programa não é simples, de difícil acesso até para os profissionais”. Nesse contexto, “o INSS digital faz parte do processo de reforma da previdência e é por isso que a direção do Instituto não discute sua implementação com a categoria” (SINDISPREVRS, 2018, online).

Sobre os custos recairá na Secretaria de Assistência Social, já que é um órgão de maior proximidade dos usuários em especial o Centro de Referência de Assistência Social e necessariamente além dos serviços e demandas diários assumirão as questões relacionadas ao INSS digital. Sobre este aspecto o entrevistado três discorre que além de dificuldade de “entendimento do usuário em acessar”, irá acontecer a “sobrecarga dos profissionais do SUAS”. Assim como apontado também pelo entrevistado 15 “aumento de tarefas para os profissionais do SUAS podendo tomar o tempo que seria dedicado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família(PAIF)”.

Além das afirmativas citadas outros profissionais têm opiniões que o INSS digital possui dados divergentes, e quando há erro nas perguntas demora 24 horas para realizar nova tentativa isso faz com que o usuário tenha que voltar ao serviço novamente e se novamente errar ir até uma Agência do INSS.

“Demora no atendimento dos agendamentos. Dificuldade para entrar no INSS. Dados divergentes para cadastrar a senha, dados da carteira não bate com as perguntas. Não tem serviço específico suficiente para atender a demanda com isso os profissionais ficam sobrecarregados. Dados confusos, fazendo assim com que o usuário volte à agência” E13.

“Nesse primeiro momento estou percebendo dificuldades no acesso. Não é fácil criar senha e quando não é possível pede para aguardar 24 horas quando não conseguimos acessar e temos que recorrer ao atendimento pelo telefone demora dias o tempo de espera cerca de 10 e o agendamento para atualizar cadastro, por exemplo, demora dias para o atendimento. Enfim, o que era resolvido antes com rapidez, hoje está demorando muito mais” E32.

A falta de diálogo e divulgação desse processo do INSS digital repercute diretamente nos municípios, pois os mesmos em muitos casos não tem estrutura para atender tal demanda em decorrência da falta de computadores e recursos humanos. E com o corte de gastos propostos pela PEC ficam impedidos de quaisquer melhorias.



Para tanto, como irão atender os usuários? Além de serviços precarizados, a sobrecarga de trabalho para os funcionários do SUAS.

“Não, pois devido a demanda do nosso município do nosso município que é alta, muitas vezes esse serviço fica a desejar” E1.

“O município não está organizado, pois não foi passado um treinamento para os profissionais. Sendo assim fazemos o possível para atender e não deixar o usuário sair sem o atendimento” E1.

“Até agora nada, nós profissionais é que estamos correndo atrás de informação para tentar auxiliar nosso usuário” E2.

“No momento ainda não tenho conhecimento de nenhuma organização, apenas aumentou muito a demanda no meu setor” E7.

“Não! O município não tem funcionários suficientes para atender a demanda, a infraestrutura também é precária, dificultando ainda mais o atendimento” E9.

“Ainda não tem estrutura para tal” E10.

“Sinceramente não estou vendo movimentação alguma neste sentido E20”.

Há profissionais afirmam que estão buscando capacitações e que elas são dadas pela agência que pertencem:

“Buscando capacitação diante o INSS” E3.

“Aprendendo com os erros, fazendo tentativas/erro” M6.

“Através das orientações nas acessórias e também tentando nos informar na própria internet aos poucos vamos aprendendo e nos organizando para atender as demandas do INSS digital” E8.

“Através dos atendimentos os usuários estão sendo conscientizados e orientados sobre as mudanças. Já está sendo analisada a questão sobre a importância de comprar computadores de qualidade para atender as demandas” E12.

“Através de assessorias, treinamentos através da internet” E21 .

“Assessorias, internet, computadores, treinamentos capacitações” E22 .

“Capacitação digital” E23.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O questionamento sobre se há treinamento ou se já teve, configurou-se como outra indagação para compreender o andamento do atendimento das demandas do INSS digital no município, desse modo,

“Diretamente só se sabe o assunto, temos orientação na APS numa capacitação que fazemos uma vez por mês, mas gostaríamos que se possível o INSS elaborasse um treinamento sobre o INSS digital” E2.

“Sim, capacitação na assessoria do INSS” E3.

“Sim. A agência de referência do município está realizando reuniões mensais com os servidores da prefeitura (Secretaria Municipal de Assistência Social)” E4.

“Não está tendo treinamento para atender as demandas do INSS” E5.

“Em nosso município não está tendo treinamento para o INSS digital, através das acessórias às técnicas estão aprendendo bastante sobre algumas demandas sobre o mesmo. Na medida do possível vamos aprendendo sem nenhum treinamento específico” E8.

“No momento o município apenas participa apenas da assessoria do INSS” E9.

Em contrapartida há muitos que afirmam que não tiveram treinamento:

“Nunca tivemos e necessitamos com a máxima urgência” E1.

“Ainda não” E6.

“Não. Apenas as assessorias que temos pelo que tenho conhecimento” E7.

“Não teve treinamento. Também não cogita nada a respeito” E10.

“Não. Há orientações do AS da APS, no entanto, sentar e mexer no sistema, não teve nenhum treinamento” E11.

“Não. Através da assessoria no INSS, já está sendo programado” E12.

“Treinamento não, somente assessoria” E15.

“Não. Não tivemos treinamento” E16.

“Treinamento não. Temos acessórias mensais do técnico social do INSS nos orientando acerca do INSS digital” E17.

“Já foi falado, mas não houve um treinamento, pois ainda não existe conhecimento dos funcionários do INSS de forma clara para repassar para o público” E18.



“Não, pois é uma nova forma de atendimento dos usuários ainda desconhecida por profissionais da rede socioassistencial e até mesmo pelo cidadão comum, que vem a agência do INSS deveria ter uma ampla divulgação pela televisão dessa nova forma de atendimento uma divulgação pela mídia seria boa forma de trazer ao conhecimento do usuário” E31.

“Não”E26 e E20.

Diante das considerações e apontamentos dos entrevistados ampara-se no questionamento de SINDISPREVRS (2018, online) “Com a implementação do INSS digital, quais serão as atribuições do servidor público? Se estagiários protocolam e um sistema concede os benefícios automaticamente, o que vai restar para o servidor fazer? - questionou Vasques)”. E com certeza fica a incerteza de ações que repercutem diretamente nos usuários dos serviços. Desse modo, “com esse modelo, o INSS está sendo preparado para ser extinto”. E é por isso que precisamos discutir e defender nossa carreira, com organização e resistência. O INSS digital precisa ser um complemento do serviço oferecido. Não pode significar o desmonte do INSS – finalizou o servidor (SINDISPREVRS, 2018, online).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seguridade social com seu tripé foi um avanço substancial para ampliação dos direitos sociais e consecutivamente na ampliação das políticas públicas nas três áreas: Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Santana, Serrano e Pereira (2013) frisam que “nesse sentido não podemos negar que o texto constitucional de 88 apresentou uma expressiva mudança no tratamento dado às políticas sociais, até então pelo Estado, na perspectiva do direito”.

Entretanto, no pós 88 após a instituição da Seguridade Social os direitos passam a ser negados pelas ações governamentais em detrimento das expressões neoliberais e de um conjunto de mudanças macroestruturais, momento em que as classes dominantes iniciam a sua ofensiva contra a seguridade social universal, dando início a sua reforma . (MOTA, 2006)

Nesse contexto, as políticas públicas sofrem regressões , introduzindo critérios que focalizam, restringem e precarizam os direitos sociais. Na previdência social, a



realidade aqui já exposta, demonstra qual grande foi o prejuízo com as contrarreformas nos anos subsequentes a instituição da seguridade social.

No atual momento, mais uma tratativa neoliberal desponta, na área da Previdência Social, o INSS Digital que como mencionado é ambíguo. Ao mesmo tempo em que é uma ferramenta de acesso por meio das tecnologias digitais, que poderão ser usufruídas por um público que tenha acesso às tecnologias e à instrução para o acesso, também trás em seu arcabouço uma exclusão silenciosa, onde deixam milhares sem acesso aos direitos sociais, por não conseguirem terem os serviços e suas demandas atendidas por não compreenderem os processos, os fluxos para o atendimento, por falta de escolaridade e instrução suficiente, além de não terem acesso aos produtos tecnológicos e tecnologias.

Diante das considerações em relação ao INSS Digital, o primeiro ponto abordado observa-se que há muitos servidores aposentando e os postos de trabalho não são repostos. Os servidores que ficam trabalham sobrecarregados, tendo que cumprir uma rotina de trabalho árdua, o que pode comprometer sua saúde física e emocional.

Outro aspecto quanto à informatização dos atendimentos via INSS digital é a limitação de informação e orientação quando da habilitação virtual, o que poderá trazer um prejuízo enorme ao cidadão que sem informações poderá ter seu benefício indeferido por não possuir toda documentação comprobatória, sendo que no atendimento presencial, havia orientação e informação prévia ao cidadão. Além do mais, muitos ficarão em uma fila virtual.

Por fim, o último aspecto, talvez seja o mais prejudicial aos cidadãos, principalmente para àqueles que não têm acesso à internet ou os que são analfabetos. Esse público além da falta de informação sofrerá ainda com a ausência de estrutura digital para pleitear os benefícios previdenciários, por não possuírem condições tecnológicas, sociais e educacionais, levando-os a terem que pagar por serviços que antes eram ofertados presencialmente nas Agências da Previdência Social. Abrindo aqui, brechas para intermediários realizarem os serviços e cobrarem pelos mesmos, muitas vezes esse público não tem recursos disponíveis. O que era para ser um direito público acaba indo para a esfera privada.



Nesse sentido, são impactos que podem ser mensurados a longo prazo por meio de mais pesquisas diretamente com os usuários desses serviços e também com os servidores do SUAS que diariamente os atende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. Agência IBGE Notícias. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>> acesso em: 01 Out. 2018.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. Rio de Janeiro ;Editora Civilização Brasileira, 2001.

INSS. **INSS Digital: nova forma de atender aos segurados**. Disponível em: < <https://www.inss.gov.br/inss-digital-nova-forma-de-atender-aos-segurados/>>. Acesso em: 13 Jul.2018.

MOTA, Ana, E. **Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências recentes**. Saúde Serviço Social: formação e trabalho profissional, 2006.

NÓS DO INSS. **INSS Digital**. Disponível em: <<https://nosdoinss.blogspot.com/search?q=inss+digital>>. Acesso em: 13 de Jul.2018.

PEREIRA, Potyara. Cap II: Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao Welfare State. IN: Pereira. P. **Política Social: temas e questões**. 3 ed. São Paulo :Cortez, 2011.pp.59 a 95.

SANTANA, L. D. T.; SERRANO, A. L. M; PEREIRA, N. S. **Seguridade Social pós Constituição Federal 1988: Avanços e desafios para implementação da política**.In:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luiz do Maranhão. Anais. São Luiz do Maranhão. Disponível em: <

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impasse-desafios-das-politicas-da-seguridade-social/pdf/seguridade-social-pos-constituicao-federal-1988-avancos-desafios-para-implementacao-da-politica.pdf>> acesso em : 28 Jun. 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cap 4. Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso. IN: **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.



INIQUIDADES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Jéssica Mára Viana Pereira¹

Carina Rabelo de Souza Fonseca²

RESUMO

O artigo analisa o formato de financiamento da educação básica no Brasil na perspectiva da equidade nas despesas municipais nos níveis de ensino infantil e fundamental. Por iniquidades entendem-se as desigualdades nas despesas executadas pelos municípios nesses níveis de ensino. Apesar do Fundef e o Fundeb terem um importante papel redistributivo na educação básica, persistem importantes desigualdades entre os municípios no financiamento do ensino infantil e fundamental, níveis que são de oferta prioritária dos entes locais. Para análise, a pesquisa se apoia em abordagens metodológicas mistas, estruturada em um desenho exploratório e descritivo. A metodologia qualitativa abrange a pesquisa documental de legislações, que foi realizada com o propósito de compreender o desenho da política de educação básica e o sistema de financiamento da educação básica pós CF-88, bem como o formato de composição e distribuição dos recursos financeiros destinados a essa política social. A metodologia quantitativa abarca a análise estatística descritiva, com o objetivo de fazer um diagnóstico das despesas per capita da educação pública de nível infantil e fundamental dos municípios brasileiros no ano de 2015. As análises evidenciam que a maioria dos governos municipais tem um acréscimo de recursos considerável, a partir dos mecanismos de redistribuição do Fundeb. Porém, ainda persistem iniquidades em todo território nacional. A despesa municipal por aluno é expressivamente heterogêneo e reflete as desigualdades socioeconômicas territoriais. Assim, os maiores gastos estão

¹ Graduação em Gestão Pública (2014), Mestrado em Ciência Política (2018) e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas (Publicus/UFMG). E-mail: jessicamara17@gmail.com.

² Graduação em Gestão Pública (2014), Mestrado em Ciência Política (2017) e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas (Publicus/UFMG). E-mail: carininha_fonseca@hotmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

localizados em municípios das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul, em detrimento das regiões Nordeste e Norte.

PALAVRAS-CHAVE: Federalismo Fiscal. Educação Básica. Iniquidade Fiscal. Municípios. Brasil.



INTRODUÇÃO

O tema desse artigo está inserido no campo de estudo do federalismo e das políticas sociais e tem como objetivo analisar o atual formato do financiamento da educação básica no Brasil na perspectiva da equidade nas despesas municipais nos níveis de ensino infantil e fundamental, considerando dados fiscais para o ano de 2015.

No federalismo, a dimensão fiscal é considerada um aspecto importante que pode impactar a equidade das políticas sociais entre os entes governamentais. Cabe salientar dois pontos principais que guiaram a construção desse artigo. O primeiro é que, como em um país federalista os entes subnacionais tendem a possuir maior autonomia fiscal para tributar e gastar, consequentemente os resultados das políticas públicas adotadas podem variar entre os entes, na medida em que eles possuem capacidades distintas para tributar e gastar seus próprios recursos. Isso porque essas capacidades dependem, dentre outros fatores, do desenvolvimento socioeconômico dos entes. O segundo ponto é que, em decorrência das assimetrias de tributação e de gasto dos entes subnacionais, o governo central pode atuar para corrigi-las, em maior ou menor grau. Para se alcançar objetivos nacionais, como maior equidade, a qualidade e a igualdade na provisão da política em todo território, são fundamentais um maior financiamento e redistribuição de recursos e a coordenação federativa do governo central. Nesse sentido, as normatizações e transferências intergovernamentais podem funcionar como mecanismos de indução das políticas, de redistribuição de recursos entre os entes federativos e de correção das assimetrias fiscais verticais e horizontais na federação.

No pós-constituição de 1988 surgiram impasses para o desenvolvimento e qualidade da política de educação relacionados, dentre outros fatores, à insuficiência dos recursos frente às novas configurações constitucionais e demandas sociais. A política de educação foi estabelecida como competência comum e concorrente, mas a perspectiva foi irregular, com a União, os estados e os municípios variando consideravelmente na forma como assumiram tais competências. Por outro, não havia diretrizes e regras para utilização dos gastos de educação e a vinculação de 25% gerou grandes desigualdades entre os entes federativos.



Ao considerar esses impasses, o modelo de distribuição dos recursos financeiros para a oferta, manutenção e desenvolvimento da educação básica sofreu alterações na sua forma de organização e operacionalização. Como será descrito no desenvolvimento desse artigo, a legislação brasileira incorporou ao longo das últimas décadas mecanismos redistributivos na perspectiva de melhor atender aos princípios de equidade e de qualidade, numa federação marcada pelas desigualdades na capacidade de oferta e manutenção da educação básica e pelos impasses do regime de colaboração.

Apesar dos esforços e dos avanços que as transferências intergovernamentais definidas no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), de 1996 a 2006 e, posteriormente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) proporcionaram em termos redistributivos e equitativos no período pós-1990, ainda persistem desigualdades entre os entes na oferta, no acesso e no resultado da política em todas as etapas da educação básica. Tais desigualdades educacionais decorrem, dentre outros fatores, do formato do financiamento da educação básica e da indisponibilidade financeira, sobretudo nas regiões mais pobres da federação.

Diante dessas problemáticas, esse artigo se fundamenta na importância do estudo da política de educação, entendendo que a universalidade e qualidade do ensino constituem-se em dois dos mais importantes mecanismos para a promoção de igualdade de oportunidades entre os cidadãos brasileiros, e sendo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Na visão de Cury (2002), a educação é uma dimensão fundante da cidadania e é indispensável para as políticas que visam a inclusão e participação dos cidadãos nos espaços sociais e políticos, e também para a qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho.

Dito isto, o objetivo geral é analisar o atual formato de financiamento da educação básica no Brasil na perspectiva da equidade nas despesas municipais nos níveis de ensino infantil e fundamental, considerando que a composição, a repartição e suplementação dos recursos fiscais entre os entes da federação têm constituído alguns dos fatores limitantes para o alcance da equidade.



A pesquisa se apoia em abordagens metodológicas do tipo qualitativa e quantitativa, estruturada em um desenho exploratório e descritivo. A metodologia qualitativa abrange a pesquisa documental de legislações e regulamentações, que foi realizada com o propósito de compreender o desenho da política de educação básica e o sistema de financiamento do ensino pós CF-88, bem como o formato de composição e distribuição dos recursos financeiros destinados a essa política social. A metodologia quantitativa abarca a análise estatística descritiva, com o objetivo de fazer um diagnóstico das despesas per capita da educação pública nos níveis infantil e fundamental nos municípios brasileiros no ano de 2015.

O método de coleta de dados das variáveis quantitativas de despesa foi a partir de dados secundários coletados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Uma limitação na coleta é o formato dos dados estarem disponíveis somente em *Portable Document Format* (PDF). Assim, para montar o banco de dados da pesquisa foi necessário consultar os relatórios de todos os municípios e copiar manualmente cada uma das informações de despesas para uma planilha Excel. Devido à essa dificuldade, somente foi possível trabalhar com um ano de análise. A escolha do ano de 2015 se justifica por ser o ano mais atual com dados completos para um maior número de municípios.

1. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

1.1 Aspectos Gerais do Financiamento da Educação Básica no Brasil

Na função fiscal, a CF-88 instituiu uma lógica de repartição dos recursos financeiros que tem por base a vinculação, a redistribuição e a suplementação de recursos entre os entes federados. Assim, o texto constitucional (art. 212) define que a União deve investir, anualmente, não menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e de transferências constitucionais para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)³. A distribuição dos recursos públicos para a política educacional deverá assegurar a prioridade ao

³ As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios podem fixar percentuais mínimos superiores aos pré-estabelecidos pela CF-88



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, a garantia de padrão de qualidade e a equidade, nos termos do plano nacional de educação (art. 212, § 3º). O Quadro 1 a seguir sintetiza a receita de impostos dos entes federados vinculada à educação:

QUADRO 1: Receita de impostos da União, estados, Distrito Federal e municípios vinculada à educação

Ente federativo	Impostos	% vinculado
União	IE, II, IPI, IPlexp, IR, ITR	18%
Estado / Distrito Federal	ICMS, IOF, IPVA, ITCMD	25%
Município	ICMS, IOF, IPVA, IPTU, ISS, ITBI	25%

Fontes: Constituição Federal (1988); Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966)

A descentralização fiscal no início da década de 1990 não foi acompanhada por uma definição mínima do campo de atuação dos três níveis de governo, o que inclui as políticas sociais. Somado a isso, as políticas foram implementadas sem uma coordenação intergovernamental, o que gerou indefinições, duplicidades e ausências (SOUZA, 2005). Abrucio (2010) argumenta que não havia um modelo intergovernamental que organizasse o processo de descentralização da política educacional, dado que não existia uma arena institucionalizada de negociações entre os entes da federação. Dessa forma, para o autor, a maior dificuldade federativa foi a implementação do regime de colaboração previsto no texto constitucional de 1988.

Apesar do modelo de repartição de competências e de recursos entre os entes federados para a oferta e manutenção da educação estar aportado no regime de colaboração, a simples determinação deste regime, dependente de uma regulamentação posterior, não foi suficiente para compatibilizar a demanda de oferta com os recursos financeiros que couberam a cada ente no pós-constituição de 1988. Essa indeterminação lançou debates em torno das relações federativas no campo do financiamento da educação básica, sobretudo sobre a situação do município. A CF-88 definiu o município como um ente federado e o tornou responsável, prioritariamente, pela oferta do ensino infantil fundamental. No entanto, a maioria dos municípios dispunha de uma receita insuficiente para assumir tal responsabilidade, e como consequência a oferta e



manutenção do ensino passou a depender amplamente das transferências intergovernamentais.

Como aponta Costa (2012, p. 127), “a insuficiente coordenação entre os entes federados, assim como as disparidades fiscais no território brasileiro geraram capacidades diferenciadas associadas à oferta, permanência e qualidade do ensino (em todos os níveis e modalidades), com sistemas concorrentes e interdependentes”. Portanto, as questões relacionadas à equidade e qualidade têm tido um papel primordial nos debates no campo do financiamento, conduzindo a importantes arranjos federativos nessa perspectiva, como foi o caso da implementação dos fundos redistributivos.

As transferências intergovernamentais definidas no âmbito do Fundef, de 1996 a 2006 e, posteriormente, do Fundeb possuem efeito corretivo das assimetrias na federação, a partir do seu formato de redistribuição de recursos entre os níveis de governo. O Fundef, regulamentado em 1996, determinou que os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam destinar não menos que 60% dos recursos vinculados à MDE ao ensino fundamental com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna dos profissionais do magistério. A distribuição do recurso do fundo em cada estado, entre este e seus municípios, é proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental. A participação da União é prevista na complementação dos recursos dos fundos, onde o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Essa determinação rompeu com a lógica na qual cada ente subnacional gastava seus recursos da educação como bem desejasse, com prioridades e recursos bem distintos. Dessa forma, o Fundef corrigiu a má distribuição de recursos entre as diversas regiões e até mesmo dentro dos estados, diminuindo as iniquidades fiscais existentes na rede pública de ensino fundamental. Com isso, obteve alguns resultados positivos, como a ampliação da universalização do ensino fundamental no Brasil; o aumento de recursos para municípios menos desenvolvidos; e a equiparação do custo-aluno mínimo em nível estadual. No entanto, apesar dos ganhos, algumas críticas foram dirigidas ao Fundef: o descaso originado em outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio; a desresponsabilização supletiva da União; recursos insuficientes; municipalização induzida e acelerada.



Findo o período do Fundef (1996-2006), o Fundeb foi regulamentado em 2007, como política que pretendia avançar na ampliação do acesso à educação básica, indo além do ensino fundamental. O Fundeb acrescentou dentre outras determinações, que os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam destinar não menos que 80% dos recursos vinculados à MDE na educação básica. Apesar do Fundeb manter a mesma lógica de redistribuição de recursos do Fundef, contribuiu para o aumento do valor mínimo por aluno e o número de estados a receber a complementação da União, configurando-se em uma forma de estimular a redução das desigualdades regionais.

O mecanismo de redistribuição de recursos para educação básica, a partir do Fundef e Fundeb, proporcionou uma maior equidade fiscal intra-estados, porém, teve menos efeito na equidade interestadual. Como o fundo é estadual e sua redistribuição é feita somente dentro de cada estado – o que engloba as redes estadual e municipais –, o mecanismo que redistribui recursos entre estados é a complementação de recursos da União, que ainda é insuficiente para promover uma maior equalização de receitas destinadas à educação básica nos municípios brasileiros.

1.2 As despesas municipais com manutenção e desenvolvimento do ensino básico

Essa subseção analisa a despesa municipal por aluno nos municípios no ano de 2015, nos níveis infantil e fundamental. Para realizar o cálculo, foi dividida as despesas totais dos municípios (Fundeb e outros impostos) com MDE nos níveis educação infantil e ensino fundamental pela matrícula efetiva de cada nível da rede escolar municipal.

As Figuras 1 e 2 apresentam o gasto por aluno na educação infantil e no ensino fundamental nos municípios brasileiros.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

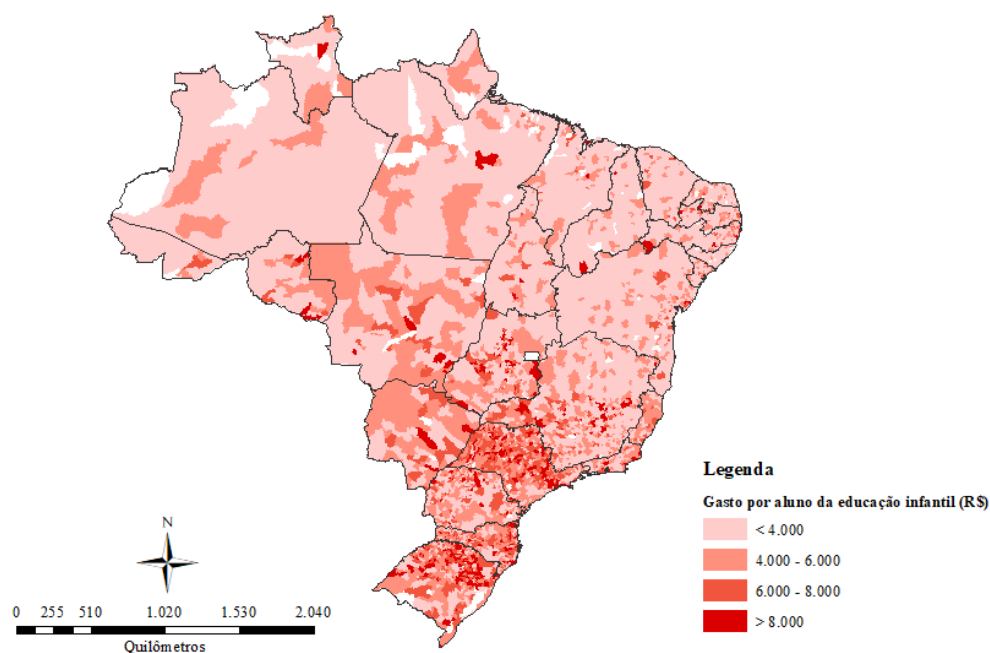


FIGURA 1: Gasto por aluno da educação infantil municipal (R\$), em 2015

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SIOPE/RREO, 2015

Nota: Os municípios em branco não têm dados disponíveis ou possuem dados inconsistentes.

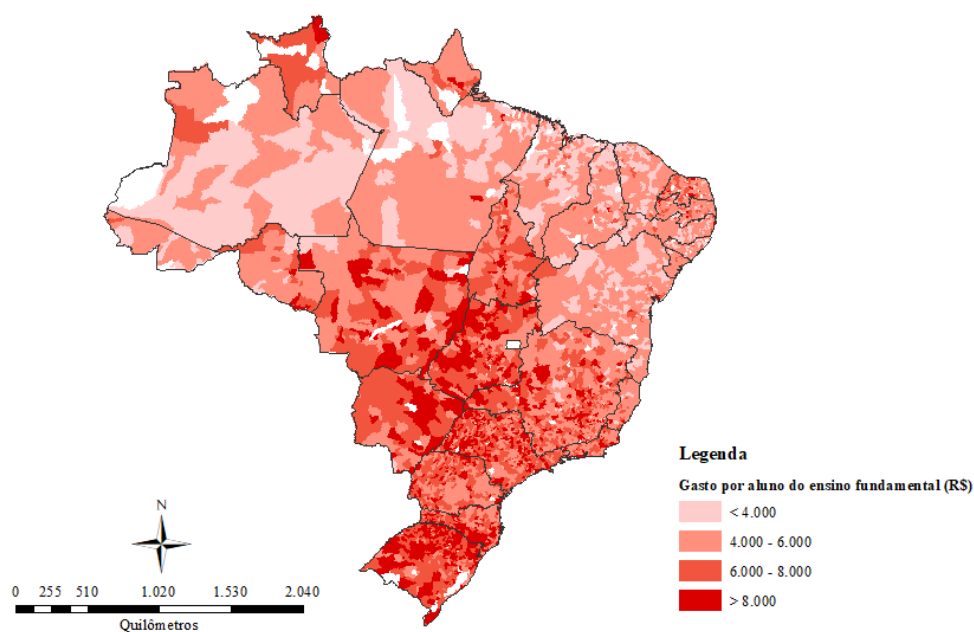


FIGURA 2: Gasto por aluno do ensino fundamental municipal (R\$), em 2015

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SIOPE/RREO, 2015

Nota: Os municípios em branco não têm dados disponíveis ou possuem dados inconsistentes.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Como se observa nas Figuras, no geral, os maiores valores de gasto por aluno estão mais localizados em municípios das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul representados pelas cores mais escuras, e por outro lado, os menores valores de gasto por aluno estão mais concentrados nas regiões Nordeste e Norte de cores mais claras. Além disso, perceptivelmente, o nível infantil tem menores gastos por aluno do que o fundamental, o que mostra a prioridade de um em detrimento do outro.

A Tabela 1 apresenta o gasto municipal da educação infantil e fundamental, através da mediana e do coeficiente de variação.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

TABELA 1: Gasto municipal por aluno da educação infantil e do ensino fundamental, por estado (R\$), em 2015

Estado	Educação infantil		Ensino fundamental	
	Mediana	Coefficiente de Variação	Mediana	Coefficiente de Variação
AC	2.884	36	4.325	19
AL	2.622	33	4.305	15
AM	2.179	36	3.885	15
AP	3.498	21	5.161	24
BA	2.993	37	4.282	19
CE	2.704	37	4.215	16
ES	4.559	32	4.996	24
GO	3.276	66	7.577	25
MA	2.812	38	4.114	18
MG	3.354	49	5.682	32
MS	4.534	36	6.749	26
MT	3.883	63	6.420	29
PA	2.931	34	4.072	22
PB	2.984	43	5.045	23
PE	3.148	41	4.245	19
PI	2.549	35	4.331	16
PR	4.133	50	6.700	22
RJ	3.981	56	5.962	25
RN	3.011	41	5.143	25
RO	1.815	83	4.892	26
RR	2.959	58	6.709	17
RS	6.116	56	8.201	35
SC	5.559	35	6.935	24
SE	3.351	40	4.990	20
SP	5.833	47	6.955	35
TO	2.900	47	5.805	23
BR	3.628	59	5.617	37

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SIOPE/RREO, 2015

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, o coeficiente de variação no Brasil da educação infantil é de 59% e do ensino fundamental é de 37%. Apesar da



heterogeneidade no gasto por aluno entre os municípios brasileiros ser alta em ambos níveis, é maior na educação infantil.

Os municípios de todos estados, exceto Amapá, possuem um coeficiente de variação acima de 25% na educação infantil – o que é considerado elevado em termos de variabilidade –, e destes, 6 estados o possuem acima de 50%, nomeadamente os municípios dos estados do Rondônia (83%), Goiás (66%), Mato Grosso (63%), Roraima (58%), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (56%). Já no ensino fundamental, os municípios de 6 estados têm um coeficiente de variação acima de 25%, são eles: Rio Grande do Sul (35%), São Paulo (35%), Minas Gerais (32%), Mato Grosso (29%), Mato Grosso do Sul e Rondônia (26%).

Destaca-se também que o gasto por aluno na educação infantil é inferior ao do ensino fundamental. Ao comparar o valor mediano por aluno do Brasil, há uma diferença de R\$ 1.989,00, ou seja, 55% a menos de gasto na educação infantil. Além disso, no geral, os municípios de estados das regiões Norte e Nordeste são os que possuem menores valores de gasto por aluno, e por outro lado, municípios das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul são os que têm maiores valores de gasto por aluno.

Na educação infantil, os municípios de 19 estados possuem um valor mediano abaixo do valor nacional (R\$ 3.628,00). Ainda, comparando-se os municípios de Rondônia, com menor gasto mediano por aluno (R\$ 1.815,00), com os municípios de Rio Grande do Sul, maior gasto mediano por aluno (R\$ 6.116,00), tem-se uma diferença de R\$ 4.301,00, o que representa 237% a menos de gasto na educação infantil por aluno.

No ensino fundamental, os municípios de 15 estados têm um valor mediano abaixo do valor nacional (R\$ 5.617,00). Ao comparar os municípios de Amazonas, com menor gasto mediano por aluno (R\$ 3.885,00), com os municípios de Rio Grande do Sul, maior gasto mediano por aluno (R\$ 8.201,00), tem-se uma diferença de R\$ 4.316,00 o que representa 111% a menos de gasto no ensino fundamental por aluno.

Esses resultados mostram que existe iniquidade no financiamento da educação infantil e ensino fundamental. Estas iniquidades podem ter consequências para a educação básica no Brasil, na medida em que podem se manifestar em termos de desigualdades educacionais, no que se refere ao acesso, ao rendimento e à qualidade.



Como argumenta Zimerman (2013, p. 109) “os municípios menos desenvolvidos têm menos recursos para prover condições adequadas de acesso, permanência e qualidade à população, a qual, mais pobre, não recebe da escola o mesmo padrão de recursos que as regiões mais desenvolvidas”. Nessa perspectiva, Fonseca (2017) concluiu que ainda existem fortes desigualdades territoriais no que se refere ao acesso, ao rendimento e à qualidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. No ensino infantil, um dos desafios é garantir a universalização do acesso, porém ainda não foi concretizado. Os dados do Inep de 2015 demonstram que na creche (0 a 3 anos) o acesso é de 30,4% e na pré-escola (4 a 5 anos), 90,5%. Destaca-se ainda que a desigualdade regional ainda é muito pronunciada na educação infantil, principalmente na creche – “na região Norte, por exemplo, apenas 8,3% das crianças estão em creche, enquanto na Sul, são 32%” (BRASIL, 2016, p. 210).

A baixa taxa de frequência na creche pode, em parte, ser explicada pela não obrigatoriedade desse nível. Além disso, “por sua oferta ser uma atribuição dos entes municipais – estes, via de regra, evidenciam elevada fragilidade financeira, tanto para implantar a infraestrutura necessária, quanto para, principalmente, manter a oferta desse nível de ensino” (BRASIL, 2017, p. 4). E a principal limitação para a ampliação da oferta de vagas reside nos altos custos de manutenção das unidades escolares, sobretudo no que se refere ao pagamento de salários de professores e demais servidores.

No que se refere à infraestrutura, de acordo com dados do Inep de 2015, 11,5% das escolas de educação infantil da rede pública possuíam infraestrutura adequada, ou seja, possuíam acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca, sala de leitura e quadra. Considerando a rede municipal, apenas 5,1% das escolas tinham infraestrutura adequada.

No ensino fundamental (6 a 14 anos), a universalização poder ser considerada virtualmente equacionada. Conforme dados do Inep de 2015, 97,7% das crianças e adolescentes estavam na escola, restando ainda 430 mil fora dela. No entanto, trata-se de um desafio que poderá ser superado, em grande medida, pelo fato da obrigatoriedade do ensino fundamental ter sido reiterada pela CF-88 e pelos investimentos e esforços adicionais ter sido direcionados a esse nível do ensino desde os anos 1990, sobretudo com a implementação do Fundef em 1996.



Porém, quando se refere ao fluxo, o cenário não se mostra favorável, no qual a proporção de jovens com 16 anos e que haviam concluído o ensino fundamental em 2015 é de 76%. Além disso, os dados do Inep de 2015 apontam para a desigualdade regional nesse indicador, no qual as regiões Norte (67%) e Nordeste (66%) possuem as piores taxas de conclusão, e as regiões Centro-oeste (81%), Sul (83%) e Sudeste (84%), os melhores resultados.

Em relação à infraestrutura adequada da rede pública de ensino, conforme dados do Inep de 2015 somente 4,8% das escolas do ensino fundamental possuíam acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca, sala de leitura e quadra. Considerando a rede municipal, apenas 1,8% das escolas tinham infraestrutura adequada.

Dessa forma, dados de acesso e de infraestrutura escolar indicam que as desigualdades educacionais podem estar associadas, em parte, às diferenças em seu financiamento ao longo do território nacional. Porém, vale ressaltar que, apesar de a disponibilidade de recursos financeiros ser crucial para ampliar o acesso e melhorar a qualidade da oferta de ensino, existem diversos outros fatores que respondem pelos resultados educacionais:

[...] a questões de ordem técnica, relativas à gestão e aos recursos humanos, e de natureza extrínseca à escola, como as condições socioeconômicas, que em muito interferem nos resultados educacionais e, portanto, requerem intervenções de outras políticas públicas ou, ao menos, ações de natureza compensatória que minimizem seus efeitos sobre o desempenho escolar dos estudantes. (BRASIL, 2016, p. 244)

Por fim, esse estudo fez inferências através da abordagem descritiva, e não teve pretensão de fazer análises explicativas, com estabelecimento de relações causais. No entanto, as conclusões dessa pesquisa é agenda para estudos futuros, inclusive para dar continuidade a esse trabalho e explicar as possíveis causas e consequências apontadas das iniquidades do financiamento para a educação básica no Brasil.



CONCLUSÃO

A análise de conteúdo das legislações que regulamentam o financiamento da educação básica e de um conjunto de outros documentos orientadores e prescritivos da política nacional de educação básica, evidenciaram que o desenho do financiamento incorporou elementos para garantia da equidade e qualidade. A análise estatística também evidenciou que o modelo do financiamento da educação teve avanços na perspectiva da equidade, sobretudo a partir do fundo redistributivo.

As avaliações da despesa por aluno, por nível de ensino dos municípios – educação infantil e ensino fundamental – confirmou que o gasto é expressivamente heterogêneo no Brasil. No geral, os maiores valores de gasto por aluno estão mais localizados em municípios das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul, e por outro lado, os menores valores de gasto por aluno estão mais concentrados nas regiões Nordeste e Norte. Além disso, perceptivelmente, o nível infantil tem menores gastos por aluno do que o fundamental – 55% a menos.

Tendo em vista o objetivo do artigo, conclui-se que persiste um alto grau de iniquidade no financiamento da educação básica, e esta é afetada, dentre outros fatores, pelas assimetrias horizontais e verticais, sejam elas de origem política, econômica e/ou social. Tais assimetrias complexificam os arranjos federativos da educação básica no Brasil, na medida em que se manifestam em termos de desigualdades educacionais, no que se refere ao acesso, ao rendimento e à qualidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Dessa forma, os municípios menos desenvolvidos têm menos recursos para prover condições adequadas de acesso, permanência e qualidade à população.

Apesar da União ter coordenado e implementado arranjos redistributivos de recursos na política de educação básica, como já discutido, o Brasil ainda possui iniquidades fiscais e desigualdades educacionais, com um forte componente territorial. Isso porque, a capacidade fiscal – e até mesmo a capacidade político-institucional –, dos entes subnacionais é afetada pelas condições socioeconômicas e históricas de cada unidade na estrutura horizontal e pela tributação dos entes na estrutura vertical. Nesse contexto, conseqüentemente, é necessário (re)formular processos pelos quais as



assimetrias socioeconômicas sejam ajustadas de tempo em tempo, conforme as capacidades e necessidades dos entes subnacionais.

Portanto, para alcançar melhores patamares de equidade, é necessário promover ajustes no atual desenho do financiamento da educação básica, com mecanismos de maior participação técnica e financeira da União, de definição do custo-aluno a partir de critérios ligados à qualidade, dentre outros aspectos político-pedagógicos. No entanto, há de salientar que o alcance da equidade em todo território nacional, não pode ser confundido com tratamento padronizado de todas as unidades, tendo em vista as distintas situações em que elas se encontram. Nesse caso, os mecanismos de incentivo seletivos se tornam, de fato, necessários, já que a garantia de equidade exige tratamento discriminatório conforme as assimetrias entre regiões, estados e municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Centro de Estudos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de set. 2017.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Centro de Estudos Jurídicos**, Casa Civil da Presidência da República, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 20 de set. 2017.



_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Educação. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Inep, n. 24, p. 203-246, 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Educação. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n. 25, 2017. 62 p.

COSTA, F. L. O. **Federalismo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as políticas de Fundos contábeis para o financiamento da educação no Brasil**. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, Carina R. S. **Federalismo e Políticas de Educação Básica: uma análise das desigualdades territoriais na Argentina e no Brasil na nova ordem constitucional**. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 24, p. 105-121, 2005.

ZIMERMAN, Arthur. **Desigualdades Regionais e as Políticas Públicas: educação em pauta**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. 111p



NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIOBIODIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE E PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES

Jadson Lobato Gonçalves¹

RESUMO

O Neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma nova alternativa de superação das políticas macroeconômicas dos anos 70 e 80 implementadas para o desenvolvimento do país, contribuindo para o planejamento do crescimento da produção industrial com inclusão da sustentabilidade e com vistas de mitigação da desigualdade social promovendo uma agenda distributiva. A política neodesenvolvimentista é justificada, por seus idealizadores, pela crítica à falência estrutural do antigo modelo nacional desenvolvimentista com origem na CEPAL, bem como a crítica ao Estado neoliberal avesso a intervenção e persecução estatal da máxima econômica e do bem estar social. Entretanto, tratar de políticas intervencionistas no plano macroeconômico e nas esferas do rumo do desenvolvimento perpassam por um novo modelo de sociabilidade, atravessadas pelo chamado “núcleo duro” comum às duas versões de desenvolvimento (industrialização, intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo), do qual no antigo modelo de desenvolvimento provocou exclusões, massacres de povos, violência simbólica e física sob a tutela do Estado à biodiversidade e também à sociobiodiversidade. Este trabalho propõe debater as políticas desenvolvimentistas e a proteção da sociobiodiversidade no contexto do neodesenvolvimentismo brasileiro, utilizando o conceito de sociobiodiversidade como instrumento teórico interdisciplinar humanizador do desenvolvimentismo. O conceito de sociobiodiversidade está associado à preservação da biodiversidade e o debate sobre

¹ Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia. Graduando do 8º semestre de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. É bolsista PIBIC/CNPq sob o projeto “Circuitos curtos de comercialização da produção orgânica e construção social de mercados agroecológicos”. Email: advjadson@gmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

terras e os direitos sobre ela das populações tradicionais, assim como sociodiversidade está indicada na imagem dos vários grupos tradicionais presentes no interior do Brasil (grupos indígenas, pequenos produtores, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, extrativistas etc). O que se constata na utilização do conceito de sociobiodiversidade é a inclusão de um componente ético e político para o debate, quer dizer, o avanço do modelo econômico neoliberal que vê no mercado a finalidade maior colocou em cheque reproduzibilidade de formas de vidas tradicionais e colocou em riscos as diferentes simbologias, conteúdos materiais e imateriais, cosmologias desses povos tradicionais. É nesse sentido que o conceito de sociobiodiversidade surge ampliando a compreensão sobre diversidade e biodiversidade e os impactos dos grandes empreendimentos do Estado, inserindo na temática da proteção social e ambiental percepções e diálogos com as mais diversas disciplinas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Sociobiodiversidade. Diversidade.

INTRODUÇÃO

Trataremos nesse artigo sobre os rumos do neodesenvolvimentismo para a superação da desigualdade social no Brasil, apresentando o conceito de sociobiodiversidade como elemento norteador do seu pilar da sustentabilidade. Sociobiodiversidade entendida tanto como a noção da diversidade biológica como a de conteúdo sociais e antropológicos. Ademais, conceber que essa noção de sociobiodiversidade está associada a um marco histórico, nos obriga a refletir o papel do Estado diante dos arranjos do desenvolvimento em contraponto as estratégias e aparelhos neoliberais de controle da vida e de sua reprodução.

As atividades desenvolvidas para a produção incluíram pesquisa bibliográfica referente às noções de Biodiversidade e Sociobiodiversidade no Brasil, seleção de artigos, organização de banco de artigos, realização de fichamentos de produção científica sobre o tema e realização de textos analíticos. Concomitante a essas atividades, também houve participação em grupos de estudos de maneira orgânica, centrados nos conceitos dos autores que dão pilar maior ao método de análise, quer dizer, os desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas, bem como, Foucault e as noções de relação de poder, o conceito de dispositivo e de capital humano.



DESENVOLVIMENTO

O início do século XX foi marcado por inúmeras movimentações internacionais que culminaram em guerras. Essas catástrofes políticas produziram um ambiente de muitas modificações valorativas, institucionais, portanto, ideológicas. Ajudaram para esse cenário de contestação o Tratado de Versalhes, os temores sobre os rumos da revolução soviética e a crise capitalista de 1929, orientando forças contra os regimes liberais-democráticos. Em termos concretos, esses eventos internacionais, contribuíram para a queda dos modelos de cambio livre liberalista e a emergência de teorias sociais e econômicas que propunham uma intervenção do Estado sobre os rumos do capitalismo, na sua aceção de mercado. Por parte do Estado, regulação dos setores econômicos, planejamento estratégico, construção de convergência entre estratos sociais, promoção de desenvolvimento, se tornaram formulações de economia política com fins a evitar a quebra do sistema capitalista, se não sua reformulação. Dominar o capitalismo selvagem foi o sentido maior para trazer justiça social.

Na realidade brasileira, o combate a estagnação econômica e ao desemprego estrutural foram banhadas na fonte teórica do keynesianismo, como forma de intervenção estatal afim de promover uma industrialização quebrando a tradição liberal e a sua cartilha da divisão internacional do trabalho, condenadora aos países periféricos como Brasil a meros produtores e exportadores de produtos agrícolas. Assim, nascia a terceira via como alternativa ao liberalismo e ao comunismo, um pacto social entre as classes em prol de uma agenda de desenvolvimento lastreada por valores nacionais e sociais.

Vargas foi o responsável por consolidar, com a presença de contradições, esse itinerário desenvolvimentista. Centralismo político e intervencionismo na economia marcavam um novo período da política nacional na tentativa de adequar os preços da economia e a oferta de produtos industrializados. O caminho foi o da substituição de importação. O teórico da economia Roberto Simonsen é considerado por muitos o grande “Pai” das correntes desenvolvimentistas, é com ele que nasce a ideia de planejamento do desenvolvimento industrial do Brasil, concebendo instituições que



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

foram de fundamental relevância para a expansão dessa iniciativa, dentre elas a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a nacionalista, onde rendida ao neoliberalismo, Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

A Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e o Caribe, CEPAL, foi mais uma das instituições de grande relevância para as discussões do desenvolvimentismo nas regiões e países membros. Sendo um dos centro críticas as bases de economia política ortodoxas, a CEPAL ajudou a fragilizar os pilares do capitalismo liberal, realizando um releitura das teorias keynesianas onde por resultado o diagnóstico balizou o combate ao subdesenvolvimento dos países do capitalismo periférico. Foi da mesma instituição que nasceu um dos grandes pensadores da realidade brasileira, Celso Furtado, cujo o rigor epistemológico construiu as linhas mestras do nacional-desenvolvimentismo.

A teoria do subdesenvolvimento proposta por Prebisch (1949), opunha-se à lógica ricardiana das vantagens comparativas, onde o progresso técnico e as transferências de ganhos seriam causa espontaneísta das forças das leis do mercado, e procurava denunciar, com forte rigor político, o sistema de exportação de gêneros primários aos países centrais, porquanto os países periféricos restavam a estagnação ou ritmo demasiado lento de desenvolvimento. Afirmando ainda que não havia margem para suplantarmos experimentos de países industrializados e desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, em virtude das enormes diferenças históricas, econômicas e sociais, propondo para o desenvolvimento industrial uma intervenção do Estado afim de criar barreiras protecionistas à indústria nacional em berço fundada na substituição de importações e a consolidação de reformas em vários setores. O desenvolvimentismo trabalhava na superação do capitalismo mercantil para um capitalismo industrial.

As ideias desenvolvimentistas tiveram uma queda pela mudança da economia mundial, gerando uma crise da dívida externa e um regime de alta inflação que marcou o período de redemocratização do país, cedendo espaço as ideias neoliberais. Aplicadas por Collor de Mello e por Fernando Henrique Cardoso, a abertura da economia, privatizações e uma reforma do Estado para a incorporação da lógica do mercado, colocaram fim na tradição iniciada pela Era Vargas.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O que se chama de neodesenvolvimentismo pode ser pontuado por um conjunto diverso de ideias em economia política que dialogam com as bases do desenvolvimentismo dos anos 30 aos 80, quer dizer, a relevância da indústria, da estratégia nacional e do investimento/intervenção estatal, entretanto conectado as novas realidades das economias mundiais e os conflitos que dela advém, sobretudo a deletéria inserção do sistema financeiro nas decisões de Estado e da sorte do povo.

A realidade atual do Brasil é de uma profunda crise política e econômica sem precedentes. Pensar em uma reindustrialização nacional requer uma profunda reflexão sobre nossas experiências para não incorreremos nos mesmos erros dos mesmos trilhos. Entretanto a geração de empregos e crescimento de uma economia que esteja em sintonia com as aspirações de uma sociedade como a brasileira não será obra aleatória e fortuita do acaso e dependerá da convergência e do nível de qualidade e coesão político social que a política pode construir. Nesse quesito, pontuamos que um dos grandes equívocos estratégicos nacionais é não alcançar um equilíbrio de agendas, mais especificamente quanto ao nosso tema central, na questão ambiental e antropológica e o desenvolvimento estratégico e econômico para as próximas décadas. Nos perguntamos: podemos viver sem os gadgets, os notebooks, as smart tvs, sem os meios de obtenção da qualidade dos diagnósticos em saúde, sem a rara e a popular química fina, e todos os outros elementos de êxito civilizatórios que marcam nossa sociedade de consumo brasileira, cujo o qual nós não dominamos tecnologicamente e nem as produzimos, ficando assim refém da importação desses bens do estrangeiro? Nos salta à consciência honesta o indicativo de um superlativo não. Estamos imbricados por laços profundos da vida burguesa e o seu padrão de consumo e desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo moderno. E é aqui que reside nosso aparente dilema. A balança de pagamento com o estrangeiro sempre foi uma problemática, fruto da nossa dependência de importação de industrializados e exportação de commodities e gêneros agrícolas. A conta entre a nossa aspiração e desejo de consumo de ponta tecnológica paga com matéria bruta e itens do agronegócio, não fecha. E refletir sobre a economia nacional é ter consciência que nossos preços, padrões de consumo, salários, juros, emprego, valor da moeda, derivam da nossa inserção internacional, do jeito como nosso país está baseado na ordem internacional.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O neodesenvolvimentismo vem propor uma superação das ideias neoliberais e seus dispositivos de governança e ideológicos para uma ferramentaria de Estado orientado para a superação da desigualdade social. O desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo compartilham das mesmas bases principiológicas, quer dizer, industrialização como paradigma do crescimento econômico e fortalecimentos de uma política de salários, intervencionismo pró-crescimento que proteja as circunstâncias nacionais dos desequilíbrios competitivos e assimetrias que as economias do mundo possuem, e um nacionalismo vigoroso que contemple as questões sensíveis e estratégicas quanto a manutenção da soberania em todas as suas dimensões, seja territoriais, militares, empresariais, culturais etc; entretanto, o neodesenvolvimentismo vem atender um fenômeno de seu tempo e levanta a tese da sustentabilidade no desenvolver.

É nesse item da sustentabilidade que defendemos a utilização do conceito de sociobiodiversidade para compreender o que e quem o Estado Nacional tem dever de proteger contra os eternos conflitos entre capital e trabalho, capital e meio ambiente, pois é possível desenvolver e trazer a questão da sustentabilidade e proteção da sociobiodiversidade a partir de um desenvolvimento que contemple a diferença e os diversos tipo de vida e formas de viver que envolvem as realidades no Brasil.

O termo biodiversidade é recente, data da década de 80 contido em documento emitido pela União Mundial para a Conservação. Nele, é possível detectar os objetivos da ideia de conservação, ligados a proteção e manutenção dos processos ecológicos da diversidade genética e uso sustentável dos ecossistemas. A ideia de preservação da diversidade biológica está diretamente associada na manutenção da diversidade genética, cujo um dos motivos estão desde a produção de alimentos à avanços no campo científico e industrial, ainda ao equilíbrio dos processos naturais. A questão da biodiversidade veio à tona do debate internacional devido a acelerada dilapidação das espécies e ecossistemas devido ao avanço do modo de produção e suas consequências expansionistas nos centros urbanos. O Brasil é o país com maior megadiversidade do planeta. Nenhuma outra nação possui a quantidade de espécies de vegetais, animais e a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

riqueza natural relacionado com os modos de interação do homem e sua direta e indireta interferência, seja nomeando, classificando, domesticando a natureza.

Não são poucos os trabalhos em antropologia que apontam no entendimento do aumento da diversidade biológica diretamente ligado às atividades dos povos primitivos e suas práticas tradicionais de agricultura itinerante. Desta feita, tornar-se-ia mais necessário, resgatar as práticas tradicionais afim de expandir a manutenção da diversidade ecológica. Restando concluído que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural, sofrendo ela direto impacto sobre as ações das populações tradicionais e suas formas de entende-la, representa-la e modifica-la. Logo a diversidade seria o espaço, o lugar, onde as relações sociais e simbólicas se dão, podendo esses espaços serem domesticados ou não, mas sempre conhecidos.

O Diegues (2009) critica a noção de biodiversidade como uma longa lista de espécies e plantas catalogadas no domínio científico, ignorando o componente cultural e propõe uma saída dos parâmetros científicos da logica cartesiana, com a visão do etnocientista que incorpora a vivência e cultura das populações tradicionais indígenas e não-indígenas no manejo da biodiversidade.

Desde a década de 1990, é debatida a relação entre biotecnologia e biodiversidade, e o que refere-se ao território brasileiro essa relação faz todo sentido por conta da sua biodiversidade, entretanto, ao pensar nisso, deve levar-se em consideração a presença nesses espaços territoriais dos povos indígenas, cujo qual é uma questão que é pouco ou nada inserido no espectro dos cientistas brasileiros, que insistem em ignorar a existência desses povos, as suas contribuições para a singularidade da natureza, da cultura, tratando como se não significassem para o futuro científico. Se faz insignificante o Estado brasileiro assinar tratados internacionais que reconhecem a importância dos povos indígenas, assim como a existência de uma bibliografia antropológica elaborada por profissionais que escreveram livros através de suas visões cosmológicas, ou qualquer outro tipo de trabalho, pesquisa, iniciativa cultural, o que tudo indica, não é capaz de romper o preconceito contra os povos indígenas, como se não tivéssemos nada a aprender com esses povos e como se a sensibilidade e a inteligência desse povo fosse passível de analisar pela método evolutivo, na verdade



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

insistimos em menosprezar todo o conhecimento não ocidental acreditando que dar atenção aos saberes tradicionais significaria regressão, isso é utilizado até mesmo quando os biólogos e biotecnólogos, por exemplo, reconhecem que o conhecimento tradicional possui um princípio ativo, e o mesmo é isolado e extraído do contexto epistemológico, cujo qual, ela faz sentido, já como princípio ativo isolado ela passa por um processo que precisa liberta-la das crendices e superstições que as envolvem. As populações indígenas resistem as correntes que buscam problematizar o desenvolvimento das novas tecnologias, principalmente das biotecnologias, seus riscos e que necessitam ser ponderados ao ser feita as opções tecnológicas. Houve, então, o episódio de conflito acerca da adoção ou não da agricultura transgênica no Brasil, onde é explícito que os cientistas estão pouco dispostos a debater a questão de risco. O risco, o acidente e o efeito colateral são parte do processo tecnológico e que a tecnociência só sabe lidar com riscos tecnológicos, assim sugerindo mais tecnologia, mais soluções tecnológicas, fazendo esse risco mudar de patamar, ou seja, quanto mais avançado o progresso, mais avançado é o risco, por isso, o princípio de precaução tornou-se fundamental, o que implicou em uma nova lei de biossegurança, em prática um lado forjou uma aliança entre as transacionais, o agronegócio e uma parte da comunidade científica que visariam transformar a lei de biossegurança em lei de fomento à biotecnologia e objetivavam instituir juridicamente que não houvesse limite à pesquisa e à comercialização da engenharia genética, e de outro lado os movimentos sociais, ambientalistas e uma parcela minoritária da comunidade acadêmica científica entendiam que essa lei deveria existir para valer, de maneira a proteger a sociedade e o ambiente dos riscos às novas tecnologias. O artigo 225 da Constituição brasileira de 1988, definiu o direito à biodiversidade, que preconiza elevar o meio ambiente ecologicamente equilibrado à categoria de bem jurídico, então, o projeto de lei de biossegurança foi concebido de modo que especialistas, sociedade civil e governo pudessem compartilhar da elaboração e aplicação de regras que visem a proteção dos seres vivo, cabendo ao Estado a palavra final, o que seria intolerável para tecnociência, transacionais e agronegócios. Entretanto, os cientistas passavam por cima da lei, por conta da insuficiência dos estudos sobre a transgenia, o que favorecia o lobby dos ruralistas. Já os cientistas que defendiam uma perspectiva puramente científica e técnica, defendiam



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

que a opção mais conveniente para a tecnociência seria a qual fosse mais adequada para a sociedade.

Laymert dos Santos (2007) afirma que a universidade do Terceiro Mundo ainda é alienada na medida em que não consegue interpretar sua época, mas ainda reivindica os poderes e influências humanísticas que possuía no século anterior. A Universidade sofreu transformações quanto ao seu lugar e seu papel. A biodiversidade entendida pela universidade de hoje, debate esse tema com graus de especialização, uma noção fragmentada. As geociências, biologia, antropologia, os institutos sobre meio ambiente, tendem a analisar a biodiversidade sob sua ótica técnica de área específica do saber, assim impondo uma dificuldade em superar as análises por recorte a fim de compreendê-la como um tema multifacetado que envolve todos os campos do saber.

Para o professor Laymert, biodiversidade pode ser entendida como um conjunto de diferentes formas de vida e suas inter-relações. Em um terreno que pertencia a biologia, a diversidade biológica passa a ser um tema das ciências biológicas, mas também da economia, política e cultura, passando a ser uma questão multifacetada adquirindo o nome de biodiversidade, onde o problema não se encerra na esfera biológica ou ecológica. Essa seria a maior dificuldade da universidade: perceber esse caráter multifacetado do tema que abarca várias áreas do conhecimento.

A Amazônia apresenta uma grande e complexa sociodiversidade, formada por povos com as mais variadas redes linguísticas, sociais, culturais e de sistemas econômicos de trocas, cujo qual, é pouco conhecida e debatida. O capitalismo que avança sobre a Amazônia, já atua de maneira devastadora e prescreve novas catástrofes ambientais, atingindo diretamente os territórios indígenas, onde já há pedidos de exploração e pesquisa sobre terras indígenas de toda a Amazônia. Atualmente, há uma luta articulada na Amazônia, organizada para a sobrevivência desses povos e do território, onde cerca de 180 povos indígenas, vivem nessa região, somado aos povos tradicionais da Amazônia, que localizam-se no interior de suas matas e beira dos rios (HECK, 2005). Historicamente, a perspectiva dos povos indígenas foi violentamente interrompida pelo projeto colonial instalado desde 1500, onde a escravidão, guerra, doenças e ideologia religiosa, provocou uma das maiores catástrofes demográficas da



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

humanidade. A Igreja, atuada pelos jesuítas com a missão de converter os índios ao cristianismo, foi incapaz de notar o valor cultural desse povo, e aos missionários que denunciavam tal violência e injustiça, foram perseguidos, expulsos ou presos. Recentemente, a partir das décadas de 1960 e 1970, os massacres contra os povos indígenas se repetiriam, através das políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia. Já na década de 1970, há um novo cenário de luta e resistência indígenas, representado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), onde formavam assembleias indígenas para fins de discussão de seus problemas, logo conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Se estimava que em 1998 haveria o extermínio total da população indígena, quadro esse que começou a ser revertido a partir da década de 1970, através da resistência indígena, conquistas territoriais que permitiam o crescimento demográfico, assim como o crescimento da população indígenas nos centros urbanos, o que chama atenção para novas estratégias para o movimento indígena e para o Estado, no que se refere as questões de saúde e educação diferenciadas. Recentemente as ameaças ao território indígena na Amazônia vem da expansão do agronegócio, que atingem diretamente os territórios já conquistado e ainda em processo de reivindicação das populações indígenas e tradicionais, assim como a degradação ambiental. Tal problema está intimamente ligado ao modo como o Estado brasileiro adota para aquela região, assim como todo o país, um desenvolvimento direcionado para atender as necessidades do mercado externo, assim, os recursos naturais seriam o objeto de desenvolvimento (no caso, para o desenvolvimento externo) e as diversidades culturais e étnicas do país seriam entrave a esse desenvolvimento.

Nesse limite do debate transcorrido, encontramos uma grande cisão entre as idéias de biodiversidade e sociobiodiversidade. Um conceito partindo de uma percepção de ordem biológica com foco na ciência genética, e um outro conceito oriundo de um desdobramento do primeiro adicionado com outros componentes das ciências humanas, dando origem a uma abordagem de cunho interdisciplinar, respectivamente.

Nos anos 80, não se falava em biodiversidade, mas em diversidade biológica, e a seguir em recursos genéticos. O conceito de biodiversidade nasce de um neologismo de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

diversidade biológica, que popularizou-se entre ecólogos e ambientalistas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) em que o termo tomou forma dentro as esferas públicas de vários países. A biodiversidade pode ser entendida como um conjunto de diferentes formas de vida e suas inter-relações, composta em três níveis: o nível de relação com o ambiente, o nível da variabilidade de espécies e o nível da variabilidade genética (LAYMERT, 2007). Quando esses três níveis entraram em crise, com sua depreciação e diminuição, o tema da biodiversidade passou a ser questão. Em um terreno que pertencia a biologia, a diversidade biológica passa a ser um tema das ciências biológicas, mas também da economia e da política, com isso passa a ser uma questão multifacetada adquirindo o nome de biodiversidade, onde o problema não se encerra na esfera biológica ou ecológica, mas que ainda tem como centro o pensamento biológico.

Entretanto, a diversidade que se encontra na Amazônia ultrapassa os limites conceituais da biodiversidade, sua diversidade não é apenas biológica, mais apresenta uma complexa diversidade social e cultural, com formas de viver distintas e plurais. Na Amazônia, os povos tradicionais indígenas e não indígenas dividem como premissa básica de suas vidas o uso e dependência do mundo natural, da compreensão de seus ciclos e da obtenção desses recursos da natureza, como condição sine qua non para a reprodutibilidade de suas formas de vida. O avanço da sociedade industrial, guiada pelo mercado, sobre os territórios dos povos tradicionais para fins de exploração dos seus territórios seja no agronegócio, na exploração de reservas minerais, devastação florestal para a exploração de madeira, dos recursos hídricos naturais, tornou mais visível – social e politicamente – estes povos. É nesse sentido que o conceito de sociobiodiversidade surge, em meados do final do século vinte e início do século vinte e um) ampliando a compreensão sobre diversidade e biodiversidade, inserindo na temática em sociobiodiversidade percepções e diálogos na sua construção com as mais diversas disciplinas das ciências humanas, como linguagem, arqueologia, antropologia, sociologia, ética.

“Também cada vez mais a diversidade cultural humana _
incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

de manejo de solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos - é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade” (ALBAGLI, 1998, p.63).

O conceito de sociodiversidade, na antropologia, segue em união com o conceito da multiculturalidade, dado que a sociedade multicultural tem por premissa ser diversa. Assim existem múltiplas formas de existência e de padrões distintos de organização social e política, cada uma delas com historicidades, valores, costumes distintos (MUNOZ, 2015).

Em sua obra *Nascimento da Biopolítica* (2008), Foucault apresenta uma aula dedicada para perscrutar a natureza do neoliberalismo americano e o europeu, bem como, suas repercussões nos Estados, demonstrando como a arte de governar neoliberal está vocacionada a ativar um tipo de poder diretamente ligado a biopolítica e que se incubem de tratar da vida direta das populações. A partir da evidência, Foucault apresenta a noção de indivíduo associada ao *homo economicus* como sujeito e empresário de si mesmo, sendo ele mesmo o seu investidor e seu remunerador, sua própria fonte de capital. É sobre essa estrutura ideológica que surge a teoria do capital humano, onde o componente genético é um dos primeiros fatores que colocam o indivíduo alinhado aos moldes de uma sociedade altamente competitiva e uma sociedade do consumo, os corpos ideais para essa sociedade. Ainda apresenta os elementos adquiridos constituintes do capital humano, como a formação, os níveis educacionais a que foi incluído, os investimentos de capital cultural etc. Foucault demonstra como o biopoder é um instrumento de controle das vidas em todas as dimensões, tendo organizada e vigiada por intermédios de estratégias e dispositivos da produção capitalista. É nesse ponto que concebemos a sociobiodiversidade como aquele conjunto plural de cosmovisões preferenciais para a captura e reformulação do ser e das distintas formas de viver pelos aparelhos e dispositivos neoliberais. Ora, povos tradicionais que não estão inseridas aos apelos da modernidade e da noção de capital



humano, mantém preservadas suas tradições e reprodutibilidade cultural. Em contrapartida, a terceirização da própria vontade e da própria vida é elemento central na captura da lógica do capital humano, vocacionando toda e qualquer ação visando a agregação e calculo estratégico da conquista por mais valor ao próprio capital humano, sujeitando a subjetivação aos controles do mercado e do capital pela formação do indivíduo-empresa.

CONCLUSÃO

O conceito de sociobiodiversidade está associado à preservação da biodiversidade e o debate sobre terras e os direitos sobre ela das populações tradicionais, assim como sociodiversidade está indicada na imagem dos vários grupos tradicionais presentes no interior do Brasil (grupos indígenas, pequenos produtores, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, extrativistas etc). O que se constata na utilização do conceito de sociobiodiversidade é a inclusão de um componente ético e político para o debate, quer dizer, o avanço do modelo econômico neoliberal que vê no mercado a finalidade maior colocou em cheque reprodutibilidade de formas de vidas tradicionais e colocou em riscos as diferentes simbologias, conteúdos materiais e imateriais, cosmologias desses povos tradicionais. A cada passo desse avanço hegemônico do mercado os territórios da vida humana e da natureza são vilipendiados, juntamente com o direito à diferença.

Desta forma, pensar em um neodesenvolvimentismo que tenha como base a sustentabilidade e proteção da diferença é antes de tudo assumir um dos desafios que se apresentam na temática da sociobiodiversidade na Amazônia: a compreensão de que os diversos sujeitos sociais necessitam de proteção e políticas de intervenção para o desenvolvimento não apenas enquanto sujeitos de direitos, sejam eles coletivos e individuais, mas da criação de políticas públicas e intervenções do Estado que estejam alinhadas com as concepções que integram sujeitos e territórios, quer dizer, a indissociabilidade entre os povos tradicionais de seus objetos espaciais, pois é a partir da relação imbricada de sujeitos e territórios e demais elementos da diversidade biológica que nascem distintas formas de mundo (ser, pensar e fazer), elementos



culturais e sociais, que resultam em saberes transformadores do meio ambiente e do próprio ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

Bastos, Pedro P. Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, no. 21, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BRASIL, João Felipe Domingues. **Sociodiversidade étnica, linguística e cultural entre os povos indígenas no pantanal do século XVI**. 2015 In: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434422263_ARQUIVO_AritgoANPUH2015.pdf. Acessado em 08/12/2017.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Sociodiversidade**. In: Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Sociobiodiversidade070.pdf> Acessado em 08/12/2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GREGORI, Isabel Christine Silva de; GREGORI, Matheus Silva de. **Direitos da Sociobiodiversidade: a exploração dos conhecimentos tradicionais sob uma perspectiva de ecocidadania**. 2012. In: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7068/4280> Acessado em 08/12/2017.

HECK, Egon. **Amazônia indígena: conquistas e desafios**. 2005. In: <http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/5A8F-Amazonia%20indigena.pdf>. Acessado em: 07/12/2017.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Rio de Janeiro, ago. 2011.

MERCADANTE, Aloísio. **As bases do novo desenvolvimentismo**: análise do governo Lula. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — IE Unicamp, Campinas, 2010.

MUNOZ, Manuel. **Sociedade, Multiculturalidade e Sustentabilidade**. In: http://izabelahendrix.edu.br/humanidades1/meio-ambiente-e-conscienciaplanetaria/artigos/arquivos/sociodiversidade-multiculturalidade_e_sustentabilidade.pdf Acessado em 05/12/2017.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. (1949) IN: IELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal, Vol. I, Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 100.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SACHS, Jeffrey. **Notas para uma sociologia do desenvolvimento econômico**. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. A cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTANA, Raimundo. **Direito à sociobiodiversidade**: o desenvolvimento sustentável e a diversidade sociocultural. 2012. In: <http://revista.fcat.edu.br/index.php/path/article/viewFile/13/10> Acessado em 08/12/2017

SANTOS, Laymert dos. **Os biotecnólogos brasileiros em face da sócio e da biodiversidade**. 2007. In: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n78/07.pdf>. Acessado em 08/12/2017.

STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. **Diálogos entre direitos humanos, sociobiodiversidade e propriedade intelectual**. 2010. In: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/23/145> Acessado em 08/12/2017.

VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Sandra Monica da Silva Schwarzstein¹

RESUMO

Muitos são os estudos que dão conta da incidência da violência doméstica nas histórias de vida de jovens em conflito com a lei. Neste artigo, discutimos a naturalização da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente (VDCCA) nas dinâmicas familiares de 18 adolescentes infratores, em Belém do Pará. Na maioria dos casos, constatamos a constância da transmissão geracional da VDCCA e da violência contra a mulher. Para as mães destas famílias as razões para a prática da VDCCA são, frequentemente, uma resposta ao medo que sentem de ver seus filhos e filhas fracassarem na vida: de entrarem para o mundo do crime, de se drogarem, de terem uma gravidez precoce ou de que no futuro venham a usar de violência contra as próprias genitoras. Através de entrevistas individuais com estas mães, buscou-se identificar construções sociais relacionadas à violência em geral e à violência doméstica, que possam ter induzido esses sujeitos a optar por práticas violentas na educação de seus filhos. Percebeu-se que as entrevistadas revelaram maior sensibilidade para a violência que vem de fora de casa, que para a violência doméstica. Ao mesmo tempo em que se percebiam como vítimas da violência praticada por seus companheiros dentro de casa, não incluíam na ideia de práticas domésticas violentas, as modalidades de educação punitiva às quais recorriam nas interações com seus filhos. Construíam para si uma escala subjetiva e imprecisa de intensidade da violência praticada, para fazer a distinção entre “violência contra a criança” e “práticas educativas”.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Família. Adolescentes Infratores.

¹ Doutoranda de Política Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); participante do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania (NUDHESC); E-mail samosi@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é elemento persistente na história da humanidade. Assumiu diferentes formas nas mais variadas culturas, credos religiosos e classes sociais. Desenvolveu-se na articulação de aspectos sociais, com aspectos econômicos, culturais e políticos e se concretizou nas condições de existência dos grupos humanos.

No Brasil, ao lado da violência estrutural e social, manifesta-se no âmbito da família e das relações interpessoais. Trata-se de um fenômeno social, conceitualmente identificado por Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra (2002), como “violência doméstica contra crianças e adolescentes” (VDCCA), que se qualifica nos contextos familiares marcados por desigualdades de poder nas relações entre homens e mulheres e entre adultos e seus filhos mais jovens. Expressa-se através das violências física, psicológica e sexual, além da negligência/abandono e da exploração, que causam danos potenciais ou reais que afetam, muitas vezes dramaticamente, a sobrevivência, o desenvolvimento e a dignidade de muitas crianças e adolescentes.

No Brasil, pais e mães são culturalmente percebidos como protetores acima de qualquer suspeita, no que toca a qualquer forma de violência que possa ser direcionada contra seus filhos. A realidade empírica observada contrasta, contudo, com essa percepção. Na Região Metropolitana de Belém, no estado brasileiro do Pará, nos anos de 2000 e 2001, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/Emaús) constatou que pais e responsáveis apareciam como os principais autores das mais variadas formas de agressão, em cerca de 40% do total de casos notificados de violência contra crianças e adolescentes, segundo Sandra Silva (2005). A relevância desse dado foi confirmada nacionalmente dez anos depois, em 2011, com a implantação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde. Os dados produzidos pelo novo sistema apontaram para uma realidade estatisticamente igual, ao revelar que, na dimensão nacional, em 39,1% dos casos registrados, os agressores de crianças e adolescentes também eram seus próprios pais. (WAISELFISZ, 2012).

No Rio de Janeiro, no Município de São Gonçalo, em 2002, Simone Assis et al (2004) desenvolveram um inquérito epidemiológico com 1.685 adolescentes estudantes de escolas públicas e particulares. Constataram que 14,6% destes jovens padeciam de maus-tratos físicos severos infligidos por seus pais. Quase 12% assistiram ou vivenciaram violência sexual na família e 48% revelaram sofrer de violência

psicológica perpetrada por pessoa de sua intimidade. Sobretudo, verificaram que adolescentes que sofreram abusos familiares, mais que seus colegas, se envolviam em situações de violência na escola, em agressões na comunidade e tendiam também a transgredir mais contra as normas sociais, fechando assim um círculo de violência.

Estes mesmos autores se referem a dois outros estudos realizados no Rio de Janeiro. O primeiro, constatou que independente de classe social, um em cada quatro jovens, sofre violência física doméstica, desde tapas, empurrões, bofetadas até formas mais danosas, como agressões com armas. O segundo revelou alta prevalência de violência doméstica entre os estudantes da cidade de Duque de Caxias (RJ), especificamente em 49,4% dos adolescentes da escola pública e 45,7% da escola privada.

Azevedo e Guerra (2002) e Assis et al. (2004), por sua vez, identificaram em suas pesquisas toda uma série de situações correlatas à VDCCA, entre elas o fracasso escolar, o abuso de drogas, a gravidez na adolescência, a delinquência, o comportamento violento, a depressão, a prostituição e o suicídio. Para elas, as evidências cotidianas demonstram que a maneira como um adolescente se percebe a si, suas competências, valores e o mundo ao seu redor pode ser afetada pela intensidade de violências a que foi exposto.

O estudo de São Gonçalo revelou também que a violência psicológica doméstica se fazia presente na vida de quase a metade dos jovens entrevistados. Destacou que, em seu dia a dia, os adultos os humilhavam, não os elogiavam quando agiam adequadamente e não os estimulavam a enfrentar os desafios que surgiam em sua trajetória. Cerca de um quinto desses jovens vivenciou experiências sexuais danosas; testemunhou violência sexual sofrida por um familiar; teve medo de sofrer abuso sexual quando um dos pais estava alcoolizado ou drogado ou se envolveu em relação sexual com os pais. (ASSIS et al., 2003). O estudo verificou que muitos deles sofriam de baixa autoestima e dispunham de pouco apoio social. Menos visível, a violência psicológica na família apareceu frequentemente associada à baixa resiliência dos jovens por ela afetados, ou seja, a efeitos geradores de fragilidade.

Confirmando o impacto lesivo e pernicioso que estas modalidades de violências têm para o desenvolvimento dos jovens, vale citar também os estudos internacionais de Ralph Welsh (1978), autor da “Teoria do Cinturão e da Delinquência Juvenil”. Suas pesquisas colocam diretamente em cheque a cultura, ainda amplamente hegemônica,

baseada na crença da efetividade da punição física para a boa educação dos filhos. Ao sistematizar os atendimentos clínicos que oferecia a jovens infratores e seus pais, o autor percebeu ser estatisticamente irrelevante o número de casos de jovens reincidentes que não foram vítimas de severas surras com objetos contundentes e socos. Compartilhando os resultados de um estudo seu, que analisou 77 sentenças consecutivas de um tribunal juvenil norte-americano, o autor informa que de um total de 58 meninos que foram a julgamento, só não foram considerados “realmente delinquentes” os dois únicos que, na infância, não haviam sido submetidos à chamada Punição Parental Severa².

Welsh (1978), em seus estudos, cita outros pesquisadores que estabeleceram correlações entre a violência doméstica sofrida na infância, a agressividade e a inadequação social na vida adulta, afirmando ter identificado a paternagem punitiva - uso de varas ou cintos para punição física e frequente suspensão de privilégios - como o mais adequado indicador antecipado de comportamentos antissociais. Percebe-se assim a introjeção da violência nas relações familiares, como estratégia de comunicação e resolução de conflitos arraigados na sociedade.

Assis et al. (2004), aqui citada pela importância que tem para o presente trabalho, revela que, em contextos de relações intrafamiliares altamente complexas, um dos motivos que dificulta a percepção da violência doméstica e de suas consequências é que as mesmas não se restringem a um conjunto de ações objetivas, mas envolvem também representações sociais. Buscando aprofundar essa reflexão, o presente artigo busca identificar construções sociais relacionadas à violência em geral e à violência doméstica, que levam pais e mães a recorrer a práticas violentas com seus filhos, recorrendo para tal aos achados produzidos pela pesquisa “Violência social e relações de poder: crianças e adolescentes nos entreatos da violência doméstica”, de Sandra Monica da Silva (2005). Trata-se de uma dissertação de mestrado que defendemos na UFPA, baseada em entrevistas feitas com integrantes de 18 famílias que faziam parte de uma turma da “Escola da Família”, serviço para pais de crianças e adolescentes em

² Para Welsh (1978, p. 338) a Punição Parental Severa é definida como “[...] todo tipo de disciplinamento físico que envolve uma arma capaz de infligir ferimentos”. O conceito excluiu palmadas com a mão aberta, beliscões e semelhantes.



situação de risco pessoal e social, da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP).

Dos 18 responsáveis participantes, 17 eram mulheres, sendo importante destacar que sua representatividade quase absoluta no grupo, não se deu em função de escolha feita pela Escola da Família ou de critério deste estudo. Explica-se, porque das 18 famílias representadas, 14 eram chefiadas por mulheres, sendo estas, que assumiam a responsabilidade por seus filhos junto a FUNCAP. Pensamos, contudo, que o predomínio da participação de mulheres também seria constatado em um grupo integrado por famílias chefiadas por homens. As evidências mostram que quase sempre são as mães que mais se mobilizam no acompanhamento de filhos adolescentes que cometeram atos infracionais³.

Entre os dados que ajudaram a constituir o perfil do grupo, destaca-se: que a média etária é bastante elevada (36 a 73 anos de idade); que a maioria dos filhos está na faixa etária que as mães consideram ser a fase da rebeldia; a predominância é de mulheres chefes de domicílio; que todos seus integrantes sobrevivem do trabalho informal ou são beneficiários de programas de seguridade social; que com exceção de duas mulheres, todas as demais trabalham com a prestação de serviços domésticos; que é significativo o número daqueles que migraram do interior do estado para a capital; o grande número de filhos (biológicos ou não) que recebe cuidados dos integrantes do grupo; que a maioria quase absoluta dos adolescentes que cumprem MSE é homem. Todas as entrevistadas revelaram ter sido mães ainda muito jovens. De seus relatos, foi possível perceber que não tinham, na época, condições econômicas e emocionais para desempenhar as funções materna e paterna.

1 FAMÍLIAS, ADOLESCENTES E A VDCCA

No decorrer das entrevistas com este grupo, percebemos ser frequente a correlação entre a violência contra a mulher e a VDCCA. Identificamos algumas das razões subjetivas que levaram esses sujeitos ao uso de violência contra seus filhos. Entendemos que ao utilizar as punições físicas, humilhações e demais castigos, essas mães não se percebiam como agressivas. Seus intentos eram os melhores e sentiam-se

³ Por conta disso, a partir de agora, ao nos referir ao grupo de entrevistados, passaremos a falar de “as mães” e não mais de “os pais”, considerando incluído no grupo das mães o único pai participante do grupo.

legitimadas ao uso de violência para proteger seus filhos. (SILVA, 2005). Batiam e humilhavam seus filhos porque tinham medo e queriam impor obediência. Fragilizadas emocionalmente, por uma conjuntura de extrema pobreza, sentindo-se sozinhas, sem poio de uma rede de serviços e com a responsabilidade de cuidar e prover materialmente, estas mães usavam de violência contra seus filhos por temer as ameaças que vêm das ruas: o medo do aliciamento pelo crime; da dependência química e delinquência correlata, que muitas vezes pode levar a morte pela violência praticada pela polícia ou por traficantes. As mães falaram do medo que tinham de que as filhas engravidassem precocemente e abandonassem os estudos, repetindo o que aconteceu com elas próprias e perdendo a oportunidade de mudar seus destinos de pobreza. Batiam também para se proteger da possível ameaça que os filhos poderiam vir a constituir caso, ao crescer, passassem a fazer uso de violência contra suas próprias progenitoras. Batiam, finalmente, na esperança de evitar que os filhos fracassassem na vida. Das dezoito entrevistadas, quinze revelaram ter batido em seus filhos de forma leve ou contundente e todas reconheceram que, de alguma forma, seus filhos haviam sofrido agressões físicas e psicológicas praticadas por elas próprias, pelo outro conjugue, ou ainda, no caso dos filhos “agregados”, pelos pais biológicos. Como agravante, deram a perceber que, em suas famílias, era alto o grau de naturalização e transmissão geracional da violência doméstica. Comunicamos ainda, que utilizamos nomes fictícios para referenciar cada uma das entrevistadas.

1.1. Construções sociais destas famílias relacionadas à violência

Para refletir sobre as construções sociais relacionadas à violência entre mães e filhos, arraigadas na cultura destas famílias, buscamos na pesquisadora Cecília Minayo (1994) a relevância deste tema no campo das pesquisas sociais. Para a autora, as representações sociais se expressam em palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam e podem ser compreendidas a partir das estruturas e dos comportamentos sociais, mesmo quando estas representações sejam resultantes de pensamento fragmentado e de certo modo contraditório, com distintos níveis de clareza em relação à realidade. A realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movimentam, constroem sua vida e a explicam, mediante seu próprio saber.



Ao discorrer sobre suas representações da violência, as entrevistadas falaram de situações concretas com as quais se confrontam no cotidiano. O elenco de situações mencionadas é amplo e inclui exemplos de todas as categorias de violência. A categoria de violência mais alimentada foi a da Violência Física. As mães entrevistadas mencionaram situações que nela se enquadram, com exemplos concretos: o assalto; o espancamento, o “furar” o outro; os maus-tratos a mulher e filhos, as drogas e o matar o outro.

Outra categoria que apareceu com significativa frequência foi a da violência psicológica, que, segundo elas, dá-se através do constranger, do humilhar, do dizer palavras grosseiras ou palavrão, no modo de falar, no desrespeito ao outro, no tratar mal os idosos; no sentir vergonha do filho preso porque fez um assalto e ainda quando se discrimina a mulher por ela trabalhar numa atividade considerada de homem. Quatro das entrevistadas relacionam a “sensação do medo” da violência, quando se referiram ao medo do filho usar drogas, ser aliciado por bandidos, ser feito refém na rua, ser linchado. Para elas, viver com medo constante é ser vítima de violência.

Como as violências sofridas podem desencadear vários sentimentos, em especial, a violência de natureza psicológica perpassa as outras formas de abuso conforme discutido por Azevedo e Guerra (2002). Quatro mulheres falaram do medo do estupro.

Ainda em relação ao “abuso psicológico” três dos relatos apontam para o “desamor”. Este tipo de violência surge quando não se faz um esforço para compreender ou aceitar o outro, quando não se faz acordo ou ainda quando se desobedece aos pais. Com isso, as mães parecem estar fazendo referência ao autoritarismo, destacando-se que, apesar de se mostrarem sensíveis as desigualdades no exercício do poder, nenhuma entrevistada fez qualquer alusão à possibilidade de ter praticado, abuso de autoridade com seus filhos.

Três mães responderam lembrando um episódio de suas vidas, no qual uma das formas de violência seria a impunidade de agressores que usaram de violência contra elas ou seus filhos. No seu depoimento, Lígia falou de seu filho mais velho, arrimo de família. Ao completar nove meses no emprego, o rapaz sofreu um acidente de trabalho e ficou muito tempo hospitalizado. Os remédios prescritos pelos médicos, segundo ela, agravaram o seu problema, deixando-o paralisado. Depois de muita luta, foi que a justiça decidiu pela aposentadoria do filho. O recebimento de um salário mínimo, não resgata a

saúde perdida do jovem de 25 anos e Lígia identifica neste episódio uma história de violência praticada contra ambos.

Júlia mencionou como forma de violência sofrida, a insegurança que sua família sentia dentro de sua própria casa, por conta da presença constante de marginais que viviam em sua comunidade, que todos sabiam quem eram e onde estavam e só a polícia não encontrava. Um terceiro relato veio de Joana, que foi testemunha das ameaças e agressões físicas perpetradas por marginais do bairro contra seu filho. Quando o filho revidou a violência para se defender, ferindo o marginal com um gargalo de garrafa, a polícia que passava no local deu flagrante no adolescente e o prendeu. Segundo ela, depois que seu filho foi solto, estes mesmos marginais o esfaquearam deixando-o em estado grave. Apesar da denúncia encaminhada por ela e o filho às autoridades, nada aconteceu aos agressores.

Outros três relatos foram enquadrados na categoria da negligência como forma de violência praticada por meio do abandono (omissão) configurado no desamor, na indiferença, na falta de cuidados, em não aceitar o outro, como definem Azevedo e Guerra (2002). Ao nosso ver, a atitude negligente consciente se constitui em fonte e origem de todas as outras modalidades de violência doméstica direcionada contra as crianças. Um exemplo de negligência foi relatado por Pedro que, na vida conjunta com a ex-mulher, assumiu afetiva e financeiramente três crianças, sendo apenas o mais novo, seu filho biológico. Pedro falou de sua preocupação e cuidado com todos os três filhos, mas referiu-se também, com muita tranquilidade, a outros três filhos que gerou com outras mulheres e que nem chegou a conhecer.

Exemplo semelhante foi o de Joana que interpreta como violência o não reconhecimento da sua filha pelo pai – seu namorado na época - e também o abandono afetivo e material do genitor dos seus outros dois filhos.

Klaas Woortmann (1987, p. 75) em seu estudo sobre família, na Bahia, verificou que quando ocorre a separação do casal, em geral, é a mulher quem fica e assume todos os filhos, que continuam como sua família. Para o homem esta situação é inversa porque quando ele desfaz a união ou troca de parceira perde os filhos e a família que constituiu e, conseqüentemente, irá se inserir na família da próxima parceira. O que resulta em duas conseqüências: a autoridade sobre os filhos centraliza-se na mãe e os “(...) pais têm pouco haver com eles (...)”.

A violência enquanto abandono foi uma das questões que se apresentou mais forte e difusa, embora tenha se revelado concretamente, tanto do ponto de vista social quanto do familiar, não foi expressada nos relatos. Chamou à atenção, que apesar da precariedade econômica que torna vulnerável estas famílias, em cinco delas os adolescentes que cumprem MSE foram crianças agregadas (não formalmente adotadas) às famílias. Apenas uma entrevistada, falou em abandono quando relatou que pegou o filho para cuidar. Acreditamos que um dos motivos que levou os entrevistados ao não aprofundamento deste tema deve-se ao fato de que sete deles foram crianças que de alguma forma foram abandonadas. Quatro destas mulheres falaram que para sobreviver na infância foram empregadas domésticas.

Sobre a violência sexual, quatro das entrevistadas falaram desta violência, do medo do estupro, de saírem sozinhas à noite e de alguém violentá-las. Poucas foram as entrevistadas que se referiram à violência sexual. Nenhuma delas falou de qualquer forma de abuso sexual que pudesse ter acontecido na sua família ou outra família próxima.

Para Margarida, o desemprego dos homens e jovens, pais de família, seria causa de manifestações de violência, pois a falta de emprego para os pais faz com que se envolvam na marginalidade.

As falas e histórias destas mães revelam que para elas a violência é sempre algo que vem de fora, praticada por terceiros, que as afeta direta ou indiretamente. Apesar de assumir em certos momentos a autoria de práticas e gestos que, se submetidos às suas próprias definições ou às dos teóricos, poderiam ser qualificados como atos de violência, nenhuma das entrevistadas se reconheceu, em suas respostas, como autora de qualquer tipo de abuso. Em regra, não percebem seu potencial pessoal de agressividade e violência. Identificam no “outro”, não apenas o indivíduo estranho ao grupo doméstico, mas também seus próprios conjugues, como o protagonista da violência.

1.2. Como os pais percebem a violência contra a criança e o adolescente

Uma das perguntas visava obter respostas que permitissem aproximação com as representações sociais relacionadas ao conceito de violência doméstica e perceber se as entrevistadas faziam referência à violência praticada contra seus filhos.

Também aqui, a Violência Física apareceu como a forma de agressão que, no imaginário das entrevistadas, melhor simboliza o conceito de violência: quinze delas, ou

seja, a quase totalidade delas se referiram a casos de violência física contra a criança. Seus relatos expressaram muita indignação com as práticas de violência contra crianças e adolescentes, porque “[...] quem faz violência com criança é mais forte física e mentalmente, faz porque a criança é mais fraca”. Todas falaram da violência contra a criança a partir de cenas do seu cotidiano próximo.

A maioria (13) falou da violência que acontece na vida social, fora da família, praticada pelos vizinhos, pela polícia, pela sociedade e pelos marginais.

A violência sexual apareceu nas suas expressões mais chocantes e como ocorrências que aconteceram fora dos lares, “[...] Fazer sexo, matar uma criança de 3, 4 anos”. Apenas uma entrevistada relatou, reservadamente, um caso de incesto que chegou ao seu conhecimento. Se existe certa facilidade para falar dos abusos físicos e psicológicos, nota-se que o abuso sexual só é abordado pelas entrevistadas de forma velada.

As referências à violência que ocorre dentro dos lares foram feitas por apenas cinco integrantes do grupo. Uma das mulheres mencionou uma forma de violência que se poderia qualificar de Violência Material: “[...] é quando não se poder dar o que o filho pede”.

Foram quatro as entrevistadas que mencionaram casos de violência física registrados dentro de suas próprias casas, referindo-se à violência praticada pelos companheiros ou ex-companheiros. Nenhuma delas se identificou como autora de violência contra a criança. Também aqui, ficou patente a percepção de que a violência é algo que é praticado pelo outro, nunca por si próprio.

A discussão apontou para a necessidade de se aprofundar o conhecimento disponível sobre o limite que, para as entrevistadas, separa, nas relações familiares, a proteção e o cuidado, da agressão e da violência. Se alguns estudiosos entendem a VDCCA apenas em sua dimensão de maus-tratos visíveis e de ferimentos causados por omissões, tal qual definidos pelo modelo médicos, outros estudiosos, como Newell (1989) citado por Guerra (1998), são mais amplos na sua compreensão, abrangendo das palmadas às surras. E os últimos consideram as representações sociais da comunidade para definir o que seria violência.

Por outro lado, há de se considerar que os conceitos não podem ser apenas definidos pelos teóricos, por conta de sua natureza dinâmica e multifacetada, devem ser sensíveis também às vivências dos pais. (GONÇALVES, 2003). A partir das falas das



entrevistadas, tentamos perceber de que forma classificam a violência, não em função de suas diferentes categorias (psicológica, física, negligência, outras), mas sim em função de diferentes graus de intensidade ou gravidade de violência.

Numa referência feita a Welsh (1978) percebe-se que, nos Estados Unidos, a justiça, a criminologia e os profissionais da psicologia fazem a distinção entre atos de violência praticados com instrumentos (varas, cintos, fios elétricos e, também com os punhos fechados) e atos de violência praticados sem instrumentos. Os primeiros se enquadrariam na categoria da “Punição Parental Severa”. Golpes com a mão aberta, beliscões, puxões de orelha e outros seriam enquadrados em uma categoria menos violenta. Trata-se de uma lógica que permite fazer uma separação objetiva entre atos de violência de diferentes níveis de gravidade.

Percebe-se nos depoimentos que as entrevistadas não fazem esse tipo de diferença objetiva (bater com instrumento ou sem instrumento) quando distinguem entre punições físicas que consideram violentas e punições que não consideram violentas. Seus critérios de diferenciação são fluídos e subjetivos, mas várias das falas deixam claro que há uma grande diferença entre “bater e praticar violência”.

Sintetizando, poderia ser dito que os depoimentos apresentam critérios pouco precisos, ao explicar que ser violento é espancar a criança de forma desmedida, seja este ato perpetrado pelos pais ou responsáveis, ou seja, por outras pessoas. Predomina a ideia de que quando as mães recorrem a um bater um pouco mais brando para disciplinar a criança - especialmente quando quem bateu foi a própria informante – o fato não se constitui em ato violento.

Como avaliar se alguém é violento ou não? Como fazem as entrevistadas para perceber quando podem estar ultrapassando a linha divisória que separa o “bater” do “espancar?” As respostas obtidas revelaram a existência de um sistema de justificativas culturalmente aceitas e internalizadas pelos adultos, para diferenciar o bater que seria aceitável ou adequado, do bater que se constitui em violência.

Pedro explicou que quando ele bate não é violência, mas que quando é a mãe dos filhos quem bate, é violência. Pedro também dá a medida do que seria ou não violência quando diz que não se pratica violência “quando se bate no filho por merecimento”. Sílvia parece conectada a esta lógica, quando dá a intensidade do bater ao afirmar: “não assim batendo, matando a raiva, como se fosse um animal”. Em sua

fala, a existência ou não da raiva parece fazer a diferença entre “o bater socialmente aceito e viável” e aquilo que constituiria violência dos pais contra seus filhos.

Em alguns depoimentos as mães se indignaram porque, na atualidade, ao bater nos filhos, estes podem denunciá-las ao Conselho Tutelar. Justificam sua indignação dando a entender que estavam batendo, mas não espancando. A percepção da revolta destas mães quando admoestadas pelo CT é o fato de que uma instituição externa a família estar imbuída da função de proteger o “seu” filho das suas “maldades” enquanto mães. Esta interferência para algumas mães é vista como de apoio integral ao filho e diminuição de sua autoridade materna. A nosso ver, filhos que denunciam mães ao conselho revelam a estas mães que elas são violentas e as expõem, mexendo com seus brios de “boas mães”.

CONCLUSÃO

Este artigo adota como pressuposto a visão de pesquisadores para os quais a prática da chamada “educação punitiva”, profundamente enraizada e amplamente difundida na sociedade, independentemente de outros aspectos, pode ser um dos fatores que contribui para a delinquência adolescente sendo, portanto, socialmente e pedagogicamente contraindicada. Buscando produzir subsídios para o enfrentamento do problema, o texto analisa o produto de um conjunto de entrevistas feitas com um grupo de mulheres, mães de adolescentes infratores, intensamente afetado e envolvido com as duas facetas da questão: a incidência da violência doméstica em suas histórias e famílias e a delinquência de seus filhos. Foco prioritário da reflexão foi colocado nas representações e construções sociais relacionadas aos conceitos de: i) violência; ii) violência doméstica e iii) violência contra a criança e o adolescente.

Em síntese, o que se percebeu foi que as mulheres entrevistadas revelaram maior sensibilidade para a violência que vem e impera fora de casa, que para a violência doméstica com a qual poderiam estar diretamente envolvidas. Em nenhum de seus relatos se reconheceram como possíveis agressoras de seus filhos. Ao mesmo tempo em que se percebiam como vítimas da violência praticada por seus companheiros dentro de casa, não incluíam no conceito de práticas domésticas violentas, as modalidades de educação punitiva às quais recorriam nas interações com suas crianças. Construíam para si uma escala subjetiva e imprecisa de intensidade da violência praticada, para fazer a distinção entre “violência contra a criança” e “práticas educativas”. Se serviam dessa



escala para diferenciar o “bater” socialmente aceitável, do “espancar” ética e moralmente condenável.

Na perspectiva proposta por Cecília Minayo (1994), que enfatiza a importância das representações sociais construídas pelos diferentes atores envolvidos, o que percebemos foi que um profundo abismo separa as concepções de pesquisadores e agentes sociais que reconhecem na VDCCA uma cultura perniciosa e atuam com o objetivo de controlá-la, das representações sociais construídas pelo grupo de mães que participou da pesquisa. A nosso ver, neste caso, destacou-se como consistente a constatação de que dificilmente será possível conferir efetividade aos esforços de controle da VDCCA entre as famílias das mulheres entrevistadas, sem antes se trabalhar intensamente com o objetivo de estimular um movimento de aproximação recíproca desses dois universos de representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Simone et al.. Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Revista Panam Salud Publica Pan/Am Public Health**, 16 (1), 2004, p. 43-51.
- ASSIS, Simone et al.. A representação social do ser adolescente: um passo decisivo na promoção da saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, 2003, p. 669-680.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Infância e violência doméstica contra crianças e adolescentes**: módulos 1a/B, 2a/B, 3a/B, 4a/B, 5a/B, 6a/B, 7a/B e 8a/B. São Paulo: USP, 2002.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU: FAPERJ, 2003.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 3. ed., São Paulo: Cortez. 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, pt. 1, p. 89-111.
- SILVA, Sandra Monica da. Violência e relações de poder: crianças e adolescentes nos entreatos da violência doméstica. 2005. 191 f. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Federal do Pará, NAEA, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém PA. 2005.
- WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência, 2012 - crianças e adolescentes do Brasil**. 1. ed., Rio de Janeiro, CEBELA, FLACSO (Brasil), 2012.
- WELSH, Ralph S.. **Delinquency, corporal punishment, and the schools**. [S.l.: s.n.], 1978. Disponível em: <<http://www.nospank.net/welsh1.html>>. Acessado em 29 abri. 2005.
- WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.



O IDEB EM ALFENAS: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES DE COMPARAÇÕES

Marcelo Rodrigues Conceição¹

Samira Cristina Silva Pereira²

RESUMO

Esse trabalho apresenta os resultados parciais da análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básico (Ideb), das escolas estaduais e municipais que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º), na cidade de Alfenas. O índice é obtido por meio da multiplicação da média da taxa de aprovação das séries do respectivo nível de ensino pela nota padronizada que é calculada pelas médias de desempenho nas avaliações de português e matemática. As utilidades do Ideb, segundo o Inep (2018), estão relacionadas às possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, pois o índice é comparável nacionalmente e expressa, em valores, os resultados da aprendizagem e do fluxo educacional. O Ideb é divulgado em vários recortes: por estados e municípios, por rede administrativa a que pertence a escola (estadual, municipal), por escola e por nível escolar (ensino fundamental e ensino médio). O método de pesquisa se baseia no levantamento e na revisão de trabalhos que analisam o índice; nos resultados do Ideb entre os anos de 2009 e 2015, em que há dados para a maioria das escolas da cidade; e na elaboração de gráficos e tabelas, para mensurar os valores, analisando-os por meio de dois recortes: rede administrativa e localização geográfica em relação à distância das escolas da praça central da cidade: centrais até dois quilômetros; não-centrais entre dois e cinco quilômetros e rurais fora do centro urbano. Para a análise parcial foram consideradas apenas as escolas que apresentam resultados para todos os anos, 2009, 2011, 2013 e 2015, e que estão denominadas, de acordo com os recortes estabelecidos, em: cinco centrais (estaduais), duas não-centrais (municipais) e uma rural (municipal). Os

¹ Professor Associado do Instituto de Ciências humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG); Sociedade Industrial: processos e teorias sociais; marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br.

² Discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: samiracsp@outlook.com



resultados parciais ainda não permitem afirmar se há ou não diferenças entre os resultados das escolas em relação à rede administrativa e à localização. A bibliografia sobre o tema, especialmente Amaral e Belo (2013), tecem críticas sobre o antagonismo entre a universalização da educação básica, as taxas de repetência e a baixa proficiência obtida por estudantes em exames padronizados em nível nacional, destacando a contradição existente entre o aumento do número de estudantes e o baixo aproveitamento nas avaliações, como um problema histórico. Não se pode esquecer o impacto que aspectos qualitativos acerca da organização da escola (infraestrutura, corpo administrativo e docente e gestão) têm nesses resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Ideb. Educação básica. Avaliação. Estatísticas Escolares. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O Ideb, conforme o Inep (2011), se trata de um índice baseado nos fluxos de rendimento, média dos resultados das avaliações escolares, e no fluxo escolar que são as taxas de aprovação de cada série, nos ciclos e níveis de ensino da educação básica: anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º); anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) e ensino médio (1º ao 3º). Basicamente a fórmula utilizada para se obter o Ideb é: $P * N$, em que P é o indicador de rendimento: média da taxa de aprovação das séries do respectivo nível de ensino; e N é a nota padronizada calculada pelas médias de desempenho nas avaliações de português e matemática.

As avaliações são utilizadas em duas segmentações: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para as unidades da federação e para o país; e a Prova Brasil para os municípios. O Ideb é calculado e divulgado em vários recortes: por estados e municípios, por rede a que pertence a escola (federal, estadual, municipal), por escola e por nível escolar (ensino fundamental e ensino médio). O ensino fundamental, no que se refere ao tempo de duração, é de nove anos e conta com dois níveis: os anos iniciais, em que as avaliações ocorrem no 4º e 5º anos, e os anos finais com avaliações no 8º e 9º ano. Já no ensino médio, as avaliações ocorrem no 3º ano e o cálculo do Ideb é feito por amostragem, concentrando-se apenas nos índices do país e dos estados.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Através do diagnóstico obtido, passam a ser norteadas as ações políticas que pretendem aperfeiçoar o sistema educacional, em conformidade com Ronca (2013). Detectando, assim, as baixas performances acerca do rendimento e proficiência, monitorando a evolução dos alunos.

Ronca (2013) ainda expõe que as avaliações do sistema básico de educação começaram a ganhar espaço por volta do ano de 1988. Nesse período, tais exames passaram a ser aplicados de forma padronizada, utilizados de maneira amostral. Sendo, dessa maneira, formulada uma sistemática instaurando a avaliação em larga escala, bianuais, de caráter universal.

A partir disso, os conceitos de responsabilização e mobilização social começam a ser integrados nas avaliações, de acordo com Ronca (2013). Além disso, os dados obtidos por meio dessas, passaram a ser amplamente divulgados, com grande exposição em veículos de comunicação externos e também em sistemas internos. Gerando também, diversas políticas públicas visando melhorias na educação.

Devido ao Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, conforme o autor, alterações foram estipuladas, onde as avaliações eram feitas pelos alunos ao invés das escolas. Assim, os dados obtidos integram a construção de indicadores que poderiam dessa forma, contribuir para a qualidade da educação básica. Onde, tais indicadores procuram explicar aspectos a respeito da realidade educacional do nosso país. Corroborando, além disso, para que o poder público monitore e elabore políticas públicas educacionais.

O autor afirma que o Ideb é, sem dúvidas, o indicador educacional de maior repercussão em meio a sociedade brasileira. O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica propõe a sistematização de informações através dos resultados obtidos nas avaliações. A partir da combinação de fatores e por meio da pontuação média, são calculadas as taxas médias de aprovação, fluxo de presença, visando melhorias no ensino e aprendizado na educação básica. Tais “dados fundamentais para o planejamento das políticas públicas são coletados pelos questionários da Prova Brasil. Os censos da educação básica e da educação superior reúnem relevantes informações para os gestores e pesquisadores” (RONCA, 2013, p. 79).

Ao tomar como base os dados levantados pelos Ideb, foram construídas tabelas. Essas foram análises de modo comparativo, assim, efetuando análises descritivas em dois



recortes: o administrativo indicando ser a escola estadual ou municipal e o geográfico que se refere à distância das escolas em relação ao centro da cidade de Alfenas-MG.

1 DESENVOLVIMENTO

Romualdo Portela de Oliveira em seu artigo “*A utilização de indicadores de qualidade na unidade escolar ou porque o IDEB é insuficiente*” (2013), tem como objetivo discutir os alcances e os limites do Ideb. Também, as possibilidades da utilização desse na gestão da política educacional e nos planos de trabalhos adotados pelas escolas. Dessa forma, contribui para organização, planejamento e avaliação do desenvolvimento escolar. Portanto, promovendo a ampliação da educação que é direito de todos os cidadãos.

Ao introduzir a temática, o autor apresenta o conceito de avaliação. Segundo ele, “consiste em um processo mais amplo que pode tomar a *medida* como uma de suas dimensões, mas se associa à elaboração de juízos de valores sobre a medida e a proposição de ações a partir dela” (OLIVEIRA, 2013, 88).

Oliveira (2013) ainda expõe que os gestores do sistema educacional nada fizeram com suas medidas. Além do mais, não investiram em um processo de avaliação mais amplo. Uma vez que as testagens não são abordadas na sua potencialidade total de progressão, e sim utilizadas para melhoras a curto prazo. O autor sustenta ainda que o Ideb desconsidera as condições econômicas que estão ocorrendo durante o processo educativo, bem como, aspectos culturais e materiais dos alunos e das escolas que participaram.

Outro ponto criticado, é a aprovação artificialmente alta, visto que nem todos os alunos matriculados realizam a prova. Sendo assim, um mecanismo para burlar o sistema, assim os alunos que se sabem que terão mal desempenho são estimulados a faltar.

Por outro lado, o autor expõe que ocorram melhorias nos últimos anos. Sendo possível notar a redução da exclusão escolar por reprovação. No entanto, somente isso ainda é pouco a ser feito. E uma das metas propostas para universalização da educação é a busca por garantias de igualdade de aprendizado.

Afim de garantir isso, o autor assinala que ações que proponham melhores condições do ensino devem ser cobradas. E ainda fornece alguns exemplos de estratégias



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

que poderiam ser realizadas promovendo uma educação pública mais satisfatória: número adequado de alunos por sala de aula, professores que recebam salários dignos e formações adequadas, além tempo extraclasse para que os alunos trabalhem em suas dificuldades.

Oliveira (2013) afirma que um indicador de educação deve ser objetivo, simples e capaz de expressar concepção de educação defensável. Seria função do poder público fornecer isso, garantindo educação de qualidade, garantindo o bom funcionamento das escolas. Considerando também avaliar outras disciplinas visto que é restrito as disciplinas de matemática e português.

Por fim, o autor procura expor as duas faces do Ideb, mostrando a insuficiência do Ideb, como um indicador inábil de qualidade de educação. E reconhece que a "prática educacional tem elementos que são valores a serem defendidos independente de aumentarem resultados em provas, por exemplo, a educação para a democracia, para a tolerância" (OLIVEIRA, 2013, p. 97). Sendo necessários para educação independente de resultados de provas. Sugerindo ainda como opção, a escola aberta as opiniões de pais e alunos em sua gestão, promovendo a interação entre esses, visando ponto de vista sistêmico, priorizando o diálogo.

Nelson Amaral e Fernanda Belo (2013), no texto *"Ideb da Escola: A aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal?"* questionam como é realizado o "ranqueamento" entre as escolas das redes municipais e estaduais, a partir dos resultados obtidos através do Ideb.

Devido à importância desses indicies e resultados adquiridos por meio do Ideb, torna-se indispensável propor questionamentos acerca desse. Dessa forma, os autores discutem que a educação não apenas como termos numéricos, visando abordar ações efetivas para aprendizagem dos alunos. Assim, "questionar a utilização dos resultados do IDEB pelas escolas públicas buscando indicar algumas discussões que o uso desse índice tem suscitado no tocante à organização da educação básica de qualidade" ((BELO. AMARAL, 2013, p.341).

Os autores afirmam há uma necessidade de estabelecer padrões e critérios, afim de monitorar o sistema de ensino brasileiro. Sendo, possível consolidar o uso de indicadores, medindo os programas de educação em relação, as metes e resultados fixados nacionalmente. Não obstante, os autores alertam para um problema "o estabelecimento



de metas para a educação evidencia um problema histórico: a universalização da educação básica versus as altas taxas de repetência, evasão escolar e baixa proficiência obtidas por estudantes em exames padronizados em nível nacional” (BELO; AMARAL, 2013, p.343).

Os autores afirmam que cada aluno e cada escola exerce influência sob as políticas municipais numa tentativa de resolver problemas escolares. Os mesmos ressaltam um “estrangulamento” – expressão utilizada pelos autores – que corresponde aos equívocos políticos do governo. Sendo necessário problematizar a gestão pública em relação aos recursos na educação pública, essa que vem mostrando também um péssimo desempenho. Outro ponto apontado como falha pelos autores, é que a seleção de alunos com melhores desempenho para avaliação nacional, mesclando o resultado geral. Para além disso, os autores mostram que alguma dessas escolas com bons resultados expõem em suas fachadas tais resultados, mas é não a melhorias nas condições precárias mesmo das escolas que obtém resultados aceitáveis.

Após apontarem diversas falhas, os autores afirmam, que é necessário repensar a educação básica desde a formação inicial, perpassando pelos professores, investimentos em infraestrutura das escolas, avaliações para o melhor acompanhamento do ensino no que diz respeito a aprendizagem. Para isso seria preciso ampliação de verbas no âmbito da educação. Além disso, voltar mais atenção aos alunos e a evasão do ensino médio.

Por fim, vale ressaltar de acordo com os autores as defasagens do Ideb. Enfatizando que os alunos aprendem pouco, e não apresentam dados satisfatórios quando realizam as avaliações. Dessa forma, fica nítida a qualidade precária de ensino, gerando problemas como médias baixas, dificuldade de aprendizagem, repetência e evasão escolar. Ademais, diversos pontos devem ser revistos, como as condições sociais dos professores e dos alunos, além das informações a respeito da gestão escolar e da organização dos sistemas de ensino dessas localidades. Outro ponto a ser revisto é o ranqueamento realizado a partir das notas do Ideb, que prejudica a universalização da educação de qualidade, visto que não condiz com a realidade do cotidiano das escolas e da organização educacional do Brasil.

Luana Costa Almeida, Adilson Dalben e Luiz Carlos Freitas em seu texto intitulado “*O IDEB: Limites e Ilusões de uma política educacional*” (2013), também



apontam diversas limitações nas avaliações externas e nos resultados obtidos a partir dessas. Assinalando a cultura escolar composta a partir dessas que se mostram inúmeras vezes controversia.

No entanto, o interesse por essas formas avaliativas vem sendo expandidas por todo mundo, os autores afirmam isso com base nas pesquisas em mais de 50 países de Kellaghan e Greaney (1996). Esses também mencionam o exemplo dos EUA, que de acordo com tais pesquisas, tornou-se o mais promissor em relação a essas avaliações externas.

Ademais, Almeida, Dalben e Freitas (2013) realizam o esforço de problematizar a eficácia do Ideb, considerando que não condiz com o retrato da qualidade das instituições. E também questionar a capacidade de aferir a qualidade da educação nas escolas, visto que essa deixa de fora diversos caracteres importantes a serem analisados como o nível socioeconômico (NSE), sendo assim estabelecendo um processo sujei a erros e análises equivocadas.

Atentando para as desigualdades sociais, os autores expõem as mesmas interferem no desempenho escolar e conseqüentemente o trabalho a ser desempenhado nas instituições escolares. Pensando no aspecto econômico e cultural, os mesmos apresentam tabelas, apontando que escolas de redes privadas apresentam melhores desempenho. Já que, o NSE influencia e é uma variável relevante, evidenciando incoerência, de processos meritocráticos que o desprezam.

Dessa forma, os autores sugerem a inserção do NSE nas avaliações externas, como o Ideb. Mas apontam que isso não significa o encerramento dos problemas, tendo em vista, que essa não é a única falha dentro do índice, onde diversos fatores externos ainda podem exercer influência acerca dos resultados obtidos.

Para além de que há uma limitação nos próprios instrumentos de coletas de dados, tanto de proficiência ou até mesmo do NSE, destacando problemas metodológicos inerentes. Isso pode ocorrer devido dois fatores, de acordo com os autores, erro amostral (devido a definição da amostra que irá responder aos questionários) e erro não amostral (problemas com os itens dos questionários).

Cláudia Cristina Rios Caxias Costa em seu texto “*O IDEB como indicador da qualidade da educação brasileira: O caso da Região Sudeste*” (2010) expõe que na região



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

sudeste os índices foram mais altos que as médias das outras regiões, ultrapassando até mesmo as metas propostas para 2022. Talvez pela econômica ou qualidade de vida da população, tenha conseguido alcançar um maior destaque em relação outras regiões brasileiras.

Ademais, vale ressaltar que a lógica preestabelecida para obtenção da média 6,0 no ano de 2022, é “base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional” (COSTA, 2010, p.9).

A autora aponta ainda que na região sudeste podemos encontrar o maior número de municípios. E mesmo assim é possível encontrar nessa região os mais altos índices do Ideb por três edições em 2007, 2009 e 2011. “Dados do MEC denotaram que em 2007, por exemplo, as redes municipais da região tiveram 38 dos 51 municípios do país com Ideb acima de 6 pontos na quarta série do ensino fundamental e 35 municípios com índice acima de 5 pontos na oitava série do ensino fundamental” (COSTA, 2010, p.6).

Por fim, compreende-se o Ideb como um “termômetro da qualidade” – expressão utilizada pela autora – da educação básica no país. Onde, seus objetivos e metas a serem cumpridos, bem como a metodologia, devem ser expostos de forma mais clara, compreensível. Propondo estratégias para melhorar a qualidade do ensino também a longo prazo. Visando, dessa forma, sanar as falhas ao invés de apontar culpados pelo mal desempenho, buscando implementar melhorias.

O método de pesquisa se baseia no levantamento dos resultados entre os anos de 2009 e 2015, em que há dados para a maioria das escolas da cidade de Alfenas-MG, disponíveis no sítio do Inep. A partir desses dados são construídos tabelas e efetuadas análises descritivas e comparativas. Além disso, é tomado como aporte a revisão bibliográfica, visando compreender a fundo tal índice abordado no texto.

Assim, foram realizadas análises comparativas. Essas foram construídas através de dois recortes: o administrativo indicando ser a escola estadual ou municipal e o geográfico que se refere à distância das escolas em relação ao centro da cidade. Estabeleceu-se que as escolas urbanas que ficam até 1,5 quilômetros foram consideradas



centrais e as demais não-centrais. Também há uma escola rural que ficam a pelo menos 15 quilômetros do centro, conforme tabela abaixo.

Tais operações exigiram, para as análises das tabelas e dos gráficos, a criação de uma legenda que definisse a situação da escola, sendo composta pela ordenação delas em que a primeira letra segue uma ordem alfabética, na sequência se denomina E para estadual e N para municipal, depois C para central, NC para não central e R para rural, conforme é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 1. Distância do centro da cidade de Alfenas – MG

Legenda	Distância do Centro
AENC	3,3 km
BEC	850 m
CENC	3,2 km
DEC	700 m
EEC	1,3 km
FENC	2,3 km
GEC	450 m
HEC	850 m
IEC	700 m
JEC	1,1 km
KEC	600 m
LMNC	3,2 km
MMR	74Km
NMR	8,1 Km
OMR	15Km
PMNC	3,2Km
QMC	2,4 km
RMC	1,1 km
SMC	0,9Km

Fonte: Elaborada com base nas informações do Google Maps

As informações acima revelam haver uma divisão entre as esferas já que as escolas municipais são não centrais. Destaca-se que há três escolas estaduais centrais que não tiveram resultados para o todos os anos do recorte da pesquisa, mas todas as escolas municipais estão distantes da região central e uma é rural.

Objetivo desse trabalho é contribuir com informações para o poder público em geral e permitir reflexões no campo da sociologia da educação sobre avaliação da educação, diversidade entre os perfis das escolas e, conseqüentemente, influência dessas



características nos resultados do Ideb. Visando tal proposta, foram construídas tabelas acerca do nível socioeconômico:

Tabela 2. Nível Socioeconômico das escolas municipais e estaduais da cidade

Legenda	NSE	Media INSE
AENC	Médio	48,16
BEC	Médio Alto	52,96
CENC	Médio	48,92
DEC	Médio	48,49
EEC	Médio	47,76
FENC	Médio Alto	53,17
GEC	Alto	55,04
HEC	Alto	55,14
IEC	Médio Alto	49,94
JEC	Médio Alto	51,54
KEC	Alto	51,03
LMNC	Médio Alto	50,32
MMR	Médio	46,65
NMR	Médio	48,93
OMR	Médio Alto	49,91
PMNC	Médio Alto	50,37
QMC	Alto	52,96
RMC	Alto	59,96
SMC	Médio	49,04

Fonte: Elaborada com base nos dados do Ideb

CONCLUSÃO

Por fim, as conclusões obtidas parcialmente ressaltam a necessidade de se compreender o Ideb, visto sua importância para a educação básica em nosso país. Afim, de promover melhoras é valido atentar para as médias baixas que estão sendo obtidas por meio da prova português e matemática. Onde os índices não se apresentam satisfatórios. Sendo imprescindível, repensar os métodos de avaliações externas, pensando em futuras melhorias em nosso sistema de ensino. Visto que os dados diversas vezes não condizem com a realidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson; BELO, Fernanda. Ideb da escola: a aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal? **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 2, n.2, p. 339-353, jul./dez. 2013.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos. O IDEB: Limites e Ilusões de uma política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 23 de Abril de 2007. **Implementação do plano de metas compromisso todos pela educação**. Brasília, DF, abr 2007.

COSTA, Cláudia Cristina Rios Caxias. O IDEB como indicador da qualidade da educação brasileira: O caso da Região Sudeste. **Revista Exacta**. Vol. Vol. 3 N.º 2 (2010)

INEP. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**: metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018

_____. **Ideb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portaal-ideb>>. Acessado em 15 meio. 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A utilização de indicadores de qualidade na unidade escolar ou porque o IDEB é insuficiente. In: BAUER, Adriana; GATTI. Bernadete A. (Orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. **Florianópolis: Insular**, 2013. p. 81-100.

RONCA, Antônio Carlos Caruso. Avaliação da educação básica seus limites e possibilidades. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 77-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticas do Ideb. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul.-set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 4. ESTADO E SOCIEDADE



**MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA EM BELO HORIZONTE-MG (1985
– 1995): ANÁLISE DE SUA DINÂMICA INTERNA A PARTIR DE UMA
ABORDAGEM RELACIONAL**

Alexandre Silva Nogueira¹

RESUMO

A literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva tem demonstrado que o sucesso desses fenômenos está ligado a elementos como a confiança entre os atores, as dinâmicas de reconhecimento e status, a disposição para colaborar e a mecanismos de “controle social” (Ostrom, 1990; Lazega, 2001). O presente trabalho analisa a dinâmica relacional de um movimento social, o Movimento de Luta por Moradia em Belo Horizonte-MG, entre os anos 1985 e 1995, focando nas dimensões citadas acima, quais sejam: a dimensão do reconhecimento/status, da colaboração, da confiança e do controle social lateral. Os dados para as análises foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas e levantamentos sociométricos realizados com 16 lideranças do movimento, permitindo, ao fim e ao cabo, a construção de quatro redes sociais, uma para cada um das dimensões citadas. Usando-se da técnica de Análise de Redes Sociais e de uma análise das biografias das lideranças, pôde-se demonstrar (I) que existia uma forte hierarquia de status entre essas lideranças, de forma que um grupo similar de lideranças ocupava as posições centrais nas redes de reconhecimento, colaboração e confiança. Também se descobriu que (II) o controle social lateral era exercido de maneira mais proeminente por certos atores e que (III) esses atores não estavam imunes às dinâmicas de controle social. (IV) Os resultados apontam também para a existência de uma “elite de lideranças” que tanto eram os maiores encarregados por “guardar a ação coletiva” no movimento, como também eram aqueles com maior status nas redes de troca envolvendo reconhecimento, colaboração e confiança. (V) Ademais, as análises da biografia e da atuação das principais lideranças mostraram a importância de suas

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. Membro do GIARS (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais). E-mail: alexandresilvanogueira@hotmail.com.



trajetórias relacionais para a compreensão de seu posicionamento na estrutura relacional do movimento. (VI) No nível agregado, as análises permitiram entender mais sobre como as diversas organizações, federações e associações de bairro se encontravam integradas dentro do processo de luta por moradia na cidade de Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social. Análise de Redes Sociais. Controle Social. Status. Confiança.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre movimentos sociais tem mostrado que a análise dos processos de troca internos aos movimentos é fundamental para se entender suas dinâmicas de funcionamento (Diani, 2002). Segundo Diani (2002), a existência mesma de um movimento social está estreitamente ligada ao surgimento de redes de trocas informais entre atores engajados em uma mesma luta política. Em suas palavras, um movimento pode ser definido como "redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural tendo como base uma identidade coletiva compartilhada" (Diani, 2002, p.301).

Assim, enquanto redes de interação, os movimentos são atravessados por diversos processos de troca. Relações de colaboração, laços de confiança e dinâmicas de controle social exemplificam os diferentes tipos de troca que podem existir no interior de um movimento social. Esses processos, segundo alguns autores (Ostrom, 1990; Lazega, 2001), são indispensáveis para o sucesso de variadas dinâmicas de ação coletiva, o que, certamente, inclui os movimentos sociais. O engajamento em uma ação coletiva é mais provável quando, por exemplo, os atores têm confiança entre si (Ostrom, 1990); e as chances de sucesso de um episódio de ação coletiva são maiores quando os atores estabelecem entre eles laços de "controle social" como um antídoto contra possíveis comportamentos oportunistas (Ostrom, 1990; Lazega, 2001). Da mesma forma, a troca de recursos valiosos e os laços de reconhecimento entre ativistas ajudam a viabilizar os processos de mobilização coletiva.

Com base nisso, buscamos aqui entender a constituição interna de um movimento social a partir da análise de algumas de suas dinâmicas relacionais mais



fundamentais, quais sejam: os laços de reconhecimento/status, de colaboração, de confiança e de “controle social lateral” existentes entre seus membros. Esta última dinâmica relacional, o “controle social lateral”, diz respeito a um tipo de controle social que se dá entre pares, de maneira informal e que é determinado por fatores diversos, como a disputa por status, os nichos organizacionais e as interdependências entre os atores (Lazega, 2001).

O objetivo deste trabalho é entender como um movimento – o Movimento de Luta por Moradia de Belo Horizonte-MG (1985-1995) - se estrutura em termos dessas quatro dinâmicas relacionais. Mais especificamente, o objetivo é: primeiro, entender como interagem os diversos grupos e organizações que compunham o movimento; e, segundo, analisar possíveis hierarquias e desigualdades no que tange aos processos de troca existentes no interior do movimento. Um diferencial de nossa análise é que ela, diversamente de outros trabalhos (Diani, 1995), não se debruça sobre as estruturas de interação entre as organizações que compõem um movimento, mas, antes, sobre as trocas existentes entre os indivíduos que compõem este movimento. Ou seja, construímos aqui redes de lideranças individuais e não redes de “organizações de movimento”.

As redes foram construídas a partir de entrevistas semiestruturadas e levantamentos sociométricos realizados com 16 lideranças do movimento. O universo de lideranças analisado foi estabelecido a partir de uma técnica de bola de neve, na qual se aplicou a algumas lideranças iniciais uma questão que pretendia captar o nome de outras lideranças importantes do movimento. Ao final e ao cabo chegou-se ao número de 45 lideranças. Como nem todas essas lideranças estavam vivas ou acessíveis no momento da pesquisa, apenas 16 delas foram entrevistadas. Os “questionários sociométricos” continham uma questão para cada uma das dinâmicas relacionais em análise. As perguntas (ou “geradores de nomes”) do questionário captavam se o entrevistado tinha uma relação de confiança, de colaboração ou de reconhecimento com cada uma das outras 44 lideranças da lista. A ideia aqui era a construção de “redes completas”, nas quais se vê as relações de todos os atores com todos os demais atores. No caso da rede de “controle social lateral”, o procedimento foi um pouco diferente. Construiu-se o que se costuma chamar de “*cognitive social structure*” – estrutura



social cognitiva – (Krackhardt, 1987), uma estrutura em rede que é montada a partir das impressões que um ator tem de como se dá as relações entre os demais atores do universo analisado. Para saber mais sobre a coleta dos dados, ver Nogueira (2016).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CASO DE ANÁLISE

O movimento de luta por moradia de Belo Horizonte - MG (1985-1995) envolveu uma série de associações de moradores, “núcleos de sem-casa” e organizações aglutinadoras, em um processo de disputas, enfrentamentos, diálogos e acordos com atores inseridos no Estado, com variações ao longo do tempo, a depender do momento político e do perfil desses atores. Os grupos organizados que compunham o movimento tinham interesses e repertórios de ação variados entre si; variavam também os enquadramentos interpretativos que cada grupo fazia da luta por moradia. Mas isso não impediu que eles desenvolvessem alianças e articulações em busca de objetivos comuns.

A expansão da luta por moradia em Belo Horizonte, no período aqui analisado, teve início com a rearticulação do movimento de favelados, o que aconteceu em torno de 1975, através das ações da UTP e da Pastoral de Favelas. Depois, no início dos anos 80, começou a ganhar corpo a luta dos ‘sem-casa’. A expansão dessas duas tendências da luta por moradia se encontrava ligada a diversos fatores. De 1975 em diante ocorreu um grande crescimento do associativismo comunitário em BH. Esse crescimento estava, em grande parte, ligado à atuação do movimento de favelados, na figura da UTP e da Pastoral de Favelas. Nessa mesma época a população de Belo Horizonte sofria os efeitos das fortes chuvas ocorridas em 78 e 79. As chuvas continuaram a ser um grande problema para os moradores de periferia no início dos anos 80, dada as condições precárias em que os mesmos viviam. Às tragédias provocadas pelas chuvas somava-se a atuação repressiva do órgão municipal de habitação, a Chisbel (Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte). Tudo isso contribuindo para a criação de associações e grupos que reivindicavam moradia para os desabrigados por conta da chuva e aos desalojados pela prefeitura. Ademais, no nível estadual, algumas políticas públicas promoveram o associativismo nos bairros, como no caso do PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades) (Somarriba, 1996; Nogueira, 2016; Afonso & Azevedo, 1987).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Nos anos 80 ganhou força a luta da população de sem-casa, enquanto o movimento de favelados se enfraqueceu. Mas muitas das lideranças do movimento de favelados participaram também da luta empreendida pelos grupos de sem-casa. Em 1983 foi criada a FAMOBH (Associações de Moradores de Bairros e Vilas de Belo Horizonte). Em 1985 surgiu a AMABEL (Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte). Até o final da década essas duas entidades comandaram as principais manifestações de luta por moradia na cidade. Muitos bairros foram criados nesse período como efeito dessa luta. FAMOBH e AMABEL tinham maneiras diferentes de atuar e em alguns momentos delinearam certa rivalidade. Ambas as organizações tinham um caráter agregador e representativo dentro da luta por moradia. Elas promoveram a criação de muitas associações de bairro e ‘núcleos de sem-casa’. A FAMOBH tinha um repertório de ação de maior enfrentamento ao Estado, enquanto a AMABEL, em determinados momentos, teve uma atuação de maior diálogo com as autoridades estatais. No entanto, essa caracterização é relativa, na medida em que houve muitas mudanças ao longo desse período na forma como essas organizações se relacionavam com o Estado e entre si (Nogueira, 2016).

Nos anos 90 o movimento continuou forte, promovendo ocupações e outras formas de protesto. As ocupações tiveram um ligeiro enfraquecimento após o início da gestão “Frente BH Popular”, do prefeito Patrus Ananias (1993 – 1996), político ligado ao PT (Partido dos Trabalhadores), que realizou um governo de caráter mais participativo. Nessa mesma época, a ala do movimento mais ligada à Igreja Católica ganhou importância, sendo criada a “Central de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte” (CASA) (Nogueira, 2016).

A partir de 1993 as organizações, núcleos de sem-casa e associações de moradores envolvidos com a luta por moradia começaram a participar das discussões para construção de uma política municipal de habitação de cunho mais participativo. Nesse momento, algumas lideranças, advindas principalmente da FAMOBH, foram convidadas para assumir cargos diretivos dentro da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), agência municipal responsável pela área de habitação (Nogueira, 2016). Com a construção da Política Municipal de Habitação o movimento passou a



fazer suas reivindicações precipuamente a partir das instâncias de participação popular - Orçamento Participativo (OP), Orçamento Participativo da Habitação (OPH), Conselho Municipal de Habitação (CMH), Conferências Municipais de Habitação (Ramos, 2013). Isso marcou uma nova fase na história do movimento, com diminuição significativa no número de ocupações realizadas. Tais mudanças na maneira de atuar do movimento demarcam o período final de tempo abordado pelo presente trabalho, de forma que as redes de lideranças analisadas abaixo cobrem o intervalo de tempo que vai de 1985 a 1995.

ANÁLISE DAS REDES

Estrutura geral das redes do movimento

Um primeiro ponto a ser destacado é que as quatro redes - ver figuras 1, 2, 3 e 4 – geradas a partir do levantamento sociométrico se encontram totalmente integradas em um único componente². Quer dizer, não há nenhum grupo de lideranças isolado. Dois efeitos imediatos deste fato para a dinâmica de funcionamento do movimento podem ser destacados. Primeiro, uma maior facilidade na circulação de recursos e informações entre as lideranças e organizações do movimento; e, segundo, a maior capacidade de mobilização conjunta frente a um interesse comum. De fato, os dados das entrevistas com as lideranças mostram que, apesar da existência de rivalidades e diferenças na forma de atuar dos grupos e organizações do movimento, existiram muitos momentos em que esses diferentes grupos se uniram ou colaboraram entre si – durante ocupações de terreno, por exemplo.

Ainda sobre a integração das redes do movimento, é importante pontuar que tais redes são formadas pela elite do movimento, ou seja, por pessoas que eram bastante conhecidas na cidade pelo seu envolvimento na luta por moradia. Isso, somado ao fato de que as lideranças atuavam em uma mesma cidade, aumentava a chance desses atores se reconhecerem e estabelecerem relações entre si. Entretanto, a completa integração das redes na forma de um único componente não indica somente que elas eram

² Com exceção da rede de colaboração, na qual aparecem três nodos desligados do componente principal.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

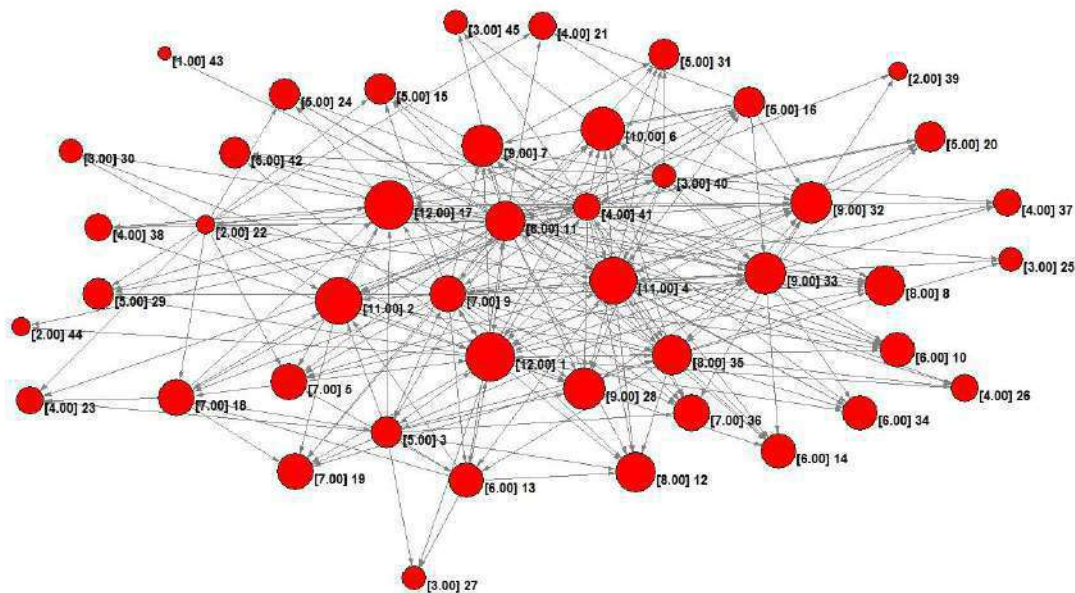
formadas por lideranças bastante reconhecidas, mas também que o movimento tendia a estar integrado apesar das diferenças de interesse e de projetos existentes entre as diversas organizações e grupos que compunham o mesmo. Como dito, o movimento de luta por moradia era formado por centenas de núcleos de sem-casa e por organizações aglutinadoras, que representavam os núcleos e outros grupos e organizações menores da cidade. As maiores organizações aglutinadoras, no período pesquisado, eram a FAMOBH, a AMABEL, a UTP e a CASA. As duas primeiras tiveram momentos de maior acirramento, mas também se uniram em defesa de causas comuns. Durante algum tempo, principalmente no final dos anos 80, existiu entre as duas organizações uma diferença marcante quanto ao tipo de repertório usado na luta por moradia. A FAMOBH tinha um estilo de atuação que, em vários momentos, era voltado para o enfrentamento do Estado, o que se materializava, principalmente, na ocupação de terrenos pela cidade. Já a AMABEL teve, nesse período, uma atuação que era mais voltada para o diálogo e a negociação com autoridades do Estado, como forma de conquistar terrenos e casas para os membros do movimento. Todavia, o que as redes mostram é que essa diferença nos estilos de atuação não era impedimento para a existência de relações de confiança, de colaboração, de reconhecimento e “controle social lateral” entre as lideranças dessas organizações.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

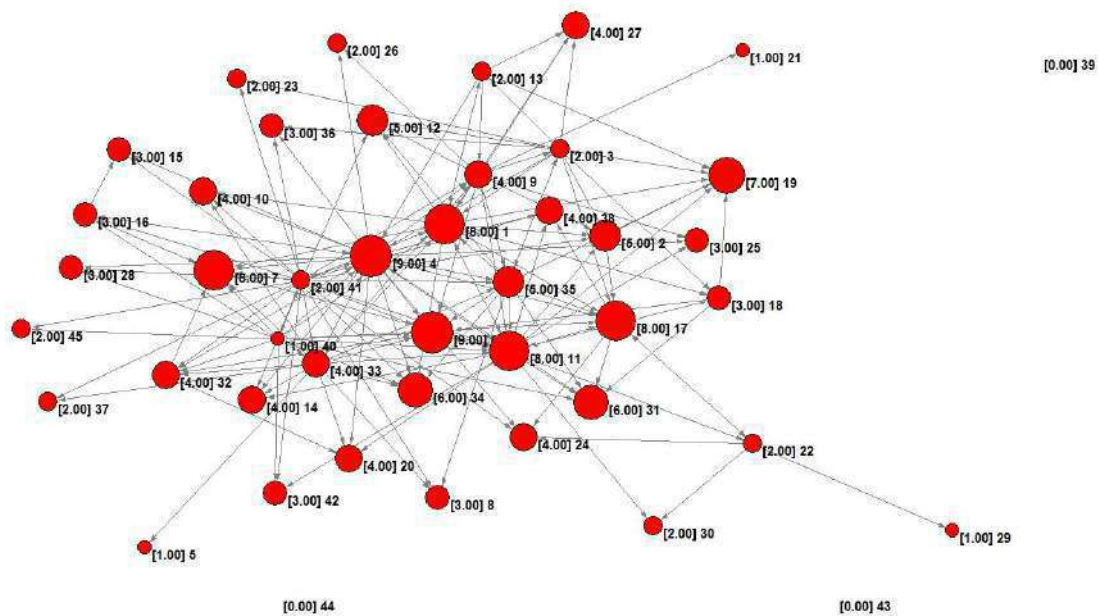
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Figura 1 - Rede de status:



Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

Figura 2 - Rede de colaboração:



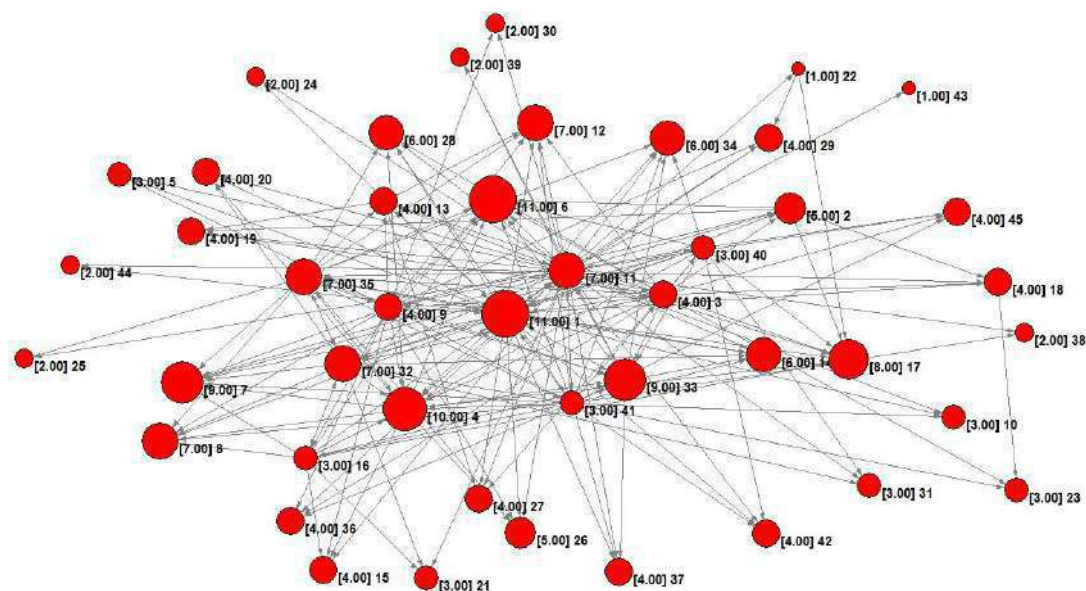
Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

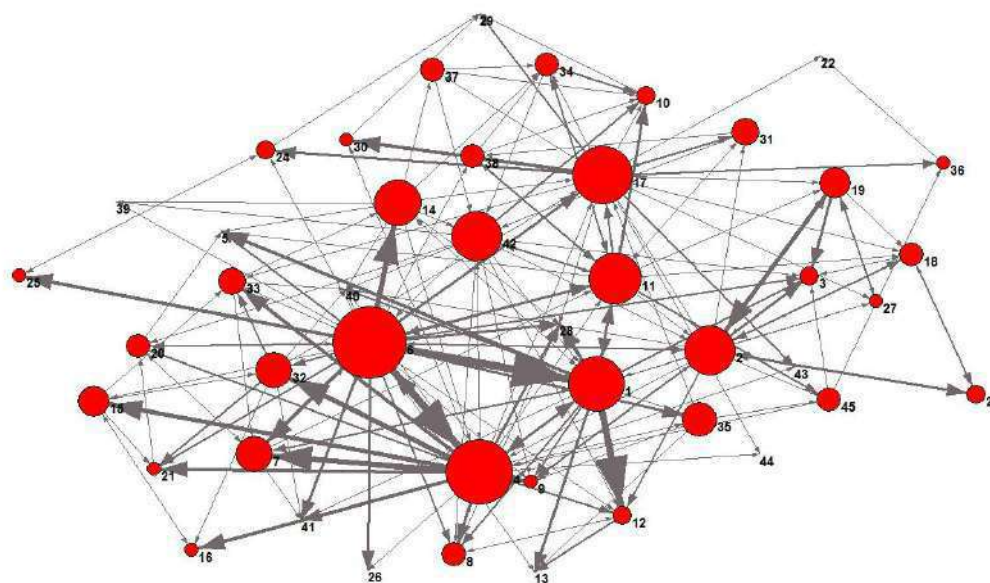
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Figura 3 - Rede de confiança:



Rede elaborada com o uso do Software “Pajek”.

Figura 4 - Rede de controle social lateral:



Rede elaborada com o uso do Software “Pajek”.



Mas será que essa integração das redes implicava a não existência de divisões ou a não existência de “panelinhas”? Ou, mais especificamente, será que as diferenças e disputas entre as diversas organizações aglutinadoras não impactavam o padrão relacional existente entre as lideranças do movimento? Para responder a essa pergunta usamos uma medida que capta a tendência de existirem “facções” no interior de uma rede. A “análise de facções” simula uma situação pouco comum nas redes sociais reais. Imagine uma rede em que, primeiro, dentro de cada subgrupo todos os membros estão conectados entre si (cada subgrupo é um “clique”) e, segundo, todos os subgrupos estão desconectados entre si (eles formam “componentes”) (Hanneman, 2018). A “análise de facções” arranja os nodos da rede em blocos (“facções”) de forma a aproximar essa rede da situação ideal descrita acima. Para empreender a análise de facções, usamos a quarta rede produzida pela pesquisa, ou seja, a “rede de controle social lateral”. Esta rede reproduz melhor o mundo relacional do movimento, já que ela é a soma das redes percebidas – “estruturas sociais cognitivas” - por cada uma das lideranças entrevistadas³.

Usando o software *Ucinet*, verificamos como se estruturaria a rede de controle social lateral do movimento caso existissem cinco facções - uma para cada uma das principais organizações aglutinadoras⁴ - dentro do mesmo. Descobrimos que o padrão de pertencimento às facções é altamente correlacionado ao padrão de pertencimento às organizações aglutinadoras. A figura 6 mostra o resultado da análise de facções. Os nodos em azul são as lideranças da CASA. Os nodos cinza são as lideranças da UTP. Os nodos cor de rosa – que pertencem à facção com menor densidade interna (ver figura 5) – é o menos correlacionado a qualquer das organizações aglutinadoras, ele tem lideranças da AMABEL, mas também tem lideranças de menor renome de outras alas

³ As outras três redes não serão usadas para a análise de facções porque elas possuem certo viés. Elas são “redes completas”. No entanto, não foi possível entrevistar todas as lideranças do movimento. Nesse sentido, as estruturas relacionais expressas nessas três redes podem ter um viés, já que elas tendem a captar mais os laços daquelas lideranças que responderam ao questionário sociométrico. O mesmo não acontece com a “rede de controle social lateral”, que é o resultado da soma de várias redes “percebidas” - ou estruturas sociais cognitivas -, fato que diminui o viés quando se observa a rede num nível agregado.

⁴ Adicionamos aqui outra organização aglutinadora, de menor expressão, a FAVIFACO (Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos) - ver Nogueira (2016).



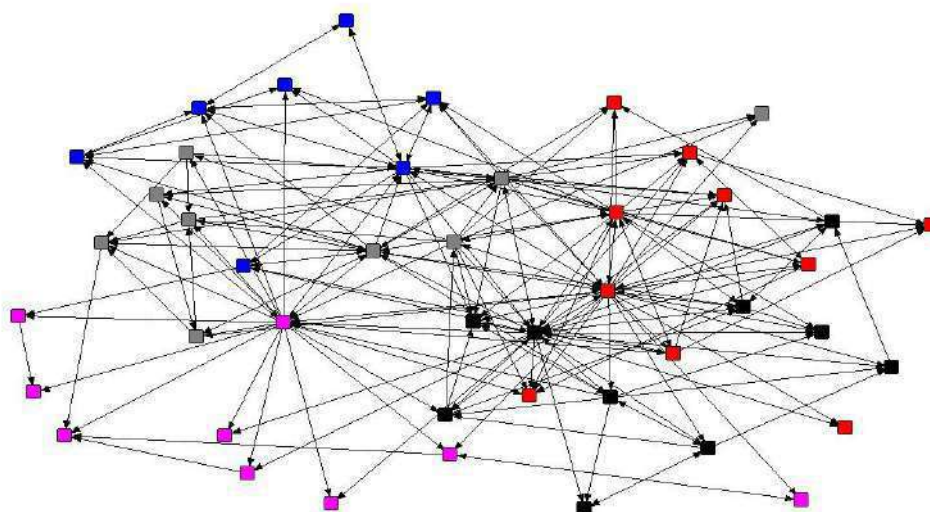
do movimento. E os nodos preto e vermelho são as lideranças da FAMOBH, que, curiosamente, se encontram divididos em duas facções. Essa divisão em duas facções mostra que existe uma segmentação entre essas lideranças segundo regiões geográficas de atuação. Os nodos em preto são as lideranças de uma região específica da cidade. Mas essa separação da FAMOBH em duas facções pode ser relativizada. Na figura 5 vê-se uma tabela com as densidades das relações dentro e entre as facções. É possível perceber que as facções que têm maior densidade de relações (0,38) entre si são as de número 2 e 4, justamente aquelas que contêm as lideranças da FAMOBH. Ou seja, apesar de aparecerem divididas em duas facções, as lideranças ligadas a esta organização tendiam a estarem mais ligadas entre si do que com lideranças de qualquer outra facção.

Figura 5 - Tabela de densidades (densidade dentro e entre facções)

Density Table					
	1	2	3	4	5
1	0.68	0.02	0.00	0.07	0.03
2	0.00	0.18	0.00	0.06	0.01
3	0.00	0.00	0.07	0.00	0.00
4	0.19	0.38	0.25	0.87	0.19
5	0.17	0.06	0.18	0.13	0.54

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Figura 6 – Análise de facções



Rede elaborada com o uso do Software "NetDraw".



Relações entre as lideranças: elites dentro de elites

Como visto, em todas as quatro redes os nodos estavam conectados em um único componente, fato que facilitava a circulação de recursos importantes no interior do movimento e, por consequência, aumentava as chances de sucesso de uma mobilização coletiva. Mas será que todos os nodos da rede tinham a mesma capacidade de influenciar a circulação desses recursos? Ou melhor, será que havia atores em posições mais estratégicas na rede, a ponto deles terem maior influência sobre as dinâmicas de funcionamento do movimento? Os dados relacionais sugerem que sim. Analisando as figuras 1, 2 e 3 acima, percebe-se que um mesmo grupo de lideranças ocupava posições de destaque, ou seja, possuía maior grau de centralidade (ver tamanho dos vértices), nas redes de reconhecimento, colaboração e confiança. Essas lideranças são os nodos de número 4, 6, 1, 17, 7 e 11. A liderança 4 foi presidente da mais importante associação de moradores da Zona Leste de BH. A liderança 6 foi presidente por dois mandatos da FAMOBH. Enquanto a liderança 1 foi presidente desta mesma organização por 3 mandatos. A liderança 17 era um padre, um dos principais nomes da Pastoral de Favelas na cidade e principal articulador da AMABEL. A liderança 7 pertencia a uma importante associação de moradores da Zona Leste da cidade. E a liderança 11 era uma figura histórica do movimento dos favelados, que atuou também como advogado da FAMOBH, da UTP e de outras entidades ligadas à luta por moradia.

Curiosamente, quando analisamos a rede de controle social lateral, percebemos que o mesmo conjunto de lideranças - ver figura 4 acima - exercia um papel de destaque nesta rede, ou seja, eram vistos pelas outras lideranças entrevistadas como os principais controladores dentro do movimento. Tal capacidade de influência sobre o movimento poderia levar essa elite de lideranças a agir, ela mesma, de maneira oportunista. Mas uma visada (ver figura 7) sobre o *InDegree* (a centralidade de entrada) dos nodos na rede de “controle social lateral” permite afirmar que isso não acontecia. O *InDegree*, nesse caso, indica a quantidade de laços de controle que incide sobre o nodo. A média do *InDegree* é 4, com desvio-padrão de 2,25. Enquanto o *OutDegree*, que mede a quantidade de laços de controle enviados por cada nodo, tem um valor médio de 2, com



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

desvio-padrão de 6,34. Ou seja, a capacidade de controlar estava distribuída de maneira mais desigual, com um conjunto de lideranças exercendo mais fortemente o papel de “guardiões do bem comum”; mas a incidência do controle social (*InDegree*) se dava de maneira mais homogênea entre todas as lideranças. Os “graus de centralização” de “saída” e de “entrada” de toda a rede também provam isso. O grau de centralização de entrada é 0,14 e o grau de centralização de saída é 0,51 – ver Nooy, Mrvar & Batagelj (2005). Comparando esses valores, e considerando uma escala que vai de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, mais a rede se aproxima de uma estrutura de “centro/periferia”), podemos afirmar que, do ponto de vista do “envio dos laços” (*OutDegree*), uma elite de controladores ocupava o centro da rede, enquanto o restante das lideranças tendia a fazer parte de uma “espécie” de periferia. Mas do ponto de vista contrário (*InDegree*), a rede não tendia a seguir uma estrutura de “centro/periferia”. Esses números - e as figuras 7 e 8 abaixo - sugerem, portanto, que existia um mecanismo de autorregulação dentro do movimento no que tange à capacidade de controle social: lideranças com grande capacidade de controlar os possíveis comportamentos desviantes eram também muito controladas dentro do movimento. A correlação entre o *InDegree* e o *OutDegree* – ver Nooy, Mrvar & Batagelj (2005) - oferece uma prova nessa direção. Seu valor é de 0,65, mostrando que aqueles que enviavam mais laços de controle tinham também uma ligeira tendência de receberem mais laços.

Figura 7 – rede de controle social lateral com o *InDegree* de cada nodo.

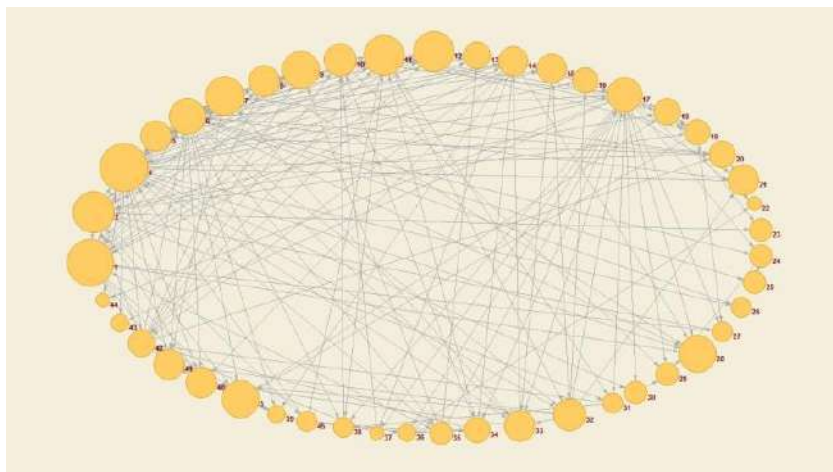
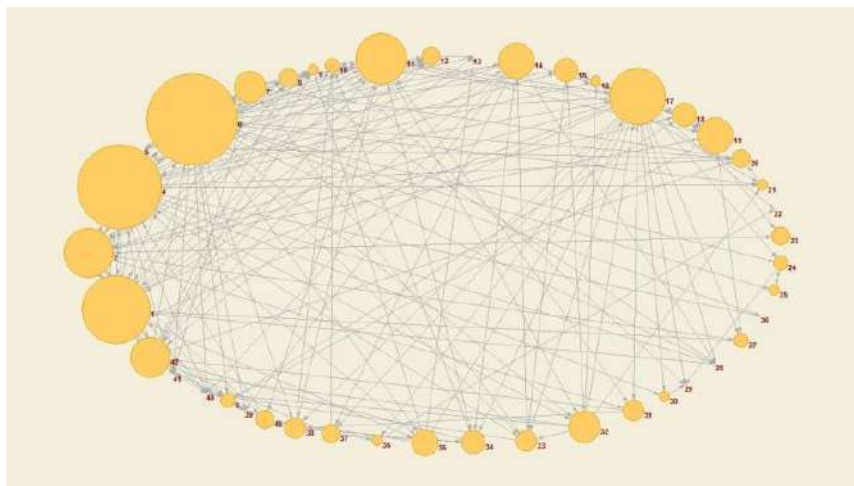




Figura 8 – rede de controle social lateral com o *OutDegree* de cada nodo.



CONCLUSÃO

O presente trabalho mostrou como um movimento social se estruturava em termos dos processos de trocas existentes entre suas lideranças principais. Todas as redes de lideranças se encontravam integradas na forma de um único componente, permitindo a circulação, por todo o movimento, de recursos essenciais para os processos de mobilização coletiva. Entretanto, essa circulação de recursos não se dava de maneira uniforme; uma mesma elite de lideranças dominava os circuitos de troca em todas as quatro dimensões relacionais investigadas (redes de reconhecimento, de colaboração, de confiança e de controle social lateral). Mas, apesar de ocupar uma posição vantajosa dentro do movimento, essa elite não estava imune aos processos de controle social existentes. As redes mostram que, por um lado, os membros dessa elite enviavam muitos laços de controle social entre si; e por outro, eles eram, digamos, “bem vigiados” por aqueles aos quais estavam encarregados de vigiar, ou seja, pela periferia da rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Mariza R. & AZEVEDO, Sergio de. **Cidade, Poder Público e Movimento de Favelados**. In Pompermayer, Malori J. Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas. Belo Horizonte: UFMG, 1987.



DIANI, Mario. **Green Networks**: a structural analysis of the italian environmental movement. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.

DIANI, Mario. **Networks and Social Movements**: a research program. In Mario Diani & Doug McAdam, Social Movement Analysis: the network perspectives. Oxford: Oxford University Press: 2002.

HANNEMANN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to Social Network Methods**. Department of Sociology, University of California and University of Northern of Colorado. Disponível em: <www.faculty.ucr.edu/~hannemann/nettext>. Acesso em: 8 de novembro de 2018.

KRACKHARDT, David. Cognitive Social Structures. **Social Networks**, 1987, 9: 109-34.

LAZEGA, Emmanuel. **The Collegial Phenomenon**: the social mechanisms of cooperation among peers in a corporate law partnership. Oxford: Oxford University Press, 2001.

NOGUEIRA, Alexandre S.. **Sistemas de status e controle social no interior do movimento de luta por moradia de Belo Horizonte-MG (1985 – 1995)**: análise a partir de uma perspectiva “neoestrutural”. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 114 p.

NOOY, Wouter De; MRVAR, Andrej & BATAGELJ, Vladimir. **Exploratory Networks Analysis with Pajek**. New York: Cambridge University Press, 2005.

Ostrom, Elinor. **Governing the Commons**: The evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RAMOS, Davidson Afonso de. **Sociedade civil, burocracia estatal e iniciativa privada [manuscrito]**: estudo do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 332 p.

SOMARRIBA, Mercê. **Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte**. In Dulci, Otavio S. & Neves, Magda de A. Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.



INVENÇÃO OU DESCOBERTA? A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE ENQUANTO OBJETO EM DESENVOLVIMENTO

Marcos Luiz Vieira Soares Filho¹

RESUMO

Este artigo trata da relação Estado-sociedade, referenciando o hibridismo em comparação às concepções “isolacionistas” dos debates acerca dos movimentos sociais nas décadas de 1970-1980. Objetiva-se dar relevo à relação Estado-sociedade enquanto conexão plural e complexa, de forma a destacar uma questão-problema básica para a literatura das décadas de 1970 e 1980 sobre os movimentos sociais: a relação Estado-sociedade era inexistente, dada pela incapacidade de articulação das massas(?); induzida verticalmente pelo Estado em controle da sociedade(?); ou, o que argumentamos, as ferramentas teóricas que possibilitassem a percepção deste objeto é que não estavam, ainda, disponíveis aos analistas? Não visamos cometer o vício do anacronismo condenatório, mas demonstrar, por meio de um trabalho teórico, a construção da relação Estado-sociedade como objeto de pesquisa. Disto resultou uma categorização quártupla destes estudos: (i) teorias que negam a capacidade de ação e organização da sociedade, tendo-a como sujeita à indução estatal; (ii) aquelas em que tal capacidade organizatória limitada é de lógica “pautista-agendista”, encerrada na influência estatal; (iii) do “nascimento espontaneísta” e autônomo dos movimentos sociais; (iv) teóricos que percebem uma interação não-autônoma, mas agenciada, entre a sociedade civil e os representantes governamentais; (v) uma perspectiva teórica sobre tais relações contemporaneamente, de forma a evidenciar fronteiras relativas entre Estado e sociedade. Observa-se e conclui-se que esta última vertente tem tido proeminência e crescimento, criando categorias inovadoras para dar conta de seu objeto.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Participação social. Estado.

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: marcoslvs@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

As relações entre Estado e sociedade (E-S) enquanto objeto de estudo repleto de possibilidades construtivas sobre políticas públicas e aprofundamento democrático é fenômeno recente. Tradicionalmente, os estudos sobre movimentos sociais, ou sobre o associativismo, das décadas de 1970 e 1980, focalizavam a organização, as razões para sua coesão, assim como os tipos de recursos e estratégias levantadas (WEFFORT, 1973; MOISÉS, 1974; KOWARICK, 1979; JACOBI, 1982; BOSCHI, 1987; SADER, 1988). Desta forma, a partir destes aspectos os estudos tendiam a ressaltar a inevitabilidade do conflito de uma sociedade em busca de articulação e organização, frente a um Estado predatório e dissolvente da primeira.

Os estudos sobre movimentos sociais (MSs) expandiram, gradualmente, as concepções sobre a organização e articulação política da sociedade civil. De certa forma, as relações entre a sociedade civil organizada e o Estado se tornaram cada vez mais evidentes – ou incontornáveis. O objetivo deste artigo é capturar e desenvolver as categorias e conceitos destes estudos, de forma a observar como a organização social e a posição da sociedade civil, frente ao Estado, são compreendidas.

Do conjunto de trabalhos que se debruçam sobre o tema, recortamos e classificamos aqueles que indiquem e representem com maior clareza um tipo ideal num continuum. Este continuum se refere à forma como os trabalhos percebem o grau de articulação e organização da sociedade civil e, conseqüentemente, a capacidade de manter-se estável diante das negociações socioestatais. Deste esforço resultam alguns trabalhos em que a maior parte das categorias é infrutífera para a compreensão das relações E-S, geralmente associados a uma negação das capacidades articulatórias da sociedade. Entretanto, a outra ponta do continuum nos posiciona frente a uma literatura recente que aborda espaços híbridos entre Estado e sociedade, em que pese a associação entre atores de origens e interesses diversos, de forma a relativizar a Indissociabilidade entre ambos.

Do esforço para a construção deste continuum foram depreendidas cinco categorias de estudos². A primeira categoria compreende estudos associados à teoria

² Deve-se ressaltar o desinteresse pelo esgotamento do tema – o que torna a categorização flexível.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

populista, que argumenta o predomínio de fragilidades organizativas e da suscetibilidade da sociedade civil à cooptação estatal (WEFFORT, 1973, 2003). Neste caso são estudos sobre a organização sindical.

A segunda categoria remete aos estudos embasados teoricamente sobre movimentos sociais (MSs), em contexto de demandas componentes de agendas pontuais (KOWARICK, 1979; JACOBI, 1982). Estes focalizam um contexto de luta de classe para compreender a coesão dos atores sociais em uma disputa contra o Estado – uma extensão da classe burguesa, ou ferramenta dela.

A terceira categoria se refere a um novo tipo de MS, nascente na redemocratização da década de 1980, marcado pelas demandas de autonomia e independência frente ao Estado (SADER, 1988). Este conjunto concorre diretamente com a categoria seguinte: aquela que assevera as conexões do associativismo de base ao sistema político tradicional (BOSCHI, 1988). Enquanto a primeira traz um aspecto de isolamento e da necessidade de afastamento para que haja oxigenação na vida social; a seguinte argumentará que o associativismo de bairro, também observado no período da redemocratização, é uma busca de aproximação do exercício democrático tão ressentido após os anos de ditadura militar.

Por fim, expõe-se uma categoria que trabalha abertamente com as possibilidades interacionais entre E-S. A capacidade organizativa da sociedade civil é tida como dada. Estes estudos têm deslocado a concepção epistemológica desta organização social e de sua relação com o Estado. Em geral, alguns trabalhos dirão que as conexões podem ser frutíferas para ambos os lados, quando ainda considerarem a dicotomia entre Estado e sociedade civil. Noutros casos, dentro desta linha, já se seguem lógicas de “espaços híbridos” (COELHO; CORNWALL, 2007); somam-se discursos cáusticos às dicotomias, propondo metodologias que atentem para a formação de vínculos (MOURA; SILVA, 2008); existem ainda princípios de mútua constituição em abordagens “radicalmente relacionais” (LAVALLE *et al.*, 2017); e ainda, de que a sociedade civil organizada sempre foi marcadamente organizada (LAVALLE; SZWAKO, 2015); e outros (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CORTES, 2014).

A partir da construção deste continuum teórico, sobre a mobilização social, pôde-se perceber que, por grandes períodos, foi extremamente custoso perceber ou reconhecer as capacidades organizativas da sociedade civil. As categorias de obliteração e corrosão desta ideia foram majoritárias. Entretanto, como as literaturas e



questionamentos recentes têm observado, a articulação da sociedade parece ter estado desde sempre ativa. De tal forma, que a sociedade civil se posicionara eficientemente frente a atores diversos, não só o Estado,

1 POPULISMO, INDUÇÃO E COOPTAÇÃO

O populismo é um dos conceitos que visa iluminar o fenômeno da organização das massas e de sua relação frente ao Estado. Conceito marcante nos debates entre cientistas sociais atuantes no Grupo de Itatiaia³, o populismo foi entendido como uma característica da política brasileira relacionado à crise de 1964, explicando-a diante do fim do “ciclo populista” – iniciado em 1930. Desta forma, o conceito e o debate em torno dele ganham centralidade na Ciência Social brasileira.

O populismo encontrou em Weffort seu maior expoente teórico. Este autor entendeu-o como originado em um longo processo histórico iniciado na Revolução de 1930 – associado à crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade de expansão das bases sociais estatais. A Revolução era entendida como a formação de um pacto intersetorial e interclassista repleto de antagonismos e contradições internas geradores de instabilidade. Esta instabilidade haveria de ser compensada com a chamada – manipulada – das classes populares à integração do novo pacto. Desta forma, funda-se um “Estado de compromisso” entre o líder estatal, envolvendo sua figura pessoal, e as oligarquias e, por outro lado, as massas. A finalidade é, principalmente em relação à última, saldar os desequilíbrios de interesses e legitimar uma ordem política (GOMES, 1996, pp. 6-9).

O autor interpreta a inserção das massas na política como cálculo político, logo, sem implicações reais no estabelecimento de conexões entre o Estado e a classe trabalhadora. Se há um compromisso firmado entre as classes e o Estado, certamente é considerado que as massas não possuem capacidade de assina-lo conscientemente. Ao passo que o Estado caracteriza-se como calculista dotado de racionalidade e meios.

³ Predecessor do IBESP, logo, do ISEB.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

De acordo com Gomes (1996, p.5), para as teorias gerais do populismo há três condições necessárias para a existência desta forma de governo: “[...] um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural).”. Fato é que a consciência de classe é uma categoria imprescindível para compreender a organização dos trabalhadores – em muitas literaturas e teorias diversas. Apesar de haver a expressão de insatisfação por parte das massas frente ao Estado, sua negociação é “[...] manipulada pelos líderes populistas e pelo Estado.”, ocasionando a obliteração daquela consciência de classe e o próprio reconhecimento da questão como dela oriunda (WEFFORT, 2003, p.60-61). Não cumprido o “requisito” essencial da consciência de classe para compor uma espécie de consciência política – tem-se uma massa amorfa esvaziada em sentido, organização e capacidade.

A subordinação das instituições diversas ao líder político é um dos aspectos em que a dominação estatal se constrói. O sindicato populista é uma das instâncias dominadas pelo governo varguista, que apesar de não ter surgido dependente, tornou-se (WEFFORT, 1973, p.68). Em “Origens do sindicalismo populista no Brasil” são observados os processos transformativos pelos quais os sindicatos passaram. Este processo envolve a mudança sindical em 1930, sua associação corporativista ao Estado desde então e principalmente durante o Estado Novo; a desorganização causada pela ruptura getulista (1945-46); e sua reordenação no novo governo democrático getulista (1950-54).

Na análise das mutações sindicais é trabalhada uma relação tríplice entre partidos, governo e sindicato. Estes atores compõem um jogo de interesses num cenário político instável entre 1945 e 1946. Neste contexto, pesou na análise de Weffort a capacidade articulatória entre os sindicatos, a sua massa integrante, o Partido Comunista e o governo para a formação de uma espécie de coalizão em defesa da própria agenda. Sobre a capacidade articulatória e de indução de estratégias, alguns paradoxos se colocam. Considerando como dados a cooptação e a ausência de capacidade de escolha por parte das massas e do sindicato em relação ao Estado populista, como se pôde observar, durante o período, decisões e estratégias descompassadas entre cada componente? A argumentação de Weffort (1973) deixa claro o desencontro entre orientações, com críticas contundentes ao PC em não orquestrar as ações sindicais



locais. Entretanto, tal fenômeno apenas poderia ser observado caso houvesse espaço de relativa liberdade de ação e escolha para os diversos atores.

Conforma-se a liberdade de tomada de decisão, por parte das massas, como categoria de análise da teoria do populismo – a autonomia. Dela resulta uma dicotomia importante para este conceito:

Quando o autor [Weffort] destaca a importância de se saber até que ponto os “interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos”, ou até que ponto elas funcionaram apenas como massas de manobra, pode-se sentir toda a tensão presente em sua formulação. No caso, a resposta encaminha uma espécie de “evolução” do populismo já que se estabelece uma relação “originária” de dependência que poderia ser minimizada com o tempo, pois implicaria ambiguidade no reconhecimento da própria cidadania das massas, consagrada por uma série de direitos legais. Aí residiria o núcleo da questão histórica da incorporação das massas à vida econômica e política do país e da possibilidade de, a despeito da manipulação, o processo ter sido vivenciado como positivo, especialmente durante os anos 50, a década de ouro do populismo (GOMES, 1996, p.9).

O populismo em Weffort aponta, fortemente, para o domínio estatal sobre as formas organizadas da sociedade. Ou seja, a autonomia é um valor-chave para compreender a intencionalidade das ações oriundas da sociedade. Ela será um traço e critério avaliativo duradouro nas análises sobre as organizações sociais e de sua posição diante do Estado, que buscarão compreendê-los a partir de sua razão, capacidade de articulação e de resposta aos estímulos agressivos de seu ambiente.

A relação entre Estado e sociedade na ótica do populismo apresenta uma dicotomia conflitiva entre ambos. O Estado é entendido como ente dotado de poder, associado às formas diversas de violência; ao passo que a sociedade, uma vítima daquele. O sindicalismo pré-populista, alheado ao Estado, tende a ser entendido como uma organização relativamente ativa e representante das massas trabalhadoras; entretanto, sempre que integrado aos representantes estatais, corrompe-se numa relação populista, paternalista e etc. Importante assinalar que, apesar das análises de Weffort sobre esta dominação inevitável, ele reconhece alguma capacidade de organização política das massas (embora condicionada a outros elementos, como a consciência de classe).

2 ESTADO E SOCIEDADE NA ESPOLIAÇÃO URBANA



Outra via teórica possibilita entender as dinâmicas da representação/participação no processo de proposição de demandas originadas da sociedade. Jacobi (1982), Kowarick (1979) e outros, representam uma via explicativa da organização e relacionamento Estado-sociedade a partir da espoliação urbana e do projeto populista de governo. Nos moldes do desenvolvimento econômico pós-1945, a urbanização e a industrialização aprofundam a questão urbana com o crescimento acelerado das cidades sem o acompanhamento de serviços que atendam às necessidades da população. Os movimentos e organizações sociais, portanto, emergem com demandas pontuais acerca da infraestrutura, que compõem uma agenda de amenização da superexploração⁴.

A espoliação urbana (KOWARICK, 1979) é o fenômeno que descreve a superexploração das classes trabalhadoras, por meio do aumento dos seus custos de manutenção, em função dos serviços e infraestruturas demandadas pela industrialização e aumento populacional – que recaem constantemente sobre as massas populares mesmas –, somados à desvalorização do seu trabalho pela formação dos exércitos de reserva. O meio urbano torna-se repleto de problemas de ordem pública geradores de conflitos e organização social para sua consecução.

Sobre as causas dessa exploração aceita pelas massas, Kowarick percebe e se posiciona contrariamente ao diagnóstico baseado no atraso – ou sobre as tendências comportamentais da sociedade civil brasileira tidas como “naturais”. Este diagnóstico incide numa percepção da sociedade civil como pacífica, amorfa, incapaz de articulação e, conseqüentemente, impossibilitada de participar de partidos políticos, sindicatos e etc. (KOWARICK, 1979, p. 21).

Em relação às motivações conducentes ao ordenamento de grupos sociais, o autor argumenta contra tais interpretações essencialistas. Esta constatação contribui para se pensar relações entre Estado e sociedade a partir da não-estigmatização da segunda e do reconhecimento de sua organização e seus efeitos políticos:

Assim, parece necessário pôr em xeque a questão da Sociedade Civil e de suas relações com o Estado, fundamentalmente no que diz respeito ao papel a ser desempenhado pelas classes subalternas no quadro necessariamente complexo, contraditório e conflitante deste relacionamento. Estas não podem mais ser equacionadas como mera mercadoria que se vende no mercado de trabalho a preços geralmente irrisórios. É preciso retomar nesta equação a

⁴ Aqui depende e varia se a superexploração é um diagnóstico dos intelectuais, ou uma problematização e consciência classista dos próprios indivíduos organizados.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

tradicional questão da cidadania, entendida na sua acepção clássica, isto é, o conjunto de direitos e deveres de participar não só na criação das obras sociais como no controle destas obras. Ou seja: a ampliação e garantia dos direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania supõem, de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, a de interferir nos destinos desse desenvolvimento (KOWARICK, 1979, p. 27).

Este argumento conclui pelo rearranjo das categorias explicativas da participação no meio social. Este reordenamento incide sobre a noção de sociedade civil, suas características e razões que levam à ação política. Nas explicações da participação pautada na espoliação, portanto, de cunho marxista, ela será entendida a partir das deficiências do sistema capitalista no meio urbano e da colocação das massas em condição de revolta e demanda.

O argumento da espoliação, continuado em Jacobi (1982), especifica as tensões entre Estado e sociedade. O Estado será entendido como um antagonista à sociedade, enquanto ocupar a função de promotor do acúmulo capitalista, por um lado; e pretendo promotor do bem-estar das populações engendradas no processo de urbanização – em que pese a defasada consecução deste segundo item. O Estado populista é um divisor de águas na configuração das articulações sociais, de forma a introduzir outra categoria para análise das mesmas.

O Estado de São Paulo da década de 1950 experiencia a inserção da sociedade na política a partir do populismo de Jânio Quadros. Esta inserção convidada é compreendida como induzida verticalmente, do Estado para a sociedade. Entretanto, a inserção induzida possui uma essência positiva para a experiência política nas massas: “Jânio estabelece uma prática política que inclui uma forma de relação com as massas que não se baseia exclusivamente na sua manipulação demagógica, exigindo a atribuição de um papel às classes populares na vida da cidade.” (JACOBI, 1982, p.148). Esta interpretação é um câmbio importante para a compreensão do populismo por reconhecer a capacidade de articulação das massas, afirmando possuírem peso diante das decisões estatais; reconhece, ademais, seu posicionamento conflitivo e não dominado pelo Estado.

O Golpe de 1964 e o período ditatorial rompem as tendências de estreitamento relacional E-S. A baixa liberdade de associação política e participação, a partir do fechamento estatal pelo burocratismo, esvaziam o sentido das organizações sociais que vinham surgindo (JACOBI, 1982, p.149). Portanto, o ressurgimento das organizações



sociais em 1970 – tema principal do trabalho em estudo – induz a um novo perfil das mesmas, marcada pela retomada da autonomia em relação ao Estado. A categoria “novo” surge para qualificar os movimentos ressurgidos do período ditatorial. Estes novos movimentos são marcados pelo aumento da autonomia em elaborar agendas e organizar-se para realizar cobranças de suas pautas; além de irem um passo além, o de envolverem-se na execução e prestação do serviço ou obra demandada – o que indicaria uma capacidade de articulação mais profunda, qualitativamente melhor⁵ (JACOBI, 1982, p.178-179).

A forma como se dão as relações entre Estado e sociedade, nos textos analisados, envolve duas ordens de interesse: aquele identificado e mobilizado em torno/por atores sociais; e os interesses associados aos partidos e à captação de votos. Ambos tendem a ser entendidos como conflitantes. Isto se justifica pelo posicionamento necessariamente oportunista da ação partidária em busca de voto. A procura do partido em interagir com os movimentos são entendidos exclusivamente pela chave do oportunismo, do furto do mérito das conquistas, da volatilidade da “promessa”.

Entretanto, considerar apenas uma posição de disputa oblitera as possibilidades de considerar a troca entre os recursos perseguidos por ambos – Estado e sociedade – como complementares, a partir (também) do sistema representativo, do voto. As categorias usualmente aplicadas para interpretar esta forma de interação – ou qualquer tendência interativa – são “clientelismo” ou “cooptação”⁶. Permanece difícil compreender uma relação E-S quando parece impossível destacar, por menores que sejam, os fatores de complementação de interesses. Desta forma a autonomia se torna uma categoria explicativa que busca legitimar as ações e pautas oriundas da sociedade, mas a um alto custo analítico.

3 O NASCIMENTO ESPONTANEISTA DOS MSs E SUA AUTONOMIA

⁵ Uma das consequências da análise marxista sobre os movimentos e organizações da sociedade é construir um elemento de consciência política, pautado na consciência e incorporação da luta de classes. Apesar do enquadramento marxista de Jacobi, e outros, a existência política das massas não é ignorada nem posta condicionada pela organização classista-ideológica.

⁶ Tomando-se o exemplo do movimento pela construção de centros de saúde em São Matheus, em que brotavam políticos em campanha (JACOBI, 1982, p.162).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Sader (1988) representa uma vertente teórica que explora o surgimento dos movimentos sociais no fim da década de 1970. Ao analisar os sindicatos, associações e comunidades de base, dentre outras organizações, o autor notou o surgimento de um novo fenômeno social, marcante após 1978. Os movimentos sociais de então são expressões de uma nova forma de organização da sociedade. Diante da interpretação da literatura, o autor avança em muitos pontos a noção da incapacidade organizativa da sociedade, ao mesmo tempo em que mantém ou desloca outros aspectos. O que marca uma ambiguidade das suas contribuições: Sader revoluciona a forma de compreensão dos movimentos ao aprofundar suas dinâmicas cotidianas e identitárias frente aos aspectos estruturais e classistas, mas pauta-se no seu comportamento contestador e demandante de autonomia frente ao Estado (autoritário).

Ao depreender esforços na análise da literatura sobre sociedade civil, Sader (1988) percebe uma tradição argumentativa firmada na ausência de organização e de incapacidade de sucesso da mesma, dada por fatores conjunturais ou culturais que remonta, por exemplo, a Oliveira Vianna e Weffort. No primeiro, o velho argumento da heterogeneidade social e baixa sociabilidade empecilham a organização social; somando-se à problemática as interpretações correntes sobre a sociedade civil:

Se formos examinar as ideias formuladas sobre as práticas e as condições de existência dos trabalhadores, perceberemos uma significativa diferença entre as representações elaboradas no início da década de 70 e as feitas ao findar da década. Na primeira metade dos anos 70 as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente. Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais, atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas referências culturais na metrópole, despolitizadas pela ação de um Estado que esvazia ou reprime os mecanismos de representação, alienadas e massificadas pelos meios de comunicação (SADER, 1988, p. 34-35).

Se há um modelo “antigo” de explicações da sociedade civil, pode-se perceber um “novo” modelo a realocar a questão:

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade (SADER, 1988, p. 35-36).

Associado à literatura soma-se o contexto histórico de 1964 e 1968 como espécies de derrotas – de uma luta inexistente – dos movimentos frente ao Estado. Já se monta, neste espaço teórico, a dualidade entre a sociedade civil e o Estado. A sociedade é entendida, a partir de base teórica em Weffort, como a expressão horizontal de fôlego democrático que tem como último reduto as interações interpessoais “moleculares” (SADER, 1988, p. 33). Diante dos contextos repressivos e em processo de reabertura democrática ocorre um insulamento social: uma forma de desdobrar práticas democráticas entre identidades e experiências de vida pautadas no cotidiano, uma vez que impossibilitadas de interagirem junto ao Estado.

A dualidade de interpretações, uma no início e outra no fim da década de 1970, apresentada na obra de Sader (1988), apresenta uma ambiguidade em relação à filiação deste autor – entre qual das duas ele se aproximaria mais. Apesar de criticar alguns aspectos da primeira vertente, ele mantém uma visão na qual os novos movimentos sociais são distintos por um traço evolutivo, uma forma de organização que não existia anteriormente, marcando a própria novidade do contexto.

Logo, a obra de Sader (1988, p. 41) funcionará como um manifesto em prol da compreensão das expressões individuais, elevadas ao coletivo, que remontem “símbolos” e “linguagens” produzidas e difundidas pelos atores sociais. Entretanto, apesar de todo o marcante avanço, o trabalho resulta numa dependência de tal forma organizativa da sociedade ao valor discursivo de autonomia. Este traço é um divisor de águas, na análise, em que pese que a demanda por autonomia seja um traço dos novos movimentos e se põe como ausente nos anteriores. A autonomia estaria associada à identidade dos novos sujeitos sociais e se efetivaria em relação ao Estado e ao conceito de classe social (SADER, 1988, p.53). A autonomia dos movimentos sociais remontaria à forma de organização da sociedade civil, tornada independente e antagonista em relação ao Estado, assim como representariam uma descentralização no interior das “relações interpessoais moleculares”: independentes de centros organizativos e de gerenciamento corporativista. Desta forma, seria mantida uma necessidade analítica de desprendimento da sociedade aos processos políticos estatais, inclusive os próprios sistemas liberais de representação.



4 PARA ALÉM DO DISCURSO: A INEVITÁVEL INSERÇÃO

A questão principal do trabalho de Boschi (1987) é o papel político das organizações de base e da mobilização urbana no contexto democrático, principalmente em torno de duas possibilidades: de serem – tais movimentos – evidências resultantes de uma conjuntura, quão logo qualificáveis como “esporádicos” ou “erráticos”; ou serem eles a forma de expressão de atores sociopolíticos novos em relevância e estabilidade (BOSCHI, 1987, p.14). O tema da perenidade dos movimentos sociais e da participação tangencia os questionamentos – previamente observados – sobre a capacidade de articulação e interação da mesma com o Estado.

A crítica à concepção autônoma⁷ da sociedade civil é de extrema importância para reforçar o delineamento do objeto de pesquisa dos “movimentos sociais”. Conforme explicitado por Sader e Paoli (1986), o estudo das classes populares foi majoritariamente marcado pela incapacidade de considerar a movimentação interna à sociedade, no sentido de promover e organizar associações, gerar ideias e discursos e desenvolver interesses próprios. Neste sentido, a orientação teórica, desde o pensamento político da Primeira República, do ISEB, até as explicações estruturalistas ou da teoria da modernização, ela imputa ao Estado, ao ideal de nação ou ao desenvolvimento o papel de variáveis explicativas do comportamento e presença das classes populares. O problema epistemológico, denunciado por Paoli e Sader (1986), consiste em que o objeto de pesquisa sobre classes populares raramente se concentrava nelas mesmas.

Entretanto, ao se observar esta colocação importante corre-se o risco, também, de construir um objeto de pesquisa dos movimentos sociais como entes alheios aos contextos dado pelos variados segmentos sociais, governos, burocracias, partidos, ideias e conjunturas que sempre se somam na determinação dos fatores da vida política e social. O que acentua a necessidade de contextualizar a interface interativa entre Estado e sociedade, ao invés de considerar a ambos separadamente.

Boschi (1987) traz grande contribuição, portanto, ao localizar teoricamente o debate da relação Estado-sociedade, bem como a organização desta. A crítica às

⁷ Enquanto independência de produção e elaboração de estratégias para implementação de seus objetivos, que não impliquem a dominação a sujeitos externos.



interpretações correntes sobre a “autonomia” e novidade dos movimentos sociais pode ser sintetizada em alguns pontos.

O primeiro, a idealização implícita de que os movimentos sociais se colocariam apartados do sistema tradicional de representação de interesses de uma democracia liberal, e que sua presença signifique uma ruptura institucional. Ou seja, que os movimentos revolucionem as regras do jogo no sentido de seus interesses. Tese insustentável, uma vez que nos países periféricos a luta se dirigiria também à abertura e permeabilidade das instituições controladas pelo Estado (BOSCHI, 1987, p.23-24).

Segundamente, há a crítica sobre a hipótese de que a institucionalização interna dos movimentos deteriore, necessariamente, o âmbito democrático. O autor é crítico a concepções sobre os movimentos que correlacionem a institucionalização à perda de validade do mesmo, como se a estruturação de sua ação significasse ônus a liberdade para colocação de interesses autônomos, ou como perda da “espontaneidade” (BOSCHI, 1987, p.27). Que por sua vez desdobra para uma distinção teórica entre impulsos autonomistas e individuais – tidos como democráticos e desenvolvidos no seio dos movimentos sociais – *versus* instituições – tidas como autoritárias. O “imperativo organizacional” (BOSCHI, 1987, p.24) pode ser entendido como uma necessidade corrente e cotidiana de organizar os aspectos básicos do movimento, rotinizar sua estrutura e meios (i) materiais.

Competentemente, a análise de Boschi (1987) identifica a retórica antiestatal presente nos movimentos sociais da década de 1980. Apesar deste discurso, o autor demonstra que as demandas dos movimentos tendem a ser sobre a ampliação ou inovação em serviços e recursos a serem ofertados pelo Estado. Apesar dos discursos de revolta e afastamento à política formal, os atores sociais responsabilizam e demandam ao Estado a promoção de políticas – sobre as quais almejam influenciar.

Por fim, a relação entre o sistema partidário e os movimentos sociais rearticula as funções democráticas e os seus meios de acesso. Não há uma exclusão mútua de acordo com as expansões de um ou outro; mais exato seria afirmar a complementação da função representativa. Trata-se de canais extras e mais amplos, quantitativamente, de incorporação de identidades antes legitimamente excluídas (BOSCHI, 1987, p.29). O mesmo processo incorporador pode ser entendido como o que ocorre na relação Estado-movimentos.



5 DA INTERATIVIDADE SEM DICOTÔMIAS À ABORDAGEM “RADICALMENTE RELACIONAL”

As obras de Boschi (1987) e Sader (1988) representam referências importantes para o estudo dos movimentos sociais. O primeiro autor, como já se pôde notar, deu dicas para uma compreensão relacional entre Estado e sociedade. Se for possível entender que, de fato, Boschi impulsionou tal tradição, é possível pensar em outros atores que hoje a continuem (CORNWALL; COELHO, 2007; MOURA; SILVA, 2008; WAMPLER, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CÔRTEZ, 2014; LAVALLE; SZWAKO, 2015; LAVALLE *et al.*, 2017).

Abers, Serafim e Tatagiba (2014), por meio de estudos de caso, asseveram que a ocupação de – e a aproximação à – cargos e posições relevantes por atores sociais no Estado promoveram influências nas políticas públicas. As autoras evidenciaram como atores usufruíram da permeabilidade estatal permitida, principalmente, por governos federais favoráveis à participação social.

Cornwall e Coelho (2008) assumem que a função integrativa de atores, inerente às IPs, tende a gerar novos padrões relacionais entre o estado e a sociedade. Consideram as IPs como novos lócus decisórios mesclados entre entidades civis e governamentais, fundadores de uma esfera peculiar, a participatória (CORNWALL; COELHO, 2006, p.2). A percepção das autoras traduz uma visão na qual os mecanismos participatórios são um ponto médio entre a esfera pública e a estatal, uma esfera autônoma onde se desenvolve um nicho político específico. A esfera participatória ressignifica as possibilidades de disputa, representação e decisão.

O trabalho teórico de Côrtes (2014, p. 128-129) sintetiza três condicionantes à efetividade dos conselhos municipais: a organização dos movimentos sociais; o arcabouço institucional; e a formação de *policy communities*. A autora presume que a formação de vínculos em “comunidades de políticas”, de forma organizada e amparada por normas previamente estabelecidas – arcabouço institucional –, cria um centro de decisão alternativo às instituições políticas mais formais e restritas (secretarias, ministérios, etc.).



Moura e Silva (2008) hipertrofiaram a necessidade de se observar como interações sociopolíticas nas IPs afetam os processos de políticas. Partem da crítica a uma visão dicotômica entre estado e sociedade, de forma a reforçar a complexidade das trocas de interesses e atuações conjuntas entre atores. Neste sentido, as instituições participativas seriam arenas específicas de disputas onde se desenvolvem conflitos e alianças resultantes em políticas públicas.

Aprofundando-se o caráter relacional desenvolvido entre estado e sociedade, para além do campo das IPs, há esforços preocupados em estabelecer uma abordagem “radicalmente relacional”; são autores defensores de uma reviravolta epistemológica sobre as relações E-S (LAVALLE; SZWAKO, 2015; LAVALLE, *et al.*, 2017). Estes estudos não se limitam ao entendimento da participação em instituições enquanto arranjos legais definidos, nem que haja uma visão dicotômica E-S:

Para nós, a lógica de mútua constituição implica não apenas considerar incorretas e cognitivamente custosas compreensões dualistas e dicotômicas entre Estado e Sociedade civil, mas ir além de compreensões contextualistas — comuns inclusive no neo-institucionalismo histórico — e entender a relação entre ambos de modo genético, interacionista e codeterminante. Que as instituições do Estado não pairam no ar desencarnadas das disputas políticas e dos interesses sociais, e que a sociedade civil e os MSs [movimentos sociais] são simultaneamente estabilizados pelos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente e estrangidos pelos marcos legais [sic] das sociedades em que atuam, são diagnósticos em maior ou menor medida pacíficos nas Ciências Sociais — embora não assim suas implicações. Contudo, pensar o Estado como contexto da sociedade e vice-versa é insuficiente. (LAVALLE, *et al.*, 2017, p. 17).

Entendem que relações E-S estão no cerne da sociabilidade e dos processos políticos, tornando-se uma conexão inescapável presente em diversas circunstâncias. Obviamente, os autores consideram as variações nas formas em que se dão as relações, o seu conteúdo, bem como a variabilidade no sucesso em institucionalizarem-se num determinado setor.

Esta literatura é sensível aos processos históricos repletos da atuação dos movimentos sociais – marco teórico primário da mesma – em interação com agentes diversos, burocratas e políticos, em cenários em que as disposições institucionais importam na determinação de objetivos, identidades e estratégias dos atores. Ao mesmo tempo em que os atores sociais atuam constantemente na composição das instituições estatais, em processos de disputa. Desta forma, a codeterminação é indispensável para compreender os processos interativos e os seus resultados.



CONCLUSÃO

Os estudos observados, principalmente aqueles pré-interacionais, podem ser considerados estudos em que predominam categorias negativas para a explicação do tema. Os MSs são, mais em umas categorias do que em outras, entendidos como sujeitos carentes de autonomia para que possam alcançar seus objetivos e existirem em sentido político.

A organização da sociedade civil dependeria de independência e afastamento em relação ao Estado, para Weffort (1973); conceitos como consciência de classe, para Kowarick (1979) e Jacobi (1982). A teoria desdobrada do marco teórico que Sader (1988) fundou, enfatizou a necessidade e hipertrofiou os discursos nativos da sociedade civil em relação a autonomia. Desta forma, compreendem-se movimentos sociais como agentes de manifestação de identidades sem interesses a serem negociados junto ao Estado ou às políticas públicas. Estes interesses seriam endógenos ao movimento. Ao passo que Boschi (1988) demandará atenção ao oposto: as bases sociais têm grande interesse em articulação junto ao Estado, demandando deste a promoção de suas agendas. A conexão observada por este autor nega a ideia tradicional de que os movimentos de base assumissem postura defensiva em relação ao Estado. Ao contrário, com discursos afiados em demandas, partem para a ofensiva sobre ele, de forma a perpetrarem seus interesses.

Finalmente, os trabalhos que repercutem a interação aberta entre E-S se posicionam no século XXI. Estes revolucionam as noções dicotômicas entre ambos, além de possibilitarem observar por outra lente a organização dos movimentos. Evidenciaram que os MSs cristalizam demandas frente/junto ao Estado.

Destarte, a mobilização social tende a ser descoberta no Brasil por riquíssima literatura. Ela desdobra as potencialidades de se observar a atuação social sobre os processos decisórios; de compreender como identidades ali concentradas se articulam e negociam. De forma geral, como a democracia é exercida no seio da sociedade civil organizada.



Se a ideia de “invenção” da capacidade organizativa da sociedade civil indica que em algum momento ela passa a existir, realmente; não se pode dizer que esta ideia seja verdade. Ao invés disto, as “revoluções” epistemológicas têm descoberto este fenômeno. O artigo se organiza em cinco seções além desta introdução e da conclusão. Cada seção dará conta de uma categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, Junho 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Oct. 2017.

BOSCHI, Renato. **A arte da Associação**: Política de Base e Democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, 1987.

CORNWALL, Andrea; COELHO, Vera. Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. In: **Spaces For Change?** The Politics of Citizen Participation in New Democratic Arenas. Londres: Zed Books, 2007, pp. 1-29.

CORTES, S. V. Viabilizando a participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouços institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº.2, 1996, p. 31 -58.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 145-179.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José Leon. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, nº 1, abril, 2015, p. 157-187.

_____. CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Série Textos para Discussão CEM. Disponível em: < <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/2123-wp19.2017.vfmesmo.pdf>> Acesso em: 26 out 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MOURA, Joana Tereza; SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores sociais em Espaços de ampliação da democracia:** as redes sociais em perspectiva. Revista Sociologia Política, Curitiba, vol. 16, número suplementar, pp. 43-54, agosto 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. PAOLI, Maria. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 39-68.

WAMPLER, B. Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: PIRES, R. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, pp.151-158, 2011.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra), **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, 1973, pp. 66-105.

_____. **O populismo na política brasileira.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003,



ORGANIZAÇÕES CIVIS PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS EM MINAS GERAIS

Maria Carolina Arruda Branco¹

Helena de Oliveira Vitória²

Julia do Carmo Carbone³

Resumo

De modo diferente ao que se observa hoje, os diversos povos a que chamamos indígenas outrora ocuparam o território brasileiro por completo (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). Por isso, a garantia das Terras Indígenas, que fora da região Norte muitas vezes não passam de marcos geográficos pontuais, pode ser vista como uma história de resistência aos invasores que teve início logo nos primeiros contatos e segue até os dias de hoje. Registra-se que apenas no início do século XX surgiu a primeira política do Estado brasileiro voltada efetivamente para os povos indígenas. Tratou-se da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que tinha por orientação dar "amparo" aos indígenas do Brasil (RIBEIRO [1970]1996). Submerso em denúncias de corrupção o SPI atuou até 1966, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). Contudo, os conflitos envolvendo os povos indígenas continuam sendo recorrentes no Brasil, na maioria das vezes como consequência da implementação de grandes projetos que impactam a dinâmica da vida dos povos indígenas, os conflitos agrários e de maneira mais ampla, a má distribuição de terras. Em meio a este contexto de disputa entre grandes interesses, a partir da década de 1970, muitas organizações se constituem para a proteção e promoção dos direitos indígenas. Algumas delas de caráter nacional, são elas: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Núcleo de Direitos

¹ Graduanda; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; Observatório de Inovação e Redes Organizacionais; e-mail: marrudabranco@gmail.com

² Graduanda; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; Observatório de Inovação e Redes Organizacionais; e-mail: helenaoливit@gmail.com

³ Graduanda; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; Observatório de Inovação e Redes Organizacionais; e-mail: julia.carbone@gmail.com



Indígenas (NDI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). E atualmente uma que se destaca é o Instituto Socioambiental (ISA). Estas organizações desenvolvem papel fundamental contribuindo para os diversos modos de organização política indígena. Elas compõem a rede de política pública para os povos indígenas estendendo os horizontes em locais onde a FUNAI não chega. Fazem a interlocução entre indígenas e órgão público, a defesa dos interesses indígenas, denúncias de situações que afetam a vida destes povos, bem como a veiculação e promoção de conhecimento indígena. Neste trabalho analisamos as organizações civis mobilizadas pelos direitos dos povos indígenas no Estado de Minas Gerais. Coletamos dados sobre o número de organizações, os assuntos abordados, a localização das organizações e os eventos aos quais se vinculam.

Palavras-Chave: Povos Indígenas. Organizações Civis. Políticas Públicas. Projetos Sociais. Estado.

Introdução

O texto está dividido em duas partes e uma conclusão abordando os povos indígenas e as relações as quais este trabalho se propõe. A primeira "Breve histórico do surgimento das organizações indígenas no Brasil" é um esforço de retomada das mobilizações indígenas por todo o país a partir, principalmente, da década de 1970, o cenário que se configura antes da constituinte de 1988 e os desdobramentos que todas estas mobilizações tiveram nas vidas dos povos indígenas e como elas potencializaram mais organizações indígenas pelo país nos anos que decorreram.

Em um segundo momento "As organizações no estado de Minas Gerais" debruçamo-nos sobre o estado de Minas Gerais propriamente dito, tratamos das organizações que atua de forma estadual e buscamos aprofundar a busca acerca das organizações que atuam de forma regional, localizadas em tais e tais etnias. quem são elas? onde estão localizadas? que etnia é esta? destacamos os dados que buscamos e observações que fizemos a partir de nosso recorte que é o estado de Minas Gerais.



Por fim, retomamos a discussão acerca de nossas hipóteses sobre a temática, os dados que encontramos e os próximos caminhos a que precisamos trilhar para chegarmos ao aprofundamento das questões que abordamos.

Breve histórico do surgimento das organizações indígenas no Brasil

Os povos indígenas como sabemos, habitam as terras que hoje reconhecemos ser brasileiras muito antes deste país se consolidar enquanto tal. No Brasil, a pauta dos povos indígenas começou a ser mais recorrente no início do século XX, com o que costumasse chamar de “indianismo brasileiro”.

No entanto este “indianismo brasileiro” agiu sob uma prática republicana de “integração nacional”, como desta Ricardo Verdum (2009). Segundo o autor, este indianismo carrega em si uma contradição quando pensado envolto desta integração nacional uma vez que “postula o relativismo cultural ao mesmo tempo que ambiciona a meta de “incluir os índios” na sociedade nacional” (2009, p. 99).

O período entre 1986 e 1988, processo de constituinte, foi o momento de efervescência do surgimento das organizações indígenas no Brasil. O reconhecimento, na Constituição de 1988, no que se refere à organização dos povos indígenas, resultou no surgimento e na “multiplicação de organizações indígenas pelo país afora e sua articulação em redes regionais, nacionais e inclusive transfronteiriças” (2009, p. 100), e não apenas, este cenário também proporcionou maior visibilidade às pautas indígenas e um fortalecimento das organizações que já tinham se consolidado.

Mediante isso, relatamos aqui algumas das organizações que, neste e pós este momento, ocuparam um papel central para os avanços nos debates públicos acerca dos povos indígenas no Brasil. Começamos destacando a UNI- União das Nações Indígenas. A partir de 1970, com o apoio do CIMI- Conselho Indigenista Missionário, surgiam “Assembleias Indígenas Intertribais” que tinha como pauta os diversos problemas que os indígenas enfrentavam em todo o país, estas assembleias foram realizadas ao longo dos anos, quando em 1978 o Governo propõe uma emancipação dos índios, o que mobilizou estes povos a saírem da esfera regional e ocupar um espaço de reivindicação



nacional, em 1979 os indígenas criam a UNI. A UNI ocupou posição de destaque durante a constituinte supracitada. Ela foi uma das principais articuladora dos povos indígenas neste momento⁴.

A Constituinte de 1988, no que concerne aos povos indígenas, o maior ganho foi o capítulo VIII- Dos Índios, dentro do título VIII DA ORDEM SOCIAL. Neste capítulo, destinado aos povos indígenas, há dois artigos que dão devida atenção às reivindicações do momento, o primeiro artigo (231) que reconhece aos índios, dentre outras coisas, sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, [1988] 2009) os incisos de que seguem o artigo abordam principalmente a questão deste território tradicionalmente ocupado. No segundo artigo (232), o Estado brasileiro, através da constituição reconhece que “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (Ibid., [1988]2009).

Os dois artigos destacam as principais reivindicações dos povos indígenas naquele momento que era a questão da Terra/Território e a garantia e reconhecimento destes e os direitos e respeito às pluralidades.

Logo após este acontecimento, nos anos 1990, surgem organizações regionais as quais destaco aqui a FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a COIAB -Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, e em âmbito nacional, criou-se o CAPOIB- Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

A CAPOIB, surge após 1992 quando acontece uma grande mobilização indígena em Brasília, esta mobilização tinha como principal foco a discussão de propostas para um novo Estatuto do Índio, Lei 6001/73, este episódio mais uma vez reuniu os indígenas para a discussão sobre si, o que resultou mais tarde no Estatuto das Sociedades Indígenas. Estatuto este que foi paralisado na Câmara, esta paralisação,

⁴ Cf. <http://www.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/244-organizacoes-indigenas> acesso em 21/07/2018



segundo Verdum (2009), fez pairar um ar de desconfiança dos povos indígenas para com o novo Governo que tomaria posse em 1995, o de Fernando Henrique Cardoso.

Somente 14 anos mais tarde, no segundo mandato do Governo Lula, é que se retoma a elaboração de um Estatuto. Esta elaboração reconheceu na CNPI- Comissão Nacional de Política Indígena, através de um decreto presidencial em 2006, a operacionalização da questão, a CNPI é composta por 12 integrantes do Governo Federal, 20 Indígenas de localizações distintas, de todo o país, e 2 representantes de entidades não governamentais. (2009, p. 103).

Atualmente, o CNPI “é composto por 45 membros, sendo 15 representantes do Poder Executivo Federal, todos com direito a voto; 28 representantes dos povos e organizações indígenas, sendo 13 com direito a voto; e dois representantes de entidades indigenistas, com direito a voto”, segundo informações da FUNAI- Fundação Nacional do Índio. E segundo a mesma fonte, a CNPI:

Foi criado com o objetivo de se consolidar enquanto instância de proposição de princípios e diretrizes para políticas públicas voltadas aos povos indígenas, bem como para o estabelecimento de prioridades e critérios na condução da política indigenista. Além disso, seu funcionamento possibilitará uma maior transparência e o estabelecimento de instrumentos de acompanhamento e controle da execução das ações do Estado brasileiro por parte dos povos indígenas e da sociedade civil.⁵

Em 2005, com o cenário ainda pouco favorável aos direitos dos povos indígenas, durante a assembleia Acampamento Terra Livre, Brasília, os indígenas mobilizados e dispostos a discutir suas realidades, lançaram oficialmente uma organização de representação nacional, a APIB- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

A APIB encontra-se em uma posição de articuladora de algumas organizações regionais espalhadas pelo Brasil. Segundo o site da própria APIB, ela aglutina pautas de reivindicação e demanda política dos indígenas de diferentes localidades. Dentre as organizações regionais que a APIB articula estão: Articulação dos Povos Indígenas do

⁵ <http://www.funai.gov.br/index.php/cnpi1> acesso em 21/07/2018



Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa⁶. Atualmente a APIB ocupa uma posição privilegiada e central no que se refere à articulação das organizações indígenas.

Tendo abordado de maneira ampla e geral a trajetória das organizações indígenas no Brasil, mais especificamente a partir dos anos 1970 e com ênfase nos anos que precederam a Constituinte de 1988, bem como os anos que posteriormente vieram, tentamos tratar do surgimento das organizações e de um cenário político brasileiro da época que quando trazido à tona torna compreensivo as motivações para a criação e a articulação das organizações indígenas pelo país.

As Organizações no Estado de Minas Gerais

Realizado um panorama geral das organizações ao longo do país, cabe-nos agora centrar a discussão no que se pretende o presente trabalho, as Organizações no Estado de Minas Gerais. Ao longa das buscas uma em especial apareceu bastante, a APOINME- Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, como uma organização regional com um caráter mais abrangente, haja vista que ela dá conta da articulação de uma parte considerável do cenário indígena em alguns estados brasileiros.

A APOINME, surgiu após a IV Assembleia Geral, em 1995, que foi realizada em Belo Horizonte- MG. O evento fora organizado por mobilização de indígenas do Nordeste, mas resultou em uma organização mais ampla abrangendo mais dois estados brasileiros⁷. Atualmente a APOINME se encontra enquanto uma das grandes e com maior capacidade de alcance e articulação dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

⁶ Cf. <http://apib.info/apib/> acesso em 23/07/2018

⁷ Cf. http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=901&Itemid=571 acesso em 23/07/2018



Outra organização que contribui efetivamente para a articulação dos povos indígenas em Minas Gerais é a COPIMG- Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais. Criada em 1996, formada pelos Povos Indígenas, a COPIMG, atua como intermediadora das pautas indígenas no estado de Minas articulando o diálogo entre organizações não governamentais bem como governamentais.

O CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva é uma organização não governamental que atua no Estado de Minas Gerais em prol dos direitos dos povos indígenas. Esta ONG tem um trabalho de documentação muito importante, que hoje, sem dúvida atua em uma dimensão da preservação, resgate e registro da história dos povos indígenas.

O CIMI- Centro Indigenista Missionário, apesar de ser um organismo vinculado a uma questão nacional- a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, no Estado de Minas Gerais, aparece como um articulador importante dos povos indígenas, atuando na mobilização para realização de diversas assembleias indígenas.

Segundo o Marco de Referência dos Povos Indígenas em Minas Gerais (2009), estas três organizações citadas a cima, são as grandes responsáveis "pela promoção dos grandes espaços de discussão sobre as principais questões indígenas, sejam relativas à cultura ou à política indígena", e um dos grandes espaços articulados por estas três é a Semana dos Povos Indígenas, realizada anualmente em Belo Horizonte. Neste evento há a presença de lideranças indígenas e uma assembleia dos povos promovida pela COPIMG (2009).

Acerca das organizações no Estado de Minas Gerais, realizamos uma pesquisa direcionada nas mídias sociais. Utilizamos a princípio a ferramenta de pesquisa *Google*, inserimos os nomes das organizações, que tínhamos levantado a partir do banco de dados do ISA⁸, e fizemos a busca pelas três (3) primeiras páginas do *Google*, coletando informações de ações realizadas, páginas no *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, notícias relacionadas às organizações.

⁸ Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Organizações_indígenas acesso em 10/06/2018



Segundo os dados do Instituto Socioambiental (ISA), há um total de 26 organizações em Minas. No dia do acesso, a página havia sido atualizada pela última vez em 21 de fevereiro de 2018, o que nos leva a entender que esta informação esta atualizada. No entanto ao longo das buscas foram encontradas outras organizações que não constam no site do ISA, buscaremos fazer com elas também uma busca mais concisa pela internet, assim como fizemos com as 26 iniciais.

Notamos que embora a maioria destas organizações possuam CNPJ ativo, muitas delas não possuem perfis em mídias sociais e/ou se possui as atualizações não são feitas com frequência pois há casos em que já se passaram quase 2 anos e nenhuma postagem mais fora feita nos perfis das organizações. Partimos da hipótese de que possa haver alguma dificuldade das organizações locais de conseguirem mobilizar um trabalho de atualização dos perfis.

Segundo o levantamento, baseado nas 26 que tomamos como ponto de partida, tivemos como produto da pesquisa um total de 25 organizações indígenas presentes no Estado de Minas Gerais, as quais discorreremos a baixo:

O município de Araçuaí, localizado na mesorregião do Jequitinhonha, encontramos 1 organização: Associação Indígena Pankararu – Pataxó.

O município de Araxá, situado na mesorregião do Alto Paraíba, 1 organização: Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá.

O município de Carmésia, mesorregião do Rio Doce, localizamos 3 organizações: Associação Comunitária Indígena Pataxó do Vale do Retirinho e Imbiricu, Associação das Comunidades Indígenas Pataxó, Associação das Mulheres Pataxó.

O município de Belo Horizonte, capital do estado e localizado na mesorregião Central de Minas Gerais, encontramos 3 organizações: Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, Núcleo de Cultura Indígena.

O município de Bertópolis, situado na mesorregião do Jequitinhonha, fora encontrado 1 organização: organizações: Associação Indígena Maxacali Pradinho.

O município de Itapeçerica, localizado na mesorregião Centro-Oeste de Minas, encontramos 1 organização: Organização Indígena Pataxó da Aldeia Muã Mimatxi.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O município de Ituiutaba, mesorregião do Triângulo Mineiro, notou-se a presença de 1 organização: Movimento dos Indígenas não-aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

O município de Martinho Campos, localizado na mesorregião Central mineira, encontramos 1 organização: Conselho Comunidade Indígena Kaxixó.

O município de Resplendor, situada na mesorregião Vale do Rio Doce, encontramos 6 organizações: Associação Indígena Atorã, Associação Indígena Krenak, Associação Indígena Nak Nenuk, Associação Indígena Nakrerré, Associação Indígena Takruk, Associação Indígena Uatu.

O município de Santa Helena de Minas, mesorregião do Jequitinhonha, notou-se a presença de 1 organização: Associação Indígena Maxacali Água Boa.

E, por fim, o município de São João das Missões, situado na mesorregião do Norte de Minas, encontramos 6 organizações: Organização Xakriabá Morro Vermelho de São João das Missões, Casa da Medicina Tradicional Xakriabá, Associação Indígena Xakriabá Aldeia Tenda, Associação Indígena Xakriabá Aldeias Santa Cruz e São Domingos, Associação Indígena Xakriabá e Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto.

No entanto, estas 25 supracitadas, não são o montante final. Ao longo da pesquisa nos deparamos com o dado de que há mais organizações indígenas do que indica o site do Institut Sociambiental. Encontramo-la no site do Mapa das Organizações da Sociedade Civil um indicativo de que há 41 organizações indígenas no estado de MG, destas, 10 correspondem a organizações que já conhecíamos, isto é, existe um universo de mais 31 organizações as quais ainda não sabemos muito a respeito.

. Para este trabalho não conseguimos nos debruçar sobre estes novos dados, no entanto almejamos em um futuro próximo. O que sabemos com esta atualização dos dados é que possivelmente temos cerca de 56 organizações indígenas em Minas Gerais.

Retornando aos resultados primários que obtivemos, algumas observações são necessárias. Nota-se que há dois locais, aparentemente bem articulados, o primeiro os indígenas do município de Resplendor, totalizando 6 organizações, e o segundo, os indígenas que residem em São João das Missões, também 6 organizações.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Quanto ao primeiro, a etnia indígena que ali reside são os Krenak ou Borun, eles “constituem-se nos últimos Botocudos do Leste, nome atribuído pelos portugueses no final do século XVIII aos grupos que usavam botoques auriculares e labiais”⁹. Os Krenak são ameríndios falantes da língua Borun pertencente ao grupo linguístico Macro-Jê. Dentre os Krenak esta uma das grandes lideranças do movimento indígenas do Brasil, e com certeza do mundo, Ailton Krenak.

Quanto ao segundo, residentes de São João das Missões, são indígenas da etnia Xakriabá, ocupantes de 3 territórios em Minas Gerais, um com 43.415,9242 (ha), outro com 43.357,0000(ha) e por fim, um com 6.798,3817(ha). Por ocuparem território relativamente grande comparado às outras Terras Indígenas (T.I.) no estado de MG.

Mostrar 50 ▾						
TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Caxixó	Kaxixó	MG	Pompéu, Martinho Campos	5.411,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Cinta Vermelha Jundiba	Pataxó, Pankararú	MG	Araçuaí	0,0000	Em Estudo	Reserva Indígena
Fazenda Boa Vista - MG	Xucuru - Kariri	MG	Caldas	101,0000	Regularizada	Reserva Indígena
Fazenda Guarani	Pataxó, Krenák	MG	Senhora do Porto, Carmésia	3.269,7126	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Hãm Yixux	Maxakali	MG	Ladainha	522,7200	Regularizada	Reserva Indígena
Krenak	Krenák	MG	Resplendor	4.039,8241	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Krenak dos Sete Salões	Krenák	MG	Santa Rita do Itueto, Resplendor, Conselheiro Pena, Itueta	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Maxacali	Maxakali	MG	Santa Helena de Minas, Bertópolis	5.305,6719	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Muã Mimatxi (Fazenda Modelo Diniz)	Pataxó	MG	Itapecerica	0,0000	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Mundo Verde/Cachoeirinha	Maxakali	MG	Teófilo Otoni	606,1916	Regularizada	Reserva Indígena
Xacriabá	Xacriabá	MG	São João das Missões, Itacarambi	46.415,9242	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xacriabá	Xacriabá	MG	São João das Missões, Cônego Marinho, Itacarambi	43.357,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Xacriabá Rancharia	Xacriabá	MG	São João das Missões, Itacarambi	6.798,3817	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mostrando 1 à 13 de 13 registro(s)				< PRIMEIRO	<< ANTERIOR	1 PRÓXIMO >> ÚLTIMO >1

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai)¹⁰

⁹ Para mais informações: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak> acesso 25/10/2018

¹⁰ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> acesso 16/10/2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Abaixo inserimos a legenda feita pela própria Funai para facilitar a leitura em relação às fases do processo administrativo que cada T.I. se encontra no estado de Minas Gerais. A caixa ao lado em que possui “fase do processo”, “qtde” e “superfície(ha)” está disposta em relação ao contexto nacional.

Fases do Processo Administrativo

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas

De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

As fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas, abaixo descritas, são definidas por Decreto da Presidência da República e atualmente consistem em:

- **Em estudo:** Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.
- **Delimitadas:** Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.
- **Declaradas:** Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.
- **Homologadas:** Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.
- **Regularizadas:** Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.
- **Interditadas:** Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
DELIMITADA	43	2.219.513,9658
DECLARADA	73	7.602.655,2123
HOMOLOGADA	13	1.497.048,9576
REGULARIZADA	436	105.714.670,4501
TOTAL	565	117.033.888,5858
EM ESTUDO	114	0,0000
PORTARIA DE INTERDIÇÃO	6	1.080.740,0000

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai)¹¹

Estes dois casos, o dos Krenak e o dos Xakriabá, atravessados pela perspectiva de Putman (2006) sobre o Capital Social, pode ser pensado em uma chave de leitura acerca de suas organizações. A estes dois casos parece haver relações de confiança e reciprocidade que agem facilitando a cooperação entre os sujeitos e as organizações para a conquista de direito que estão na pauta das sociedades indígenas. Expliquemos, aos Krenak, supomos que haja um fortalecimento da etnia e sobretudo deste grupo que

¹¹ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> acesso 16/10/2018



habita Minas Gerais, uma vez que Ailton Krenak é uma liderança forte, propomos que a quantidade de organizações (6), a questão do território como observamos acima “regularizado”, se deva também na relação central da confiança e mobilização do grupo para dentro de si, assim como para fora da comunidade.

A mesma relação, atribuímos aos indígenas Xakriabá. Os Xakriabá como observamos habitam uma área de extensão territorial consideravelmente grande, duas em condição de “regularizada” e uma “delimitada”, isto de certa forma implica em que este povo possua um certo grau de organização haja vista que habitam um grande espaço geográfico. Mais uma vez observamos este movimento sob o pano de fundo da confiança. Os sujeitos necessitam confiar uns nos outros e realizar ações em prol do bem comum da sua etnia.

Conclusão

Este artigo pretendeu-se um trabalho, em primeiro lugar, de contextualização. Notamos que em relação aos estados brasileiros Minas é um dos que possuem uma quantidade relativamente baixa de territórios indígenas demarcados e isto em um cenário que notamos haver povos indígenas. A partir destes questionamentos contextualizamos quem são os povos indígenas no estado de Minas Gerais e como se articulam a partir de suas organizações.

As organizações com sabemos constituem-se conceitualmente como privadas e não vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado; sem finalidades lucrativas; legalmente constituídas, isto é, possuem CNPJ; gerenciam suas atividades de forma autônoma e suas ações são constituídas de forma voluntária por seus indivíduos, segundo o Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil (2018).

Sobre estas, buscamos contextualizar primeiro em um panorama nacional de quem são estas organizações e como elas veem atuando desde o a década de 1970 até os dias de hoje. Depois em um ambiente estadual até chegarmos no regional, plano ao qual demandamos um maior esforço para dizer quem são e onde estão.



A questão das Organizações da Sociedade Civil e os desdobramentos do conceito de Capital Social permeou algumas questões deste trabalho, a princípio abordado de forma discreta por nós. Justamente porque estas ideias estão em fase inicial, bem como este trabalho, assim sendo, tratamo-las como hipóteses a serem confirmadas ou refutadas em trabalhos futuros. Pretendemos aprofundar a discussão dando continuidade a este estudo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Ed. Edipro, 2009;

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009

COELHO DE SOUZA, Marcela. EntreTerras. Brasília, v.1, n.1, junho 2017.

ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Marco de Referência Povos Indígenas em Minas Gerais, 2009.

LOPEZ, Felix Garcia (Org.). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: Ipea, 2018.

PUTMAN, Roberto D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna/ Roberto D. Putman, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo, Companhia das Letras, [1970]1996.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: Povos Indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina. Ricardo Verдум (Org.). Brasília. Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009



A DIFUSÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS DE ACCOUNTABILITY NO BRASIL

Ana Carolyne Martins de França¹

Vinícius Eduardo Martins Baraldi Vaz²

RESUMO

O tema da cooperação entre organizações têm ganhado relevância no debate atual sob o prisma do que se convencionou chamar de redes interorganizacionais. A literatura da ciência política tem se ocupado de um tema correlato ao abordar a cooperação entre as organizações que conforma a *web of accountability institutions*. Sob o prisma dessa disciplina, os estudos investigam em que medida uma rede conectada é capaz de melhorar o controle sobre os agentes públicos e privados. Em geral, as pesquisas investigam se há ou não interação entre os agentes que permitem o fluxo de informação, mas tem dado pouca atenção ao processo de difusão de iniciativas desenvolvidas para promover a cooperação entre organizações de *accountability*. Em 2010, no estado da Paraíba foi criado um estilo inovador de gestão da interdependência entre órgãos de controle facilitando o intercâmbio de informações: o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO). Esta estratégia motivou a cooperação entre agências de controle e delas com as organizações civis se difundiu pelo país. O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados iniciais da pesquisa: "Tecendo laços na rede brasileira de instituições de *accountability*: uma análise da difusão de iniciativas de cooperação para prevenção e combate à corrupção". Sob o prisma da sociologia organizacional pretendemos contribuir para o debate ao identificar os mecanismos que atuaram/atua no processo de difusão dos FOCCOs pelo território nacional. Analisamos os dados sugerindo a atuação do mecanismo de contágio no processo de difusão e apontamos o tema da formação de laços em redes organizacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Redes interorganizacionais; Cooperação; *Accountability*.

A difusão das redes de cooperação para prevenção e combate à corrupção.

O tema da cooperação entre organizações têm ganhado relevância no debate atual sob o prisma do que se convencionou chamar de redes interorganizacionais. A literatura da

¹ Graduanda em Ciências Sociais – UNIFAL-MG – Bolsista de iniciação Científica PIBICT/FAPEMIG.

² Graduando em Ciências Sociais – UNIFAL-MG – Bolsista de iniciação Científica FAPEMIG.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

ciência política tem se ocupado de um tema correlato ao abordar a cooperação entre as organizações que conforma a *web of accountability institutions*. Sob o prisma dessa disciplina, os estudos investigam em que medida uma rede conectada é capaz de melhorar o controle sobre os agentes públicos e privados. Em geral, as pesquisas investigam se há ou não interação entre os agentes que permitem o fluxo de informação. A literatura tem apontado que no Brasil o sistema de controle é formado por instituições fortes o que se expressa por meio de instituições autônoma que aumentaram consideravelmente o número de ações empreendidas no último anos. Todavia, os resultados produzidos por este sistema são fracos, o que é função de um processo de *accountability* política diluído e um sistema fracamente conectado, falta integração e racionalização do processo (SANTISO, 2007; LOUREIRO; TEIXEIRA; MORAES, 2009; ARANTES, 2011; TAYLOR, 2014).

Este trabalho visa analisar o processo de difusão de uma iniciativa que vai na contramão da falta de integração entre agência de controle apontada pela literatura. Especificamente, examinamos características do processo de difusão de iniciativas de cooperação para prevenção e combate à corrupção. Na primeira seção, descrevemos a característica da inovação destacada apresentando os aspectos gerais de sua materialização seminal no estado da Paraíba/Brasil. Na segunda seção apresentamos o conceito de *accountability* e destacando os agentes e o problema da interação entre eles. Nas sequências, discutimos algumas questões gerais sobre processos de difusão, neste momento apoiamo-nos um debate sobre difusão de políticas públicas para encontrar pistas sobre mecanismos que provavelmente contribuíram para reprodução de redes de organizações de *accountability* no território nacional. Na quarta seção apresentamos os procedimentos que aplicamos para levantar os dados e, em seguida, os resultados que alcançamos. Por fim, fechamos o texto com considerações finais sobre os achados e apontando o tema da formação de laços com uma linha de pesquisa que muito poderá contribuir para o fortalecimento dos processos de *accountability*.

Inovação Institucional no da fiscalização e promoção da transparência.

Em 2005, no estado da Paraíba/Brasil, iniciou-se um processo de reorganização do campo de promoção da *accountability* no Brasil. Alguns agentes da *accountability* ali imersos dedicaram-se a gestar e implementar um novo estilo na fiscalização e na promoção a transparência pública no Brasil, cuja principal mudança passou a valorizar a interação entre as



organizações e a gerir a interdependência entre elas. Houve um investimento acentuado para reestruturar o campo organizacional incentivando o planejamento e a atuação conjunta no exercício da fiscalização e na promoção da transparência pública. Deste esforço resultou a criação do Fórum Permanente de Combate à Corrupção (FOCCO).

Segundo Ribeiro (2016) O FOCCO foi criado com objetivo de incentivar o planejamento de ações conjuntas de fiscalização e de promoção da transparência, bem como de facilitar o compartilhamento de informações entre as organizações participantes. Consequentemente, sua criação forneceu as condições para que os encontros entre os representantes das organizações envolvidas tornassem mais regulares, o que elevou as relações entre essas organizações a outro patamar. Sem desconhecer a diferença entre a natureza das organizações estatais, chamadas órgãos integrantes do Fórum, e as organizações civis, nomeadas Entidades colaboradoras, visou-se a cooperação no uso dos recursos sob domínio dos participantes do FOCCO a fim de melhorar os resultados alcançados individualmente. Nesse sentido, a fiscalização e a transparência pública deixou de ser produto de ações isoladas das agências de controle e organizações civis e passou a ser concebida com dependente de ações colaborativas entre o conjunto de atores interessados em um mesmo fim. A figura 1 é uma representação do novo estilo proposto para o campo. Nela estão representados os dois grupos de organizações participantes e as interações possíveis, isto é, intra e entre grupos.

Figura 1 - Trocas e atores nos Fóruns Permanentes de Combate à Corrupção.



Fonte: Ribeiro, 2016.

Originalmente, o FOCCO foi instituído a partir da iniciativa de diretores e outros membros das agências estatais de controle, especificamente, do ministério público federal na Paraíba (MPF/PB), do ministério público estadual do Estado da Paraíba (MPE/PB), do Tribunal de Contas da União na Paraíba (TCU/PB) e da Controladoria Geral da União na Paraíba (CGU/PB). O movimento se desencadeou sem de apoio institucional, motivado pela



percepção de algumas atores sobre a importância das ações de cooperação para a prevenção e combate à corrupção³. Com esse objetivo, tais atores empreenderam a construção de redes de interação entre as organizações do campo organizacional da fiscalização e promoção da transparência pública. Imprimiram, assim, um novo estilo de pensar e realizar a atividade fim do campo.

Diante da complexidade do campo e mediante uma compreensão ampla das atividades relacionadas ao controle da gestão do bem público, concebeu-se um formato institucional capaz de incorporar as diversas organizações do campo. O sucesso da proposta refletiu-se na adoção do modelo em outros estados da federação brasileira, sendo que em alguns lugares adotou-se o mesmo nome, "Fórum Permanente de Combate à Corrupção". Em outros, optou-se pelo nome de Movimento Articulado de Combate à Corrupção (MARCCO) ou Rede de Controle Social. Em um segundo momento, iniciativas providas pelo TCU adotaram de Redes de Controle da Gestão Pública (RCGP) e, em 2015, criou-se Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO).

Em comum todas as iniciativas, inspiradas no FOCCO, tem o objetivo de aumentar a eficiência e agilidade no trato e repasse de informações e documentos, facilitando o intercâmbio de dados entre organizações civis, empresas e órgãos das esferas federal e estadual, sem prejuízo da legalidade ou do sigilo que algumas ações nesse campo exigem. Visando o fortalecimento das redes, os atores no campo vem promovendo desde 2015 o "Seminário Nacional de Cooperação para Prevenção e Combate à Corrupção".

Accountability política: atores e o problema da interação

O prisma da *accountability* pode visto como uma ferramenta de acompanhar e controlar a política que vem ganhando espaço no território nacional, pois a utilização de recursos públicos e prestação de contas sempre geraram debates e preocupações já que diversas vezes existe uma má aplicação desses recursos e falta de punição, tendo isso em vista a população vem buscando alternativas para conseguir espaço no campo da fiscalização e ter acesso às informações mais específicas sobre a política seja ela local, estatal ou nacional, ou seja, a prestação de contas e o acompanhamento das decisões que os governantes tomam tem despertado interesse na esfera social, tal participação da sociedade em ações da esfera política

³ Na figura 1 estes atores mobilizaram as identidades de formuladores, difusores e motivadores.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

recebe o nome de “controle social”. “Esse fenômeno encontra-se estritamente associado às discussões sobre o aprofundamento da democracia, mediante a atuação de novos atores sociais na vida política” (RIBEIRO; HIGGINS, 2014, p.14).

No cenário dessa abordagem da *accountability* as dimensões estatais e sociais (atores de sociedade civil) estão envolvidas, os representantes de estado adquirem o papel de “observados” e os agentes sociais o papel de policiamento das ações, mas ambos agentes para conseguir seus objetivos precisam interagir para desenvolver suas ações, tornando-os interdependentes. Um exemplo dessa parceria entre a esfera estatal e social pode ser observado no projeto adote um município, o qual envolve o incentivo para se combater a corrupção motivando organizações civis a participarem; o projeto tem como característica promover a fiscalização em conjunto entre os atores sociais e estatais. Os atores sociais compartilham seu conhecimento sobre a realidade local para complementar as atividades especializadas por parte dos agentes estatais, entretanto, além de contribuir eles também adquirem conhecimento para poder desenvolver as suas próprias iniciativas de fiscalização.

Um dos aspectos que a política de *accountability* vem enfrentando é sua efetividade devido à falta de interação entre agentes de diferentes dimensões: horizontal, vertical e social. A interação teoriza que deveria haver um repasse de informações e apoio por parte da esfera social para a dimensão horizontal, buscando ajudar no cenário em que esta dimensão enfrentaria os considerados corruptos. A falta de comunicação dificulta a eficiência desse modelo de política, para obter melhores resultados as esferas devem buscar maior interação.

Vamos agora ir a fundo à dimensão social e caracterizar os atores que a compõem, vale lembrar que existe uma multiplicidade de atores presentes nessa esfera, isso faz com que as hierarquias sejam deixadas de lado. O primeiro ator é o jurídico, que se caracteriza por ser mais causal e pontual, sua estratégia é voltada para os órgãos especialistas em controle político, sendo assim ele faz denúncias diretamente ao judiciário, Ministério Público ou Tribunal de Contas. O segundo ator é o mobilizador o qual se caracteriza por estar relacionado com organizações civis especializadas formadas por movimentos sociais, a sua estratégia é composta por elementos midiáticos, ele visa expor e denunciar publicamente os comportamentos viciosos por meio dos meios de comunicação. O terceiro ator é o midiático, ele se caracteriza por se relacionar com a mídia independente com uma visão investigativa, sua estratégia é praticar ações que incentivem protestos e manifestações para atrair os olhos



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

da sociedade para os problemas que são necessários se combaterem, ele garante que a atenção pública foque nos dilemas do particular; a mídia também é uma ferramenta que pode servir de aliado dos atores sociais buscando difundir suas ideias e também como veículo de disseminar as denúncias e investigações. Tanto Ribeiro (2014, p.26) como Higgins (2014, p.26) chamam o sentido para uma correlação existente entre esses atores para manter uma relação com atores de outras redes, o que pode beneficiar de maneiras como: reconhecimento das ações feitas ou da própria organização civil; apoio; divulgação; obter informações; e rede de ação. Vale ressaltar que os agentes interagem por razões diversas, porém não significa que um ator apenas é detentor do monopólio de recursos.

Outra forma de classificar os agentes sociais é observando sua relação com o estado e a forma que atua, essa classificação é importante, pois a sua relação ou não com o estado tem influência na escolha de uma organização civil. Pensando nessa relação chega-se a quatro tipos de agentes: os que não recebem patrocínio do Estado e tem atuação contínua; os que não têm patrocínio do Estado e atuam em intervalos de tempo; os que têm apoio do estado e atuam de forma contínua; e os que atuam com influência estatal de forma intermitente. Sob o prisma de que é necessária a interação de agentes de diferentes dimensões para melhor eficácia da *accountability* pode ser observado que dessas relações tratadas anteriormente existe uma troca de recursos, que mesmo não garantindo o sucesso das ações, são fundamentais para que elas aconteçam, por isso é importante identificar as relações que as organizações civis têm com outros atores.

Como já foi dito, a política de *accountability* é realizada à partir da interação entre agentes de diferentes dimensões, e para uma boa fiscalização os atores que investigam devem ficar atentos para essas trocas. Às vezes esse estudo pode identificar atores que servem de intermediários para garantir a comunicação na rede, ou seja, eles são atores que mantêm laços fracos, como diz Granovetter, e assim conseguem interagir e conectar atores diversos; isso sugere que deve se atentar com todos os atores e não apenas os centrais. Ribeiro e Higgins encontraram quatro tipos de interações entre atores: reconhecimento que envolve atores importantes para sucesso das ações, é uma interação que os recursos valiosos passam pelos atores, pois existe um laço de legítimo entre eles; apoio técnico que são relações, como o próprio nome diz, obter apoio técnico para as ações, podem existir atores que são patrocinadores de ações nesse tipo de interação; divulgação de ações são interações que visam



divulgar as ações e iniciativas; obtenção de informações, como o próprio nome sugere, é uma interação em que envolvem atores que são fonte de informações e aqueles que necessitam dela, algo que pode ser notado é que os atores que as informações que são essenciais para o abastecimento das iniciativas e ações de outros agentes é que são atores centrais.

Difusão de inovações: mecanismos prováveis na reprodução do FOCCO, Brasil a fora.

A difusão ou disseminação de políticas públicas é um processo que vem se acentuando tanto entre países quanto no interior do mesmo país. Foi a partir dos anos 80, com eventos políticos que transcenderam barreiras nacionais, que o método de difusão se intensificou. Outro aspecto facilitador dessa intensificação foi o fato de que os formuladores de políticas públicas passaram a se comunicar por meio de redes, que possibilitam uma comunicação horizontal entre pessoas e instituições ao mesmo tempo. (FARAH, p.109, 2008)

Já no que tange a difusão dentro de uma mesma localidade, pode-se atribuir sua causa à descentralização do governo. Isto é, a transferência de atribuições e responsabilidades que antes eram do governo central ou federal facilitou o processo, o que reforça a importância do método em nível local. Mas ainda que a literatura sobre o tema seja pouco explorada, a difusão vem representar um “grande potencial de contribuição para o entendimento do local e de sua dinâmica hoje no Brasil, incluindo o desafio de integrar a essa reflexão a questão da diversidade regional” (FARAH, p.109, 2008).

Em relação ao conceito de difusão, têm-se de antemão a noção que relaciona o termo ao processo de adoção de políticas por diferentes localidades. Analisando a literatura relacionada aos estudos de difusão, Farah (2008) menciona os primeiros estudiosos a tratar do processo de difusão, e destaca Katz, Levin e Hamilton que definem o processo a partir de indivíduos ou agrupamentos, que se encontram conectados e se comunicam por meio de canais específicos dentro de uma estrutura social (sistema de valores ou cultura), que aceitam um item, prática ou ideia de outrem. Esses autores também relacionam o processo com “a antropologia, a sociologia da comunicação, o campo da educação, da saúde pública e de marketing e a sociologia rural como disciplinas ou campos de estudo que, no início dos anos 60, já haviam tratado do tema difusão.” (FARAH, p.111, 2008)

Levando em consideração que a definição trazida acima é um tanto abrangente, pode-se dizer que um elemento que não foi tratado ali é a influência do processo político sobre o



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

processo de difusão. O que faz com que o conceito de aprendizagem, um termo mais utilizado pela ciência política e pelos estudos de políticas públicas, seja lido como "um processo voluntário de transferência, do qual o adotante participa de forma ativa." (FARAH, p.112, 2008) Porém, a necessidade de um conceito mais abrangente que inclua a transferência coerciva faz com que o conceito de "transferência de políticas públicas", que se baseia no uso de conhecimentos acerca de instituições, políticas ou sistemas de provisão de um nível de governo por outro, seja preferivelmente utilizado pelos estudiosos.

Referenciais teóricos utilizados por estudiosos da área apontam três diferentes abordagens teóricas que tratam do tema da difusão de inovações. A primeira trata o processo como influenciado sobretudo por razões técnicas e internas às organizações, como atributos individuais. A segunda aborda o processo apontando que as influências sofridas são majoritariamente externas, como forças miméticas e pressões normativas exercidas por outras organizações. Já a terceira aponta que fatores relacionais são determinantes no processo. Teóricos da análise de redes sociais apontam "padrões de relacionamentos existentes na rede em que uma organização encontra-se imersa podem restringir ou aumentar suas possibilidades de escolha" (GOMES, GUIMARÃES, 2008).

Considerando que essa disseminação de políticas públicas trata da disseminação do que se diferencia do "padrão" habitual de tratamento de problemas público, a definição dos objetos desta prática divide seu entendimento ora como "best practices" (melhores práticas), ora como inovações. No que se refere às "melhores práticas" pode-se dizer que as suas características principais se baseiam no foco no desempenho da organização, do programa ou da prática; no foco na técnica utilizada para a resolução de problemas; e na ideia de modelo como algo que tende a ser replicado em diversos contextos. Isto é, "implica uma visão de inovação como uma solução completa, fechada e integral, a qual, implicitamente, prescreve um modo específico e único de responder a um desafio ou problema." (FARAH, p.113, 2008) Já a inovação, como um termo mais utilizado pela área, não é vista como uma solução fechada e concreta, mas sim como um novo arranjo de componentes que obteve sucesso a ponto de ter uma utilidade potencial em outros contextos.

Os referenciais teóricos tratam as inovações como ideias, prática ou objetos que ao serem adotadas por uma instituição, são considerados novos. Eles apontam que, embora a natureza da inovação seja um fator relevante no que se refere à decisão organizacional de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

adotá-la, existem outros fatores a serem considerados, dentre eles os fatores técnicos associados aos atributos organizacionais, fatores institucionais associados aos grupos de referência e de regulação e fatores relacionais associados às ligações dentro da rede de organizações (GOMES, GUIMARÃES, 2008).

Sendo assim, o conceito de inovações é tratado como toda novidade que ao ser implantada no setor produtivo, aumenta a eficiência ou implica em um novo ou aprimorado produto. Costa (2016) aponta em sua pesquisa que o interesse nos estudos das inovações despertou originalmente no período de surgimento da centralidade das manufaturas. Isto é, nas sociedades marcadas pelo modelo de produção fordista onde, no âmbito industrial, a capacidade de introduzir inovações determinava a competitividade e a posição organizacional no mercado. Vale ressaltar também que a bibliografia aponta que o interesse econômico nas inovações se dava apenas no âmbito dos produtos, e não no de serviços.

Os estudos teóricos do campo trazem quatro diferentes abordagens em relação às inovações nos serviços, sendo elas: a da assimilação, a da diferenciação ou demarcação, a da inversão e da perspectiva integradora ou de síntese. Porém, essas abordagens não levam em conta as características sociais e a estrutura de poder das sociedades. É importante acentuar também que o fato de que os estudos sobre inovações serem baseados no setor privado tem levado a não considerar o impacto do papel exercido pelo Estado (COSTA, 2016).

A natureza da inovação é fator relevante no que se refere à decisão organizacional de adotá-la, porém, existem outros fatores a serem considerados. Dentre eles pode-se destacar os fatores técnicos associados aos atributos organizacionais, fatores institucionais associados aos grupos de referência e de regulação e fatores relacionais associados às ligações dentro da rede de organizações. É de extrema relevância considerar que muitas das inovações administrativas podem ser entendidas como pressões institucionais, onde as respostas organizacionais a esse fenômeno podem variar de conformidade passiva à resistência agressiva. Essas respostas podem variar de acordo com o grau de legitimidade e de eficiência. (GOMES, GUIMARÃES, 2008)

Gomes e Guimarães (2008) apontam que a legitimidade nesse campo pode ser entendida como a percepção geral de autenticidade, adequamento e necessidade das ações dentro de um sistema de normas, valores e crenças construídos socialmente. Já a eficiência pode ser entendida no sentido de desempenho organizacional ou de funcionamento interno da



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

organização. Apontam também como fatores que influenciam na adoção de inovações as forças coercitivas, normativas e miméticas que fazem com que organizações adotem inovações, não por eficiência, mas por pressões externas. Mas ainda assim, o ganho de eficiência é o principal fator motivacional da adoção de inovações administrativas enquanto a legitimidade é o principal daquelas que as adotam posteriormente.

Existem fatores cruciais que levam uma inovação, como um programa ou uma política, a se disseminar. Pode-se destacar entre eles fatores com base na capacidade de uma política ou programa inovador de dar respostas inovadoras à novos problemas ou responder a velhos problemas de uma forma nova. Um fator digno de ser ressaltado a partir disso é o que tange a natureza do problema enfrentado. Isto é, é importante levar em consideração que se um problema é comum a outras localidades, a inovação tem um maior potencial de se difundir do que se o problema enfrentado for peculiar a outras localidades. Da mesma forma, a disseminação desta inovação será adotada mais facilmente se os problemas tratados forem considerados relevantes, como problemas de cunho social. Esse fator chama a atenção para a importância dos agentes internos, considerando que estes é quem vão considerar um problema relevante ou não. Inclusive, a agenda de políticas públicas precisa ser levada em consideração já que isso evita uma perspectiva que não considera o contexto das localidades adotantes. (FARAH, 2008)

Considerando então que o processo de disseminação depende da capacidade de responder a problemas que são comuns a diversas localidades, enfatizando o reconhecimento da situação ou condição como um problema social e incluindo a ação na agenda governamental, é preciso ainda considerar que ele depende do compartilhamento de informações. Para além disso, depende da capacidade da informação de se difundir por intermédio de uma ligação direta entre duas localidades numa relação de vizinhança. Porém, não se trata apenas de localidades vizinhas. Isto é, a difusão de informações também ocorre dentro de redes, tanto compostas por tipos específicos de participantes, quanto compostas de diferentes atores. O que permite afirmar que "nesse processo de divulgação "indireta" da informação, por meio de redes, ocorre a participação de atores e instituições externas às localidades envolvidas". (FARAH, 118, 2008)

A disseminação de inovações seria, portanto, condicionada pelos atores sociais e políticos nas localidades em papel de atividade, já que estes agem em função da incorporação



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

ou da rejeição de determinadas inovações. Porém, existem outros fatores que influenciam nessa disseminação, como o incentivo político, que a afeta no que diz respeito aos benefícios políticos dos quais a inovação trará potencialmente. Outro fator de influência é a existência de incentivos financeiros por parte do governo federal ou de agências multilaterais e de ONGs, já que existem "diretrizes e condicionalidades no acesso a recursos que acabam por induzir a adoção de determinadas "inovações".”(FARAH,119, 2008)

A implementação de inovações por parte dos atores também pode ser facilitada ou não de acordo com o quadro institucional existente tanto no país quanto na própria localidade. Da mesma forma que de uma certa capacidade administrativa e de recursos que viabilizam sua adoção e adaptação ao contexto. Sendo assim, as características da inovação dizem quais são os requisitos de capacitação e de recursos que a localidade receptora precisa ter. Padrões previamente consolidados em cada campo também podem afetar a adesão de uma inovação. Assim como ideologias e crenças estabelecidas pelos atores influenciam e limitam as escolhas dentro do campo. Vale lembrar também que uma ausência de disseminação e uma disseminação restrita podem ser sugeridas pelas ausências de informação. (FARAH, 2008)

Portanto, vendo a difusão como um processo de comunicação de informações por parte de atores e instituições que compõem uma rede de compartilhamento, pode-se dizer que esta é constantemente influenciada pelo processo político. Essa comunicação de inovações proporciona aos seus receptores novas soluções para seus problemas, visto que configura um conjunto de arranjos que obtiveram sucesso e são potencialmente úteis em diversos contextos. Todos estes fatores destacam também a importância dos agentes internos, já que estes têm o papel de implementar ou negar uma inovação. Isto é, a partir das circunstâncias são os atores que determinam o compartilhamento de informações assim como os demais fatores.

Metodologia

Procedemos a coleta de dados na internet sobre as redes de cooperação para prevenção e combate à corrupção, inspiradas no FOCCO. Utilizamos palavras chaves que identifica as 27 para buscar informações na plataforma *google*, por exemplo, no caso do FOCCO/AL, buscamos por: “FOCCO/AL”; “Fórum Combate à Corrupção Alagoas”; “Rede de controle em Alagoas” “Combate à corrupção em Alagoas”; “Dia de combate à corrupção na paraíba”. Examinamos os retornos das três primeiras páginas de cada busca buscando saber se a rede



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

possui um site, twitter, facebook. Classificamos a natureza das informações divulgadas, identificamos as instituições vinculadas aos resultados da busca (por exemplo: MPE, MPF, Receita Federal), iIdentificamos os produtores das notícias vinculada na internet (se site de jornal local, jornal de âmbito nacional, blog, etc)

Em um segundo momento acessamos o site e as mídias sociais das Redes (quando existiam) e acessamos os documentos chaves e novas informações disponíveis por este meio. Para acessar a forma como as redes se apresentam para o público, copiamos a auto-apresentação das redes que têm sítios e os eventos, ações e notícias ali divulgados. Por fim, buscamos por link para outros sítios e nomes de parceiros divulgados pelas redes nos seus sites e mídias sociais. Nesta etapa trabalhamos com recorte temporal de 2015 a 2017.

Realizamos uma análise das informações coletadas a fim de buscar regularidades que permitam identificar pista sobre os mecanismos que atuaram no processo de difusão das redes de organizações de *accountability*. Os resultados encontrados compõe a seção posterior.

Resultados

A partir da metodologia mencionada na seção anterior, foi possível apontar dados que colaboram para o entendimento da formação da rede de instituições dos FOCCOs. Os dados coletados apontam que todas as redes possuem um meio de divulgação virtual e o mais utilizado é o site próprio. Foi possível notar que as redes que utilizam desse recurso são a dos estados de Alagoas, Amapá, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Os demais estados expõem as informações de suas redes de maneira virtual utilizando sites de órgãos públicos como TCE, MPF, Rede de Controle de Gestão Pública, Sindicato de Fiscais da Fazenda.

Uma outra forma utilizada para esse tipo de comunicação pelas redes é a participação em mídias sociais como Twitter, Facebook e Instagram. As que utilizam da mídia facebook são as redes do estado da Paraíba, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina. As que utilizam o Twitter são as redes de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul. Já o Instagram é utilizado apenas pelas redes dos estados Sergipe e Mato Grosso do Sul. Sendo assim, poucas das redes utilizam deste recurso. A partir da observação destes meios de comunicação foi possível notar um aspecto que pode ser um indicador do processo de difusão entre as redes: o logotipo em forma de coruja.



Percebemos que pelo menos sete das instituições utilizam deste mecanismo de identificação, o que pode sinalizar a recorrência de aspectos entre elas.

Um recurso importante disponibilizado por algumas redes em seu site próprio é o “Disk Denúncia”, onde as pessoas podem recorrer aos FOCCOs para denunciar algum caso de corrupção ou acontecimentos relacionados. Porém, nem todos os sites das redes contêm esse recurso, sendo apenas os sites das redes dos estados da Bahia, Alagoas, Amapá, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Sergipe, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso que o disponibilizam, ou seja, a minoria deles.

A partir da pesquisa foi possível detectar que o número de integrantes dos FOCCOs varia de seis a vinte e cinco integrantes. Sendo que a Rede de Manaus (com vinte e cinco integrantes) é a mais integrada e o FOCCO-CE, o FOCCO-SE, e a Rede de Controle do Distrito Federal (com seis integrantes) são as menos integradas. Foi possível perceber que as instituições com mais ligações seriam o MPF – Ministério Público Federal, o TCU – Tribunal de Contas da União e o TCE – Tribunal de Contas do Estado. Existem algumas delas que têm ligações exclusivas com alguns estados, por exemplo, o Detran que possui ligação apenas com Alagoas e a Secretaria Nacional de Justiça que possui ligação somente com São Paulo. Porém, não foi possível localizar a lista de referente à Rede de Controle do Maranhão, foi encontrado apenas uma notícia que a vincula com outras 25 instituições sem especificá-las. As instituições que possuem maior número de parcerias são:

- MPF – Ministério Público Federal (MG, RO, AC, AL, AP, CE, ES, GO, PB, PE, RR, SE, SP, TO, RN, AM, DF, MS, MT, PA, PI, PR, RJ, RS, SC);
- MPE – Ministério Público do Estado (MG, RO, AL, AP, CE, ES, GO, PB, RR, PE, SE, SP, TO, RN, AM, BA, MT, PA, PI, RS, SC);
- CGU – Controladoria Geral da União (MG, RO, AC, AL, AP, PE, RR, SE, SP, RN, AM, BA, MS, MT, PA, PI, PR, RJ, RS, SC);
- CGE - Controladoria Geral do Estado (MG, AC, AL, AP, GO, PB, PE, SE, RN, AM, DF, MT, MS, PI);
- AGU – Advocacia Geral da União (MG, RO, AC, AL, GO, PE, RR, SP, TO, AM, BA, MT, MS, PA, PR, RJ, RS, SC);
- Polícia Federal (MG, RO, AC, AP, ES, GO, PE, RR, SP, TO, RN, MS, MT, PA, SC, MS);
- Receita Federal (MG, RO, AP, ES, GO, PB, RR, SP, TO, RN, AM, MT, MS, RS);



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

- TCU - Tribunal de Contas da União (MG, RO, AC, AL, AP, ES, GO, PB, PE, RR, SE, SP, TO, RN, AM, MS, MT, PA, PR, PI, RJ, SC, RS);
- TCE – Tribunal de Contas do Estado (MG, RO, AC, AL, AP, ES, PB, PE, RR, SE, SP, TO, RN, AM, BA, DF, MS, MT, PA, PI, RS, SC);

Outro aspecto que demonstra relações entre as redes são os eventos dos quais elas participam. Dentre os eventos observados na coleta dos dados pode-se ressaltar que alguns são particulares das redes e alguns incluem mais de uma delas. No ARCCO-MG resalta-se o Lançamento da Ação Integrada da rede que aconteceu no dia 9 de dezembro de 2017, o Balanço de 5 anos da LAI (Lei de acesso à informação) e a Criação de projetos no CGE e no TCE. Em relação ao CERCCO-RO, que foi criado no dia 24 de março de 2010, destaca-se dois eventos: o “Comitê Rondônia contra corrupção” que se trata da divulgação de uma carta feita pelo promotor de justiça e a Reunião do CERCCO no TCE (tribunal de contas estadual) que se trata de um debate sobre a criação de um núcleo de inteligência para o compartilhamento de informações entre as instituições e uma fiscalização conjunta nas áreas de saúde e educação, visando ter uma facilidade na troca de informações entre os órgãos que compõem o CERCCO.

É possível destacar no FOCCO-SP sua primeira reunião no início de 2014 e o I Simpósio Nacional de Combate à Corrupção São Paulo. Já no FOCCO-TO destaca-se a participação do CGE (Controladoria Geral da União) em sua primeira reunião de 2017, a assinatura dos integrantes do FOCCO-TO em um termo de combate a corrupção com objetivo de reforçar e implementar ações voltadas para este fim e a realização de um debate com a sociedade e órgãos de controle na universidade federal de Tocantins com o tema “combate à corrupção em foco” realizado pelo Ministério da Transparência em 2016.

Observa-se entre os eventos que algumas datas de criação de FOCCOs são recentes. Segundo GOMES (2008), forças coercitivas, normativas e miméticas fazem com que organizações adotem inovações, não por eficiência, mas sim por pressões externas às redes. Desta forma, as inovações se disseminam pela legitimidade, onde as ações se vêem autênticas, adequadas ou necessárias por serem determinadas dentro da rede. Essa integração de inovações como uma resposta estratégica, pode ter acontecido entre os FOCCOs. Isto é, os estados que não implantaram fóruns de combate à corrupção pela eficiência do mesmo, se viram na obrigação de implantarem porque a maioria dos demais estados brasileiros já haviam feito.



CONCLUSÃO

Neste artigo destacamos como o problema da *accountability* é levado a cabo por um conjunto diversificado de atores, que embora estejam categorizado de maneira ampla entre agentes do Estado e agentes da Sociedade Civil apresentam subdivisões intragrupais. Destacamos, como grande desafio para o bom funcionamento da *accountability* política, o problema da interação. Partindo da constatação de uma inovação institucional levada a cabo por agentes públicos responsáveis pela fiscalização e promoção da transparência no estado da Paraíba-Brasil, buscamos provas sobre o processo de difusão das redes estaduais de organizações de *accountability* inspiradas no FOCCO-PB pelo Brasil a fora. Por meio de uma pesquisa na internet verificamos a situação atual das *web of accountability institutions* que foram tecidas nos 27 estados Brasileiros. Como expomos na seção de resultados há grandes variabilidade no estágio de institucionalização das redes, mas podemos perceber alguns aspectos recorrentes, como o logo da coruja que é utilizado por pelo menos sete dos FOCCOs e pode ser um indicador do processo de difusão.

Em que pese estes achados, nossa pesquisa pretende, na sequência, desvendar os determinantes na formação de laços entre as organizações que conformam redes de organizações de *accountability*. Este tema tem sido recorrente no campo multidisciplinar que visam explicar o fenômeno das redes sociais. Do ponto de vista de uma sociologia organizacional, cabe explicar quais são os processos sociais que atuam na seleção de parceiros nas redes formadas por instituições ocupadas pela produção da *accountability* política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RIBEIRO, Antônio Carlos; HIGGINS, Sílvia Salej. A interação entre os mecanismos de *accountability* sob o prisma da análise de redes sociais: um estudo sobre a rede de monitoramento cidadão do projeto A1M. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 16, p.13-43, jul. 2014.
- FARAH, MFS. 2008. Disseminação de Inovação e Políticas Públicas e espaço local. **O&S**. v.15: 107-126.
- GOMES, AO. GUIMARÃES, TA. 2008. Difusão de inovação administrativa e localização estrutural em rede de empresas. **RAI - Revista de Administração e Inovação**. v. 5: 05-19.
- COSTA, LS. 2016. Inovação nos serviços de saúde: apontamentos sobre os limites do conhecimento. **Caderno de Saúde Pública**. pS1-S9



A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS

Gercidio Junior Valeriano Pereira¹

Marina Schkolnick Soares Leite²

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro está intrinsecamente ligado à intensificação e ampliação de desigualdades socioespaciais. Este trabalho tem como proposta central apresentar I) a situação de desigualdade e exclusão sociocultural e econômica vivenciada por povos indígenas que vivem em contextos urbanos, em particular, na região do Grande ABCD, SP e II) discutir as potencialidades do uso da metodologia das cartografias sociais para auxiliar na reflexão e análise qualitativa desse fenômeno social.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia Social. Etnogênese. Estruturação urbana. Desigualdades intraurbana.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro está intrinsecamente ligado à intensificação e ampliação de desigualdades socioespaciais. Esta afirmação é possível a partir da leitura histórica desse processo, embasado, principalmente, nos estudos e conceitos desenvolvidos por Milton Santos e Flávio Villaça, tais como segregação e espaço intraurbano. O estudo da história da urbanização no Brasil é essencial para compreendermos as dinâmicas de desigualdade e de conflitos socioespaciais presentes nas cidades. É basilar para a análise proposta interpretar a cidade como estrutura estruturada e estruturante de relações sociais e materialidades que geram desigualdade.

¹ Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades e Pós Bacharelado em Planejamento Territorial na Universidade Federal do ABC; Trabalho vinculado a Iniciação Científica e ao Projeto de Extensão “Diagnóstico Sociocultural e Econômico da população indígenas residente no Grande ABCD”. Email: gercidio.junior@aluno.ufabc.edu.br

² Graduanda no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades e Pós Bacharelado em Planejamento Territorial na Universidade Federal do ABC. Email: marina.leite@aluno.ufabc.edu.br



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

“A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.” (SANTOS, 1993:10) O período de 1930 a 1950 no Brasil marca a passagem de um modelo agrário-exportador para um urbano industrial, orientado por ideologias de modernização e desenvolvimentistas, constantemente presente nos discursos políticos. O índice de urbanização passa de 20,35% em 1940 para 77,13% em 1980, esse fato deve-se ao crescimento total da população em conjunto com o impacto das políticas de modernização realizadas entre 1930 e 1950.

Após a Segunda Guerra Mundial começa-se uma integração do território nacional através das ferrovias e rodovias; originalmente essas rotas eram primordialmente industriais, destinadas ao carregamento de cargas. Nesse processo houve tanto a expansão de cidades, quanto o surgimento de novas cidades na extensão das rotas, iniciando assim o transporte urbano de passageiros; a estação São Bernardo (atual estação Santo André) é um exemplo desse fenômeno, crescendo além dos limites municipais, interligando-se com outros municípios. (VILLAÇA, 1998:81) Apesar da importância da expansão e integração das ferrovias e rodovias, isso não garantiu uma base sólida para a urbanização. Tal expansão seguiu-se por uma intensa industrialização e modernização das cidades e dos meios de produção e comunicação, início do período definido por Milton Santos como meio técnico-científico-informacional, mas apesar dessa expansão, a urbanização só se fortificou por vias institucionais, através de investimentos e fomentos do Estado.

A partir de 1964, no contexto da ditadura militar, houve uma centralização e institucionalização do desenvolvimento das cidades. Foram criadas instituições para o fomento e planejamento da urbanização e habitação em escala nacional, tais como o BNH (Banco Nacional da Habitação), SFH Sistema Financeiro de Habitação) entre outros. O chamado “milagre econômico” na ditadura militar promoveu uma rápida integração do país, assim como uma inserção no mercado internacional, intensificando a urbanização desigual no país entre as décadas de 1960 e 1980. A postura centralizadora do Estado brasileiro na época favorece ainda mais uma urbanização desigual, com políticas higienistas, justificadas com o discurso de integração nacional. A



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

modernização nesse período favorece a expansão das regiões metropolitanas, dando ao território uma perspectiva mercadológica e industrial, ampliando o processo de especulação imobiliária, refletindo no surgimento e crescimento das zonas periféricas e políticas higienistas. Villaça (1998) usa o conceito de sítio social de Milton Santos para relacionar a segregação como parte do processo de urbanização e de estruturação dos centros intraurbanos. “[...]a especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização[...]” (SANTOS, 1993:96)

Como decorrência desse processo contraditório entre urbanização, modernização e crescimento das cidades, uma característica que se cristalizou ao longo do tempo nas metrópoles brasileiras foi a da divisão dos bairros em classes sociais, causando uma constante tensão entre os segmentos sociais da sociedade brasileira quanto à disputa por determinados territórios mais privilegiados em termos de presença de políticas públicas. Uma das expressões concretas mais evidentes desse conflito pode ser encontrada nas sucessivas expropriações territoriais coercitivas que inundam o noticiário cotidianamente. Villaça ao se aprofundar nesta questão conceitua segregação como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA 1998:142). Assim, a distribuição e divisão de classes mais ou menos abastadas por bairros (e, em muitos casos, dentro de cada um deles) têm impacto direto no acesso e atendimento de demandas prioritárias por parte da população urbana como o são os serviços básicos de transporte urbano, saneamento básico, segurança e educação pública. Esse conjunto de desigualdades socioespaciais intraurbanas é observável através da análise dos indicadores sociais cuja desagregação possibilita um estudo aprofundado de suas causas e fatores. Usamos a desagregação de indicadores para analisar as subdivisões do município em questão, seja por bairro ou região, garantindo uma análise mais aprofundada em dimensões micro. Um conceito-chave que servirá de parâmetro para orientar as análises presentes nesta investigação é o de território



intraurbano desenvolvido por Flávio Villaça em “Espaço intra-urbano no Brasil” (1998), justamente por sintetizar e trazer avanços nas pesquisas no campo das ciências sociais e humanas no que diz respeito a um olhar micro, específico e objetivo na análise e desagregação de indicadores sociais. “A expressão espaço urbano, bem como ‘estrutura urbana’, ‘estruturação urbana’, ‘reestruturação urbana’ e outras congêneres, só pode se referir ao intra-urbano [...] com efeito, das duas uma: ou se estuda o arranjo interno dos espaços urbanos, ou se estuda o arranjo interno dos espaços regionais, nacionais ou planetário. Nos dois casos, óbvio, o espaço é intra [...]” (VILLAÇA, 1998:18)

JUSTIFICATIVA

Segundo estudos específicos realizados pelo IBGE em 2010, e publicados de maneira analítica no documento intitulado Censo Demográfico – 2010: Características Gerais dos Indígenas /Resultados do Universo (IBGE:2012), 896.917 pessoas se autodeclararam indígenas no país, distribuindo-se e filiando-se em termos identitários a 305 etnias, falantes de 274 idiomas. Desde total, 517.3838 vivem em terras indígenas e 379.534 fora delas. Na região do ABCD, o mesmo Censo identificou de maneira quantitativa a existência de 2.358 pessoas que se autodeclararam indígenas à época. Sabe-se muito pouco em termos qualitativos sobre esse universo populacional em nossa região. As informações que temos, afora os dados quantitativos populacionais do IBGE mencionados, se encontram espalhadas de maneira aleatória em matérias publicadas em jornais e revistas da região.

Observando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nota-se um aumento significativo da população indígena no estado de São Paulo nos últimos vinte anos. Essa apresenta uma tendência migratória de estados do Nordeste para a capital paulista e parte da RMSP e litoral.

Na Região Metropolitana de São Paulo há apenas três Terras Indígenas reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), enquanto a maioria da população indígena



está inserida no contexto urbano, concentradas nas periferias da região e alguns nas zonas rurais.

Esse cenário desperta a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a situação dessa população, algo que vá além do estudo demográfico e cartográfico tradicional. Este trabalho torna-se relevante científica e socialmente na medida em que busca novas ferramentas cartográficas que articulem o conhecimento científico e o tradicional visando um estudo que aborde o aspecto multidimensional do território de comunidades tradicionais no planejamento. Trabalhar com essa temática é de alta relevância para as ciências sociais e humanas, pois são uma categoria que representam quase metade da população geral dos indígenas no Brasil e passam atualmente pelo processo de etnogênese. Tentamos ir um pouco além da elaboração de um diagnóstico econômico e sociocultural dessa categoria e apresentar ferramentas metodológicas - as cartografias sociais - que podem auxiliar essa população a participar do planejamento territorial, buscando a garantia de direitos a partir do domínio de ferramentas que antes estavam restritas a técnicos e acrescentando seus saberes tradicionais aos científicos.

METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho se baseia, num primeiro momento, no mapeamento bibliográfico do que vem sendo produzido sobre espaço intraurbano e segregação socioespacial e das teorias e experiências sobre as cartografias sociais. Além do mapeamento e análise bibliográfica realizamos a coleta de dados primários, com algumas entrevistas - trabalho ainda em andamento - dados secundários, extração e análise de microdados, e dados hemerográficos sobre as etnias foco de nosso trabalho.

INDÍGENAS NO ESPAÇO INTRAURBANO E ETNOGÊNESE

Neste artigo analisamos a situação dos indígenas no contexto do espaço intraurbano, considerando, como diz Harvey (1993, p.122), a disputa pelo domínio do espaço como componente vital da luta de classes. Espaço intraurbano possui um enorme poder estruturador nas cidades, pois estrutura-se pelas condições de deslocamento das pessoas



nas condições de trabalhador-consumidor, no movimento casa-trabalho, casa-compras, trabalho-faculdade, etc (VILLAÇA, 1998, p.20).

Ao fazermos um diagnóstico, num primeiro momento, quantitativo, sobre a situação dos indígenas em contextos urbanos, conseguimos nos aproximar da situação dessa população no espaço intraurbano, analisando componentes como situação e acesso a educação, equipamentos de saúde, empregabilidade, entre outros. Os dados secundários, porém, mostram-se insuficientes para nos aproximarmos das nuances da realidade, surgindo a necessidade de nos aproximarmos dessa população. Até o momento em que este artigo é escrito, começou-se um primeiro contato com algumas entrevistas, que ainda não serão expostas neste espaço, mas que já se mostram promissoras. Nas entrevistas percebeu-se a necessidade de buscarmos aporte na etnogênese para entender melhor as dinâmicas sociais e territoriais dessas etnias, a saber, Pankará, Pankararu, Guarani Mbya e Wassu-Cocal. Pretende-se, então, a partir deste estudo, entender como essas etnias estão se reconstruindo culturalmente, a partir de novos mecanismos sociais e de uma concepção diversa de território, como vemos em Oliveira, 1998:

“A atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais”. Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado”

A IDEOLOGIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL E MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

A ciência da cartografia foi desenvolvida inicialmente, não só com o intuito de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

mapeamento, mas de definir limites do Estado, identificação de rotas e legitimação de conquistas e colonizações, sendo utilizada, portanto, como um instrumento de produção de informação a serviço do Estado ou poder vigente. A evolução desse movimento, trouxe o mapeamento como organização do espaço, para pensar em gestão de recursos naturais, zonas administrativas e atividades econômicas, estruturando mapas com diferentes funções associadas ao papel dos Estados Nacionais.

A produção de conhecimento concentrada nas mãos de ideologias prevalecentes, como regra geral na história, não se dá de forma diferente quando se trata da cartografia, porém, o registro de informações geográficas muitas vezes acaba por demonstrar perspectivas conflitantes em diferentes escalas (internacionais, dentre municípios, dimensões de estudo, etc), como fronteiras, reservas naturais e uso sustentável, e especialmente de populações com identidades culturais, étnicas e sociais em seus territórios.

O mapeamento feito por diferentes atores políticos, gera diferentes resultados, porém, quando se trata de dinâmicas sociais, a forma tradicional da cartografia não se mostra em posição de aprofundar os estudos, uma vez que não leva em conta a apropriação territorial e o conhecimento tradicional territorial das comunidades tratadas. Dessa relação desigual entre pesquisadores e populações na cartografia tradicional, nasce a ideia da cartografia social, que se propõe a mudar a lógica da produção cartográfica nesse âmbito.

As representações cartográficas tradicionais são subordinadas ao sistema político e ideológico em que está inserida, ignorando o caráter plural do território, e assim, limitando-o, para que se adeque a certos ideais. A noção de que o mapeamento é parte e objeto da ação política abre espaço para a criação de políticas e correntes cartográficas alternativas, como a cartografia social, sugerindo análises locais sobre as dinâmicas sociais feitas pelas próprias populações, resultando em caminhos com a possibilidade de emancipação da produção de conhecimento.

Dentro da ideologia da cartografia social existem diversos eixos de execução de experiências que se dão de diferentes formas (assembleias públicas, capacitação em



SIGs (Sistemas de Informação Geográficos) de software livre, delimitação territorial, etc) e que podem ser utilizados para diversos fins, como diagnóstico local para elaboração de políticas públicas, zoneamentos, estruturação de um Plano Diretor, planos de manejo de áreas degradadas. No Brasil, as práticas de mapeamentos participativos começam a surgir como resposta às demandas sociais principalmente de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e através da necessidade de projetos de desenvolvimento sustentável e ordenamento territorial, como os Planos Diretores Participativos.

Tais experiências podem possuir um caráter emancipador para a sociedade, uma vez que invertem a lógica da produção cartográfica, dando o protagonismo aos indivíduos que constroem o território propriamente dito, podendo assim, resultar em diagnósticos e ações mais adequadas para o interesse da população local. Os mapeamentos participativos são comumente desenvolvidos e aplicados pelo Estados (em diferentes escalas), ONGs ou projeto acadêmicos, porém, estes órgãos externos devem limitar-se apenas ao papel de mediadores das experiências.

Para que os processos participativos ocorram de acordo com seus propósitos, estes devem integrar a cartografia e processos de planejamento ou manejo territoriais, construindo assim uma ponte entre os atores e o território, para que dessa forma os atores possam construir e se mobilizar pelo território.

A integração deve se dar também, entre os órgãos e os atores, para possibilitar o mapeamento baseado em saberes científicos e locais, fazendo com que a análise seja mais completa, e a experiência caracterize, além de uma produção coletiva de conhecimento, a elaboração de um projeto e mudanças nas concepções que os participantes teriam sobre o tema antes da experiência.

A democratização proposta pelo mapeamento participativo se dá apenas se o processo promover a elaboração de gestos concretos de democratização do território bem como de manejo de seus recursos, estruturando suas bases durante o processo de mapeamento associadas as ações políticas, programas ou projetos futuros, para que tenha efeitos sociais reais, não se limitando apenas ao mapeamento propriamente dito.



AS EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Observando o conceito de mapeamento participativo, é esperado que cada experiência se dê de forma extremamente diferente, assim como seus resultados, ainda mais se levarmos em conta que seu desenvolvimento se dá a partir da valorização das características particulares do local em questão.

Dessa forma, fica claro que tais experiências divergem ao redor do mundo. Na América Latina, os principais temas abordados giram em torno de uso da terra e manejo de recursos, demarcação e mapeamentos comunitários de comunidades tradicionais e ancestrais e etnocartografia.

No Brasil, os temas abrangem aqueles comumente abordados na América Latina, porém, há uma tendência em utilizar mapeamentos participativos para diagnósticos ambientais e zoneamentos. A maior parte das experiências executadas no país foram feitas no âmbito do desenvolvimento local, planos de manejo, unidades de conservação, Planos Diretores Participativos, educação ambiental e zoneamento de terras indígenas.

Atualmente, grande parte das experiências participativas têm sido executadas no âmbito do mapeamento de terras indígenas, buscando fortalecer sua cultura e relação com o território, garantir a posse das terras e uso sustentável dos recursos naturais, desenvolvendo uma diversidade de metodologias e abordagens, sejam estas de caráter altamente participativo ou com um viés técnico mais aprofundado.

Apesar da “popularização” dos mapeamentos participativos em comunidades tradicionais, grande parte das experiências na área acaba por não ser descritas ou publicadas, e quando são, raramente são por membros das comunidades, por falta de incentivo, tempo, ou pelo receio de levá-las à público e fomentar “sensibilidades” sociopolíticas que possam estar envolvidas, especialmente na América Latina, onde o Estado de Direito pode ser fragilizado.

METODOLOGIAS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Quando se desenvolve um projeto flexível e consideravelmente desconhecido como um



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

mapeamento participativo, é comum que algumas experiências não saiam como planejadas ou que alguns erros ocorram pelo caminho. Os desvios mais frequentes na execução de projetos com comunidades tradicionais incluem o traçado de fronteiras rígidas ou com usos instáveis e a exclusão de comunidades próximas ou de sujeitos que não participaram, e principalmente, o uso equivocado da tecnologia, de forma a distorcer o processo da necessidade da comunidade.

Com a era digital, cada vez mais pesquisadores se debruçam para entender o local das novas tecnologias em suas áreas de estudo. Quando se trata de cartografia social, o papel do mapa vem sendo colocado em cheque. É necessário sempre levar em conta que o mapa está sempre vinculado a um discurso, e que este deve ser priorizado, uma vez que podem existir independentemente das ferramentas visuais. É essencial estudar a necessidade de incluir os mapas nas experiências participativas.

Para os participantes, o mapa é sempre lido a partir de sua experiência e conhecimento prévio do território em questão, sendo que é de praxe do ser humano que lê uma representação cartográfica reconhecer primeiramente seu próprio território (sua rua ou bairro, por exemplo), para então compará-lo com os vizinhos próximos, e apenas após esta identificação, se inserir no conjunto representado.

Com o advento da tecnologia e experiências de emancipação popular, é preciso repensar na estruturação do mapa; este deve se tornar mais pedagógico e explicativo, se colocar na função de ser uma ferramenta do processo de informação, e admitir seu caráter subjetivo e ideológico.

No século XXI, começaram a surgir os mapas digitais, e coube aos pesquisadores descobrir o que eles poderiam acrescentar e introduzir ao universo da cartografia. Os mapas passam a ter um caráter dinâmico (imagens animadas, variáveis que se movimentam, etc), multimídia (combinações de textos, imagens e até sons) e interativos (permite que o usuário crie seu próprio mapa e selecione as variáveis utilizadas). A nova combinação de instrumentos para a construção de um mapa reforça a necessidade deste se fazer explicativo e o mais inclusivo possível.

Juntamente com os mapas digitais, as novas tecnologias trouxeram ferramentas de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

tratamento de dados e espacialização por satélite, como os SIG, especialmente os de software livre e fonte aberta. Os SIG abertos abrem as portas para o mapeamento livre, que se caracteriza por estar nas mãos dos usuários, mas também apresenta novos desafios para os pesquisadores da área.

Com a inovação tecnológica, surge a nova fronteira digital, caracterizada pela defasagem entre grupos sociais (grupos que se diferenciam por raça, faixa etária, localização e nível de educação, e que se separam cada vez mais, a cada nova tecnologia introduzida). Dessa forma, se introduz no cenário um desafio sociocultural de integrar as práticas de cartografia social com as inovações.

A solução técnica aponta para o desenvolvimento de articulações entre os SIGs e outras ferramentas de apoio, considerando o papel cultural das inovações. A utilização de SIGs como instrumento participativo popular só é eficaz quando há acesso à tecnologia (computadores, internet) e o conhecimento para utilizá-la para os devidos propósitos. Assim, as experiências de mapeamento participativo que pretendem fazer uso dessas tecnologias necessitam fornecer de antemão oficinas capacitadoras para os participantes. Se assim for feito, a experiência de planejamento participativo, poderá ser dividida em quatro eixos de trabalho a serem desenvolvidos pelos pesquisadores antes do mapeamento, para que seja possível fundamentar a experiência; (I) questionar o objetivo do planejamento e estruturar um embasamento teórico para a experiência, analisando outras similares, (II) questionar a produção da experiência a ser executada (compreender os SIGs e outras ferramentas utilizadas, entender as dinâmicas territoriais, questões institucionais e políticas envolvidas), (III) considerar uma possível renovação dos métodos e pensar em estratégias de gestão futura para o território, e (IV) estruturar a metodologia a ser utilizada de forma experimental, ou seja, organizar dispositivos de pesquisa e ações que poderiam ser aplicadas, criando assim um protótipo da experiência de mapeamento a ser aplicada em campo pelo técnicos.

Os eixos de trabalho para a estruturação de um mapeamento participativo ajudam a garantir que este não se desvirtuará de seu propósito inicial, seja com o uso desnecessário de tecnologias complicadas, ou com a tomada de protagonismo por parte



dos mediadores, podendo assim cumprir seu objetivo de emancipação do conhecimento pela comunidade, garantindo uma produção de conhecimento forte (parte teórica embasada, levando em conta objetivos, diferentes visões dos atores presentes, ideologia clara e acessibilidade).

DINÂMICAS TERRITORIAIS - PARA NÃO CONCLUIR

Nesse momento da pesquisa buscamos saber melhor sobre a localização, especialmente a localização urbana, entendida por Villaça (1992) como sendo “aquele [contato] que envolve *deslocamentos* [grifo nosso] dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo”. Para isso buscamos em fontes primárias e secundárias, tanto em material bibliográfico, como hemerográfico, dados e entrevistas que possibilitaram traçar, grosso modo, a localização e a trajetória das etnias foco de nossos estudos.

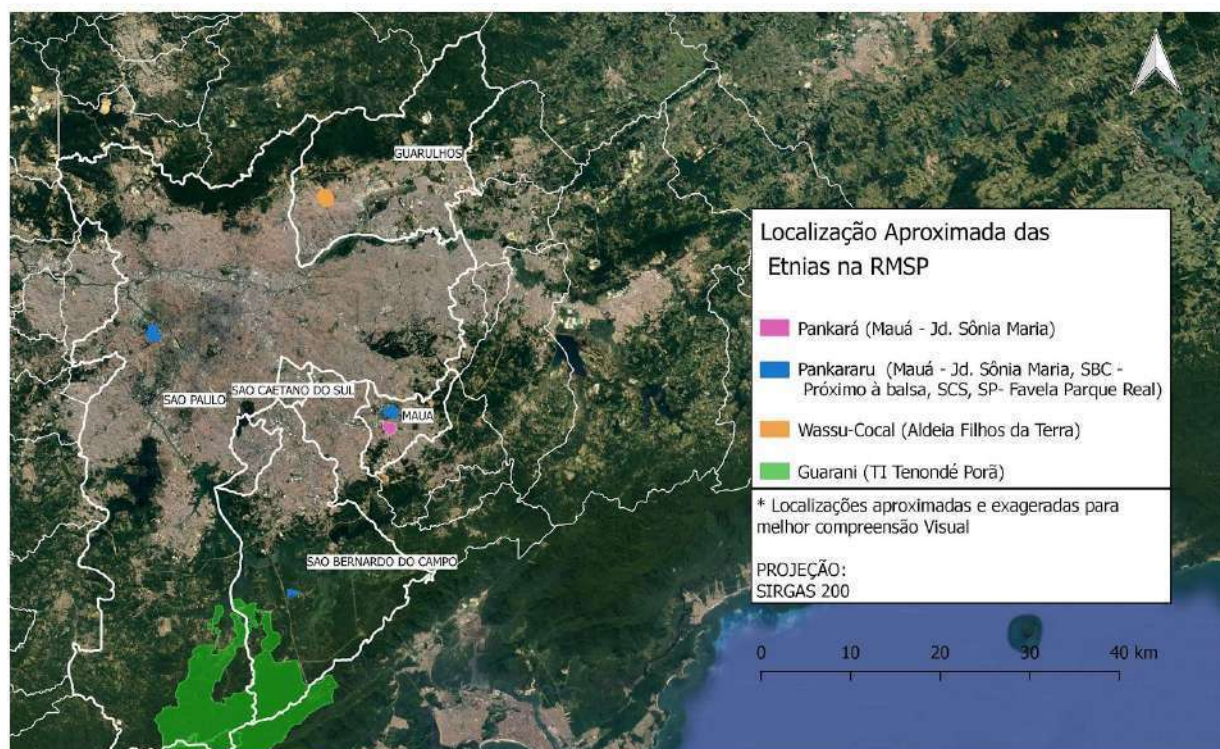
No estado de São Paulo há 37.915 indígenas e 30 Terras Indígenas com algum reconhecimento da FUNAI, porém apenas 14 estão regularizadas, enquanto o restante ainda estão no início do processo de identificação. O município de São Paulo tem a quarta maior população indígena do Brasil e a primeira do estado, a maior parte concentrada em regiões periféricas da cidade, seguidos por São Bernardo do Campo e Santo André com 778 e 575 indígenas na quarta e quinta posição no estado, respectivamente. O número dos indígenas na Região do Grande ABC sobe para cerca de oito mil, pertencentes a trinta e três povos, segundo dados da ONG Opção Brasil, parceira do nosso projeto pesquisa e extensão.

Foram produzidos dois mapas, de localização (mapa 1) e de trajetória (mapa 2), para representar as dinâmicas territoriais das etnias. Com exceção dos Guarani Mbya - os únicos com terra demarcada na RMSP - todas vieram do Nordeste (Pankará e Pankararu de Pernambuco e Wassu-Cocal de Alagoas) e hoje se concentram, principalmente, nas periferias da região do Grande ABC e da cidade de São Paulo.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG



Elaboração:
Gercídio Valeriano e Marina Schkolnick

MAPA 1.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG



MAPA 2.

Este trabalho é nosso ponto de partida para levantarmos a discussão da importância dos procedimentos metodológicos das cartografias sociais no processo de etnogênese dos indígenas em contexto urbano e ressaltar a importância de sua participação e protagonismo, visando uma construção identitária que subverta a lógica liberal e colonizadora, participando ativamente do planejamento urbano como forma de afirmação de direitos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.

DE CERNEV ROSA, Marcelo Caetano. **Considerações Sobre Duas Diferentes Formas de Se Fazer Etnologia**. ENTIDADE MANTENEDORA: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA, p. 39.

DE PAULA, Luis Roberto. **Afirmção de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação**. ARACÊ–Direitos Humanos em Revista, v. 4, n. 5, p. 295-322, 2017.

DOS SANTOS AMPARO, Sandoval. **QUESTÃO INDÍGENA COMO QUESTÃO URBANA: NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA GEOGRÁFICA**. Ensaios de Geografia, v. 1, n. 2, p. 32-58, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005

SOCIAIS, Cartografias. Território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.



CRITÉRIOS DE MÉRITO: CONFLITOS DECORRENTES NA DEFINIÇÃO DE ALUNO NO ENSINO PÚBLICO E DESEMPENHO ESTUDANTIL

Lucas Loureiro Leite¹

RESUMO

A pesquisa buscou compreender os conflitos decorrentes em se definir o “bom aluno” dentro de duas escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Esta teve como objetivo a definição de “habilidades e competências” consideradas ideais para o desempenho estudantil: a expectativa docente para um “critério de mérito”. Foi feita uma etnografia do cotidiano escolar e diálogos com docentes e gestores. A partir deste trabalho foi possível identificar cinco critérios de mérito. Dentro da primeira escola estão presentes o critério do “aluno-destaque” e o “aluno-superação”: ambos se baseiam nas notas dos bimestres, mas enquanto o primeiro exige um desempenho “acima da média” em todas as disciplinas para se ganhar o reconhecimento dentro da escola; o outro valoriza o crescimento de desempenho de um bimestre para o outro, construindo assim uma perspectiva diferente para o aluno. Na segunda escola existem três critérios de mérito. Estes são voltados para valores que devem ser assimilados ou a construção de disciplina e hábitos particulares: são os “filhos verdadeiros”; “alunos críticos” e por último o “aluno honrado”. Seus resultados apontam para a necessidade de se refletir sobre como critérios subjetivos, sem vínculo único e direto com o desempenho escolar; mas na trajetória e potencial de desenvolvimento dos estudantes podem e são considerados em muitos casos. A contradição de critérios com perspectivas diferentes sobre o aluno de escola pública no mesmo espaço deixa evidente também as possibilidades de criação, desaparecimento ou modificação destes critérios.

PALAVRAS-CHAVE: Mérito. Ensino Público. Critérios.

¹ Licenciado em Ciências Sociais (UFF). Atualmente mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFJF). Pesquisa realizada com orientação da Prof. Dra. Gláucia Maria Pontes Mouzinho, e utilizada como trabalho de conclusão de curso. Vinculação com o grupo de pesquisa Antropologia do Direito, também coordenado pela professora.



INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia na pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – na cidade de Campos dos Goytacazes. O debate principal está na inserção que o campo de estágio proporciona aos alunos de licenciatura e os conflitos decorrentes dentro do ambiente escolar. O trabalho de acompanhar o cotidiano escolar e da disciplina de Sociologia nas duas escolas estudadas nos anos de 2015 e 2016 apresentou diversos temas, contudo especifiquei na seguinte pergunta: “o que é necessário para ser um bom aluno?”.

O ator principal é a escola, e os agentes os professores e gestores desta. Passaram-se os dias e pode-se identificar diversas possibilidades de avaliações docentes, e seus critérios de mérito sobre o desempenho estudantil. Os conflitos na definição de “bom aluno” também se tornou elemento de observação sobre as principais características destes. Dentro de duas escolas estaduais pode-se identificar cinco diferentes critérios de mérito: ora sendo objetivos sobre o alcance de notas e pouco reflexivos, por exemplo; ora envolviam expectativas sobre valores e comportamentos específicos para os alunos. Em complementação ao trabalho de observação do campo, foram realizadas três entrevistas no final do período de pesquisa com os docentes das duas escolas.

A partir da experiência e trabalho de observação participante no campo (GEERTZ, 1989; 1997), pode-se acompanhar as aulas que ocorriam em salas cheias, a rotina da escola e as conversas informais nos corredores. Em paralelo a este caminhar pela escola, tive acesso ao conselho de classe, o que me aproximou de um critério de mérito (o denominado aluno-destaque, que será descrito posteriormente) atribuído aos alunos já trabalhado em monografias na UFF/Campos (VENTURIM, 2013).

Inicia-se o debate sobre esta pesquisa a partir Mota (2014). Compreender a noção de direitos, e como a população tem acesso à estes ou não. Aproveita-se a reflexão sobre a escola nesta perspectiva: até que ponto a sociedade brasileira beneficia da mesma forma grupos sociais diferentes? O autor apresenta o debate sobre uma “igualdade formal” do brasileiro em comparação com o caso Francês. Esta igualdade legal não corresponde à hierarquia social existente nas relações sociais dentro da sociedade brasileira. No nosso caso é mais importante manter o estabelecido para se



“manter” uma harmonia dentro da “desigualdade natural”. Em outras palavras, a desigualdade entre indivíduos e grupos sociais precisa ser entendida como “normais”, e a lei garante o acesso à igualdade.

A partir disto qual o papel da escola pública? Dentro do trabalho de campo, os discursos colocados pelos diferentes atores, um local de acesso ao direito à educação, e talvez outros. Dentro dos critérios identificados durante a pesquisa pode-se perceber como o mérito também se conecta com a definição de aluno e de possibilidades de transformação. As tentativas de determinar um critério “justo” ou “eficiente” na medição do desempenho estudantil também esbarram na visão de igualdade e direitos. Mesmo que a pesquisa constata uma diversidade de critérios de mérito, que também se colocam como opostos em seus valores, em alguns casos; é necessário pensar nas rápidas mudanças sociais e políticas no país. Estas que vão privilegiar, criar ou desvalorizar critérios de mérito dentro do contexto escolar. Com reformas realizadas no ensino médio e superior, as condições de estudos e desempenho estudantil podem se tornar mais desiguais para o ensino público.

Desta forma, este artigo se separa em três momentos de desenvolvimento: (1) o contexto local das escolas estudadas no primeiro momento; (1.1) os critérios de mérito exclusivos num interlocução da gestão das escolas e professores em momentos de reunião sobre o ambiente escolar são dois critérios: “aluno-superação” e “filhos emprestados/ filhos verdadeiros”. Cada um destes é adotado em uma escola diferente; (1.2) a seguir se aprofunda a discussão sobre os critérios apresentados pelos professores que pode-se acompanhar e dialogar durante a pesquisa, assim como as entrevistas realizadas, os critérios apontados pelos docentes são “aluno-superação” na primeira escola e “aluno crítico” e “aluno honrado” na segunda. Por fim, nas conclusões se trazem algumas reflexões sobre as possibilidades de modificações destes critérios no cenário político e social brasileiro.

1. AS ESCOLAS

A seguir, apresentam-se algumas características da cidade onde se situam as duas escolas estudadas. O município de Campos, onde as duas escolas pesquisadas



estão localizadas, possui uma história singular. Foi conhecida pelo uso intenso mão de obra escrava: ainda no século XVIII, 60% da população eram de escravos. Até os dias atuais se ouve notícias de trabalho análogo à escravidão em algumas regiões da cidade, o que tem sido objeto de ações por parte do Ministério Público do Trabalho, assim como de denúncias por sindicatos e movimentos sociais². Isto por si só é significativo para pensar a relevância de pesquisar as práticas escolares, assim como as que sucederam as políticas inclusivas no meio universitário.

Com uma população de quase meio milhão de habitantes, é o município com maior tamanho territorial do estado. As duas escolas objeto desta pesquisa possuem o nível fundamental e médio, com um perfil diverso de alunos. Ainda que pela legislação atual o governo estadual seja somente responsável pela oferta de vagas no ensino médio, neste caso também oferece vagas para o ensino fundamental, sendo responsável pelas duas escolas. Outro elemento é a presença do EJA (Educação de Jovens e Adultos) em uma delas.

São escolas que recebem uma grande quantidade de alunos de classes populares e compõe um perfil de estudantes heterogêneo. São constantemente avaliadas através de sistemas de gestão e avaliação, tais como o GIDE³ (responsável pela avaliação das escolas) e o SAERJ⁴ (responsável pela avaliação do desempenho oficial dos alunos), ambos externos à comunidade escolar.

Estas políticas, portanto, ainda que avaliem o professor, afetam diretamente o cotidiano escolar, assim como só serão efetivadas a partir da relação estabelecida entre alunos e professores e a perspectiva que tenham sobre o desempenho dos primeiros. Por outro lado, a administração apresenta aos seus alunos também um discurso marcado

² Fontes:

<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-trf2-condena-dois-empresarios-por-trabalho-escravo-em-fazenda-em-campos-dos-goytacazes-rj>
<http://reporterbrasil.org.br/2010/09/fiscalizacao-liberta-95-de-trabalho-escravo-no-rio-de-janeiro/>
<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=546522>

³ GIDE – Gestão Integrada Da Escola. “É um sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes a área educacional com foco em resultados”, segundo site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ SAERJ - Sistema de Avaliação da Educação Básica do Rio de Janeiro. “É um programa de avaliação diagnóstica do processo Ensino Aprendizagem realizado nas unidades escolares da rede estadual de educação básica”.



pela competição pelas melhores posições na turma, e por um possível lugar de destaque no mercado de trabalho.

Na primeira escola existem dois critérios: “aluno-destaque” e “aluno-superação”. Ambos se baseiam nas notas obtidas durante o bimestre. E mesmo que a métrica de avaliação seja tão restrita para o desempenho estudantil, apresentam perspectivas diferentes sobre o aluno e possibilidades de aprendizado.

Na segunda escola se identificam três critérios: “filho emprestado/ filho verdadeiro”; “aluno crítico” e “aluno honrado”. Este caso é extremamente reflexivo para compreender melhor como subjetivamente os critérios de mérito podem ser construídos a partir da experiência docente na sala de aula. Todos esses critérios possuem como característica principal dois “momentos” diferentes para o aluno; sendo o segundo a expectativa do agente que me explica e descreve o “que é ser um bom aluno”.

Ressalta-se principalmente que todas as categorias “nativas” inseridas neste trabalho são utilizadas no seu contexto local, e apresentadas aos pesquisadores pelos seus atores. Não existe uma proposta de criticar a legitimidade do uso dessas categorias para os professores, professoras e gestões no seu cotidiano, mas apresentar reflexões no debate de acesso à direitos.

A principal hipótese da pesquisa se desenvolve na possibilidade de existir uma ampla gama de possibilidades de critério de mérito; e que poderiam ser analisadas a partir do ator envolvido em sua construção para falar sobre o “bom aluno”. Desta forma, gestão e docentes se colocam aqui como perspectivas conflitivas e coexistentes dentro das escolas na definição de habilidades e competências importantes para o desempenho estudantil. Ao mesmo tempo em que se distancia do senso comum meramente meritocrático, sem o excluir, abre portas para se refletir métodos de avaliação e compreensão do aluno de escola pública. Esse estudo etnográfico, e em parte, comparativo, apresenta reflexões sobre as relações entre estes diferentes atores dentro de uma estrutura hierárquica.



1.1 OS CRITÉRIOS DA GESTÃO

Dentro da primeira escola podem-se identificar dois critérios: o aluno-destaque e o aluno-superação. Este primeiro aparece por uma orientação de roteiro pela SEEDUC nos conselhos de classe. Reunião realizada no final de cada bimestre com o propósito de avaliar o desempenho e evolução das turmas. E uma das perguntas, os docentes devem definir de forma unânime se algum “aluno se destaca”.

Este critério se torna o principal adotado pela gestão e no discurso dos professores e está relacionado às notas obtidas pelos alunos nas disciplinas. Eles eram selecionados por dois critérios: notas acima da média (6,0) em todas as disciplinas e boa frequência. Aqueles escolhidos teriam seus nomes expostos no corredor principal do colégio naquele período. Estes alunos, um em cada turma, além da exposição do nome no mural, recebiam uma recompensa: um chocolate em períodos anteriores, ou um passeio no Rio de Janeiro para os alunos no período em que estive presente na escola. Através das entrevistas realizadas, pude constatar que uma grande parte dos docentes desta escola avalia seu alunado pela nota: bom aluno tira notas altas, alunos ruins, tiram as mais baixas.

Por outro lado, dois fatos se tornam relevantes para tornar mais complexo tais critérios: mesmo que o “aluno-destaque” e “aluno-superação” sejam baseados em notas de disciplinas específicas, os professores me relataram que essas notas são atribuídas a diversos trabalhos, com diferentes abordagens, tais como: trabalhos em grupo com teatro, música, pequenos testes antes das provas, etc. Uma parte dos docentes tenta alcançar as “habilidades” e “competências” de seus alunos diversificando a metodologia utilizada na avaliação, em um movimento de crítica aos critérios recomendados pela direção e aceito por outros colegas, com consequências para o aluno e de seu futuro profissional. O segundo fato para a relativização dos critérios é que os alunos não se interessam ou valorizam o “aluno-destaque” como a escola e os docentes; mesmo que se preocupem em saber sobre o que falam deles no conselho de classe. (VENTURIM, 2013). Nesta primeira escola, como pude observar, ainda que a princípio nos pareça que o critério utilizado para avaliar os alunos seja próximo do descrito por Pinto (2006) como aquele de sociedades individualistas e igualitárias, a relativização da regra altera a



universalidade da sua aplicação e dependerão da interpretação de cada professor sobre cada aluno em particular, não indicando necessariamente um consenso na sua aplicação pelos demais colegas de trabalho.

A seguir apresento o segundo critério de mérito referente à gestão escolar, e neste caso, a segunda escola observada: o denominado “filhos emprestados/ filhos verdadeiros”. Assim como o “aluno-destaque” que surge em um conselho de classe sendo desenvolvido e debatido na relação entre gestão e docente; o “filho emprestado/ filho verdadeiro” aparece mais unilateralmente pela gestão em reunião de planejamento de ano em direção aos docentes presentes.

Como citado anteriormente, no início do ano letivo de 2016 ocorreu uma reunião de planejamento nesta segunda escola, e estive presente para ouvir e conhecer melhor a organização e discursos presentes. Mais de 50 professores estavam sentados na sala, e então as diretoras e coordenadoras, assim como secretárias, falam sobre alguns temas do cronograma escolar e eventos anuais. A seguir chamam dois representantes religiosos (batista e espírita) para darem alguns conselhos para os docentes.

Ambos falaram sobre a relação do docente com o aluno, e de como este deve ser respeitado em sua autoridade e conhecimento. E principalmente como questionamentos sobre política, crise, ou assuntos sobre “diversidade” deveriam estar fora da sala de aula e da aula. Cito alguns trechos de suas falas: “(...) Nesse tempo tão difícil, pós-moderno, é difícil a profissão do professor. O Lar, Igreja e Escola são a forma como a personalidade do aluno é construída. O professor é um referencial aos nossos alunos”; “O professor forma ideias, opiniões. É uma extensão da família. (...) Temos que ter paciência com alunos que tem uma criação diferente de nós. Os alunos são filhos emprestados”; “(...) O Brasil será salvo, não pelo Congresso, STF ou Câmara. Mas pelo tripé: Igreja, Lar e Família”. (Caderno de campo, grifos meus).

Este critério busca defender uma assimilação de valores pelos discentes, também estimulados pelos docentes dentro da sala de aula. Quanto mais próximos do tripé igreja/família/escola, mais estão próximos de serem “filhos verdadeiros”. Eles não especificam o que desejam que os estudantes desenvolvam, mas o que devem evitar.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Numa relação de inclusão/exclusão de valores no comportamento estudantil. O professor, sendo uma extensão da família, também “deveria” se basear nesses valores.

Optou-se por separar neste artigo, os critérios referentes a cada ator observado no campo de pesquisa: primeiramente os gestores, e aqui me refiro às diretoras, vice-diretoras e secretárias da escola que estavam presentes nas reuniões – estas se colocavam como comunicadoras e organizadoras do momento, sendo desta forma, principais construtoras desses critérios. O primeiro critério de mérito, o “aluno-destaque”, possui um discurso de apoio pela meritocracia e de “esforço” dos alunos para atingir metas: a recompensa pública demonstra essa lógica dentro da escola. Ainda é uma percepção forte até entre os professores da escola, como citado anteriormente, os docentes compreendem o “bom aluno” pela nota obtida. Mesmo que existissem esforços de uma parcela de professores para diversificar os métodos de avaliação, a média é o elemento central de prestígio do aluno e do professor.

O segundo desenvolvido a partir das percepções de “bom aluno” da gestão está na relação “docente-aluno” segundo a chave inclusão-exclusão de valores específicos. Segundo as falas de representantes religiosos convidados em uma reunião de início de ano letivo o professor é uma extensão da família. Família como valor, e em conexão com a escola e a própria religião. Para compreender esse critério deve-se entender o sentido de “filhos emprestados”: são aqueles alunos que chegam à escola e possuem uma educação diferente daquela esperada para dentro da escola. As recomendações desses atores estão no foco do professor em ensinar o currículo mínimo para o aluno na sala de aula. E em paralelo evitar debates sobre “políticos” ou de “diversidade”. A “crise política” do ano de 2016 por exemplo, não deveria ser debatida na sala. Com esse processo de exclusão de “valores ou discussões” o aluno poderia ser considerado como “filho verdadeiro” e assim “incluído” como membro da escola. Enquanto o primeiro tem efeito direto na nota do aluno o segundo é mais valorativo, e nada tem efeito em suas notas no bimestre. Exatamente porque não houve casos em que se confirmaria algum benefício a partir desse comportamento esperado. E assim, seria um “sistema” de valores externo. Estes dois critérios descrevem as singularidades do contexto local: ambas são públicas, e possuem o mesmo “roteiro” da SEEDUC nos conselhos de classe,



mas no segundo o “aluno-destaque” não surgiu como um elemento de classificação do desempenho estudantil; por causa de sua tradicionalidade na cidade, a segunda escola, provavelmente se aproximou do discurso religioso.

1.2 CRITÉRIOS DE MÉRITO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Nesta sessão se apresenta os três critérios de mérito exclusivamente construídos pelos docentes das referidas escolas. Da primeira, em oposição ao “aluno-destaque”, está o que denominam “aluno-superação”: a partir da contestação de uma parte dos docentes sobre o primeiro sistema de recompensa. Questionavam os critérios muito rígidos para ser aluno-destaque, e que se deveria valorizar também aqueles alunos que melhoravam seu desempenho durante o ano letivo.

Ou seja, a escolha do “aluno-superação” procura reconhecer e recompensar os alunos que possuem notas baixas, mas mesmo assim, “superam” as dificuldades⁵ e obstáculos para conseguir uma nota acima da média. Valoriza assim o desenvolvimento e crescimento destes alunos. Porém, este critério não durou muito dentro da escola, a partir de entrevista realizada. Aparentemente se voltou para o critério único. As motivações para que este segundo critério fosse exigido, é pela não obrigação dos alunos em serem bons em tudo. De como vão existir diferentes perfis e aptidões. Mas que deveriam ser reconhecidos pelo menos nas áreas que vão bem (havia a ideia de se separar as áreas para terem mais alunos-destaque).

Os outros dois critérios são refletidos dentro de um contexto específico: a partir da greve dos professores/ estudantes no Estado do Rio de Janeiro, a segunda escola que acompanhava sofria pressão por vários lados (sindicatos, movimentos sociais, mídia etc). Sendo nesse contexto que se abriu oportunidades de conversar com docentes dessa escola que refletiam as consequências da greve, dentro da sala de aula, ou por sua

⁵ Quando se falam de alunos problemáticos no conselho de classe, se aponta uma “família desestruturada”, “a namorada”, “o celular”, “falta de interesse”, por exemplo. Fica o questionamento se são os mesmos alunos, e caso não, como pensam sobre estes.



experiência com estudantes de escola pública. O quarto critério de mérito desta pesquisa é o “aluno crítico”.

Acompanhei diversas aulas de Sociologia, antes e depois da greve; assim como também pude estar presente em aulas de outros docentes de forma mais breve. As entrevistas realizadas também me ajudaram a entender melhor os critérios de mérito que descrevo aqui. A definição do denominado “aluno crítico” é aquele que possui reflexão sobre sua realidade, que debatia temas políticos, culturais, e que fossem também mais presentes na vida da cidade. O currículo nem sempre vai ser suficiente: o docente estimulava que os estudantes procurassem notícias, estudassem livros, observassem os discursos da mídia e pesquisassem sobre diversos temas. Somente assim iriam aplicar de fato o que aprendiam nas provas.

O último critério de mérito se conecta com o debate levantado sobre a expectativa social da população pobre trabalhada por Zaluar (1994) e o conceito de civilização de Elias (1990; 1993). O que observei e foi denominado “aluno favelado/ aluno honrado”. Mais importante que os dois momentos do critério é o que o docente descreve como “processo de desfavelização”.

Este docente explica seu posicionamento e necessidade desta “educação” sobre o aluno “favelado”: o aluno do ensino público é em maior parte de origem pobre, e possuem uma expectativa para seu futuro muito limitada. Por causa de sua origem social, para ele estes alunos podem ser identificados de antemão como “meritórios”. Eles já passaram por diversas “barreiras” e dificuldades na sua trajetória pessoal que os colocam como inicialmente em posição desigual na disputa pelo acesso a bens culturais e simbólicos dentro da escola e, segundo o professor, se enxergam com poucas possibilidades de alcançarem um futuro diverso do presente. O “aluno honrado” é o aluno que ele deseja alcançar dentro da sala de aula.

A partir também de entrevista realizada, este critério destaca elementos de disciplina pessoal, organização e compromisso na expectativa de mérito deste docente, sob a denominação da “honra”, que não admite “flexibilizações”. Segundo este docente, ser um cidadão honrado é um objetivo principal a ser alcançado através da disciplina de



seus hábitos na sua relação com a escola e com seus estudos. Mas, segundo este professor, ainda existe o debate sobre a expectativa limitada que o aluno tem de si. Como o professor afirma, o aluno da escola pública possui um “teto” das expectativas familiares, e próprias sobre si. A “educação” que este docente propõe está também no aumento da autoestima e reconhecimento de seu potencial pessoal e profissional de acesso a espaços “de elite”.

Ou Seja, o processo de “desfavelização” dos alunos seria possível na perspectiva docente, mas a partir de uma pedagogia específica. Este docente define como sendo a “entrada no mundo da cultura, no mundo intelectual, saber lidar com as diferenças, deixar de ter um comportamento autodestrutivo, e antissocial”. Ele afirma que é necessário “resgatar” o aluno, mas não enquadrá-lo em um padrão estabelecido, mas retirá-los deste com o propósito de deixá-los livres e “poderem aproveitar a vida”. E por isso, segundo seu argumento, é necessário a esse processo.

CONCLUSÃO

A partir dos critérios de mérito apresentados no trabalho realizado, é possível identificar perspectivas diferentes para o bom desempenho estudantil. Embora existam dois critérios baseados em nota de bimestre (aluno-destaque; aluno-superação), eles se distanciam ao pensar no estudante de escola pública dentro de suas limitações estruturais e por isso, um discurso de “esforço” e recompensa.

Na segunda escola, por outro lado, é possível perceber três critérios de mérito que se caracterizam com descrições e objetivos específicos, mas consideram um desenvolvimento baseado na relação “escola-aluno” ou “professor-aluno”. Numa relação de tutela e constante conflito. O critério de “filhos emprestados/ filhos verdadeiros”, desenvolvido pela gestão, pensa na assimilação de valores tradicionais (Família-Igreja-Escola) pelos alunos na relação informal de ensino-aprendizado do cotidiano. Mais importante que transmitir de fato valores, ressaltam a o distanciamento de debates políticos externos à escola. A partir deste processo, a expectativa em um médio ou longo prazo, é a assimilação do aluno aos valores da escola.

Em paralelo existem outros dois critérios: o “aluno crítico”, que é descrito por um docente a partir da própria greve e posicionamento individual de cada aluno. Não é



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

o apoio ou não ao movimento estudantil ou de docentes; mas compreender o sentido sociológico de movimentos políticos dentro e fora da escola. Este critério não influencia na nota, mas abre possibilidades de discussão do cotidiano de estudantes dentro da sala de aula; é incentivado e valorizado aqueles que fazem questionamentos dentro ou fora do currículo mínimo.

O último critério está envolvido com o debate sobre lugar social do pobre; de uma expectativa social para o trabalho. O docente me apresenta e descreve o que denomina “aluno honrado”, este que entende como aquele aluno que cumpre com o que precisa fazer – deste estudar de forma regular, quanto desenvolver relações de respeito com os outros e com a própria escola. A partir de uma disciplina de seus costumes e hábitos para conquistar um respeito e boas notas, o docente acredita que é possível expandir o horizonte de futuro destes alunos. Se antes pensavam que deveriam ou poderiam somente ser profissionais técnicos; a partir dos ganhos valorativos do seu desempenho escolar, e de relacionamento (que é mais subjetivo e livre de ser desempenhado), podem começar a almejar carreiras e posições sócio-profissionais mais prestigiadas. Entrar assim no mundo da cultura, da academia, e das elites. O aluno honrado pode se tornar o profissional honrado, segundo sua análise.

Desta forma, concluí-se que a hipótese destacada para esta pesquisa se confirma nas suas possibilidades múltiplas de se avaliar e compreender o desempenho estudantil. Os docentes e gestores podem ter visões diferentes ou próximas deste estudante; mas existe um predomínio de “força” para o sistema escolar baseado em notas e cumprimento de metas. O que acontece nas escolas, nesses contextos, são outros critérios de mérito que podem se aproveitar desse sistema, como observado na primeira escola, ou podem ser criativos e originais; mesmo que sem muita influencia na definição de nota, sobre os alunos. A discussão sobre quais critérios permanecerão, desaparecerão, ou se criarão depende dos contextos mais amplos como reformas no Ensino Médio ou medidas políticas de interferência no cotidiano administrativo ou de ensino escolar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert, **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990

_____. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.

MOTA, Fábio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. 01. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 01. 208p.

PINTO, P. G. H. R. . Ação **Afirmativa, Fronteiras Raciais e Identidades Acadêmicas**: Uma Etnografia das Cotas Para Negros da UERJ. In: João Feres Júnior; Jonas Zoninsein. (Org.). Ação Afirmativa e Universidade: Experiências Nacionais Comparadas. 1ed.Brasília: Editora UNB, 2006, v. , p. 136-166.

VENTURIM, Camila Dalvi. “**Aluno Destaque**’ e ‘**Aluno problema**’: Formas de classificações no espaço Escolar”. UFF. 2013.

ZALUAR, Alba. “Capítulo 3: O Esporte como Pedagogia”; “Capítulo 5: A Pedagogia da Orientação para o Trabalho”; “À Guisa de Conclusão: Cidadãos não vão ao Paraíso”. In: **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 5. TRABALHO



A DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Maria Júlia Tavares Pereira¹

RESUMO

Este artigo propõe a revisão de uma bibliografia crítica quanto ao lugar ocupado pelas mulheres trabalhadoras na sociedade de classes. O desenvolvimento de análises críticas sobre sociedade capitalista e patriarcado, ocorreu a partir das décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, o trabalho era uma categoria central para a investigação da realidade social e do espaço ocupado pela mulher no modo de sociabilidade capitalista. Desde então, houve uma retração em tais debates e nas tentativas de compreender a síntese entre trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, este artigo adota a perspectiva de que o desempenho da mulher nas relações sociais de sexo e na socialização dos filhos são determinantes para o trabalho feminino – no lar e extra-lar. Ademais, procura dar ênfase ao conceito de divisão sexual do trabalho e sua influência na produção dos gêneros, bem como na perpetuação da marginalização da mulher na sociedade de classes. A metodologia selecionada para tal, de caráter qualitativo e exploratório, combina levantamento de dados estatísticos com revisão bibliográfica, a fim de articular a discussão teórica às recentes informações sobre desigualdades de gênero na realidade brasileira. Conclui-se que há uma especificidade na relação entre capital e trabalho feminino, cujo impacto leva a uma dominação-exploração das mulheres na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Trabalho feminino. Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A situação da mulher na sociedade é tema amplamente debatido em ambientes acadêmicos, na mídia e em espaços políticos. Tal temática ocupa posição de destaque também nas Ciências Sociais e foi estudada a partir de perspectivas diversas, que elucidam a relevância das problemáticas femininas e relações de gênero.

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alfenas – Unifal; Membro do grupo de pesquisa Filosofia, História e Teoria Social; majutavares97@gmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Com o intuito de evidenciar o movimento de mercantilização no feminino, e suas consequências, estudos de gênero passaram a ser desenvolvidos no Brasil, especialmente entre os anos 1980 e 1990. Emergiram análises que evidenciavam as relações entre responsabilidades domésticas e feminilidade e constatou-se que era preciso pensar a situação da mulher na sociedade de classes não somente por um viés econômico, como também a partir do questionamento da dimensão da afetividade.

Por conta da permanência do impacto das responsabilidades domésticas sobre a vida das mulheres trabalhadoras, compreendemos ser necessário o movimento de agregar as análises das esferas produtivas às das esferas reprodutivas. É mister, portanto, a tentativa de compreender o processo de sexualização do trabalho, porque “já não é o estágio das forças produtivas que determina a subordinação das mulheres no trabalho, mas as próprias relações de trabalho que são sexualizadas e vistas como portadoras da hierarquia de gênero” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 166).

A caracterização do trabalho feminino é aqui considerada a principal forma de compreensão da posição ocupada pelas mulheres na sociedade, portanto este artigo pretende retomar questões recorrentes em estudos sobre problemáticas femininas (SAFFIOTI, 1976), que revelam os mecanismos de sexualização do trabalho. Por reconhecermos a importância do labor feminino, procuramos evidenciar perspectivas teórico-conceituais sobre força de trabalho e relações sociais de sexo.

O artigo está dividido em seções, que dialogam com as principais perspectivas sobre o tema do trabalho feminino e relações sociais de sexo – como as contribuições de Cristina Bruschini (1993), Jules Falquet (2008), Helena Hirata (2002), Elisabeth Souza-Lobo (2011), Flávia Biroli (2018) e Heleieth Saffioti (2004). A primeira seção trata do campo de estudos no qual a temática está inserida, dialogando com a segunda seção, na medida em que esta trata de um conceito amplamente utilizado pelos(as) autores(as). A terceira seção dá ênfase a discussão teórica realizada com foco na realidade brasileira, valendo-se do uso de dados estatísticos.

Optou-se pela revisão bibliográfica enquanto metodologia, pois, valendo-se dela, é possível pensar sobre o problema e apurar a questão de pesquisa (STAKE, 2011). Isso porque, toda “pesquisa que se queira científica necessita apreender os conceitos e as categorias atinentes ao objeto investigado” (JANTSCH, p. 46, 2008). Enquanto forma de



pensar, o esclarecimento do movimento dos conceitos pode possibilitar pesquisas futuras, bem como uma maior compreensão do campo de estudos no qual a temática em questão está inserida.

O CAMPO DE ESTUDOS

A temática do trabalho feminino inseriu os estudos sobre a mulher na academia brasileira. Mesmo que nem todos(as) os(as) autores(as) que estudavam a questão se considerassem feministas, foi o feminismo que garantiu legitimidade ao tema enquanto enigma científico (BRUSCHINI, 1993). Isso porque, o trabalho como objeto da Sociologia há muito tempo era considerado relevante e o feminismo viu, em sua análise, um potencial de transformação da realidade.

Em países considerados subdesenvolvidos, como o Brasil, o papel libertador do trabalho remunerado foi questionado e a ausência de estudos sobre o trabalho reprodutivo da mulher foi evidenciada. Autoras(es) – especialmente os que são aqui abordados – chamaram atenção para o caráter sexuado da força de trabalho, que passou a ser definida não somente enquanto oposição ao capital. Constatou-se que o sexo do trabalhador causa impactos na relação entre trabalho e capital, e a existência de uma parcela diferenciada da força de trabalho, composta pelas mulheres. Elas estariam duplamente sujeitas: aos homens e ao capital – por isso o uso do termo “dominação-exploração” feminina na sociedade capitalista justifica a abordagem do presente texto.

Os estudos sobre o trabalho feminino deram ênfase à articulação entre espaço produtivo e reprodutivo, já que para as trabalhadoras, ambas as esferas se relacionam. Segundo Bruschini (1993, p. 19):

Os ângulos pelos quais a atividade das mulheres foi percebida acompanham tendências sobre a análise do trabalho feminino, tal como se expressam nos estudos sobre mulher, em geral dedicando-se inicialmente a análise macrossociais da participação feminina no mercado de trabalho, para só mais tarde incorporar a necessária articulação entre trabalho e família.

A divisão sexual do trabalho, que corresponde “a preexistência de relações sociais entre os sexos, vigentes em todos os espaços sociais, entre eles a fábrica e a família”



(BRUSCHINI, 1993, p. 21), foi amplamente evidenciada. Posteriormente, o trabalho doméstico foi incorporado, com o intuito de alargar o conceito de trabalho, a fim de incluir o montante de atividades indispensáveis à produção social, cotidianamente realizadas pelas mulheres.

A temática emergiu com a intenção de desvendar a dinâmica da sexualização de relações sociais – assim como as relações étnicas e de geração, para que pudessem ser superadas idealizações conceituais. Na Sociologia do Trabalho,

[...] a partir dos anos 80, quando pesquisadoras que já estudavam o trabalho feminino passam a problematizar a divisão sexual do trabalho na fábrica, que o uso da categoria **gênero** começa a ser pensado por este campo da Sociologia, que passa a incorporar questões como as diversas dinâmicas na configuração de postos masculinos e femininos e a não permutabilidade entre ambos (BRUSCHINI, 1993, p. 22).

Desse modo, o tema do trabalho feminino na academia foi ao encontro a uma análise das relações sociais entre os sexos. Entretanto, os estudos sobre a temática precisaram superar implicações teóricas que surgiram com a introdução de termos e conceitos, como o gênero.

Segundo Joan Scott (1995), a palavra “gênero” passou a ser utilizada pelas feministas com o intuito de evidenciar a organização social que perpassa as relações entre os sexos. Assim como na gramática, ele foi compreendido como um termo referente a um “sistema socialmente consensual de distinções” (p. 72). Nas Ciências Sociais, os(as) acadêmicos(as) se apropriaram dele para se aproximar de um discurso científico, distante da política associada ao feminismo.

Destacou-se a relevância das compreensões generalizadas sobre o que seriam as relações entre homens e mulheres, na construção de estruturas hierárquicas atuantes nas sociedades. Portanto, a categoria gênero remete a uma forma de dar significado às relações de poder. Neste contexto, Scott chama atenção para o fato de que os sistemas econômicos e os de gênero “operam simultaneamente para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular” (1995, p. 79).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Saffioti (2004) dialoga com Scott, e compreende o gênero como “uma gramática social, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher” (p. 45).

A definição mais básica de gênero seria aquela que remete a construção social do masculino e do feminino – utilizada por Scott (1995), Saffioti (2004) e outros(as), para introduzir discussões mais complexas sobre o tema. Para além do que foi anteriormente apontado quanto ao uso do termo, ele foi empregado, especialmente, com o intuito de recusar um essencialismo biológico, que coloca a anatomia como destino. Saffioti, entretanto, destaca:

[...] o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita (2004, p. 125).

Portanto, para além do plano das significações e subjetividades, as definições do masculino e do feminino estão ligadas à realidade material, produtiva e reprodutiva, dos indivíduos.

Souza-Lobo identifica duas esferas sociais, distintas e inter-relacionadas: “a produção social de bens, constituída basicamente por relações mercantis, e a reprodução dos seres humanos, estruturada por relações aparentemente naturais” (2011, p. 152). O gênero está diretamente relacionado a assimetria entre produção e reprodução, visto que a divisão sexual do trabalho engendradora por tal, estrutura as relações entre sexos nos espaços sociais. Segundo a autora,

De fato, a problemática da divisão sexual do trabalho se articula com a categoria gênero e abre espaço para se pensar as novas questões que preocupam a sociologia do trabalho: as ‘metamorfoses’ do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferenças e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais (SOUZA-LOBO, 2011, p. 202).



Desse modo, enquanto *locus* das relações de gênero, a divisão sexual do trabalho assume uma centralidade como categoria fundamental na análise das relações entre homens e mulheres. Ademais, o termo “gênero”, enquanto desafio à Sociologia do Trabalho, nos impele a redefinições das próprias relações, ou interações, do trabalho.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Com o objetivo de dar a devida atenção a relação entre trabalhos produtivo e reprodutivo, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) utilizaram o termo divisão sexual do trabalho enquanto categoria de análise. De acordo com as autoras, na França, o termo é considerado categoria sociográfica, pois denomina ocupações diferenciadas de homens e mulheres, no mercado de trabalho e na distribuição do trabalho doméstico no lar.

A existência da divisão sexual do trabalho evidencia que as desigualdades entre homens e mulheres são sistemáticas e desvenda os mecanismos utilizados pela sociedade para realocar atividades femininas e masculinas de forma hierarquizada, criando um sistema de gênero. Para as autoras, é necessário admitir que o trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres é invisível e não realizado somente para elas, mas sim para outros, justificando-se a partir daquilo que é naturalizado: amor e dever materno.

A divisão sexual do trabalho seria “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599), visto que é mediada por uma ideologia naturalista e equivale as práticas sociais e papéis sociais sexuados. Ela é regulamentada pelos princípios de separação e hierarquia; o trabalho produtivo é compreendido enquanto responsabilidade masculina, assim como as funções sociais, políticas, religiosas e militares, enquanto o trabalho reprodutivo é prioritário para as mulheres.

Visto que as normas sociais estão em constante movimento, novas configurações passaram a ser identificadas nas relações entre homens, mulheres e trabalho. Em sociedades do Norte, por exemplo, mulheres desempenham cada vez mais funções produtivas. Elas investem em suas carreiras mediante a externalização do trabalho reprodutivo, o que engendra um grande contingente de mulheres em situação precária que exercem trabalho doméstico remunerado, especialmente imigrantes. Se estabelece, então,



“uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 602).

A partir da externalização do trabalho doméstico, as relações de gênero se estabelecem de forma diversa: os conflitos nos casais são amenizados, enquanto há uma maior flexibilidade das mulheres quanto à demanda de seus trabalhos produtivos, permitindo uma conciliação entre vida reprodutiva e produtiva. Tal movimento perpetua a ideia de que há uma complementaridade entre os sexos, cuja gênese reside na tradição funcionalista da complementaridade de papéis.

A emergência do trabalho doméstico remunerado no Brasil está relacionada a imbricações de relações sociais de sexo, raça e classe. Ademais, o tempo desta atividade cotidiana passou a ser invadido pela lógica do trabalho produtivo. Em outras palavras, convém destacar que,

A análise sobre a variação da duração do tempo da execução das tarefas do trabalho doméstico é relevante para a apreensão da lógica temporal dessa atividade, que é formada tanto por uma sequência de tarefas variadas, com ou sem interrupções, como pela realização simultânea de tarefas e ainda por tarefas cujo desenrolar segue um ritmo próprio e singular a cada momento que se realiza, como as tarefas de cuidado (ÁVILA, 2016, p. 141).

Nesse contexto, é central a percepção do tempo de trabalho apropriado e destinado às tarefas domésticas, pois esse se relaciona a divisão sexual do trabalho e sua reprodução.

Segundo Ávila, no cotidiano, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado é sustentado pelas relações entre as mulheres e a divisão sexual do trabalho entre gerações. As consequências do trabalho realizado pelas mulheres no cotidiano e a carência de tempo, fruto de tais responsabilidades específicas, não se apresenta somente na dimensão da pobreza, como também no envolvimento político, ou falta dele.

Biroli (2018) afirma que, falar da divisão sexual do trabalho demanda apontar o que foi e ainda é definido como trabalho de mulher, competência de mulher e lugar de mulher. Ademais, segundo ela, o uso do termo nos remete também às “dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens” (p. 21).



De acordo com a autora, a família é um nexos importante na produção do gênero e da opressão às mulheres. Ela opta, para tratar da questão, pela noção de vulnerabilidade, visto que esta corresponderia mais acertadamente à situação das mulheres hoje. Desse modo, o gênero é

[...] produzido na forma da exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade relativa que incide sobre elas. Para ser mais precisa, diferenças codificadas como ‘naturalmente’ femininas ou masculinas, imprimindo às vivências uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens (BIROLI, 2018, p. 35).

A partir dessa perspectiva, Birolí retoma a discussão inicial das autoras que optaram por utilizar o termo “gênero”, especialmente nas Ciências Sociais. Migrou-se para a percepção dos comportamentos masculinos e femininos que desse conta das características sociais dos mesmos, afastando-se de narrativas que naturalizavam as práticas de homens e mulheres.

Para Birolí, estabelecer como se dão as relações entre trabalho não remunerado, trabalho remunerado e os arranjos familiares, é essencial para a compreensão da situação de dominação-exploração das mulheres na sociedade. Para tal, a divisão sexual do trabalho é variável importante, visto que nos permite estabelecer como se organizam as hierarquias de gênero.

Para o trabalho feminino, a dinâmica “de responsabilização desigual e restrições no acesso ao tempo, sobretudo quando as mulheres têm filhos pequenos, orienta sua presença no mercado de trabalho e seu acesso à *renda*” (BIROLI, 2018, p. 48). Por isso, a partir da análise do trabalho realizado no âmbito familiar, privado, é possível desvendar as hierarquias que organizam as relações dentro e fora dela.

TRABALHO FEMININO E A REALIDADE BRASILEIRA

Quanto aos impactos da divisão sexual do trabalho sobre a relação das mulheres com o trabalho produtivo, Souza-Lobo (2011) analisou dados da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, entre 1970 e 1975. A autora constatou que houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente nos setores de serviços e social – setores socialmente desvalorizados em termos salariais.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Souza-Lobo destaca que, em funções não atreladas à maternidade e ao trabalho doméstico, as trabalhadoras eram consideradas ilegítimas. Foi constatado que as mulheres estudavam mais, porém não alcançavam os postos mais altos na indústria, e que crescia o número de mulheres chefiando famílias e criando seus filhos sozinhas. Por isso, a autora sugere a necessidade de uma legislação que proteja os direitos das mulheres e reforce os deveres masculinos quanto aos cuidados com os filhos e/ou afazeres domésticos.

Para a autora, há normas sociais que retiram a possibilidade de que os homens vivenciem a paternidade, enquanto as mulheres vivem a maternidade de maneira intensa, tendo de renunciar, completa ou parcialmente, ao trabalho remunerado. Assim, compreender a maternidade e a paternidade enquanto vivências de homens e mulheres, parte de uma humanidade sexuada, e que implique em vivências sexuadas, é de extrema importância. Ademais, Souza-Lobo atesta a urgência da criação de creches e equipamentos coletivos que auxiliem nos cuidados e socialização das crianças, para que as trajetórias profissionais de homens e mulheres não sejam sacrificadas, ou haja dupla jornada.

Abramo e Valenzuela (2016) também destacam a necessidade de que as estruturas políticas e de conciliação sejam intensificadas, para que se alcance a equidade de gênero, e limitações engendradas pelas responsabilidades de cuidado não causem grandes impactos na inserção das mulheres na vida laboral. Isso porque, a divisão entre trabalhos produtivo e reprodutivo promove hierarquização na sociedade e no mercado de trabalho, perpetuando as desigualdades de gênero. Pois,

Um fator-chave para facilitar a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e aliviar a tensão vivenciada tanto por elas como pelos homens com responsabilidades familiares e dupla jornada é a disponibilidade de serviços acessíveis de assistência a crianças, sobretudo em idade pré-escolar (ABRAMO, VELENZUELA, 2016, p. 115-116).

Mesmo em lares onde homens dedicam tempo às tarefas domésticas, a dedicação das mulheres aos cuidados familiares e a socialização de crianças, é mais elevada. Entretanto, outras perspectivas e artigos apresentam contrapontos a tais constatações. Pesquisa realizada valendo-se de 243 observações dos estados brasileiros, entre 2003 e



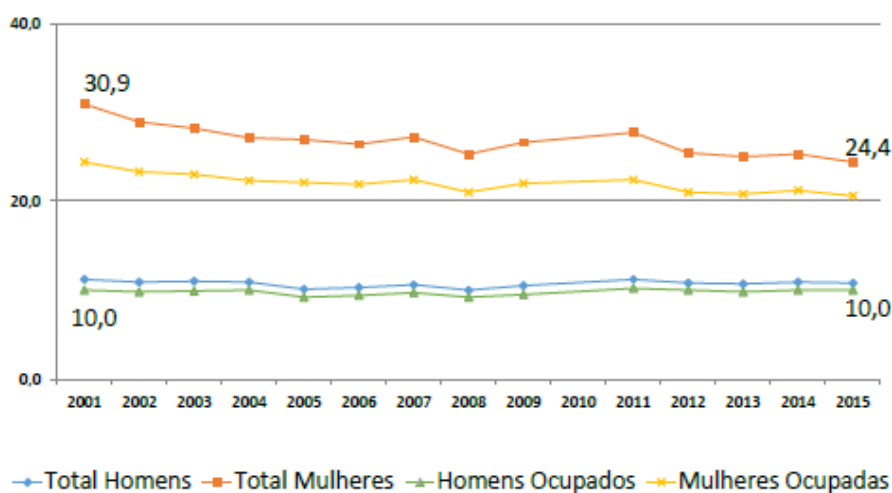
III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

2011, constatou que, diferente do esperado, a disponibilidade de creches e escolas para crianças entre zero e cinco anos não engendrou redução dos diferenciais de gênero (LAVINAS et al., 2016).

Quanto ao uso do tempo, relatório elaborado pelo IPEA (2017) destaca que houve uma redução na quantidade de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres. No entanto, o tempo médio dispendido pelos homens nas mesmas tarefas, manteve-se estável. O gráfico abaixo, elucida a alteração mencionada, bem como a permanência.

Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça - Brasil, 2001 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

Bruschini e Lombardi (2000) evidenciam que os afazeres domésticos ainda são considerados responsabilidades femininas, independentemente da situação social, da posição ocupada na família e/ou se desempenham trabalho produtivo fora do lar. Quando realizados no lar, pela dona-de-casa, tais afazeres são considerados inatividade econômica. No entanto, quando são contratadas pessoas para realizar as tarefas domésticas, o trabalho passa a ser considerado como serviço ou emprego doméstico. Ou seja, “as mesmas atividades têm significado diferente para a economia, caso sejam realizadas como prestação de serviços remunerados, ou por alguém da família, em geral uma mulher, sem qualquer pagamento” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 70).

As autoras afirmam que há uma diferenciação entre o trabalho das empregadas domésticas e aqueles realizados por outros trabalhadores, visto que aquele não estabelece



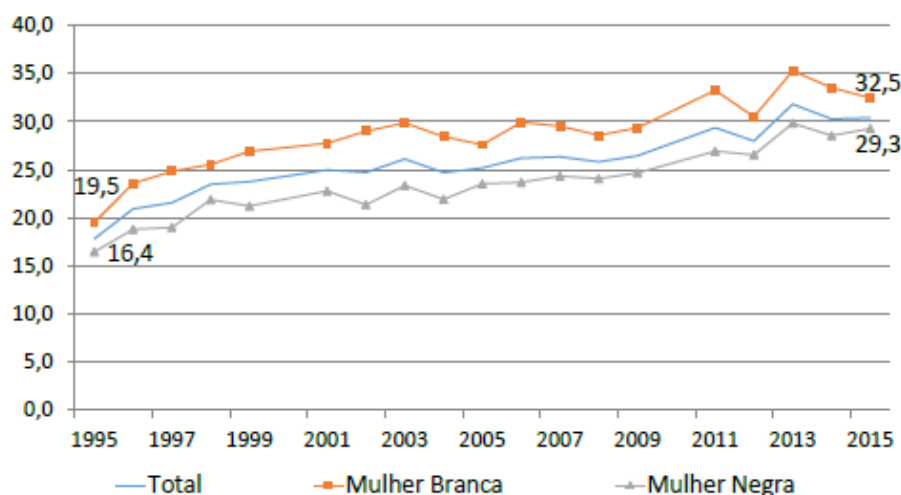
III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

uma relação capital-trabalho usualmente observada: as jornadas dos afazeres domésticos, para empregadas – e donas-de-casa –, não estão sujeitas a determinação de tempo ou ritmo. O elo entre as mulheres está presente no fato de que, é no trabalho de empregadas domésticas, que as profissionais usualmente se apoiam para se dedicar à própria carreira. Ademais, o emprego doméstico elucida a constância de um nicho ocupacional de relevância para a força de trabalho feminina.

No entanto, é necessário destacar que há uma nítida tendência de raça/etnia no trabalho doméstico remunerado. O gráfico abaixo esclarece que, mesmo sendo maioria neste setor ocupacional (IPEA, 2017), a média de mulheres negras com carteira assinada é inferior à média das mulheres brancas.

Proporção de trabalhadoras domésticas que possuem carteira de trabalho assinada, por cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

Quanto a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil, Guimarães e Brito (2016) destacam o modo pelo qual a atividade feminina é contabilizada em censos, pois este reflete as formas de classificação do trabalho, numa sociedade constantemente suscetível a mudanças. Segundo as autoras, a intensificação da participação feminina no mercado de trabalho está inserida num movimento amplo de mercantilização do trabalho no Brasil e as taxas de atividade refletem um processo histórico, no qual estão contidas formas diversificadas de engajamento e mudanças na apreensão a contabilização de tal



engajamento. As categorias censitárias utilizadas “foram sendo atualizadas, reinventadas em sua métrica, para dar conta da nova realidade que se apresentava aos gestores” (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p. 77).

A forma pela qual categorias censitárias se estabelecem, pode contribuir para visibilizar ou manter invisível o trabalho feminino. Assim, “o modo de representar a presença feminina na atividade econômica é também uma construção social” (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p. 78). É importante que se considere que constatações sobre a intensificação da presença feminina nos dados sobre o mercado de trabalho, possa ser consequência de uma nova forma de classificar e contar a atividade feminina. O aumento indicaria a superação da subestimação do trabalho feminino que, anteriormente, escapava da definição cultural e institucional de atividade econômica.

Os censos de 1940 e 1950, por exemplo, caracterizavam os indivíduos de acordo com o local no qual exerciam a atividade, não de acordo com seu caráter econômico ou não econômico. Assim, o trabalho realizado nos domicílios não era contabilizado. A contribuição das autoras está na ênfase dada por elas aos efeitos das perguntas feitas nos censos, que podem produzir efeitos na forma como o resultado é contabilizado.

Diferente do que foi amplamente difundido, a força de trabalho feminina sempre constituiu algo além de um acessório, um complemento para o rendimento familiar. Entretanto, em diferentes países, foi lento o processo que passou a considerar, tornar visível e quantificável o assalariamento das atividades desempenhadas por mulheres. A relevância da forma pela qual se contabiliza o trabalho feminino está no fato de que há diferenças entre ele, atividade e emprego (MARUANI; MERON, 2016). Exemplo disso é a dificuldade em se determinar a diferença, em dados estatísticos, entre uma mulher desempregada e uma dona-de-casa.

Os censos na América Latina esconderam, por muito tempo, o contexto doméstico do trabalho, relevante principalmente para as mulheres. Conceitos como “chefe de domicílio” passaram a ser questionados e os recenseadores receberam a instrução de atribuir ao próprio informante a tarefa de nomear a pessoa que acreditava deter a chefia familiar. Não obstante, os dados dos censos possibilitaram discussões teórico-conceituais, como a contestação da afirmação de que a industrialização e o crescimento econômico, ou seja, a expansão do capitalismo, teriam excluído as mulheres do mercado de trabalho.



CONCLUSÃO

Como proposto, o artigo examinou uma literatura teórico-crítica sobre trabalho feminino e sua relação com a divisão sexual do trabalho. Observou-se que a condição que se apresenta não é favorável para a anulação de determinantes que colocam as mulheres em posição de desvantagem no mercado de trabalho mais qualificado, ou seja, pela necessidade de conciliar trabalhos remunerado e doméstico, as mulheres ocupam grande parte dos empregos informais.

Ademais, a intensificação da participação feminina no mercado de trabalho não promoveu uma superação da vulnerabilidade a que as mulheres estão sujeitas na sociedade. A sociabilidade capitalista impõe limites a práxis dos indivíduos e as formas de experienciar a vida, como também a articulação de relações com outros indivíduos e aos lugares ocupados por eles no mundo. Tais limites não são os mesmos para todos, visto que o sexo, a raça/etnia, a classe social, bem como a região do país/globo onde o indivíduo vive e a idade, causam impactos os mais diversos para categorias sociais específicas. As mulheres, as adolescentes e as sexagenárias, por exemplo, são a maioria da população mais empobrecida do planeta (FALQUET, 2008).

Quanto a posição das mulheres na sociedade de classes, é mister apontar que, ainda que haja pouco emprego, ou que seu trabalho não seja visível, a atividade feminina é onipresente na sociedade Ocidental. Por isso, é necessário pensar o fim do trabalho em sua organização dominante como emprego assalariado, para que outras configurações do trabalho sejam incluídas e o conceito seja expandido (HIRATA, 2002).

Para concluir, reiteramos a relevância da tentativa de desvendar os mecanismos que atuam na perpetuação de desigualdades entre as relações sociais de sexo. As mulheres parecem ser uma das categorias sociais selecionadas para sofrerem as consequências de experimentações sociais, visto que são menos protegidas, tanto pela legislação trabalhista, quanto pelas organizações sindicais. Retomar estudos que colocam em evidência tal situação, nos permite compreender a realidade social e suas contradições bem como lutar pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina – Uma repartição desigual. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado – Entre cidadania e servidão. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In.: **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, julho, 2000.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. In.: **Seminário Desafios do Feminismo, Museu Histórico Nacional Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos**, UERJ. Rio de Janeiro, 20/21 maio, 1993.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Tradução de Renata Gonçalves. In.: **Sexe, classe, race. Pour une épistémologie de la domination**. Paris: PUF, 2008.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Mercantilização do feminino – A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In.: **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, Campinas, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. In.: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: 1995 a 2005**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em 29 de outubro de 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

JANTSCH, Ari Paulo. Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico. In.: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Orgs.). **A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciências e pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas da. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil – Rumos da formalização. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? – França, 1901-2011. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, vol. 1, n.2, jul./dez. 1995.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.



GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: AS DESIGUALDADES NO PROCESSO MIGRATÓRIO

Josianny Soares Carvalho¹

RESUMO

A mobilização feminina vem ganhando destaque nos novos estudos migratórios e estudos de gênero, pois problemas relacionados a preconceitos, salários inferior aos dos homens, condições precárias de trabalho e desigualdades de gênero são temáticas que têm sido discutidas em vários campos de pesquisa, e não é diferente no campo da migração. São inúmeras as motivações que impulsionam a migração feminina, pois a migração não é um fenômeno predominantemente masculino e apesar das dificuldades, como conciliar o serviço doméstico, emprego e família, os fluxos migratórios femininos têm crescido dentro e fora do Brasil. Este trabalho procura entender o fenômeno migratório a partir do Norte de Minas para centros urbanos e as desigualdades de gênero presentes nesse processo. A metodologia utilizada é de pesquisa qualitativa, trabalho de campo, entrevistas com homens e mulheres que já migraram e análise de trajetória. Conceitos como espaço, trajetória, redes e desigualdades são fundamentais para a discussão teórica da migração, e se tratando de relações de gênero, entender essa dinâmica é fundamental. O objetivo, portanto, é compreender o processo migratório para o trabalho, fazendo assim uma intersecção entre questão de gênero e questão migratória enquanto um processo social que sempre existiu, mas que tem sofrido variações. Os resultados parciais demonstram que no fenômeno migratório as mulheres encontram maiores desafios que os homens. A discussão do trabalho gira em torno de uma comparação da experiência migratória de homens e mulheres, com o pressuposto de que as desigualdades de gênero também alcançam a migração. A trajetória das mulheres brasileiras contribuiu para

¹ Graduanda do 7º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Email: josianny_soares@hotmail.com

Este trabalho é produto do Projeto de Pesquisa “Do Sertão para outros mundos”: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais – aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa pela portaria CEPEX 034/2017.



diminuir alguns indicadores de desigualdades no Brasil, dentre eles o de renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho e a migração foi essencial nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Gênero. Desigualdades.

INTRODUÇÃO

A principal variável demográfica utilizada no trabalho – migração – busca intersecções que aprofundem o debate teórico dessa temática, ao passo que os estudos de gênero nos trazem questionamentos que articulam esses temas para compreender os condicionantes desse fenômeno que é a migração feminina, seus impactos na vida dos sujeitos e seus familiares e ainda as perspectivas históricas que possibilitaram esse fluxo migratório. Este trabalho analisa teoricamente a migração feminina e faz relações com trabalhos de campo e entrevistas realizadas com migrantes do Norte de Minas através do Projeto REDES².

A importância de se estudar a migração sob a perspectiva de gênero se dá ao fato dessas relações sofrerem transformações ao longo do tempo e o fenômeno da migração feminina demandar um estudo específico, além disso, no processo migratório para o trabalho, essas relações sofrem diferenciações e desigualdades assim como na sociedade em geral. A mobilidade feminina tem sido uma maneira de resistência que demonstra que em suas trajetórias as mulheres conseguem enfrentar as desigualdades que as mantinham paradas. No Norte de Minas, a mobilidade para o trabalho é um fenômeno recorrente e neste trabalho nos interessa discutir como as relações de gênero são percebidas nesse processo e se há desigualdades.

Dessa maneira, ao incorporar as relações de gênero nos estudos migratórios, queremos ir além da mera diferenciação entre homem e mulher e avançar nos estudos de teorias de migração a fim de compreender as especificidades das experiências de mulheres migrantes no que tange suas vivências no fenômeno migratório. As trajetórias femininas são fundamentais para analisar as mudanças ocorridas na sociedade em função da mobilidade cada vez mais crescente.

² Projeto de Pesquisa “Do Sertão para outros mundos”: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais – aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa pela portaria CEPEX 034/2017.



Este trabalho porém, não apresenta resultados definitivos, pois a pesquisa ainda está em desenvolvimento. Porém, pretendemos apresentar algumas constatações verificadas no decorrer dos estudos e também das experiências nos trabalhos de campo e das entrevistas com migrantes do Norte de Minas. Tem sido percebido que na migração feminina para o trabalho, a maioria das mulheres migram para trabalhar como domésticas em capitais brasileiras, e ainda dispõem de poucas chances de ascensão social e profissional, além de sofrerem discriminações. A relevância desse trabalho está na percepção das desigualdades de gênero presentes na migração e na análise das trajetórias das mulheres que revelam resistência e enfrentamento frente às desigualdades.

Na primeira parte é apresentado um panorama histórico do papel da mulher na sociedade brasileira, a segunda parte apresenta alguns entendimentos dos conceitos de espaço, trajetórias e redes, na terceira parte é apresentado alguns dados estatísticos do IBGE que demonstram a desigualdade de gênero no Brasil e a proporção aproximada de migrantes. Na quarta parte é discutido o conceito de ser migrante/imigrante e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira em função das escolhas das mulheres e na última parte as considerações finais.

O PAPEL SOCIAL DA MULHER

Entender o papel que a mulher desempenhava na sociedade colonial e imperial brasileira é fundamental para compreender o percurso das mulheres no Brasil para alcançar a autonomia de que hoje elas gozam e suas conquistas na sociedade, especialmente no mercado de trabalho. Para isso, é também necessário compreender algumas características da estratificação social do Brasil, pois segundo Aguiar (2007, p.30), “estudos de estratificação social têm buscado explicar as desigualdades com base em perspectivas comparadas, contrastando países ou regiões, ou, de um ponto de vista histórico, articulando distintos momentos em uma mesma sociedade.”

A mesma autora aponta a visão de Florestan Fernandes (1976), que retratava a sociedade brasileira em seu passado colonial, escravista e mercantil, “como uma sociedade estratificada por estamentos”, o que não foge à análise de Carvalho ao destacar a posição da mulher na hierarquia social daquele tempo. Segundo Carvalho (2004, p.19),



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

“o problema político central do Brasil é construir um país que combine três coisas: liberdade, participação e justiça social”.

No Brasil colonial e imperial, as jovens se tornavam “mulher” muito cedo, pois precisavam cumprir com suas obrigações e com o papel que desempenhavam na sociedade. Elas não faziam o que queriam, pois estavam debaixo da autoridade do pai ou do marido ou então eram escravizadas, dependendo de sua cor/raça. Naquele período

As mulheres ocupavam posição peculiar na sociedade colonial e imperial. As brancas eram as únicas a constituírem famílias organizadas e legalizadas. Tinham situação privilegiada em relação às outras mulheres, sobretudo suas escravas, mas não escapavam ao sistema patriarcal, que as submetia ao poder do chefe da família. Eram excluídas da vida política e mesmo da vida civil, ficando confinadas aos limites da casa grande ou do sobrado. No extremo oposto, as mulheres escravas ocupavam a posição mais baixa da escala social, inferior até mesmo à do homem escravo. Além do trabalho forçado, eram obrigadas a se submeter às investidas sexuais dos senhores e dos filhos destes. As mulheres livres pobres, na maioria não-brancas, embora não estivessem sujeitas aos constrangimentos sociais das brancas ricas e legais das escravas, não escapavam ao domínio de pais e companheiros, pois o patriarcalismo impregnava a escala social de alto a baixo. (CARVALHO, 2004, p.22)

Observa-se então que a questão de raça também é inerente em nossa discussão, pois se era difícil ser mulher naquele tempo e sofrer os estigmas e desigualdades da época, o era muito mais ser uma mulher negra, uma vez que o sistema escravocrata estava impregnado naquela sociedade. Resquícios desse sistema sobrevivem até hoje, pois apesar da maior parte da sociedade brasileira atual ser negra e ser composta por mulheres em sua maioria, os preconceitos e desigualdades persistem, como resquícios do patriarcalismo e escravismo da formação social do Brasil. E se já é difícil ser mulher, “ser jovem e mulher é ser duplamente estigmatizada” Silva (2011, p.3). A atuação das jovens na sociedade sempre foi ignorada, elas precisaram se impor, se “mostrar” para a sociedade como sujeito que age, que pensa e que transforma e ainda escolher suas trajetórias, para assim agirem em direção à sua autonomia.

O papel atribuído às moças em nossa sociedade sempre foi em atividades domésticas, pois as moças tinham que casar cedo, constituir família e cuidar da casa e dos filhos. Mas os tempos mudaram e apesar dessa visão ainda permanecer no meio rural, as moças então escolhem migrar para centros urbanos para fugir dessa realidade. E hoje,



“como as normas de comportamento social e sexual são desiguais, as mulheres criam estratégias para superá-las e garantem sua atuação”, Gonçalves; Knauth (2006, p.631).

Os homens, por sua vez, sempre tiveram papel de destaque na sociedade brasileira, principalmente se ele era branco. No mercado de trabalho, ainda hoje, em muitas profissões e empresas, o salário do homem é superior ao da mulher, mesmo que executem as mesmas funções, com frequência vê-se nos noticiários pesquisas que apresentam casos assim. No processo migratório não seria diferente.

Ao migrar, o homem consegue mais facilmente entrar em determinados espaços, construir uma trajetória e redes de relações que o manterá por muito mais tempo em seu local de destino, principalmente quando não tem obrigações sociais como uma mulher, como filhos que dependam exclusivamente dele, medo de sofrer violências (sexual, moral, física, etc.) ou exercer trabalhos domésticos, dessa forma os homens tem mais opções, tanto de espaços, de trajetórias como das redes que ele irá construir no seu processo migratório.

ESPAÇO, TRAJETÓRIA E REDES

O espaço, entendido poeticamente por Bachelard através da topoanálise, “estudo sistemático dos locais de nossa vida íntima” (1993, pág. 28), é fundamental no processo migratório, pois os espaços revelam os sentimentos. Ao sair de seu espaço íntimo e migrar para um espaço antes desconhecido, o indivíduo se depara e encara realidades inimagináveis, mas que fazem parte das suas escolhas e de sua trajetória. Os espaços entregues às mulheres sempre foi o doméstico, e isso gera implicações em sua vida em relação ao seu gênero. “Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória.” Bachelard (1993, pág. 28)

Para isso, a trajetória das mulheres ao longo do tempo tem contribuído não só para entender a dinâmica das relações de gênero, mas também para identificar as contradições e desigualdades presentes nesse processo. É necessário, portanto, que identifiquemos as origens das desigualdades em nossa sociedade e dos papéis atribuídos aos homens e mulheres.



As trajetórias das mulheres até hoje proporcionou maior independência e autonomia, uma vez que elas escolhem sua jornada, seus destinos. “Algumas jornadas são planejadas e executadas de acordo com o plano. Em outras, os planos dão errado e precisam ser abandonados ou adaptados” Knowles (2014, pág. 29). As trajetórias de mulheres migrantes tem demonstrado que elas se tornaram aquilo que escolheram, que decidiram ser e que lutaram para conseguir. “Em alguns aspectos, podemos concluir que as pessoas são a soma de suas jornadas: o que as pessoas são depende de para onde vão – e como elas vão” Knowles (2014, pág 30).

A noção de redes como um instrumento conceitual e teórico é complexa, e deve ser tratada analiticamente. Aqui podemos entender que as redes “com base no indivíduo e nas respectivas redes relacionais, reconstroem o tecido das relações sociais e econômicas, as trajetórias e os canais da mobilidade social, bem como as dinâmicas de conflito e mudança” Piselli (1998, pág.110)

As redes de relações sociais construídas por homens e mulheres no processo migratório podem ser diferentes. Isso vai depender dos espaços em que cada gênero está familiarizado e da trajetória que foi realizada. Há estudos que demonstram que são a família e as redes de relações sociais que vão ser o alicerce para a ampliação e manutenção do processo migratório. Fazito (2014) afirma que historicamente, os processos migratórios foram organizados e tiveram origem nas redes familiares, que forneceram o apoio social.

DESIGUALDADES DE GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA

A desigualdade de gênero na sociedade brasileira deriva de sua formação social, com relações de gênero e papéis muito bem delimitados, de seu passado com histórico de desigualdades no meio familiar que gerou conflitos que se arrastam até a atualidade em todos os âmbitos sociais e com problemas que ainda precisam ser superados. Para Carvalho (2004, pág. 29), “a desigualdade incide, sobretudo, sobre os grupos da população mais vitimizados ao longo da história, os descendentes dos escravos, os trabalhadores rurais, as mulheres, os nordestinos”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

As questões de gênero estão intimamente relacionadas ao processo migratório e a estudos de mobilidade, e as desigualdades decorrem dessa inter-relação. Não dá portanto para analisarmos a migração sem relacionar as questões de gênero, pois

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo. (Boyd e Grieco, 2003, pg. 61)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2014), a maioria da população brasileira é negra, sendo quase 54% da população, e representam apenas 17,4% dos mais ricos do país. Outra pesquisa do IBGE, realizada em 2015, indicou que as mulheres representam 51,4% da população brasileira. Outro dado do IBGE de 2011 revela que mais de 40% da população brasileira é migrante. A migração é um processo que transforma e contesta as relações de poder e autoridade, podendo gerar conflito familiar. É dentro do lar que se produz e reproduz de geração a geração os valores, os padrões de comportamento e convívio social, as normas sociais, e é onde são construídos os papéis de gênero, e quando esses papéis são transformados começa um processo de confronto com as relações de poder que foram estabelecidas.

Segundo o autor Abdelmalek Sayad (1979) “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Entretanto, Sayad entende que a migração é um fenômeno e portanto, um fato social total, que envolve desde relações de trabalho á redes de relações sociais. Desse modo entendemos que a principal motivação da migração é a busca de uma vida melhor através do trabalho, mas que essa motivação vai envolver outros tipos de relações.

É importante destacar que a migração muitas vezes depende de uma articulação, ou seja, uma ponte que ligue o sujeito ao seu destino, pois caso contrário, pode haver uma resistência da família.

Numa análise da migração rural/urbana entre a década de 1930 e a década de 1960, Eunice Durham (1973) observa, entre os grupos migrantes, que a rede de relações mais importante para o projeto de migração está no parentesco, pois esta rede oferece o apoio financeiro e emocional para os que migram primeiro, bem como o preparo para os



que migram em seguida. É nelas que se avalia a oportunidade para a continuação das migrações ou para um eventual retorno. Mas o que mais chama atenção é que, geralmente, cabe às mulheres a manutenção dos vínculos familiares, mesmo diante de uma separação espacial. (SCOTT; VICENTE; NÒBREGA; ACIOLY; 2015)

Desse modo, os estudos de migração e de relações de gênero demandam também uma unidade de análise que perpassa o indivíduo, sujeito migrante, e a família, como participante da decisão e do próprio processo migratório. A decisão de migrar passa por toda a família do migrante pois, ele muitas vezes necessita de uma articulação com seu destino que pode ser encontrada no parentesco ou em redes de relações sociais.

Nas entrevistas com mulheres norte mineiras que migraram para capitais como São Paulo e Goiânia, elas relatam que no processo migratório pelo qual passaram, tiveram que ter o apoio da família e muitas tinham um familiar (irmã, prima ou tia) que as esperavam no lugar de destino. Na maioria dos relatos, elas já iam para trabalhar com doméstica, e quando saíam de um emprego o próximo também era como doméstica. Algumas relatam ter sofrido discriminação de suas patroas, que diziam que por ser pobre não devia formar família, mas sim permanecer morando e trabalhando na casa da patroa.

As mulheres nessa situação possuem menores chances de arrumar um emprego que não seja em casa de família, e quando decidem ter filhos a responsabilidade aumenta, diminuindo as chances de estudar, ter uma melhor formação e conseguir um emprego formal. Porém, quando o homem migra em busca de trabalho, mesmo não tendo uma boa formação, as chances de mudar de emprego são altas, pois ele não tem maiores impedimentos³.

AS ESCOLHAS DAS MULHERES EM DIREÇÃO À DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES

A desigualdade de gênero presente em diversas esferas da sociedade afeta as mulheres em vários sentidos, porém isso não as intimida e a migração é uma das formas que as mulheres lidam com isso, pois quando não encontram um emprego satisfatório na

³ Constatação verificada através de entrevista com homem norte mineiro que migrou ainda jovem para São Paulo e ele relata que ascendeu em seu emprego várias vezes, conseguindo subir de nível, mesmo tendo apenas ensino médio não completo. O mesmo entrevistado ainda relata experiência semelhante ocorrida com o irmão e outros conhecidos.



localidade onde moram, ou até mesmo oportunidades de estudo e qualificação, elas migram, principalmente para centros urbanos, para conseguir completar a formação e conseguir um emprego formal.

Segundo Arretche (2015, p.8) “no caso brasileiro, mudanças no comportamento das mulheres no mundo escolar e no mercado de trabalho, nas escolhas sobre tamanho e arranjo das famílias, e até mesmo nas escolhas religiosas, tiveram papel importante na redução das desigualdades”. Desse modo, as trajetórias migratórias de mulheres também está relacionada os seus ciclo de vida, as transformações ocorridas nesse processo e as estratégias utilizadas por elas.

Relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo de vital – que interfere com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas – se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina. (Chaves, 2009, p. 137)

A migração é um processo complexo e dinâmico, existe a dúvida entre ir ou ficar, retornar ou permanecer, e no caso das mulheres, essa decisão está baseada em seu ciclo de vida, sua trajetória vai depender de suas escolhas, individuais e/ou familiares. Muitas mulheres entrevistadas relatam que, principalmente no início após chegarem ao destino, pensavam em voltar pois não se acostumavam com a dinâmica da cidade grande. Algumas acabam formando família e morando na capital e outras, por um motivo ou outro acabam retornando após um período.

A migração feminina também é um planejamento, pois as mulheres planejam e traçam sua trajetória através de suas escolhas. Ao longo dos anos as mulheres passaram a ter mais anos de estudos que os homens, a ter menor número de filhos, trabalhar fora, e um grande número também decide casar mais tarde⁴. Tais mudanças nas decisões das mulheres, dentre elas a decisão de migrar, foram muito importante inclusive para quebrar alguns paradigmas, pois “neste processo de migração, as moças tendem a sair do campo com mais frequência e em maior número que os rapazes”, Silva (2011, p.2).

⁴ Processo descrito e demonstrado no livro: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. Organização de Marta Arretche. – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.



O mais comum para as jovens no processo migratório é sair para completar os estudos e trabalhar. Muitas jovens, especialmente as que saem do meio rural, buscam se desvincular do controle paterno, para terem mais autonomia, seja social ou econômica, com isso, muitas acabam se casando com rapazes do centro urbano, pois “este casamento pode significar a quebra de vínculos com a autoridade e o controle dos pais”, (Silva, 2011, p.7)

Ao analisar as migrações no Norte de Minas e as redes de relações sociais nesse processo, a noção de família e sua influência e participação nesse movimento são cruciais para o sucesso do objetivo da migração, seja para apoio ou para desvinculação de controle. Considerando que o principal fator motivador da migração no Norte de Minas é a busca por trabalho formal, maior renda e melhores condições de vida, e que o sujeito migrante muitas vezes necessita estar longe de sua família, é verificado que o retorno muitas se torna uma opção quando as condições da permanência no lugar de destino já não compensam os custos.

Para se pensar migrações é necessário analisar as questões políticas das duas regiões, de origem e destino, e se essas questões vão favorecer ou não o trabalho.

No Brasil, a migração é um fenômeno de âmbito nacional, que apesar de não se restringir ao século XX, foi principalmente a partir da metade deste século que o processo migratório acelerou seu ritmo. A migração passou a ser utilizada não apenas como um recurso dos expulsos pelo processo de herança, mas impulsionada pelo processo de desenvolvimento que se deu no país baseado na industrialização e urbanização. (MAIA, 2004, pág. 89)

Desse modo, é comum que as migrações ocorram pelo baixo índice de desenvolvimento das localidades de origem do indivíduo que decide migrar, bem como dos baixos salários dessas regiões. O homem porém, tem mais opção de empregabilidade, no caso das mulheres, muitas ficam submetidas e confinadas a trabalhos domésticos, pois nas capitais brasileiras esse trabalho é melhor recompensado e requisitado, porém a dificuldade está em ascender profissionalmente e sair do ambiente doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos migratórios demandam cada vez mais um laço mais estreito com estudos de gênero, pois questões como trabalho, desigualdades de gênero, família,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

reestruturação dos papéis sociais dentre outros estão articulados com essas temáticas e não podem ser ignorados. O estudo da migração atrelado á perspectiva de relações de gênero traz à tona dimensões e avanços teóricos ricos e que necessitam ser aprofundados.

A trajetória das mulheres brasileiras contribuiu para diminuir alguns indicadores de desigualdades no Brasil, dentre eles o de renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho e a migração foi essencial nesse processo. São diversas as motivações que levam as jovens mulheres, em especial as negras, a migrarem, como melhorar suas condições de vida, trabalho, escolaridade e perspectivas futuras. A escolha pela migração também está atrelada ao reconhecimento e atuação delas, pois se posicionam na sociedade enquanto sujeito. Para isso a definição do que é ser migrante, e qual significado dessa condição foi essencial em nossa discussão.

Entender a formação social brasileira também foi fundamental para compreender as relações de gênero e suas implicações no processo migratório, principalmente os papéis sociais atribuídos á mulher, que fizeram com que elas resistissem ás desigualdades e também escolhessem sua trajetória, sendo uma opção, a migração. São inúmeras as motivações das mulheres para migrar, seja em busca de novas oportunidades de trabalho, melhorar os estudos e até mesmo motivações afetivas, mas apesar das dificuldades, como conciliar trabalho doméstico, emprego e família, os fluxos migratórios femininos têm crescido dentro e fora do Brasil. As relações de gênero no processo migratório continuam a sofrer desigualdades, sendo também as mesmas vistas na sociedade em geral, mas as escolhas das mulheres tem ajudado a diminuir os índices de desigualdades, mesmo que a passos lentos.

Um olhar sobre a migração e sobre desigualdades só é possível a partir da interdisciplinaridade do estudo, onde as relações de gênero presentes no processo migratório sejam levadas em consideração. A intersecção nos temas propicia aprofundar os conhecimentos e avançar para a superação dos desafios teóricos e metodológicos que o trabalho demanda, sem esquecer que o trabalho de campo também é fundamental como ferramenta metodológica para alcançar os objetivos que os estudos de migração e gênero demandam.



REFERÊNCIAS

BOYD, M & GRIECO, E. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Conrad-Adenauer, 2004. Cap.1, p. 19-30.

CHAVES, M. F. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991**. Tese de Doutorado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 1ª Ed. São Paulo: Martins fontes, 1993.

FAZITO, D. **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/DimitriFazito.pdf>>. Acessado em 24 de janeiro de 2014.

GONÇALVES, Helen; Knauth, Daniela R. **Aproveitar a vida, juventude e gravidez**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2006, v.49 Nº 2.

Knowles, Caroline. **Nas trilhas de um chinelo: uma jornada pelas vias secundárias da globalização**. Tradução Angelo Martins Jr., Júlio Davies. 1 ed. São Paulo. Annablume, 2017.

MAIA, Cláudia de Jesus. **Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

PISELLI, F. Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 50, fev. 1998.

PORTAL BRASIL, Portal Brasil. **Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho**. 1. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SCOTT, Parry; VICENTE, Mariama; NÓBREGA, Leonardo; ACIOLY, Rafael. **As rearticulações de sociabilidade decorrentes de migrações internacionais**. Revista de Antropologia. João Pessoa, v.1, n.1, p.37-55, jul./dez.2015.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SILVA, Elisabete J. da. **Do campo para a cidade: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres.** III Seminário Nacional Gênero e práticas culturais. Jão pessoa – PB, 2011.

Sobre o Brasil/População/Migração. Disponível em<:<https://www.ibge.gov.br>>.Acesso em 17 fev.2018

Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / organização Marta Arretche. – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.



FORMAÇÃO BURGUESA E ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO

TOLEDO, Rodrigo Alberto¹

SILVA, Osvaldo José²

SANTOS, Matheus Henrique de Souza³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo construir uma descrição quanto à dimensão da Revolução Burguesa no Brasil, sob a ótica do cientista social Florestan Fernandes, demonstrando como a formação do pensamento burguês constituiu ações de ocupação do território físico espacial em São Paulo, e o mecanismo de acumulação primitiva do capital, desenvolveu as nuances de empoderamento das burguesias emergentes neste cenário econômico, político e social. A relação terá como eixo o artigo do autor: Luiz Augusto Maia Costa, intitulado *Planejando antes do Planejamento: Território e cidade em São Paulo, 1880 – 1910*. Neste artigo encontra-se claramente definido o movimento de ocupação do espaço territorial mediante a força do poder econômico da classe social burguesa em ascensão em São Paulo. Conclui-se que, apesar de serem concebidos em universos distintos, estes textos aproximam a análise das contradições sociais apontando de forma indissociável a gênese arqueológica da perene exclusão social no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Burguesia; Capital; Modernidade; Revolução.

1. Introdução

Este artigo pretende relacionar os textos da dimensão da *Revolução Burguesa no Brasil* interpretada sob a ótica do cientista social Florestan Fernandes e as pesquisas desenvolvidas por Luiz Augusto Maia Costa, intitulado *Planejando antes do*

¹ Pós-Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-FLCAR. Doutor em Ciências Sociais com período sanduíche na Universidade de Salamanca, USAL, Instituto de Iberoamérica e Centro de Estudios Brasileños e Mestre em Sociologia, respectivamente, nos anos 2013 e 2006, pela UNESP/Araraquara. Financiamento: CAPES-PNPD.

² Mestre em Ciências Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, unidade da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

³ Administrador Público e Mestre em Ciências Sociais - UNESP; Doutorado em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP e membro do Grupo de Análise de Políticas de Inovação (GAPI). Financiamento: CAPES.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Planejamento: Território e Cidade em São Paulo, 1880-1910. Procura demonstrar como a formação do pensamento burguês constituiu ações de ocupação do território físico e espacial em São Paulo, ao elaborar mecanismo de acumulação primitiva do capital, desenvolvendo indícios de empoderamento das burguesias emergentes neste cenário econômico, político e social. Neste artigo encontra-se claramente definido o movimento de ocupação do espaço territorial mediante a força do poder econômico da classe social burguesa em ascensão em São Paulo.

Para David Harvey (2011) a urbanização se transformará em uma importante variável quanto aos processos de criação de excedentes e acumulação de capital. O sistema econômico mundial, o capitalismo, compreenderá que as questões urbanas, numa perspectiva globalizante, estão intrinsicamente relacionadas ao processo industrial e suas consequências, da mesma forma que a solução de algumas dessas poderá – e deverá – passar por arranjos econômicos que possibilitam a retroalimentação do próprio sistema. Podemos citar, como exemplo, as questões de mobilidade urbana nos grandes centros urbanos, tais questões são tão necessárias e intrínsecas ao cotidiano da vida urbana que o Estado deveria assumir para si tal responsabilidade, porém na prática o capital é quem vai se organizar em parcerias, conglomerados ou empresas multinacionais para que seja o construtor – não necessariamente o gestor, mesmo que em algumas vezes veremos – da resposta dessa demanda. O autor vai analisar que à medida que o estilo de vida urbana se torna imperante nos países capitalistas, do “centro” ou da “periferia”, o próprio capitalismo compreenderá que a urbanização dever ser assimilada nas suas articulações e devendo assumir um papel de instrumento de organização do próprio capital, como também da própria sociabilidade.

A análise interpretativa no ensaio sociológico de Florestan Fernandes coaduna com a análise interpretativa de Luiz Costa, na medida em que os atores sociais identificados no pensamento social burguês no Brasil traçam estratégias para uma modernização conservadora, solidificando o poder econômico, político e social dessas “várias burguesias” em ascensão.

No caso específico de São Paulo, fica evidente que a cultura cafeicultora, aliada às mudanças políticas internas, ao cenário econômico propício, à vontade política e aparelhada por uma nova divisão do trabalho nacional e internacional, a burguesia



paulista emerge como força econômica e política; e como modelo de desenvolvimento agregador da heterogeneidade das elites, assegurando o padrão de revolução na ordem.

Contudo, este modelo pode ser também genealógico e arqueológico do atraso no processo de distribuição de renda e exclusão social vigente até os nossos dias no contexto social brasileiro.

O presente artigo está dividido em duas seções. Na primeira, Modernização Burguesa, tomamos como principal referência às interpretações do sociólogo Florestan Fernandes sobre o processo de consolidação da dominação burguesa no Brasil. Este processo impingiu a lógica definida pelo autor de revolução dentro da ordem, ao mesmo tempo em que sedimentou um modelo de ocupação do território que inviabilizou a ascensão de demandas e de direitos das classes sociais médias e do proletariado.

A dimensão da revolução burguesa no Brasil, apontada por Fernandes (1981), se constituiu enquanto solo filosófico e horizonte cultural para que as elites, especificamente as paulistanas, definissem os contornos do *modus operandi* da ocupação do espaço territorial, vetorizado pela força do poder econômico da burguesia cafeeira em ascensão no estado, tema da nossa segunda seção, Domínio do Espaço Urbano em São Paulo e o Pensamento Revolucionário Burguês.

DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida deste trabalho toma por referência a obra do Cientista Social Florestan Fernandes, denominada *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica. Terceira Parte: Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente*. Especificamente o Capítulo 5 “*A Concretização da Revolução Burguesa*” (p.201 – 221). Esta etapa do trabalho de Florestan Fernandes possui como foco o aparecimento da formação econômica pré-capitalista para a acumulação capitalista na realidade interna brasileira.

A partir do método analítico e interpretativo observa-se a multiplicidade de papéis econômicos específicos e das personalidades-status vivenciados no cenário social, bem como na fragilidade da Revolução burguesa sob o capitalismo dependente.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Constatada as impossibilidades históricas clássicas de revolução, forma-se um denominado círculo vicioso dos quadros estruturais subsequentes. E a não existência de ruptura com o passado gera artifícios de conciliação neutralizando uma reforma social, que se consolida no contexto da divisão internacional uma transformação econômica dentro dos marcos da evolução possível do modo de produção capitalista.

No cenário brasileiro a consolidação do poder burguês e da dominação burguesa, no contexto do fim do modelo político do Império e início da República registra-se a hegemonia oligárquica recompondo as estruturas de poder, num fiel retrato histórico do poder e do domínio burguês no Brasil. Essas oligarquias formadas em torno da plantação e das cidades se justapõem nos seus interesses comuns no comércio como ponto de encontro nas áreas nas quais definem seus interesses almejando um liberalismo econômico, mas não político.

Importante destacarmos, que a classe dominante da sociedade brasileira, configurada neste processo descrito, terá um comportamento distinto de outros países que também apresentam mudanças sociopolíticas naquele momento. No Brasil, essa parcela da sociedade compreenderá o Estado, inicialmente, como seu principal instrumento de articulação e alcance de seus objetivos. Em outras palavras, várias nações terão suas elites negando o papel e a presença do Estado na organização econômica, quanto no Brasil esta interferência não só será aceita como frequentemente acionada e estruturada. A importância deste fato reside quanto ao modelo de urbanização e seus instrumentos de planejamento que viremos a tratar, pois será o Estado o principal coordenador do planejamento das cidades, bem como das questões urbanas e essa aproximação – Estado/classe dominante – vai se refletir constantemente nas proposituras que virão ao longo do tempo modular as cidades brasileiras.

As várias burguesias brasileiras convergidas para o Estado assumem o papel civilizatório e modernizante das relações econômicas propugnado com o que era vantajoso aos seus interesses de classe na heterogênea e desigual sociedade. A oligarquia não perde o poder e transforma-se na aristocracia agrária. A essência rural funde-se no setor comercial e financeiro estreitando seus interesses materiais pela necessidade de expandir os negócios.



As relações sociais cravadas na prática da mudança pela *Proclamação da República e pela Abolição da Escravatura* requerem novos atores:

Não obstante, essa mesma burguesia – como sucedera com a aristocracia na época da Independência – foi condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva. Ela se define, em face de seus papéis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista. Propõe-se, mesmo, o grandioso modelo francês da Revolução Burguesa nacional e democrática. (Fernandes, 1981, p. 205).

Na realidade a burguesia brasileira mostrou-se reacionária e ultraconservadora impondo seu mandonismo sobre os movimentos sociais e operários no início do século XX. Dona de um moderado espírito modernizador, faz da atividade econômica um meio e não um fim para consolidar-se.

A base neocolonial de importação-exportação acomoda-se no início do século XX, até o processo de evolução interna de industrialização nos anos 30 restringe-se às fronteiras da difusão dos valores, técnicas e instituições instrumentais na criação de uma economia capitalista satélite.

Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa. (Fernandes, 1981, p. 206).

Socialmente inoperantes, conforme Fernandes (1981) a dominação burguesa desenvolveu procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente. Por exemplo, a existência de um acordo tácito entre as elites burguesas dominantes quanto à pretensão de reforçar o caráter autocrático de dominação, mesmo ferindo o princípio da livre iniciativa e as bases legais de um Estado de direito representativo.

Dessa forma o conservadorismo era tido como um mal necessário na preservação das formas de dominação dentro da ordem, e no caso de oposição, divergências seriam toleradas nos limites do interesse econômico burguês. Tese



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

comprovada pelo ajuste de dominação burguesa aos novos quadros dos atores sociais emergentes pela tradição do mandonismo, do coronelismo, do ritualismo eleitoral, da manipulação política, dos demagogos, dos conservadores, dos oportunistas e do condicionamento estatal do sindicalismo.

A consolidação conservadora que emergira dos conflitos entre oligarquia tradicional versus oligarquia moderna, foi alimentada por certos setores radicais das “*classes médias*” (tenentismo e industriais SP/Rio) como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder por parte da aristocracia agrária no mundo urbano dos negócios.

A partir dos anos 1930, segundo Fernandes (1981), a Revolução burguesa no Brasil comboiou a nova aristocracia, outrora oligarca, dentro do contexto da luta de classes, selecionando um inimigo comum: *o proletariado*. As relações de produção desencadeia a descolonização da economia e da sociedade. O velho e o novo, a antiga aristocracia comercial e as elites dos imigrantes e seus descendentes, instituem a lógica da dominação burguesa e dos grupos oligárquicos dominantes.

A preservação das estruturas de poder, no chamado “*Brasil moderno*” garante a passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista. Por sua vez, reproduz também o modelo de acumulação propriamente capitalista, via mercantilização do trabalho, relações de produção e propicia a revolução urbano-comercial.

A Revolução Burguesa no Brasil estabelece um fundamento onírico legal e idealizado da ordem social competitiva, conforme modelos existentes na França, Inglaterra e Estados Unidos, contudo, é somente uma roupagem da aristocracia imperial burguesa, visto que os conflitos permanecem congelados nos espaços políticos e econômicos.

A consolidação do regime burguês brasileiro efetivado por revolução dentro da ordem, de cima para baixo, cria uma prática de *democracia restrita*, aberta e funcional somente aos que tem acesso à dominação burguesa.

O estilo de atuação autocrático e reacionário da burguesia brasileira também pode ser visualizado no expediente de manipulação conservadora quanto à relação social junto aos setores das classes médias e do proletariado, criando condições adversas e inviabilizando mecanismos de participação direta. O resultado é o reforço de uma



estrutura capitalista dependente gestada no período colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização frente ao mercado nacional e internacional.

A(s) burguesia(s) brasileira diante da expansão capitalista no mundo moderno, não consegue ao mesmo tempo realizar uma transformação capitalista e simultaneamente efetivar uma revolução nacional democrática.

Diante deste desafio restringe-se a Revolução Burguesa a um capitalismo dependente.⁴

Conforme Fernandes (1981),

O problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês, que se localiza na era atual e emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. (Fernandes, 1981, p. 215).

Para a burguesia brasileira a evolução gradual e linear que a transição representou foi o paradigma da passagem irreversível do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, conferindo à burguesia nacional uma forte orientação democrático-nacionalista. Contudo, restrita à junção da oligarquia, com rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Foi o dinamismo da economia mundial capitalista que forjou no mercado interno a dinamização da revolução urbano industrial, fato incorporado como oportunidade de absorção mercadológica às práticas inerentes ao capitalismo monopolista, e modificando os laços de associação com o imperialismo.

O quadro global encaminha o capitalismo monopolista incubado na Revolução Burguesa, para a revolução institucional. A revolução dentro da ordem burguesa fortificada pela “Revolução de 30” e pelo Estado Novo expôs a burguesia a aceitar um novo pacto social com o proletariado e a massas populares com a ideia de continuidade do sistema.

⁴ Historicamente o Brasil viverá uma dualidade quanto o seu papel frente à economia mundial globalizada. Haverá aqueles que defenderam – e defendem – uma postura ou incorporação à economia mundial caracteristicamente independente, ou seja, que dialogue de igual para igual com outras nações e articule suas necessidades de forma a não correlacionar terceiros. Outra corrente – esta citada por Fernandes – é que compreende que cabe ao Brasil uma participação coadjuvante na economia mundial, em outros termos, seríamos apenas fornecedores de matérias-primas e/ou *commodities* que atendam as necessidades daqueles países que configuram no “centro” do capitalismo mundial.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O processo de barganha garantiu a continuidade do *status ante quo*, as condições materiais de modernização tecnológica, crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista. O processo institucional, segundo Fernandes (1981), também qualificou a burguesia para a associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional, reprimir qualquer ameaça com violência de subversão da ordem, transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês no plano econômico, social e político.

A justaposição de várias burguesias fortaleceu o pacto social visando fortalecer a capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional, e com a intervenção do Estado na vida econômica ganha maior controle na situação interna. Sem contar a maior flexibilidade na fixação de política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista.

Dessa forma a burguesia brasileira se expõe e cria uma revolução própria para se refazer no poder e com a utilização do Estado como “aparelho ideológico”, acomoda interesses divergentes e heterogêneos dos setores arcaicos da sociedade. Fato evidente de que a crise burguesa não se resolveu com a evolução interna do capitalismo competitivo, mas da composição civil-militar para consolidar a dominação burguesa.

Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder. (Fernandes, 1981, p. 219 – 220).

Com a perda no horizonte do ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa, a sociedade brasileira é refém do padrão da uma revolução institucional, de cima para baixo, cenário este caracterizado por um Brasil moderno produto da transformação capitalista, moldado na encruzilhada da economia de exportação, expansão do mercado interno, produção industrial interna, estando mais para uma *revolução urbano-comercial*, Fernandes (1981).

Nesse sentido a Revolução Burguesa no Brasil atingiu sua maturidade e a plenitude de poder sob a construção do capitalismo monopolista internacional,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

decorrendo a inevitável dominação externa, desigualdade social e subdesenvolvimento da população no geral. Esta Revolução Burguesa foi uma “mudança” para que as “coisas” permanecessem no mesmo lugar.

Na etapa seguinte deste artigo há a perspectiva de relacionar a dimensão da Revolução Burguesa no Brasil apresentada até aqui, sob a ótica do cientista social Florestan Fernandes, demonstrando como a formação do pensamento burguês constituiu ações de ocupação do território físico espacial em São Paulo, como mecanismo de acumulação primitiva do capital, desenvolvendo nuances de empoderamento das burguesias emergentes neste cenário econômico, político e social. A comparação terá como eixo o artigo do autor: Luiz Augusto Maia Costa, intitulado *Planejando Antes do Planejamento: Território e Cidade em São Paulo, 1880 – 1910*. Neste artigo encontra-se claramente definido o movimento de ocupação do espaço territorial mediante a força do poder econômico da classe social burguesa em ascensão em São Paulo.

Na coletânea de artigos selecionados por parte da autora Maria Lucia Caíra Gitahy, na obra *Desenhando a Cidade do Século XX*, encontra-se o artigo do autor: Luiz Augusto Maia Costa, intitulado *Planejando Antes do Planejamento: Território e Cidade em São Paulo, 1880 – 1910*. Este texto claramente define o movimento de ocupação do espaço territorial por meio da força do poder econômico da classe social burguesa em ascensão em São Paulo. Mediante estratégias que buscando o dinamismo do capital, aproveitando-se do ciclo econômico do antigo modelo político do Império no Brasil e estabelecendo estratégias de acumulação a partir do modelo político republicano recém-instalado.

Em continuidade, o artigo afirma que o fenômeno urbano se manifesta no processo de urbanização das relações sociais nas esferas: econômica, política e social incluindo a dimensão simbólica, imaginária, afetiva e institucional da época, constitui a partir do ano de 1880, um planejamento territorial, antes do planejamento urbano. E, em consequência, as práticas capitalistas das empresas envolvidas na produção do espaço agrário e urbano possuem no planejamento para as cidades dentro do território de São Paulo a obtenção do lucro, como manifestação do projeto político e não apenas a explicitação espacial da burguesia paulista.



O texto concebe que ato de planejar representa o trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos claramente determinados, com planos e programas de objetivos definidos, em suma é uma planificação de propósitos, um modo de pensar traçando metas e meios para alcançá-las. No cenário analisado a utilização prática deste conceito nem sempre é clara, sobretudo, em função da cultura política e social advinda do modelo histórico vivenciado.

Com relação aos fatos históricos como o estabelecimento do *fim do tráfico negreiro em 1831, a Lei de Terras de 1850 e a Proclamação da República em 1889*, constituem a mudança do uso da mão de obra escrava do negro para a utilização do uso da mão de obra livre do imigrante. O Estado, a serviço da classe dominante, financia a troca da força de trabalho instituindo o trabalho livre subvencionado por seus meios.

Assim, a força de trabalho desonerada nas fazendas constituirá mais tarde a infraestrutura do trabalho fabril nas cidades, visto que a indústria requer crescimento populacional. Desse modo há a acumulação primitiva de capital primeiro nas novas fazendas criadas pela Lei de Terras, depois com a ampliação dos cafezais.

Depara-se então com o excedente de capital gerado pelo Estado e produzido nas fazendas com investimento público para fins privado. Decorrente da valorização, privatização e mercantilização da terra e renda do capital, a riqueza extrapola o ciclo cafeeiro. A burguesia agrária do oeste paulista, segundo Costa (2005) é revolucionária nos moldes colocados por Karl Marx (1818 – 1883) no *Manifesto Comunista* - pela mentalidade do modo de produção vigente.

A questão aqui colocada não era desenhar o urbano, mas em planejar o Estado territorialmente. Neste sentido o planejamento territorial precedeu o planejamento urbano, de modo que a cidade de São Paulo aparece como centralizadora e concentradora da riqueza produzida pelo Estado, este modelo constituirá a base do projeto nacional.

Segundo Theodoro Sampaio (1978) citado por Costa (2005) um dos exemplos das cifras investidas na construção da ferrovia Santos-Jundiaí, revelam que os ingleses obtiveram vantagens expressivas, tais como, 33 anos de exploração dos ramais ferroviários, com garantia de juros de 5% sobre o capital de £2.000.000,00 de libras. (Costa, 2005, p. 29).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Dentro do conceito de inserção no capitalismo internacional monopolista dependente, há o setor de transporte ferroviário inglês com o investimento nas ferrovias paulista para o escoamento da produção cafeeira. O capital inglês investido na empresa São Paulo Railway: Santos, São Paulo e Jundiaí, diversificada nas estradas de ferro: Mogiana, Paulista e Sorocabana, consolida o projeto inglês de exportar ferrovias para estruturar o espaço geográfico paulista. A partir de 1850 constata-se um conjunto de fatores nacionais e internacionais para a impulsão da cultura do café que tem por consequência a urbanização intensa e desigual. Segundo Costa (2005) seriam as seguintes: O mercado de terras e o aumento da densidade demográfica; as novas cidades desenvolvidas no interior do Estado de São Paulo; aumento da receita e da interligação territorial; as cidades do interior do Estado (SP) consolidaram o surgimento do mercado interno produtor e consumidor de bens de consumo; esses processos levaram à maior complexidade de gestão econômica infraestrutura e administração (administração pública, escolas, água, esgoto, alimentos etc.); e a cidade de São Paulo, capital do Estado concentrou e polarizou atividades administrativa (políticas), comercial (econômicas) e intelectual (culturais).

Observa-se neste contexto que o trabalho criador de riqueza é incorporado sem ônus para o burguês da oligarquia agrária no campo. Há também o papel preponderante das ferrovias na estruturação do espaço territorial, internacionalização do capital e escoamento da produção.

A urbanização, bem como a noção de complexo cafeeiro organiza a estrutura social em oposição a outras culturas produtivas nacionais.

Outro fator determinante foi o delineamento da rede de cidades do interior para a capital, desembocando no litoral e consolidando o modelo hegemônico da burguesia paulista.

A consolidação da dinâmica capitalista heterogênea pode ser identificada na citação recorrente que Costa (2005) referencia em Ohtake (1982, p.11) sobre Harvey:

Harvey (1978) procura também as relações entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento capitalista [...] Harvey pensa urbano como investimento, isto é, não só como condição para a produção, mas como parte – o urbano ele mesmo – da produção. O urbano é



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

produzido através de investimentos produtivos que ampliam a base material de reprodução do capital simultaneamente em dois níveis: enquanto um “ambiente construído” funciona à reprodução do capital em geral ao nível do sistema como um todo, e enquanto capital particular investido diretamente em atividades urbanas específicas, que nesse nível particular deve ser reproduzido. (Costa, 2005, p.18).

O tripé: (infra) estruturação de crescente urbanização; formação do complexo cafeeiro e processo de urbanização a partir de áreas não urbanas redimensionaram as indústrias para as margens das ferrovias, organizaram o complexo cafeeiro, agregaram o acúmulo do capital, bem como diversificaram o campo de influência e ação civilizatória e deslanchou a indústria no Estado e no país. Neste sentido a industrialização de São Paulo foi *efeito e causa* do processo de urbanização da capital e do Estado.

Esta Revolução Burguesa no Brasil decorrente das transformações urbanas paulistas e do complexo cafeeiro na virada do século XIX para o século XX é o retrato do crescimento da dimensão física e econômica, sobretudo da complexidade da estrutura político-econômica.

Ao citar Paschkes (1986), Costa (2005) ilustra bem o movimento territorial burguês na cidade de São Paulo:

As transformações por que passou a Capital entre 1890 e 1900 – com loteamento de várias chácaras, a formação de pequenos e novos núcleos e os melhoramentos no Triângulo Central – ocorreram precisamente em um momento histórico em que a vida na então Província de São Paulo começava a perder seu caráter rural para ganhar contornos citadinos. À época, as transformações da economia paulista foram profundas: uma vez abolida a escravidão, as alternativas para os negócios econômicos tinham sido ampliadas, em detrimento dos investimentos feitos em mão-de-obra escrava ou nas ações das Companhias de Estradas de Ferro. Um novo quadro para os empreendimentos econômicos seria, assim, criado não só por meio de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

múltiplos investimentos industriais, mas também de investimentos imobiliários. (Paschkes, 1986, 41, *apud* Costa, 2005, 21).

A cidade de São Paulo em 1872 possuía 31 mil habitantes, no ano de 1900 a população atinge a cifra de 239,934 mil habitantes. Explosão demográfica esta que ocorre em função da cidade de São Paulo ser o centro físico por posição geográfica, para o escoamento da produção nacional e internacional. No espaço territorial urbano iniciou-se o desmembramento de chácaras próximas ao triângulo central, bem como a expansão dos serviços de transportes, água, esgoto e energia elétrica. Costa (2005) constata ainda que a capital fisicamente reproduz o modelo de expansão das fazendas e encontra no desmembramento imobiliário seu vetor de crescimento. O capital se reproduz no solo da capital.

Os trabalhadores (é bem verdade que pequena parte) foram enviados para o outro lado do Tamanduateí, para o Brás e para outros bairros proletários da várzea. Os mais abastados localizavam-se na “Cidade Nova” isto é, Campos Elísios e Higienópolis (Costa, 2005, p.23).

A descrição realizada por Costa (2005) explicita nominalmente o processo revolucionário atípico da Revolução da Burguesia Brasileira, interpretada por Fernandes (1981). Especificamente assinalada pelo papel da oligarquia agrária burguesa em São Paulo, São Paulo passa a interagir e a relacionar-se diretamente com a dinâmica do capitalismo mundial, inserindo-se cultural e produtivamente na divisão internacional do trabalho no modo de produção capitalista.

A classe operária relegada à margem da lógica excludente pela expropriação da mais valia, encontrará seu inferno urbano na cidade. Sujeita às moléstias como febre amarela e peste bubônica, moradias insalubres e transporte precários, restando para seu consolo medidas sanitaristas e higienização paliativa para a reprodução do capital.

Para a burguesia os serviços desenvolvidos são tais como: criação da Cia Cantareira & Esgoto (1877) priorização do automóvel em detrimento do transporte público, criação do modelo de moradias “Cidade Jardim”, seguindo modelos de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

urbanização das metrópoles mais desenvolvidas. A Constituição Estadual de 1891 legalizará o pacto público-privado do modelo de acumulação capitalista.

Para Costa (2005) a Escola Politécnica fundada em 1893 será o centro de delineamento da expansão e da cultura burguesa no processo de urbanização capitalista em São Paulo. Atores sociais como o engenheiro reformador social utópico Theodoro Sampaio ilustra bem o cenário aqui descrito. Para este, São Paulo ressurgiu com a cultura cafeeira e consolidou-se com ela, o país se constituiu de maneira agrícola e é tido como exportador de matérias-primas; o café estimulado pelo investidor inglês é o padrão para a formação do trabalho livre e embranquecimento europeizante do Estado; visivelmente a questão técnica e funcional se sobrepõe à questão estética; As políticas públicas dimensionadas pelo pensamento burguês paulista infra-estruturaram, sanearam e geriram o território urbano, o modelo instituído pela burguesia revolucionária paulista é a simetria do modelo revolucionário burguês no país.

CONCLUSÃO

Ponto de partida básico de nossa análise é que o modelo de urbanização proposto no Brasil, assim como nos demais países capitalistas, seja do “centro” do sistema ou de sua “periferia” busca assimilar as necessidades do capital em produzir excedente e sua acumulação (HARVEY, 2011). No caso brasileiro, pelo o histórico de formação de sua classe dominante, bem como da estruturação social como um todo, as desigualdades geradas no processo de industrialização e urbanização serão contundentes. Na perspectiva que o Estado, instrumento que deveria ser o mediador do equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos está, se no momento não por completo, mas quase toda sua totalidade, a serviço dos interesses daqueles que no desenvolvimento sociopolítico brasileiro se mantém no controle do aparelho público e suas instituições.

Mesmo contando com a Constituição Federal de 1988 que redemocratizou o país e impôs o espírito democrático às instituições brasileiras, incluindo as relacionadas ao planejamento urbano, ou seja, aos instrumentos de decisão pública quanto à formação das cidades, não deveriam toda a pluralidade social. O Plano Diretor, instituído pela Constituição de 1988 e a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

da Cidade, constituem os principais ferramentais públicos de discussão, organização, elaboração das políticas públicas urbanas. Para Rolnik (2013), apesar do avanço normativo das questões urbanas, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor ainda carecem da assimilação de um debate e de propostas que contemplem uma reforma urbana mais humana e civilizatória com participação social efetiva de toda a sociedade e não apenas daqueles que mantém nas questões urbanas seus interesses econômicos e financeiros. Ao passo que estes ferramentais não alcançam tal objetivo e permanece fragilizados, a autora compreende que esta é uma decisão política e não simplesmente deficitária, em defesa da classe dominante que opera pelo Estado seus privilégios e demandas.

(...) se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado a única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado (...) (ROLNIK, 2013, p. 09).

A formação burguesa e o espaço urbano em São Paulo emergem como característica da Revolução Burguesa no Brasil. É o que se pode constatar a partir da interpretação da obra referenciada do Cientista Social Florestan Fernandes, comparativamente ao artigo elaborado pelo pesquisador Luiz Costa. A ocupação do território, o planejamento dessa ocupação e as características que irão ser incorporadas ao espaço urbano pós-ocupação são importantes instrumentos de manutenção do poder da classe dominante sobre a maioria da população, por meio da defesa e ampliação de seus privilégios contidos na ação estatal.

Tal compreensão do processo de urbanização, por meio de instrumento de planejamento e da consolidação de ideias quanto a estes instrumentos pela classe dominante será compartilhado não só em terras paulistanas, mas em todo o território do Estado de São Paulo. Historicamente as instituições que articularam esse pensamento na capital vão atuar nas cidades no interior e litoral do Estado, sempre reproduzindo essa lógica de urbanização como instrumento do capitalismo em produzir excedente, possibilitar a acumulação de capital e retroalimentar o sistema econômico. Negando, essencialmente, as demandas sociais quando estas não conseguirem consolidar e



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

apresentar soluções na perspectiva capitalista, instrumentalizando o Estado para a produção dessas demandas e impedindo, que o mesmo, tenha capacidade de resposta.

Ao denotar que a burguesia brasileira e, sobretudo a paulista cria uma revolução própria para manter-se no poder, é inevitável constatar os meandros dessa revolução intrínseca no pensamento burguês paulista, na medida em que a velha oligarquia se refaz e apropria-se da cultura liberal econômica, sem, entretanto, radicalizar o liberalismo político. E a riqueza produzida no Estado, gerada nas fazendas de café, mesmo a cidade tendo sido a condição da produção cafeeira, o urbano da capital paulista não possuindo planos com caráter de conjunto, diferente de: Rio de Janeiro, Salvador e Santos; credencia a hipótese de que o planejamento territorial precedeu o planejamento urbano.

O pacto social consolidado entre as “várias burguesias” frente à crise de poder reconfigura o Estado brasileiro, e especificamente o Estado paulista como aparelho ideológico de dominação heterogênea. Neste caso a revolução urbana comercial é a ponta de lança na transição entre o velho e o novo.

A modernização conservadora possui uma gênese na tríade: café, complexo cafeeiro e urbanização. Esta conjunção de fatores associados à atividade econômica, papel político da elite, condições geográficas e estrutura social distinta, tais como: momento histórico propício nacional e internacional, vontade política, produção lucrativa e sólida urbanização criaram as bases dessa tipificação de revolução burguesa.

Em Florestan (1981), buscamos mostrar que possuímos um processo histórico que produziu a sociedade atual com as características de ser industrial, urbana, cosmopolita e com sensíveis limitações democráticas. Nosso processo histórico (repleto de peculiaridades) modernizou estruturas econômicas e políticas, ao mesmo tempo em que conservou como afirmamos anteriormente, uma estrutura social anacronicamente desigual, segregacionista e patrimonialista, dentre outras características.

Segundo Florestan (1981) e Costa (2005), a referida sociedade anacrônica aprofundou desigualdades, pois acoplada a uma estrutura que propulsou nosso desenvolvimento na fase republicana da nossa história, esteve sob controle de burguesias (comercial/industrial), com horizonte cultural oligárquico, impingiu um perfil moderado nas modernizações. Em outros termos, as transformações pelos quais o



Estado Brasileiro passou ao longo do período republicano, estiveram restritas a um horizonte sociocultural, aristocrático e oligárquico, que produziu como resultado o que Fernandes (1981) denominou de “Revoluções dentro da Ordem”.

Fatos aparentemente desconexos, mas intimamente ligadas ao desenvolvimento do capital, citam-se aqui o Fim da Escravidão, a Lei de Terras, a Proclamação da República, concentração e centralização da economia remetem a um novo cenário social.

O capital acumulado, reinvestido no meio urbano com forte caráter especulativo e segregador, é o retrato da estrutura estatal a serviço da reprodução do capital imbuído da legalidade tipificado nas Constituições, que não efetivam na prática as necessidades prioritárias do cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Luiz Augusto Maia. (2005). **Planejando Antes do Planejamento**: Território e Cidade em São Paulo, 1880-1910. In: *Desenhando a Cidade do Século XX*. Maria Lucia Caira Gitahy (Org.) São Paulo (SP): RiMa, FAPESP.

FERNANDES, Florestan. (1981) **A Revolução Burguesa no Brasil** – Ensaio de interpretação Sociológica. São Paulo (SP): Zahar Editores.

GITAHY, Maria Lucia Caira. (Org.). (2005). **Desenhando a Cidade do Século XX**. São Carlos (SP): RiMa, FAPESP, 2005.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. (1990). **Manifesto do Partido Comunista.** Rio de Janeiro (RJ): Vozes.

OHTAKE, M. F. G (1982). **O Processo de urbanização em São Paulo:** dois momentos, duas faces, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC-SP: São Paulo (SP).

PASCHKES, M.L.N. (1986). *A Bondes, terrenos e especulação.* In: **História e energia:** a chegada da Light. São Paulo: Departamento de Patrimônio da Eletropaulo.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 1989.

_____. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.** In: MARICATO, Erminia (org). *Cidade Rebeldes.* São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO, T. (1978). **São Paulo no século XX e outros ciclos históricos.** Petrópolis (RJ): Vozes.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas.** In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **A segregação urbana e a justiça** (ou a justiça no injusto espaço urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, nº 44. Julho/setembro, 2003.



AS EMOÇÕES EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS E O SERVIÇO PÚBLICO.

Isabella Ladeira Furtado¹

Antonio Carlos Andrade Ribeiro²

RESUMO

A abordagem social coloca a emoção como um elemento psicossocial, nas interações humanas rotineiras, considerando as expressões gestuais, posturais, verbais, faciais e motoras. Assim, a emoção, do ponto de vista sociológico, coloca que o mesmo gesto ou expressão facial pode ser interpretado de modo diferente, de acordo com as experiências sociais, em situações semelhantes, das expectativas pessoais, dos padrões sociais relacionados ao contexto em que se está inserido. Para as ciências sociais das emoções, as experiências emocionais de cada pessoa, sentidas e vividas por um indivíduo social, são resultados entre os indivíduos e a cultura e sociedade. Neste trabalho o tema das emoções em ambientes organizacionais é discutido para construir um quadro analítico que permite analisar sua manifestação no serviço público. Observa-se que as relações de trabalho e as organizações, principalmente públicas, vêm sofrendo mudanças. As aspirações dos cidadãos quanto aos serviços públicos a serem prestados têm exigido dos trabalhadores posturas que vão além da racionalidade e da impessoalidade. Neste contexto, no artigo será discutido o tema das emoções frente às organizações, demonstrando a importância de se considerar este componente que faz parte da vida dos indivíduos e que afeta o local de trabalho. Sugere-se que procedimentos de regulação emocional e flexibilização da jornada de trabalho sejam considerados como mecanismos para manter aspectos positivos ou mitigar os impactos negativos das novas demandas emocionais que o serviço público exige.

PALAVRAS-CHAVE: Emoções. Organizações. Serviço Público.

¹ Mestranda; Mestrado Profissional em Administração Pública na Universidade Federal de Alfenas (PROFIAP-UNIFAL); Observatório de Inovação e Redes Organizacionais; e-mail: bellinhafurtado@gmail.com.

² Doutor em Sociologia; Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); Observatório de Inovação e Redes Organizacionais; e-mail: antonilos@gmail.com.



INTRODUÇÃO: O INDIVÍDUO EMOTIVO E AS ORGANIZAÇÕES

A Escola das Relações humanas acrescentou ao componente racional da Teoria Clássica da Administração apenas questões afetivas, continuando a ver o trabalhador como um ser passivo, que responde às regras imposta de maneira padronizada. Pensar os indivíduos nas organizações vai muito além de enxergá-los seguindo normas e procedimentos, desconsiderando o que sentem e como são suas vidas além do ambiente institucional. A organização privada ou pública não é um conjunto de mecanismos organizados e colocados em movimento apenas pela racionalidade. Também não é uma estrutura cuja sobrevivência e adaptação estariam garantidas naturalmente por ajustes nos elementos que a compõem. Mas, é um local onde constantemente ocorrem conflitos e trocas, onde acontecem cooperações entre os interesses iguais ou distintos, onde se tomam decisões e se combinam racionalidade e comportamentos múltiplos, cujas características e regras formais e informais expõem as estratégias de poder dos diversos participantes. Assim, as emoções vêm se constituindo como tópico importante enquanto objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais para explicar, entender e melhorar tais dinâmicas.

Neste artigo apresentamos uma revisão da literatura sobre os estudos das emoções nas organizações. Destacamos abordagens de diferentes disciplinas, em especial da sociologia. A discussão oferece os elementos para um estudo, em desenvolvimento, sobre o impacto da regulação do trabalho, especificamente a flexibilização da jornada de trabalho, sobre as emoções dos membros de uma organização. O texto é iniciado com uma seção sobre a construção do objeto de estudo "emoções". Em seguida, abordaremos a discussão do tema das emoções nos estudos organizacionais. Para na sequência expor os achados das pesquisas sobre emoções quando focadas na administração pública. Por fim, apresentamos as considerações finais.

AS EMOÇÕES COMO OBJETO DE ESTUDO

O estudo das emoções busca explicar o fenômeno das emoções humanas e seus impactos na vida do indivíduo sob diversas perspectivas. As emoções são fenômenos complexos e têm sido objeto de análise por diferentes áreas do conhecimento, com



aspectos, pressupostos e formas diversas de pensar o assunto. Teve origem na filosofia, com reflexões que datam de mais de dois mil anos, até o aparecimento de novas teorias psicológicas sobre a matéria, no fim do século XIX (BONFIM, GONDIM, 2010; FINEMAM, 2001). Filósofos e psicólogos colocavam que as emoções eram instintos básicos que deveriam ser controlados, pois podiam afetar a capacidade de tomar decisões dos homens.

A primeira teoria psicológica da emoção foi descrita no artigo *What is emotion?* do alemão William James, em 1884, que mostrou a importância da percepção de um evento, de um objeto ou de uma circunstância como uma antecipação da emoção (FINEMAN, 2001). Esse processo desencadeava mudanças nas atividades internas do corpo. A estes sentimentos o autor chamou de experiência emocional. No século XX, os cientistas começaram a perceber a importância do indivíduo se emocionar. Desde a década de 1990, especialistas desse assunto têm desenvolvido novas teorias, empregando uma abordagem interdisciplinar que utiliza objetos da filosofia, biologia, psicologia e sociologia. Por este motivo, vários são os conceitos empregados para emoção.

Etimologicamente a palavra emoção tem origem no latim *emovere* - decorrência da ligação do verbo *movere*, que indica a ação de mover, deslocar, andar, avançar, com o prefixo *ex*, que significa apontar para fora (BONFIM, GONDIM 2010; GOLEMAN, 2001; GONÇALVES, 2009). A origem grega do termo emoção complementa o significado em latim: o termo *pathos* representa a emoção e constitui uma experiência que não é esperada ou controlada, mas a qual o ser humano se submete e sofre seus efeitos (GONÇALVES, 2009). O conceito contido na origem da palavra, segundo Goleman (2001, p. 20), está em harmonia com a definição mais simples do que são emoções: “impulsos em essência, legados pela evolução para uma ação imediata com o objetivo de lidar com a preservação da vida”. Assim, o termo emoção refere-se a sentimentos e pensamentos, estados biológicos, estados psicológicos e o tipo de tendências de ação que o caracterizam. Rodrigues e Gondim (2014, p. 39) caracterizam as emoções como “um conjunto de respostas integradas que envolvem alterações fisiológicas e motoras (que preparam o indivíduo para agir) e sentimentos associados a experiências internas (que propiciam uma avaliação da situação)”. Izard (2010), ao



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

sintetizar as descrições de 34 cientistas, que utilizaram o termo para criarem sua própria definição ou especificarem o que queriam dizer com emoção em seus estudos, coloca que as emoções são circuitos neurais, sistemas de respostas e estados/processos de sentimentos que motivam e organizam a cognição e a ação. Assim, podemos considerar que as emoções estão ligadas a mudanças fisiológicas e corporais provocadas por estímulos internos ou externos que sugerem não estar no controle consciente da pessoa. Quanto ao tempo de duração, a emoção tem uma manifestação reativa, de vida curta. Quanto ao objeto a que se dirige, tem um foco definido. E, quanto ao estado, a emoção é breve. (RODRIGUES, GONDIM, 2014). Analisando estas definições, podemos considerar as emoções como modos de lidar com eventos relevantes da vida, algo que o ser humano tem (interno) para reagir a um estímulo externo.

A literatura sobre o assunto separa as emoções entre básicas e secundárias. As emoções básicas estão vinculadas ao processo evolutivo: o medo, a raiva, a alegria, o nojo, a surpresa e a tristeza. Além de seu papel adaptativo para atividades essenciais da vida (uma vez ativadas, possibilitam resposta imediata a situações de atração e aversão, fuga e combate), têm uma função social de organizar, motivar e manter atitudes que ajudam no desenvolvimento da individualidade de cada um. As emoções secundárias são apreendidas por processos de aprendizagem, mudando conforme a cultura e a individualidade de cada pessoa. A vergonha, a culpa, o ciúme, o orgulho, a vergonha e a vaidade, são alguns exemplos destas emoções. Além disso, as emoções também podem ser classificadas em positivas - como felicidade, alegria, gratidão, amor, satisfação, surpresa, que podem gerar bem-estar, sucesso no trabalho, melhores relacionamentos sociais e saúde mental e física - e em negativas - como raiva, medo, culpa, tristeza, que podem acarretar em comportamentos de evitação ou enfrentamento de situações.

Na abordagem filosófica, é destacada a importância da emoção para existência e o sentido da vida, pois está na base da formação moral da vida humana. Na concepção biológica, as emoções representam respostas padronizadas e rotineiras que foram aperfeiçoadas pelo mecanismo evolucionário dos organismos. Por exemplo, quando uma pessoa se vê diante de um predador a emoção medo dispara um conjunto de reações, como o aumento nos batimentos cardíacos, necessárias para que a reação fugir garanta a sobrevivência. Já a psicologia privilegiou abordagens comportamentais e



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

cognitivas. Nesta, a emoção está ligada a técnicas de interpretação de fatos internos e externos à pessoa; naquela, a emoção é uma manifestação de afeto obtida e provocada por estímulos externos e podem acarretar, conforme a escolha, a conduta emocional será ter medo, chorar, sorrir, ficar assustado, ficar zangado, etc., ou outros sinais corporais.

A abordagem social coloca a emoção como um elemento psicossocial nas interações humanas diárias, considerando as expressões gestuais, posturais, verbais, faciais e motoras. Assim, a emoção, do ponto de vista sociológico, coloca que o mesmo gesto ou expressão facial pode ser interpretado de modo diferente, de acordo com as experiências sociais, em situações semelhantes, das expectativas pessoais, dos padrões sociais relacionados ao contexto em que se está inserido. Para as ciências sociais das emoções, as experiências emocionais de cada pessoa, sentidas e vividas por um indivíduo social, são resultados entre os indivíduos, a cultura e sociedade.

Pestana (2010) coloca que questões pessoais, do ambiente e da interação das pessoas com o ambiente impactam na formação das emoções, que incorporam o aprendizado social, apesar da sua biologia. Abordagens sociais de estudo das emoções têm capacidade de ampliar o entendimento do fenômeno emocional nas relações sociais e nas relações de trabalho, resultando no que os autores denominam de Sociologia das Emoções. A base da sociologia das emoções está na análise das circunstâncias sociais. A partir do nível micro, enfatizam as emoções dos indivíduos e conceituam emoções como soluções constantes, reflexas e padronizadas a classes específicas de estímulos sociais; partido do nível macro, focam na perspectiva estrutural e cultural, na qual o mesmo evento ou emoção pode ser considerado de maneira diversa em culturas diferentes. (PESTANA, 2010). Na sociologia das emoções, abordagens culturalista e do construcionismo social colocam que as emoções são um fenômeno em evolução na vida social e vão além da compreensão de serem apenas experiências subjetivas do indivíduo.

Todos estes entendimentos teóricos isolados são relevantes ao se considerar o estudo das emoções. Segundo Godim e Borges-Andrade (2009), atualmente a tendência é assumir que emoções são procedimentos biopsicoculturais e é necessário utilizar várias abordagens para a compreensão adequada. Neste trabalho, assumimos esta perspectiva, embora nosso foco esteja nos aspectos sociais das emoções. Sobretudo, o



interesse de nossa pesquisa está no efeito das organizações sobre as emoções. Por isso, definimos emoções como uma resposta reativa dos indivíduos a estímulos externos. Associamos que as emoções se dividem em básicas, secundárias, positivas e negativas. O quadro 1 explica e classifica algumas emoções seguindo a definição adotada.

QUADRO 1 – Divisões das emoções

EMOÇÕES		
	BÁSICAS	SECUNDÁRIAS
POSITIVAS	Alegria; Surpresa; Amor.	Gratidão; Satisfação; Empolgação; Segurança; Valorização; Ânimo.
NEGATIVAS	Medo; Raiva; Nojo; Tristeza; Surpresa.	Vergonha; Culpa; Ciúme; Orgulho; Vergonha; Vaidade; Insegurança; Insatisfação; Frustração; Alienação; Angústia; Desvalorização; Desânimo; Tédio

Fonte: Autores, 2018.

EMOÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

A emoção apenas recentemente tem sido considerada importante nos estudos organizacionais. Os efeitos das emoções negativas no trabalho tiveram destaque na década de 1930, com raros autores apresentando uma conotação positiva nesta época. Nos anos 1940 e 1950 os psicólogos ocupacionais e industriais usavam o conceito de moral para tratar sobre emoções, especialmente no contexto militar. Entre os anos 1950 e 1970 os estudos se voltaram para as atitudes no trabalho, considerando a emoção como um elemento afetivo, necessários para a motivação humana. Nesta época, os estudos sobre a satisfação no trabalho tiveram destaque. Nos anos 1970 os estudos do comportamento humano se voltaram para o lado cognitivo. E, após os anos 1970 a pesquisa psicológica enfatizou as emoções positivas. (FINEMAN, 2001; GONDIM, SIQUEIRA, 2014).

Por muitas décadas uma visão racional da organização dominou os estudos no local de trabalho. As teorias organizacionais, durante muito tempo, desconsideraram o papel das emoções, julgando-as disfuncionais para o bom desempenho no trabalho. A administração científica difundia a supremacia dos princípios científicos sobre a



subjetividade humana. A organização era o mecanismo de transformação das irracionalidades humanas em comportamento racionais. A crença na eficácia da burocracia, apoiada na tese weberiana sobre o desencantamento do mundo, era atribuída ao controle rígido dos processos de trabalho e das emoções. Os indivíduos existiam para servir. As atividades humanas eram padronizadas e despersonalizadas: as atividades eram desempenhadas de maneira objetiva, racional, previsível, calculada e independente de vontades pessoais. As análises do mundo organizacional sob esta matriz não percebeu que o trabalhador chora, ri, briga, fica mau-humorado, etc. Ele é emotivo e seu comportamento gera impactos na organização. Nos anos 60 e 70, os estudiosos da psicologia social e das organizações começaram, então, a questionar o valor de um modelo de organização excessivamente racional. Passaram a investigar as emoções no trabalho.

Os estudos organizacionais sobre as emoções têm oferecido novas contribuições. Damásio (2007) sustenta que determinados aspectos emocionais são imprescindíveis para a racionalidade. Para o autor, os sistemas cerebrais necessários às emoções funcionam em conjunto com os sistemas necessários à razão. Assim, Damásio coloca que as emoções são necessárias à razão e vice-versa. Segundo Fineman (2001), a ação da emoção sobre a racionalidade age de três formas distintas: as emoções interferem com a racionalidade, quando as pessoas agem com base naquilo que percebem e, uma vez que essas percepções sofrem influências externas, as ações daí decorrentes estão suscetíveis de deturpações; as emoções servem a racionalidade, quando as emoções são necessárias para se tomar uma decisão racional adequada a tarefa; e, as emoções e a racionalidade se entrelaçam (a racionalidade é um mito), quando as decisões institucionais são pouco racionais e estão baseadas em emoções. Estas três perspectivas combinadas têm impacto relevante no ambiente organizacional e, dessa forma, pensar na racionalidade desconsiderando o componente emocional é limitar o olhar para as novas formas de se perceber a organização e seus componentes.

Embora as emoções sejam importantes na tomada de decisão, ainda persiste a ideia de que interferem no bom senso e que decisões acertadas decorrem de estados emocionais neutros. Mas, isso não é verdade. Para se aproveitar melhor o uso das emoções nas decisões racionais são utilizadas técnicas de controle das emoções, que



inclui estímulos para diminuir, aumentar ou mantê-las, que é chamado de regulação emocional.

O local trabalho é um lugar de produção de diferentes emoções, onde os indivíduos criam relações, se emocionam com uma promoção, sentem medo de serem demitidas, ficam irritadas ou felizes com algum acontecimento etc. Os estudos das emoções no trabalho cresceram nas décadas de 1980 e 1990. A análise mais importante, que inspirou várias pesquisas sobre gerenciamento de emoções e controle emocional no trabalho, foi o "trabalho emocional", de Arlie Hochschild (1983). Esta pesquisadora estudou o setor de serviços por requerer um alto padrão de expressão emocional do trabalhador na sua relação com o público e com os consumidores. Segundo a autora, teleatendentes e comissárias de bordo devem expressar alegria e contentamento durante a jornada de trabalho, independentemente do que estejam sentindo no momento. O mesmo é constatado em setores de serviços de órgãos públicos brasileiros. Hochschild (1983) utilizou o termo "trabalho emocional" para explicar a administração do sentimento de um trabalhador para criar uma exibição facial e corporal publicamente adequada, destinada a produzir um estado mental particular em outros. Este trabalho emocional seria vendido por um salário, possuindo um valor de troca, que seria comprado por um lado e vendido por outro. Por exemplo, os trabalhadores que prestam serviços na linha de frente são encorajados a oferecer o serviço com um sorriso no rosto. Isso requer que os funcionários reprimam seus sentimentos privados para mostrar a emoção esperada, relacionada ao trabalho.

O trabalho emocional se refere a dois tipos de estratégias de gerenciamento da emoção usadas por um ator: as de superfície e as profundas. Na primeira, o funcionário finge a emoção, e, na segunda, há uma dificuldade de alteração desses sentimentos para se alcançar a emoção requerida. Para Hochschild (1983), o trabalho emocional seria o empenho dos trabalhadores em exteriorizar emoções e sentimentos não voluntários com o desejo de cumprir os objetivos institucionais, mas isso acarretaria danos ao seu bem-estar subjetivo.

A partir disso, é importante expor o conceito de regulação emocional, que é definida como uma forma moderada ou espontânea de trabalhar as emoções, assinalando quando e o modo como elas serão sentidas e expressas, para que a pessoa se



adéque melhor à situação em que se encontra (GONDIM, BORGES-ANDRADE, 2009). A regulação das emoções pode garantir a qualidade dos relacionamentos familiares, de amizade e no trabalho, pois a manifestação de emoções negativas pode muitas vezes produzir conflitos entre indivíduos, do mesmo modo que a expressão de emoções positivas pode tornar as relações mais prazerosas.

Miller, Considine e Gardner (2007) classificaram a compreensão das emoções no trabalho nas seguintes perspectivas: 1) trabalho emocional, conforme definido por Arlie Hochschild (1983); 2) trabalho com emoções, que destaca a necessidade de investimento afetivo para diminuir o estresse cognitivo do indivíduo e expressar um padrão emocional; 3) emoções no trabalho, foca como as interações com colegas, chefia e, no setor de serviços, com o público no ambiente de trabalho gera emoções; 4) emoções dirigidas ao trabalho, ocupa-se dos fatos emocionais sofridos fora do trabalho que impactam o ambiente em que ele se dá - um meio social pode contagiar o outro; e, 5) emoções para o trabalho, que observa o trabalho percebido como objeto depositário de emoções e afetos.

No Brasil, as discussões sobre sociologia das emoções nas organizações ainda são um tópico pouco estudado.

Recentemente, aparecem estudos sobre estresse no trabalho, saúde, bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho, influenciados pelo movimento da psicologia positiva, que passou a estimular a pesquisa de aspectos promotores de qualidade de vida, em substituição a uma tendência de estudar fatores de adoecimento. (GONDIM, SIQUEIRA, 2014, p. 287)

Percebe-se no País a tendência de estudos que discorrem sobre trabalho emocional e regulação emocional (BOLZAN, 2014; DIAMANTINO, 2017; GONDIM, BORGES-ANDRADE, 2009; MORAIS, SAUERBONN, OLIVEIRA, PESTANA, 2015; PESTANA, 2010; RODRIGUES, GONDIM, 2013; VILELA, ASSUNÇÃO, 2007).

Vilela e Assunção (2007), estudando teleatendentes, examinaram como o trabalho emocional nas empresas pode estar ligado ao adoecimento laboral. Tendo como fonte as queixas de esgotamento e cansaço relatadas, os autores utilizaram os elementos do trabalho emocional diagnosticado, focalizando a necessidade dos sujeitos em moldar suas emoções para lidar com clientes, tendo como base os resultados a serem buscados



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

pela gestão. Eles expuseram que os atendentes se sentiam aborrecidos quanto aos controles rígidos impostos pelos métodos de gestão, aprisionados em sua disposição de relacionar-se, tanto com clientes, quanto com os próprios colegas de trabalho. A hierarquia não aceitava diálogos entre colegas de trabalho durante o expediente, mesmo se não estivessem em atendimento, afetando as trocas de informação e experiências, diminuindo, assim, a colaboração, prejudicando o desempenho e majorando a sobrecarga e a tensão.

Gondim e Borges-Andrade (2009) analisaram as estratégias de regulação emocional dos profissionais de uma empresa aérea brasileira após um acidente fatal ocorrido em 2006. Os autores concluíram que as estratégias de regulação profunda (seleção de situação e reavaliação cognitiva) foram fundamentais nos discursos dos aeroviários, mais do que as estratégias superficiais (supressão de emoções ou manifestações fisiológicas). O estudo teve natureza qualitativa e foram identificados cinco grupos de questões que geraram trabalho emocional: as dos passageiros, as pessoais, as dos familiares das vítimas, as dos colegas e as contextuais. Uma das conclusões foi que o ser humano tem grande capacidade de manter o equilíbrio emocional e superar o trauma quando conta com o apoio social, no caso em que o suporte mútuo é capaz de reduzir as diferenças e fortalecer o sentimento de grupo. Neste estudo, a crença partilhada de que o desastre não foi negligência da empresa ou irresponsabilidade da equipe de bordo ou ainda de ausência de manutenção pode ter sido crucial. Com a crença compartilhada e a percepção de suporte, os trabalhadores lidaram com a situação com lealdade, tolerando o trabalho emocional e os autores apontam isso como um dos motivos pelos quais tenham privilegiado o uso de estratégias de ação profunda, em vez de estratégias superficiais. Os autores concluem que as emoções e a maneira como se lida com elas não são um fenômeno individual explicado apenas pelas diferenças pessoais, que a maneira de demonstrar e administrar as emoções é um processo coletivamente construído na interação cotidiana com os demais.

Pestana (2010), analisou o papel das emoções nas fases do processo de atendimento ao público nas agências da previdência social. Os resultados mostraram a manifestação de quatro técnicas empregadas no gerenciamento das emoções: trabalho corporal; mudança externa; mudança interna e, trabalho cognitivo. Com base nos



achados, constatou que processos afetivos podem interferir na motivação, no comportamento, no processamento de informações, nas escolhas, no atendimento e nas avaliações de desempenho dos servidores frente ao elevado envolvimento e absorção da carga emocional, dada a característica de cada servidor.

Bolzan (2014) investigou o trabalho emocional na profissão de Serviço Social na região metropolitana de Goiânia. Segundo Bolzan, quanto maior a autonomia, a possibilidade de ser autêntico nas interações e o reconhecimento no trabalho, menores são os níveis de desgaste emocional. Como resultado, a autora coloca que não é o trabalho emocional em si que esgota o trabalhador, mas o conjunto de fatores, exigências afetivas e condições em que o trabalho emocional é realizado no contexto da organização. As entrevistas expõem que o desgaste do ambiente de trabalho, o esforço emocional e físico, além das condições inadequadas de trabalho, trazem consequências para a saúde, tornando frequentes as queixas de esgotamento, cansaço, estresse, entre outras patologias. Os relatos apresentados mostraram que no Serviço Social as emoções são administradas em nível de profundidade e fazem parte da rotina a ponto de serem interiorizadas e inseparáveis do cotidiano dos trabalhadores, mesmo quando se tenta manter certa distância e racionalidade, contribuindo para que o trabalho emocional se constitua como parte da identidade profissional.

Rodrigues e Gondim (2013) avaliaram a relação entre emoções, estratégias de regulação emocional e aspectos sociodemográficas de servidores públicos de uma organizações do Sul do país. Os resultados apontaram que, nos cenários habituais negativos, as emoções predominantes estavam ligadas à raiva, e as que menos apareceram estavam associadas ao medo. Esta última as autoras pensam que tenha relação com a estabilidade de emprego que pode levar a processos de acomodação e estagnação. As autoras notaram a insatisfação dos servidores quanto ao trabalho que executam e, com isso, colocaram que a raiva é uma emoção que motiva o indivíduo para ações de mudança. A emoção positiva mais sentida foi a alegria. As estratégias de regulação emocional mais utilizadas para enfrentar as situações foram as de regulação profunda. Com base nisso, as autoras mostraram que houve diferenças na regulação emocional quanto ao gênero, nível de atuação na instituição pública e regime de trabalho. As estratégias profundas foram mais frequentes em homens do que em



mulheres, em trabalhadores da área-fim, em indivíduos que atuam no nível operacional e naqueles que trabalham sob o regime estatutário. E quanto às emoções, não foram encontradas associações com as variáveis sociodemográficas.

Morais, Sauerbonn, Oliveira e Pestana (2015), sob o prisma do trabalho com emoções, estudaram como operadores de centrais telefônicas realizavam a gestão de suas emoções ao longo de suas rotinas de trabalho. Eles encontraram uma série de técnicas de manipulação das emoções no trabalho, revelando efeitos simbólicos e materiais do gerenciamento das emoções realizado pelos indivíduos todos os dias: trabalho corporal, mudança externa, mudança interna e trabalho cognitivo. Por exemplo, nas situações mais complicadas no contato com o cliente, os entrevistados contaram que faziam várias ações com o corpo, com o objetivo de diminuir o momento ruim em algumas ligações e seguir em frente: respirar fundo para seguir trabalhando, contar de um até dez, socar a posição de atendimento, socar a porta do banheiro, passar as mãos nas pernas, balançar as pernas, fechar os olhos, respirar fundo. Segundo os autores, o gerenciamento emocional é desempenhado de várias maneiras, mas sempre com o mesmo propósito: apresentar o padrão emocional e comportamental esperado pela organização no momento de efetuar o contato com o cliente, que no caso estudado é realizar o contato telefônico com o cliente de modo afetivo e entusiástico para ofertar os cartões de crédito.

Diamantino (2017), avaliou o valor preditivo das estratégias de regulação emocional na percepção de trabalho emocional dos atendentes de unidades do SUS na Bahia. Os resultados mostraram que a avaliação do contexto de trabalho em saúde pública é neutra, contrariando a hipótese prévia de avaliação negativa. Hipóteses que previam a prevalência de gerenciamento emocional não se confirmaram. Segundo o autor, os trabalhadores no atendimento ao usuário empregam emoções genuínas, não havendo outros custos no gerenciamento das emoções da parte dos empregados, como uso de ação superficial ou de ação profunda. Coloca também que não foram encontradas relações de efeito importante entre contexto de trabalho e regulação emocional e contexto de trabalho e trabalho emocional. Portanto, em alguma medida o sujeito não expressaria apenas as necessidades das organizações em suas manifestações emocionais.



Os achados encontrados nestas pesquisas demonstraram que vários sentimentos de caráter positivo e negativo fazem parte do dia a dia dos trabalhadores nas organizações e que suas causas são, principalmente questões relacionadas ao gênero, nível de atuação na instituição privada/pública, regime de trabalho, contexto situacional/institucional. Em nossa pesquisa, estudaremos as emoções sob a perspectiva das emoções no trabalho. Assim, pode-se esperar que a qualidade do ambiente de trabalho decorre em grande parte da qualidade das interações estabelecidas. Nossa hipótese é que os processos de regulação em ambientes organizacionais impactam as emoções no trabalho, afetando as interações entre os sujeitos da organização. Por exemplo, em uma secretaria de Colegiado ou em um Departamento de uma Universidade Pública Federal conflitos entre colegas, chefias, alunos podem causar reações emocionais negativas que podem levar ao sofrimento, ao aumento do absenteísmo e ao adoecimento no trabalho. Por outro lado, emoções positivas podem levar a equilíbrio emocional e sentido de vida (MILLER, CONSIDINE E GARDNER, 2007). Em um contexto de afirmação dessa hipótese, argumentamos pela necessidade de regulação emocional no sentido de gerenciar as relações sociais dentro das organizações a fim de melhorar o bem estar dos indivíduos emotivos.

EMOÇÕES E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tendo em vista a hipótese destacada, nesta seção final reservamos um espaço para a revisão sobre o tema das emoções na Administração Pública. A administração pública brasileira passou por algumas alterações nas últimas décadas, como a instituição do princípio da eficiência e do controle social nos anos 1990, mudando as rotinas administrativas, as formas de trabalhar e de se posicionar frente as demandas organizacionais, atendendo a um público cada vez mais ciente de seus direitos e que exigem um atendimento célere e a resolução de seus pedidos. O advento da nova administração pública fez surgir valores e crenças diversos no serviço estatal, que afetam o convívio entre pares, chefia e o público. Assim, apenas as competências técnicas já não eram suficientes para o exercício profissional. Isso exigiu a adaptação



emocional dos trabalhadores. O governo estimula os servidores a serem cada vez mais sensível às necessidades e expectativas dos cidadãos - prestar o serviço com um sorriso.

Estudos das emoções nas organizações públicas analisadas têm como base a análise da racionalidade, inerente ao serviço público, frente a importância dos estudos das emoções nas organizações (FINEMEM, 2001; LIU, YANG, YU, 2014; PESTANA, 2010). Apesar do esforço na administração pública para separar a emoção do trabalho, privilegiando o enfoque impessoal e racional, como prescrito pelo modelo burocrático e gerencial, percebe-se que isso não é possível, pois as organizações são locais que possuem diversos elementos sociais. Segundo Paes-Paula (2005), a administração pública gerencial está centrada mais na organização das dimensões estruturais do que as dimensões sociais e políticas da gestão. Também tende a centralizar o processo decisório, não estimulando a participação societal nas decisões. Dessa forma, percebe-se a permanência de traços burocráticos em tais ações, na imposição de certas práticas pelas direções da organização. Mas, as organizações são habitadas por um sujeito emotivo, incapazes de seguir a lógica fria de cálculo racional.

Se um trabalhador passa em média nove horas diárias no trabalho, pode-se considerar que a maior parte da vida social e emocional desta pessoa acontece na organização. Existem estressores comuns em ocupações e setores de trabalho, como conflito de papéis, excesso de serviço e desequilíbrio entre trabalho e família. Isso acontece em instituições privadas e públicas, mas, nestas, características como influências políticas, múltiplas responsabilidades e burocracia podem afetar o nível dos estressores comuns ou criar novos (LIU, YANG E YU, 2014). As organizações públicas estão sujeitas a várias regras, regulamentos, procedimentos e restrições, que podem, muitas vezes, contribuir para um ambiente de trabalho estressante. A burocracia na administração pública ainda é visível nas regras e procedimentos dispendiosos que muitas vezes constroem os trabalhadores e regulam diversas atividades. Estudos realizados demonstraram que as percepções da burocracia podem frustrar os funcionários (LIU, YANG, YU, 2014) e aumentar suas percepções de estresse (GIAUQUE, RITZ, VARONE, ANDERFUHREN-BIGET, 2013; LIU, YANG, YU, 2014). Segundo Hochschild (1983), o estresse e o *burnout* podem ser resultado de trabalhos que envolvem intensidade emocional. Agravando-se o quadro o fato do processo



de regulação nas organizações públicas serem submetidos a objetivos políticos, que sofrem alterações com a mudança de governo, por um lado, e pela formação de nichos políticos que assumem as administrações públicas destas organizações de forma temporária.

O serviço público tem uma função de cuidado no atendimento aos cidadãos. Muitas atividades exigem atendimento ao cidadão cara a cara, nos quais o trabalho emocional é vezes necessário para exibir comportamentos emotivos apropriados ao desempenho da tarefa. Imagine a reação de um cidadão quando um funcionário público parecer frio e indiferente. Tal percepção faz com que o cidadão critique os serviços prestados, mesmo que o desempenho do trabalho esteja em as regras. Assim, é importante perceber o impacto que as emoções têm além da racionalidade. O trabalho emocional é parte do trabalho, que deve ser bem feito para os cidadãos avaliarem positivamente sua interação com o estado. Dessa maneira, percebe-se que o maior desafio para os servidores públicos não é tornar seu trabalho apenas mais eficiente, mas torná-lo mais humano e solidário. E para isso é essencial considerar as emoções dos trabalhadores e o impacto destas na instituição.

O servidor público é pessoa humana, dotada de sentimentos e valores, subordinado a culturas internas e externas. É ao mesmo tempo representante do Estado, agente de implantação das diretrizes da nova gestão pública e cidadão-consumidor. E estão inseridos em um espaço estressante: o público espera mais deles, os recursos muitas vezes são escassos e, portanto, o trabalho, pelos motivos já citados, é exigente emocionalmente. Conseqüentemente, o servidor passa a ter que administrar seus sentimentos e emoções, pois não há como manter um comportamento apenas pautado na racionalidade e impessoalidade.

Como já exposto, a regulação emocional envolve tanto a autorregulação como a regulação do comportamento e das emoções das outras pessoas, com repercussões para o bem-estar (HOCHSCHILD, 1983). Aqueles que não conseguem regular suas emoções podem exibir "transtornos mentais, físicos e disfunções sociais" (GONDIM, SIQUEIRA, 2014, p. 296). A regulação emocional seria importante para a redução, o aumento ou a preservação de emoções positivas, impactando na adequada atuação emocional e no bem-estar dos funcionários (GONDIM, SIQUEIRA, 2014).



O controle das emoções propicia diversos benefícios: baixos níveis de depressão, diminuição de estresse e promoção do bem-estar psicológico. Adicionalmente, no trabalho possibilita maior satisfação, auxilia na administração de conflitos e na melhoria do clima organizacional (RODRIGUES E GONDIM, 2014). O ponto negativo da regulação emocional ocorre no instante em que o impulso para mostrar uma emoção que não está sendo experimentada pelo sujeito prejudica o bem-estar subjetivo do trabalhador, produzindo grande desgaste para aparentar o que não se sente (HOCHSCHILD, 1983). Processos de regulação em ambientes organizacionais podem alterar este quadro e fazer surgir novas emoções (positivas e negativas). Assim, torna-se essencial que venha acompanhado de estratégias de regulação emocionais.

A tolerância no controle das emoções quem sabe possa ser melhor suportada com uma jornada mais flexível, os benefícios que ocasionaria à vida dos servidores público e os impactos para os cidadãos. Talvez a flexibilização de carga horária possa trazer várias vantagens aos funcionários, além de gerar apenas mais tempo disponível para o lazer e o repouso. Acredita-se que a flexibilização da jornada de trabalho proporciona maior qualidade de vida no trabalho, qualidade de vida e motivação do servidor (MARQUES, 2012). Esta alternativa procuraria balancear questões de trabalho-família, administrar conflitos de trabalho e melhorar a motivação nas organização públicas.

A análise da flexibilização da jornada de trabalho contribuirá para entendê-la não como um processo legal de regulação organizacional, mas como um procedimento que compreende indivíduos que anseiam por mudanças e que desejam atitudes que podem melhorar a vida no trabalho e fora dele.

CONCLUSÃO

Como destacado neste artigo, o termo emoção se refere a uma manifestação reativa causada por fatores externos (como interações com colegas de trabalho, chefia, ou como o atendimento ao público, etc.). Este conceito será importante para se pensar qual o impacto da flexibilização da jornada de trabalho na vida do trabalhador e se esta nova forma de trabalho pode auxiliar no alcance da redução da ansiedade, do tédio, da



raiva e do aumento do interesse pelo trabalho, da alegria, da satisfação e da simpatia pelos servidores públicos em uma Universidade Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLZAN, Débora de Paula. **O trabalho das emoções em serviço social**. Revista Libertas, v.14, n.2, ago. dez. 2014. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2885>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BONFIM, Mirele Cardoso do; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Trabalho emocional: demandas afetivas no exercício profissional**. EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1049>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. Tradução de Dora Vicente, Georgina Segurado. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEJOURS, Christophe. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1993.

DIAMANTINO, Rui Maia. **Atenção à saúde e regulação emocional: um estudo sobre trabalho emocional no atendimento aos usuários**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2014.

FINEMAN, Stephen. **A Emoção e o Processo de Organizar**. In.: Handbook de estudos organizacionais: Reflexões e Novas Direções. vol. 2. São Paulo: Atlas, 2001.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.



GONDIM, Sonia Maria Guedes; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. **Regulação emocional no trabalho: um estudo de caso após desastre aéreo.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 512-533, set., 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 fev. 2018.

GONDIM, Sonia Maria; SIQUEIRA, Mirlene Maria. **Emoções e Afetos no Trabalho.** In: Zanelli, Jose Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo; BASTOS, Antonio Virgilio. *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GONÇALVES, Marcelo Comazzi. **Entre o Ser e o Poder: um estudo sobre o processo de transição do trabalhador a gestor sob a perspectiva das emoções.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MILLER, K.; CONSIDINE, J.; GARNER, J. **Let me tell you about my job: exploring the terrain of emotion in the workplace.** *Management Communication Quarterly*, v. 20, n. 3, p. 231-260, 2007.

MORAIS, Fabiano, SAUERBRONN, João Felipe Rammelt, OLIVEIRA, Josiane Silva, PESTANA, Fernando Nunes. **Gestão das emoções em centrais de atendimento telefônico.** *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v.9, n.3, p. 15-29, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441742858003>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NIKOMO, Stella M.; COX Jr, Taylor. **Diversidade e Identidade nas Organizações.** In.: *Handbook de estudos organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais*. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

PESTANA, Fernando Nunes. **Gestão das emoções de servidores públicos: Atendimento ou atendimento no serviço público: o caso da Gerência Executiva do**



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

INSS, Rio de Janeiro, região Norte. Dissertação (mestrado em Administração) - Universidade do Grande Rio, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Ana Paula Grillo; GONDIM, Sônia Guedes. **Expressão e regulação emocional no contexto de trabalho: um estudo com servidores públicos.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v.15, n.2, abr., 2014, p. 38-65.

VILELA, Lailah Vasconcelos de Oliveira Vilela; ASSUNÇÃO, Ávila Assunção. **Trabalho emocional: o caso dos trabalhadores de teleatendimento.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), v. 10, p. 81-93, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/viewFile/25802/27535>>. Acesso em 15 jun. 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 6. PARTIDOS POLÍTICOS, LEGISLATIVO E COMPORTAMENTO ELEITORAL



O SISTEMA PARTIDÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Zara Rego de Souza¹

Antonio Carlos Andrade Ribeiro²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo descrever alguns aspectos do sistema partidário na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais sob o prisma das eleições municipais ocorridas no ano de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Observamos o desempenho, a capacidade de mobilização dos candidatos, as relações de gênero, a quantidade absoluta e o número efetivo de partidos das 146 cidades que compõem a mesorregião analisada. Pretende-se assim, comparar ano a ano o resultado dessas cinco eleições municipais. Os dados analisados foram extraídos do sítio do TSE e tratados e organizados com o emprego de técnicas de análise quantitativa. O modelo de análise utilizado foi a comparação da estrutura de competição partidária ano a ano. Os resultados apontaram para a identificação de um padrão de competição estabelecido nas eleições municipais da mesorregião, permitindo a descrição de aspectos do sistema partidário desse local, bem como suas principais tendências de comportamento organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições Municipais. Sistema Partidário. Competição Eleitoral.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo descrever alguns aspectos do sistema partidário dos municípios da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais sob o prisma das eleições municipais ocorridas no ano de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior. Geralmente, a

¹ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/UNIFAL. Pesquisadora do Observatório de Inovações e Redes Organizacionais. E-mail: zarapdesouza@gmail.com

² Professor no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas. Líder do Observatório de Inovações e Redes Organizacionais. E-mail: antonilos@gmail.com



literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). A análise descritiva dos dados sobre os processos eleitorais nas cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais se justifica, então, ao se inserir neste quadro como uma análise da atuação dos partidos políticos em cidades sem 2º turno. Considera-se ainda o fato dessa mesorregião de Minas Gerais reunir cidades que variam de tamanho entre 1.727 a 152.435 habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humanos Municipal variando entre 0,643 e 0,787 (IBGE, 2010).

Os dados analisados foram coletados do sítio do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) utilizando a linguagem R e dizem respeito às eleições municipais entre os anos de 2000 e 2016. Algumas questões orientaram a análise: quais são os partidos políticos que atuam nas eleições municipais da mesorregião? Qual é o desempenho eleitoral dos partidos considerando o número de prefeituras e cadeiras no legislativo municipal ganhas eleição a eleição? Quais estratégias eleitorais essas organizações partidárias utilizam? Para responder estas questões empregamos técnicas de análise quantitativa e de análise de redes sociais. Do ponto de vista quantitativos foram elaboradas e descritas tabelas e gráficos. Também foram elaborados indicadores de desempenho dos partidos políticos considerando o número de candidatos(as) e eleitos(as). Por fim, analisou-se as relações de gênero nessas eleições, no que se refere a quantidade de candidatas, vereadoras e prefeitas lançadas pelos partidos políticos para disputar as cadeiras da região mencionada.

O trabalho está dividido em três partes: (1) uma revisão da literatura, sobre o sistema partidário com o objetivo de apresentar alguns conceitos e questões pertinentes à nossa análise; (2) a exposição da metodologia utilizada, com a apresentação da coleta e tratamento dos dados, seguida da seleção e justificativa das variáveis utilizadas, e por fim, (3) a apresentação e discussão dos resultados, seguida de algumas considerações.

1 PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Por partidos políticos, entende-se, aqui, organizações centrais nas democracias contemporâneas cuja principal finalidade é disputar eleições para ocupar cargos no



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

governo. Os partidos políticos atuam em diferentes frentes e desenvolvem profundas relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários. Eles disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil (BRAGA, 2010). De uma perspectiva minimalista, Downs (1999), define partidos políticos como uma equipe de indivíduos que procuram controlar o aparelho de governo através da obtenção de cargo numa eleição. O modelo de análise das democracias modernas proposto pelo autor, destaca que eleitores e políticos agem racionalmente para alcançar seus objetivos. Deste ponto de vista, partidos buscam maximizar o apoio político para se reeleger quando fazem parte do governo ou para ganhar eleições quando são oposição. Partidos são, portanto, organizações que lutam pela conquista dos votos dos eleitores. Enquanto atores racionais, eles estabelecem alianças interpartidárias temporárias que maximizam as chances de ocuparem cargos no governo.

Przeworski (1994, p. 26) destaca outra característica dos partidos contemporâneos ao propor uma definição da democracia contemporânea como um sistema em que habitam vencedores e perdedores, ou seja, “um sistema em que partidos perdem eleições”. Nesse sentido, a vitória de um partido não é o resultado mais importante da democracia atual, ao contrário, a qualidade da democracia está associada à capacidade de garantir que partidos perdedores continuem disputando eleições. Organizações político-partidárias aparecem neste argumento como atores que sustentam uma expectativa de ganho futuro. Elas agem racionalmente considerando as regras e recursos disponíveis no jogo político. Partidos políticos aceitam a derrota porque as instituições da democracia garantem a possibilidade permanente de participarem de novas competições criando a expectativa de vitórias futuras.

Na ampla gama de estudos sobre os partidos políticos brasileiros, um tema relevante refere-se ao grau de institucionalização do sistema político (MAINWARING; TORCAL, 2005). Por um lado, uma parte dos estudos destacou este sistema como formado por organizações partidárias debilmente organizadas, sem interesse em atrair novos filiados e em promover canais internos de participação, apoiados por uma militância de base restrita aos momentos eleitorais sem capacidade de influenciar suas decisões, com baixa atividade fora do período eleitoral e funcionando como agências formais para obter mandatos. Por outro lado, outros estudiosos, ao mudar o foco de análise



da arena eleitoral para a arena parlamentar contribuíram para a construção de uma nova imagem das organizações no sistema político brasileiro. Sob este prisma, destaca-se que tais organizações são capazes de disciplinar e manter coesas suas bancadas no âmbito legislativo. Os líderes partidários são apontados como atores com poder para fazer valer suas indicações e dotados de recursos que tornam os partidos elementos essenciais na formação e sustentação dos governos. Mesmo na arena eleitoral, os estudos mais recentes têm mostrado que os maiores partidos do sistema alcançam votações cada vez mais nacionalizadas e tem despertado uma identificação partidária mais consistente com setores da população que apresenta menos variações a médio e longo prazo (LUCAS; SAMUELS, 2011; NEIVA, 2011; MELO; GUARNIERI, 2011; CÂMARA, 2012; RIBEIRO, 2013; CARREIRÃO, 2014, MELO, 2015).

O debate sobre a atuação das organizações partidárias no Brasil tem revelado em alguma medida que nos últimos anos uma estrutura de competição partidária foi nacionalizada com partidos que estão organizados em todos os estados da federação, a exemplo de DEM, PDT, PMDB, PSDB, PT e PTB. Mesmo nas disputas municipais em eleições estrategicamente pouco atrativas, as principais legendas do país se fazem presentes, variando no grau de autonomia que cedem à organização local das agremiações (RIBEIRO, 2013). Todavia, apesar dos avanços dessa literatura, um dos aspectos fundamentais a serem destacados é a escassez de estudos sobre a dinâmica política no âmbito municipal (LOPEZ, 2004; CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; CARREIRÃO, 2014). Sobre esse assunto, Lopez (2004) aponta que há uma ideia de que a política municipal não possui uma grande importância do ponto de vista teórico, sendo assim, pouco relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla.

Todavia, entendemos que a observação do comportamento das organizações partidárias na arena eleitoral municipal pode revelar novos aspectos do papel destes atores no sistema político brasileiro. Considera-se, por exemplo, o papel de mobilização e educação dos eleitores, com o intuito de estimular a participação e criar símbolos para identificação e fidelidade e, assim, simplificar a escolha do voto. Como organizações, os partidos no âmbito municipal recrutam e treinam as lideranças para ocupar governos, bem como articulam e agregam interesses políticos. Ao conquistarem o governo, espera-se que coloquem em prática suas propostas tendo em vista processos eleitorais futuros. Assim,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

produzem políticas públicas respondendo as responsabilidades pelas ações do governo juntamente com a condução do desempenho da administração (DOWNS, 1999).

Outro ponto de interesse considerado nas análises apresentadas diz respeito ao caráter multipartidário do sistema partidário brasileiro. A presença de muitos partidos com capacidade de conquistar espaço significativo nos diferentes níveis de governo impulsiona o desenvolvimento de estratégias de cooperação manifestas em coligações para disputas de votos e coalizões pós-eleitoral. Sistemas multipartidários forçam o consenso entre os competidores (LIJPHART, 2003). Relações cooperativas entre partidos no sistema político brasileiro visando a eleição de representantes é algo comum e permitido por lei. Essa prática é conhecida como coligações (ou alianças eleitorais), sendo parte do jogo eleitoral e amplamente discutida na literatura (KINZO, 2005; GUARNIERI, 2011; MACHADO, 2012; LUCAS; SAMUELS, 2011; MELO, 2015; LINHARES; MENDONÇA, 2016). Machado (2012) afirma que as coligações agradam a todos os partidos políticos e que há incentivos institucionais para que seja realizada essa prática. Um aspecto importante analisado é que as coligações evitam que o sistema eleitoral favoreça somente os maiores partidos. Para a autora, a distribuição de cadeiras legislativas no sistema brasileiro é um exemplo do incentivo institucional à prática das coligações, pois a fórmula de repartição de cadeiras dificulta os pequenos partidos a alcançarem o quociente eleitoral. “Os votos são contados como se pertencessem a uma única legenda (a coligação). As cadeiras conquistadas pela aliança eleitoral são preenchidas pelos candidatos com mais voto dentro da aliança – independentemente de seus partidos” (MACHADO, 2012, p. 34).

Em relação às alianças eleitorais, os estudos sobre os partidos políticos apontam um comportamento cada vez mais inconsistente ideologicamente. Por coligações inconsistentes, Carreirão (2006) as classifica como as alianças formadas entre partidos formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. Além disso, haveria no Brasil uma forte tendência de se encontrar poucos partidos intensos em termos de restrição ideológicas quando se passa da esquerda para a direita. Isso reforça a ideia de que as coligações são atrativas para todos os partidos políticos, e está além da questão ideológica (CARREIRÃO, 2014; MACHADO, 2012). Ao realizar um estudo empírico das eleições de 1994 a 2010 para os cargos de deputados (federal e estadual),



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

governadores e senadores, Carreirão (2014, p. 280) aponta que “[...] de 2002 para cá, a ideologia partidária não parece central para estruturar a competição, pelo menos para os cargos de governador, senador e deputado federal”. O mesmo comportamento é observado pelo autor em coalizões de governo em âmbito federal. Embora constata uma mudança nos padrões de relacionamento entre os partidos no governo depois do período de 1986 a 2002, os estudos apontam a mesma inconsistência ideológica presente na arena eleitoral. Isso não significa que a questão ideológica foi descartada, mas que perdeu a importância no decorrer do tempo como fator da estruturação do sistema partidário.

A literatura tem apresentado diversos estudos sobre o tema da classificação dos partidos no espectro ideológico, o que é imprescindível para a análise de sua atuação (NOVAES, 1994; RODRIGUES, 2002; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). Rodrigues (2002, p. 44) realizou uma pesquisa empírica na 51ª legislatura da Câmara dos Deputados selecionando 6 partidos para observar a “relação entre os grupos socio-ocupacionais que formam as bancadas e os blocos ideológicos (direita, centro e esquerda)”. O autor observa as profissões dos membros e candidatos, bem como o patrimônio, para analisar as coligações feitas entre os partidos. O resultado é que “o cruzamento dos valores patrimoniais com as profissões/ocupações e com as legendas partidárias mostrou-se congruente com a classificação ideológica dos partidos e com a distribuição socio-ocupacional das bancadas” (RODRIGUES, 2002, p. 59). Linhares e Mendonça (2016) argumentam que os posicionamentos ideológicos dos partidos podem ser encontrados empiricamente a partir dos pronunciamentos dos seus parlamentares, bem como por meio da análise de ações desses atores em votações específicas, tais como medidas provisórias, projetos de lei, políticas públicas, etc. Apesar de ter vários trabalhos sobre o assunto, a literatura não possui ainda um consenso sobre essa classificação. Carreirão (2006) aponta que o continuum esquerda-direita ainda utilizado, talvez não seja mais capaz de afirmar o comportamento dos partidos e seus membros, sendo assim, seria necessário repensar a classificação dos partidos que tem predominado até agora.

Vale ressaltar também a discussão acerca do número efetivo de partidos. Lijphart (2003, p. 88) utiliza do índice desenvolvido por Markku Laakso e Rein Taagepera para calcular o número de partidos existentes em um determinado sistema partidário. Seu estudo passa pela questão de “se devemos contar ou não os partidos menores e, em caso



negativo, que tamanho deve ter um partido para ser incluído na contagem”. Suas conclusões demonstram que a força do partido está ligada com a sua efetividade, mas, achar o número efetivo não significa saber o que consiste um partido político.

2 METODOLOGIA

Para analisar as questões postas, além da revisão bibliográfica, realizou-se o estudo de um painel que permitiu observar a inserção dos partidos políticos nas eleições municipais dessa mesorregião, bem como a evolução da participação feminina nessas eleições. Os dados analisados foram extraídos do sítio do TSE e referem-se as eleições municipais ocorridas nos anos de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 nas 146 cidades que compõem a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. As eleições de 2008 foram excluídas da análise para a questão das cotas, pois os dados disponíveis no TSE não informam sobre os(as) candidato(as).

Estes dados foram organizados em um banco de dados cuja unidade de análise são os partidos políticos que atuam nas cidades da mesorregião. Assim, as informações foram organizadas de modo a tornar possível a análise da presença, do desempenho e das estratégias das organizações partidárias nas eleições da mesorregião.

Os dados foram tratados quantitativamente na linguagem R e foi realizada uma análise descritiva sintetizada em gráficos e tabelas.

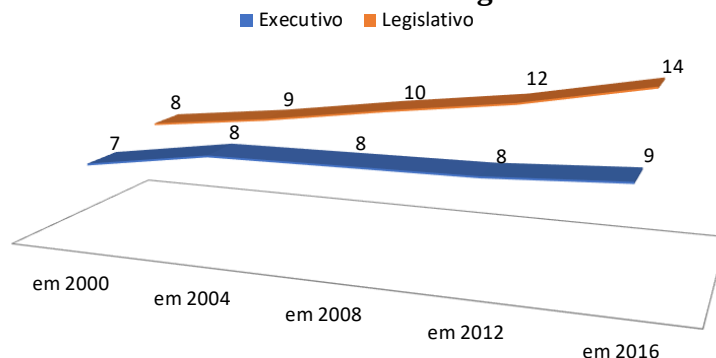
3 RESULTADOS

O gráfico 1 mostra o aumento no número efetivo de partidos (NEP)³ na mesorregião analisada. Para realizar este cálculo considerou-se todas as cadeiras em disputa em dois grupos: Poder Executivo e Poder Legislativo. Deste modo, a Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais foi considerada virtualmente uma única arena de representação política.

³ O número efetivo de partidos foi calculado dividindo-se 1 pelo somatório do quadrado das proporções de cadeiras obtidas pelos partidos em cada eleição. O NEP indica a quantidade de partidos que contam efetivamente em cada eleição na mesorregião estudada (LIJPHART, 2003). Neste estudo, arredondou-se os valores para números inteiros.



**Gráfico 1 - N° de Partidos efetivos na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais
no Poder Executivo e Legislativo**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

De 2000 a 2016, o número efetivo de partidos nos legislativos municipais aumentou em 8 para 14, com uma média de 11 organizações e nas eleições para o executivo o número efetivo de partidos passou de 7 para 9, apresentando uma média para os cinco anos de 8 organizações. Com base nestes dados observa-se um ganho em representatividade, já que mais organizações vem alcançando espaço nas arenas formais de exercício da política na mesorregião.

Todavia, quando se analisa o desempenho dos partidos políticos destaca-se que o poder político conquistado encontra-se concentrado em algumas organizações. Embora o sistema partidário tenha aumentado seu potencial para representar interesse, a configuração do sistema partidário na mesorregião analisada revela que o poder político está concentrado nas mãos dos grandes partidos. A seguir, apresentaremos como os partidos se fazem presentes nas arenas formais tradicionais de exercício do poder político na região analisada. Observada a tendência de aumento no número efetivo de partidos, a análise dos dados a seguir mostrará outras informações dessa representação.

Os gráficos 2, 3, 4, 5 e 6 expostos a seguir mostram o desempenho dos partidos na disputa pelos cargos de prefeito e vereadores nas 146 cidades da mesorregião analisada. Os dados do gráfico 2 referem-se às informações disponíveis no site do TSE para a eleição do executivo e legislativo de 2000, contendo os partidos que conquistaram cadeiras na disputa eleitoral. É possível observar que o PMDB foi o partido que mais conquistou prefeituras (36) e cadeiras legislativas (306), seguido do PFL (atualmente DEM) e do PSDB. Observa-se também o desempenho do PSB e do PSD, considerando que ambos conquistaram 47 e 32 cadeiras legislativas, respectivamente, e apenas uma



cadeira executiva, no caso do PSB, e nenhuma cadeira do executivo, no caso do PSD. Vale destacar outros 5 partidos não expostos no gráfico, pois não conquistaram nenhuma cadeira nas cidades analisadas apesar de concorrerem na eleição em questão, sendo eles o PAN, PC do B, PRP, PRTB, PSDC, e PT do B.

O gráfico 3 refere-se as eleições municipais de 2004. O PMDB, PSDB, PFL/DEM e PTB conquistaram a maioria das cadeiras executivas e legislativas nesse ano. Outros 6 partidos envolvidos na disputa eleitoral não conseguiram conquistar nenhuma cadeira nas cidades analisadas.

Os dados do gráfico 4 demonstram que os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas nas eleições de 2008 foram o PMDB (20), PSDB (42), PTB (22) e o PT (22). Vale destacar a presença do PR, pois foi a primeira eleição em que o partido participou na região após sua criação em 2006. O partido fruto da fusão entre o PRONA e o PL possui um desempenho menor comparado aos partidos que mais conquistaram cadeiras executivas, porém, foi o 2º que mais conquistou cadeiras legislativas, empatando com o PSDB, que também conquistou a mesma quantidade de cadeiras legislativas. Nessa eleição, 2 partidos não conquistaram nenhuma cadeira na disputa eleitoral, sendo o PSOL e o PSTU.

No Gráfico 5, observa-se que os partidos PT (30), PSDB (26), PMDB (18) foram os que mais conquistaram prefeituras nesse ano. Além destes partidos notamos a presença de partidos que conquistaram 10 ou mais prefeituras, são eles: PTB (12), DEM (11), PR (10). Ao compararmos o desempenho dos partidos em relação às disputas pelos cargos legislativos, encontramos que estes 6 partidos foram também aqueles que expressaram mais fortes na arena eleitoral em 2012 na região. Como se observa no gráfico, todos conquistaram mais de 70 vagas para os legislativos municipais, superando o 8º em 24 cadeiras. O caso do PV chama atenção, já que o partido conquistou um número de 36 cadeiras nos legislativos municipais, mas elegeu apenas 1 prefeito. Este desempenho nas eleições para o executivo também pode ser notado nos partidos que expressaram menor inserção na região. Entre eles, destaca-se o PPL que elegeu apenas um vereador na região.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Gráfico 2 – Eleições de 2000 – Eleitos.

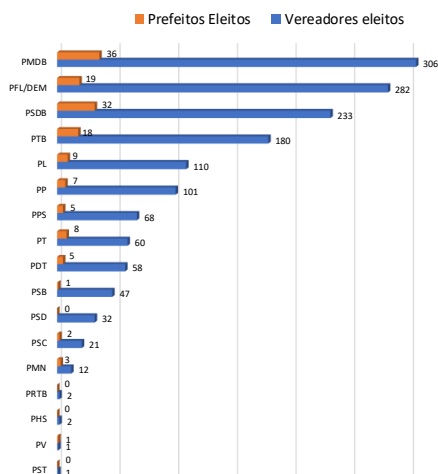


Gráfico 3 – Eleições de 2004 – Eleitos.

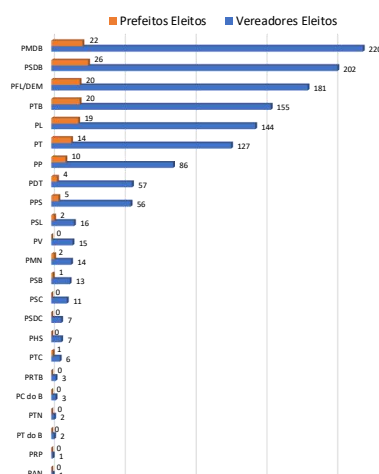


Gráfico 4 – Eleições de 2008 – Eleitos.

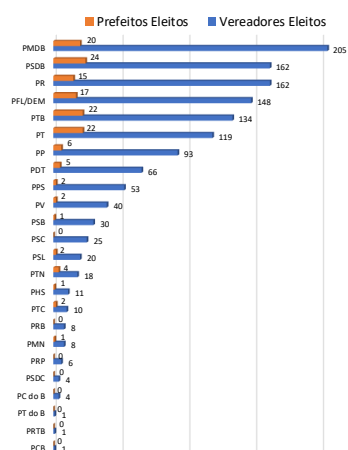
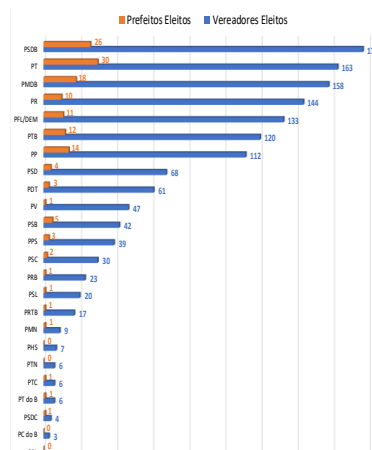


Gráfico 5 – Eleições de 2012 – Eleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

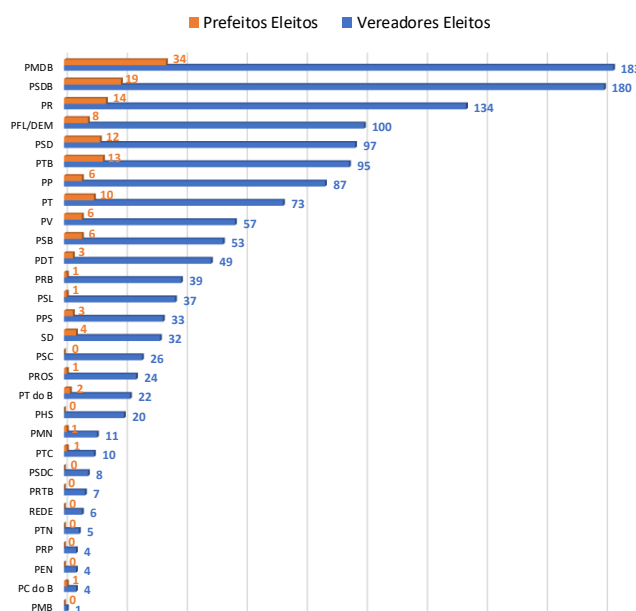
Por fim, no gráfico 6 observa-se que no ano de 2016, os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas e legislativas foram o PMDB, PSDB e PR. Vale destacar a inserção do PC do B na conquista de cadeiras, ainda que com um baixo desempenho, no ano de 2016 o partido conseguiu conquistar 1 cadeira executiva, diferente das últimas eleições. O partido conquistou a prefeitura da cidade de Guapé, encabeçando a coligação formada com o PSD / PRTB / PT / DEM.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

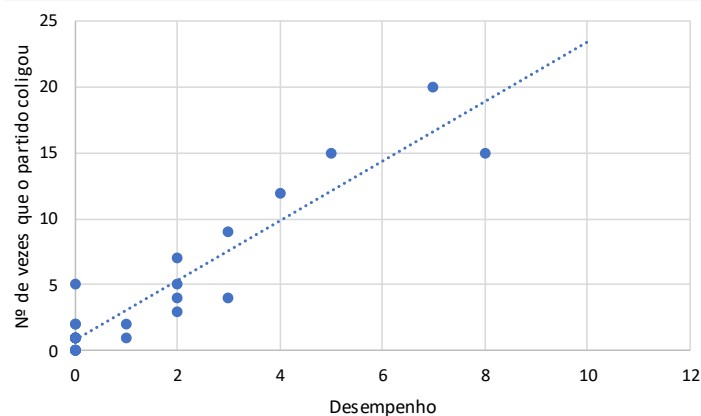
Gráfico 6 – Eleições de 2016 – Eleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tendo em vista essa conquista do PC do B nas eleições de 2016 e o fato dele ser cabeça de chapa na coligação que garantiu o seu sucesso, fez-se necessário observar a relação entre o desempenho dos partidos e a prática de realização de alianças eleitorais, sendo demonstrada no gráfico 7. Para tal questão, a análise foi restringida observando as coligações feitas para a disputa executiva das 10 maiores cidades da mesorregião.

Gráfico 7 – Correlação entre coligações e desempenho nas 10 maiores cidades do sul de Minas nas disputas executivas (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.



Essa restrição foi utilizada para contornar a falta de dados sobre as coligações nos anos de 2008 e 2012, pois o TSE não disponibiliza tais informações para todas as cidades da mesorregião trabalhada. No gráfico 7 é possível constatar a relação entre o número de vezes que o partido coligou e o número de vezes que o partido conquistou cadeiras executivas das 10 maiores cidades nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Percebe-se uma correlação positiva, pois é possível notar que, quanto mais o partido coliga, maior a conquista de cadeiras executivas.

Em relação às questões de gênero nessas eleições, analisou-se a relação entre candidatas e eleitas nas eleições para o executivo e legislativo na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (gráficos 8 e 9), e, foi possível perceber que, no geral, o número de candidatas para o executivo aumentou, enquanto o número de eleitas permaneceu baixo, com um leve crescimento. Este comportamento das duas variáveis pode ser observado com o que está presente na literatura sobre a lei de cotas.

Sacchet (2015, p. 159), referindo-se à última alteração na lei nº 9.504/97, afirma que “a implementação correta das cotas ocasionou um significativo aumento no número de candidaturas femininas, porém, alterou minimamente o percentual de eleitas”. É possível perceber claramente como a alteração do artigo 10 desta lei no ano de 2009 impactou significativamente a inserção das mulheres na arena eleitoral. Mais de 1.400 novas candidatas passaram a competir nas eleições municipais. Embora o impacto seja quantitativamente positivo no número de candidatas, o número de eleitas não sofreu a mesma alteração. Das 1.401 cadeiras legislativas em disputa nas Câmaras Municipais das 146 cidades em 2016, por exemplo, apenas 167 vagas foram preenchidas por mulheres. Observa-se que a desproporção entre candidatas e eleitas permaneceu ao longo do tempo. Se compararmos o número médio de eleitas antes e depois da reforma da lei em 2009 vemos que a média de eleitas nas duas eleições anteriores (2000 e 2004) foi de 150 vereadoras, enquanto que no período analisado após a reforma da lei de cotas (2012 e 2016) foram eleitas em média 176 vereadoras, mostrando um aumento médio de 26 eleitas. Embora este crescimento possa ser relacionado à mudança da lei, deve-se ter cautela, pois, das 652 vereadoras eleitas nos quatro anos, 46,01% foram eleitas antes de 2009 e os outros 53,99% nas duas eleições pós reforma da lei, ou seja, uma diferença de 7,98%. Já em relação às candidatas notamos que a diferença é de 33,32%, isto é, das



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

10.687 candidatas, os partidos políticos que atuam na região lançaram 33,34% nos anos de 2000 e 2004 e 66,66% nas eleições de 2012 e 2016.

Gráfico 1 – Número de candidatas a vereadora vs. vereadoras eleitas (2000 a 2016)

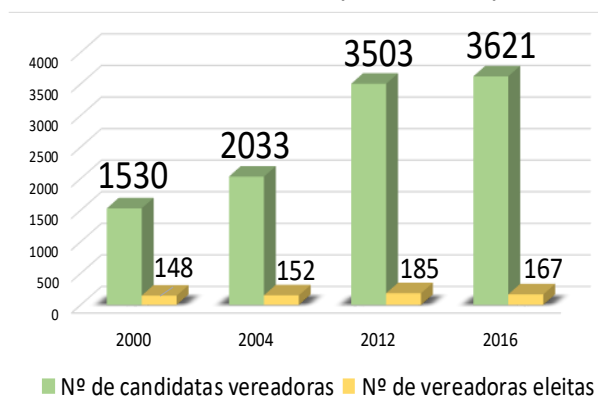
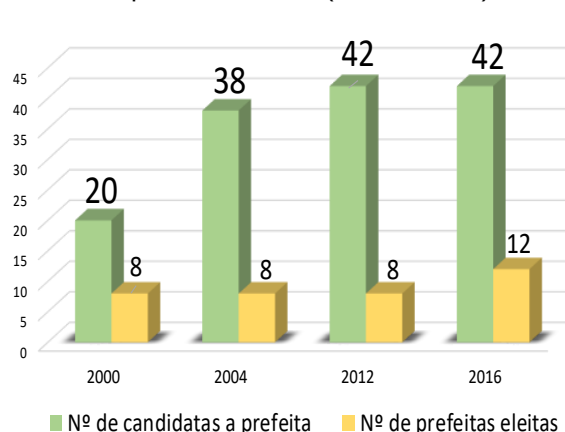


Gráfico 2 – Número de candidatas a prefeita vs. prefeitas eleitas (2000 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

CONCLUSÕES

Como visto até aqui, a análise das eleições e dos partidos políticos em âmbito municipal possui suas peculiaridades e é importante analisá-las para se observar o sistema partidário brasileiro. A partir do painel criado sobre as organizações político-partidárias na mesorregião estudada, foi possível constatar uma marcante presença dos grandes partidos nacionais na região, os quais apresentam força na arena eleitoral. O PMDB, PSDB, PR e DEM, possuem um melhor desempenho quando se trata da conquista de cadeiras executivas e legislativas nas últimas cinco eleições recorrentemente, quando comparado com outros partidos. O PT, com um desempenho significativo, teve seu auge registrado até o momento nas eleições de 2012, quando conquistou 86 cadeiras legislativas e 30 cadeiras executivas. Porém, nas eleições de 2016, o partido conquistou 73 cadeiras legislativas e 10 cadeiras executivas, apontando uma queda no seu desempenho quando se trata da conquista de prefeituras.

Além disso, o aumento significativo na estratégia de realizar alianças eleitorais foi constatado nessa mesorregião, considerando ainda que, na eleição de 2016, houve uma menor tendência de se repetir as relações de coligação. A partir disso, os dados parecem indicar que os atores envolvidos no jogo político do Sul de Minas estão utilizando cada



vez mais da prática de alianças eleitorais para maximizar suas chances de conquista de cadeiras.

Sobre a política de cotas, os dados analisados revelam a manifestação do déficit democrático de gênero na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a exemplo do apontado para o Brasil por Alves; Cavenaghi; Alcântara (2007) ao analisar às eleições de 2004. Os achados sugerem que a lei de cotas não foi suficiente para que as mulheres tenham uma participação efetiva nas eleições municipais. Observou-se que o número de candidatas sempre foi desproporcionalmente maior que o número de eleitas ao longo do tempo. Além disso, a implementação definitiva lei de cotas em 2009 aumentou significativamente o número de candidatas, embora tenha afetado pouco o número de eleitas. Em 2016, por exemplo, apenas 13,54% das cadeiras legislativas e 8,9% das cadeiras executivas foram ocupadas por mulheres.

Os dados analisados neste trabalho sugerem que a reforma da lei de cotas em 2009 foi importante para forçar os partidos lançarem mais mulheres na disputa eleitoral. Entretanto, as organizações partidárias parecem descompromissadas em eleger mulheres. Além disso, não foi possível encontrar evidências conclusivas de que a participação das mulheres no poder legislativo aumenta a participação delas no poder executivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; ALCÂNTARA, A. P. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. **Revista Gênero**, vol. 7, nº 2, p. 195-215, Niterói, 2007.
- BRAGA, M. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 4, p. 43-73, jul/dez de 2010.
- CARNEIRO, L.; ALMEIDA, M. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na Federação Brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 2, p. 403-432, 2008.
- CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163



CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente.

Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai/ago de 2014.

DOWNS, A. A estática e a dinâmica de ideologias partidárias. In: **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 235-258, 2011.

IBGE. **Cidades**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

KINZO, M. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, nº 57, fev de 2005.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

LINHARES, B.; MENDONÇA, D. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 10º Encontro da ABCP, 2016.

LOPEZ, F. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº22, p. 153-177, jun. 2004

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro. In: POWER, T.; ZUCCO, C. (orgs.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MACHADO, A. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, nº 2, p. 249-286, out de 2005,

MELO, C. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 2, ago de 2015.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MELO, C.; CÂMARA, R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

NEIVA, P. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 19, nº 39, p. 183-196, jun de 2011.

NOVAES, C. **Dinâmica institucional da representação** – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 38, p. 99-147, março 1994.

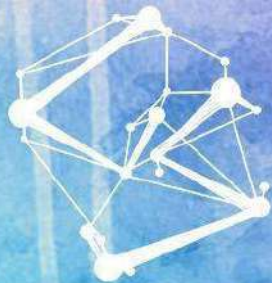
PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RIBEIRO, P. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 10, p. 225-265, jan/abr de 2013.

RODRIGUES, L. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SACCHET, T. Que reforma política interessa às mulheres? Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. In: IANONI, M. (org.). **Reforma Política Democrática**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE. **Eleições anteriores**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em 14 de maio de 2018.



O CONTROLE EM DETRIMENTO DA SEGURANÇA NA IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC) NO BRASIL

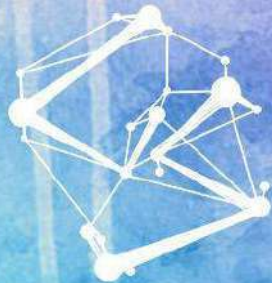
Fabiana Lopes Corrêa¹

RESUMO

É objeto deste trabalho a implantação do Novo Registro de Identidade Civil (RIC) no Brasil a partir das prerrogativas de garantia da segurança nacional, bem como da cidadania plena. Para tanto, é fundamental compreender o objeto em questão estendendo a análise para além de sua característica utilitária e instrumental, mas interpretando-o como um artefato político, nos termos de Langdon Winner, com consequências para nossas práticas cotidianas e relações sociais. Se tratando de uma pesquisa em construção, priorizou-se como método até o momento a consulta bibliográfica para articulação teórica dos conceitos-chaves essenciais para a discussão da formação de uma sociedade de vigilância e controle, bem como acerca da constituição da cidadania no Brasil. Trata-se da compreensão teórica de conceitos abordados por Langdon Winner, que discute os artefatos técnicos como instrumentos políticos e Feenberg que aborda a necessidade de compreensão do código técnico que compõe a produção material de quaisquer objetos, bem como as análises de Foucault e Deleuze. De maneira semelhante, as contribuições de José Murilo de Carvalho acerca da aquisição de direitos civis, políticos e sociais na sociedade brasileira propiciaram uma leitura profícua no que tange a noção de cidadania dos brasileiros. Ademais, a presente pesquisa pretende compreender como garantir nossa segurança sem que precisemos abrir mão de uma sociedade democrática, nos submetendo a vigilância constante.

PALAVRAS-CHAVE: Vigilância. Segurança. Cidadania. Registro de Identidade Civil (RIC).

¹Graduanda do 6º período em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros; Inscrita na Iniciação Científica Voluntária pelo projeto “Por uma ‘sociologia relacionista’ como subsídio para o Pensamento das transformações da tecnologia”; c.lobesfabiana17@gmail.com.



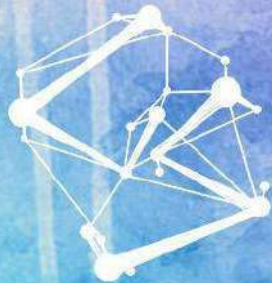
INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir, ainda de forma exploratória, a implantação do Registro de Identidade Civil (RIC) no Brasil, considerando as controvérsias que o envolve. Sendo elas a possibilidade de sua apropriação para a vigilância e controle em oposição à extensão e garantia da cidadania a todos os brasileiros. Para tanto, buscamos compreender o RIC estendendo a análise para além de sua característica utilitária e instrumental, mas interpretando-o como um artefato político, nos termos de Langdon Winner (1980), com consequências para nossas práticas cotidianas e relações sociais.

O RIC é o novo documento de identidade civil, regulamentado pela Lei nº 9.454 de 07 de abril de 1997¹, que visa unificar os dados de brasileiros natos ou naturalizados de maneira integrada entre as 27 unidades federativas e o Distrito Federal. Embora tenha sido sancionada em 1997, somente em 2010 a lei em questão entrou em vigor. Entretanto, o site oficial do Ministério da Justiça junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública pouco nos esclarece sobre os procedimentos de implantação do RIC, disponibilizando o acesso somente a um número reduzido de relatórios técnicos desenvolvidos pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília – CDT/FUB em conjunto com o Ministério da Justiça.

Por isso, alguns questionamentos quanto à elaboração e planejamento do RIC se tornam pertinentes. Se desde a sanção da lei até os dias atuais, não houve estímulos para discussões públicas em espaços acadêmicos ou populares, promoção de assembleias ou ações para que a população pudesse ouvir, avaliar e questionar sua implantação, de que maneira seu “código técnico”, como diria Andrew Feenberg (2010), têm sido pensado? O que Feenberg define como código técnico está relacionado à mediação do processo de produção do objeto e propicia uma resposta ao horizonte cultural “hegemônico” da sociedade, no nível do desenho técnico. O autor destaca ainda que “parâmetros técnicos como a escolha e processamento de materiais, em grande

1 Dados disponíveis em: <<http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

medida, são especificados socialmente por tal código” (FEENBERG, 2010, p.88). E acrescenta que

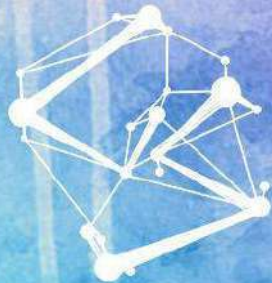
as tecnologias são selecionadas a partir de interesses entre muitas possíveis configurações. Na orientação do processo de seleção, estão códigos sociais estabelecidos pelas lutas culturais e políticas que definem o horizonte sob o qual a tecnologia atuará. Uma vez introduzida, a tecnologia oferece uma validação material do horizonte cultural para o qual foi pré-formada. Isso pode ser chamada de “viés” da tecnologia: aparentemente neutra, a racionalidade funcional é engajada em defesa de uma hegemonia. Quanto mais a sociedade emprega tecnologia, mais significativo é esse engajamento. (FEENBERG, 2010, p.84)

Tal conceito é fundamental para que, posteriormente, compreendamos o desenho técnico do RIC.

Pode-se perguntar também, de que forma o impacto provocado nas relações sociais pela introdução do que Winner (1980) chamaria de um “artefato intrinsecamente político”, de grande abrangência como o RIC, tem sido considerado? Por artefato intrinsecamente político entendemos os objetos que, de diversas maneiras incorporam formas específicas de poder e autoridade. Considerar a política incorporada nos objetos e de forma específica, no RIC, é perceber “por trás dos dispositivos técnicos, as circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, emprego e uso” (WINNER, 1980). Chamamos a atenção para estes dois pontos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, pois, uma vez compreendida a política incorporada no objeto, torna-se possível explorar também seu código técnico, abrir sua “caixa preta”, isto é, compreender as controvérsias políticas, econômicas e legais em torno dos processos de instituição e regulamentação do RIC. A adoção do RIC para objeto de estudo se origina da percepção de que em consonância à necessidade de segurança, emerge a submissão à sociedade de controle, ainda que o fomento da cidadania através do mesmo objeto não demonstre concretude.

Dentre tantas disparidades sociais e de acesso à tecnologia no Brasil, o que justifica a adesão de um artefato altamente tecnológico para identificação civil dos brasileiros? A escolha por um cartão de fácil transporte, dentre outras características, não deve ser lida através da ótica funcional, mas interpretada através seu papel político, partindo da

crença de que algumas tecnologias são, pela sua própria natureza, políticas numa forma específica. Segundo esta visão, a adoção de um dado sistema



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

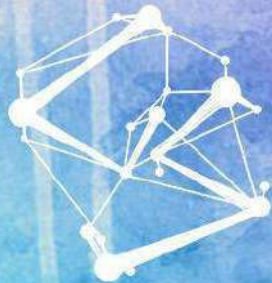
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

técnico traz junto, inevitavelmente, condições para relações humanas de distintos tipos políticos, por exemplo, centralizadas ou descentralizadas, igualitárias ou diferenciadas, repressivas ou liberais(...) A ideia que precisamos examinar agora é a de que certos tipos de tecnologia não tem essa flexibilidade e que escolhê-las significa escolher, inalteravelmente, uma forma particular de vida política (WINNER, 1980).

Acreditamos que a implantação do RIC se dá em congruência com a racionalidade da sociedade de controle. Considerando o seu desenho técnico, que é um cartão magnético com tamanho semelhante ao de um cartão de crédito, discreto, leve e de fácil transporte, percebemos que o “desenho das máquinas reflete os fatores sociais operantes em uma racionalidade predominante.” (FEENBERG, 2010, p. 83). Um dos fatores predominantes da racionalidade do séc. XIX é a praticidade e o RIC atende bem a essa demanda.

Nele estará contida a impressão digital do usuário e chip eletrônico, que incluirá informações com nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade e assinatura, ou seja, todas as informações necessárias para transitar de forma cômoda nos âmbitos econômicos ou de exercício de direitos. Dentre outros dados, o cartão possuirá um código de leitura óptica composto por números e letras alternadas, sendo que o nome do usuário também estará contido nesta sequência. Com o uso do RIC, documentos de identificação essenciais como RG (Registro Geral), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), bem como os secundários, que é o caso da carteira de habilitação, tornar-se-ão desnecessários, pois todas as informações sobre cada cidadão estarão contidas em um cartão único, possibilitando o cruzamento entre as bases de dados de cada um dos documentos mencionados. Entretanto, poucas são as informações disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a respeito da implantação e desenvolvimento do novo registro.

Dessa forma, pretendemos analisar como o RIC está associado a uma série de práticas de vigilância e monitoramento que operam a partir de uma lógica político-tecnológica, pois se vale bancos de dados unificados compostos por micro informações pessoais, o que favorece o monitoramento dos fluxos de cidadãos. Entretanto, a ocultação de informações a respeito da implantação do RIC pelo referido Ministério



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

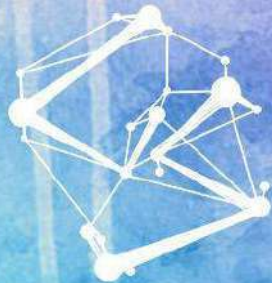
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

dificulta uma análise crítica, pois nos condiciona a uma leitura técnica somente, no que tange a composição do objeto em questão.

A análise sociológica, ao contrário, sem desconsiderar a técnica do objeto, se propõe, além disso, a interpretar seu código técnico, decodificando assim o seu papel político manifesto, também, em seu *design*. De outro modo, poderíamos, precipitadamente, interpretar a adoção do RIC como o bom desempenho governamental que adere a tecnologias digitais, facilitadoras da vida moderna. Assim, o RIC não seria mais que um elemento representativo da evolução humana em termos tecnológicos e uma saída prática para evitar o acúmulo de documentos. Da mesma maneira que os manuscritos foram substituídos por máquinas datilográficas e estas por computadores e outros aparelhos tecnológicos que favorecem o registro de dados. O Brasil estaria avançando continuamente rumo ao progresso e o avanço tecnológico, como deve ser. Entretanto, a adoção de tal parâmetro nos distancia da percepção de que há no RIC, bem como em outros objetos, uma política que não se restringe ao seu caráter utilitário. Ao contrário, é necessário que analisemos o RIC a partir do jogo de manutenção do poder que extrapola o universo do que seria puramente “técnico” e se personifica nas necessidades materiais do cotidiano, através de artefatos políticos.

Desse modo, a fim de ampliar o nosso campo analítico, discutiremos o RIC a partir da revisão bibliográfica de Marta Kanashiro (2012), que tem se dedicado ao estudo dos processos de implantação RIC analisando-o como instrumento favorecedor das práticas de vigilância e controle, bem como à luz dos conceitos acima mencionados trabalhados por Feenberg e Winner. É possível ainda, correlacionarmos o RIC - enquanto objeto político - com as definições de sociedade disciplinar e sociedade de controle abordadas respectivamente por Foucault (2002) e Deleuze (1992), das quais poderemos compreender seu caráter vigilante, assim como fazem outros artefatos, como destaca Fernanda Bruno (2004).

O RIC vem sendo desenvolvido silenciosamente, se esquivando das rodas de conversas e adentrando as relações brasileiras de maneira tímida, mas articulada. Em espaços acadêmicos pouco se debate a seu respeito da mesma maneira que, em muitos espaços extra-acadêmicos ele não chegou a ser apresentado. Isso porque se trata de um objeto carregado de controvérsias. Se, por um lado, sua finalidade está voltada para a



garantia da segurança pública nos condicionando a uma vigilância constante, por outro, em que medida podemos associá-lo ao fomento da cidadania, como tem sido apregoado pelo Ministério da Justiça²? Nisto consiste a dualidade do RIC, quando a necessidade de segurança se converge em controle? Quando a necessidade de segurança intimida o exercício da cidadania? Portanto, em que medida o RIC pode ser dissociado da racionalidade da sociedade de controle, tal como pensada por Gilles Deleuze, voltada ao gerenciamento constante de riscos?

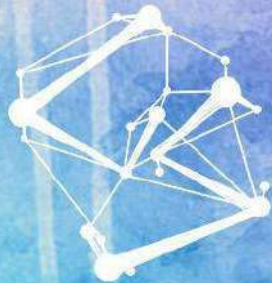
1. A apropriação do novo Registro de Identidade Civil para construção da sociedade de vigilância

O RIC favorecerá um rápido e eficaz cruzamento de dados originados, como destaca Fernanda Bruno (2008), de perfis computacionais chamados *profiling*. Tais perfis sugerem indicadores de características como resultado da ocorrência de certos comportamentos. Como todos os dados civis dos cidadãos brasileiros estarão contidos no RIC, será possível acompanhar todas as movimentações do indivíduo/ pessoa física. Desse modo, não é difícil inferir quais os lugares mais frequentados, o perfil de loja a que determinado cliente tem preferência, sua classe social ou atividades de lazer, pois o caráter vigilante do RIC consiste justamente em armazenar dados e posteriormente, relacioná-los mutuamente emitindo informações que resultam na construção do perfil. Percebamos então que

Os padrões e regularidades daí extraídos permitem visualizar domínios com certa homogeneidade interna e fronteiras externas – de interesses, comportamentos, traços psicológicos – que de outro modo ficariam indefinidos ou fora do nosso campo de atenção. Assumem assim um formato mais dócil, calculável, legitimando e orientando intervenções diversas. Perfis de criminosos, consumidores, profissionais, doentes físicos ou mentais, tipos psicológicos ou comportamentais apresentam-se como padrões que ao mesmo tempo ordenam e objetivam a multiplicidade humana, legitimando formas de governá-la. (BRUNO, 2008, p. 13)

Este processo pode ser caracterizado como a transformação de uma sociedade interiorizada para uma sociedade exteriorizada, que marca a transição da sociedade disciplinar definida por Foucault (2002) para a sociedade de controle de Deleuze

²Dados disponíveis em: <<http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.



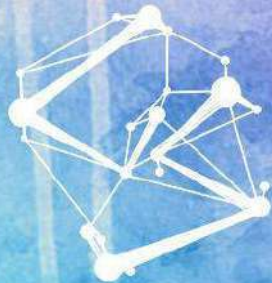
III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

(1992). Na sociedade disciplinar, Foucault (*apud* BRUNO, 2004, p. 111) identifica o panóptico como um dispositivo arquitetônico de vigilância, um instrumento que implica aos indivíduos uma postura disciplinada. Disposta no centro das prisões ou em qualquer outra instituição, a torre possibilita uma visão ampla das celas a sua volta. No entanto, de dentro das celas não se tem visão clara e precisa sobre quem está na interior da torre. Por isso, ainda que não haja ninguém na torre, a sensação compartilhada pelos indivíduos é de que estão sendo vigiados constantemente. Sendo assim, suas ações visam atender às expectativas de quem os observa, mesmo que não haja ninguém a observá-los. Bauman (1999) destaca ainda que, a função do panóptico estava pautada na necessidade de garantir que ninguém escaparia do espaço vigiado, enquanto que o banco de dados visa a seleção de quem existirá no ciberespaço. Assim, o banco de dados é um instrumento de separação e exclusão. Por isso, artefatos políticos como o RIC, marcam a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

A sociedade de controle não necessita de presença física revestida de autoridade. O poder é exercido de forma subjetiva e ao livre, quer dizer, transcende os muros da prisão, da escola, do lar. A sociedade de controle se impõe através das câmeras de segurança, GPS assim como em tantos outros dispositivos tecnológicos. Sua presença se tornou tão familiar em aparelhos tão úteis como o celular, que, por vezes, somos nós mesmo que clamamos por sua presença e ao mesmo tempo, com tamanha exposição demonstramos nossa vulnerabilidade em ser controlados. Desse modo, cada *login* nas redes sociais ou movimentação financeira via cartão de crédito amplia os dados fornecidos pelos usuários no ciberespaço, constituindo assim, o que Poster (*apud* BAUMAN, 1999, p.58) chamou de superpanóptico. O superpanóptico se expressa na elevação do panóptico a um nível superior de vigilância, revestido de autoridade e esvaído de imposição. O superpanóptico estabelece seu plano de ação através do convencimento. É preciso creditar essa forma de controle.

Para tanto, é necessário que os indivíduos sob o controle se sintam livres do cárcere e com autonomia suficiente para decidirem aonde ir. Na era do superpanóptico, as pessoas não são levadas a ele como outrora, e sim, vem até ele e o legitimam ainda que sem a percepção de que o fazem. Segundo Poster (1996), a diferença entre o superpanóptico e o panóptico outrora definido por Foucault é que no primeiro modo, os



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

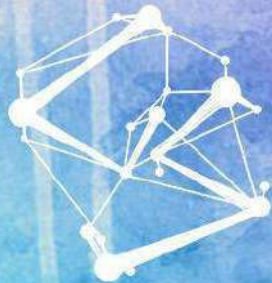
vigiados são fatores primordiais e voluntários da vigilância. As formas de monitoramento se reconfiguram a partir daí em uma dimensão que transcende a visão do panóptico. Como este fora superado pelo superpanóptico, podemos citar então o sinóptico como característica complementar de tal superação.

As práticas de vigilância se reconfiguram a partir de então em uma oposição visto que, o sinóptico é o modelo de controle que permite ver de uma só vez, as várias partes de um todo, enquanto o panóptico é marcado por uma visão fragmentada. O sinóptico é a expressão da liberdade se comparado ao panóptico, já que neste, as pessoas eram condicionadas a uma posição (em termos de localização no espaço) em que a vigilância se tornasse possível. Assim, era necessário estar no campo de visão da torre para ser controlado. O sinóptico ao contrário, propicia movimento e flexibilidade. Se adequa a mobilidade dos vigiados. Assim, o superpanóptico é a superação em extensão do panóptico, enquanto que o sinóptico está relacionado a sua mobilidade.

Sendo assim, convém pensar o RIC como sinônimo de sinóptico. Com efeito, a sociedade de controle instrumentalizada em aparelhos móveis de comunicação, se pauta no controle, mas também na seletividade. Essa racionalidade remete-nos ao que Deleuze (1992) entende como um caráter auto deformante ou de “modulação” típico dos dispositivos da sociedade de controle, que se ajustam conforme os fluxos e movimentos constantemente monitorados. (Micro) informações diversas (curtidas nas redes sociais, transações financeiras, utilização de recursos de geolocalização) são o tempo inteiro processadas no intuito de compor perfis e padrões de comportamento de indivíduos e populações.

A composição de *profiling* segue uma lógica que, segundo Bennett (*apud* BRUNO, 2004, p.13), visa “determinar indicadores de características e/ou padrões de comportamento que são relacionados à ocorrência de certos comportamentos.” Ou seja, trata-se de algoritmos complexos capazes de criar perfis a partir do agrupamento e classificação de alguns comportamentos. Logo, o termo *profiling* está dissociado da composição de identidade. A partir de tal compreensão é que

Podemos, grosseiramente, falar de dois conjuntos de dados: os relativamente estáveis, com pouca ou nenhuma variação ao longo do tempo, e os dados móveis ou circunstanciais. No primeiro estão, por exemplo, dados geodemográficos, biométricos, relativos a gênero, etc. No segundo, dados comportamentais (BRUNO, 2004, p.12).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

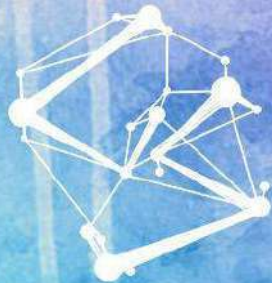
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Embora ambos os conjuntos de dados configurem a sociedade de vigilância, é o primeiro conjunto que descreve sumariamente os aspectos do RIC. Sua implantação não está relacionada à inclusão digital, de forma a garantir que todos os brasileiros se insiram no universo tecnológico, ao contrário, eles tão somente serão envolvidos em um sistema de controle eficaz em prever ações, arquivar documentos e traçar perfis.

Podemos pensar que o uso do RIC gera a sensação de modernidade e de progresso tecnológico. Dessa forma, a aparente ascensão do país à modernização tecnológica pode favorecer a aceitação da população quanto à utilização do RIC. Afinal, como destaca Marta Mourão Kanashiro (2012), a modernização de instrumentos de trabalho no setor público ainda é interpretada como superação de atraso, ou seja, compensação de um tempo perdido. Por isso, dada a falta de debates públicos sobre o assunto, é difícil que o RIC e o uso da biometria nos novos passaportes sejam analisados como instrumentos de vigilância. Além disso, a unificação de bancos de dados, bem como a adoção da biometria, são defendidos a partir da premissa de que a alta tecnologia pode ajudar no combate ao terrorismo (KANASHIRO, 2009). Estes dados nos favorecem na percepção de que as ações são desenvolvidas dentro de uma escala de domínio do poder despreocupada com a garantia de direitos de forma universal e igualitária, mas ocupada em potencializar lucros (pois os dados relativos à segurança estão sujeitos a apropriações por parte de corporações e interesses privados) e em manter as atuais relações de força.

Os indivíduos por sua vez, tendem a ceder a tais exigências de identificação sem questionamentos, pois as vantagens ilusórias de ser um indivíduo modernizado não nos permitem refletir sobre o fato de que desconhecemos quem detém o controle sobre nossas informações pessoais. Assim, o que está em jogo com a manipulação das informações produzidas com as novas tecnologias de comunicação é que

os indivíduos sob vigilância não são num primeiro momento pessoas com uma identidade, uma personalidade que se conheça de antemão. Esta identidade vai ser 'composta' num segundo momento, através do processamento e do cruzamento de um conjunto de dados e informações inicialmente impessoais - 'populações', 'categorias', 'contextos' (BRUNO, 2004).



Portanto, a vigilância além de cercear as liberdades individuais acentua as desigualdades sociais, que no Brasil, são tão perceptíveis, potencializando assim a invisibilidade e marginalização de grupos minoritários que serão apenas, um número de série no ciberespaço.

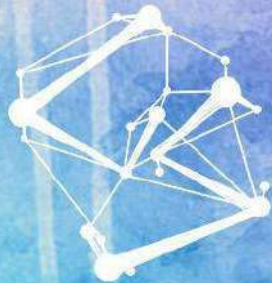
2. O outro lado do artefato: a pretensa garantia de direitos sociais através do RIC

Embora as informações sobre os procedimentos técnicos e de implantação do RIC tenham sido pouco divulgadas e em consonância, pouco debatidas, uma página virtual³ foi criada a fim de prestar esclarecimentos à sociedade quanto aos objetivos da implantação de um novo registro civil e as pesquisas em curso que nortearão a forma de implantação. Pode-se encontrar, dentre as informações divulgadas, a afirmação feita pelo SINRIC (Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil), de que o RIC deve ser “instrumento de cidadania a partir da identificação civil de todo brasileiro, tornando suas relações com o Estado e a sociedade mais seguras e eficazes.”

A cidadania, desenvolvida na Inglaterra, tal qual observa Marshall (1967) deve ser capaz de favorecer a participação do cidadão na sociedade nas dimensões civil, política e social da vida pública. Esta é a ordem cronológica das conquistas dos direitos pelos ingleses. O historiador José Murilo de Carvalho (2002) nos chama a atenção para o caso brasileiro, considerando que a sequência lógica e cronológica apontadas por Marshall seguiram ordem inversa no território brasileiro pois

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis (...) ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. Na sequência inglesa, havia uma lógica que reforçava a convicção democrática (...) é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetem o tipo de cidadão, e, portanto, de democracia, que se gera. Isto é particularmente verdadeiro quando a inversão da sequência é completa, quando os direitos sociais passam a ser a base da pirâmide. Quais podem ser as consequências, sobretudo para o problema da eficácia da democracia? Uma consequência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo. (CARVALHO, 2002, p.219).

³ Disponível em <http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>. Acesso em 15 de outubro de 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

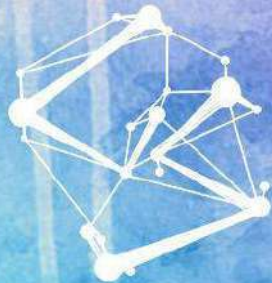
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

São estes aspectos históricos não superados que recaem sobre a figura do Estado brasileiro e legitimam sua ação através o RIC. A nossa democracia ainda tão jovem, caminha lado a lado de uma cidadania pouco consolidada. É justamente o caráter frágil da cidadania construída no Brasil que propicia o distanciamento dos indivíduos de espaços de tomada de decisões tão abrangentes e significativos para a sociedade civil como a alteração do que se tem como forma de identificação dos brasileiros.

Contudo, ser reconhecido como cidadão brasileiro através do registro civil é importante para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade, bem como o acesso a seus direitos e o exercício pleno de seus deveres. O que está em questão, por hora, é a maneira como este artefato intrinsecamente político será apropriado pelo poder público depois de ser inserido nas relações cotidianas de milhões de brasileiros. Ademais, não se pode desconsiderar as possibilidades benéficas que este artefato técnico pode favorecer à cidadania brasileira. Ter um registro único em território nacional diminuiria a possibilidade de que identidades falsas fossem criadas, por exemplo. Outro cenário é possível se considerarmos que o RIC poderia ser utilizado como instrumento de avaliação do alcance de políticas públicas uma vez que sua operacionalização é virtual e os dados dos indivíduos serão unificados, facilitando e aprimorando o que já existe em termos de controle de acesso dos indivíduos ao Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo. Nesses moldes, o RIC como instrumento burocrático, tal qual pensado por Weber (1966) potencializaria a eficácia do Estado.

Entretanto, o distanciamento da população em relação aos processos de implantação do RIC, bem como ausência de assembleias ou plebiscitos e demais espaços que propiciem a atividade democrática evidenciam as fragilidades na proposta de fomento à cidadania que acompanha os trâmites de implantação do RIC, divulgadas pelo Ministério da Justiça. Demonstrações de fomento à consciência nacional cidadã seria, dentre outras maneiras, a garantida participação dos indivíduos, a publicização das informações que tangem os procedimentos de adesão do RIC para que estas se tornassem acessíveis aos cidadãos, o que não se efetivou desde a proposta do projeto de lei em 1997 até os dias atuais.

Ademais, não propomos a não identificação dos indivíduos, mas pretendemos questionar o cartão RIC como forma de identificação, visto que, o objeto em questão



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

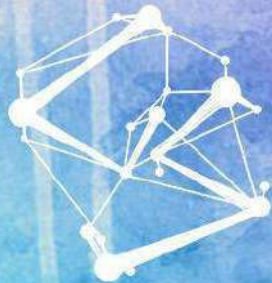
03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

está associado às práticas de vigilância e controle, além de representar interesses hegemônicos, em detrimento do exercício democrático. Afinal, para além da proposta de segurança nacional que justifica a adoção do RIC é preciso considerar que

máquinas, estruturas e sistemas da moderna cultura material podem ser precisamente julgados não apenas pela sua contribuição à eficiência e produtividade e pelos seus efeitos colaterais ambientais, positivos e negativos, mas também pelos modos pelos quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade (WINNER, 1980).

Não é necessário que o novo registro de identidade civil brasileiro comece a ser utilizado para que identifiquemos no processo de implantação tais características. As tentativas de esvaziamento das práticas democráticas começam desde o processo de implantação, segundo o qual Kanashiro afirma que “o aspecto tecnocrático do processo praticamente impossibilita qualquer tentativa de oposição, como se esse sistema de identificação já viesse isento de quaisquer características obscuras ou negativas”. Como tendemos à racionalização acentuada e, segundo Weber (1966), a burocracia é a atualização da racionalização, consideremos que a burocracia tanto pode ser um instrumento de democratização, quanto exagerar na centralização de poderes através da racionalização e superar a democracia. Porquanto o viés de fomento à cidadania do RIC constitui controvérsias. Não é difícil perceber que “muitos sistemas tecnológicos grandes e sofisticados são de fato altamente compatíveis com controle gerencial e hierárquico (WINNER, 1980)”. Através do RIC a aparelhagem burocrática hierárquica do Estado é colocada em movimento. Ao RIC é delegada a função de reunir, concentrar e usar além do poder, os dados de quem está sob este poder.

A segurança se tornou um pressuposto para a construção da sociedade de controle. Diz-se construção, pois existem elementos que moldam significativa e lentamente a consciência coletiva para que a garantia de segurança seja fator primordial nas relações sociais. Embora seja inegável a necessidade de segurança pública, especialmente nos grandes centros, os meios de comunicação potencializam esta necessidade de tal modo que as oportunidades de garantia de segurança (e consequentemente da vida) são aceitas sem análises profundas. Pode-se dizer que “estamos entrando na sociedade de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”, como dito por Deleuze (1992). Portanto, ainda que a função manifesta do RIC seja a garantia de segurança pública a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

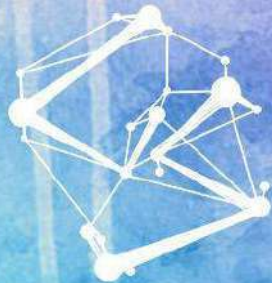
todos os cidadãos brasileiros ele desempenha, intencionalmente, uma função latente que é a vigilância e controle.

Ademais, é possível pensar no uso alternativo do RIC através da proposta de democratização da tecnologia proposta por Feenberg. Seu instrumento para tal façanha é a racionalização subversiva como uma forma inteligente de democratizar a tecnologia e aplicá-la de maneira diferente da que fora planejada em sua produção. E ainda, que se perceba que “o que importa não é a tecnologia em si, mas o sistema social ou econômico no qual ela está inserida” (WINNER, 1980). Os interesses hegemônicos favorecem o uso autoritário da tecnologia, ou seja, as pessoas estão distantes das decisões que estipulam o desenho técnico de determinado instrumento e sua aplicação, por exemplo. Por isso a necessidade de uma racionalização subversiva, segundo a qual a democracia deve se estender para além de seus domínios tradicionais para dentro dos domínios tecnicamente mediados da vida social.

Portanto, a racionalização subversiva consiste em resignificar as técnicas aplicadas e a inserção da tecnologia no nosso cotidiano. É ao mesmo tempo, um protesto racional contra a hegemonia que impõe formas de uso pensadas a fim de manter uma hierarquia social, portanto, desigual e autoritária. É possível pensar em resistência se considerarmos que

Na França, o computador foi politizado tão logo o governo tentou apresentar um sistema de informação altamente racionalista ao público em geral. Os usuários “manipularam” a rede na qual eles foram inseridos e alteraram seu funcionamento, introduzindo a comunicação humanizada em uma escala onde apenas a distribuição centralizada de informações havia sido planejada (FEENBERG, 2010, p.96).

Se não há democracia no planejamento do objeto, bem como de seu desenho técnico é possível democratizá-lo através de novas formas de uso. A racionalização subversiva torna-se uma rede de ação coletiva capaz de reivindicar a aplicação tecnológica e propor novas práticas. Trata-se de um contraste àqueles que ignoram a necessidade da participação democrática nas decisões quanto ao uso da tecnologia, uma vez que esta não está condicionada a esfera profissional da vida do indivíduo, mas se estende às suas relações pessoais. A racionalização subversiva por sua vez, potencializa o exercício da cidadania ao passo que revoga a organização da sociedade civil como elemento crucial para a democratização da tecnologia.

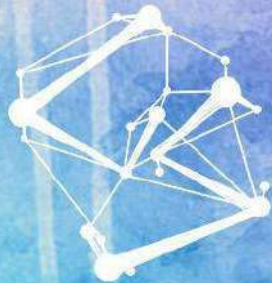


CONCLUSÃO

São vários os apontamentos pertinentes no campo das Ciências Sociais acerca da utilização do RIC como nova forma de identificação. Além da política associada a este artefato, pretendemos investigar as estratégias de poder, mercado e o processo de constituição de subjetividades na sociedade de controle. Como demonstrado, para este momento inicial, nosso objeto de estudo se constituirá, sobretudo, da investigação no campo teórico de como nossa participação cidadão será resguardada, bem como, fomentada pela implantação do RIC. Assim, a análise dos processos de implantação do RIC nos possibilitará compreender como garantir nossa segurança sem que precisemos abrir mão de uma sociedade democrática, nos submetendo a vigilância constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Justiça. Página RIC. Disponível em: <<http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>> Acesso em 15 de outubro de 2018.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS** (Online), n. 24, p.110-124, 2004.
- BRUNO, F. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista FAMECOS** (Online), nº 36, p.10-16, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FEENBERG, Andrew. “Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia”. In: NEDER, Ricardo T. (org.). **Ciclo de Conferências Andrew Feenberg**, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- KANASHIRO, Marta Mourão. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol.24, nº 71, p.42-54, 2009.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, p.57-114. 1967.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

WEBER, Max. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, p. 16, 1966

WINNER, Langdon. **Do Artifacts Have Politics?** Daedalus, v. 109, n. 1, pp. 121-136, winter, 1980.



50 ANOS DO ATO INSTITUCIONAL Nº5: O GOLPE DENTRO DO GOLPE

Lucas Inácio Rodrigues¹

Willian Gustavo Rodrigues²

RESUMO

Em 13 de Dezembro de 1968, o então presidente Artur da Costa e Silva emitiu o Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, sobrepondo-se a Constituição de 1967, o qual ampliava os poderes dos militares dando o golpe definitivo para opressão do poder ditatorial. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de políticos em todas as esferas da federação; decretou estado de sítio; suspendeu *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos de opositores ao regime; cassou vários direitos; limitou a atuação do poder judiciário, retirando suas garantias e sua independência inerentes ao cargo. Ampliando a atuação do Ministério da Justiça e dos Tribunais Militares; ainda enrijeceu o poder de censura estendendo-se a imprensa, a música, ao teatro, cinema, televisão. Nossa pergunta central enquanto objeto de estudo é: qual o papel do AI-5 na mudança discursiva, por parte dos militares de defesa da democracia, com deposição de João Goulart para o discurso de defesa da segurança nacional? Neste sentido, é preciso analisar, como diz BARROS (2007) que com emissão dos Atos Institucionais, o Estado de Direito torna-se um Estado de Exceção. Ao se tornar um Estado de Exceção, com o fortalecimento do poder do Presidente/Ditador as violações de Direitos Humanos se tornam discrepantes, com perseguição, tortura e repressão, exílios e mortes como nos diz RIDENTI (2014) a qualquer um que atuasse contra o Regime, quando esses perceberam a dimensão que atividades dos militantes impactavam negativamente contra o Regime. O Estado se torna criminoso, na aplicação do AI-5, uma vez que suprime a possibilidade do debate

¹ Graduado em História, Especialista em História, Educação e Sociedade, ambos pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás); Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Universidade Federal de Itajubá (Unifei); lucaas.inacio12@gmail.com

² Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Pós Graduando em Direito Público pela Damásio Educacional. E-mail: willian.gustavo@yahoo.com.br Telefone/Telephone: (35) 98418-395.



no campo político, cerceando direitos individuais dos cidadãos que se colocavam contra o Regime civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Ditadura Militar. Democracia

INTRODUÇÃO

Com o golpe civil-militar de 1964 há uma ruptura com o período democrático estabelecendo um Estado de exceção. Com base nisso este artigo propõe como recorte as ações estabelecidas com a implementação dos Atos Institucionais, em especial o Ato Institucional nº 5, ocorrido em 1968. Para melhor contextualizar historicamente os fatos devemos nos remeter aos conceitos, para a partir daí nos apegarmos mais afoitos nas questões jurídicas.

Giorgio Agamben reflete um Estado Totalitário da seguinte forma:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração por meio de estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

Ocorre que com a edição do Ato Institucional nº 5 em 13 de Dezembro de 1968, esse Estado de Exceção se intensifica, uma vez que ele minou qualquer traço de democracia que ainda restava no Brasil, após o Golpe de 1964.

O AI-5 fortalece o poder ditatorial dos militares, uma vez que ele sobrepõe a Constituição de 1967, intensificando o discurso da segurança nacional e o combate à “ameaça” comunista.

Vladimir Passos Freitas (2012, p.24), valendo-se de palavras de Paulo Boanavides reflete:

Entre todos os Atos editados, o mais famoso foi o AI-5 que suspendeu as garantias da Constituição de 1967 e ampliou os poderes do Presidente da República. Nas palavras de Paulo Bonavides, “fez ruir desde os frágeis alicerces o Estado de Direito da Constituição de 1967. É o célebre episódio da cassação do mandato do deputado Márcio Alves”.



O AI-5 foi o golpe mais duro dado pelos militares durante os anos de vigência ditatorial, foi um golpe dentro do golpe. O AI-5

Em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 05, encerrando essa fase. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus*³ para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião; criou a censura prévia. O AI-5 significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito. (ARAÚJO; SANTOS; SILVA, 2013, p. 20-21).

Ele limitou a atuação do poder judiciário, retirando suas garantias e sua independência inerentes ao cargo, para preservar somente suas funções enquanto magistrado. Ampliando assim a atuação do Ministério da Justiça e dos Tribunais Militares; ainda enrijeceu o poder de censura estendendo-se a imprensa, a música, ao teatro, cinema, televisão. Como discutem Gabriela Natacha Bechara e Horácio Wanderlei Rodrigues:

[...]o AI nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que marca o início do período mais rigoroso da ditadura militar brasileira. O AI-5 suspende a garantia do *habeas corpus*, dispõe dos poderes do presidente para decretar estado de sítio, intervenção federal, suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos, voltando a excluir seus atos da apreciação por parte do Poder Judiciário, e podendo decretar recesso no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Ainda, em conjunto com o AI nº 5, foi editado o Ato Complementar nº 38, determinando o fechamento do Congresso Nacional, que permaneceu fechado por quase um ano. (BECHARA, 2015, p. 12)

Com o AI-5 a repressão por parte do governo totalitário passa a se intensificar a partir de 1969, anos esse que ficaram conhecido como “Anos de Chumbo” (13 de

³ *Habeas Corpus* é uma expressão em latim que significa “que tenhas o corpo”. Era como se dava a ordem ao carcereiro de trazer um preso diante dos “Tribunais” na Europa da Idade Média, fosse para interrogá-lo, julgá-lo, ditar-lhe a sentença, entre outros casos: dizia-se algo como “*ordena-se que tenhas [seja tido] o corpo de tal preso diante do Tribunal para...*”. O nome *Habeas Corpus* começou então a ser usado para a ação na qual o preso exigia seu direito de ser trazido diante de um juiz, para que ele pudesse analisar se sua prisão era realmente justa/legítima. É mais ou menos nesse sentido em que o termo é empregado até os dias de hoje, embora não se costume pensar nesta significação a cada vez que se utiliza a expressão “*Habeas Corpus*” para designar uma modalidade de ação processual. Disponível em <https://alvesaraujoadv.jusbrasil.com.br/artigos/399991130/o-que-e-habeas-corpus>, acesso em 12 de Outubro de 2018.



Dezembro de 1968 até meados de março de 1974), centralizado na figura do General-
Presidente com poderes ilimitados, como nos mostra Celso Bastos:

O AI – 5, marca-se por um autoritarismo ímpar do ponto de vista jurídico, conferindo ao Presidente da República uma quantidade de poderes de que muito provavelmente poucos déspotas na história desfrutaram, tornando-se marco de um novo surto revolucionário, dando a tônica do período vivido na década subsequente. (RIBEIRO, 2010, p. 136)

A partir destas colocações iniciais iremos transcorrer na análise de documentos, músicas, vídeos e atos legislativos para compreender o papel do AI-5 na mudança discursiva, por parte dos militares, de defesa da democracia com a deposição do presidente João Goulart e o discurso de defesa nacional.

GOLPE CIVIL-MILITAR: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Com o fim da Ditadura Vargas, em 1945, o Brasil passava por um momento de reconstrução da democracia. Em 1946 foi promulgada a quinta constituição brasileira assegurando liberdade política, com isso incentivando alguns setores a se organizarem na luta por seus direitos.⁴

Entre os anos 1950 e 1960 ocorreu uma ampliação na participação popular na política com o surgimento de organizações populares. Dentre essas organizações podemos citar algumas como: o retorno da atuação de Sindicatos, as Ligas Camponesas, o Movimento de Cultura Popular (MCP) com base nos ensinamentos de Paulo Freire⁵, a criação dos CPC's (Centro Popular de Cultura).

Segundo Fontolan (2013, p. 140):

⁴ BALLAEIRO, Aliomar. 1946: *Coleção Constituições brasileiras*; v. 5. Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 2012.

⁵ FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. De acordo com o Método Paulo Freire o processo educativo ocorre e está centrado na mediação educador-educando. Ao educador cabe mostrar ao educando que ele traz consigo uma gama conhecimentos oriundos de suas experiências e ao educador é incumbida a tarefa de auxiliar na organização desses conhecimentos, relacionando os saberes trazidos pelo educando com os saberes escolares. Assim, o aluno/educando melhora progressivamente sua autoestima, conseguindo participar mais ativamente do processo de aprendizagem; consequentemente, maior será a autonomia e maior será também a perspectiva de participação ativa na sociedade.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Essas organizações alarmavam os grupos conservadores, que viam as associações populares como sintomas do “comunismo” – e não como característica de um regime democrático. Para combatê-las, criaram diversas entidades (o Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, por exemplo, formado por empresários e militares, tinha por objetivo formar dirigentes políticos conservadores, aptos a combater os chamados “esquerdistas”).

O conflito começa a se esclarecer. De um lado os grupos populares que lutavam por mais direitos e de outro lado os grupos conservadores que lutavam “contra o comunismo” e para não perder suas regalias.

Em agosto de 1961 o então Presidente da República Jânio Quadros renuncia e em seu lugar, João Goulart (Jango), seu vice-presidente, assume o poder. João Goulart fora acusado de ser comunista e de ameaçar a democracia brasileira. (SCHWARCZ, 2015)

Por conta dessa radicalização ideológica e a crise econômica – herança de outros governos anteriores – o clima de instabilidade do governo de João Goulart não dava trégua. A alcunha de comunista de Jango cresceu quando o presidente propôs as chamadas reformas de base, que previam mudanças no setor agrário, bancário, tributário, eleitoral e educacional.

Segundo Boris Fausto (1996, p.448):

As Reformas de Base incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas, estavam a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; e a extensão do monopólio da Petrobrás. É fácil perceber que as Reformas de Base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Era apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado.

Contextualizando o fato ocorrido e (co) relacionando com os acontecimentos que tomam o Brasil a partir de 2013 (Movimento Passe Livre Inicialmente) principalmente, Fontolan (2013, p. 140) nos diz que: “Sem apoio do parlamento e atacado pela mídia conservadora, pelos grandes empresários e por parte significativa dos chefes militares, João Goulart não resistiu.”

Mais a frente, iremos analisar, em um tópico específico as semelhanças e diferenças jurídicas e sociais, dos golpes ocorridos no Brasil em 1964 e em 2016.



O Golpe estava consumado. A seguir iremos refletir um trecho da primeira página do jornal *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, de 31 de março de 1964:

Editorial: Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-lei, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? (...) Basta de farsa. (...) O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!

Nesse clima de total instabilidade e com o apoio de grande parte da imprensa, o comandante da 4ª Região Militar, o general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do general Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, sediado em Belo Horizonte, liderava um comboio militar, formado por recrutas, que marchava para a Guanabara. (FERREIRA, 2014, p. 335) Com o apoio do general Castelo Branco e muitos governadores conservadores, foi criada as condições para uma rebelião que se alastrasse pelos estados.

Era o fim do regime considerado populista e o início de uma ditadura que duraria 21 anos (1964 – 1985). Logo nos primeiros dias de governo, os militares iniciaram a perseguição e a prisão de estudantes, jornalistas e políticos ligados ao governo anterior e passaram a atacar organizações, como, por exemplo, a UNE (União Nacional dos Estudantes).

1968: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

O ano de 1968 foi um ano com muita repercussão em todo o mundo. Ocorreu a Olimpíada da Cidade do México, repleta de simbolismo, as greves e lutas dos estudantes na França também marcaram muito esse ano em especial, mas nosso foco se encontra nas ações ocorridas no Brasil, onde os militares implementaram o Ato Institucional nº5.

A partir de 1964 o poder que os militares detinham começou a aumentar. A suspensão da Constituição Federal de 1946 dava ainda mais poder ao Executivo, tirando



a autonomia do Legislativo e do Judiciário. As eleições diretas foram abolidas, ocorreu a extinção dos partidos políticos, a cassação de políticos que eram contra ao novo regime e a suspensão dos direitos individuais, entre outras ações para limitar o poder popular. (FONTOLAN, 2013)

Na legalidade podiam existir somente dois partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido favorável ao governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que se organizava como uma oposição tolerada pelos militares.

Em 1967, os militares impuseram uma nova constituição em substituição a de 1946 e com essa atitude “Legalizando” a Ditadura.

O conceito de Ditadura deve ser refletido. A palavra Ditadura tem sua origem na “dictatura” romana. A Ditadura romana era um órgão extraordinário que poderia ser ativado dentro de limites constitucionalmente definidos para fazer frente a uma situação de emergência. Geralmente, tratava-se da condução de uma guerra, ou da solução de uma crise interna. Os poderes do ditador eram muito amplos, durante o período no qual exercia o cargo, seus decretos tinham o valor de lei. (STOPPINO, 2010)

São três as características fundamentais da Ditadura moderna: a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais; a precariedade das regras de sucessão no poder. O Governo ditatorial transforma em lei a própria vontade. Este absolutismo do poder ditatorial torna caracteristicamente imprevisível e irregular a conduta do ditador ou da elite ditatorial. (STOPPINO, 2010) ⁶

Analisemos o relato a seguir:

Relatório da Comissão da Verdade: No âmbito do STF, verificaram-se três tipos de atitudes: num primeiro momento, o STF omitiu-se, não conhecendo pedidos de habeas corpus em que a autoridade coatora fosse militar; em etapa posterior, porém, passou não somente a conhecê-los como também, no mérito, a conceder a ordem, deferindo, entre o golpe de 1964 e as vésperas da entrada em vigor do AI-5, a maioria dos pedidos. Com a vigência do AI-5, porém, o STF, impossibilitado agora de conhecer pedidos de habeas corpus impetrados por acusados dos crimes previstos no ato institucional, foi reduzido, nessa matéria, à condição de ator secundário, a quem, quando provocado, na maioria das vezes se declarava incompetente. No sistema de justiça do regime inaugurado em 1964, o protagonismo em tudo que dissesse

⁶ STOPPINO, Mario. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010. Disponível em: <http://resumodaobra.com/norberto-bobbio-mario-stoppino-dicionario-de-politica-ditadura/>, acessado em 12 de Outubro de 2018.



respeito aos crimes contra a segurança nacional passou a ser, depois do AI-5, da Justiça Militar. Isso significou submeter as pessoas acusadas de crimes previstos no artigo 10 do AI-5 ao julgamento por juízes que tendiam a orientar-se por aquilo que julgavam ser interessante, conveniente e oportuno para a dita “revolução”. (BRASIL, 2014, p. 956.) (grifos do autor)

Com o passar do tempo os militares foram organizando e aprimorando o sistema de repressão. Instituíram a censura aos meios de comunicação e criaram o Serviço Nacional de Informações (SNI), que era responsável de detectar e sufocar manifestações contrárias ao regime. (FONTOLAN, 2013)

A seguir analisaremos o discurso de Márcio Moreira Alves ⁷ que irritou os militares e foi um dos motivos para a decretação do AI5 quando ele não teve o mandato cassado:

[...] No entanto, isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai e cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile. Esse boicote pode passar também às moças, aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa aqueles que vilipendiam a Nação. Recusassem a aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam.”[...] (grifos do autor). ⁸

O AI nº5 foi o quinto de uma série de Atos Institucionais que eram decretos que tinham como objetivo regulamentar novas normas a serem seguidas no Brasil. A música e outras formas culturais eram utilizadas como forma de protestos e após a legalização deste Ato Institucional especificamente, tudo ficou mais complicado. Muitos artistas e intelectuais foram perseguidos, presos e exilados.

⁷ Iniciou sua carreira profissional como repórter no Correio da Manhã, no Rio de Janeiro. Adversário do governo João Goulart (1961-1964), inicialmente apoiou o golpe militar de 1964, tornando-se seu opositor a partir da edição do primeiro Ato Institucional em abril. Foi eleito deputado federal em 1966, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois de denunciar a ocorrência de torturas contra opositores. Destacou-se pela eloquência e combatividade na Câmara. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcio-moreira-alves/index.html>, acesso em 14 de outubro de 2018.

⁸ Disponível em [http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335346--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-\(02-51\).html](http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335346--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-(02-51).html), acesso em 14 de outubro de 2018.



Com forme os instrumentos de censuras ficavam mais radicais, tornou-se perigoso para os artistas se expressarem abertamente. Como forma de estratégia os compositores da época passaram a utilizar o emprego de metáforas ou letras de duplo sentido para “driblar” a censura.

Como exemplo podemos citar a música “Apesar de você” composta por Chico Buarque de Holanda:

Hoje você é quem manda, falou, ta falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu?
Você que inventou esse estado, inventou de inventar toda escuridão
Você que inventou o pecado, esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de Você, amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme Euforia?
Como vai proibir quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando e a gente se amanhado sem parar
Quando chegar o momento esse meu sofrimento
Vou cobrar com juro. Juro!
Todos esse amor reprimido, esse grito contido, este samba no escuro
Você que inventou a tristeza, ora tenha a fineza
De “desinventar”
Você vai pagar, e é dobrado cada lágrima rolada, nesse meu penar
Apesar de você amanhã há de ser outro dia
Ainda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria
Você vai se amargar, vendo o dia raiar sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir, e esse dia há de vir, antes do que você pensa.

Chico Buarque (LP). Polygram, 1978

Os censores não perceberam que a letra desta música se referia da própria Ditadura, mas acreditaram que se tratava de um “acerto de contas” entre pessoas comuns. (FONTOLAN, 2013. p. 161)

Não foram somente músicas que sofreram com a censura, mas muitos outros órgãos viveram momentos de muita instabilidade, como os professores, os jornalistas e os atores, que tinham o cotidiano vigiado por parte dos militares.

AS SEMELHANÇAS ENTRE O GOLPE DE 1964 E O GOLPE DE 2016



O Golpe-Civil Militar de 1964 não poderia acontecer sem o apoio da sociedade civil de tendências conservadoras, juntamente com um terrorismo ideológico foram balizares para consumação do Golpe de 1964, Cesar Mongolin de Barros (2017, p. 12) nos explica:

Houve de fato um aparato propagandístico e uma teia que unia diversos setores da sociedade, das classes dominantes às massas populares. Jornais, sindicatos patronais, empresariado, clero conservador, partidos de direita, latifundiários, que contavam com o apoio dos EUA e de boa parte dos militares formaram um grande bloco (não sem rachaduras, como ficou evidente depois) financeiro e ideológico.

Da mesma forma, o impeachment sofrido pela Presidente Dilma Rousseff em 2016 não poderia se consumir sem o apoio popular. Embasado de forma juridicamente frágil, sustentado em um eventual crime de responsabilidade em desacordo com a lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa.

Os pedidos se concentraram em dois aspectos apresentados na denúncia sustentadas por Hélio Bicudo, Janaína Pascoal e Miguel Reale Jr: 1) em uma série de decretos editados pela então Presidente entre 2014 e 2015 que resultaram na abertura de créditos suplementares, sem a autorização do Congresso Nacional, na ordem de 18,4 bilhões de reais; 2) as chamadas pedaladas fiscais que é o termo que ficou conhecido as manobras contábeis usadas pelo governo federal de que estava gastando menos do que arrecadava, uma vez que, conforme sustentaram os denunciantes, o governo não estava pagando os bancos públicos e privados no repasse do programa social Bolsa Família⁹.

Apesar de não ser o objeto desta pesquisa o recorte se faz necessário para partirmos da análise comparativa. Em meio às denúncias juridicamente frágeis o clima social de impeachment, ou seja, pessoas nas ruas fazendo transparecer um sentimento de nacionalista criaram condições para que o impedimento da Presidente da República se tornasse possível.

Dessa forma, é possível relacionar os dois momentos através das manifestações populares: em 1964 a marcha da família com Deus pela liberdade, com seu forte caráter conservador e de combate à ameaça comunista. A imprensa teve um papel impar na convocação das manifestações e seu caráter de ordem e defesa dos valores tradicionais

⁹<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>



brasileiros, vejamos o que diz o jornal “Folha de São Paulo” noticiou em 17 de Março de 1964, uma reportagem com o título “*Marcha da liberdade quer impeachment de JG*” demonstrando o seu apoio à marcha que pede a saída do Presidente João Goulart ¹⁰:

A residência tornou-se pequena, logo ao início da reunião, para acolher centenas de mães de família e homens dispostos a lançar as sementes de um movimento que, agora, visa até a fazer sentir ao Congresso Nacional a exigência de ser decretado o “impeachment” do sr. João Goulart.

Em 2016 a manifestação contra o governo Dilma Rousseff como maior ato político da história do Brasil, onde as pessoas foram às ruas de verde e amarela pedindo a queda da Presidente, conforme pode ser percebido nesta matéria do Jornal “Estado de São Paulo” de 13 de Março de 2016, como reflexo das manifestações:

A enorme adesão às manifestações, convocadas majoritariamente por grupos como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), praticamente enterrou o discurso governista e petista de que o País estava dividido. À noite, após o fim dos protestos, o Palácio do Planalto divulgou nota em nome da presidente Dilma Rousseff na qual afirma que “a liberdade de manifestação é própria das democracias e por todos deve ser respeitada”, diz trecho do texto assinado pela secretaria de Imprensa da Presidência. ¹¹

Nesta ótica, verificamos que sem o apoio popular nem João Goulart nem Dilma Rousseff teriam sido despostos de seus cargos. O que buscamos ressaltar neste trabalho é que as formas dos golpes de 1964 e 2016 são distintas, mas a essência é a mesma.

Para aprofundarmos um pouco mais nesta temática precisamos recorrer à obra “Radiografia do golpe” do sociólogo Jessé de Souza (2016), onde o autor busca destacar o papel da elite econômica no fomento do impedimento da Presidente. O autor destaca que a elite financeira (bancos e fundos de investimentos ligados ao agronegócio, a indústria e do comércio) distorcem e fraudam a realidade social, escondendo os interesses corporativos por trás do processo de impeachment, ou seja, esses grupos são os verdadeiros “mandantes” do golpe que se sustentam de forma classista e parlamentar.

¹⁰<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v11n1p77/27177>. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acessado em 13 de outubro de 2018.

¹¹<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>



Este argumento sustentado por Jessé de Souza (2016) se harmoniza com o argumento que apresentamos acima, onde, por exemplo, os grandes latifundiários e empresários se mostravam descontentes com as políticas que João Goulart buscava implementar com as reformas de base – conforme César Mongolin de Barros (2007) nos mostra.

Ademais, para corroborar o argumento por nós sustentados há ainda o áudio vazado entre o Senador da República Romero Jucá (MDB) e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado o que transcrevemos parte de acordo com matéria publicada no Jornal “Folha de São Paulo” em 23 de Maio de 2016¹². Vejamos:

[...]

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. ‘Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha’. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com o Supremo, com tudo.

MACHADO – Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

Essa gravação nos dá entender que os argumentos jurídicos para a derrocada de um governo legitimamente eleito pelo voto popular não eram robustos o suficiente, e demonstram interesses escusos como verdadeiro motivo para o impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Da mesma forma que o Presidente João Goulart foi deposto do seu cargo a contraluz do direito, quando o Presidente Senado Federal, o Senador Auro de Moura Andrade, declarou a vacância da Presidência da República, sob suposto argumento de que o Presidente João Goulart havia abandonado o território nacional, mesmo ainda estando nele¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

¹²<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. acesso em 13 de outubro de 2018.

¹³<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/auro-de-moura-andrade-a-servico-do-golpe-declarou-vaga-a-presidencia>. acesso em 13 de outubro de 2018.



Este trabalho buscou rememorar os 50 anos do Ato Institucional nº 5, que foi o ato mais violento da Ditadura Civil-Militar no Brasil, considerado um golpe dentro do golpe, tendo em vista a violência com que os militares que estavam no poder intensificaram suas atuações seja na censura, seja violação de direitos humanos, como a supressão do *habeas corpus*, ou mesmo nas torturas.

Ademais, é importante relembrar o golpe para que busquemos evitar novas de rompimento brusco com os institutos democráticos, como aconteceu em 2016. Dessa forma, buscamos trazer elos comuns entre os dois momentos históricos, que pela limitação física e de materiais bibliográficos estudando esses elos fizemos a análise comparativa entre os atores do movimento e como a mídia buscou retrata-los, sem exaurir todas as fontes de pesquisa.

Dessa forma, pudemos identificar que muitos atores que participaram ativamente da queda de João Goulart em 1964, como de Dilma Rousseff em 2016, são os mesmos: as elites dominantes, sempre buscando preservar seus interesses em detrimento aos institutos democráticos e o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da Silva; SANTOS, Desirredos Reis. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho**. Desirredos Reis Santos. - 1. ed. - Riode Janeiro : Ponteio, 2013.

BARROS, Cesar Mangolin de. **A Ditadura Militar no Brasil: processo, sentido e desdobramento**. Universidade Metodista de São Paulo – Dissertação de Mestrado: 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SeB1hh>>. Acesso em: 20/04/2018.

BALLAEIRO, Aliomar. **1946: Coleção Constituições brasileiras**; v. 5. Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 2012.

BECHARA , Gabriela Natacha; RODRIUGES, Horácio Wanderlei. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Universidade de Passo Fundo – UPF, Justiça do Direito v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015. Disponível em: <seer.upf.br/index.php/rjd/article/download/5611/3826>.



BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** EDUSP. São Paulo. 1ª Edição. 1996.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964 - o Golpe Que Derrubou Um Presidente, Pôs Fim ao Regime Democrático e Instituiu a Ditadura.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2014.

FONTOLAN, Tania. **Coleção Anglo vestibulares EF 9º ano.** São Paulo. Anglo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Vladimir Passos de; MORAIS, Ivy Sabina Ribeiro de; AMARAL, Thanmara Espínola. **O Poder Judiciário no Regime Militar (1964-1985).** Projeto de Iniciação Científica. PUC/PR. Curitiba: 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w5iuEA>>.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. **Brasil: uma biografia.** Companhia das letras. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2015.

STOPPINO, Mario. **Ditadura.** In: BOBBIO, Norberto. (Org.). **Dicionário de política.** Brasília: Editora UnB, 2010.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 7. POVOS TRADICIONAIS



SOBERANIA ALIMENTAR: UMA NECESSIDADE DOS POVOS

Gabriel Cosme Gonçalves Marques dos Santos¹

Maria Carolina Arruda Branco²

Luiz Gustavo de Amorim Gonçalves³

RESUMO

O presente trabalho aborda algumas reflexões acerca da Soberania Alimentar, para isso, incorpora questões que estão relacionadas a esta temática seja de forma a contribuir para a sua consolidação e/ou fortalecimento político, ou que atue como um entrave para que esta venha a se concretizar. A princípio buscamos dar atenção a um quadro mais geral da formação social brasileira e as ações políticas e econômicas, que fizeram em um passado e que fazem no presente com que certas atitudes sejam tomadas acerca da terra. Em um segundo momento o texto se centra em uma abordagem contemporânea do cenário agrário, buscando elucidar questões da disputa por espaços políticos de um lado e por outro, das mobilizações dos sujeitos que são atingidos por estas políticas. Exploramos a Soberania Alimentar como uma questão fundamental à existência dos povos tradicionais tanto de uma perspectiva da segurança alimentar bem como de autonomia. A questão da terra no Brasil hoje encontra-se na ordem do dia haja vista que em torno dela é que se concentra muitas das problemáticas que propomos estudar neste trabalho. Outras questões que é de suma importância para a nossa problemática é a Revolução Verde, situada historicamente no pós Segunda Guerra com a promessa de acabar com o problema global da fome, ela se pretendia modernizadora do campo, com capacidades potencializadoras de produção e com a promessa de acabar com a fome global no entanto como podemos notar ela trouxe ao centro do debate diversas outras possibilidades de pensar a alimentação e o alimento

¹ Graduando; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; e-mail: gabriel.cmsantos@live.com

² Graduanda; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; e-mail: marrudabranco@gmail.com

³ Graduando; Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas; e-mail: lgdeamorim@outlook.com



PALAVRAS-CHAVE: Povos Tradicionais. Soberania Alimentar. Estado.

Introdução

Lançarei aqui algumas reflexões acerca da Soberania Alimentar, para isso será de suma importância abordar outras questões que estão relacionadas a esta temática seja de forma a contribuir para a sua consolidação e/ou fortalecimento político, ou que atue como um entrave para esta venha a se concretizar.

O presente artigo abordará a princípio um quadro mais geral da formação social brasileira e as ações políticas e econômicas, embora a separação destes dois não faça muito sentido pois estão intimamente relacionados. Em um segundo momento o texto se centrará em uma abordagem contemporânea do cenário agrário, buscando elucidar questões da disputa por espaços políticos travada pelas decisões de políticas neoliberais e por outro lado as mobilizações dos sujeitos que são atingidos por estas políticas.

Em seguida a abordagem se fará acerca da soberania alimentar, o que é, como nasceu, como vem tomando força ao longo do tempo. Na quarta parte deste artigo, a discussão girará em torno dos povos tradicionais, e sobretudo as populações indígenas presentes no território brasileiro e como estas populações são atingidas por esses impactos socioambientais advindos de políticas neoliberais adotadas pelo Estado e em seguida as alternativas e as formas com que estas etnias se fortalecem e continuam a busca de espaços de atuação e de continuar (re)existindo.

A abordagem primeira a respeito do panorama geral de como a sociedade brasileira se consolida e sobre os avanços do agronegócio se fazem necessário neste trabalho que tem como principal foco a Soberania Alimentar pois está nestes dois elementos, não apenas, mas de que se centrará a discussão do presente artigo, os grandes entraves colocados à Soberania Alimentar dos povos tradicionais, no Brasil hoje.

A Formação Social Brasileira



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Não vejo como seria possível abordar as questões agrárias no Brasil sem lançar mão do arcabouço teórico dos autores que discutiram as questões da formação brasileira e que são tidos como referência para abordar estas questões.

Primeiro, trago a importância da contribuição de Gilberto Freyre (2006), em sua célebre obra *Casa-grande & Senzala*. O autor assume que há um "equilíbrio de antagonismos" no processo que caracteriza a formação social brasileira. Esta ideia é passada quando o autor pensa nestes antagônicos relacionados, quando diz "o bacharel e o analfabeto", "o católico e o herege", "o senhor e o escravo" entre tantos outros por ele citado (2006).

No entanto, pensar em equilíbrio não nos permite um entendimento conciso sobre este processo; processo estrutural de grande violência que possibilitou estes antagonismos. A violência presente neste processo, e que é base de toda a formação social brasileira, seria, portanto, a cultura patriarcal, mas esta cultura firmada suas raízes na família. É a família patriarcal o núcleo destes antagonismos, ela é quem da coesão pra um sistema colonial baseado em latifúndio, monocultura, feitoria e escravidão (2006). E foi a partir dela que os portugueses constituíram uma estrutura de dominação de dimensões continentais, haja vista que o território brasileiro possui considerável extensão.

A formação da mentalidade brasileira tem raízes na autoridade senhorial, na herança rural colonial. Que nada são mais do que formas de se relacionar vindas de um ambiente privado, da vida privada. A base do que estrutura a sociedade brasileira é a troca de favores, a perpetuação dos padrões de meio rural baseado no patriarcado e nas elites do passado que não perderam seu poder político, muito pelo contrário, elas continuaram se atualizando e incorporando suas práticas coloniais nas instituições da contemporaneidade (HOLANDA, 2008).

O Brasil é fruto do desenvolvimento da civilização ocidental. Ele nasce em um contexto de emergência do capital, e se conceitua neste processo como um país de relações subordinadas. Há durante aquele período colonial intercâmbio entre a Europa e em especial Portugal, o Continente Africano e o Brasil. Neste intercâmbio, Portugal explorava dos dois lados, explorava a África através do mercado escravocrata, o



comércio de pessoas era algo muito gritante, e o Brasil era explorado, entre outras coisas, por ser o fornecedor de matéria prima. Sendo, portanto, apenas parte de uma totalidade muito maior (PRADO JR. 2004).

Esta totalidade de que o Brasil fazia parte era o capitalismo, a civilização ocidental, mas sobretudo uma totalidade exposta na figura da metrópole. E em contrapartida ele, Brasil, representava a particularidade, uma particularidade que reúne a exploração da terra, a força de trabalho, a exploração dos ciclos de cana, café e os demais que vieram posteriormente, a particularidade do Brasil está representada no que ele foi enquanto colônia (2004).

Os engenhos, que eram a base da família patriarcal, era também a base de exportação e exploração de matéria prima para o mercado externo. Estes entre outros fatores barram o desenvolvimento pleno da nação. Isso tornou o Brasil um país subordinado e dependente (2004).

Estes três autores situados em sua época, mas que ainda hoje são considerados clássicos e por serem clássicos contribuem de diversas formas para a esta discussão. Destaco sobretudo uma relação que parece estar presente em ambas as obras citadas, do que vem a ser constituído a base da formação social brasileira, o latifúndio, como uma questão que se impõe já a quatro séculos e de micro-relações subordinadas a uma determinada figura que no passado era representada pela figura do senhor de engenho, mas que hoje talvez se atualize na figura dos fazendeiros, dos banqueiros, de alguns políticos representados pela bancada ruralista e ela própria.

O Cenário Agrário no Brasil Hoje

O cenário agrário no Brasil hoje, nem de longe limita-se a uma discussão que se concentra no campo, vai para muito além disso, políticas públicas e agrárias que impactam a vida de diversas comunidades rurais e tradicionais fazem parte de um cenário mais amplo das realidades sociais e agrárias.

O Latifúndio como já vimos outrora faz parte do que constrói a mentalidade brasileira. Ainda hoje a prática de manter latifúndios é visível, e o crescimento destes latifúndios também.



Segundo o Dossiê ABRASCO (2015), a concentração de terra cresceu durante os últimos anos de maneira muito intensa, concentrando cada vez mais um número maior de terra nas mãos de poucos indivíduos. A ação de empresas capitalistas no campo também se mostra crescente, de 2003 a 2010, sete anos, "mais de cem milhões de hectares passam para o controle de grandes empresas, de latifundiários" (p. 103). Dentro deste crescente movimento também, segundo o dossiê, essas aquisições de terra são em grande parte de terras agricultáveis.

Este processo que se intensifica cada vez mais tem suas bases também na Revolução Verde, esta situada historicamente no pós Segunda Guerra com a promessa de acabar com o problema global da fome, ela se pretendia modernizadora do campo, com capacidades potencializadoras de produção e com a promessa de acabar com a fome global.

Se olhada do ponto de vista da modernização que potencializa a produção no campo, de fato a Revolução Verde se consolida, mas isso sem acabar com a fome global, e sem dizer em quais bases esta fundamentada a produção deste alimento. O que temos hoje em quesito alimento produzido pelos frutos da Revolução Verde e como tal, o agronegócio, o que percebemos é uma modernização dolorosa, que intensifica o processo de mercantilização dos alimentos.

Este modelo de cultivo, através da Revolução Verde, impôs um modelo de monocultura em áreas enormes, trocou o trabalho humano por máquinas e com o pretexto de potencializar a produção estabeleceu o cultivo através de sementes modificadas, sementes estas que necessitam de um pacote pré estabelecido para manutenção. (CARNEIRO, 2015; O VENENO ESTA NA MESA, 2011).

O documentário O Veneno Está na Mesa (2011), produzido pelo cineasta brasileiro Silvio Tandler em parceria com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, denuncia o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura. Logo de início alerta o telespectador para um dado assustador "desde 2009 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo", nesta mensagem já é apresentado uma problemática: o Estado brasileiro adere a políticas voltadas ao interesse econômico. No entanto, fazer isso implica necessariamente em "fechar os olhos" para o fato de que o



uso destes tóxicos causa contaminação dos solos e mananciais, reduz a biodiversidade, polui o ar, é um dos responsáveis pelas mudanças climáticas globais, além de causar doenças gravíssimas aos trabalhadores rurais assim como para os consumidores destes alimentos.

O dossiê ABRASCO, documenta um mapa, do departamento de Geografia-FFLCH- Universidade de São Paulo, que mostra a utilização de agrotóxicos por municípios brasileiros em 2006 (2015, p. 54), e os dados já se mostram alarmantes. Na região Sul, no Nordeste e grande porção do Mato Grosso do Sul observa-se concentrações altíssimas de utilização de agrotóxicos. O que mais impacta neste mapa é que ele revela que em toda a extensão territorial brasileira o uso de agrotóxicos esta presente, em alguns lugares de maneira muito mais indiscriminada do que outros mas em todo o país, a utilização de agrotóxicos é uma triste realidade.

A produção de em escala global, que aglutina alimentação e uso de agrotóxicos é muito diferente da produção de alimento feita pelas comunidades rurais de tradição familiar e das comunidades indígenas, quilombolas e tantas outras que vivem da terra.

E neste sentido, vale sublinhar algo que já foi dito de maneira subentendida, mas que se faz importante deixar claro. O sistema do agronegócio é muito diferente da agricultura, trago aqui uma reflexão do dossiê ABRASCO que nos ajuda a elucidar este ponto.

Uma diferença fundamental entre agronegócio e agricultura esta presente nos nomes: no agronegócio não há cultua, pois não há povo, a relação homem-natureza é medida pelos valores do mercado, do negócio. A sociodiversidade cultural presente no campo e na floresta do Brasil se expressa nos povos que produzem alimento, vivem na terra e da terra, das águas e da floresta. (CARNEIRO, 2015, p.123).

A Soberania Alimentar

A Soberania Alimentar é um conceito relativamente novo, mas que ao longo de sua existência vem adaptando-se, modificando-se, buscando uma estabilização enquanto conceito. Não há muitos trabalhos acerca da Soberania Alimentar, mas tentarei explorar aqui na medida em que acompanho a discussão.



Nos anos 1990, inicia-se o debate ao redor da "Segurança Alimentar", um conceito criado por países e pela Food and Agriculture Organization (FAO), almejando que todas as pessoas ao redor do mundo tivessem acesso ao alimento; desta forma comprometendo os Estados Nações a cumprir o papel de sanar a fome ao passo que garantiriam o mínimo necessário para que os sujeitos pudessem garantir a sua existência (STEDILE 2013). Os autores destacam ainda que "esse passo foi importante, porque se constituiu numa política pública, de obrigação de todos os governos de resolver o problema da fome de sua população. Porém foi insuficiente" (2013, p. 6).

Desde 1996, o termo "Soberania Alimentar" tem sido introduzido nas discussões através da La Via Campesina (STEDILE, 2013; COCA, 2016). A bandeira da Soberania Alimentar abraça diversas pautas, tais como a distribuição mais justa da terra, melhores condições para o trabalhador, pensando a agricultura camponesa como uma forma da promoção sustentável do campo, ações estas baseadas na autonomia e podendo ser consolidada através das bases agroecológicas (COCA, 2016).

A Soberania Alimentar consiste que a "produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, ele é inegociável e não pode ficar dependente de vontades políticas ou práticas de governos de outros países" (STEDILE, 2013). Ela busca o direito dos povos de decidirem sobre sua produção e seu consumo dos alimentos. E por tratar desta relação com a existência dos sujeitos, a Soberania Alimentar tem a saúde como uma de suas centralidades, deste modo, prevalece o cuidado com o alimento e com os sujeitos que posteriormente virão a se alimentar dele (CAMARGO, 2016).

A Soberania Alimentar esta envolta em uma multidimensionalidade pois ela representa um conceito, um movimento e por movimento, um complexo de relações dotadas de intencionalidades, e ela ainda se caracteriza enquanto política pública.

A questão da alimentação tornou-se protagonista das questões a algum tempo.
Segundo João Pedro Stédile

A quatrocentos anos, antes do advento do capitalismo, os humanos se alimentavam com mais de 500 espécies diferentes de vegetais. Há cem anos, com a hegemonia da revolução industrial, reduziu-se para cem espécies diferentes de alimentos que depois da lavoura passavam por processos industriais. E há trinta



anos, depois da hegemonia do capitalismo financeiro em todo o mundo, hoje, a base de toda a alimentação da humanidade está representada em 80% na soja, milho, arroz, feijão, cevada e mandioca.

Ou seja, cada vez mais a alimentação dos indivíduos esta restrita a uma variedade muito pequena do que poderia realmente ser, como é destacado que era a quatrocentos anos atrás, antes da mercantilização e padronização da alimentação.

A Segurança Alimentar se coloca também na valorização dos alimentos regionais. E vale lembrar que na discussão dos textos supracitados esta colocado que é possível ter segurança alimentar sem possuir Soberania Alimentar, no entanto, o inverso não é verdadeiro.

Povos Tradicionais e a Realidade Agrária no Brasil

Diante deste cenário apresentado até aqui, podemos afirmar que a modernização da agricultura no Brasil agravou ainda mais a situação da concentração de terras (CARNEIRO, 2015, p. 117). Esta que contribuiu de um lado para o êxodo rural e por outro para a realidade dos territórios indígenas e das comunidades rurais, que atualmente, se encontram sob ameaça constante.

O incremento do pacote tecnológico da Revolução Verde resultou no agravamento de diversos problemas sociais e ambientais, que a história do desenvolvimento da agricultura no país perpetuava, assumindo a forma de modernização conservadora. (HESPANHOL, 2008 apud CARNEIRO, 2015, p.117)

Como já dito a cima, o incremento da Revolução Verde resultou em diversos problemas sociais e ambientais, daqui em diante citarei alguns destes que impactam diretamente a vida dos povos tradicionais, no entanto, vale um momento de relembrar a situação histórica destes povos, de quem são eles e do papel político e de resistência que eles construíram no passado e que continuam a construir hoje.

A história indígena no Brasil inicia-se, como se sabe, milhares de anos antes da fixação dos portugueses e espanhóis na América, e de modo diferente ao que se é possível observar hoje os diversos povos a que chamamos indígenas outrora ocuparam o território brasileiro por completo (Carneiro da Cunha, 2009, p. 12). A garantia das Terras Indígenas (doravante TI's), que fora da região norte muitas vezes não passam de marcos geográficos pontuais, é uma história de resistência aos invasores que teve início logo nos primeiros contatos e segue até os dias de hoje.



Se nos primeiros vinte anos esta resistência tinha a forma da aliança e do escambo, após este período as relações entre ameríndios e portugueses passaram a tomar a forma de conflitos, guerras e escravidão (MONTEIRO 2016, p.33).

Se já na Europa os portugueses se relacionavam com a terra através de uma política de sesmaria, o sistema não funcionou do mesmo modo ao ser implantado no Brasil. Segundo Prioste (2016, apud PORTO,[s.d.], p. 46-7), “enquanto no Portugal dos fins do século 14, a prática do sesmarialismo gerou, em regra, a pequena propriedade, no Brasil foi a causa principal do latifúndio”. Assim apesar de vários donatários terem sido expulsos de suas terras no princípio da colonização (como por exemplo Francisco Pereira Coutinho, Duarte da Costa, Pero de Góis entre outros⁴) muitas tentativas de instalação de fazendas que tinham como base o trabalho escravo obteve sucesso, principalmente em São Paulo e Pernambuco.

Os maiores responsáveis pela provisão de escravos nos primeiros séculos da colonização foram os bandeirantes, e seus alvos prediletos foram as missões jesuíticas. Por falarem uma língua semelhante a dos paulistas, que então se comunicavam em tupi, e por estarem habituados ao trabalho sistemático das missões, entre outros fatores, os Guarani das missões paraguaias tornaram-se objeto de cobiça dos moradores de São Paulo (Prezia 2017, p.102), situação que fez surgir uma “nova forma de organização para preação de índios do sertão: a bandeira de larga escala” (MONTEIRO 2016, p.38).

Contudo este modelo de bandeirantismo já enfrentava sérios obstáculos na década de 1630, e a vitória militar dos Guarani sobre uma grande bandeira paulista em Mbororé (no ano de 1641) marcou o final de uma época (ibid., p.41). Enquanto durou, o bandeirantismo de larga escala capturou entre 180 e 200 mil Guarani (MONTEIRO 1994, p.68 apud Santos 2017, p.223) e durante os 50 anos em que fora abastecida com esse enorme contingente de escravos, a vila de São Paulo dificilmente contava com um contingente populacional maior do que 100 pessoas (Santos 2017, p.223).

Para Darcy Ribeiro (1996) a expansão da sociedade nacional teve três fronteiras principais: a extrativista na Amazônia, a pastoril no Nordeste e no Brasil central e a

⁴ Cf. PREZIA, 2017



agrícola na Floresta Atlântica. Com o avanço das fronteiras do que o autor chama de "civilização" os diversos povos que ocupavam vastas áreas nestas três grandes regiões foram sendo cada vez mais postos de lado, para que se abrisse passagem para o progresso – entenda-se, para a produção capitalista.

Em sua investigação, Ribeiro (ibid., p.493) conclui que a dinâmica da sociedade nacional é determinante para o futuro dos povos indígenas de modo que a integração dos mesmos à sociedade nacional é uma "ameaça permanente de desintegração das etnias" (ibid.,p.499). Felizmente, o pessimismo de Darcy, fruto de sua época, se mostrou precipitado e os povos indígenas do Brasil além de não terem "acabado" ainda vêm na maioria dos contextos aumentando, como mostra Oliveira (1998) por exemplo no contexto dos índios do nordeste, onde existiam dez etnias na década de 1950, enquanto em 1994 já somavam 23 (ibid., p.47), aumento que se deu à grande vitória indígena na constituinte de 1988, a partir da qual vários direitos e garantias dos povos indígenas do Brasil foram reconhecidos.

Atualmente existem no Brasil cerca de 896,9 mil indígenas, em uma pluralidade de etnias muito grande ao todo 305 etnias e 274 idiomas, segundo o censo de 2010 do IBGE, estes povos estão espalhados pelo território nacional.

Os conflitos envolvendo os povos indígenas continuam sendo recorrentes no Brasil, na maioria das vezes como consequência da má distribuição de terras, implantação de grandes projetos de mineração e de hidreletricidade e conflitos agrários de modo geral. Os povos indígenas são atingidos de diversas formas pelas ações predatórias destes agentes. Gondim (2015) relata em seu texto que os indígenas Tremembé de Almofala, etnia que reside no litoral oeste do estado do Ceará vivem em uma área com cerca de 4.900ha mas que sofrem os impactos dos fatores externos

A área foi identificada e delimitada no começo dos anos 90, entretanto, até hoje os índios ainda lutam pela demarcação que deverá garantir a posse definitiva do território que vem sendo alvo de muitas disputas envolvendo principalmente a empresa Ducoco – indústria de beneficiamento de coco que ocupa mais de um terço da área indígena – e a família Monteiro – família influente na política local e que tem intermediado a instalação de parques eólicos com o interesse de arrendar suas terras para a instalação dos mesmos. (páginas não numeradas)



Ao longo do texto a autora relata que o avanço do agronegócio da monocultura do coco tem causado problemas sérios que interferem na cosmologia dos Tremembé, para além de impactos ambientais tais como estiagens cada vez mais severa, coisa que outrora os Tremembé não vivenciaram. No entanto, os indígenas continuam a se organizar e fazer resistência a todas as violências que são cometidas contra eles.

Dentre muitos outros casos destaco aqui um que é talvez o de maior visibilidade, o dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, na mira da mídia brasileira pois ficou muito conhecida a expulsão de suas terras ao longo dos anos. O estado de MS conta hoje com uma realidade intensa de monocultura, que esta vinculada com os interesses do capital estrangeiro e sob as bases do agronegócio.

À medida que o espaço ocupado pelas comunidades Kaiowá foi sendo envolvido pelos colonizadores e o desmatamento e a ocupação com pastagens ou agricultura foram forçadas a se deslocar para as reservas demarcadas ou a se dispersar em pequenos grupos ou famílias nucleares, empregados como peões em fazendas da região. O discurso dos Kaiowá (ainda vivos) que presenciaram o processo de perda das terras ocupadas por suas parentelas, revela que estes índios mantêm viva a memória da forte pressão que receberam dos primeiros fazendeiros. (PEREIRA, 2016, p. 65-66)

Os Kaiowá ainda guardam a memória da violência que sofreram porque ela está no passado tanto quanto se reproduz no presente, para eles, a perda do território e da terra implica em um processo simultâneo de distanciamento das práticas religiosas e logo, das suas particularidades enquanto povo (ibid.)

Um destes processos de distanciamento, que exemplificamos aqui são as queimadas, praticada historicamente pelos Kaiowá para limpar e preparar o solo. Mas que, nas palavras de Pereira (2016).

Atualmente, é consenso que a queimada se tornou um sério problema ambiental. Entretanto, é necessário registrar que esta não parece ser necessariamente a compreensão da maioria dos Kaiowá, pois eles atribuem outras causas ao fenômeno do descontrole dos incêndios que assolam suas reservas. Para o observador externo, a principal causa da expansão do fogo é a infestação de gramíneas altamente resistentes, como o colonião e a baquearia, plantas desconhecidas na região até serem introduzidas pelos criadores de gado há poucas décadas. Essas gramíneas produzem uma enorme quantidade de massa verde que, no caso das reservas indígenas, não é consumida pelo gado. A massa verde de capim se acumula, formando um colchão sobre o solo. Com a estiagem que acontece na região no final do inverno (agosto-setembro), essa vegetação fica completamente seca e o fogo encontra um enorme depósito de combustível, provocando incêndios que podem atingir proporções incontroláveis. É comum



acontecerem incêndios colossais que chegam a queimar toda a reserva, não poupando nem mesmo casa e plantações (p. 85-86)

Podemos concluir a partir da contribuição do autor que atualmente as práticas e costumes tradicionais vem sendo comprometido devido a fatores externos com os quais os Kaiowá não possuem quaisquer relações. Este problema que se agrava hoje é consequência do avanço agropecuário na região.

Alguns outros relatos destes impactos encontramos em dois minidocumentários um deles de 2016, Para Onde Foram as Andorinhas⁵, o curta aborda os impactos das mudanças climáticas e principalmente relacionada aos agrotóxicos que são despejados ao redor do Parque Indígena do Xingu e como isso tem impactado negativamente a vida dos indígenas que ali residem.

O segundo minidocumentário foi lançado recentemente em plataforma digital, dia 29 de maio de 2018, Antes da Chuva⁶, este trata dos coletores de sementes da região do Xingu e Araguaia e como estes sujeitos percebem as mudanças climáticas e as suas consequências para a vida dos povos indígenas da região e no dia a dia.

Este artigo centra-se na questão indígena, mas apesar de realidades diferentes outros grupos são atingidos pelas mesmas políticas, parece haver certo padrão histórico mesmo em contextos singulares de luta contra fazendeiros, empresas do agronegócio, entre outros empreendimentos. Os exemplos são a perder de vista, Chapada do Apodi, RN, comunidade indígena Tapuya Kariri, CE, O caso Lucas do Rio Verde, MT, dentre muitos outros⁷.

As Lutas travadas pelas Etnias Indígenas.

Diante desta realidade compartilhada não só por etnias indígenas, mas por grande parte das pessoas que vivem nos campos. Há de se evidenciar aqui que diante

⁵ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/premiado-curta-lancado-para-internet-alerta-para-mudancas-climaticas-no-xingu>

⁶ Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/minidocumentario-antes-da-chuva-estreia-em-plataformas-online?utm_source=isa&utm_medium=facebook&utm_campaign=Antes+da+Chuva

⁷ Cf. CARNEIRO, 2015



das lutas e da resistência destes povos algumas etnias já conquistaram a demarcação de seus territórios e podem fazer valer sobre eles a sua autonomia, de práticas rituais assim como de alimentação, das suas moradias e de tudo mais que lhes envolva na vida cotidiana.

A conquista mais concreta dos povos indígenas no Brasil em termos territoriais foi provavelmente a Constituição de 1988, vigente no país até os dias de hoje. Nela o Estado assume responsabilidades jurídicas para com os povos indígenas do país principalmente em seus artigos 231 e 232, dos quais destacamos os seguintes trechos:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...]

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. [...]

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Constituição, 2009)

Estes dois artigos são um aglomerado de direitos que os povos indígenas passam a possuir e também alguns deveres que competem ao Estado para a garantia destes direitos, principalmente aquele que se refere às "terras tradicionalmente ocupadas".

As mobilizações para manter seus direitos é feita de diversas formas, uma delas que foi extremamente divulgada, se trata dos Kaiowá citados acima, o caso emblemático em outubro de 2012 quando houve uma importante mobilização desde grupo pelo Facebook.

[...] o perfil da Aty Guasu no Facebook divulgou uma carta escrita pelos indígenas do acampamento de Pyelito Kue (Iguatemi), na qual, diante de uma ordem de despejo decretada pela Justiça Federal, eles declaravam que, se os brancos insistissem em tirá-los do pedaço de terra que ocupavam, estariam decretando sua "morte coletiva". Interpretado como o anúncio de um suicídio coletivo, o documento teve enorme repercussão na internet, despertando a atenção de um



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

grande número de pessoas para a questão em Mato Grosso do Sul. Milhares trocaram seus nomes em redes sociais, agregando a denominação “Guarani-Kaiowa” a seus perfis. Muito além de missionários religiosos e antropólogos, os grupos de apoio hoje incluem redes de advogados, psicólogos, geógrafos, jornalistas, artistas, além de militantes de partidos políticos, grupos ecologistas e acadêmicos de áreas tão distintas como a música ou a comunicação (Pimentel, 2015, p. 814).

Este tipo de mobilização revela uma característica cada vez mais política que os indígenas vêm tomando para a proteção dos seus territórios e contra a perda de direitos.

Outro exemplo de resistência é o do Povo Ashaninka do Rio Amônia, eles são moradores da Aldeia Apiwtxa, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, cerca de 800 habitantes no município de Thaumaturgo, AC, Brasil. A maior parcela do povo Ashaninka está no Peru, somando cerca de 99 mil pessoas distribuídas em Terras Indígenas entre o Brasil e o Peru (POVO INDÍGENA DO RIO AMÔNIA, 2016).

A conquista do seu território veio através de muita luta contra os não índios, que exploravam madeira e outros recursos naturais na área, através de muita mobilização e enfrentamento os Ashaninka do Rio Amônia expulsaram de suas terras estas pessoas que exploravam os recursos da terra (ibid.).

Atualmente os Ashaninka possuem uma associação, fundada em 1993, que carrega o nome de Associação Apiwtxa. Sabendo que não era possível proteger a região sem o apoio do entorno, os Ashaninka mobilizaram e articularam parcerias que tornou possível "evidenciar os problemas socioambientais da fronteira e encaminhamos resoluções para essa problemática" (ibid., p. 22).

A demarcação oficial de suas terras só veio a acontecer em 1992, e neste mesmo ano já se iniciará o Planejamento e Gestão Territorial e Ambiental da terra indígena e da organização comunitária. Os Ashaninka após terem o reconhecimento de seus territórios implementaram diversas políticas internas de restauração e de manutenção de seu território.

O filme documentário *A Gente Luta Mais Come Fruta*, de 2006, conta a história da luta que eles travam com madeireiros que tentam invadir seus territórios, e por outro lado, o documentário aborda o manejo agroflorestal realizado pelos Ashaninka na aldeia



Apiwtxa. O livro produzido pelos Ashaninka, (POVO INDÍGENA DO RIO AMÔNIA, 2016) aponta mais alguns aspectos da luta deles e defesa e pelo manejo em suas terras.

Os Ashaninka são hoje, sem dúvida, um grande exemplo da força e das conquistas dos povos indígenas no Brasil que conseguiram o reconhecimento de seu território e podem enfim praticar os seus manejos e implementar, de fato a soberania alimentar. Infelizmente os povos indígenas no Brasil são atacados de diversas formas, apesar da constituição, não possuem o reconhecimento de seus direitos e tão logo encontram-se à margem das questões nacionais.

Conclusão

A discussão realizada neste trabalho caminhou em um sentido mais amplo de abordagem das questões da ordem do dia tanto no campo das Ciências Sociais assim como para a Geografia e diversas outras ciências.

Abordou-se de maneira ampla e geral a formação social brasileira e como ela é fator importante para se entender a questão da terra no Brasil hoje. O Brasil historicamente praticou exportações de matéria prima e isso traz consequências ainda hoje. Este tema foi citado no presente artigo devido à expansão notória do capitalismo no campo e das implicações deste para a vida dos povos tradicionais.

Povos estes que ainda existem e resistem ainda com o passar do tempo. A população indígena, segundo o IBGE, no último censo, cresceu cerca de 11,4%. Estimasse que na década de 1990 o ritmo de crescimento da população chegava a ser seis vezes maior do que a população nacional. Este dado diz por si só que os povos indígenas no Brasil continuam a existir.

No entanto com vimos, eles permanecem na mira de diversos ataques civis-empresariais. Muitos destes indivíduos relacionados ao agronegócio e que comprometem a autonomia e soberania destes povos seja os expulsando de suas terras ou se utilizando indiscriminadamente de agrotóxicos que agredem o meio ambiente e estes povos.

Em meio a este quadro supracitado observamos a resistência dos povos tradicionais existe de diversas formas e que a Soberania Alimentar é antes de só o ato de



poder cultivar o alimento da forma como os povos acham apropriado também é uma ação política de resistência e de se colocar frente ao que eles não compactuam de forma grandiosa.

Referências Bibliográficas

A GENTE LUTA MAIS COME FRUTA. Direção: Wewito Piyãko; Isaac Pinhanta. Projeto Vídeo nas Aldeias, 2006. 1 filme, (40 min), NTSC, color.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Ed. Edipro, 2009.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. Revista Nera. Ano 19, nº 32- Dossiê. Pp 34-55, 2016.

CARNEIRO, F. F. (Org). : um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/ Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro:EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009

COCA, E. L. F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. Revista Nera. Ano 19, nº 32- Dossiê. Pp 14-33, 2016.

FREYRE, G. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2006.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

PEREIRA, L. M. Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.

POVO ASHANINKA DO RIO AMÔNIA, Protocolo de Serviços Ambientais dos Ashinanka da Terra Indígenas Kampa do Rio Amôneia. Aldeia Apiwtxa, Marechal Thaumaturgo-AC, Abril de 2016.



PRADO JR. C. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliene, 2004.

PREZIA, Benedito. História da resistência indígena: 500 anos de luta. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

PRIOSTE, Fernando Gallardo Vieira, p. 102-118. SOUZA FILHO, Carolis Frederico Marés de (Coord.); BERGOLD, Raul Cezar; CALEIRO, Manuel Munhoz; MAMED, Danielle de Ouro (Orgs.). Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira. Curitiba, Letra da Lei, 2016

GUIMARÃES, A. P. Quatro Séculos de Latifúndio. São Paulo, Editora Fulgor, 1964.

GONGIM, J. M. Mães d'Água, Caipora e conflitos socioambientais na Área Indígena Tremembé de Almofala. XI Reunión de Antropología del Mercosur, 30 de noviembre al 4 de diciembre de 2015, Montevideo, Uruguay.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Direção: Silvio Tendler. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, 2011. 2 filmes, v. 1 (49 min), NTSC, color.

SANTOS, Lucas Keese dos. A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya. Dissertação, USP, 2017.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. D. Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos. MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores, 2013.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Em Mana 4(1), 1998.

MONTEIRO, J. M. Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial. In: DANAGA, A. C.; PEGGION, E. A. (Org.). Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares. São Carlos: EdUFSCar, 2016.



OS JÊ MERIDIONAIS E OS DIFERENTES OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NO ENTRE-LUGAR

Tayná Bonfim Mazzei Mazza¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a história indígena da região do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e norte de São Paulo durante o período colonial, com vistas a apresentar os contatos interétnicos e intertribais que se deram nesse período histórico, sobretudo com relação aos Jê Meridionais, para pensar os processos de construção e (re) construção da identidade étnica. Levanta-se o argumento de que a identidade dos Jê Meridionais jamais poderia ser dada em termos de uma unidade, na medida em que diante de diferentes agentes na história, acionaram diferentes identidades, num jogo consciente de escolhas e formas de se pregar a alteridade, constituindo uma complexa rede de relações. Trata-se, neste trabalho, de interpretar a história a partir dos vestígios documentais lidos sob a perspectiva da alteridade, com o aporte das teorias antropológicas clássicas e das teorias pós-colonialistas, buscando o constante diálogo entre a História, com o estudo dos conteúdos conscientes, e da Antropologia, com os estudos das formas inconscientes; uma vez que articuladas uma é complementar à outra, permitindo a construção de um quadro mais abrangente das dinâmicas indígenas e dos processos históricos vivenciados por essas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Etnologia. História Indígena. Identidade. Entre-Lugar.

Introdução

Este ensaio tem como intuito discutir a história indígena da região do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e norte de São Paulo durante o período colonial, com vistas a evidenciar os contatos interétnicos e intertribais que se deram nesse período, utilizando

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena da Universidade Federal de Uberlândia (GEPAEHI). E-mail: tayna_mazza@hotmail.com.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

desses fluxos históricos para pensar a construção da identidade étnica dos Jê Meridionais no Entre-Lugar.

Segundo John Manuel Monteiro (2001), apesar dos não-índios terem chegado ao Brasil em abril de 1500, foi apenas no final do século XVI que começaram a surgir relatos com o intuito de descrever as populações indígenas habitantes no Brasil. Entre os mais descritivos relatos estão os do senhor de engenho e sertanista Gabriel Soares de Sousa, em *Tratado Descritivo*, e os do jesuíta Fernão Cardim, em *Tratados da terra e gente do Brasil*, que nos proveram percepções e imagens dos indígenas acumuladas ao longo do século XVI pelos não-índios.

No entanto, grande parte das tentativas de descrições de povos tão diversos foram de encontro a construção de imagens estereotipadas e pouco condizentes com as realidades desses povos. Nestas descrições, encontramos a invenção de uma série de nomes étnicos e de categoriais sociais criadas para classificar e fazer compreensível todo o repertório étnico existente e desconhecido pelos não-índios. Foram essas classificações que determinaram, durante o período colonial, as relações entre estes e os nativos.

Em consonância, os relatos descritivos e documentos históricos produzidos durante o período colonial nos mostram o posicionamento os indígenas de acordo com os diferentes agentes coloniais, criando tensões “entre as políticas que buscavam ou assimilar ou excluir as populações indígenas” e “acirrava-se a disputa entre aqueles que defendiam a “civilização e catequese” dos índios, e aqueles “parciais ao afastamento ou mesmo extermínio das populações nativas.” (MONTEIRO, 2001, p. 29). Dessa forma, os indígenas, vistos dentro da criada dicotomia Tupi/Tapuia, tiveram seu destino de certa forma traçado pelos não-índios.

Por esta realidade, sabe-se hoje que antes mesmo de se estudar, pesquisar e escrever sobre a história indígena no Brasil, “é preciso antes rever a tendência seguida por sucessivas gerações de historiadores e antropólogos que buscaram isolar, essencializar e congelar as populações indígenas em etnias fixas. [...]” (MONTEIRO, 2001, p.24), para que não se cometa esses mesmos enganos.

Nos últimos anos, pesquisadores “verificaram uma forte reversão dessa expectativa” (extinção/ aculturação dos povos indígenas) “apresentando, como componente importante, um novo protagonismo reivindicado pelos próprios indígenas” (MARTINS, 2009, P. 162; apud FERREIRA FILHO, 2015, p. 11). Almeida aponta que



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Essas ideais já não se sustentam, vários estudos antropológicos nas últimas décadas vêm demonstrando a capacidade dos povos indígenas em rearticular suas culturas, tradições e identidades, mesmo submetidos às mais violentas condições. As novas tendências teóricas da História e da Antropologia, que historicizam os conceitos de cultura e etnicidade têm fundamentado inúmeras pesquisas empíricas de caráter regional, nas quais os diferentes povos e comunidades indígenas, integrados ou não as sociedades envolvidas, aparecem como sujeitos históricos que agem politicamente a partir de interesses próprios, continuamente transformados nas dinâmicas de suas relações sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 33; apud FERREIRA FILHO, 2015, p. 12).

Estudos empreendidos por uma gama de pesquisadores nas áreas das Ciências Sociais, permitem, cada vez mais, que consigamos compreender as próprias armadilhas que o fazer ciência nos coloca, se não feito o trabalho minucioso de constante revisão do que foi dado como verdade. Nesse sentido, busca-se apresentar uma história indígena sem essencializações, sem modelos pré-definidos, sem determinismos, voltada a compreendê-la tal como se é: dinâmica, imperfeita, transitória, processual. Não é pela raiz da árvore do conhecimento que se melhor apreende o real, nem pelos polos binários. Segundo Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, é pelo rizoma. Na medida em que não basta dizer o múltiplo, já que “nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 21), é necessário encontrar o múltiplo nas dimensões de que dispomos, quais sejam, as que se mostram a nós enquanto fenômeno, subtraindo tanto das próprias experiências empíricas, quanto dos documentos, quanto dos vestígios materiais a multiplicidade que lhes é intrínseca. Buscando compreender essas realidades não pelas raízes, mas pelos platôs, nos interstícios, nas fronteiras, nos fluxos da história.

Para tanto, a leitura dos eventos históricos se realiza a partir do paradigma indiciário, pois como se refere Carlo Ginzburg (1989, p. 177) “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”, mostrando dinâmicas antes não vistas e verdades ainda não encontradas. Ainda muito importante neste trabalho foi Marshall Sahlins, que em seu trabalho *Ilhas de História*, sobre o capitão Cook, nos afirma que “mais uma vez, a história havaiana certamente não é a única em demonstrar que a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e



mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia” (SAHLINS, 1990, p. 180). O que quer dizer que a cultura é historicamente ordenada, assim como a história é culturalmente ordenada, tendo em vista que os processos dinâmicos de transformação são próprios do modo de reprodução da cultura.

O sertão do gentio Cayapó: do documento aos fluxos históricos

Segundo Robert Mori (2015, p. 13) o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba era conhecido até meados do século XIX como “Sertão da Farinha Podre”, quando as bandeiras paulistas avançavam em busca de riquezas. Ao longo da história outros nomes foram dados à região, como “Sertão do Gentio Cayapó”², sendo a região do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba na época correspondentes ao sul da Capitania de Goiás.

O termo “Gentio Cayapó” foi utilizado pela primeira vez, como se depreende da documentação histórica, em 1723, pelo sertanista Antônio Pires de Campos, indicando que “Este gentio é de aldêas, e povoam muita terra por ser mui'a gente, cada aldêa com seu cacique...” (1862, p. 437, apud JUNQUEIRA, 2017, p. 20). Embora muito encontrado posteriormente em relatos de viajantes, cartas, descrições, essa nomenclatura não nos esclarece de fato quem eram esses povos, já que o termo é de origem exógena, Tupi, e significa “como macaco” (TURNER, 1992). Hoje sabemos que os próprios Kayapó se autodenominam “mebêngôkre, etnônimo, cuja tradução ao pé da letra seria algo como “os que vieram (me bê), água (ngô), buraco (kre)” (MUSEU DO ÍNDIO), algo como “gente do espaço dentro da(s) ou entre a(s) água(s)” (TURNER, 1992, P.311). E ao que parece, “o termo “Cayapó”³ é um apelativo aplicado por um olhar estrangeiro a uma série de grupos provavelmente associados aos Jê Meridionais.” (MANO, 2015, p. 520).

Apesar dos Mebêngôkre não se autodeterminarem, nem se autoidentificarem pela terminologia Kayapó, essa exo-definição foi intensamente utilizada na história para

² A região recebeu diferentes denominações, como “Sertão do Rio das Velhas”, “Sertão do Novo Sul”, “Sertão dos Novos Descobertos do Paranaíba” e, por fim, “Sertão da Farinha Podre” (PONTES, 1978, apud MORI, 2015, p. 13)

³ O termo Cayapó é utilizado nos documentos oficiais, relatos e descrições utilizados neste trabalho; já o termo Kayapó é o adotado e utilizado pela Associação Brasileira de Antropologia.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

identificar esses grupos indígenas em situação de contato com os não-índios. Por esse motivo, é plausível esclarecer que esses grupos indígenas continuam utilizar o termo Kayapó ainda hoje, quando a incorporação dessa terminologia (que tem significado para os não-índios) os permitem assegurar, no jogo político, o “reconhecimento” de uma identidade reivindicada, ao buscar no passado uma liderança “não importa se efetiva ou idealmente”, que vá “traçar vínculos genealógicos e remeter a um passado mais pretensamente indígena” que “também funciona como um atestado da organicidade do grupo” (CARVALHO, 2011, p. 342).

Esse resgate de identidade, mesmo que forjado, vai permitir aos denominados Kayapó a reivindicação de terras, como ocorreu no século XIX com o litígio Kayapó no Triângulo Mineiro, quando demandaram áreas de aldeamentos, que, a princípio, não eram deles, por não existir documentos que comprovassem a existência de aldeias Kayapó nessa região. Mas que posteriormente foram esclarecidas como áreas de pertencimento dos Kayapó, quando da existência de documentos como “o registro de cinco aldeamentos, a saber: de São Francisco de Sales, de Santana, Boa Vista, Pessarão, Rio das Pedras e São Domingos, em forma de “alvará ou carta régia de antiga data, concedendo terras aos índios que habitavam o rio das Velhas confluyente do rio Grande ao correr da estrada que segue da Província de São Paulo para a de Goiás”” (MATTOS, 2006, p. 147).

No período colonial, os Jê Meridionais parecem ter ocupado um extenso território desde o norte de São Paulo até as imediações do Distrito Federal, e no sentido leste – oeste, do atual Triângulo Mineiro até ao norte do Mato Grosso do Sul. (MANO, 2015, p. 521). O contato dos Jê Meridionais com os não-índios teve início já nas primeiras décadas do século XVII. Segundo Vasconcelos (2013), a partir de documentos históricos, têm-se evidências de que por um período esse contato foi pacífico e de que as aldeias indígenas serviram de ponto de parada e reabastecimento das bandeiras paulistas que adentravam o Brasil Central.

Essa realidade só mudou quando as bandeiras começaram a estabelecer uma relação de escravização com esses grupos, a partir da expansão da economia mineradora, quando o “bandeirismo” assinalava já o seu motivo fundamental: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para a manutenção da agricultura paulista. (MONTEIRO, 1994, p. 57; apud RASTEIRO, 2015, p. 36).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Com grande população, os Jê Meridionais eram vistos no XVIII e XIX como um obstáculo ao avanço da “civilização”, ligada a descoberta de minas auríferas no início do século XVIII, que decorreu num grande contingente de imigrantes para essa área. Não fossem as guerras intertribais empreendidas entre os Kayapó, Xerente, Xavante, os embates mais conhecidos a partir desse momento foi entre os Jê Meridionais e os não-índios, que avançavam cada vez mais sobre o território desses grupos. O local de maior contato e conflito era a estrada conhecida como “Caminho de Goiás”, que cortava a atual região do Triângulo Mineiro, já que era um local estratégico para o escoamento de ouro para São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse momento, a política da Colônia em relação aos índios da região era somente voltada à sua expulsão dos caminhos e regiões de mineração. E com a desculpa de manter a salvo a população de não-índios ali existente devido aos inúmeros conflitos, “em 1742, Dom Luiz de Mascarenhas dava instruções claras para a conquista, escravização e extermínio dos Kayapó.” (JUNQUEIRA, 2014, p. 17).

Ainda importante apontar que pouco mais tarde, com o declínio da economia mineradora, “tais regiões sofreram um enorme esvaziamento populacional e aqueles que ali permaneceram promoviam a ascensão da economia agropecuária e, com o advento desta, os índios não eram somente expulsos, mas deveriam ser “domesticados” ou mortos”. (GIRALDIN, 1997; ATAÍDES, 1998; KARASCH, 1998; apud VASCONCELOS, 2013, p. 35).

O tal “Gentio Cayapó” possui a guerra como um dos mais importantes aparatos do seu modo de lidar com a alteridade. Seu poderio bélico foi descrito em diversas ocasiões, como a descrição feita por Antônio Pires de Campos (1976, p. 182), quando afirma que,

As armas de que usam são arcos muito grandes e flechas muito compridas e grossas, e também usam muito de garrotes, que são de pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça; e é a arma de que mais se fiam, e se prezam muito dela. (CAMPOS, 1976, p. 182)

O instrumento indicado é a borduna, instrumento de esfacelamento do crânio do inimigo, utilizado por outros grupos indígenas, inclusive pelos Tupi, que dão o nome ao instrumento de mesmo uso de Ibirapema, utilizado nos rituais antropofágicos na morte



do prisioneiro. O uso dessas bordunas pelos Jê Meridionais lhes deu a denominação de Bilreiros⁴ na documentação histórica. (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998; MONTEIRO, 1994).

Odair Giraldin (1997) assinala a existência de outros povos indígenas que estavam localizados nos limites do território dos Jê Meridionais, como os Payaguá, os Xacriabá, os Xavante, os Avá-Canoeiro e os Bororo. (GIRALDIN, 1997, p. 57; apud MORI, 2015, p. 23). Robert Mori (2015, p. 25) propõem que a existência de outras etnias indígenas na mesma área de ocupação dos Jê Meridionais pode ter favorecido que outros grupos indígenas tenham empreendido ataques, conflitos e mortes, que foram atribuídas aos Jê Meridionais, ocasionando então na generalização do termo “gentio Kayapó”.

Houveram diferentes formas de combate ao “gentio” Kayapó. A construção de presídios⁵ para a captura de indígenas foi uma delas, comandados por soldados que eram pagos para manter vigia, com a ajuda de alguns índios “civilizados” / “mansos”. Mas estes presídios não duraram muito, já que poucos anos mais tarde foram criados pela Colônia regimes de guerra contra os índios, a fim de que não deixassem sobreviventes, levando a guerra de etnia a etnia. Os constantes ataques que os Jê Meridionais mantinham em relação aos não-índios incomodava cada vez mais, e a “solução” encontrada, vinda da Câmara de São Paulo, “foi a proposta de combate aos Kayapó do Sul, ou seja, a criação de duas campanhas pagas e lideradas por um comandante”. (MORI, 2015, p. 32). E logo em seguida foi dada autorização de Conde de Sarzedas e Dom Luís Mascarenhas permitindo a qualquer morador da região a realização de combates contra os Kayapó do Sul, já que todos estavam insatisfeitos com o modo “hostil” Kayapó e seus ataques, e podiam inclusive “dar por captivos todos os que apanharem” (MASCARENHAS, 1740; apud MORI, 2015, p. 33).

Ainda segundo Robert Mori (2015), essas estratégias continuaram a não surtir o efeito esperado, até que resolveram chamar o sertanista Antônio Pires de Campos, que já havia estado em Mato Grosso combatendo e raptando Bororos para serem “administrados” em São Paulo, já que era mais eficiente fazer guerra contra grupos

⁴ A denominação Bilreiros se deve a semelhanças das bordunas dos Kayapó Meridionais com o Bilros, instrumentos utilizados para a confecção de rendas.

⁵ Para mais informações ver *Viagem Pitoresca Através Do Brasil*. RUGENDAS, João Maurício. 1979.



indígenas a partir de outros grupos indígenas⁶ (que ora estabeleceram relações inimigas, ora relações de interesse). Dessa forma,

[...] em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa optou por instituir mediante um ajuste (contrato) celebrado com o sertanista Antônio Pires de Campos, aldeamentos indígenas⁷ habitados por indígenas de diferentes regiões da América portuguesa, e que foram assentados no Caminho dos Goiáses, entre os Rios Grande e o Paranaíba. [...]. Se essa estratégia de guerra, como veremos, não teve a eficácia desejada pelos membros do governo português no combate aos Kayapó do sul, foi certamente a mais duradoura. (MORI, 2015, p. 1)

Assim, com um contingente de Bororos, Paresis e mestiços submetidos a seu regime, Antônio Pires de Campos foi encarregado do combate aos Kayapó, sob a égide de “guerra justa”, aquelas guerras que acontecem “quando o inimigo (nesse caso os índios) recusa a conversão ou impede a propagação da fé católica, praticando hostilidades contra os portugueses ou aliados ou, então, rompendo algum pacto celebrado”, sendo que para aqueles sobreviventes “recaía ainda a permissão da escravidão legal” (PERRONE-MOISÉS, 1992; apud MORI, 2015, p. 38).

Foram décadas de guerras entre os Jê meridionais e os não-índios, que embora tentativas incessantes, não chegaram a conseguir cumprir o que pretendiam: a aniquilação total desse povo. E após as inúmeras tentativas infrutíferas de se combater os Jê meridionais, foi constituído o primeiro aldeamento para receber esses grupos, Maria I, em 1780, chegando a reunir por volta de 600 guerreiros e suas famílias, estimando-se aproximadamente 3.600 índios. (VASCONCELOS, 2013, p. 35). No entanto, vale ressaltar que continuamente os aldeamentos não foram empecilho para a continuação dos conflitos entre os Jê Meridionais e os não-índios, e mesmo após a

⁶ Quanto a questão de utilização de índios para guerrear contra outros índios, “segundo os documentos consultados, isso se deu em virtude do uso das armas indígenas confeccionadas com matéria-prima encontrada nas matas e que não demandavam custos financeiros para sua aquisição, nem sofriam danos na transposição de rios caudalosos. Outros fatores preponderantes eram o conhecimento do ambiente – o bioma Cerrado – e a capacidade dos indígenas em conseguir produtos comestíveis por meio da caça, da pesca, e coleta de plantas, (...) importantes para a sobrevivência das expedições guerreiras [...]” (MORI, 2015, p. 116).

⁷ Aroldo de Azevedo (1959, p. 23) diferencia duas categorias de habitações indígenas: a aldeia, “povoado construído pelos próprios índios”, com recursos de sua técnica primitiva e de acordo com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada”; e o aldeamento de índios, “de origem religiosa ou leiga” que seria uma expressão utilizada para diferenciar os aglomerados “espontâneos” (aldeias) pelos não-índios, os “aldeamentos” (1959, p. 26; apud MORI, 2015, p. 74).



morte de Antônio Pires de Campos, as ofensivas contra estes povos seguiram sendo realizadas por Manuel Campos Bicudo e João Godoy, sobretudo no “Caminho de Goiás”. Após os ataques sofridos, segundo Giralдин (1997) citado por Vasconcelos (2013, p. 36), os Jê Meridionais se instalaram no extremo oeste do Triângulo Mineiro, na confluência do rio Paranaíba e Grande.

Outros aldeamentos anteriores e com diferentes propósitos de Maria I foram construídos, como Rio das Pedras, primeiro aldeamento de Goiás construído ainda sob a jurisdição da Capitania de São Paulo; e Santa Ana do Rio das Velhas, criado em 1750, sendo ambos entre os Rios Grande e Paranaíba. Esses aldeamentos tinham o propósito de “serem locais para defesa do Caminho dos Goíases e demais arraiais da Capitania de Goiás contra os ataques dos Kayapó do Sul.” (MORI, 2015, p. 76). No Rio das Pedras “foram deslocados os Paresí e os Bororo, oriundos do Mato Grosso, totalizando em Setembro de 1748, trezentos índios entre adultos e crianças [...]” (Idem, 2015, p. 79).

Muitos foram os aldeamentos instalados no período colonial na região do “Sertão da Farinha Podre”. O aldeamento Rio das Pedras serviu especialmente para conter o contingente de indígenas sob o comando de Antônio Pires de Campos, composto por Bororos, Paresís, mestiços. O aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas estava sob o comando do Padre jesuíta José de Castilho, que atuava na catequização e “conversão” desses indígenas, principalmente das crianças. E Maria I estava voltada ao recebimento e contenção dos Jê Meridionais, amplamente influenciado pelos interesses da Coroa em manter cativos esses grupos que tanto eram resistentes aos ataques e violências dos não-índios.

Não obstante o incessante conflito entre os Jê Meridionais e os não-índios, de acordo com Marcel Mano (2015) a área que compreende o Triângulo Mineiro, oeste de Minas e sul de Goiás foi palco de uma complexa rede de contatos entre diferentes agentes históricos. Desde a década de 1730,

Uma itinerância da sociedade colonial em direção aos sertões colocou em movimento sujeitos de diferentes estamentos sociais: homens livres pobres, mestiços, negros forros, foragidos, garimpeiros, roceiros, índios escravos, agentes do poder colonial etc. (Amantino, 2001; Barbosa, 1971; Souza, 2004) se locomoviam desde o oeste de Minas cruzando o alto rio São Francisco e a Serra da Canastra em direção ao atual Triângulo Mineiro e sul de Goiás. Mas



ao se porem em marcha, esses diferentes sujeitos entraram ainda em contato com diferentes outros. (MANO, 2015, p. 512).

Os Jê Meridionais tiveram sua imagem construída pelos não-índios, como sendo aqueles “bravios”, “selvagens”, a que “tudo levam de traição e rapina” (CAMPOS, 1976; apud MANO, 2015, p. 519). Mas ao contrário do que se poderia supor, por mais que a guerra fosse constitutiva do próprio modo de ser desses povos, eles fizeram alianças e movimentaram seus interesses de acordo com os diferentes agentes históricos que entraram em contato. À exemplo da aliança realizada com os negros fugidos, quando houveram “trocas mútuas, ações conjuntas e alianças entre os “gentios” e os “calhambolas”⁸ (MANO, 2015, p. 524).

Nesse sentido, índios e negros mantiveram intrincadas relações no século XVIII, e cabe ressaltar, de acordo com Daniela Santos Alves, que “a continuidade e existência dos quilombos por longos períodos estão intimamente relacionadas com as ajudas de agentes externos e internos” (GUIMARÃES, 1996; AMANTINO, 2001; RAMOS, 1996 apud ALVES, 2017, p. 47). Ao que tudo indica, numa busca minuciosa pelos indícios históricos, Daniela Santos Alves afirma que,

Imergimos pelos indícios históricos, e debruçamo-nos, principalmente, no contato interétnico entre negros aquilombados do Ambrósio e índios Jê meridionais, em especial, os Kayapó. De um lado constatamos a existência de uma sociedade guerreira que via na predação de outrem uma espécie de ontologia social e identitária. O que poderia, a partir da bravura como elemento de mediação, justificar suas alianças com outros grupos, como por exemplo, os calhambolas. (ALVES, 2017, p. 159).

Uma aliança que pode ter se realizado devido aos semelhantes modos de tratamento que a Coroa Portuguesa mantinha com os índios e negros fugidos, de intenso combate e violências de todas as formas, assim como por sua reação de resistência e luta contra o controle cruel dos portugueses. O que corroboram uma vez mais para a compreensão da identidade étnica dos Jê Meridionais como constituída no entre-lugar.

⁸ “Autores como (Amantino, 2001; Lourenço, 2005; Martins, 2008) já chamaram a atenção para as influências indígenas nos modos de adaptação das populações dos quilombos.” (MANO, 2015)



A construção da identidade étnica no entre-lugar

Pois que, ao que parece, a identidade dos Jê Meridionais jamais poderia ser dada em termos de uma unidade, na medida em que diante de diferentes agentes na história, esses povos acionaram diferentes identidades, num jogo consciente de escolhas de diferentes formas de lidar com o outro. Segundo Marcel Mano,

“várias diferenças ajudaram a construir e a reconstruir a identidade desses índios no período em foco. Ao invés de uma identidade única e inequívoca, parte dos dados sugere, ao contrário disso, a constituição de uma complexa e intrincada rede de representações e ações desses índios sobre seus diferentes outros.” (MANO, 2015, p. 524).

Tendo em vista essas múltiplas redes de contato, não poderíamos afirmar que a identidade de um povo é fixa, mas pelo contrário, ela é constituída a partir da alteridade, das relações que se estabelece com os diferentes outros com os quais se entra em contato. Enquanto a identidade se mostra como o pertencimento a um grupo, a identidade étnica aguça ainda mais os elementos e representações que são particulares de um grupo em detrimento de tantos outros. O que indica que a identidade é um atributo simbólico, reivindicado politicamente, para que se possa elucidar a realidade de cada grupo social em detrimento dos seus diferentes. Pois que, a identidade só poderia se constituir e (re) constituir de forma relacional, se formando em pontos de encontro, entre séries de variáveis, dentro de um cambiável sistema interétnico.

Considerando a identidade enquanto relacional, Friedrik Barth foi um dos precursores em direcionar os estudos sobre a identidade não mais para dentro dos grupos étnicos, mas para a fronteira, baseando-se na premissa de que toda cultura é descontínua, isto é, dinâmica. Isto indica que - contrariando a visão equivocada de que é a distância e o isolamento de um grupo social que mantém a diversidade cultural - “torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam.” (BARTH, 2000, p. 26). Muito embora a antropologia possa ser um meio por excelência em nos descrever o comportamento humano e a diferença cultural entre os grupos sociais, nos demonstrando de que forma as representações coletivas reivindicam a sua etnicidade em detrimento de suas relações estabelecidas, é preciso



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

compreender o processo histórico de constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras. As categorias étnicas são mantidas apesar e em detrimento dos contatos estabelecidos, em movimentos de exclusão e incorporação, em transformações nas formas de pertencimento ao longo dos fluxos da história, que desde a origem são sempre diversificados.

A fronteira que nos interessa é a social, e sua manutenção é dada quando do constante contato entre grupos com diferentes culturas. O que mantém os grupos étnicos é a evidencia dos traços marcantes de sua cultura em detrimento da cultura do outro, mas isso não quer dizer que não haja troca, interação, incorporação a partir do contato. Nas fronteiras, se por um lado os grupos se certificam da garantia de certas persistências, por outro permitem e são parte da incorporação de códigos e valores externos a serem ressignificados.

Nesse sentido, a continuidade de uma etnia é mantida na medida em que um grupo, a partir de traços culturais internos e externos, dentro de um repertório cultural disponível, simbolicamente se autodesigna enquanto tal, delimitando suas fronteiras de diferenciação, não obstante, estabelecendo contatos que lhes trarão experiências de renovação de seus traços culturais. Segundo Paula Monteiro, isto nos permite compreender que a identidade não é dada em termos de uma natureza essencial a cada grupo social, mas é na verdade um “jogo simbólico no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais.” (MONTERO, 1997, p. 63). Manuela Carneiro da Cunha (2009) já indicava que as comunidades étnicas são formas de organização política muito eficientes para resistência e conquista de espaços. E nos indica que:

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste* [...]. A cultura tende ao mesmo tempo a acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 237).

Home Bhabha (1998) em *O local da cultura*, nos indica que para entendermos essas complexas redes de representações e ações de diferentes agentes históricos, não devemos focar nossos pensamentos nos polos: passado e presente, interior e exterior,



inclusão e exclusão, puro e impuro, tradição e modernidade, primitivo e civilizado, já que estes são modelos fixos e essencializados que não dão conta da realidade empírica. Ele indica o sujeito colonial como sendo aquele que se transforma a partir da incerteza que os contatos com os diferentes outros vão gerar. Nas palavras de Bhabha, o sujeito se torna “o menos que um duplo”, pois ele não perde a sua cultura, mas também não deixa de absorver traços da cultura do outro, possuindo elementos culturais diversos em detrimento de seus contatos. É um ser, ou um povo, que é representação do outro através da mímica. Essa mímica revela este ser no “entre-lugar”, na fronteira, onde se dão os contatos e as transformações e (re) construções das identidades.

Considerações Finais

Tendo em vista a história indígena na região do Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás a partir dos indícios, vestígios, pistas sobre os contatos interétnicos e intertribais que se deram, sobretudo na relação dos Jê Meridionais com diferentes agentes históricos no período colonial, podemos afirmar, com base nas teorias pós-coloniais de Bhabha, que a identidade desse povo é, como ele mesmo expressa, uma “fixidez deslizante”. Isto é, há algo de fixo em sua identidade que sempre existiu de forma mais consistente; mas por outro lado essa identidade sofre contínuos processos de construção e desconstrução, que abre as possibilidades de deslizamento constantes em vias de aparecimento de um novo ser, que não deixa de ser o que é, muito embora seja um outro mais complexo.

Nesse sentido, conclui-se que se deve buscar as respostas para construção da identidade étnica nas figuras complexas híbridas, pois é justamente nos interstícios entre esses polos que nascem as experiências intersubjetivas que nos permitem uma melhor compreensão das complexas realidades existentes, como a dos Jê Meridionais, que ora mantiveram sua relação de contato com o outro pela guerra, ora pelo comércio, ora pela guerra em comum, ora pelas alianças, mas sempre manipulando a história a seu favor, já que, ao contrário do que se pensou, foram/são sujeitos históricos que construíram/constroem suas próprias historicidades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Daniela Santos. *Do Alto do Espia: gentios, calhambolas e vadios no sertão do Campo Grande – séc. XVIII*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

BAHBBBA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998. (Introdução: Locais da Cultura, p. 09-42)

BARTH, Fredrik. *O Guru o iniciador: E outras variações antropológicas*. Ed. Contra Capa: Rio de Janeiro, 2000.

CAMPOS, Antonio Pires de. 1862. *Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo*. Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil, tomo XXV, 3º. Trimestre, p. 437-449. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. Ed. COSACNAIFY, 2009.

CARVALHO, Maria do Rosário de. “De índios misturados a índios regimados”. In: CARVALHO, Maria do Rosário de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie (orgs). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 337-356.

DELEUZE, Guiles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* Vol. 1, São Paulo: Editora 34 Ltda, 1995.

FERREIRA FILHO, Aurelino. Índios no Triângulo Mineiro: autoreconhecimento e direitos étnico-culturais. In: FERREIRA FILHO; José Aurelino. *Índios do Triângulo Mineiro: História, arqueologia, fontes e patrimônio, pesquisas e perspectivas*. MG: Edufu. 2015.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GIRALDIN, Odair. *Fazendo Guerra; Criando Imagens; Estabelecendo Identidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII*. História Revista, 6 (1): 55 - 74, jan. jun. 2001.

JUNQUEIRA, Gabriela G. *O caso dos Kayapó meridionais: caça e guerra como construção de pessoas e xamanismo como instância de controle dos poderes invisíveis*



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

da alteridade. Monografia (Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

_____. *O visível e o invisível nas relações de contato dos grupos Jê meridionais: uma análise da caça, guerra e dos rituais funerários como relações de predação e controle dos poderes latentes da alteridade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MANO, Marcel. *Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 511-546, mai/ago 2015.

MATTOS, Izabel Missagia de. *O litígio dos Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880)*. ES: UFES. Revista Dimensões, vol. 18, 2006, p. 139-148.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994, 300pp.

_____. *Tupis, Tapuias e os historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas. Unicamp, 2001.

MONTERO, Paula. 1997. "Globalização, identidade e diferença". Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 49, p. 47-64.

MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX*. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MUSEU DO ÍNDIO. Os Kayapó. Disponível em: <<
http://prodocult.museudoindio.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103&Itemid=262>>

RASTEIRO, Renan Pezz. *Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande: História Indígena no norte de São Paulo e no Triângulo Mineiro* (Dissertação de mestrado). 2015. Universidade de São Paulo.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Cida das Letras, 1992, p. 311-338.

VASCONCELOS, Eduardo Alves. *Investigando a hipótese Cayapó do Sul-Panará*. Universidade de Campinas. Tese (Doutorado) 291p, 2013.



ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EM SAÚDE NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE IGARAPÉ-MIRI/PA

Ana Paula de Brito Oliveira¹

RESUMO

A população ribeirinha caracteriza-se por seu grande conhecimento acerca da natureza, possuindo uma cultura rica, com hábitos, valores e costumes específicos. Tendo em vista que o acesso à saúde pública é um direito de todos e dever do Estado, garantido pela Constituição Federal de 1988, com isto há um grande desafio para formulação e implementação de políticas públicas de saúde levando em consideração as características das diversidades populacionais brasileiras. A antropologia tem papel de grande importância para a construção de novas práticas de saúde, como fonte de conhecimentos tradicionais, situação geográfica e perfil epidemiológico, gerando possibilidades de uma melhor preparação dos profissionais de saúde com base em conhecimentos etnológicos, com perspectiva da etnoconservação, com inserção de práticas tradicionais, formuladas acerca do reconhecimento da saúde e doença enquanto processos socioculturais.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. Ribeirinhos. Práticas de Saúde. Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Antigamente, as práticas tradicionais e populares de cura eram predominante, até o surgimento da medicina científica, que atualmente tenta implementar seu saber como ímpar e a única ciência capaz de explicar as doenças e curas, afastando cada vez mais a interação dos saberes populares. É importante entender que a antropologia da saúde e da doença foi de suma importância para a formação da relação entre o processo de saúde-doença e as práticas de saúde, onde tem como fundamento que as práticas de qualquer

¹ Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Integrada Brasil Amazônia. anadebritooliveira@gmail.com



sistema médico devem ser observadas e formadas com as construções socioculturais, tornando-a um conhecimento aberto e passivo de se recriar.

A Amazônia apresenta uma diversidade de plantas, tradições, terras, sabores, animais, cores, saberes e dentre as várias características e também sua diversidade populacional. Os ribeirinhos como população tradicional da Amazônia, são moradores das florestas e das margens dos rios, que também se caracterizam por sua diversidade mítica e sua relação homem-natureza. A população ribeirinha de Igarapé-Mirim, que vivem à beira dos rios, furos e igarapés presentes no seu território, possui como uma das principais atividades econômicas a pesca, caça e a extração/cultivo de produtos florestais. Por outro lado, os ribeirinhos enfrentam grandes dificuldades acerca da prestação de políticas públicas essenciais e de direitos, principalmente no acesso aos serviços de educação e saúde.

O objetivo deste trabalho é analisar e discutir a respeito da importância da antropologia para a proteção das práticas tradicionais de saúde, conhecimento territorial e sociocultural para uma formulação de prestação e promoção de saúde.

1. DESENVOLVIMENTO

Igarapé-Miri localiza-se mesorregião do Nordeste paraense, na microrregião de Cametá, ocupando uma área de 1.996,79 km² (IBGE/2016), possuindo uma população de 60.675 habitantes (IBGE/2016). A palavra Igarapé-Mirim significa em tupi-guarani "Caminho de Canoa Pequena". Por dito de que o principal rio do município não permitia a passagem de grandes embarcações. A divisão territorial do município se constitui pelos distritos de Igarapé-Miri e Maiauatá, cortado por mais de 15 rios e furos, onde habitam várias comunidades locais.

É um município que possui a maioria de sua população vivendo no espaço rural, com uma paisagem marcada pela várzea amazônica composta de palafitas ao longo da margem dos rios constituindo a paisagem dessas comunidades tradicionais. Tendo um total de 15 bairros e 78 comunidades rurais, dentre elas Comunidade Boa Esperança, Comunidade Seco Fora, Comunidade Juarimbú, Comunidade Catimbaua, Comunidade



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Cariá, Comunidade Campo Alegre, Comunidade Santa Maria do Icatu, Comunidade Rio das Flores, Comunidade Paraíso.

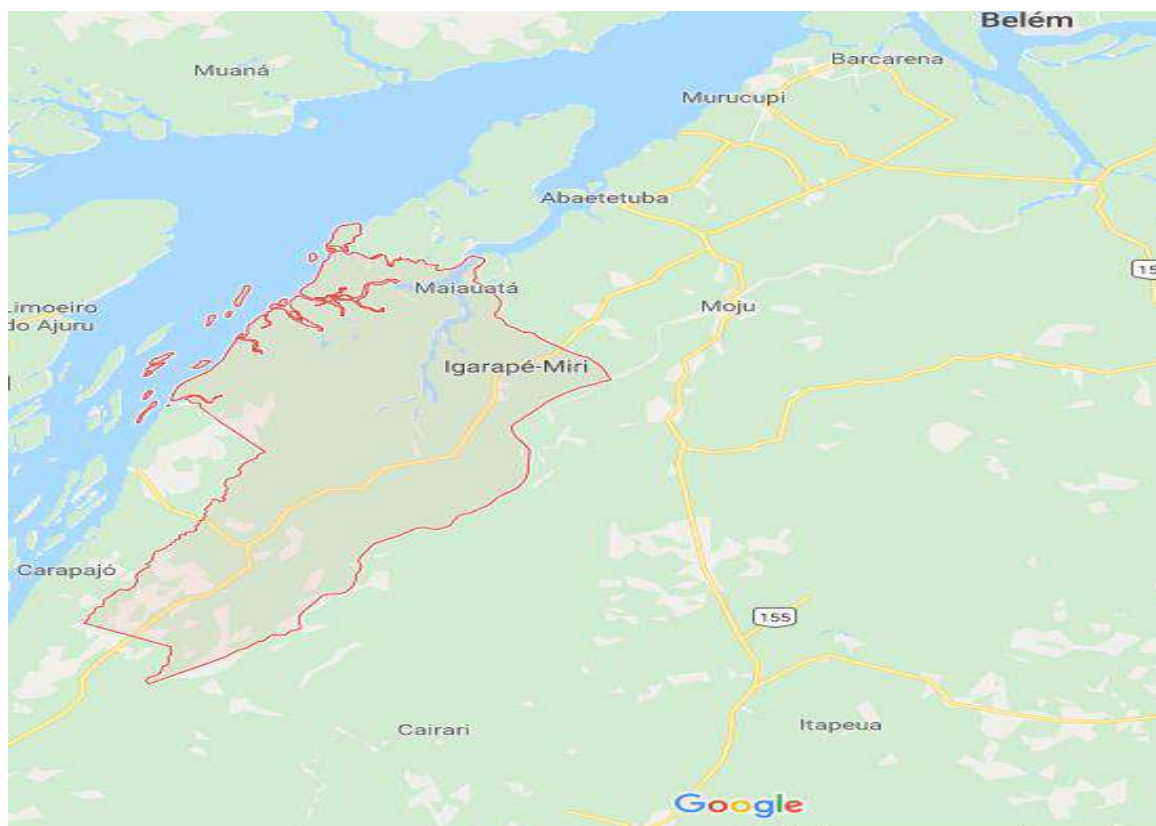


Figura 1: Município de Igarapé-Miri. Fonte: Google mapa 2018 (<https://goo.gl/maps/8kaCMoL1RD42>)

O conceito de comunidade está juntamente com o conceito de sociedade, dentre dois dos mais debatidos na sociologia. Dentre essas duas unidades, comportam outras de evidente valor teórico, a dizer: personagens sociais, instituições, saberes etc. Para Weber (1973), é dentro da comunidade e da sociedade que se estabelecem as bases valorativas e ideais dos indivíduos com os quais ele constrói sua visão de mundo e seu ethos. Entretanto, entender as diferenças de ambos conceitos, se faz necessário para compreender quais limites estão postos os agentes inseridos nas reservas de cada unidade teórica. No entender de Tonnies (1947), a comunidade se diferencia da sociedade pela sua estruturação ligada necessariamente a um mundo mais prático e orgânico, quer dizer, nesse tipo de relação os aspectos filiados ao afeto e a proximidade marcam as identidades dos indivíduos. Oportunamente entender os aspectos da vizinhança, parentesco e amizade são condições sine qua nom para visualizar as



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

consequentes ações e os modelos comportamentais que importam tal estrutura. Para Chaves (2001) as comunidades tradicionais da Amazônia são marcadas por terem um modelo de gestão e organização dos recursos naturais muito particulares. É neste território que projetos comuns e construção de diversidades se dão.

A Amazônia é constituída por vários grupos e comunidades oriundas dos processos de colonização e miscigenação do legado Europeu. Em virtude, transpira as mais diferentes manifestações socioculturais pelo ser amazônico, seja, na culinária, religião, educação, ritos, ritmos e saberes. Dentre os mais diversos agentes constituidores desse grande caldo cultural está a figura do ribeirinho, cujo as identidades socioculturais e políticas são particulares. É na comunidade tradicional que o ribeirinho estabelecem seu modo de vida interligado com a geografia, suas vidas estão diretamente ligadas a existência dos Rios, como entende Cruz:

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem. (CRUZ, 1999, p. 04).

Essas comunidades apresentam um alto nível de acumulação de saberes locais ligados aos territórios amazônicos, bem como de uso e manejo da natureza. Para Lima (2004) os ribeirinhos são entendidos como um tipo de população tradicional, constituída por valores e princípios que estabelecem e fazem a manutenção de um modelo comportamental estritamente comunitário em função dos recursos naturais. Seu estabelecimento territorial se dá ao longo das margens dos rios, formando sua identidade territorial:

Os rios na Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo (LOUREIRO, 1995 p.121)

A economia da população Ribeirinha de Igarapé-Miri é voltada principalmente para extração e produção de açaí, tornando a região como a maior produtora e exportadora do fruto no mundo. O cultivo do açaí varia da sua época de safra, agosto a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

dezembro, e nesse tempo da entressafra, as comunidades ribeirinhas passam por dificuldades financeiras, assim como também as atividades pesqueiras, pois ocorre o inverno que implica nas grandes cheias dos rios. Nessa época de escassez da produção de açaí e da pesca há a rotação da prática de meio de subsistência, migrando para a caça como meio de alimentação da população Ribeirinha e migração para a extração madeireira e a carpintaria como meio de produção econômica. Os hábitos alimentares característicos da região, advém seja pelo próprio cultivo agrícola e animal ou pelas extrações dos mesmos trazendo em sua culinária marcas de sua cultura.



Figura 2: Elcimar Neves, Açaí, 2015. Fonte: Diário Online (<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-331446-igarape-miri-capital-mundial-do-acai.html>)



Figura 3: Pesca do Mapará no Rio Pindobal Miri, Igarapé Miri, 2012. Fonte: perfil Terra Pesca Pará, Google+ (<https://plus.google.com/106182060643279540947/posts/feJnGuxyeGf>)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Na região Ribeirinha de Igarapé-Miri é comum a utilização de plantas e ervas medicinais, como a erva doce, hortelã, folha de abacate, andiroba e amor crescido, como fonte de tratamento de muitas doenças ou dores, por exemplo, a folha de sucupija no tratamento da dor de estômago e o gengibre para cãimbra. Itens do saber popular que expressão um pequeno vislumbre da flora medicinal destas comunidades.

A Antropologia Cultural estuda a partir do comportamento humano as mais diversas expressões da diversidade humana e suas relações. Rituais, saberes e práticas são elementos objeto da interpretação para compreender o mundo simbólico de determinada cultura. A inserção de um sujeito no espaço-tempo cultural da vida ribeirinha traz à baila a reprodução de um arcabouço de signos que compõem o sistema de significados constituidores de uma cultura, bem como para o sujeito, do seu próprio mundo interior e exterior, a dizer, o eu e o mundo. Nesse sentido, Geertz (1989) aponta na cultura uma característica iminentemente ligada ao mundo da semiótica, para o autor, o homem está amarrado em uma teia de significados produzidos por ele mesmo, motivo pelo qual se faz necessário os distinguir por cada comportamento espiritual, material, intelectual, etc, marcadores dos diversos grupos étnicos e sociais. Essa diversidade da nascer a um conjunto de saberes populares sobre o meio em que vivem propiciando uma relação natureza-homem que é mediada pela própria cultura comunitária. Dentre uma das funções desse saber tradicional no manejo dos recursos naturais pelas comunidades, está o saber ligado à própria noção de saúde dos ribeirinhos. Os saberes florísticos e faunísticos, bem como o sistema de crenças, incluem os mitos e ritos que permeiam a construção dos significados da preservação do próprio corpo e da natureza. O culto dos santos, a fé nas expressões espirituais da floresta amazônica, o banho no rio que cura os males, o conhecimento e a fé nos medicamentos oriundos das ervas e plantas, as parteiras e os promotores de orações, são tradições que permeiam as linguagens simbólicas, e por derivação, a visão de mundo destas comunidades. É neste cenário que a Antropologia da Saúde oferece aos profissionais de saúde das técnicas de medicina científica a possibilidade de repensar os métodos e modelos de biomedicina ou da medicina popular.



2. METODOLOGIA

Este trabalho segue a linha de utilização conceitual de autores relevantes ao tema. Utiliza a análise de dados primários e secundários. In locus, a utilização do recurso etnográfico com a observação dinâmica participante e a coleta de dados em formato diário como ensina Malinowski. Quanto aos dados secundários, utilizamos informações oficiais oriundas de institutos do Governo Federal, Estadual e Municipal. No trabalho etnográfico, buscamos utilizar a descrição densa como preceitua Geertz. A pesquisa bibliográfica foi realizada com intuito de auxiliar o norte do desenvolvimento, como tanto o trato com os dados coletados.

3. DISCUSSÃO

A implementação de saúde focalizava-se na região central da cidade, tornando inacessível à população Ribeirinha que recorriam aos seus conhecimentos tradicionais como meio provedor de saúde. Ao longo dos avanços territoriais de implementações de saúde, observou-se as condições desfavoráveis de saúde dessas populações, levando à necessidade de uma elaboração estratégica de uma política de saúde. Baseado em um diálogo entre os movimentos sociais, governo federal e o Ministério da Saúde criou-se a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, que tem como objetivo a reafirmação dos princípios universais do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de ações de saúde integral, tendo compromisso com a promoção da equidade em saúde respeitando o conjunto de suas crenças e seus valores.

Atualmente a cidade de Igarapé Miri possui 13 postos de saúde (SUS), sendo a maioria localizada na cidade e apenas 3 postos implantados na região Ribeirinha em Anapu, Panacuera e Vila do Icatu. Dentre elas um Posto de Saúde e duas Unidades de Saúde da Família, que tem como foco a saúde básica que preconiza a orientação sobre a prevenção de doenças, solucionar possíveis casos de agravos e direcionar os casos mais graves para níveis superiores em complexidade. Houve também a implementação das Unidades Básicas de Saúde Fluviais, que são embarcações que possuem equipes de Saúde da Família Ribeirinha atuando no previsto pela política nacional de atenção



básica, agindo na atenção básica de saúde, deslocando-se até a comunidade ofertando atendimento direto a população Ribeirinha.

Apesar desses avanços, há muitas dificuldades no que se refere à questão de acesso à saúde da população Ribeirinha, mesmo de atenção básica e principalmente nos casos graves. Além de uma prestação de atendimento distanciados das lógicas tradicionais das Comunidades, quebrando as simbologias locais e culturais. Nesse ponto, observa-se, que a antropologia pode contribuir para melhoria de tais questões, a partir de novas práticas de saúde, modificando a visão positivista que é predominante na maioria dos profissionais de saúde atualmente. Onde por meio da reflexão antropológica, pode fazer uso de ferramentas teóricas que darão acesso ao conhecimento das necessidades do indivíduo, através de sua própria história e contexto sociocultural, aproximando-se da linguagem e do mundo simbólico dos indivíduos.

CONCLUSÃO

Podemos compreender a importância tanto da medicina científica quanto as práticas tradicionais de saúde e que a dissociação e afastamentos desses saberes interferem na qualidade da promoção de saúde. Neste ponto a antropologia é fundamental para entender e pensar novas formas de associar esses saberes, sendo necessário adotar uma reflexão antropológica nos estudos e nas práticas de saúde, como forma de ampliar seu olhar sobre o fenômeno que se estuda e a grande contribuição da antropologia é a sua tradição de compreensão da cultura (MINAYO, 1991). Logo a antropologia apresenta possibilidades de se repensar em práticas e políticas de saúde mais humanitárias e de respeito das diferenças culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, S. G.; ROSA, L. M.; MANFRINI, G. C.; BACKES, M. T. S.; MEIRELES, B. H. S.; SANTOS, S. M. A. **Dialogando sobre o processo saúde/doença com a**



Antropologia: entrevista com Esther Jean Langdon. Rev. Bras. Enfer. 2009. Vol.62, n.2, pp.323-326.

BOURIDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001.

CRUZ, M. M. **Sítios agroflorestais na várzea do Careiro**. Revista de Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTDA. 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **A ciência do concreto**. Em O pensamento selvagem. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 19-55. (1970).

LIMA, D. M. Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. In: **Boletim Rede Amazônia:** Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais. Ano 3, n. 1, 2004.

LOUREIRO, J. J. P. **A Amazônia no século XXI:** novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura Amazônica:** uma diversidade diversa. In: Diversidade Cultural brasileira. Belém: Casa Rui Barbosa, 2005.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura Amazônica:** uma poética do imaginário. 3. ed. São Paulo: Escrituras. 2000.

MINAYO, M. C. S. **An anthropological approach to the evaluation of social policies**. Revista de Saúde Pública, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 233-238 , 1991.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SANTOS, A. C. B. **Antropologia da saúde e da doença**: contribuições para a construção de novas práticas em saúde. Rev. NUFEN [online]. 2012. Vol.4, n.2, pp. 11-21.

TONNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 8. SUBJETIVIDADE, MÚSICA E JUVENTUDE



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: ESTABELECENDO CONCEITOS

Gregor Castro Erbiste¹

Leonardo Turchi Pacheco²

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo realizar uma discussão do que seria o conceito de *Representações Sociais da Música*, bem como propor uma forma de abordagem para o conceito. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica interdisciplinar acerca do tema, de modo a definir o que seriam os conceitos de *representações sociais* e *fazer musical*, assim como faz Arroyo (1999). O intuito é de que, a partir da definição dos dois conceitos, seja possível definir a abordagem sobre as representações sociais da música. O presente trabalho almeja, para além, abordar outros aspectos atrelados à prática musical, como complementação para as definições propostas pela autora, e presentes na literatura sobre o tema. Sendo assim, a compreensão desses conceitos, corroboram para o estabelecimento das bases para o entendimento do que viriam a ser Representações Sociais da Música.

PALAVRAS-CHAVE: Música. Sociabilidade. Comportamento.

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas. Bolsista de Iniciação Científica PIBICT/FAPEMIG. E-mail: gregorccastro@gmail.com

² Professor no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: leonardoturchi@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo iniciar uma discussão sobre o que seria o conceito de *Representações Sociais da Música*, bem como propor uma forma de abordagem para o conceito.

Dentre as vastas abordagens sobre a prática musical, muito se discute sobre aspectos linguísticos (PIMENTEL; GÜNTHER, 2009; ARRUDA, 2014), estruturais (CIRINO, 2005), ou mesmo os sentidos e significados extraídos por seus praticantes (WAZLAWICK; CAMARGO; MAHEIRIE, 2007). No entanto, a partir do entendimento de que a música transmite uma mensagem, entendida e compartilhada sincrônica e diacronicamente, resta observar como essa mensagem pode ser usada para entender aspectos mais profundos do grupo que as executa³.

Tendo isso em mente, foi reunida uma bibliografia interdisciplinar, que une teóricos da Etnomusicologia, Psicologia e História da Música para, a partir dos entendimentos do que é entendido por *Representação Social* e *Fazer Musical*, propor uma definição e uso da Representação Social da Música.

Para tanto, as discussões propostas foram dispostas em três partes. A primeira, contempla as discussões sobre o conceito de Representações Sociais, apresentando suas origens, definições e usos. Movimento similar é desenvolvido na segunda parte do texto, que abarca o conceito de Fazer Musical, utilizando de autores para definir e exemplificar seus usos. Por fim, a terceira e última parte do texto abarca as conclusões e discussões propostas, mais especificamente: como, a partir dos conceitos de Representações sociais e Fazeres Musicais, é possível pensar em Representações Sociais da Música? E como utilizar esse conceito em investigações?

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A fim de definir as Representações Sociais da Música, faz-se preciso, antes, definir o que são as Representações Sociais. Nesse sentido, nas páginas seguintes, situada a discussão no campo da Psicologia Social, me detenho em apresentar tal conceito.

³ Veja Erbiste e Pacheco (2018).



Trabalhada inicialmente pela Antropologia e pela Sociologia, e desenvolvida pela Psicologia, ainda que seja difícil precisar sobre uma definição, entende-se por Representações Sociais (RS), um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais, e fruto do sociocultural. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistema de crenças das sociedades tradicionais: podem também ser vistas como uma "versão contemporânea do senso comum" (OLIVEIRA; WERBA, 2009, p. 106); "como o posicionamento da consciência subjetiva nos espaços sociais" (MOSCOVICI, 1978 apud CÔRREA et al, 2007, p. 193); "como uma espécie de imagem mental da realidade" (MAGNANI, 1986, p. 193); ou ainda, "como categorias de pensamento que reproduzem a realidade, explicando-a, justificando-a e questionando-a" (MINAYO, 1995 apud CÔRREA et al, 2007, p. 194), de modo que, elaboradas e partilhadas socialmente, guiarão o comportamento e as interações dos indivíduos com o meio, modificando a ambos.

De modo geral, o que se observa nessas noções de RS, são pistas a respeito do conteúdo e das características próprias daquele conceito: elementos dinâmicos e explicativos; uma dimensão histórica e transformadora; uma dimensão dialética; aspectos culturais, cognitivos e valorativos (podendo ser ideológicos) e que seriam sempre relacionais e, portanto, constitutivamente sociais.

Compreendida a abrangência, o poder explanatório e social no conceito de RS, a importância de se conhecer as representações se dá na possibilidade de verificar, descrever e mostrar uma realidade da qual habitualmente não nos damos conta, e para a qual não nos atentamos enquanto um conjunto de códigos culturais que guiarão a estrutura motivacional da ação humana, atuando para que pratiquemos determinadas escolhas.

Tendo sido observado que, para a teoria das RS, o social é coletivamente elaborado e partilhado, e que o ser humano é socialmente construído, e pelo fato de as RS serem formas simbólicas, assumem papel fundamental no comportamento e na formação do indivíduo, a relação que as RS estabelecem com a ideologia (GUARESCHI, 1986). Ainda que não possamos reputá-las, as RS, como sendo, *a priori*, ideológicas, podemos percebê-las, em determinadas circunstâncias, como criadoras ou reprodutoras de relações



de dominação (CORRÊA; GONTIJO.; ASSIS; CARRIERI; MELO, 2007), ou seja, como componentes e alicerces culturais de cunho ideológico.

Se entendemos que a comunicação "elabora" o cotidiano, legitimando-o, justificando-o e transformando-o, se necessário (GUARESCHI, 1989), percebemos as transformações decorrentes em instituições sociais, quaisquer que sejam, operando para o desenvolvimento de novos tipos de representação. De qualquer forma, a compreensão acerca das RS, nos proporciona as bases para a compreensão dos fazeres humanos, interpretados como construções socioculturais (ARROYO, 1999).

2 FAZERES MUSICAIS

Passemos então para a compreensão do que seria o *Fazer Musical*. Ao perceber que o fazer musical contemplaria muito mais do que as categorias anteriormente trabalhadas na literatura, a saber, "executar, improvisar, compor, fazer arranjo, reger" (ELLIOTT, 1995, tradução nossa), Arroyo (1999), busca definí-la de forma mais abrangente. Para autora, então, os fazeres musicais

[...] compreendem: atores sociais, as músicas que produzem e/ou consomem, enquanto "sons ordenados simbolicamente", as representações sociais que lhes dão sentido, bem como, executar, improvisar, compor, ouvir e outras ações. E mais: o fazer musical como "prática significativa", pois não apenas "comunica ou expressa significados pré-existentes, mas 'posiciona sujeitos' em um processo de semiosis" [...] (ARROYO, 1999, p. 28)

Nesse sentido, entendemos o *Fazer Musical* como integrado em um referencial sociocultural, podendo ser transformado e adaptado baseando-se nos sistemas simbólicos inseridos, visto sua grande carga de representação.

A partir desse entendimento, ao nos propormos a observar aspectos do universo que circunda a música, é necessário ter em mente uma delimitação bastante precisa acerca do momento histórico ou local em que se manifesta. Isso se dá principalmente pelo fato de que a vida dos homens, seus fatores sociais, políticos e econômicos, influenciam diretamente na produção artística (SOUZA, 2013). Dessa maneira devemos nos atentar que o desenvolvimento do pensamento humano no decorrer das diferentes épocas, juntamente com os modos de organização social, os elementos étnicos, sistemas de mitos,



entre outros, são elementos fundantes para a caracterização dos estilos de cada época (SOUZA, 2013).

Para além da historicidade, a música tem como essência o caráter inclusivo, visto que é um objeto de sentido. Em todos os tempos da história, as produções musicais têm por objetivo transmitir uma mensagem de um determinado grupo. Diversos exemplos podem ser citados na direção de demonstrar ambos os caracteres histórico e inclusivo presentes na música. É o caso do *blues*, estilo musical que surgiu dos escravos africanos que eram levados a força para trabalhar nas lavouras de algodão dos Estados Unidos. Eles produziram um tipo de música que, de certa forma, servia para aliviar os sentimentos de tristeza, saudade e cansaço provenientes do trabalho forçado, esses sentimentos eram cantados durante o trabalho no que ficou conhecido como *worksongs* (GOMES, 2007).

No caso brasileiro, temos as modinhas que durante parte do século XVIII cantavam os anseios da burguesia. O mesmo pode ser pensando contemporaneamente, em que podemos identificar nas composições de Elomar Figueira Mello, temas que tratam de temas próprios da vida do sertanejo do interior da Bahia, como a seca, a migração, dentre outros.

Desse modo, percebemos que a música tem sentido para um grupo, em especial para aquele a compôs, mas que, no entanto, abarca a todos cuja realidade é representada nas canções. Esse caráter diacrônico da música se dá, principalmente, pelo fato da música abordar, constantemente, temas do espectro de emoções e vivências humanas. Os exemplos citados acima tratam de temas como a saudade, o cansaço, o anseio por melhorias na qualidade de vida. Podemos citar ainda a Bossa Nova, que abordava em suas canções o amor, a desilusão amorosa, ou a tristeza. Todos esses temas encontram correspondência com a vivência e as emoções humanas em qualquer período histórico, característica essa que perpetua o estilo e garante sua disseminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conceituações realizadas até o momento são importantes para que possamos pensar em como abordar uma Representação Social da Música. Para isso, me utilizarei de um estudo de caso, realizado ao longo de dois anos em um Projeto de Extensão de uma Universidade em Minas Gerais, como ilustração do conceito que me proponho a construir.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O Projeto em questão diz respeito a uma Orquestra Popular, que reúne diversos instrumentos, tais quais violões, violas caipiras, contrabaixos, bandolins e instrumentos de percussão. Na Orquestra, se executam músicas do gênero sertanejo, estilo sertanejo raiz. Contando ainda com a participação de acadêmicos – professores e estudantes – e membros da comunidade externa à Universidade.

Primeiro, faz-se preciso identificar quais são as músicas tocadas no projeto, e como se dá o Fazer musical em torno dessas peças. Qual é, então, o quadro sociocultural dessas canções?

Arelado ao processo de industrialização, desde o início século XX, está um forte movimento migratório – com pico na década de 50 –. Com origem nas regiões rurais do norte/nordeste brasileiro e, devido às condições precárias de vida e subsistência, tinham como perspectiva o trânsito para outras regiões do Brasil, de prosperidade econômica (HAUDENSCHILD, 2017). Como reflexo desse processo, dentro o repertório construído pela Orquestra, é comum encontrar diversas composições que abordem a questão do êxodo, da troca do familiar pelo estranho – expresso pela mudança nos contextos rural/urbano. No primeiro verso de *Lamento Sertanejo*, composição de Gilberto Gil e Dominguinhos, por exemplo, esse aspecto se faz bastante claro:

“Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado”

O mesmo aspecto pode ser encontrado em *Luar do Sertão*, composição de Luiz Gonzaga:

“Oh! Que saudade do luar da minha terra
Lá na serra branqueando folhas secas pelo chão
Este luar cá da cidade tão escuro
Não tem aquela saudade do luar lá do sertão”



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

E, novamente, em *No rastro da Lua cheia*, de Almir Sater:

“No quintal lá de casa passava um pequeno rio
Que descia lá da serra ligeiro escorregadio
A água era cristalina que dava *pra* ver o chão
Ia cortando a floresta na direção do sertão
Lembrança ainda me resta, guardada no coração”

Por mais que a música sertaneja aborde temas bastante específicos da vida do ruralista – sertanejo –, o projeto da Orquestra Popular, se dá em um contexto predominantemente urbano, em uma universidade na cidade. Quais então, são os elementos que nos permitem ver relações mais profundas sobre a prática musical no projeto?

Tendo em mente a narrativa presente na música sertaneja, percebemos uma transposição das categorias experienciadas pelas vivências do sertanejo – indivíduo – para o contexto universitário. As categorias “familiar” e “estranho”, a saudade, o êxodo, passam a ocupar outros espaços, agora na vivência dos participantes do Projeto – principalmente nos membros da comunidade acadêmica –. Professores e estudantes, frequentemente, têm de deixar sua cidade de origem, sua família – logo, a esfera familiar/conhecida – para adentrar em um novo contexto, outra cidade, desconhecida – estranha – durante o processo de busca por qualificação ou atuação profissional. Os sentimentos, e as estruturas fundamentais da narrativa são mantidas em forma, mas transformadas quanto aos significados. Percebemos então, que o grupo estudado construiu uma nova narrativa, a partir daquela originalmente abordada nas músicas.

Sendo assim, o movimento descrito até o presente momento visa colaborar para uma construção imagética das Representações Sociais da Música. Primeiro, foi identificado o quadro de referência em que o Projeto se punha inserido. Posteriormente, a partir da identificação do gênero musical executado no grupo, foi traçado um perfil sociocultural dos elementos que compunham a narrativa inicial do gênero. Por fim, foi possível presenciar a representação que a música expressara no grupo estudado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Margarete. **Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical**: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de música. 1999. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15025>>. Acesso em 01 de jul. de 2018.

ARRUDA, Lucas Oliveira de Moura. **As curvas do rio e a identidade sertaneja na canção de Elomar**. In: Anais do III Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos Em Música, Rio de Janeiro, nº 3, p.584-596, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/viewFile/4629/4148>>. Acesso em: 03 de out. de 2018.

CIRINO, Giovanni. **Narrativas Musicais**: performance e experiência na música popular instrumental brasileira. 290 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de antropologia, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08082006-164103/pt-br.php>>. Acesso em 01 de out. de 2018.

CORRÊA, Alessandra M. H.; GONTIJO, Maria C. L.; ASSIS, LÍlian B.; CARRIERI, Alexandre de P.; MELO, Marlene C. O. L. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas, **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, vol. 11, nº 2, abr./jun., p. 191-211 2007. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/7kcm6d>>. Acesso em 06 de out. de 2018.

ELLIOTT, David. Putting matters in perspective: reflections on a new philosophy. **The Quarterly: Journal of Music Teaching and Learning**, v. 7, p. 20-35, 1996. Disponível em: <<https://openmusiclibrary.org/article/182171/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

ERBISTE, Gregor Castro; PACHECO, Leonardo Turchi. Antropologia e música: um estudo sobre a construção da “cultura” na orquestra popular de uma universidade do sul de Minas Gerais, **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 26, p. 216-219, 2018. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/2840>>. Acesso em: 03 de out. 2018.

GOMES, Celso Augusto dos Santos. **Guia de Estudo – Instrumento musicalizador – Violão e Guitarra I Guitarra e Violão Varginha**: GEaD-UNIS/MG, 2007.



GUARESCHI, Pedrinho. A cozinha da ideologia dominante. **Revista Mundo Jovem**, Porto Alegre, nº 153, 1989.

HAUDENSCHILD, André R. L. "**Lamento sertanejo**": experiências diaspóricas e a reinvenção das identidades culturais nordestinas na música popular brasileira nos anos 1960 e 1970. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia, Brasília, UNB, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em 07 de out. de 2018.

MAGNANI, José Guilherme C. Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de S. de O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In. GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 89-111, 1995.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Fátima. O.; WERBA, Graziela. C. Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PIMENTEL, Carlos Eduardo; GÜNTHER, Hartmut. Percepção de letras de músicas como inspiradoras de comportamentos antissociais e pró-sociais. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, vol. 40, nº. 3, p. 373-381, jul./set., 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5419>>. Acesso em: 29 de set. de 2018.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: Questões de uma Antropologia Sonora. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 44, nº 1, 2001. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/bzd646>>. Acesso em 01 de out. de 2018.

SOUZA, Adercângelo Adépio de. **Guia de Estudo – História da música I**. Adercângelo Adépio de Souza. Varginha: GEaD-UNIS/MG, 2013.

WAZLAWICK, Patrícia; CAMARGO, Denise; MAHEIRIE, Kátia. Significados e sentidos da música: uma breve “composição” a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 12, nº. 1, p. 105-113, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/nwwkmf>>. Acesso em 04 de out. de 2018.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 9. GÊNERO E SEXUALIDADE



**PROGRAMA AMOR & SEXO E OS PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE
GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Carla Marina Neto das Neves Lobo¹

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir como os processos sócio-históricos para a construção de gênero estão inseridos no Programa Amor & Sexo. Partindo desse questionamento tomamos por base os episódios que constituem as temporadas do Programa, exibidos no período de agosto de 2009 a março de 2017. Nossa abordagem utiliza Scott (1990), Bourdieu (2002), Costa (2005), Hirata (2014), entre outros autores para compreender questões específicas acerca da sexualidade e relacionamento. Avanços e movimentos, promovidos no século XX, em torno do reconhecimento da mulher e de sua capacidade de produzir e participar ativamente na sociedade chamam atenção às políticas de fortalecimento e empoderamento do papel da mulher na sociedade. A exigência das políticas internacionais nos anos 90 a países em processo dinâmico de reconstrução e desenvolvimento, com apoio dos países desenvolvidos, em torno da formalização da equidade, redução da pobreza, promoção do crescimento, construção de um modelo de governo que respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável, percebe que o peso dessas ações está na emancipação da mulher, na sua capacidade produtiva e ativa na participação da organização do País e, para tal, faz-se necessário a equidade nas relações de gênero. Neste sentido, o Programa assume o papel de prestadora de serviços ao repensar o papel da mulher na sociedade do século XXI e problematizar o discurso hegemônico de procriadora e cuidadora da família. Ao fazê-lo assume também o papel de produtora de um novo discurso. A lógica heteronormativa percorre as temporadas ao estabelecer a diferença entre os sexos masculino e feminino. Perpassam nas pautas do Programa as conquistas presentes nas três ondas do movimento feminista no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Sócio-históricos de Gênero. Programa Amor & Sexo. Sexualidade e Relacionamento.

¹ Doutoranda em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense; e-mail: carla.lobo.cml@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo refletir como os processos sócio-históricos para a construção de gênero estão inseridos no *Programa Amor & Sexo*. Programa da Rede Globo de Televisão exibido há dez temporadas, de 2009 a 2017, em rede aberta, como o objetivo de entreter e falar sobre sexualidade e relacionamento.² Programa de auditório e entretenimento apresentado pela atriz e modelo, formada em jornalismo, Fernanda Lima que interage com uma plateia eclética de aproximadamente 400 pessoas e convidados. Dependendo da temporada desenvolve reportagens com participação do público nas ruas, nas redes sociais e dando dicas sobre amor e sexo.³

Pode-se citar também o clima do programa ao falar dos assuntos e pautas com bom-humor e sem restrições. Sem falar das músicas relacionadas ao assunto sexualidade, de todos os gêneros musicais, que embalam os temas dando o tom de época.

Avanços e movimentos, promovidos no século XX, em torno do reconhecimento da mulher e de sua capacidade de produzir e participar ativamente na sociedade chamam atenção às políticas de fortalecimento e empoderamento do papel da mulher na sociedade.

A exigência das políticas internacionais nos anos 90 a países em processo dinâmico de reconstrução e desenvolvimento, com apoio dos países desenvolvidos, em torno da formalização da equidade, redução da pobreza, promoção do crescimento, construção de um modelo de governo que respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável, percebe que o peso dessas ações está na emancipação da mulher, na sua capacidade produtiva e ativa na participação da organização do País e, para tal, faz-se necessário a equidade nas relações de gênero.

A população feminina é maior em termos de solicitação de serviços gerais, como educação, formação, saúde e proteção social. Neste sentido, o *Programa Amor & Sexo* assume o papel de prestadora de serviços ao repensar o papel da mulher na sociedade do

² A Rede Globo de Televisão foi fundada em 1965, pelo jornalista Roberto Marinho. Nos anos 70 a rede Globo apresenta o seriado *Malu Mulher* que expunha várias questões discutidas por grupos de mulheres; nos anos 80 a emissora transmitiu o Programa *TV Mulher* que tratava sobre assuntos de interesse da saúde da mulher. A partir dos anos 2009 o Programa *Altas Horas* aborda a sexualidade de forma direta. (CORREA, 2001; BARROS *et al.*, s/d).

³ O conteúdo dos Programas está disponibilizado no site da emissora <<http://amoresexo.globo.com>> para ser visto na íntegra por meio de assinatura.



século XXI e problematizar o discurso hegemônico de procriadora e cuidadora da família. Ao fazê-lo assume também o papel de produtora de um novo discurso.

Assim, o debate semanal e por temporadas, promovido pelo *Programa Amor & Sexo*, reflete sobre os processos sócio-históricos de gênero na sociedade?

Partindo desse questionamento tomamos por base os 82 episódios que constituem as dez temporadas do *Programa Amor & Sexo*, exibido no período entre 28 de agosto de 2009 a 03 de março de 2017.

Com o objetivo de identificar como os processos sócio-históricos para a construção de gênero fazem-se presentes nas pautas dos episódios do Programa, nossa abordagem utiliza Scott (1990), Bourdieu (2002), Costa (2005), Hirata (2014), entre outros autores para compreender questões específicas acerca da sexualidade e relacionamento.

1 MULHER É SEXO FRÁGIL X HOMEM NÃO PODE CHORAR!

A citação,

A dominação masculina que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percepi*), tem por efeito colocá-lo em estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: eles existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais, ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser. (BOURDIEU, 2002, p. 82).

Faz-nos refletir sobre a visão androcêntrica da diferença biológica entre os sexos e da diferença socialmente construída entre os gêneros, retratada da seguinte forma no *Programa Amor & Sexo* por acarretar relações de dominação:

QUADRO 02: A VISÃO ANDROCÊNTRICA

HOMEM/MASCULINO	MULHER/FEMININO
 Poder	 submissão
 ativo	 passiva
 desejo de posse – dominação erotizada	 desejo de dominação masculina – subordinação erotizada
 visão neutra – legitimada	 incorporação do preconceito –



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

	desfavorável contra o feminino
assume tarefas nobres	assume lugares inferiores, penosas, baixas e mesquinhas
	ocupa o espaço: caminha e adota posições corporais convenientes à postura correta do corpo
representação da racionalidade	representação romântica
superior	inferior
sujeito	objeto simbólico
agente	instrumento
trocas públicas, descontínuas e extraordinárias – universo econômico	trocas privadas, secretas, contínuas e rotineiras – universo doméstico
dominação e exploração	dependência simbólica
carajoso, másculo	dócil, compreensiva, cuidadosa

FONTE: BOURDIEU (2002).

A perspectiva de violência simbólica na dominação masculina, que sustenta e legitima as relações de poder sobre o feminino, chega até nós por meio de concepções “invisíveis” que fortalecem “esquemas de pensamento impensados”, segundo Bourdieu.

Assim, nossos pensamentos estão marcados por interesses, preconceitos e opiniões alheias que comportam uma aceitação dos grupos dominados. Nesse contexto, a violência simbólica ocupa um lugar nesse processo de legitimação da dominação masculina em relação à mulher. Na medida em que o dominado se integra como parte da dominação sem ter consciência de sua própria dominação, assume uma posição pré-reflexiva em sua posição social.

A obra de Bourdieu contribui para olhar a história das mulheres sob a ótica do “papel das instituições na produção e na reprodução de uma visão da dominação masculina” sem ignorar a história. (DEVREUX, 2014, p.101). Contribui para enfatizar a vida privada ou a ação específica nessa história das mulheres visto que seus conceitos – inserem-se como instrumentos de compreensão da dominação masculina – oferecem a possibilidade das pesquisas feministas assumirem uma posição científica epistemológica ao fortalecerem o *campo* e *habitus* de gênero.

A televisão criada há no início do século XX se transformou em veículo de informação e entretenimento no mundo, consolidando-se nas casas de famílias ricas, inicialmente, para assumir o lugar de principal aparelho doméstico na maioria dos lares



brasileiros: “a televisão, como os outros meios de comunicação, é reflexo e reprodutora da sociedade em que está inserida.” (ALVES e RABAY, 2016, p. 04).

Fernanda Lima e Regina Navarro Lins⁴ em várias temporadas apontam que o debate promovido pelo Programa não procura colocar homens contra as mulheres e vice-versa assim como não os coloca em oposição um ao outro. Ponto que reforça uma das bandeiras das feministas na luta pela igualdade de direitos entre os gêneros e não a substituição do sujeito de dominação masculino pelo feminino.

A análise do Programa permite afirmar que suas pautas recebem suporte de ativistas feministas, dos movimentos homossexuais, de sexólogas, advogados, psicólogos, psiquiatras e ginecologistas. De acordo com o formato do *Programa Amor & Sexo* a programação recebe consultoria de Carmita Belo⁵, psiquiatra, sexóloga e professora da Universidade de São Paulo.

Uma das características marcantes é que o Programa se coloca como instrumento educativo e político de difusão de questões de gênero e feminismo. Como veículo de informação sobre os movimentos de mulheres chama atenção para os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher, nos fazendo refletir sobre as conquistas do movimento feminista no Brasil:

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista⁶. (COSTA, 2005, p.10).

Assim como o movimento feminista, o *Programa Amor & Sexo* vem romper fronteiras criando, em especial, novos espaços de interlocução e atuação, possibilitando debater sobre novas identidades femininas.

O Programa ainda visa reafirmar a aquisição dos direitos iguais que já foram conquistados legalmente e identificados pela primeira onda, mas que ainda precisam

⁴ Psicanalista e terapeuta de casais passa a compor a bancada de convidados a partir da 6ª temporada.

⁵ Carmita Abdo participa das duas primeiras temporadas no palco do *Programa Amor & Sexo* respondendo às dúvidas dos participantes e dos telespectadores. No final da 2ª temporada deixa o palco para dar consultoria às pautas do Programa.

⁶ “O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico, de caráter reformista, que tem como objetivo entender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.” (GDE, 2009, p. 60).



caminhar em seu cumprimento. Neste contexto, o espaço do Programa é uma excelente iniciativa para debater sobre quais os caminhos percorridos e a percorrer sobre gênero e feminismo no Brasil.

Outro assunto abordado no Programa é a desconstrução da ideia de mulher sem orgasmo, contida, ao relembrar os quase 50 anos da simbólica queima dos sutiãs⁷: “depois descobre a pílula, passou a pagar a conta mesmo ganhando menos, deu de mamar, trabalhou duas jornadas e agora adora ser chamada de poderosa.” (*Programa Amor & Sexo*, 30/10/2014). Mesmo livrando-se da gravidez indesejada, por meio do uso da pílula, almejando a igualdade de direitos ao entrar no mercado de trabalho mesmo, assim, ainda existem mulheres que não alcançaram a autonomia financeira e emocional. Para alcançar a autonomia emocional é necessário se libertar daqueles valores que foram exigidos da mulher, como: “mulher não toma iniciativa, não transa no primeiro encontro, não tem orgasmo...” (REGINA NAVARRO LINS *apud Programa Amor & Sexo*, 30/10/2014).

A ideia de que o homem teoricamente pode ser livre e a mulher não pode está mudando. Na atualidade, o homem é objeto! Ressignificando o uso do cinto de castidade para homens e mulheres para garantir o fetiche da submissão e dominação entre casais.

No entanto, Fernanda Lima (27/02/2016) alerta que as liberdades conquistadas nas últimas décadas voltaram a ser tabus; que direitos adquiridos foram revistos e podem cair por terra; que no amor apesar da nossa tentativa de evolução emocional continuamos sendo assombrados pelos mesmos sentimentos de sempre. Monstros do preconceito e do retrocesso patrulham a liberdade da pessoa humana, vigiam sua capacidade de amar além de apresentar altos índices de violência.

2 PADRÃO X EXÓTICO: família

As prioridades temáticas são eminentemente femininas mantendo uma bancada equilibrada de gêneros que refletem sobre a luta pela não divisão sexual do trabalho ao apresentar domicílios chefiados por mulheres ou ainda por homens que assumem as

⁷ Episódio conhecido como *Bra-Burning* ou *A queima dos Sutiãs*. Ocorre em 1968 nos Estados Unidos, onde feministas queimaram simbolicamente seus sutiãs ao protestar contra a ditadura da beleza que estava sendo imposta às mulheres.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

“*prendas domésticas*” e os filhos, além de tratar de homens que são mantidos por mulheres que recebem um salário superior, caracterizando-se aí a não perda da identidade masculina e/ou feminina quando os papéis tidos pela sociedade como tradicionais se invertem.

Fortalece o debate a ideia da segunda onda, o feminismo de resistência, ao refletir sobre o processo de modernização nos novos comportamentos afetivos e sexuais assumindo também novos temas, como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a sexualidade.

Outra temática que é reiterada a cada Programa volta-se para as questões de saúde ao alertar para o uso da camisinha feminina e masculina como elemento de proteção e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

O *Programa Amor & Sexo* pode representar as demandas e necessidades dos movimentos sociais e de mulheres no Brasil, mas, principalmente, é um sinal de sensibilidade do recurso televisivo em voltar-se para temáticas de gênero e feminismo tão ausentes nas programações diárias das redes de televisão.

Assim como no final dos anos 70 os jornais “*Nós Mulheres*” e “*Brasil Mulher*” “se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro” (COSTA, 2005, p. 15). Não poderia ser diferente com relação aos programas de televisão que ampliam o espaço de participação da mulher até então voltada para assuntos sobre moda, educação dos filhos, culinária ... para debater um conjunto de temáticas de interesse específico das mulheres, como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepcional e violência doméstica.

A crítica ao movimento feminista de que as mulheres querem assumir o poder ao formalizar a dominação feminina é colocada também pela bancada masculina do Programa, ao questionar as prioridades temáticas semanais que afastam-se da perspectiva das questões masculinas, como recorte na masculinidade, em defesa das oprimidas, propondo assim a “*revolução das cuecas*”. Fernanda Lima afirma: “*Agora é a nossa vez!*” Homens sendo colocados na posição de submissão, pisados no palco, chicoteados...

Ao propor refletir sobre a opressão e a repressão familiar vivida por mulheres ao longo da história, a pauta do Programa localiza a mulher como sujeito histórico legítimo



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

ao retratar e apresentar histórias de pessoas que na atual sociedade podem manter a ordem social ou transformá-la. Ao olhar para os feminismos

procurou-se revelar a atuação das mulheres no processo histórico, enquanto sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos. (MATOS, 2009, p. 282).

As discussões presentes nas temporadas delimitam a sociedade patriarcal como branca, machista, cristã, heterossexual e economicamente favorável. Neste sentido, demarca-se a terceira onda que desafiou nos anos 90 os paradigmas do feminismo da fase anterior colocando em discussão a micropolítica e sobre o que é melhor para as mulheres. Apresenta um novo feminismo composto por novos e diferentes movimentos.

Reitera-se que as relações entre os sexos são apreendidas, institucionalizadas e transmitidas por gerações, por isso o termo gênero definido como produto social é uma categoria de análise que vem dialogando com outras categorias históricas: classe e raça.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que constituíram-se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto uma forma primária de relações significantes de poder. (MATOS, 2009, p. 284).

Nestes termos, o *Programa Amor & Sexo* reforça a ideia de que precisamos repensar as formas de se relacionar em sociedade ao distinguir as proposições teóricas sobre as abordagens de identidades femininas. Os anos 80 demonstram “o caráter plural, multicultural e pluriético” das identidades femininas. (COSTA, 2005, p.21).

É desafio para a pauta do Programa debater a interseccionalidade. *Amor & Sexo* ao pulverizar os assuntos a cada semana impede que o público, que o assiste, não perceba a interdependência das relações de poder estrutural e político ao discutir as múltiplas possibilidades de opressão presentes na sociedade contemporânea:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual⁸. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009 *apud* HIRATA, 2014, p. 63).

No entanto, está presente a defesa, em todos os programas, pela não hierarquização de todas as formas de opressão debatidas.

Segundo Scott (1990, p.14), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” Não como uma questão biológica, mas como um fenômeno histórico e social. Este termo traz a noção de uma distribuição desigual de poder que gera a subalternização da mulher na organização da vida social.

O Programa encontra sua atenção na posição teórica de patriarcado ao debater nas dez temporadas a *hierarquia de gênero*⁹. Ao distinguir a dimensão biológica da dimensão social, ou seja, a maneira de ser homem e de ser mulher na sociedade alerta o público para a dimensão de que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da autonomia de seus corpos. (GDE, 2009).

Nesse debate apresenta-se a preocupação em torno da maneira como o “*sujeito*” é construído socialmente quando o tema abordado está relacionado ao casamento homoafetivo, às novas configurações familiares, a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, aos relacionamentos abertos que permitem o consenso para as relações extraconjugais... A preocupação volta-se para a aquisição da identidade sexual. Se a maneira de ser humano é construída como produto da realidade social, então como a mídia contribui para a construção de *identidade de gênero*¹⁰?

Ao apresentar a diversidade de identidade de gênero e de relacionamentos possíveis, a televisão contribui culturalmente para inscrever a história da humanidade.

Para Scott (1990, p. 28),

⁸ “Refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo ‘sexo oposto’); a homossexualidade (atração física e emocional pelo ‘mesmo sexo’); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo ‘mesmo sexo’ quanto pelo ‘sexo oposto’).” (GDE, 2009, p. 79)

⁹ “Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.” (GDE, 2009, p. 60).

¹⁰ “Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos por homens e mulheres.” (GDE, 2009, p. 43).



só podemos escrever a história desse processo se reconhecemos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

O lema é, “não se reprima, não se reprima...”!

3 NAVEGAR PELAS REDES SOCIAIS: fetiche ou violência

O *Programa Amor & Sexo* ao longo das temporadas faz uma interseccionalidade entre gênero e violência mesmo sem deixar claro que o faz. Confirmando uma vertente sobre a violência que não focaliza apenas os comportamentos individuais, mas problematiza a expansão do conceito de violência na direção de aspectos que vão constituir práticas, tendências que vão influenciar a prática da produção de gênero e de sua articulação com a violência. Nestes termos, Gregori (2009) contribui com a análise por apontar que a possível discussão que se propõe é de conceituar a violência considerando que ela é recortada pela assimetria que vai configurar uma relação de força, em que um dos polos é posicionado em desigualdade em relação ao outro. O que importa no debate é perceber que a desigualdade vai incidir na relação entre o feminismo e o masculino e as representações possíveis dessa prática se posicionam como feminino ou como masculino. Não é suficiente tratar o problema da violência como algo relativo ao casal, homem e mulher, desviando os nossos olhares das relações de poder que podem estar envolvidos nas várias possibilidades de formação de casais.

O debate proposto levanta a discussão de que as relações são recortadas pela desigualdade, por uma assimetria que pode levar a violência. Por outro lado, precisamos também olhar para os casos em que elas ocorrem em meio à produção do prazer, da fruição entre os parceiros. Existe aí uma relação que precisa ser olhada com muito cuidado, com muita atenção que é entre a violência de gênero e um conjunto de concepções e práticas que vão estar relativas à sexualidade. (GREGORI, 2009).

O que se identifica na discussão é que a questão da violência ela pode entrar sobre o campo da desigualdade, da violência de gênero onde existe de um lado a força, o subjugo e a dor. Ou ainda para outro campo de discussão que é a situação em que a violência é produção de prazer, é fruição entre parceiros a partir do momento em que ela perpassa o posicionamento da relação entre masculino e feminino a partir da dualidade



entre ativo e passivo. A relação entre violência e prazer como violação de conteúdos instituídos socialmente mantém esse dualismo entre atitude masculina-ativa e atitude feminina-passiva. (GREGORI, 2009).

Santos e Izumino (s/d, p. 2) identificam três correntes teóricas sobre violência. Identificamos que o *Programa Amor & Sexo* se situa na primeira corrente teórica, denominada por dominação masculina, “que define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como ‘vítima’ quanto ‘cúmplice’ da dominação masculina.”

O tema violência em relação à polaridade entre ativo e passivo na ação sexual, entre algoz e vítima é apresentado no Programa de forma superficial quando aponta para um número significativo de mulheres que são assassinadas, estupradas, agredidas no Brasil. Mas não se discute quais as motivações que a representação feminina passa a ser vítima. Fica o alerta!

- Mulher recebe 68% da renda dos homens mesmo com nível de escolaridade superior.
- Violência mata um adolescente por hora no País.
- Abortos clandestinos vitimam 800 mulheres no planeta.
- Um homossexual sofre violência a cada hora no Brasil.
- No Sudeste, 50% da população não usa camisinha.
- Uma pessoa é estuprada a cada 11 minutos.
- IBGE constata que as mulheres sofrem violência ou abuso principalmente de conhecidos.
- Segundo relatórios da ONU, a AIDS é uma das três maiores causas de morte entre 10 e 19 anos.
- Abuso sexual atinge 1 a cada 10 meninas no mundo.
- O Brasil ocupa a sétima colocação como o país mais violento do mundo em mortalidade infantil. (PROGRAMA AMOR E SEXO, 27/02/2016).

Dentro da temática do sexo erótico a violação do corpo significa o prazer e não mais a ideia de que essa violação do corpo possa significar que ela não mais se pertence. Existem aí então alguns casos de violência de gênero que estão relacionados não a ação criminosa, punitiva, mas sim a ideia do prazer constituído pela dualidade algoz e vítima. Outro ponto abordado no Programa é quando Fernanda Lima levanta a questão das várias possibilidades de fetiche que os casais, dentro de suas variadas composições, podem ter para alcançar o prazer.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O debate percorre basicamente as práticas no alcance do desejo. O desejo que é concebido numa relação que implica em superar, contestar modos habituais de sexualidade e apresentar um modelo em que a diferença sexual está baseada na complementariedade entre o corpo que deseja e o corpo que vai se constituindo como objeto de desejo. É justamente aí que se coloca no centro do debate das temporadas do Programa as formas de amar!

Alguns programas vão apresentar um conjunto de acessórios que buscam se constituir em produtos que auxiliam nas relações em busca do prazer. São instrumentos, brinquedinhos encontrados no *sex-shop*. Esses brinquedinhos eles reforçam a autoestima das pessoas libertando-as de preconceitos e estimulando a imaginação. O que parece para alguns uma transgressão, o que pode caracterizar uma ação patológica, perversa entre os agentes envolvidos, a proposta do Programa é convidar a plateia a refletir sobre os padrões estabelecidos entre *fazer Amor* e *fazer Sexo*. A proposta então é caracterizada pela busca do prazer, da autoestima e do divertimento.

No entanto, há um alerta sobre a cultura do consumo e de práticas que possam ser implementadas a partir das redes sociais que reforçam essa questão da cultura do consumo, a cultura do prazer pelo prazer. É um alerta chamando atenção para a internet, destacando que a internet tem a facilidade de apresentar a pornografia e que isso pode caracterizar para os jovens iniciantes na vida sexual uma influência negativa no aprender a fazer sexo. O cuidado em relação à perspectiva da cultura do consumo é para que não venha a reforçar questões biologizantes ou essencialistas, mas ver o corpo como lugar ativo - e não como um suporte - “de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas.” (GREGORI, 2009).

Kama Sutra é um dos livros utilizado em alguns Programas das temporadas iniciais para que a verdade seja estabelecida entre os casais. A tendência é enfatizar alguns manuais de sexo para discutir as relações humanas, celebrando o sexo como fonte de divertimento, de prazer e de saúde física, corporal e mental. O debate é necessário para se alertar para a mercantilização do corpo promovido pela cultura do consumo de sexo. Destaca-se:

A quantificação das práticas sexuais e a mercadorização dos afetos – muito pertinentes quanto à quantificação do sexo e das práticas sexuais, pois, revela-se como uma verdadeira competição entre os humanos, o que transforma as relações e sentimentos em mercadoria. Facilmente



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

manipulados e por isso também descartados. O que essa questão de fato expressa é a mercadorização dos afetos que é sustentada pelo nosso modelo de produção capitalista, que é operada numa lógica imperativa de mercado que influencia diretamente as relações afetivas/sexuais, com um modelo de quantificação das práticas sexuais. (ANDRADE e MELO, 2011, p. 07).

Por isso que o Programa fala em alguns momentos do sadomasoquismo. Grupos que apresentam-se no Programa onde o que vale é o jogo erótico de poder e não o abuso físico e emocional. Alguns momentos a questão da violência é abordada sobre esse ponto de vista, sobre a questão de grupos que se apresentam diante de um contexto de segurança, estruturado a partir de negociações e comunicações entre as pessoas envolvidas. Fernanda Lima, em várias temporadas, quando a questão é prazer aponta para a necessidade da negociação, do pacto entre os sujeitos envolvidos nas relações sexuais. Então sai de um caráter de violência pela violência e é substituído pela noção de um jogo consensual entre os parceiros que vão brincar com os conteúdos e exercícios ligados à posição de dominação e de submissão.

CONCLUSÃO

O *Programa Amor & Sexo*, mesmo evidenciando a diversidade nas relações humanas, desenvolve seus quadros e debates, em torno das relações entre homens e mulheres. As diferenças entre os pares vistos como tradicionais na sociedade moderna voltam-se para o campo do biológico quando o assunto é sexo.

Em alguns momentos, ao basear o debate em torno de questões ditas como delicadas precisa de apoio dos profissionais convidados para compor a bancada de especialistas nas temáticas sobre homossexualismo, relações abertas e/ou traição, travestis, jogos eróticos, sexo em grupo... A apresentadora se coloca em uma posição de aprendiz diante das novas demandas da sociedade em busca de relacionamentos estáveis e parceiros fixos. Deixa registrada a sua formação tradicional de família, a sua concepção heteronormativa, convocando inclusive mãe, pai e marido para compor os debates considerados delicados, mas em nenhum momento se coloca na posição de discriminar ou ter preconceito diante de outras formas de relacionamento. Essa exposição acaba gerando uma empatia do público que passa a acreditar que o *Programa Amor & Sexo* traz um debate necessário para a sociedade atual.



A lógica heteronormativa percorre as temporadas ao estabelecer a diferença entre os sexos masculino e feminino. Perpassam nas pautas do Programa as conquistas presentes nas três ondas do movimento feminista no Brasil assim como, nas últimas temporadas, visa subsidiar a construção de práticas humanizadoras e emancipatórias ao apresentar a diversidade da identidade humana.

Concluindo, o aspecto educativo do programa merece atenção constante, revelando que a discussão sobre os temas em torno do eixo central, Amor & Sexo, foi tratada de maneira prescritiva e descritiva a cada temporada, sem aprofundar os impasses do discurso em torno dos temas analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Laianna Maiara Januário; RABAY, Gloria de Lourdes Freire. A Maria que não foi com as outras: a imagem e o papel da mulher nos programas “Mais Você” e “Saia Justa”. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XVIII Congresso de Ciência da Comunicação na Região Nordeste**, Caruaru, PE, 07 a 09 de julho de 2016.

ANDRADE, Elizane de; MELO, Sonia Maria Martins de. Um estudo dos conteúdos pedagógicos de educação sexual presentes no programa televisivo “amor e sexo” da Rede Globo. **II Simpósio Internacional de Educação Sexual – II SIES**, Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: trajetórias escolares, Maringá/PR, 28 a 30 de abril de 2011.

BARROS, Samuel Anderson Rocha et al.. A sexualidade em *Amor & Sexo*: representação, discurso e regime de verdade. s/d. Disponível em: <portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/616>. Acessado em: 10 de janeiro de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo em questão, questão do feminismo, **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 13-20, 2001.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p.09-35, 1. sem., 2005.

DEVREUX, Anne-Marie. Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos: uma lucidez obstruída. IN: CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al.*. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 85-103.

GDE. Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. **Livro de Conteúdo, Versão 2009**, Rio de Janeiro; CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. IN: PISCITELLI, Adriana *et al.* (orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministérios da Educação; UNESCO, 2009, p. 251-275. (Coleção Educação para Todos; v.10).

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.26, n.1, junho de 2014, p. 61-73.

IDENTIDADES DE GÊNERO. Disponível em: <www.hypeness.com.br/VidaeEstilo>. Acessado em: 05/03/2017.

PROGRAMA AMOR & SEXO. Rede Globo de Televisão. Programas disponibilizados no site da emissora de 28 de agosto de 2009 a 03 de março de 2017. Disponível em: <<http://amorsesexo.globo.com>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2017.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminino-academico-9622.html>>. Acessado em: 25 de agosto de 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. Feminismo, justiça social e cidadania na América Latina. IN: PISCITELLI, Adriana *et al.* (orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministérios da Educação; UNESCO, 2009, p. 83-91. (Coleção Educação para Todos; v.10).

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. “Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil”. s/d..

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria de análise histórica”. **Cadernos SOS Corpo** (Orgs. Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila), Recife, 1990.



**AS IDENTIDADES DE GÊNERO DITAS "INCONFORMES" E A
ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIDADE DE
ENSINO DA REDE ESTADUAL DE ALFENAS - MINAS GERAIS
NO ANO DE 2018**

Lucas Soares Miniussi

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves¹

Zara Rego de Souza

Gregor Castro Erbiste

Samira Cristina Pereira Silva

Jonas Gabriel Bendassoli Roque²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a questão da identidade de gênero aparece no contexto escolar de uma escola estadual da cidade de Alfenas, Minas Gerais. Buscamos verificar a existência de estudantes, equipe técnico-gestora e professores(as) transexuais e travestis; observar quais as condições de uso do banheiro para essas pessoas; analisar o Projeto Político-Pedagógico da escola com o intuito de saber se a escola se descreve como uma escola inclusiva; analisar os livros didáticos de biologia e sociologia para saber como neles é tratada a questão de identidade de gênero, e se essa escola leva em consideração a inclusão de pessoas transexuais e travestis no que se refere a socialização dessas pessoas em seu ambiente, nos mais diversos aspectos. Com isso, foi possível traçar algumas características acerca da escola, no que tange a questão da inclusão, e sua relação com a noção de travestilidade e de transexualidade. Atentamos para a não presença dessas pessoas, tanto no espaço escolar observado, quanto no que parece ser o projeto de inclusão da escola, o que nos levou a concluir que os espaços escolares, em relação a esses sujeitos, têm atuado, em sua imensa maioria, como "[...] maquinarias de violações, nada mais [sendo] que um instrumental para

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); email: crln.stephanie@gmail.com

² O autor e os demais coautores são graduandos e graduandas em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); email: lsminiussi@gmail.com; zarapdesouza@gmail.com; gregorcastro@gmail.com; samiracsp@outlook.com; jonas.gbr@gmail.com



silenciar sexualidades, bem como para despojar os 'desvios' de espaços de poder" (SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p. 8). Assim, a partir das considerações levantadas, podemos concluir que as políticas e práticas educacionais da instituição escolar ora perscrutada precisam avançar (sempre) em direção à inclusão das identidades de gênero ditas "inconformes", ou, ao menos, em relação a elas.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades de gênero. Escola. Inclusão escolar. Exclusão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a questão da identidade de gênero³ aparece no contexto escolar de uma escola estadual da cidade de Alfenas, Minas Gerais. A primeira seção de nosso trabalho trata dos resultados obtidos no período de observação realizado em uma unidade da rede estadual de ensino. Os resultados foram elaborados através da utilização de técnicas do método qualitativo. Com isso, foi possível traçar algumas características acerca da escola, no que tange a questão da inclusão, e sua relação com a noção de travestilidade e transexualidade. Atentamos para a não presença dessas pessoas, tanto no espaço escolar observado, quanto no que parece ser o projeto de inclusão da escola.

Na segunda seção, apresentaremos uma visão geral do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar aqui analisada, mostrando quais são os princípios que orientam a ação pedagógica da escola, ou dito em outras palavras, apresentaremos como ela entende seu papel pedagógico enquanto instituição de ensino. Posteriormente, apresentaremos uma definição geral da ideia de inclusão, tal como trabalhado por Mel Ainscow (2009) no livro *Tornar a educação inclusiva*. Em seguida, exporemos como a escola apresenta, a partir de seus documentos, a sua concepção de inclusão e de que

³ "Compreende[mos] identidade de gênero como a 'profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo [...] e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos' ((ICJ),2007,7) (versão em português), a cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja 'experiência interna e individual do gênero' corresponda ao 'sexo atribuído no nascimento' a elas. Em outras palavras, 'o termo 'cisgênero' é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero'" (SIMAKAWA, 2015, p. 44).



maneira a questão de identidade de gênero está presente no seu PPP enquanto forma de inclusão.

Já a terceira seção teve por propósito identificar de que modo os livros de Sociologia (utilizado para os três anos do ensino médio) e de Biologia (utilizado pelo primeiro ano do ensino médio) fazem a tratativa das temáticas associadas às pessoas que não se enquadram nos marcos normativos de gênero e de sexualidade, com enfoque especial sobre as ditas identidades de gênero "inconformes" (tais como as manifestas por pessoas transexuais, travestis e transgêneros). Assim, um dos objetivos de nossa prática pedagógica, realizada na supracitada unidade de ensino, foi verificar se as narrativas pedagógicas presentes nos materiais didáticos ora analisados contemplariam representações e figurações sobre essas pessoas ainda em muito estigmatizadas pela ordem cis e heteronormativa, e se o fizeram de maneira não binária e excludente, e sim em direção ao desenvolvimento de uma educação inclusiva.

A quarta seção trata da exposição de uma entrevista realizada com professor de biologia da escola em questão. Buscamos compreender o que o entrevistado entende sobre alguns aspectos que circundam as questões de identidade de gênero, se isso é tratado em suas aulas e como a escola se posiciona em relação a estudantes transexuais e travestis.

A última parte desse trabalho contém considerações acerca de todo o processo de realização da prática pedagógica.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A ESCOLA

A escola em questão diz respeito a uma unidade da rede estadual de ensino, localizada na cidade de Alfenas, no estado de Minas Gerais, mais especificamente em um bairro periférico⁴, de classe baixa, próximo a uma das saídas da cidade. A escola conta com sete salas de ensino médio, sendo três primeiros anos, dois segundos e dois terceiros. Em média, cada turma tem, matriculados, 50 estudantes. No entanto, o que se

⁴Ao tratar dos conceitos de *centralidade* e *periferias*, me valho da abordagem utilizada por José G. C. Magnani (2013). Nesse sentido, a periferia é entendida aqui como “a porção mais desassistida das cidades, em comparação com as áreas centrais”.



observa é a frequência de 30 a 40 estudantes por turma. O corpo docente da escola é composto de homens e mulheres cisgêneros, cujas idades variam em uma faixa de 30 a 50 anos. Alguns funcionários da escola são mais velhos, como por exemplo a secretária da escola. A direção da escola, por sua vez, diz respeito a dois homens, na faixa dos 50 anos de idade. O diretor da escola se mostrou bastante difícil de fazer contato, caso contrário do demonstrado pelo vice-diretor, que sempre se encontra na escola no período da manhã, período esse em que foi realizado as observações.

Os estudantes são, em sua maioria, jovens, negros, de classe baixa. Algo que pudemos observar, é que alguns estudantes se enquadram na categoria de estudantes trabalhadores, isso porque não é estranho ouvir relatos de estudantes que trabalham em comércio, muitas vezes no horário da aula. Outra questão é o tráfico de drogas, que também faz parte das narrativas de alguns estudantes sobre a questão do trabalho.

A relação entre os estudantes e a escola é, de certa forma, ambígua. Se por um lado existe a narrativa da importância da educação, por outro existe uma desconfiança acerca do período que a escola ocupa do dia e como esse tempo poderia ser depositado em outras atividades, como o trabalho, por exemplo. Nesse sentido, presenciei a ocasião em que os estudantes se dirigiram à frente da escola, mas não a adentraram. A justificativa foi de que, ao ver que alguns estudantes não entraram na escola e, então, muitos foram para casa, ou foram trabalhar de “hora extra” no comércio.

No que diz respeito aos aspectos físicos, com base nas observações realizadas, constatamos que os banheiros seguem uma divisão binária, o que reforça o uso do banheiro como um marcador de gênero. Percebe-se que a escola tem dois banheiros que estão localizados em um “vão” entre o corredor das salas do primeiro ano: um para os meninos e outro para as meninas. Estes são identificados através de uma placa de identificação que fica em cima da entrada do banheiro. Nota-se que os banheiros são acessíveis para a entrada de pessoas com deficiência física, pois, mesmo não possuindo rampa de acesso, a entrada se encontra nivelada com o chão⁵.

⁵Ao direcionar o olhar para a questão da inclusão, podemos identificar que, quanto aos aspectos físicos, a escola oferece suporte apenas a uma parte do vasto espectro abarcado pela definição de inclusão. Isso porque, é possível acessar qualquer parte da escola a partir de rampas de acesso, muitas vezes feitas a partir de degraus já existentes. O que mostra que estudantes cadeirantes, teoricamente, seriam abarcados na acessibilidade da escola. Durante nosso período de observação não identificamos estudantes surdos ou cegos. Neste sentido, a figura do intérprete ou de materiais didáticos específicos não foram também identificados. Ainda sobre os estudantes cegos, a escola não oferece pisos táteis para acesso as salas ou quaisquer outros espaços da escola.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Figura 1- Foto da entrada dos dois banheiros



Fonte: Elaboração própria (2018).

Durante as observações, realizadas principalmente durante o intervalo, os alunos se "ajustam" à designação dos banheiros. Em momento algum foi visto estudantes entrando no banheiro que não fosse respectivo a seu gênero - construído sócio e historicamente.

Por fim, chama nossa atenção que o desenho que representa o "masculino" da placa de um dos dois banheiros seja representado por um boneco com as pernas afastadas, e o "feminino" com uma boneca com as pernas próximas, conforme fotos a seguir.

Figura 2 - Foto da placa do banheiro dito
"masculino"



Fonte: Elaboração própria (2018).

Figura 3 - Foto da placa do banheiro dito
"feminino"



Fonte: Elaboração própria (2018).

Quanto ao tema das identidades de gênero, mais especificamente quanto às questões referentes à travestilidades e transexualidades, no período de observação das dependências da escola, bem como de seu corpo docente e estudantil, não foi identificado nenhum estudante, professor ou funcionário da escola, transexual ou travesti.



1.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico de uma escola é um documento que cada escola deve possuir para se descrever e apresentar o seu perfil enquanto instituição de ensino, tratando-se, portanto, de um documento oficial. Ele nos permite identificar as características da instituição, suas concepções e seus projetos, seus métodos de ensino e a filosofia da escola. Neste sentido, a análise do projeto político pedagógico da unidade de ensino da rede estadual de Alfenas ora analisado, apresentado nesta seção, expõe, em linhas gerais, qual a concepção e os projetos desenvolvidos no interior da escola sobre a questão da inclusão, atentando-se ao fato, de se tratar de um documento descrito que pode ou não corresponder a prática pedagógica efetiva.

De maneira mais ampla, observamos que o PPP da escola em questão fora concebido em consonância com a Constituição de 1988 e o documento oficial que rege a educação (LDB 1996). Conforme expõe sua concepção pedagógica:

Como a arte de tratar com a sua comunidade o que é bom para toda a sociedade apresentamos o foco “Político”, fixando a [escola em questão] como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir (PPP, 2016, p. 9).

Trata-se portanto, de uma concepção que se pretende orientadora de uma prática pedagógica para a formação cidadã e crítica dos estudantes, tendo em vista o diálogo e a abertura para com a comunidade local, pontos fixados nos documentos oficiais do Estado e expostos no documento oficial.

Há um amplo debate sobre o significado da palavra *inclusão*. Pode-se entendê-la (e é neste sentido que será abordado neste estudo) “[...] como uma reforma que apóia e acolhe a diversidade entre todos os sujeitos do processo educativo” (AINSCOW, 2009, apresentação). Na questão específica desse estudo (identidade de gênero), buscamos identificar de que maneira a questão de identidade de gênero é entendida e trabalhada a partir dos documentos oficiais da escola ou, se tal questão é objeto de reflexão e/ou de orientação política.

No documento analisado, a questão da inclusão está presente. Todavia, a escola se apropria da ideia de inclusão entendendo-a como a necessidade de apoio e



acolhimento dos estudantes com necessidades especiais (os “deficientes”). Em um dos tópicos dedicados a esta temática expõe a sua concepção de inclusão: “[a] inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelece relações” (PPP, 2016, p. 27). Em linhas gerais, observamos, assim, que a escola entende que as necessidades dos alunos, e em consequência, o tipo de ação pedagógica dirigida a eles, está profundamente relacionada com o tipo de relação que o educando estabelece com seu meio social, o que nos remete à ideia de que as diferenças são entendidas como derivadas das diferenças sociais que os indivíduos partilham. Mais especificamente, a escola prioriza alunos que apresentem quadros diagnosticados clinicamente como deficiências, dentre eles o documento elenca: Síndrome de Asperger, Deficiência auditiva parcial (até 41 a 55 db – moderada), Síndrome de Down (com retardo mental leve e moderado), Deficiência Intelectual (leve e moderada) e Transtornos de aprendizagem.

Os princípios que orientam a prática de inclusão estão ligadas a duas esferas: uma de natureza social, onde as diferenças são entendidas como consequência do meio social, e outra de ordem psicológica ou física, atestada clinicamente como “deficiência”. Com efeito, entendemos que a concepção de inclusão dessa escola está relacionada a duas perspectivas orientadoras da prática de inclusão. Em sua análise sobre as ideias de inclusão existências nos diferentes lugares do mundo, Ainscow (2009) elenca, dentre elas: a inclusão referente à *deficiência e à necessidade de educação especial* e uma segunda referente à *inclusão social*, (esta última entende as diferenças como fruto de comunidades diversificadas); inferimos, assim, que é possível identificar ambas como concepções de inclusão que orientaram a construção do documento.

Conforme o exposto, a concepção de inclusão presente no projeto pedagógico, não abarca questões relacionadas à diversidade sexual ou de gênero. Observamos ainda que a escola não se utiliza do conceito de identidade de gênero no diálogo que faz com a comunidade, nem o adota como projeto de inclusão. No caso das transidentidades, não há menções sobre como tratar xs estudantes trans/travestis/transgêneros, embora seja claro em seu documento oficial a abertura da escola ao diálogo com a comunidade, e também seu esforço pedagógico para uma formação que se pretende cidadã.



1.3 OS LIVROS DIDÁTICOS

Esta seção tem o propósito de identificar como os livros didáticos de Sociologia e Biologia, utilizados em uma unidade de ensino da rede estadual de Alfenas, Minas Gerais, - que integram o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – contribuem para uma tratativa inclusiva do tema das identidades de gênero ditas "inconformes". Pretendeu-se, assim, verificar se os livros de Sociologia (que abrange os três anos do ensino médio) e de Biologia (que abrange apenas o primeiro ano do ensino médio) se apresentam como materiais de qualidade e como uma fonte de consulta e de informação representativas das demandas e reivindicações do movimento pelos direitos de "LGBT+".

1.3.1 O LIVRO DE SOCIOLOGIA

O livro didático de Sociologia analisado é descrito por seus próprios autores como sendo “[...] um curso de Sociologia em volume único, dividido em 6 unidades, com um total de 15 capítulos, para alunos do Ensino Médio” (SILVA et al., 2016, não paginado). Na sexta e última unidade encontra-se o capítulo 14 “Gêneros, sexualidades e identidades”. É este capítulo que servirá de base para a elaboração de nossa compreensão sobre as narrativas pedagógicas da escola em comento sobre o tema das identidades de gênero.

Antes de qualquer coisa, vejamos a seguir quais tópicos compõem o capítulo em questão:

Figura 4 - Tópicos do Capítulo 14 "Gêneros, sexualidades e identidades"

14. Gêneros, sexualidades e identidades	
1. Introdução	138
2. O que é gênero?	139
3. Gênero e sexualidade	140
4. Gênero e identidade	141
5. Gênero e cultura	142
6. Gênero e política	143
7. Gênero e economia	144
8. Gênero e sociedade	145
9. Gênero e tecnologia	146
10. Gênero e meio ambiente	147
11. Gênero e saúde	148
12. Gênero e educação	149
13. Gênero e trabalho	150
14. Gênero e cultura popular	151
15. Gênero e arte	152
16. Gênero e literatura	153
17. Gênero e cinema	154
18. Gênero e música	155
19. Gênero e televisão	156
20. Gênero e internet	157
21. Gênero e jogos	158
22. Gênero e esportes	159
23. Gênero e moda	160
24. Gênero e beleza	161
25. Gênero e religião	162
26. Gênero e filosofia	163
27. Gênero e história	164
28. Gênero e geografia	165
29. Gênero e matemática	166
30. Gênero e ciências	167
31. Gênero e tecnologia	168
32. Gênero e meio ambiente	169
33. Gênero e saúde	170
34. Gênero e educação	171
35. Gênero e trabalho	172
36. Gênero e cultura popular	173
37. Gênero e arte	174
38. Gênero e literatura	175
39. Gênero e cinema	176
40. Gênero e música	177
41. Gênero e televisão	178
42. Gênero e internet	179
43. Gênero e jogos	180
44. Gênero e esportes	181
45. Gênero e moda	182
46. Gênero e beleza	183
47. Gênero e religião	184
48. Gênero e filosofia	185
49. Gênero e história	186
50. Gênero e geografia	187
51. Gênero e matemática	188
52. Gênero e ciências	189
53. Gênero e tecnologia	190
54. Gênero e meio ambiente	191
55. Gênero e saúde	192
56. Gênero e educação	193
57. Gênero e trabalho	194
58. Gênero e cultura popular	195
59. Gênero e arte	196
60. Gênero e literatura	197
61. Gênero e cinema	198
62. Gênero e música	199
63. Gênero e televisão	200
64. Gênero e internet	201
65. Gênero e jogos	202
66. Gênero e esportes	203
67. Gênero e moda	204
68. Gênero e beleza	205
69. Gênero e religião	206
70. Gênero e filosofia	207
71. Gênero e história	208
72. Gênero e geografia	209
73. Gênero e matemática	210
74. Gênero e ciências	211
75. Gênero e tecnologia	212
76. Gênero e meio ambiente	213
77. Gênero e saúde	214
78. Gênero e educação	215
79. Gênero e trabalho	216
80. Gênero e cultura popular	217
81. Gênero e arte	218
82. Gênero e literatura	219
83. Gênero e cinema	220
84. Gênero e música	221
85. Gênero e televisão	222
86. Gênero e internet	223
87. Gênero e jogos	224
88. Gênero e esportes	225
89. Gênero e moda	226
90. Gênero e beleza	227
91. Gênero e religião	228
92. Gênero e filosofia	229
93. Gênero e história	230
94. Gênero e geografia	231
95. Gênero e matemática	232
96. Gênero e ciências	233
97. Gênero e tecnologia	234
98. Gênero e meio ambiente	235
99. Gênero e saúde	236
100. Gênero e educação	237
101. Gênero e trabalho	238
102. Gênero e cultura popular	239
103. Gênero e arte	240
104. Gênero e literatura	241
105. Gênero e cinema	242
106. Gênero e música	243
107. Gênero e televisão	244
108. Gênero e internet	245
109. Gênero e jogos	246
110. Gênero e esportes	247
111. Gênero e moda	248
112. Gênero e beleza	249
113. Gênero e religião	250
114. Gênero e filosofia	251
115. Gênero e história	252
116. Gênero e geografia	253
117. Gênero e matemática	254
118. Gênero e ciências	255
119. Gênero e tecnologia	256
120. Gênero e meio ambiente	257
121. Gênero e saúde	258
122. Gênero e educação	259
123. Gênero e trabalho	260
124. Gênero e cultura popular	261
125. Gênero e arte	262
126. Gênero e literatura	263
127. Gênero e cinema	264
128. Gênero e música	265
129. Gênero e televisão	266
130. Gênero e internet	267
131. Gênero e jogos	268
132. Gênero e esportes	269
133. Gênero e moda	270
134. Gênero e beleza	271
135. Gênero e religião	272
136. Gênero e filosofia	273
137. Gênero e história	274
138. Gênero e geografia	275
139. Gênero e matemática	276
140. Gênero e ciências	277
141. Gênero e tecnologia	278
142. Gênero e meio ambiente	279
143. Gênero e saúde	280
144. Gênero e educação	281
145. Gênero e trabalho	282
146. Gênero e cultura popular	283
147. Gênero e arte	284
148. Gênero e literatura	285
149. Gênero e cinema	286
150. Gênero e música	287
151. Gênero e televisão	288
152. Gênero e internet	289
153. Gênero e jogos	290
154. Gênero e esportes	291
155. Gênero e moda	292
156. Gênero e beleza	293
157. Gênero e religião	294
158. Gênero e filosofia	295
159. Gênero e história	296
160. Gênero e geografia	297
161. Gênero e matemática	298
162. Gênero e ciências	299
163. Gênero e tecnologia	300
164. Gênero e meio ambiente	301
165. Gênero e saúde	302
166. Gênero e educação	303
167. Gênero e trabalho	304
168. Gênero e cultura popular	305
169. Gênero e arte	306
170. Gênero e literatura	307
171. Gênero e cinema	308
172. Gênero e música	309
173. Gênero e televisão	310
174. Gênero e internet	311
175. Gênero e jogos	312
176. Gênero e esportes	313
177. Gênero e moda	314
178. Gênero e beleza	315
179. Gênero e religião	316
180. Gênero e filosofia	317
181. Gênero e história	318
182. Gênero e geografia	319
183. Gênero e matemática	320
184. Gênero e ciências	321
185. Gênero e tecnologia	322
186. Gênero e meio ambiente	323
187. Gênero e saúde	324
188. Gênero e educação	325
189. Gênero e trabalho	326
190. Gênero e cultura popular	327
191. Gênero e arte	328
192. Gênero e literatura	329
193. Gênero e cinema	330
194. Gênero e música	331
195. Gênero e televisão	332
196. Gênero e internet	333
197. Gênero e jogos	334
198. Gênero e esportes	335
199. Gênero e moda	336
200. Gênero e beleza	337
201. Gênero e religião	338
202. Gênero e filosofia	339
203. Gênero e história	340
204. Gênero e geografia	341
205. Gênero e matemática	342
206. Gênero e ciências	343
207. Gênero e tecnologia	344
208. Gênero e meio ambiente	345
209. Gênero e saúde	346
210. Gênero e educação	347
211. Gênero e trabalho	348
212. Gênero e cultura popular	349
213. Gênero e arte	350
214. Gênero e literatura	351
215. Gênero e cinema	352
216. Gênero e música	353
217. Gênero e televisão	354
218. Gênero e internet	355
219. Gênero e jogos	356
220. Gênero e esportes	357
221. Gênero e moda	358
222. Gênero e beleza	359
223. Gênero e religião	360
224. Gênero e filosofia	361
225. Gênero e história	362
226. Gênero e geografia	363
227. Gênero e matemática	364
228. Gênero e ciências	365
229. Gênero e tecnologia	366
230. Gênero e meio ambiente	367
231. Gênero e saúde	368
232. Gênero e educação	369
233. Gênero e trabalho	370
234. Gênero e cultura popular	371
235. Gênero e arte	372
236. Gênero e literatura	373
237. Gênero e cinema	374
238. Gênero e música	375
239. Gênero e televisão	376
240. Gênero e internet	377
241. Gênero e jogos	378
242. Gênero e esportes	379
243. Gênero e moda	380
244. Gênero e beleza	381
245. Gênero e religião	382
246. Gênero e filosofia	383
247. Gênero e história	384
248. Gênero e geografia	385
249. Gênero e matemática	386
250. Gênero e ciências	387
251. Gênero e tecnologia	388
252. Gênero e meio ambiente	389
253. Gênero e saúde	390
254. Gênero e educação	391
255. Gênero e trabalho	392
256. Gênero e cultura popular	393
257. Gênero e arte	394
258. Gênero e literatura	395
259. Gênero e cinema	396
260. Gênero e música	397
261. Gênero e televisão	398
262. Gênero e internet	399
263. Gênero e jogos	400
264. Gênero e esportes	401
265. Gênero e moda	402
266. Gênero e beleza	403
267. Gênero e religião	404
268. Gênero e filosofia	405
269. Gênero e história	406
270. Gênero e geografia	407
271. Gênero e matemática	408
272. Gênero e ciências	409
273. Gênero e tecnologia	410
274. Gênero e meio ambiente	411
275. Gênero e saúde	412
276. Gênero e educação	413
277. Gênero e trabalho	414
278. Gênero e cultura popular	415
279. Gênero e arte	416
280. Gênero e literatura	417
281. Gênero e cinema	418
282. Gênero e música	419
283. Gênero e televisão	420
284. Gênero e internet	421
285. Gênero e jogos	422
286. Gênero e esportes	423
287. Gênero e moda	424
288. Gênero e beleza	425
289. Gênero e religião	426
290. Gênero e filosofia	427
291. Gênero e história	428
292. Gênero e geografia	429
293. Gênero e matemática	430
294. Gênero e ciências	431
295. Gênero e tecnologia	432
296. Gênero e meio ambiente	433
297. Gênero e saúde	434
298. Gênero e educação	435
299. Gênero e trabalho	436
300. Gênero e cultura popular	437
301. Gênero e arte	438
302. Gênero e literatura	439
303. Gênero e cinema	440
304. Gênero e música	441
305. Gênero e televisão	442
306. Gênero e internet	443
307. Gênero e jogos	444
308. Gênero e esportes	445
309. Gênero e moda	446
310. Gênero e beleza	447
311. Gênero e religião	448
312. Gênero e filosofia	449
313. Gênero e história	450
314. Gênero e geografia	451
315. Gênero e matemática	452
316. Gênero e ciências	453
317. Gênero e tecnologia	454
318. Gênero e meio ambiente	455
319. Gênero e saúde	456
320. Gênero e educação	457
321. Gênero e trabalho	458
322. Gênero e cultura popular	459
323. Gênero e arte	460
324. Gênero e literatura	461
325. Gênero e cinema	462
326. Gênero e música	463
327. Gênero e televisão	464
328. Gênero e internet	465
329. Gênero e jogos	466
330. Gênero e esportes	467
331. Gênero e moda	468
332. Gênero e beleza	469
333. Gênero e religião	470
334. Gênero e filosofia	471
335. Gênero e história	472
336. Gênero e geografia	473
337. Gênero e matemática	474
338. Gênero e ciências	475
339. Gênero e tecnologia	476
340. Gênero e meio ambiente	477
341. Gênero e saúde	478
342. Gênero e educação	479
343. Gênero e trabalho	480
344. Gênero e cultura popular	481
345. Gênero e arte	482
346. Gênero e literatura	483
347. Gênero e cinema	484
348. Gênero e música	485
349. Gênero e televisão	486
350. Gênero e internet	487
351. Gênero e jogos	488
352. Gênero e esportes	489
353. Gênero e moda	490
354. Gênero e beleza	491
355. Gênero e religião	492
356. Gênero e filosofia	493
357. Gênero e história	494
358. Gênero e geografia	495
359. Gênero e matemática	496
360. Gênero e ciências	497
361. Gênero e tecnologia	498
362. Gênero e meio ambiente	499
363. Gênero e saúde	500
364. Gênero e educação	501
365. Gênero e trabalho	502
366. Gênero e cultura popular	503
367. Gênero e arte	504
368. Gênero e literatura	505
369. Gênero e cinema	506
370. Gênero e música	507
371. Gênero e televisão	508
372. Gênero e internet	509
373. Gênero e jogos	510
374. Gênero e esportes	511
375. Gênero e moda	512
376. Gênero e beleza	513
377. Gênero e religião	514
378. Gênero e filosofia	515
379. Gênero e história	516
380. Gênero e geografia	517
381. Gênero e matemática	518
382. Gênero e ciências	519
383. Gênero e tecnologia	520
384. Gênero e meio ambiente	521
385. Gênero e saúde	522
386. Gênero e educação	523
387. Gênero e trabalho	524
388. Gênero e cultura popular	525
389. Gênero e arte	526
390. Gênero e literatura	527
391. Gênero e cinema	528
392. Gênero e música	529
393. Gênero e televisão	530
394. Gênero e internet	531
395. Gênero e jogos	532
396. Gênero e esportes	533
397. Gênero e moda	534
398. Gênero e beleza	535
399. Gênero e religião	536
400. Gênero e filosofia	537
401. Gênero e história	538
402. Gênero e geografia	539
403. Gênero e matemática	540
404. Gênero e ciências	541
405. Gênero e tecnologia	542
406. Gênero e meio ambiente	543
407. Gênero e saúde	544
408. Gênero e educação	545
409. Gênero e trabalho	546
410. Gênero e cultura popular	547
411. Gênero e arte	548
412. Gênero e literatura	549
413. Gênero e cinema	550
414. Gênero e música	551
415. Gênero e televisão	552
416. Gênero e internet	553
417. Gênero e jogos	554
418. Gênero e esportes	555
419. Gênero e moda	556
420. Gênero e beleza	557
421. Gênero e religião	558
422. Gênero e filosofia	559
423. Gênero e história	560
424. Gênero e geografia	561
425. Gênero e matemática	562
426. Gênero e ciências	563
427. Gênero e tecnologia	564
428. Gênero e meio ambiente	565
429. Gênero e saúde	566
430. Gênero e educação	567
431. Gênero e trabalho	568
432. Gênero e cultura popular	569
433. Gênero e arte	570
434. Gênero e literatura	571
435. Gênero e cinema	572
436. Gênero e música	573
437. Gênero e televisão	574
438. Gênero e internet	575
439. Gênero e jogos	576
440. Gênero e esportes	577
441. Gênero e moda	578
442. Gênero e beleza	579
443. Gênero e religião	580
444. Gênero e filosofia	581
445. Gênero e história	582
446. Gênero e geografia	583



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Apenas por esta imagem já é possível visualizarmos que as narrativas pedagógicas deste livro inclinar-se-iam para um melhor entendimento e compreensão acerca da verdadeira vastidão de práticas de gênero e sexualidade possíveis. Mas, mais adiante, vemos que nossa impressão se confirma: não só o sumário do capítulo depõe a favor de nossa expectativa, como os textos e imagens de sua abertura apontam para a mesma direção: a começar pelas imagens de sua abertura, vemos o marco da hétero e da cisgeneridade ser desafiado. Isso porque há uma grande e poderosa imagem das passeatas “LGBT+”, também conhecidas como Paradas do Orgulho “LGBT+”, seguida por uma breve definição dessa expressão. Em linhas gerais, essa manifestação é descrita no livro como sendo de cunho social e como sendo uma decorrência da efervescência do debate acerca das demandas e agenda do movimento pelos direitos de “LGBT+”, o que, de antemão, já contribui para o reconhecimento, pelos estudantes, da importância dessa estratégia política levada a cabo por esse movimento e seus atores sociais como uma dentre muitas possíveis e legítimas⁶.

Figura 5 - Imagem da abertura do capítulo



Fonte: Silva et al. (2016).

Ainda na abertura do capítulo, somos remetidos aos seus objetivos, quais sejam:

⁶Isso vai ao encontro do que apontam autoras como Regina Facchini e Isadora L. França (2009), que sinalizando para a pluralidade de estratégias reivindicatórias do movimento e expressando-as de uma forma mais ampliada de compreensão, não ignoram que as estratégias do referido movimento “diversificaram-se [muito], de modo a incorporar [dentre outras reivindicações] a demanda por direitos via Legislativo e Judiciário, o controle social da formulação e da implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e até a construção de alternativas de política lúdica, como as paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte e a apropriação de manifestações já existentes na ‘comunidade’, como concursos de ‘miss gay’ ou ‘trans’” (FACCHINI; FRANÇA, 2009).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Compreender os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, suas inter-relações e interseccionalidades; identificar e analisar situações de desigualdade e violência que provêm de padrões de comportamento em relação a gênero e sexualidade; avaliar o papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos ligados ao sexo e à sexualidade; e identificar como os movimentos sociais modificaram percepções sobre a sexualidade e criaram novas demandas de direitos na sociedade (SILVA et al., 2016, p. 328).

Além dos objetivos do capítulo, suprarrelacionados, há uma questão motivadora, que pode ser definida como um ponto de partida, um pontapé para as discussões temáticas e conceituais que se desdobrarão naquele capítulo. A saber, a questão motivadora do capítulo 14 é colocada do seguinte modo: “Por que gêneros e sexualidades considerados ‘diferentes’ podem causar sofrimento a inúmeras pessoas?” (SILVA et al. 2016, p. 329).

A seguir, o capítulo se inicia com o tópico “Primeiras palavras”. Neste momento, o objetivo central do capítulo é claramente colocado: romper com o longo silêncio imposto em relação aos fenômenos, teorias e problemáticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, bem como trazer uma reflexão sobre o registro discriminatório e injusto produzido pelo marco hegemônico de gênero e sexualidade sobre vidas humanas reputadas como “diferentes”. Eis como o objetivo do capítulo é colocado nas próprias palavras de seus autores:

Este capítulo tem a intenção de ampliar o diálogo e a compreensão sobre as chamadas *questões de gênero*, que vêm sendo marcadas pela violência e intolerância em relação às pessoas que não se inserem nos padrões hegemônicos de comportamentos e afetos (SILVA et al., 2016, p. 330, grifo dos autores).

Passando por conceitos tais como os de identidade, diferença, (trans)sexualidades, movimentos sociais, cultura, desigualdade e violência, vemos que as marcas da discriminação sofridas pelos fora da lei de gênero e sexualidade serão compreendidas neste livro como “construções simbólicas e sociais”, mais ou menos visíveis de opressão, e como sendo afetadas por realidades institucionais, como escolas, famílias e mídia, por exemplo. Não à toa, vemos outro objetivo colocado pelo presente capítulo do seguinte modo:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Com o debate, procura-se também identificar e analisar as formas menos visíveis de opressão que reforçam as situações de menosprezo às quais tais grupos são submetidos em ambientes de trabalho, na mídia, no cinema, na escola, ou seja, em muitas instâncias da vida social (SILVA et al., 2016, p. 330).

Deste modo, o que vamos constatando à medida que consultamos esse material didático é que nele a orientação afetivo-sexual não é limitada à heterossexualidade, a família não é limitada à família monogâmica, heterossexual, patriarcal e branca, e a identidade de gênero não é limitada à cisgeneridade. Outros modos de vida, de famílias, de orientações sexuais, de fenótipos étnico-raciais, de identidades, práticas e sensibilidades são apresentados como inegavelmente possíveis. Assim, os autores do livro afirmam em um dado momento:

[...] por que tomar como referência apenas *um* único modo de vida, *um* padrão de beleza, de família, de orientação sexual? A multiplicidade do mundo é cada vez mais inegável: as pessoas reinventam suas identidades e suas vidas para serem mais felizes, fugindo de padrões de consumo e de pressões estéticas para criar outros padrões, no plural (SILVA et al., 2016, p. 331, grifos dos autores).

Já mais adiante, no tópico “Sexualidade(s) em transformação”, vemos, já em seu próprio título, a sugestão de que as orientações afetivo-sexuais não poderiam ser reduzidas unicamente à heterossexualidade. Deste modo, não só outras possibilidades de orientações afetivo-sexuais, mas também outras possibilidades de expressões e de identidades de gênero e de papéis sociais são apresentados como compondo o horizonte do possível sob a ótica desse livro. Ademais, o livro em questão questiona como o sistema de classificação binário atua de modo a promover a discriminação negativa dos grupos sociais humanos e também de modo a legitimar a dominação exercida por alguns grupos sociais em relação a outros. Especificamente, o gênero biológico (o chamado “sexo biológico”) é desnaturalizado pelos autores, que questionam sua réplica, na ordem social, para classificar, de modo binário e excludente, os mais variados elementos das identidades humanas.

A pluralidade de expressões, identidades, papéis sociais de gênero, de “sexo biológicos” e de orientações afetivo-sexuais é, assim, pois, habilitada como possibilidades para os sujeitos. Não à toa há uma imagem, no final da página 345 do



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

livro didático ora analisado, que apresenta a imagem do chamado popularmente "homem biscoito"/ "biscoitinho de gênero"/ ou ainda "*genderbreadperson*".

Figura 6 - Imagem do chamado popularmente "homem biscoito"



Fonte: Silva et al. (2016).

A imagem supra-relacionada, que conta com boa divulgação sobretudo nos sítios eletrônicos com enfoque "LGBT+", fora mobilizada para explicar as diferenças entre identidade de gênero (a parte cerebral, quem nós pensamos que somos), a expressão de gênero (como nós demonstramos nosso gênero socialmente), "sexo" (ou gênero "biológico", que se refere aos órgãos genitais, hormônios e cromossomos com os quais nascemos), e, finalmente, a orientação afetivo-sexual (relacionando-se ao gênero das pessoas por quem nos sentimos atraídos(as)). A imagem mostra, portanto, que identidade de gênero, expressão de gênero, "sexo" e orientação afetivo-sexual podem estar relacionadas entre si, mas que são dimensões independentes umas das outras. Mostra que, embora essas características possam ser influenciadas umas pelas outras, não são determinantes para a configuração das demais.

Afora, a presença de diversas imagens-retóricas no capítulo em questão diz por si só: vemos famílias lésbicas e gays e seus respectivos filhos, famílias negras, famílias ampliadas, a imagem de um menino transgênero brincando com seu boneco, a imagem de diversos pensadores e pensadoras tais como Simone de Beauvoir, de Helena Hirata, bellhooks, Lélia Gonzalez, Judith Butler, dentre outros. Vemos também a imagem de um banheiro "inclusivo" (que não faz distinção de gênero), de um ato da bancada feminina em prol da aprovação de cotas para mulheres no Congresso Nacional em Brasília, no Distrito Federal, de expressões públicas de movimentos sociais feministas



(como o evento Marcha das Vadias e a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver), de uma mulher transexual em seu ambiente de trabalho, de um cartaz feminista, da própria bandeira do orgulho transgênero, uma foto de uma grande atividades pelos direitos "LGBT+", *in casu*, a cartunista Laerte, dentre muitas outras imagens.

Finalmente, o capítulo encerra-se dimensionando os "avanços" conquistados pelas pautas "LGBT+" na esfera da "corte constitucional" brasileira em seu período mais recente. Mas, muito embora os autores do capítulo estejam apontando para o fato de grandes "avanços", sobretudo no âmbito do Judiciário, terem sido conquistados como uma das decorrências da militância "LGBT+", o capítulo termina sinalizando que, repise-se, não obstante tais "avanços", permaneceriam as demandas "[...] pela criminalização da homofobia e pelo estabelecimento de políticas públicas que promovam a inclusão da população LGBT nos projetos de combate às desigualdades [...]" (SILVA et al., 2016, p. 351) no horizonte reivindicatório do referido movimento.

1.3.2 O LIVRO DE BIOLOGIA

Para chegarmos ao capítulo segundo "Saúde do adolescente e sexualidade", do livro didático *Conexões com a Biologia* - primeiro livro, correspondente ao primeiro ano do ensino médio, de um conjunto de mais dois de uma outra coleção, a coleção *Biologia Hoje* - foi necessário perseguirmos diferentes expressões como sexualidade, reprodução e saúde. Analisados os sumários do primeiro, do segundo e do terceiro livro didático utilizado, respectivamente, para o primeiro, o segundo e o terceiro ano da unidade de ensino analisada, fomos remetidos àquele capítulo, de número segundo.

Mas, muito embora este capítulo apresente reflexões ampliadas sobre o entendimento da sexualidade e suas formas de manifestação - como quando afirma que "[a] **sexualidade** envolve questões que vão além do ato sexual em si, relacionando-se aos desejos, sentimentos e escolhas do indivíduo [...]" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 178, grifos dos autores); coloque em pauta também uma abordagem de conteúdos de caráter mais positivo em relação à manifestação da sexualidade (como a tratativa sutil de questões como a primeira prática sexual e a importância de se ter práticas sexuais agradáveis, caso as deseje, por exemplo), mesclando-a com uma abordagem igualmente



importante de conteúdos de caráter mais negativo no que atine às sexualidades, como a questão da violência sexual e da gravidez sem planejamento; e apresente um tópico próprio no qual é feita uma discussão bastante inclusiva sobre os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual - pelo qual os gêneros, os papéis ditos "masculinos" e "femininos" associados aos dois sexos, e as heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades sejam apresentações como possibilidades de variações humanas que não devem nunca ser tratadas como doenças ou desvios; vemos que o mesmo capítulo, em um momento quase imediatamente anterior, incorre em algumas imprecisões.

Isso pode ser verificado quando há as seguintes afirmações no tópico "Puberdade e adolescência": "Nos garotos, os testículos produzem **testosterona**; nas garotas, os ovários produzem **estrógeno e progesterona**" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 177, grifos dos autores); e "Agora que o corpo está diferente, o adolescente também conta com a ajuda de médicos especializados: no caso de algum problema relativo ao sistema genital, as garotas devem procurar o ginecologista, e os garotos, o urologista" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 177).

Na contramão de uma perspectiva inclusiva em relação às identidades de gênero ditas "inconformes", as passagens supracitadas do livro didático em questão reforçam um padrão de identidade de gênero tido como pretensamente universal e neutro. Isso porque o mais correto seria afirmar que "Nos garotos [cisgêneros⁷], os testículos produzem **testosterona**; nas garotas [cisgêneros], os ovários produzem **estrógeno e progesterona**" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 177, grifos dos autores); e "Agora que o corpo está diferente, o adolescente também conta com a ajuda de médicos especializados: no caso de algum problema relativo ao sistema genital, as garotas [cisgêneros e, eventualmente, os trans homens] devem procurar o ginecologista, e os garotos [cisgêneros e, eventualmente, as trans mulheres], o urologista" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 177). Ao ler essas passagens, resta também a dúvida sobre qual dos dois profissionais (ou se ambos) deveriam ser procurados pelas pessoas intersexos⁸, outrora

⁷Cisgênero ou cis é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascer. Cisgênero é o oposto de transgênero.

⁸"Podemos definir la intersexualidad como una condición natural en la cual una persona presenta una discrepancia entre su sexo cromosómico (XX/XY), sus genitales (vagina y pene) y sus gónadas (ovarios o testículos), mostrando características propias de ambos sexos. La intersexualidad es un término que en



designadas por hermafroditas. Ainda que no referido livro didático, persista inadvertidamente a designação de "hermafroditismo" para aquelas pessoas que, segundo os autores do livro, possuíam um desenvolvimento intermediário de seu sexo biológico, vemos que essa nomenclatura já se encontra, de há muito, superada.

Para além disso, vemos que há também um profundo silêncio sobre os processos de hormonização muitas vezes utilizados como um recurso pelas pessoas transgêneros. Associado a tudo isso, o que podemos concluir é que o capítulo em questão faz uma abordagem que se pretende inclusiva no que atine às chamadas identidades de gênero "inconformes" - e que, por vezes, se efetiva de tal modo -, mas que derrapa ao apresentar marcas ainda renitentes e severas de diferencialismo de gênero. Isso vai ao encontro de um entendimento de que houve, no caso presente, uma

[...] inserção eventual de identidades subalternizadas [feita] de forma periférica [...], respondendo possivelmente às reivindicações das políticas de identidade. Em tal estratégia *politicamente correta*, aparentemente se concede algum espaço a não [cisgêneros], mas efetivamente essas pessoas são periferizadas quando se mostra que os copos universais são [cisgêneros] (POCAHY,; OLIVEIRA; IMPERATORI, 2009; OLIVEIRA, 2011 apud OLIVEIRA; DINIZ, 2014, p. 245-246).

1.4 ENTREVISTAS COM O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

Após as observações na escola e, principalmente, após a leitura do PPP, consideramos importante adentrar um pouco mais na questão de identidade de gênero por meio da realização de uma entrevista com o professor de sociologia da referida escola. Tendo em vista a ausência de estudantes transexuais e travestis nesse espaço escolar, consideramos importante entender como a escola, por parte de um de seus professores, lida com essa questão.

Sobre a entrevista com o referido professor, esta contém sete perguntas, sendo:

1. Você é homem ou mulher? Porque?
2. Você se identifica com o sexo que nasceu?
3. O que você entende por uma pessoa que se denomina transexual? E travesti?

general se utiliza para una variedad de situaciones en las cuales, una persona nace con una anatomía reproductiva o sexual que no parece encajar en las definiciones típicas de masculino y femenino. Por ejemplo, una persona puede nacer con formas genitales típicamente de una mujer, pero en su interior puede tener testículos" (LA NUEZ, 2018, não paginado) .



4. Em seu tempo nessa escola, você já lecionou para algum(a) estudante transexual/travesti?
5. Você recebe ou já recebeu alguma instrução da direção da escola para lidar com estudantes transexuais ou travestis?
6. O assunto de identidade de gênero aparece nas suas aulas? Porque? Como?
7. Você considera que esse assunto seja relevante para trabalhar em sala de aula?

Tendo em vista a gama de compromisso dos professores e a questão do tempo de realização das entrevistas com todo o corpo docente da escola, optamos por realizar essa entrevista apenas com o professor de sociologia. A escolha de entrevistar o professor de sociologia ocorreu pelo fato de ser a área do curso de todos os integrantes do grupo: Ciências Sociais. Além disso, foi analisado como o tema de identidade de gênero está presente no material didático utilizado na aula de sociologia para os estudantes do ensino médio dessa escola. Assim, consideramos importante saber o posicionamento do professor de sociologia sobre esse tema.

As primeiras perguntas que guiam essa entrevista foram feitas com o sentido de saber qual a percepção de “homem”, “mulher”, transexuais e travestis para os entrevistados. As demais perguntas foram feitas no sentido de entender como eles, enquanto professores, lidaram/lidam com estudantes transexuais e travestis nessa escola e se há um posicionamento da direção em relação a instruções de como lidar com esses estudantes.

A entrevista com o professor em questão foi gravada. Durante a realização, ficou nítido o desconforto do participante ao responder as primeiras perguntas. Ele chegou a relatar que nunca tinha pensado nessas questões, por isso a dificuldade em respondê-las. Com o intuito de não identificar a identidade do professor, suas respostas do professor serão apontadas pelas letras PS.

1.4.1 ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

1. Você é homem ou mulher? Porque?

PS: “Eu me identifico como homem, agora explicar isso tenho uma dificuldade [...]. Não sei como explicar isso”.

2. Você se identifica com o sexo que nasceu?

PS: “Sim”.



3. O que você entende por uma pessoa que se denomina transexual? E travesti?

PS: “Travesti seria aquele indivíduo que ele tem uma identidade e ele se comporta como homem no decorrer do dia e se veste de personagem. Agora sobre transexual, eu não sei”.

4. Em seu tempo nessa escola, você já lecionou para algum(a) estudante transexual/travesti?

PS: “Sim, no ano passado tinha um menino. Na chamada aparecia o nome de menino, mas era chamado pelo apelido de menina”.

5. Você recebe ou já recebeu alguma instrução da direção da escola para lidar com estudantes transexuais ou travestis?

PS: “Não, das escolas que eu passei não tive nenhum tipo de instrução não”.

6. O assunto de identidade de gênero aparece nas suas aulas? Porque? Como?

PS: “No final do bimestre passado eu cheguei a incluir isso no plano. Aí no segundo bimestre eu cheguei a discutir isso com o segundo ano, essa questão de gênero e sexualidade, eu cheguei a discutir com eles”.

7. Você considera que esse assunto seja relevante para trabalhar em sala de aula?

PS: “Sim. Acho que é importante colocar esse tema em discussão”.

Algumas respostas nos chamaram atenção e nos fizeram refletir sobre certos pontos. Mas, antes de nos adentrarmos em algumas reflexões, é necessário conceituar as questões que levantamos para esse professor.

De acordo com Jaqueline G. de Jesus (2012, p. 8), a transexualidade não é uma doença ou uma perversão, é uma questão de identidade, e, em suma, “pessoas transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam”. Sendo assim, “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem”. Por fim, a autora ressalta ainda que

[c]ada pessoa transexual é tratada de acordo com o seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens (JESUS, 2012, p.8).



Em relação às travestis, essas são “pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (JESUS, 2012, p. 9). O artigo utilizado para se referir a essas pessoas é o “a”, portanto, devem sempre ser tratadas no feminino, como “as travestis”.

Vale também ressaltar o que é dito por Jesus (2012, p. 6) em relação ao conceito de homem e mulher, pois segundo a autora, “[a] definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”.

Tendo em vista tal discussão, percebemos que por parte do professor de sociologia – que considera importante trabalhar essa questão na sala de aula e que relata já ter trabalhado com seus alunos e suas alunas – não há uma clareza sobre tais conceitos. Dessa forma, nos leva a questionar se o conteúdo abordado por ele foi lecionado com qualidade e se a discussão feita com seus alunos e alunas foi de fato efetivada de maneira correta. Além disso, consideramos preocupante a escola não passar nenhum tipo de instrução aos professores sobre como eles devem lidar com estudantes transexuais e travestis. Caso o professor não tenha uma orientação adequada sobre essa questão, o/a estudante transexual e travesti está sujeito a constantes constrangimentos, como na hora da chamada, fato até destacado pelo professor de sociologia.

CONCLUSÃO

Objetivamos, por este trabalho, averiguar como uma unidade de ensino da rede estadual de Alfenas, Minas Gerais, tem lidado com a temática das identidades de gênero ditas “inconformes”. A partir do levantamento por nós realizado acerca dos processos excludentes e/ou inclusivos da escola em relação a essa temática norteadora de nossa prática pedagógica, algumas coisas podem ser concluídas.

Dentro do cenário observado na unidade escolar em comento, não foram identificados por nós, via heteroatribuição, nenhuma presença de pessoas trans (não foram identificados nem estudantes, nem professores(as), gestores(as), funcionários(as) e nem diretores(as) transexuais, travestis e transgêneros). Ou seja, não foram identificadas por nós quaisquer pessoas trans no espaço escolar ora analisado. Tais



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

marcadas e severas ausências não podem deixar de, infelizmente, corroborarem nossas expectativas: mesmo antes de nos deslocarmos para esse espaço, já pressupúnhamos que dificilmente encontraríamos tais sujeitos nele. "Expulsos" desses espaços (pois aqui não nos parece adequado falar em "evasão" escolar, uma vez que não podemos pressupor ingênua ou maliciosamente que esses próprios educandos seriam os responsáveis por não fazerem-se presentes nesses espaços, mas antes, mais correto, seria compreender que o sistema escolar é que deveria ser culpabilizado por os pressionarem, com suas práticas e discursos pedagógicos, a se retirarem dele), podemos concluir que os espaços escolares, em relação a esses sujeitos, têm atuado, em sua imensa maioria, como "[...] maquinarias de violações, nada mais [sendo] que um instrumental para silenciar sexualidades, bem como para despojar os 'desvios' de espaços de poder" (SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p. 8).

Vale lembrar também que os banheiros escolares dessa unidade se mostraram como reprodutores dos marcadores (binários) de gênero bem como de estereótipos em relação aos socialmente designados "dois sexos". Vemos que expectativas em relação ao gênero/ "sexo" foram reforçadas por esse ambiente, uma vez que detectamos que as placas designativas dos banheiros ditos "masculinos" e "femininos" apresentaram um desenho que atua, sutilmente, de modo moralizador da sexualidade feminina. Assim, um registro moral que fundamenta expectativas em relação às ditas feminilidades e masculinidades foi por nós detectado: espera-se que as "mulheres", destinatárias de uma placa que contém um desenho com uma personagem com as pernas fechadas, vivenciem um (auto)controle de seu "sexo" (ou gênero biológico, melhor dizendo) e, por conseguinte, de sua sexualidade. Já dos "homens", espera-se que, como destinatários de uma placa na entrada no banheiro que contém um desenho com uma personagem com as pernas afastadas uma da outra, que experienciem uma sexualidade mais livre e menos dominada por expectativas restritivas. Assim, vemos que por trás desses desenhos que parecem fortuitos, há, em verdade, uma verdadeira pedagogia dos corpos, sob a qual se fundamenta uma expectativa binária e excludente no que diz respeito às "mulheres". Isso nos fez recordar de uma passagem do livro *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu, na qual o autor afirma que

Os esquemas que estruturam a percepção dos órgãos sexuais e, mais ainda, da atividade sexual se aplicam também ao próprio corpo, masculino ou



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

feminino, que tem seu alto e baixo - sendo a fronteira delimitada pela *cintura*, signo de clausura (aquela que mantém sua cintura *fechada*, que não a *desamarra*, é considerada virtuosa, casta) e limite simbólico, pelo menos para a mulher, entre o puro e o impuro.

A cintura é um dos signos de *fechamento* do corpo feminino, braços cruzados sobre o peito, *pernas unidas*, vestes amarradas, que, como inúmeros analistas apontaram, ainda hoje se impõe às mulheres nas sociedades euro-americanas atuais (BOURDIEU, 2012, p. 24-25, grifo nosso).

Já quanto aos livros de Sociologia e Biologia utilizados nessa unidade escolar, nossa conclusão é que eles - mas sobretudo o primeiro -, são adequados à pauta das identidades de gênero ditas "inconformes". Ainda que algumas inconsistências tenham sido identificadas no livro de Biologia - destinado, *in casu*, ao primeiro ano do ensino médio -, como o uso do já obsoleto conceito de "hermafroditismo" (que deve ser substituído pelo uso mais inclusivo do termo "intersexualidades" ou pela expressão "pessoas intersexos"), o que detectamos foram narrativas pedagógicas, via de regra, desnaturalizantes dos marcos normativos de gênero e sexualidade (como os marcos da heteronormatividade e do diferencialismo de gênero). Vimos, assim, que as problemáticas, teorias e formulações ali inseridas se mostraram atualizadas e articuladas com o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva no que atine às possibilidades de variações de "sexos", "gêneros", "identidades de gêneros" (ou suas expressões, melhor dizendo) e orientações afetivo-sexuais. Inclusive, a presença da seguinte atividade no final do capítulo segundo, "Saúde do adolescente e sexualidade", do livro de Biologia, pela qual os estudantes são convidados a refletir sobre a vivência de "[...] situações de preconceito na escola, [e discutir] com os colegas sobre a possibilidade da convivência com a diversidade no ambiente escolar [...]" (THOMPSON; RIOS, 2016, p. 179), mostrou-nos que, ao menos em termos curriculares, há uma salutar propensão à discussão inclusiva e múltipla de tal temática.

Inobstante o acolhimento, no currículo dessa escola, de abordagens pluralísticas em relação às identidades de gênero, estamos cientes de que essas são, em grande medida, afetadas pelo modo como são apropriadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas. Desta forma, não podemos deixar de refletir sobre como os professores das disciplinas, em especial, o da disciplina de Sociologia, compreendeu a questão da transgeneridade. As entrevistas conduzidas são mesmo reveladoras da dificuldade encontrada por esse docente para lidar com a temática das transgeneridades - muito



embora o professor da disciplina de Sociologia explicita, por exemplo, considerar que é "[...] importante colocar esse tema em discussão".

Quando esse professor, em resposta às entrevistadoras, afirma que "travesti seria aquele indivíduo que ele tem uma identidade e ele se comporta como homem no decorrer do dia e se veste de personagem", vemos que as representações que apresenta em relação ao que seriam as travestilidades é eivada por equívocos grosseiros. Isso porque a travestilidade é uma identidade de gênero, uma forma pela qual a pessoa na sociedade, tal como homem, mulher e agênero, por exemplo. Identidades de gênero, como é o caso das travestilidades, não devem confundidas com expressões artísticas, como as *dragqueens* ou *drag kings*, por exemplo. Neste último caso, estamos falando de pessoas que, elas sim, "[...] vivenciam a inversão de gênero como espetáculo, não como identidade. Aproximam-se dos *crossdressers* pela funcionalidade do que fazem, e não das travestis e transexuais pela identidade" (JESUS, 2012, p. 10). Ou seja, travestis não são personagens, como afirmado equivocadamente pelo professor de Sociologia da referida escola. Tampouco, as travestis poderiam ser confundidas com aqueles que "[...] gosta[m] de usar ocasionalmente roupas características do gênero oposto, geralmente em ocasiões específicas" (LEITE, 2018, não paginado) - definição esta que diz respeito aos *crossdressers*.

Ou seja, vemos que o professor entrevistado em questão não possui uma formação profissional adequada para fazer a abordagem dessa problemática social, nem mesmo se apresenta como uma instância formadora adequada para as demais pessoas no que atine a esse assunto. Assim, seria prudente que o professor em questão revisitasse suas concepções sobre as transgeneridades, travestilidades e transexualidade - em especial, por possuir um entendimento equivocado quando às travestilidades, e por não possuir nenhuma clareza sobre o que seriam as transexualidades, como ele próprio afirma. Essa "formação ético-política do professorado", como designam Santana, Polizel e Maio (2016), é de suma importância, pois ela seria

[...] capaz de estabelecer condições e avanço nos direitos sociais da população como um todo. [...] [No mais, eles poderiam] contribuir para práticas igualitárias que problematizam as construções sócio-históricas de poder, que inferiorizaram, por séculos, determinados grupos em detrimento dos outros (SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p. 7)



Assim, a partir das considerações preliminares levantadas, podemos concluir que as políticas e práticas educacionais da instituição escolar ora perscrutada precisam avançar (sempre) em direção à inclusão das identidades de gênero ditas "inconformes", ou, ao menos, em relação a elas. Como sabemos, o conceito de inclusão educacional tem passado por reconceitualizações que têm ampliado o entendimento desse termo, indo desde uma perspectiva mais "fechada" e limitada, como a que vê a inclusão educacional como sinônimo de uma forma de servir crianças com deficiências, em espaços regulares de educação geral, até uma forma mais ampla de compreensão do conceito, que acolheria a diversidade que pulula entre todos os estudantes.

Nosso olhar investigativo direcionado à escola em questão sugere que essa disputa sobre o entendimento do significado de inclusão está em curso na referida escola. Se, de um lado, seu Projeto Político-Pedagógico parece insistir no sentido, mais dominante, dado à inclusão educacional como sendo *a inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial*, e também seja referente à *inclusão social* (esta última entende as diferenças como fruto de comunidades diversificadas), vemos que uma outra forma de pensar a inclusão começa a entrar em curso naquela escola - forma esta mais adequada, a nosso ver, para se entender a inclusão educacional e, especialmente, dar conta das reivindicações de pessoas trans. Trata-se, como apontado por Mel Ainscow, do entendimento de inclusão como sendo *uma abordagem de princípios à educação*.

Sob esta concepção, trazida, em grande medida, pelas abordagens dos livros didáticos utilizados pela referida escola - sobretudo o de Sociologia -, as diferenças são, pois, valorizadas. Falando *também* da temática dos corpos, das sexualidades e das expressões de gênero ditas "inconformes", e das relações de gênero que atravessam e constituem a questão da aprendizagem e a educação, vemos que os autores dos livros didáticos em comento falam, no limite, da necessidade de incorporação contextualizada, dialógica e permanente de valores morais (mas não moralizantes) no âmbito da educação. Isso não descomplexificaria a tarefa de contextualização da educação inclusiva, nem mesmo a tornaria menos disputada e conflitiva, conforme apontado por Ainscow. Mas se não o faria, poderia nos auxiliar a pensar juntos sobre a base de nossas ações e nas direções que queremos que elas assumam, por exemplo, em



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

[...] relação à equidade e valorização da diversidade sexual [e de gênero] nas escolas, se [haveria o estabelecimento], ou não, [de] estratégias de socialização que tangenciam tanto este público diferenciado quanto as/os demais alunas/os, contribuindo para práticas igualitárias [...]" (SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p. 7).

Sob esta proposta, as diferenças são reconhecidas e valorizadas a partir de valores inclusivos e como estes poderiam e seriam colocados efetivamente em prática. "Assim, uma escola inclusiva é aquela que está evoluindo, e não aquela que já atingiu um estado perfeito" (AINSCOW, 2009, p. 20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: _____. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-67. Tradução de: Maria Helena Kühner. FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 3, p. 54-81, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. 24 p. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LA NUEZ, Daril de. **Que es la intersexualidad?** Disponível em: <<https://www.vix.com/es/btg/curiosidades/5174/que-es-la-intersexualidad>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LEITE, Hellen. **Que T é esse?** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transsexual-travesti-drag-queen-qual-e-a-diferenca>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. **Anuário Antropológico/2012**, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2: 53-72



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de; DINIZ, Débora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, 2014.

SANTANA, Naomi Neri; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Os/as trans são vistas/vistos na escola? *Ártemis*, Paraíba, v. , n. 1, p.6-16, 2016. SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016. 399 p.

SILVA, Afrânio et. al. Gêneros, sexualidades e identidades. In: _____. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2016. Cap. 14. p. 328-355.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

THOMPSON, Miguel; RIOS, Eloci Peres (Org.). Saúde do adolescente e sexualidade. In: _____. **Conexões com a Biologia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016. p. 177-181.



DINÂMICAS HOMOCONJUGAIS E O ARBÍTRIO DO ESTADO: ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A INCONFORMIDADE

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves¹

RESUMO

O objetivo é examinar quais seriam os possíveis riscos e armadilhas de se defender a legalização de novas formas legais "homoafetivas", como o casamento civil igualitário (popularmente conhecido como "casamento gay"), por meio da procura do Estado para conferir este reconhecimento. Por meio de uma reflexão histórica, observaremos que o tema do casamento, bem como que a emergência do(a) homoafetivo(a) como uma construção nominal (em detrimento da categoria homossexual), surgem historicamente como resposta do ativismo "LGBT+" à eclosão da Aids a partir dos anos 80. O argumento central, de forte influência butleriana, é o de que a reconfiguração pela qual passara o ativismo "LGBT+" a partir da década de 1980, teria levado ao enquadramento dessas relações heterodissidentes em padrões normativos e ao não questionamento dos termos nos quais o debate está posto. Assim, não tratar-se-ia de tomar posição contra ou a favor no debate sobre o "casamento gay", mas antes, de rastrear as contradições a que podemos ser submetidos ao demandarmos, para alianças heterodissidentes, os poderes de normatização e normalização estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento civil igualitário. Homoafetividade. Estado. Assimilação-subversão.

INTRODUÇÃO

Os recentes debates sobre o casamento e o parentesco de lésbicas e gays por exemplo, figuram como lugares de intensas disputas, quer no sentido de impedir o Estado a dar reconhecimento a parceiros(as) de mesmo gênero, quer, em sentido diametralmente oposto, de exigirem que o Estado oferte tal reconhecimento. Centrando-nos nos possíveis riscos e armadilhas de se defender a legitimidade do casamento civil igualitário, e, de forma ampla, de se requerer o poder do Estado para conferir

¹ Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); email: crln.stephanie@gmail.com



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

reconhecimento a formas de alianças amorosas e sexuais, importar-nos-á, assim, menos se tais relações devem ser legitimadas, mas, mais, quem poderia *desejar o desejo do Estado*, para já empregarmos expressão cara à filósofa Judith Butler.

Assim, a prática de se tomar posição a favor ou contra no debate acerca da criação de novas possibilidades legais de conjugalidade "LGBT+", de forma a serem asseguradas pela regulamentação do Estado, é tão banalizada que oculta a complexidade política e teórica, bem como as armadilhas que esta mesma prática apresentaria (riscos estes inclusive pouco refletidos e discutidos pelo próprio movimento "LGBT+"). Como não se trata apenas de ser a favor ou contra o reconhecimento das relações diádicas "LGBT+" pelo Estado (como o casamento civil igualitário, por exemplo), é preciso ultrapassar estes limites e rastrear as contradições e as ambivalências a que podemos nos encontrar, e ser impelidos, ao nos submetemos a pressões, cooptações e aos poderes de normatização e normalização estatais, ou se a refutarmos. Cuidando de colocar em relevo essa importante ótica rastreadora dos riscos teóricos e políticos de se reclamar o reconhecimento do Estado em proveito de relações heterodissidentes, Butler (2002) faz ponderações iniciais:

A petição por direito ao casamento procura o reconhecimento do Estado das relações não-heterossexuais e, assim, configura[ria] o Estado como detentor de um direito que, na verdade, deveria conceder de maneira não discriminatória, independente de orientação sexual. Essa concessão do Estado intensifica[ria] a normalização, que parece passar despercebida por boa parte do movimento [...] (BUTLER, 2002, p. 224).

E continua:

por que o casamento ou os contratos legais se tornariam a base segundo a qual os benefícios de atenção à saúde seriam concedidos? Por que não existiriam maneiras de se organizar os direitos de atenção à saúde de modo que todos, independente do estado civil, tenham acesso a eles? Se defendermos que o casamento é uma maneira de assegurar esses direitos, não estaríamos afirmando também que um direito tão importante quanto a atenção à saúde deve continuar sendo alocado com base no estado civil? (BUTLER, 2002, p. 231)

É por demais conhecida esta passagem decisiva de *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*, em que Judith Butler apresenta os perigos de se lançar mão do Estado para outorgar a constituição de contratos conjugais e matrimoniais heterodissidentes. A construção dessa nova forma de regulação da cidadania para



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

lésbicas e gays, por exemplo, via certidão de casamento ou contrato de parceria civil, obrigá-los-ia, LGBT's, desde a perspectiva de Butler (2002), ao parentesco normativo que o Estado continuaria a exercer e ao seu controle regulador. Aqui afloraria sua crítica ao "desejo do desejo do Estado e o eclipse da sexualidade" que, sob parâmetros domesticadores e dependentes do léxico dessa legitimação, segundo Butler, aceitaria os próprios termos de legitimação ofertadas, e não antes questionaria o próprio ato excludente de demarcação da legitimação, também sendo verdade a produção e intensificação de uma contínua "deslegitimação" social e política (zonas de ilegitimidade e inelegibilidade e imponderabilidade), como uma outra sua decorrência. Nas palavras de Coitinho Filho (2015), forte em Rubin:

A antropóloga Gayle RUBIN (s/d) indicou que o mundo ocidental traçou limites que funcionam como um sistema ideológico – da mesma forma que o racismo, o etnocentrismo e o chauvinismo religioso – do que considera, em termos de expressão e práticas sexuais, um “bom” e um “mau” sexo. Ao hierarquizar condutas sexuais o ocidente tornou algumas aceitas, outras toleradas e outras desprezíveis. Nesta lógica, atos sexuais passaram a ser avaliados de acordo com um sistema piramidal de valores sexuais. Segundo a autora, heterossexuais maritais e reprodutivos estariam sozinhos no topo da pirâmide erótica, seguidos de heterossexuais monogâmicos não casados e que não reproduzem. Casais lésbicos e gays estariam no meio desta pirâmide. No final estariam “sapatões”, os gays promíscuos e, na base, os mais desprezados como os transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, prostitutas etc (RUBIN, s/d apud COTINHO FILHO, 2015, p. 175).

A alocação simbólica de casais, díades e pares de lésbicas e gays, por exemplo, implicaria, assim, importantes consequências, como a emergência de novas hierarquias no discurso público, não apenas efetivada dentro das sociabilidades amorosas e sexuais homo-orientadas, mas explodindo-se em uma profusão de distinções (ilegitimidades e imponderabilidades) para além destas (de vidas homossexuais legítimas e vidas homossexuais ilegítimas).

Assim, para continuarmos lançando à tona um exame acerca do tema do casamento civil igualitário (popularmente conhecido como "casamento gay") e do lugar do "afeto" (e da sexualidade) nesse arranjo ou em similares, e para que se robusteça essa reflexão que se assenta em torno do par normalização-inconformidade, nossa interlocução teórica, ainda que a linhagem de autores e autoras seja ampla, destacará aqui alguns interlocutores principais. Nosso diálogo tem Judith Butler e sua crítica à desejar-se o *desejo do Estado*, Richard Miskolci, e, ainda, Ricardo Andrade Coitinho



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Filho que visualiza na nomeação "*homoafetivo*" e na consequente sublimação da sexualidade com a qual operaria (em detrimento da categoria homossexual), a apoteose de celebração das práticas legitimadoras do e ajustadas ao familismo e à moral, a mudarem, estas, a topografia de algumas vidas homossexuais (de ilegítimas a legítimas), em absoluta coerência com o léxico hegemônico de legitimação disponibilizado pelo Estado, e com a sua naturalização e conservadorismo. Estes são os interlocutores que inspiram nosso contraponto "crítico" (embora, como nos advirta a primeira autora, não ser a posição crítica uma posição em si).

1 DESENVOLVIMENTO

A partir da contribuição política hibridizada de Butler (a qual incorporar-se-ia uma perspectiva crítica) e indagativa da autora, nosso ponto de partida residirá em saber por que e como o tema do casamento civil igualitário é incorporado como alvo principal dos direcionamentos do ativismo "LGBT+" a partir dos anos 1980. É aqui que nossa reflexão histórica recairá em torno da construção de uma nova personagem: *o(a) homoafetivo(a)*, personagem esta acompanhada da constituição de um novo lugar social e de cidadania, definido como a *homoafetividade*.

Antes, porém, compulsemos mais um pouco os esforços reflexivos butlerianos:

O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente, instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras. E, nesse mesmo momento, desejo e sexualidade são despossuídos e deslocados, de modo que o que alguém "é" e o que o relacionamento desse alguém "é" não são mais assuntos privados; de fato, ironicamente, poder-se-ia dizer que, através do casamento, o desejo pessoal adquire um certo anonimato e intercambialidade, torna-se mediado publicamente e, nesse sentido, um tipo de sexo público legitimado. Mais do que isso, o casamento conduz, pelo menos logicamente, ao reconhecimento universal: todos devem deixá-lo adentrar a porta do hospital, todos devem honrar sua reivindicação de pesar; todos respeitarão sua relação como elevada para a eternidade. Dessa maneira, o desejo por reconhecimento universal é um desejo de se tornar universal, de se tornar intercambiável na própria intercambialidade, de esvaziar a particularidade solitária da relação não-ratificada e, talvez, acima de tudo, de ganhar tanto o lugar como a santificação naquela relação imaginada com o Estado (BUTLER, 2012, p. 234).

Findo o retorno, passemos à brevíssima reconstituição histórica, no que diz respeito ao encaminhamento da questão da luta, outrora pela parceira civil entre pessoas de mesmo gênero, e contemporaneamente, do debate pela legalização do casamento



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

civil igualitário, direito que, algumas décadas atrás, sê-lo-ia, ele mesmo, impensável. Serão os anos 80 verdadeiramente nevrálgicos para torná-lo uma efetiva possibilidade.

Durante um século, desde 1869 (quando o vocábulo homossexual fora pela primeira vez empregado na Alemanha pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert e, concomitantemente a este, houvera a criação de uma nova personagem e "verdadeira" espécie - o homossexual² -, definido agora, esta categoria, pela sua identidade social) até 1969 (quando eclode o episódio de *Stonewall* em Nova Iorque), aqueles que se relacionavam com pessoas de mesmo "gênero", viram-se, por meio de incorporação voluntária e espontânea (majoritariamente via auto-identificação) enredados na armadilha identitária, essencializadora e depreciativa desta invenção nominativa.

O processo pelo qual a patologização e criminalização daquela invenção médico-legal de fins do século XIX começa a ser identificada como incômoda e até perigosa, e portanto colocada mesma em xeque, é longo e associa-se ao episódio de *Stonewall*, fundamentalmente preterindo-se a outrora e psiquiátrica denominação "homossexual" pelo

[...] termo gay [que] se opunha [àquele] de forma irreverente, pois gay (alegre) aludia à moral duvidosa que a sociedade atribuía a mulheres independentes, particularmente as viúvas. Assim, o movimento se autodenominava ressaltando o que residia por trás do estigma socialmente atribuído a seus membros: uma vida fora da ordem sexual vigente (MISKOLCI, 2007, p. 106).

O termo gay tinha assim um ponto de chegada interessante, pois o estigma que ser-lhe-ia co-ínsito e que naquele residiria tão contundentemente, esmaeceria a evocação de uma pretensa natureza particular, exercitando seu "abandono" para uma ênfase outra: antes suas formas de sociabilidade, a confrontarem a ordem social estabelecida, em potencial ruptura com padrões normativos, e mais livres para desenvolverem estilos de vida "inaceitáveis" e radicais, como aponta-nos, em sua processualidade, Richard

² A partir do século XIX, tal como situado por Michel Foucault, uma mudança no pensamento europeu passa a ver a sexualidade do mesmo gênero biológico ("sexo") como uma função de definições estáveis e específicas de identidade (e não mais, como outora, em função de meros atos). Dessa forma, de uma aberração temporária (remetida a comportamentos sexuais), haverá a emergência de uma verdadeira "espécie": o homossexual. Em suma-síntese, assim, para Foucault, antes do século XIX, a "homossexualidade" existiria, mas o "homossexual" não. "O homossexual do século XIX tornou-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. (...) ... agora o homossexual é uma espécie" (FOUCAULT, [1976] 1999, p. 43-44 apud NUNAN, 2007, p. 26).



Miskolci em seu artigo *Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay*. O que ocorria de novo neste período é que

[n]a década de 1970, ainda marcada pela contra-cultura e propostas de mudanças sociais profundas, muitos desses grupos propunham a abolição dos papéis sexuais, a transformação da instituição familiar, a desconstrução das categorias monolíticas da homo e da heterossexualidade, o desenvolvimento de um novo vocabulário do erótico e, sobretudo, a compreensão da sexualidade como prazerosa e relacional ao invés de reprodutiva ou definidora de um status moral aceitável ou reprovável socialmente (MISKOLCI, 2007, p. 107).

Apesar de os anos 80 inauguraram-se sob este legado - de propostas mais profundas e radicais -, a reconfiguração que neste período se implementa no ativismo homossexual (*latu sensu*) são bem uma demonstração da intensidade do problema e do desafio que aqueles grupos ativistas passariam a enfrentar com a

eclosão da epidemia do Hiv-Aids, termo composto pela justaposição das siglas em inglês referentes ao vírus causador da imunodeficiência humana e à própria síndrome da imunodeficiência adquirida. Em 1981, oito jovens homossexuais de Nova York foram diagnosticados com sarcoma de Kaposi, um câncer de pele que se considerava afetar apenas idosos, enquanto cinco outros homens homossexuais na costa oeste, em São Francisco e Los Angeles, adoeciam com uma forma rara de pneumonia. Esses casos deram o alerta para a emergência de uma nova enfermidade, que aniquilava o sistema imunológico e expunha o corpo a doenças oportunistas. A enfermidade foi associada à estranha sucessão de mortes que já se verificava algum tempo antes entre homens homossexuais, sobretudo na costa oeste dos Estados Unidos (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 51).

É a partir deste momento que podemos identificar, em conformidade com Miskolci, toda uma "[...] organização em torno da defesa de direitos civis, a aceitação de certa 'essencialização' identitária para esta luta [...] e a desvalorização de aspectos 'marginais' das vivências gays e lésbicas em benefício de objetivos assimilacionistas" (MISKOLCI, 2007, p. 108). O que podemos detectar assim seria toda uma estratégia de institucionalização das demandas, que estariam, em fins do século pretérito (século XX), centradas e aglutinadas justamente em torno da luta pela parceria civil e, presentemente, em torno da bandeira (sê-lo-ia uma conquista ou uma armadilha?) do casamento civil igualitário (redutoramente chamado de "casamento gay"). Compulsemos, mais uma vez, Butler, citada agora por Miskolci, para complemento e derradeira análise:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Faz sentido que o movimento gay e lésbico se volte para o Estado, dada sua história recente: a tendência recente para o casamento gay é, de certo modo, uma resposta à AIDS e, em particular, uma resposta envergonhada, uma resposta na qual a comunidade gay busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo (BUTLER, 2003, p. 239 apud MISKOLCI, 2007, p. 109).

É neste caldo histórico, justamente, que haverá o processo de produção do(a) "homoafetivo" (em detrimento da categoria homossexual). Na perspectiva de Coitinho Filho (2015), o uso da categoria homoafetivo representaria um esforço, que partindo dos parâmetros postos pelo modelo familista e moral, procurariam uma forma de aceitabilidade do "outrora" homossexual. Nas palavras de Coitinho Filho (2015): "[s]uger[iria] isso que para se pensar em família constituída por gays ou lésbicas, é necessário reificar a (possível) condição destes em serem afetivos?" (COITINHO FILHO, 2015, p. 169).

O homoafetivo, mesmo sendo homossexual, corresponderia a uma população diferenciada de "homossexuais de verdade". O "perigo" da homossexualidade, a instabilidade e cambialidade de seu desejo, sua capacidade desestabilizadora, e as ambiguidades e ambivalências que constantemente reporia, obstavam o alcance de um "novo" patamar do movimento LGBT na cena político-jurídico brasileira (que até então "[...] restringi[ra]-se às esferas do trabalho, da moradia, do lazer e do acesso a bens e serviços" (MELLO, 2005, p. 205 apud COITINHO FILHO, 2015, p. 172), e agrediam a tentativa de um inédito diálogo com o Estado e o Direito bem como a entrada em uma nova arena, que se estruturaria justamente pela prerrogativa da conjugalidade e parentalidade. Busca e bandeira, estas, que "materializariam" o tremendo desafio e impacto interpostos pela Aids.

Para finalizar, o que haveria no bojo desse neologismo afirmativo seria uma verdadeira resignificação e reinvenção do lugar identitário do moderno movimento "LGBT+", que nos obrigaria, à guisa de arremate, a refletir junto mais um pouco com Coitinho Filho (2015):

Tornar-se "homoafetivo" moveria homossexuais em direção à respeitabilidade. Um comportamento tido como a borda da sociedade – a homossexualidade – começa a angariar maior aceitabilidade social, quando estes passam a ser reconhecidos como monogâmicos e afetivos, e não mais como promíscuos. Essa aceitabilidade advém da proximidade ao ideal social



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

de sexualidade. Ou seja, quando pessoas homossexuais são categorizadas como “homoafetivas”, passam a ser compreendidas como mais próximas da fronteira daqueles que praticam o “bom sexo”. [...] Assim, em vez de homossexual – sujeito marcado pelo caráter sexualizante de sua identidade –, o “homoafetivo” reposiciona este mesmo indivíduo para uma concepção mais familista, social e moral (COITINHO FILHO, 2015, p. 176).

E finaliza:

Essa substituição de personagens – do homossexual ao homoafetivo – suger[iria] a forma como o controle social se impera em aceitar, quando não apenas tolerar, que gays e lésbicas podem até viver como família, mas desde que por um enquadramento das prescrições da norma heterossexual e sob o cerco do Estado. Na medida em que ser afetivo está dentro da lógica normativa, ainda que valendo-se de uma nova compreensão de família, percebe-se que se mantém a mesma estrutura monogâmica e heteronormativa, como estrutural para o reconhecimento e valorização destas relações. [...] Passado por um filtro higienizador, a imagem deste reflete um sujeito “confiável”, que tem “relações estáveis” e a “sexualidade controlada”, estando, portanto, distante daqueles julgados como uma moralidade divergente da norma (COITINHO FILHO, 2015, p. 177).

CONCLUSÃO

Voltando, assim, ao entre-lugar (entre a normalização e a inconformidade das dinâmicas homoconjugais face ao arbítrio estatal), constitutivo de nosso título, que nos indaga se o “novo” arranjo familiar reconhecido como “homoafetivo” sê-lo-ia ele um reposicionamento assimilacionista do/a homossexual para dentro da norma, propulsionado pela re-edição de noções e relações “morais” (em tudo desejosas do desejo do Estado, e traduzidas sob a “noção de afetividade”), ou, concorrentemente, se seria ele uma contribuição para questionar os alicerces familiares tradicionais e a “heterossexualidade como instituição”³, subvertendo-os; o que tentamos argumentar, inobstante as tensões e nossa recusa por posições adesistas (em tudo avessas a uma postura científica), é nosso entendimento pela mais precisa adequação da segunda, visto que “[...] acaba[r-se-ia] [por] enredar[r]-se em discursos e práticas ‘assimilacionistas’, reificando os moldes heteronormativos [...] e não signific[ando] [...] as mudanças que pretendia” (COITINHO FILHO, 2015, p. 177). Tendo sido verificada a presença de um embate entre a assimilação/ normalização e a subversão/ inconformidade nas reflexões sobre o que é popularmente conhecido como “casamento gay” e sobre os sentidos semânticos dos conceitos atribuídos àqueles que divergem da heteronormatividade, o

³ A instituição da heterossexualidade é aqui invocada no sentido empregado por Rich (2010), a saber, como uma associação social assimétrica, com as mulheres e homossexuais (*lato sensu*) em uma posição inferior e que retiraria, portanto, poder destes em benefício dos homens e heterossexuais).



que saltou aos olhos foi que o pólo subversão, no embate histórico, a partir dos anos 80 (diferentemente do que ocorrera a partir do episódio estadunidense de *Stonewall* até a referida década), acabara por ser mitigado, uma vez que, naquele momento, a comunidade "gay" (*latu sensu*) passara a sentir a necessidade de dar "[...] uma resposta à AIDS [...] [na] busca [de] desautorizar sua chamada promiscuidade [...]" (BUTLER, 2003, p. 239 apud MISKOLCI, 2007, p. 109). Mitigação que, na visão de autores como Coitinho Filho (2015), continuaria a desdobrar-se ainda hoje por meio da categoria "homoafetivo/a".

Mas, advirtamos, por fim, que colocar-se, como o faz também Butler, para uma função crítica, não implica, portanto, renunciar a uma posição pró ou contra o casamento civil igualitário, postura que necessariamente há de ser tomada por qualquer um ou uma que trafegue nesse domínio ou, concorrentemente, tomar uma única "posição" firme e duradoura. É, antes, perceber, na realidade, "[...] por que e como isso se transformou no problema, o problema que define o que irá ou não se qualificar como discurso político significativo" (BUTLER, 2002, p. 228). A importância da reflexão da autora está em indicar a salutaridade mesma de "[...] manter a tensão [sempre] viva entre guardar uma perspectiva crítica e fazer uma reivindicação politicamente legível" (BUTLER, 2002, p. 230). Assim, se a mitigação da subversão impregnara, a partir dos anos 80 (como também em outros momentos históricos, como, por exemplo, o de fins do século XIX até por volta do ano de 1969), e persista em impregnar, de forma poderosa, as contemporâneas lutas, discussões e enfrentamentos sociais e políticos do moderno movimento "LGBT+", isso não se dá de forma maciça, sendo esse poroso também à incidência de uma forte e necessária subversão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, 2003.
- COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. O lugar do afeto na produção do "homoafetivo": sobre aproximações ao familismo e à aceitabilidade moral. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. XIX, jan-julho, 2015.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, jan-junho, 2007.

NUNAN, Adriana. Breve contextualização histórica do conceito de homossexualidade. In: _____. **Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado** (Tese de doutorado). Rio de Janeiro, 2007. cap. 2.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Uma trajetória da política de identidades sexuais. In: _____. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.



A IGREJA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA IGREJA NA LUTA CONTRA A INJUSTIÇA

Evanway Sellberg Soares¹

RESUMO

Esse trabalho busca demonstrar a teologia da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e como ela se construiu como uma igreja inclusiva. Para atingir o objetivo desse trabalho, se utilizou de observação participante na ICM-SP. Assim, foi possível perceber que, apesar de possuir foco temático na luta pelos direitos LGBT, e ter sua teologia construída junto à história de busca por direitos LGBT, possuindo características de cada momento histórico e cada revisão teórica e teológica sobre homossexuais, transexuais, e demais manifestações; a igreja possui uma visão mais ampla com relação à inclusão, lutando pelos direitos humanos, o que leva a denominação a possuir uma teologia que respeita não somente diferentes sexualidades e práticas sexuais, mas também as diferentes identidades, sejam elas de gênero, religiosas, culturais e etc. E que essas identidades não devem ser somente toleradas, mas celebradas. Isso aponta a denominação como um movimento religioso dentro do movimento LGBT e dentro do movimento de luta por Direitos Humanos, estando essas coisas – teologia, sexualidade e direitos humanos – interligadas nas vivências da denominação.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja da Comunidade Metropolitana. Inclusão. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, uma das áreas de tensão na sociedade é entre religião e sexualidade. Esse conflito entre cristianismo e sexualidade que se institucionaliza e se fortalece com o catolicismo foi disseminado para as religiões protestantes na reforma; muitos dos dogmas encontrados no catolicismo se veem presentes no protestantismo. E porque é o Brasil um país historicamente cristão, a religião é influente no controle do corpo e da sexualidade, assim como os valores regentes das práticas sexuais são predominantemente cristãos. Que entende a sexualidade como um mal a ser domesticado, de modo a neutralizar a sexualidade enquanto expressão do ser e dar lugar à sexualidade mecânica, fazendo a prática sexual sobrepor-se ao ser sexual (GOMES, 2006).

¹ Mestrando no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: evanways@yahoo.com.br



No contexto das questões sobre sexualidade disciplinadas pelo protestantismo no Brasil contemporâneo se encontram: o papel da mulher, vista como mãe, força e segurança para o marido; do homem, como o cabeça da casa; o momento correto para o sexo, o casamento; a procriação com o objetivo de aumentar a cumplicidade do casal; a exclusividade da relação heterossexual, etc. (BONFIM FILHO et al, 2010).

Por causa disso, a comunidade LGBT se vê em posição de tensão entre abdicar do convívio cristão ou permanecer nele reprimindo sua sexualidade, pois casais LGBT desafiam a exclusividade das relações heterossexuais, da procriação tradicional e os papéis do masculino e do feminino nessas relações.

Sendo um país influenciado por tais valores, confrontado por sexualidades desviantes, existe uma situação de pânico moral (MISKOLCI, 2007), com estratégias de controle da homossexualidade por cristãos tradicionais que partem do ataque aberto à tentativa de “cura” (NATIVIDADE, 2009).

Nesse contexto combativo, que preza por uma religiosidade heterossexual e heteronormativa, surgem igrejas que procuram uma atitude conciliadora entre sexualidades não heterossexuais e cristianismo, as chamadas igrejas inclusivas ou igrejas gays.

Tais igrejas possuem uma postura ímpar sobre a sexualidade quando comparadas às demais igrejas cristãs, principalmente evangélicas, “destacando[-se] no campo religioso mais amplo pela criação de cultos nos quais homossexuais podem tornar-se pastores, reverendos, diáconos, presbíteros, obreiros, ocupando, assim, cargos eclesiais” (NATIVIDADE, 2010, pg 90).

Por isso, essas igrejas podem ser “definidas por compatibilizar sexualidades não heterossexuais e religiosidades cristãs, majoritariamente evangélicas” (JESUS, 2010, pg. 132). Nesse sentido, ao se falar de igrejas inclusivas, fala-se sobre um grupo religioso que busca diminuir a discriminação existente contra minorias sexuais no meio evangélico.

Entre as igrejas tidas como inclusivas, existe uma que mantém posição ainda mais particular; a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) possui postura díspar em relação às práticas sexuais, sendo, por isso, vista como transgressora tanto por igrejas cristãs conservadoras, que veem na homossexualidade uma postura pecaminosa, quanto por igrejas inclusivas, as quais não concordam com as práticas sexuais permitidas pela doutrina da Igreja Metropolitana.

Para melhor compreensão do papel e da postura da ICM, centrar-se-á no discurso encontrado nas ministrações durante momento de culto. As ministrações são divididas neste artigo em três seções, tendo como base o papel de cada interlocutor.



Uma seção é dedicada à pastora da denominação Alexya Salvador, dada a sua posição clerical, e não somente pelas pregações, mas por sua projeção na defesa dos direitos LGBT e sua conciliação com o cristianismo. Uma segunda seção é dedicada ao reverendo Cristiano Valério, sendo que possui uma importância grande na formação do que hoje é a ICM-SP, dado que a fundação da ICM-SP está ligada a ele, e desde seu início se mostrou uma liderança para essa comunidade de fé. Por último, uma seção a outras vozes encontradas no púlpito de forma esporádica, as quais também compõem o discurso teológico da ICM-SP.

ALEXYA SALVADOR

A pastora Alexya apresenta um discurso baseado na ideia de inclusão e comunidade, esse discurso apresenta o pecado como coisas que promovam morte e opressão e a vida como libertação e aceitação.

A liturgia de hoje vem nos falar, vem nos mostrar, de maneira muito pedagógica, esse Deus que nos acolhe; esse Deus que se manifesta como um de nós; esse Deus que foge à regra; esse Deus que quebra os protocolos; esse Deus que não se prende nem na própria lei. [...] esse Deus que vem ao encontro do pequeno, do excluído e do marginalizado. (ALEXYA, 2017, pregação, 01/10/2017)

Primeiramente é preciso então entender a ideia de Deus para Alexya. Segundo ela, Deus representa a vida, e é necessariamente encarnado, ou seja, é uma pessoa, e se apresenta nas pessoas. Assim, Deus é necessariamente vivido entre as pessoas e se apresenta toda vez que um ser humano faz bem ao outro, sendo impossível viver Deus sem se viver em comunidade e sem se respeitar os outros seres humanos, sem promover o bem aos outros.

diariamente, nós enfrentamos comunicam apenas uma coisa: morte. E a morte não vem de Deus. Morte não é criação de Deus. Morte – tanto a física, mas a morte também que rouba os nossos direitos sociais; a morte que rouba os nossos direitos enquanto LGBT's; a morte que rouba o direito do pai de família, que sai de manhã e volta no final do dia sem ter encontrado emprego pra sustentá a sua casa, sua esposa ou seu esposo, os seus filhos: é contra esse sistema de opressão que, nessa noite, o Senhor dos exércitos de anjos vem dizer pra mim e vem dizer pra você: “Eu vou banir toda mortalha do meu povo; eu vou dar a eles a vitória”. (ALEXYA, 2017, pregação, 15/10/2017)

Nesse sentido, o próprio pecado é caracterizado como exclusão, como opressão, e não necessariamente como um conjunto de regras não seguidas. Ao fazer isso, Alexya pontua o “fazer o bem” e o “fazer o mal” como o centro de sua teologia, o que acaba dando vazão para interpretações que direcionam a atuação cristã como a luta contra o pecado, ou seja, a luta contra a opressão, gerando um cristianismo militante.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

o que que é pecado pra nós?, né, o que que, teologicamente, a igreja vai nos ensinar sobre o pecado? Eu gosto muito, particularmente (eu, Alexya), gosto de uma definição assim de pecado: que pecado é o que faz mal pra mim e pro outro. (ALEXYA, 2017, pregação, 01/10/2017)

A ICM não é a igreja do “ora, ora; do louva, louva e da Carol Conka”... A ICM, a Metropolitan Community Church; a Igreja da Comunidade Metropolitana, é a igreja que nos impulsiona pro mundo. Reconhecer a Jesus não implica somente em ter um momento de oração com ele. Reconhecer Jesus implica em entender que lá naquela – do lado de fora daquela porta existe uma comunidade a ser construída e, que nesta noite, o Senhor nos chama, tal como somos (com as nossas transgressões, com a transgressão do nosso corpo, com a transgressão da nossa realidade, com a transgressão intelectual), a transformar o mundo. (ALEXYA, 2018, pregação, 28/01/2018)

Essa desconstrução dos conceitos de pecado vem a partir de uma tentativa de deslegitimação do discurso tradicional religioso, sendo que muitas vezes o discurso apresentado como a visão da ICM é contrário ao cristianismo tradicional ou ao fundamentalismo religioso.

Ao fazer isso, Alexya apresenta um aspecto negativo do discurso religioso tradicional, o apresentando como um discurso que produz morte, opressão e divisão. Apresentando, então, o discurso da ICM como um discurso mais flexível e que produziria vida na vida das pessoas.

Somos frutos de um cristianismo dogmático, somos fruto de um cristianismo doutrinário, somos fruto de um cristianismo egoísta. Que nos ensinou assim: “Se não é com você, faz de conta que você não viu. Não vai lá. Não faz assim.” E a liturgia de hoje vai inverter as lógicas de tudo e vai dizer, pra nós, que é necessário não esquecer do que Deus já fez; é necessário ser grato e grata porque quem não é grato não comunica Deus. (ALEXYA, 2017, pregação, 01/10/2017)

E uma das principais divergências com relação ao cristianismo tradicional é a visão com relação ao corpo, as práticas sexuais e sexualidade. Nas pregações de Alexya o corpo não é apresentado como algo pecaminoso, ao contrário, é visto como algo que manifesta a ação de Deus.

De mesmo modo, as práticas sexuais não são vistas como um pecado pela pastora, mas como uma manifestação natural do desejo, e que devem ser feitas com responsabilidade, pois é a falta de responsabilidade, que pode ocasionar mal ao corpo e ao outro, que configura pecado.

De forma semelhante, a diversidade sexual é vista como uma manifestação da diversidade de Deus, sendo ele próprio diverso e criativo, o que acabaria por se manifestar na sua criação. Ao tratar do ponto polêmico da sexualidade e da transição de gênero, a pastora chegou inclusive a apontar Jesus como uma pessoa transgênera. Ao



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

fazer isso, a pastora deixa clara sua visão com relação à manifestação, da ligação entre o corpo e a manifestação do divino através do corpo.

Quando nós falamos em pecado na igreja, aqui, do ocidente, parece que pecado vem, vem um... um... prefixo antes da palavra pecado; vem: sexo. Sexualidade. E vocês viram nessas; nessa semana, de maneira muito especial, a polêmica que deu aquela; aquele; aquele ator, né, que ele foi lá, foi fazer a performance, tinha criança, então, a gente viu nas redes sociais as manifestações de A a Z: pecado. Porque tudo o que é relacionado ao corpo é pecado. Tudo o que é relacionado ao sexo é pecado. Desde que não esteja dentro do padrão, né, do papai, da mamãe, depois do casamento. Se não tá dentro disso, tudo o que vem fora, tudo o que nos aponta o corpo é pecado. (ALEXYA, 2017, pregação, 01/10/2017)

No meu vídeo, lá na internet, que já foi multiplicado, eu acho que já chegou a um bilhão, olha lá no; no meu canal – e todo mundo compartilhando, compartilhando – traz, nos comentários, isso que eu tô falando pra vocês. Um corpo travesti, um corpo transgênero, um corpo lésbico, um corpo gay, pra religião, é um corpo condenável. Só não é para cristo. Os nossos corpos, eles são condenáveis pra religião, mas não pra Cristo. E são esses corpos, são essas almas, que vão entrá primeiro no reino de Deus. Ou, quiçá, só elas. Só elas. (ALEXYA, 2017, pregação, 01/10/2017)

A ICM não vai se propor a dizer pra você: “não faça sexo agora ou depois”. A ICM não vai dizer pra você que o aborto é pecado. A ICM vai convidar você a refletir. Mas a decisão é sua! (ALEXYA, 2018, pregação, 21/01/2018) Jesus é o primeiro homem a transgredir essa realidade. Até os dias de hoje eu pago um preço muito alto por ter dito que Jesus foi o primeiro homem trans da história. Até hoje nas redes sociais as pessoas me lançam... morte, me lançam todo tipo de mazelas. Mas nessa noite eu venho reafirmar esse Jesus trans. Esse Jesus transgênero. E pra além disso é esse Jesus que está disposto a mudar nossa vida. (ALEXYA, 2018, pregação, 28/01/2018)

Se eu vô lá brinca, vô me diverti, não vou prejudicar ninguém; se for faze sexo vai usar camisinha, não tem pecado. Agora, se você vai pula carnaval, resolve fazê sexo com alguém de maneira desprotegida, aí é pecado. O pecado não é o ato sexual em si; o pecado é não cuidar do nosso corpo que é templo do espírito de Deus – isso é pecado. (ALEXYA, 2018, pregação, 11/02/2018)

É importante notar, entretanto, que apesar de possuir predileção pela temática LGBT, inclusive por estar pessoalmente envolvida nela, sua defesa é normalmente referenciada às pessoas, à ideia de comunidade, fazendo referência também a negros, pobres, e demais minorias.

A apresentação da ICM feita por ela é como uma igreja de direitos, uma igreja que busca pessoas, não distinguindo entre homossexuais ou héteros, transgêneros ou cis, brancos ou negros, mulheres ou homens.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Quando o evangelho nos conta que aquele rei, aquele patrão, né, mandou os seus súditos saírem pelas ruas, eles foram chamando todos os tipos de pessoa. Eles não foram olhando quem era rico, quem era pobre, quem era gay, quem era homossexual, quem era trans, quem era bi; eles foram buscando pessoas, porque o banquete que o Senhor tem preparado pra nós, antes da fundação do mundo, é um banquete que não exige roupa apropriada, é um banquete que não exige orientação sexual X ou Y; que exige identidade de gênero X ou Y, mas é um banquete preparado para pessoas. (ALEXYA, 2017, pregação, 15/10/2017)

Talvez nós ainda não vamos ver, mas eu sei que nós, cada uma na sua realidade, na sua militância, no seu espaço de fala, no seu local onde mora, exerce esse papel de transformação. Eu vou chamá de Deus, de Jesus, mas eu poderia chamá de Buda. Eu poderia chamá de outros nomes, esse deus. Eu não sei da sua experiência de fé, pra mim não importa, porque eu sei que você também acredita em algo maior. Eu sei que você acredita numa força; tem pessoas que não chamam essa força de Deus. Mas pra mim é Deus. (ALEXYA, 2018, pregação, 28/01/2018)

Nós não somos uma igreja de identidades; nós somos uma igreja de direitos. Nossa luta não é por identidades; a nossa luta é pelo direito à vida, que cada pessoa tenha um direito dela ser quem ela é. [...] Mas que a gente possa lembrar... essas pessoas que já estão com Deus, que estão com ele, que a gente possa elevar nossa prece pedindo que o Senhor nos livre da seta que voa à luz do dia. Não só pras pessoas transgêneras: todas as pessoas. A nossa luta não são só pelos LGBTIs; a nossa luta, enquanto Igreja da Comunidade Metropolitana, são por todas as pessoas. Os heterossexuais – todas as pessoas. (ALEXYA, 2018, pregação, 28/01/2018)

Assim, o discurso de Alexya é um discurso universalizante, que busca agregar pessoas na ideia de comunidade, essa comunidade peca quando promove opressão e prejuízos na vida de outros, e apresenta Deus quando promove vida e felicidade na vida de outros.

Essa mensagem é uma resignificação dos sentidos tradicionais cristãos de pecado e vida, uma vez que não está ligada a um conjunto de regras estipuladas, mas aos resultados das ações dos indivíduos.

Sendo assim, as ações relacionadas às práticas sexuais e com o corpo, o que envolve não somente às questões ligadas à sexualidade e identidade de gênero, mas todas as condutas voltadas ao corpo e desejo são permitidas desde que não prejudiquem os envolvidos.

Essa postura acaba por colocar o cristianismo tradicional numa posição de promover pecado todas as vezes que oprime algum indivíduo. Ao passo que os indivíduos são chamados a lutar, militar contra a opressão como forma de demonstração da ação de Deus na vida das pessoas.



Ou seja, se toda vez que um ser humano promove vida ela está sendo Deus vivo para as pessoas, então a luta contra a opressão é a luta contra o próprio pecado, sendo a ação de um cristão lutar contra esses pecados, o que acaba por promover a militância diária dos frequentadores da ICM-SP.

CRISTIANO VALÉRIO

É possível traçar um paralelo entre a visão teológica exposta por Alexya e por Cristiano Valério no que diz respeito à sua visão sobre a divindade. Para ele, a divindade também se apresenta como um ente coletivo, quer dizer, é na comunidade que se Deus pode se apresentar, ser sentido e vivido.

A liturgia de hoje vai propor, pra nós, uma reflexão muito séria sobre o nosso compromisso com Deus e o nosso compromisso com a comunidade. E aí eu gostaria de convidá-los a essa reflexão porquê... esses; esse compromisso, ele se confunde muitas vezes. Quando dizemos compromisso com a comunidade, nós também estamos falando de compromisso com Deus – é a mesma coisa. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 05/11/2017)

E isso se desdobra em um ecumenismo e inclusão generalizados. Quer dizer, segundo Cristiano, não existe uma limitação para a ideia de inclusão com relação às minorias, ou a diferentes manifestações de fé.

Assim, o negro, o branco, o budista, o evangélico, o católico, o gay, o hétero, o cis, o transgênero, todos são igualmente inclusos dentro da graça de Deus.

O convite das parábolas do reino de Deus é pra que, eu e você, pudéssemos aprender que essa realidade de céu (que em algumas outras tradições vai chamar de Paraíso, não é?, e que outras tradições vai chamar de Consciência-Buda ou de Plenitude do Lar Ideal)... (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 30/06/2017)

Eu não tenho dúvida de que os nossos irmãos budistas, xintoístas, taoístas, e de toda a diversidade religiosas do mundo inteiro conhecem Jesus. Muitas vezes, por outros nomes, com outras cores, mas eles conhecem Deus. E eu sei que o carinho de Deus é maravilhoso. Eu já fui curado por esse carinho de Deus. E conheço histórias de tantas outras tradições religiosas em que as pessoas tiveram, ao seu modo, à sua maneira, na sua linguagem, o encontro precioso com Deus. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 27/08/2017)

Porém, Cristiano atrela à ideia de inclusão a ideia de reafirmação da identidade, ou seja, não é a pregação da tolerância, mas de uma aceitação da pessoa enquanto especial e digna por ser quem é.

O pensamento do conceito inclusivista é aquela ideia de que Deus é branco, é um homem – mas ele é tão bonzinho, tão bonzinho, que ele até aceita as mulheres, os gays, os negros... Essa é uma visão inclusivista; que Deus inclui porque nós somos tão miseráveis e tão pecadores, tão pequenos, que; mas Deus é tão bom, é tão maravilhoso que ele nos inclui. O que nós vemos no



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

evangelho é uma Boa Nova que vai pra além dessa; desse conceito, dessa ideia inclusivista. Nós vemos, ali, a afirmação da dignidade de toda e qualquer pessoa como povo de Deus, como filho e filha de Deus. E, aí, nós vamos retomar a ideia de que nós somos imagem e semelhança de Deus. E como imagem e semelhança de Deus, toda diversidade humana representa essa imagem no mundo; cada um e cada uma de nós, por mais diferentes que somos, somos manifestação da presença de Deus, somos imagem e semelhança desse Deus. E Jesus traz para nós essa boa nova que traz de volta a cada um e a cada uma de nós a dignidade de povo de Deus (CRISTIANO, 2018, PREGAÇÃO, 25/03/2018)

O trecho apresentado demonstra claramente a visão de inclusão defendida por Valério, que se iguala à visão de inclusão de Alexya. Em ambos os casos, a ideia de dignidade humana e de uma inclusão radical é defendida.

E esse discurso emerge da visão de uma religiosidade tradicional que oprime, o que é apresentado como ruim. Nesse sentido, a opressão, o dogma, é visto como algo a ser evitado, algo errado. Sendo relegado tanto à sociedade mais ampla quanto às instituições religiosas tradicionais o papel de opressor que deve ser evitado.

E existem comunidades religiosas com um número tão grande de regras, de dogmas, de podes-e-não-pode, que as pessoas caminham carregando esse fardo e esse julgo religioso o tempo todo. E o pior de tudo: muitas vezes as pessoas fazem isso porque são ameaçadas. E o evangelho de hoje vai expor essa hipocrisia religiosa ou esse abuso religioso de forma muito interessante porque algumas pessoas costumam criar um ambiente de terror no espaço religioso. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 05/11/2017)

Então, uma vez que o pecado, o errado, o que deve ser evitado está ligado à opressão, Cristiano oferece um discurso teológico onde o indivíduo é levado a tomar suas próprias decisões sobre certo e errado a partir de sua vivência específica com Deus.

Nesse sentido, cabe aos demais aconselharem, contudo, a escolha sobre o certo e errado é sempre do indivíduo em sua relação com Deus, e sua escolha será abençoada desde que não cause mal e opressão a outro indivíduo.

E mesmo essa visão que o indivíduo construiu a partir de seu relacionamento com Deus nunca será final, uma vez que as ocasiões mudam, as situações mudam e as pessoas mudam. Assim, como Alexya, Cristiano também apresenta uma constante ressignificação dos conceitos religiosos e convida aos membros da denominação a também ressignificarem seus conceitos a partir de sua vida com Deus.

E, aí, é importante pensar que uma fé, verdadeiramente, cristocêntrica – ou seja, uma fé que tem Cristo no centro – não pode ser uma fé legalista. Porque Cristo, o tempo todo, está nos convidando ao amor, está nos desafiando a olhar a vida com olhos novos. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 27/08/2017)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O convite do evangelho de hoje é pra que, eu e você, respondamos; respondemos essa pergunta que ele fez aos discípulos: “Quem é Jesus?” Mas que a gente possa responder essa pergunta sempre. E perceber que a resposta, sempre, será uma resposta preliminar. Não é definitiva. Não é definitiva. Não sejamos pretenciosos ao ponto de achar que somos donos de alguma verdade. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 27/08/2017)

Quando alguém, às vezes, chega preocupado com alguma coisa e me diz: “reverendo, eu posso ou não posso ir em tão lugar?” Eu devolvo a pergunta: “Por que você tá preocupado com isso? Você acha que seria bom? Por que seria bom? Você acha que não é bom? Porque não é bom?” Entenda que você precisa decidir. E que essa responsabilidade é sua. E que eu vou orar e abençoar o que você decidir. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 05/11/2017)

Assim, fica claro que, na figura nas lideranças religiosas institucionalizadas da ICM, não se encontra um conjunto específico e rígido de regras, mas sim uma tentativa de desconstrução dos mecanismos discursivos de poder de outras vertentes religiosas tradicionais e da sociedade de forma mais ampla.

Contudo, apesar de, assim como Alexya, possuir um discurso que vai contra a opressão, seu discurso é menos focado na opressão das figuras LGBT, possuindo um caráter mais abrangente. De modo que é possível por diversas vezes ouvir o Reverendo falando sobre os marginalizados de forma mais ampla – o que não exclui o movimento LGBT.

Nesse lugar, pessoas não são mortas por serem quem são, porque, independentemente, do que quer que elas sejam, elas são filhos e filhas de Deus e são celebradas como tal. Nesse lugar, pessoas transgênero não vivem de subemprego, não são assassinadas. Nesse lugar, o amor é livre e celebrado com muita alegria. (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 30/06/2017)

A grande salvação a grande libertação, vem, a partir, daqueles que, à margem, estão – e não no centro do poder político, religioso. E essa é a grande mensagem da comunidade de Lucas. E o que isso significa pra mim? (CRISTIANO, 2017, PREGAÇÃO, 20/08/2017)

É possível constatar então que a visão de Cristiano busca combater formas de opressão, aceitando a diversidade de uma maneira abrangente, levando a ideia de inclusão de forma mais profunda.

Isso acontece a partir do entendimento que a comunidade é manifestação de Deus, tanto em sua ação de suporte aos outros quanto na demonstração da diversidade do próprio Deus e, portanto, toda ser humano, em sua singularidade, merece ter sua dignidade respeitada por ser imagem e semelhança de Deus.

Assim, o pecado, ou o errado, é justamente o que afronta a dignidade humana, sendo assim toda forma de opressão, toda ação que traga sofrimento, que marginalize, que coloque sobre um julgo.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Ao pregar sobre a “dor e a delícia de ser”, Cristiano aponta que é necessário aceitar quem você é, e valorizar quem você é, uma vez que o indivíduo é criação de Deus, e ao não aceitar quem é, o indivíduo viveria em frustração e tristeza, advindas da não autoaceitação.

OUTRAS VOZES

Alexya e Cristiano constituem os dois pregadores com maior frequência na ICM-SP, contudo, não são as únicas vozes. Outros membros também são convidados a realizar a mensagem, assim como, em ocasiões especiais, não-frequentedores são chamados para pregar.

Contudo, é possível perceber pontos de intersecção entre os discursos de Cristiano, Alexya e os demais pregadores. Um desses pontos em comum é a ideia da comunidade como manifestação de Deus, assumindo assim um caráter sagrado e importante na composição do discurso teológico da ICM.

Então, a ideia, aqui, quando a moderadora nos sugere sobre Comunidade, de onde viemos?, pensando a partir de Paulo, pensando a partir de Troy Perry, é pensar Comunidade. Não estejais ansiosos por coisa alguma. Por quê? Porque temos Cristo. Mas que Cristo é esse? É o Cristo que a gente encontra no outro. É o Cristo comunitário. (ANA ESTER, 2017, PREGAÇÃO, 08/10/2017)

A nossa vida com Deus é uma vida tão simples quanto a nossa vida em comunidade. Quando nós aqui estamos e quando nós abraçamos o nosso irmão, nós estamos, em Deus, transmitindo, a esse irmão, o amor com que Deus nos ama. (IVANA, 2018, PREGAÇÃO, 04/03/2018)

A ideia de a comunidade como representação de Deus assume na ICM um caráter central, uma vez que a comunidade, segundo a ICM não é excludente, não separa entre nós e eles, mas apresenta uma visão de inclusão radical.

Nesse sentido, é possível dizer que dentro da comunidade existiria uma igualdade geral pressuposta, mas que nesse caso, não se restringe ao grupo ICM-SP, mas que articula a ideia de igualdade em um amplo contexto que envolve todas as pessoas.

E esse perdão que eu aprendi e vi aqui entre ouvintes e surdos é igual. Não existe diferença, são todos iguais, não existem especiais, não existem eleitos, existem pessoas iguais, aqui, se perdoando, se ajudando e em comunhão um ao outro. (FÁBIO, 2017, PREGAÇÃO, 17/09/2017)

Os nossos valores são: inclusão, transformação espiritual, comunidade – e, calma aí que eu esqueci a outra; pera aí se não eu não ganho pirulito; aloka; é: justiça global. Então: inclusão; transformação espiritual; justiça global e comunidade. (ANA ESTER, 2017, PREGAÇÃO, 08/10/2017)

Igreja da Comunidade Metropolitana. “Ahn?” Igreja inclusiva. “O que é isso?” É uma igreja que aceita todas as pessoas sem fazer acepção. “Ah já sei,



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

é lugar de viado, né?” Aí, eu que não presto, digo: Não é só de viado não: é de viado, é de travesti, é de sapatão... é de trans. É lugar de gente. (MÁRCIO, 2018, PREGAÇÃO, 18/02/2018)

Essa inclusão feita de forma radical está ainda, como nos discursos de Cristiano e Alexya, vinculada a uma deslegitimação das formas de opressão de outros sistemas, como o religioso tradicional; assim, esse confronto teológico com os discursos e mecanismos de opressão da religião é ainda uma coisa que permeia o discurso dos membros da ICM-SP.

Porque, antigamente, as igrejas que eu frequentava falavam que ser gay era pecado, ser gay não era certo, ser gay era ter uma vida vazia, mas, ao chegar aqui, pude sentir a emoção de ver... fiquei admirado em ver como as pessoas aqui estavam envolvidas, como o significado de Jesus e as explicações que aqui eram colocadas faziam com que eu pudesse entender que a minha vida não era errada e que eu não precisava pedir perdão. (FÁBIO, 2017, PREGAÇÃO, 17/09/2017)

Se nós falamos contra um sistema de opressão, contra um sistema de opressão religiosa, contra um sistema de N tipos de opressão, nós estamos mexendo com a raiz do sistema, com um sistema que quer manter; que quer manter o seu poder, que quer manter a escravidão [...] (IVANA, 2018, PREGAÇÃO, 14/01/2018)

Ora, a religião... se a religião olha pra gente, hoje, aqui, e ri, você imagina naquela época? Que tem gente que ri da gente, né? “É o quê? É igreja de quê?” Igreja da Comunidade Metropolitana. “Ahn?” Igreja inclusiva. “O que é isso?” É uma igreja que aceita todas as pessoas sem fazê acepção. “Ah já sei, é lugar de viado, né?” (MÁRCIO, 2018, PREGAÇÃO, 18/02/2018)

Essa diversidade permite diferentes formas de crença, não só por outras vertentes religiosas, mas também dentro da própria ICM, onde não se espera que os membros possuam um mesmo entendimento sobre alguns assuntos. Ou seja, é uma refusa aos dogmas e regras de modo geral.

Um conhecimento livre, sem regras, sem dogmas; e que todos possam, aqui, ou no Brasil, ou no mundo, através do propósito da ICM, entender que temos dificuldades, sim, mas através do conhecimento de Deus e das várias que ele deseja que nós aprendamos, possamos conhecer; posamos, mesmo tendo dívidas, não agirmos de forma incoerente. De forma vazia. (FÁBIO, 2017, PREGAÇÃO, 17/09/2017)

Jesus, não me obriga a crer como minha irmã Ivana; não me obriga a crer como meu irmão Getúlio; não me obriga a crer como o meu irmão Cristiano – porque temos histórias de vidas diferentes, caminhadas diferentes. (MÁRCIO, 2018, PREGAÇÃO, 01/04/2018)

Ao se opor aos dogmas e visões tradicionais não somente religiosas, mas da sociedade de modo mais amplo, a luta, muitas vezes é conclamada; contudo, ela recebe



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

nuances diferentes, não sempre sendo incentivada como uma militância propriamente, mas também como atuações das mais diversas para se buscar a diminuição da opressão.

Os nossos valores são: inclusão, transformação espiritual, comunidade – e, calma aí que eu esqueci a outra; pera aí se não eu não ganho pirulito; aloka; é: justiça global. (ANA ESTER, 2017, PREGAÇÃO, 08/10/2017)

Então, você tem uma tarefa, meu irmão, se você não está aqui nessa cadeira hoje: comparecer. Lutar, junto conosco... sozinho, junto; mas a luta, junto, sempre traz mais benefícios. Sempre mais resultados. Essa é nossa mensagem para você hoje. Amém. (IVANA, 2018, PREGAÇÃO, 04/03/2018)

Como é que diz a profecia de Isaías: esse não é o jejum que eu quero, o jejum que eu quero é que vocês acabem com os sistemas de injustiça; que vocês desatem os laços de escravidão; que vocês vistam o faminto e dê pão a quem tem fome; enfim, o tempo que eu quero, o jejum que eu quero, é tempo de metanoia, é tempo de conversão, é tempo de mudar de vida, é tempo de gritar ao mundo e subverter toda essa lógica sistêmica que acaba com a vida de vocês e com a vida de tantas pessoas. (MÁRCIO, 2018, PREGAÇÃO, 18/02/2018)

Assim, é possível reconstruir o discurso teológico da ICM-SP a partir das pregações observadas. A denominação entende a comunidade como a manifestação de Deus, sendo assim, a integração entre as pessoas revela as ações de Deus entre os membros. De modo que a diversidade das pessoas representa a própria diversidade de Deus e, por isso, pode ser celebrada como um atributo de Deus manifesto.

Essa diversidade deve ser celebrada como uma benção, e por isso não deve ser desencorajada, de modo que as diferentes identidades, como a orientação sexual, a identidade de gênero, a vertente religiosa e etc. devem ser vividas. Aqui cabe a pontuação de que, para a ICM-SP, as diferentes visões religiosas são manifestações do mesmo Deus, mesmo que com outros nomes, celebrado de maneiras diferentes, mas não sendo erradas ou pecados, mas sim uma manifestação dessa diversidade.

Justamente por entender que a diversidade é um atributo divino, a denominação compreende que todas as identidades são válidas, todas tem direito de existir e, por isso, tem como base de seu discurso os direitos humanos; pois uma vez que todas as manifestações de vivência humana são valorizadas como manifestações do divino, então todos os seres humanos são igualmente dignos.

Contudo, ainda existe nesse discurso o outro. É importante entender que não se trata de se diminuir as diferenças a ponto de equalizar as manifestações de vida, mas sim de celebrar a diferença a partir da igualdade de todos os seres humanos.

Isso não significa dizer que todos os discursos são válidos. Justamente por entender a igualdade e a dignidade de todos os seres humanos, a denominação entende como erradas e pecaminosas todas as manifestações de vida que incidam contra a



igualdade. Todos os discursos e ações que oprimam outro ser humano, ou seja, que o coloquem em posição de desigualdade.

Nesse sentido, existe crítica da denominação com relação a discursos religiosos tradicionais que se utilizam da mensagem bíblica para oprimir mulheres, homossexuais, transgêneros e transexuais e quaisquer outros grupos minoritários.

Assim sendo, os membros são chamados a se posicionar e agir contra qualquer forma de desigualdade, seja nos “sopões” feitos pela denominação para distribuir às pessoas em situação de rua. Seja na participação da denominação em evento para promoção do Estado Laico colocando todas as religiões em igualdade perante o Estado. Seja pela valorização durante o culto de outras formas de manifestação religiosa.

Dentro disso, fica evidente que existe um foco na denominação pela igualdade de pessoas LGBT. Que são vistas à margem dos padrões de heteronormatividade da sociedade. Aqui entendida não somente como a orientação heterossexual compulsória, mas todas as questões de identidade de gênero e papéis de gênero a ela atreladas.

E nesse sentido, se desenvolvem manifestações de luta pela igualdade de direitos, não somente no espaço público, mas também no privado para celebração e vivência particular das manifestações LGBT.

Esse discurso trabalha dentro de estratégias que surgiram em um momento de contestação do discurso religioso tradicional e deram origem ao que Musskopf (2008, p. 127) chama de Teologia Homossexual.

Essas estratégias que se iniciaram nos anos 70 ajudaram a moldar o discurso teológico da UFMCC e, conseqüentemente, da ICM-SP. Isso pois os pressupostos que apoiaram essa vertente teológica ainda se encontram presente, como a identidade homossexual vista como ponto de contato com o divino (manifestação da divindade), a existência de uma identidade homossexual, a sexualidade como algo essencial à personalidade e a releitura hermenêutica a partir da ótica homossexual.

Existe dentro da ICM-SP a visão de que a bíblia é um livro escrito por homens do seu tempo e que, portanto, apresenta machismos, homofobias e que, assim, muitas vezes não são aplicáveis diretamente ao debate contemporâneo por não se tratarem exatamente dos mesmos tipos de relações existentes hoje quando fala da homossexualidade e que existem outras interpretações possíveis desses textos bíblicos que condenam a homossexualidade a partir de textos contemporâneos.

Essa teologia se desenvolve historicamente, nos anos 80 e 90 no pós-Stonewall Riots, para uma outra forma de teologia que existe paralelamente a ela, a teologia gay, que possui ênfase na opressão sofrida por pessoas LGBT e a luta por sua libertação. Isso também é evidente no discurso de luta contra a opressão visto na ICM-SP. E está



relacionada com a teologia gay, por ser uma teologia ofensiva (MUSSKOPF, 2008, p. 139).

Isso significa que ambas as teologias – a homossexual e a gay – servem de base para o discurso teológico visto na ICM. E serve como um ponto em comum entre um pensamento religioso e a militância LGBT por direitos civis, esses baseados nos direitos humanos.

Buscando revisar categorias de identidades vividas no cotidiano e não resolvidas pela teologia gay, surge uma forma de teologia seguindo o movimento da sociedade civil que leva em conta a teoria *queer*. Essa teologia, chamada de teologia queer, questiona os padrões baseados nas identidades gay e lésbica, os relacionando com outras categorias como as étnicas, de classe, de identidade de gênero (MUSSKOPF, 2008, p. 146).

Ela ganha forma e força para desafiar as teologias homofóbicas e a sociedade no seu sentido mais amplo nas comunidades denominacionais, mais conhecidas como igrejas gays. Nesse sentido, Musskopf apresenta a UFMCC como uma referência nesse tipo de comunidades denominacionais. Ou, mais especificamente, uma radicalização da teologia queer, pois desafia a própria ideia de enclausuramento denominacional, propondo uma vivência da espiritualidade que foge da ideia de igreja denominacional ortodoxa, adentrando no que Musskopf chama de “instituições pós-denominacionais” (2008, p. 149).

Isso se relaciona com o observado na ICM-SP, uma vez que a denominação não se restringe a uma visão tradicional cristã dos rituais e dogmas, não oferecendo uma visão negativa sobre outras vivências religiosas, mas as incorporando dentro das vivências religiosas válidas, desde que não incentivem a opressão.

Nesse mesmo contexto tem-se a ausência de regras bem definidas diferenciando o sagrado do profano, sendo a regra apresenta a opressão como pecado uma regra formal, não possuindo conteúdo específico, sendo necessário a avaliação de cada situação singular para defini-la como boa ou ruim, e mesmo essa definição podendo variar de acordo com os envolvidos por causa dos locais específicos de fala.

Teologia queer é um projeto orgânico ou fundado na comunidade que inclui nossas diversas contextualidades sexuais, nossas experiências sociais particulares de opressão homo/bi/transfóbica e suas conexões com outras formas de opressão, e nossas auto-afirmações de diferenças sexuais/de gênero, e irá impactar o futuro desenvolvimento das teologias da libertação. (MUSSKOPF, 2008, p. 154, 156)

Isso possibilita uma teologia que mantém uma revisão de suas posições, sempre pronta a questionar os mecanismos de opressão e expandir os grupos a quem deve ser dado o critério de igualdade. Essa teologia pode ser encontrada na ICM-SP, e



ajuda a explicar o fundamento teológico pelo qual se constroem os discursos da denominação.

CONCLUSÃO

É, portanto, possível perceber que a ICM-SP possui um discurso vinculado à ideia de direitos humanos. Isso decorre de uma teologia que entende Deus como um ser manifesto no outro, dando um caráter de divindade a todos os seres humanos.

Isso acaba por valorizar a diversidade como um dos atributos de Deus e, assim sendo, as diferenças religiosas, denominacionais, sexuais, e etc. são entendidas como uma benção a ser apreciada e vivida como manifestação dessa divindade.

Nisso, a ICM-SP se contrapõe ao discurso religioso tradicional que oprime e causa mal. Contudo, essa visão impede um conceito claro e rígido de pecado, assim como regras fixas de ação. Permitindo uma gama de práticas permitidas e não permitidas, baseadas na consequência das mesmas na vida dos outros.

Nesse sentido, estão garantidos os valores centrais dos direitos humanos dentro da teologia da ICM-SP, o valor e a dignidade de cada pessoa, assim a universalidade dessa dignidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONFIM FILHO, M. M. et al. **Sexualidade e religião**: a prática sexual na perspectiva das denominações protestantes. Artigo. 2010.
- GOMES, A. M. de A. **As representações sociais do corpo e da sexualidade no protestantismo brasileiro**. Revista de Estudos da Religião. Nº 1. p. 1-38, 2006
- JESUS, F. W. **Unindo a Cruz e o Arco-íris**: Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2012.
- MISKOLCI, R. **Pânicos morais e controle social**: reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu. Vol 28, Janeiro-Junho, p. 101-128, 2007.
- MUSSKOPF, A. S. **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma teologia queer no Brasil / André Sidnei Musskopf ; orientador Rudolf von Sinner. – São Leopoldo: EST/PPG, 2008.
- NATIVIDADE, M; OLIVEIRA, L. **Sexualidades ameaçadoras**: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos ameaçadores in: Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino-americana. n.2, p.121-161, 2009.
- NATIVIDADE, M. **Uma homossexualidade santificada?** Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 30(2): 90-121, 2010.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 10. ESPAÇOS URBANOS



O SELF NO MEIO URBANO

Marcelo de Medeiros Reis Filho¹

RESUMO

O presente trabalho busca tratar sobre as intersecções entre as seguintes temáticas: os comportamentos dos indivíduos, as relações interpessoais e o meio urbano. O estudo tem suas bases em questões teóricas, compondo o debate a partir de definições já presentes no campo da sociologia. Assim, realiza-se uma análise que compara e combina teorias distintas, formando uma nova perspectiva acerca do caso proposto. Robert E. Park, com *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*, e George Herbert Mead, com *A brincadeira, o jogo e o outro generalizado*, oferecem a sustentação da argumentação. Dessa maneira, são utilizados, principalmente, os conceitos de *self* e cidade. O debate proposto passa por comportamentos, representações e imitações. Trata-se de ver como os grupos sociais tentam moldar o indivíduo, percebendo como ocorre esse processo e quais são suas consequências. Ao mesmo tempo, é feita a proposta de alargamento da discussão ao colocar a cidade como cenário desses aspectos. Insere-se o grupo no meio urbano, trazendo consigo suas questões morais e culturais, entre outras. Discute-se também como o fundo de palco urbano administra o controle social e as relações interpessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Self. Meio urbano. Comportamento.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC e Graduando em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FCS; marceloreisfilho98@gmail.com.



O presente trabalho busca, principalmente, tratar das interseções entre dois conceitos: *self* e cidade. As definições desses termos advêm dos trabalhos de George Herbert Mead e Robert E. Park, respectivamente. Objetiva-se, de certo modo, compreender e complementar as argumentações desenvolvidas sobre essas temáticas dentro do campo sociológico.

O debate proposto passa pelo binômio indivíduo-comunidade. Isso significa abordar comportamentos, representações e imitações. Da mesma maneira, trata-se de ver como os grupos sociais tentam moldar o indivíduo, percebendo como ocorre esse processo e quais são suas consequências.

Propõe-se o alargamento da discussão ao colocar a cidade como cenário desses aspectos. Insere-se o grupo no meio urbano, trazendo consigo suas questões morais e culturais, entre outras. Discute-se também como o fundo de palco urbano administra o controle social e as relações interpessoais.

Ademais, propõe-se a discussão sobre o direito à cidade, como desenvolvido por David Harvey. Nesse sentido, observa-se a relação entre a coletividade e o espaço que habita, considerando-se diversos aspectos, tais como interações sociais, hábitos, o exercício do poder coletivo e a capacidade dos indivíduos de modificarem o meio e a si mesmos.

2. O *SELF*, AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E O CONTROLE SOCIAL

George Herbert Mead, em *A brincadeira, o jogo e o outro generalizado*, define o *self* como o momento em que o indivíduo adota as atitudes do grupo social ao qual pertence. Segundo o autor, esse processo de internalização e imitação de atos é essencial para o funcionamento de instituições e atividades da sociedade, sendo necessário que todos os membros de uma comunidade passem por essa formação de personalidade.



A atitude do grupo social – ou comunidade – é denominada *o outro generalizado* por Mead (2010). O *outro* permite a constituição do *self*, sendo um processo que faz parte da experiência individual de cada membro de um grupo

É perceptível que o indivíduo observa os atos de seu grupo e os organiza em um objeto único, que é conhecido pelo termo *outro generalizado*. A partir disso, esse membro da comunidade adota esse objeto como referência para sua ação em relações interpessoais, assim como em outras situações da vida em sociedade.

Nesse sentido, é válido relembrar as deliberações de Robert Park para relações interpessoais, dividindo-as entre “primárias” e “secundárias”. As relações primárias – ou diretas – constroem associações marcadas pela intimidade, proporcionando uma “fusão de individualidades” (PARK, 1979). Dessa forma, ocorre a construção de um ideal de “nós”, no qual o indivíduo compartilha, por muitas vezes, os mesmos objetivos de seu grupo.

Por outro lado, as relações secundárias – ou indiretas – são típicas do meio urbano e marcadas pelo afastamento de questões sentimentais. Essas relações são forjadas a partir de “associações de indivíduos na comunidade” (PARK, 1979). O enfraquecimento de relações íntimas e a diminuição da predominância de uma ordem moral são consequências desse sistema indireto. Também há, ao mesmo tempo, a emergência de uniões baseadas em aspectos vocacionais.

É importante notar que as relações indiretas podem ser estabelecidas de forma aleatória, tendo a chance de serem transitórias e instáveis. Isso possibilita que o indivíduo se afaste da noção de pertencimento à apenas um grupo já estabelecido e passe a conviver entre diversas comunidades. Nesse sentido, Mead também trata sobre relações primárias e secundárias, mas tratando-as sob a lente de classes concretas e abstratas.

Algumas delas são classes ou grupos sociais concretos [...] elas são unidades sociais funcionais reais, os membros individuais estando diretamente relacionados uns aos outros. Outras são classes sociais ou subgrupos abstratos [...] nas quais os membros individuais estão relacionados uns aos outros mais ou menos indiretamente e funcionam parcialmente como unidades sociais, mas que propiciam ou



representam possibilidades ilimitadas de ampliação.(Mead, 2010, págs. 133-134)

Tendo esses aspectos em pauta, é possível analisar como os diferentes modelos de relação exercem o controle social. Segundo Park (1979), o controle surge “em resposta direta a influências pessoais e ao sentimento público”. Portanto, é evidente que uma comunidade exerce controle sobre um indivíduo, que possui um *self*, por meio de um sentimento coletivo, que faz parte do *outro generalizado*.

Nota-se, então, que as relações primárias, que são estáveis e duradouras, são típicas de comunidades com forte controle social. Por outro lado, as relações secundárias, que são instáveis e pelas quais as pessoas transitam com relativa facilidade, estariam presentes naquelas com pouco controle sobre os indivíduos.

3. A CIDADE COMO CENÁRIO PARA O *SELF*

Nessa partícula do trabalho, pretende-se ilustrar como a cidade é utilizada como cenário pelo indivíduo e, conseqüentemente, pelo seu *self*. Em um primeiro momento, faz-se necessário entender o que é uma cidade, utilizando o conceito de Robert Park.

[...] a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e tradições transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (Park, 1979, pág. 25)

É perceptível que esse autor considera o meio urbano como um produto dos indivíduos tanto em seus aspectos físicos como nos morais. Esse meio é capaz de transmitir uma gama de características que os povos que ali habitam possuem. Inclusive as “atitudes organizadas”, que podem ser entendidas como os atos comumente feitos por uma comunidade. Isso possibilita uma referência ao conceito de *self*.

O *self*, como desenvolvido por Mead, é justamente a personalidade formada a partir da adoção de atos de uma comunidade. Assim, se a cidade transmite atos e os atos formam o *self*, é possível dizer que o meio urbano é um dos espaços em que o indivíduo desenvolve a si mesmo.



Faz-se imperativo notar que a transmissão de costumes e hábitos, assim como a formação do *si mesmo*, passa por questões morais. É evidente que a cidade, que incentiva as efêmeras relações indiretas, possui diversos grupos co-habitando dentro de seus limites municipais definidos pela política e pela geografia. Portanto, há uma constante interação entre o espaço físico e a organização moral-cultural dos grupos.

Os variados grupos podem transitar pelos mesmos locais sem o desenvolvimento de conflitos e de relações íntimas. De acordo com Park (1979), a cidade segrega os grupos de tal forma que é formado “um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”. Essa segregação pode ser feita, por exemplo, pela agrupação de indivíduos que tenham um mesmo interesse ou gosto em certa região.

O ponto da cidade em que certo grupo se encontra e se identifica é chamado de “região moral”. A região moral seria justamente “onde prevaleça um código moral divergente” (PARK, 1979), com suas origens podendo ser traçadas a um aspecto da vida em sociedade como a arte, o esporte ou outra atividade que agregue indivíduos. É importante notar que essa região não é, necessariamente, o local de moradia dos membros de um grupo.

Dessa maneira, torna-se evidente que a cidade pode ser dividida de acordo com códigos morais. É importante lembrar que esses códigos ditam o modelo de relação interpessoal e o controle social. Dadas as variações entre as regiões morais e a diversidade de grupos no meio urbano, é possível afirmar que o indivíduo, assim como sua personalidade, será afetado por esses aspectos no seu processo de formação, podendo transitar entre diversos códigos de regras durante sua trajetória pessoal.

4. AS COMUNIDADES E A AÇÃO COLETIVA

A presente parte do trabalho objetiva discutir as diversas formas de agrupamento no meio urbano e o exercício do direito à cidade. Dessa forma, pretende-se perceber as relações entre ambos e como os comportamentos coletivos e individuais podem ser afetados pelo encontro dos conceitos.



Dentro do debate proposto, o conceito de comunidade de interesses pode ser colocado em destaque. Na análise de Park a divisão do trabalho cria uma organização social com, pelo menos, dois níveis de interdependência, sendo um ente indivíduo e comunidade e outro entre as vocações. Nesse contexto, acaba-se por construir uma “solidariedade social” (PARK, 1979) baseada nas referenciadas comunidades.

Uma comunidade de interesses se destaca pela racionalidade de suas ações. Segundo Park (1979), “os interesses implicam existência de meios e de uma consciência da distinção entre meios e fins.” O autor também caracteriza os interesses como provocadores de mudanças.

Percebe-se, então, a existência de agrupamentos de indivíduos na busca de objetivos definidos. A racionalidade desses grupos implica na distinção clara entre o que é o objeto, o meio e o fim da ação, proporcionando, de certa forma, um pragmatismo na ação coletiva. É, neste sentido da coletividade, que David Harvey propõe a discussão sobre o direito à cidade.

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende exclusivamente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (Harvey, 2012, pág. 74)

Nota-se que a perspectiva de mudanças no espaço urbano passa pelo exercício do poder coletivo. O exercício desse poder e, conseqüentemente, do direito à cidade pode ser relacionado a formação das comunidades de interesses. Um grupo, dentro de sua cidade, pode decidir pressionar instituições, assim como os membros que as compõem, de modo a atingir determinado objetivo.

Nesse sentido, é válido relembrar as deliberações de Park sobre as vizinhanças na política municipal, com o grupo sendo visto como a “menor unidade local” (PARK, 1979) dentro desse sistema. A sua existência não perpassa por uma organização formal, sendo baseada na espontaneidade de uma associação baseada, em grande parte, na proximidade geográfica de seus membros. As ações de seus membros e líderes, portanto, são focadas em assuntos que afetam a localidade.



A partir dessa perspectiva, faz-se perceptível mais uma conexão com o direito ao meio urbano. O agrupamento chamado de vizinhança também direciona o seu poder coletivo para determinadas questões, a depender dos interesses e sentimentos coletivos. Vê-se, portanto, a coletividade mudando o espaço urbano em sua menor parcela.

Faz-se necessária uma ressalva sobre a importância das vizinhanças. Há aquelas com maior integração e intimidade entre seus membros, ao mesmo tempo em que há outras com uma menor coesão. De acordo com as deliberações de Park, populações com maior acesso aos meios de comunicação e de transporte tendem a perder sua conexão regional, com as vivências sendo compartilhadas com outras áreas da cidade. Da mesma forma, com o isolamento de uma área, nota-se o aumento da solidariedade de seus membros.

Onde indivíduos da mesma raça ou da mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de vizinhança tende a se fundir com antagonismos de raça e interesses de classe. Distâncias físicas e sentimental reforçam uma à outra, e as influências da distribuição local da população participam com as influências de classe e raça na organização social. (Park, 1979, pág. 32)

É imperativo notar que o isolamento de uma área e, consequentemente, dos grupos que o habitam podem ser frutos de políticas públicas. Como Harvey (2012) observa, Haussmann, no século XIX, retirou o proletariado e outros grupos do centro de Paris, visando afastar o que considerava “uma ameaça à ordem pública e ao poder política”. Assim, foram criados subúrbios que concentraram os grupos indesejados, transformando a área central em termos físicos e morais.

Ao modificar a estrutura e os componentes humanos de uma localidade, Haussmann deslocou a região moral da classe trabalhadora parisiense. Em um movimento contrário a esse, argumenta Harvey em *O Direito à Cidade*, a Comuna de Paris objetivou a retomada da cidade pelo proletariado. Nesse sentido, a Comuna é um exemplo do exercício do direito à cidade, visando mudar o espaço físico e os costumes da cidade ao ocupar os espaços centrais do meio urbano.

De acordo com Harvey (2012), a cidade que o coletivo deseja deve ser pensada junto aos “tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos.” Essa perspectiva vai ao encontro da obra *A cidade*:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, de Robert Park, ao trazer o seguinte panorama: a estrutura da cidade representa os costumes de seus habitantes, não sendo apenas uma construção material.

Faz-se necessário inserir os conceitos de *self* e *outro generalizado* no debate proposto por essa seção do trabalho. A cidade como expressão de seus habitantes e o direito à cidade tocam, por diversas vezes, nas questões comportamentais e de coletividade levantadas por Mead.

Considere-se que uma comunidade ocupa determinado espaço físico e possui certo conjunto de tradições e costumes. Ao se verificar uma situação que desagrade a coletividade, como a ausência de um serviço público, seria possível utilizar o poder coletivo para buscar modificar essa realidade. Na hipótese do grupo atingir seus objetivos, não seria apenas o acesso a um serviço que seria conquistado, mas também uma mudança de hábitos, já que os habitantes da região agora disporiam de mais um instrumento para satisfazer suas necessidades ou desejos.

Nessa perspectiva, a comunidade mudaria a forma de se relacionar com o espaço e com os serviços a sua volta, alterando a forma comum de se agir ou até mesmo criando novas padrões. Isso significaria uma mudança nos *selves*, dado que o quadro de referências em que se baseia não seria mais o mesmo.

Retomando a questão das vizinhanças isoladas, pode-se pensar no caso de uma região isolada pela precariedade do serviço de transporte público. Isso significa que a locomoção de seus habitantes estaria restrita, assim como o seu contato com os espaços, habitantes e costumes de outras áreas, tornando o grupo mais coeso. Admitindo-se a possibilidade da comunidade reivindicar e conseguir uma melhoria nesse serviço, o isolamento e a coesão poderiam diminuir de modo significativo, também trazendo um menor controle social sobre os indivíduos.

Torna-se perceptível, portanto, que o exercício do direito à cidade pode promover mudanças estruturais, assim como nos costumes de grupos e indivíduos. Nesse sentido, concebe-se a possibilidade de grupos, sejam vizinhanças ou comunidades



de interesses, se organizarem e utilizarem de seu poder coletivo para exercer seus direitos e atingir seus objetivos.

5. CONCLUSÃO

Sendo exposta essa análise, tornam-se perceptíveis as interseções entre as teorias propostas por George Herbert Mead, Robert E. Park e David Harvey. Os trabalhos dos autores citados passam por questões semelhantes em diversos momentos, tratando-as com lentes que muitas vezes convergem em conteúdo e divergem na terminologia utilizada. Em outro plano, suas obras também apresentam aspectos que se complementam quando debatidos e aproximados.

O *self*, assim como suas particularidades, pode ser inserido no conceito de cidade proposto por Park. Essa junção de ideias permite que discutamos o desenvolvimento de personalidades não só a partir de grupos, mas também considerando a localidade dos membros de um grupo. Isso significa tratar a questão comportamental também por uma perspectiva espacial.

As relações interpessoais, por sua vez, são tratadas de forma parecida por Mead e Park. Assim, há uma relativa facilidade em tratar da temática. A questão espacial acaba por retornar ao debate ao percebermos que a cidade incentiva as relações secundárias.

Ademais, analisou-se o controle social e a variação dos códigos morais. Considerando a cidade como meio desses aspectos, percebeu-se como os membros de uma comunidade se agregam nas regiões morais, em que há a predominância de certo código compartilhado por eles. Também se tornou evidente como essa segregação influencia na formação do *self*, que pode transitar entre diversas regiões e suas regras, assim convivendo com diferentes *outros generalizados*.

Nesse sentido, diz-se que o *outro generalizado* e o *self* não são estanques, podendo passar por modificações. Essas mudanças podem ser feitas por meio do exercício do direito à cidade, no qual a coletividade exerce seu poder para modificar o



espaço e a si mesma. Fez-se importante notar as diferentes formas de agrupamento presentes no meio urbano, como as vizinhanças e as comunidades de interesse, assim como seus aspectos particulares e suas formas de atuação.

Em última instância, é imprescindível observar um seguinte fenômeno: a impossibilidade de separar a cidade dos grupos que por ali habitam e circulam. Da mesma forma, o meio urbano não pode ser divorciado das tradições, costumes e particularidades de relações com o espaço desses coletivos. Isso significa tratar o espaço urbano como um produto das relações humanas em diversos sentidos, passando desde do material até o cultural, também notando a importância da garantia do direito à cidade para que se exerça uma governança ampla e plural sobre esse meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MEAD, George Herbert. A brincadeira, o jogo e o outro generalizado. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, 5.1, janeiro/julho, 2010.
- PARK, Robert E. **A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In VELHO, Otavio (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, julho/dezembro, 2012.



ESPAÇOS URBANOS DE BERNA NAS CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR

Nataly Rafaela Ternero¹

Aparecida Maria Nunes²

RESUMO

Clarice Lispector deixou o Brasil pela primeira vez em 1944, acompanhando seu marido em missões diplomáticas e morando em países como Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos. Depois de voltar ao país, quase dezesseis anos mais tarde, encontrou apoio, além de outros periódicos, no *Jornal do Brasil*, onde publicou crônicas semanais sobre os mais variados temas, além de narrativas que lembravam suas viagens feitas e sensações. Em 1984, essas crônicas foram reunidas na coletânea póstuma *A descoberta do mundo*. O presente artigo, em se tratando das relações entre a escritora e os espaços urbanos, propõe-se a recortar e analisar as crônicas que falem sobre a cidade de Berna, na Suíça, entendendo que esse foi um dos lugares que mais impactou a escritora e sua obra. Para isso, realizou-se a leitura aproximada das crônicas, assim como dos livros de correspondências publicadas escritas por Clarice Lispector, o olhar sempre crítico da ficcionista de *Perto do coração selvagem* sobre os espaços e os habitantes de Berna, evidenciando o sentimento de *antiturismo* da escritora. As crônicas de viagem são férteis por desnudarem o confronto do escritor com o *outro* e suas culturas. Assim, espera-se compreender como as experiências suíças de Clarice Lispector penetraram em sua criação literária e jornalística.

PALAVRAS-CHAVE: Clarice Lispector. A descoberta do mundo. Crônica de viagem. Espaços Urbanos. Berna.

¹ Graduanda em Letras – Português pela Universidade Federal de Alfenas; bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. natalyrafaelle23@gmail.

² Professora Associada da Universidade Federal de Alfenas – MG. Pós-doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Letras/Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. E-mail: cydamaria@gmail.com



INTRODUÇÃO

Quando se fala na vida de Clarice Lispector, o *movimentar-se* é uma questão sempre em pauta. Seu nascimento se dá em meio à saída do casal Lispector do vilarejo de Tchetchelnik, na Ucrânia, fugindo da guerra civil que assolava sua região e a Rússia, e também da perseguição aos judeus.

Mesmo nascida na Ucrânia, Clarice sempre se reconheceu brasileira. No Brasil, criou raízes, fez amizades, estudou e trabalhou. Na faculdade de Direito do Rio de Janeiro, conheceu o jovem Maury Gurgel Valente, de quem ficou noiva. Em carta escrita em 3 de junho de 1942, a jovem Lispector pede a cidadania brasileira ao então presidente Getúlio Vargas, dizendo ser “[Uma russa] Que deseja casar-se com brasileiro e ter filhos brasileiros. Que, se fosse obrigada a voltar à Rússia, lá se sentiria irremediavelmente estrangeira, sem amigos, sem profissão, sem esperanças.” (LISPECTOR, 2002, p. 33).

Pouco tempo depois do casamento, Maury foi empossado no cargo de diplomata, o que exigiu que o casal se mudasse para Belém, no Pará. Essa foi a primeira ruptura de Clarice com a convivência em família no Rio, em especial com suas duas irmãs, Tânia Kaufmann e Elisa Lispector, às quais sempre foi muito apegada. Depois de Belém, o jovem casal viveria em Nápoles (Itália), Berna (Suíça), Torquay (Inglaterra) e Washington (Estados Unidos), completando quase dezesseis anos de vivência fora do Brasil.

Quando Clarice Lispector regressou ao Brasil em 1959, divorciada e com dois filhos, sua adaptação não foi simples – ela precisava encontrar emprego e sustentar sua nova família. E dessa maneira, ela retorna ao jornalismo como colaboradora.

Entre os anos de 1967 e 1973, a escritora manteve-se ativa na coluna semanal dos sábados no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, escrevendo crônicas sobre diversos temas. Posteriormente, esses textos foram reunidos na coletânea *A descoberta do mundo*, publicada pela primeira vez pela editora Nova Fronteira em 1984.

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de iniciação científica intitulada *Clarice Lispector e as crônicas de viagem no Jornal do Brasil*, financiada pela CNPq, que teve como objetivo selecionar, analisar e comparar as crônicas que tratam das viagens da escritora para diferentes lugares. Neste texto, portanto, o foco será as



crônicas escritas sobre a cidade de Berna, capital da Suíça, na qual Lispector viveu entre 1946 e 1949. Esta escolha se deu pelo fato de Berna apresentar-se como a cidade que mais impactou Clarice e sobre a qual ela mais se debruçou em suas lembranças para escrever as crônicas que surgiram para o *Jornal do Brasil*.

Portanto, em *Tudo é terra dos outros*, será, inicialmente, feita a contextualização da viagem de Clarice para a Suíça por meio de sua correspondência com familiares e amigos, desvelando o sentimento de *antiturismo* apresentado pela autora. E, em *A cidade medieval*, destacar-se-á o olhar crítico da escritora sobre os lugares e as situações vividas por ela em Berna, mediante as crônicas que escreveu sobre a cidade suíça, relevando um recorte de uma época e de uma região.

1 TUDO É TERRA DOS OUTROS

A leitura da correspondência, ativa e passiva, de Clarice Lispector contribui para a visão ampla de suas narrativas de viagem, já que a escritora colocava nesses textos reservados importantes impressões sobre lugares e acontecimentos. Para a presente análise, duas coletâneas foram fundamentais: *Correspondências* (2002), uma organização de cartas escritas por Lispector a amigos, junto às respostas que ela recebeu, e *Minhas queridas* (2007), livro de missivas trocadas com as irmãs Lispector durante o período de 1944 a 1959, talvez a coletânea mais intimista, por revelar a carência afetiva de Clarice durante os anos passados longe da família.

O momento de receber cartas no exterior era quase sagrado para Clarice, que aguardava a chegada de notícias de parentes e amigos com impaciência todas as semanas, pois era a única maneira de ligação com o mundo “de fora”. Teresa Montero, organizadora da coletânea *Correspondências*, ressalta na nota introdutória ao livro:

Clarice preservou sua correspondência pessoal em detrimento dos originais dos romances e contos, o que pode revelar sua preocupação em guardar a memória de um tempo em que viveu longe do Brasil, cujo registro só poderia ser feito através de fotos e cartas. (2002, p. 13).

Era grande o martírio de Clarice quando as respostas demoravam a chegar, apesar das constantes trocas de fotografias, livros e presentes de toda ordem, como



cortes de tecido e joias. No entanto, o temor do esquecimento e da ruptura com o Brasil sempre a atormentava. E ela própria não deixava de explicitar essa angústia a seus destinatários, como se observa neste fragmento de carta às irmãs: “Receio muito que vocês estejam me esquecendo. Me arquivaram depressa demais. De minha prisão em Berna, mando-lhes minhas lembranças comovidas...” (LISPECTOR, 2002, p. 59).

A seguinte citação retirada do livro *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*, de Maria José de Queiróz, ajuda a entender o impacto que a ausência de um país tão estimado (no caso de Clarice, o Brasil), tem no indivíduo:

É óbvio que só se deplora a perda daquilo que se ama e que se estima. A estima da pátria cuja perda se deplora no exílio ou na emigração implica, ou deveria implicar, o exercício pleno da cidadania, o gozo dos direitos a ela associados e a obediência às leis que os ratificam. Lamenta-se o bem perdido e o que se entende hoje por “qualidade de vida”. (1998, p. 62).

Nesse sentido, o teórico Tzvetan Todorov, em *A viagem e sua narrativa*, confirma: “É verdade que a própria existência de um relato implica necessariamente a valorização de seu objeto (uma vez que merece ser evocado).” (1991, pp. 235-236)

Fora de seu “país de origem”, Clarice se sentiu despojada da vivência à qual estava habituada, de seu sentimento de cidadã; foi enquadrada na categoria “mulher de diplomata”, o que exigia que estivesse sempre em jantares com pessoas desconhecidas, atuando em papel com o qual ela não se identificava.

O sentimento de *antiturismo* é evidente com a leitura das cartas escritas por Lispector, que não se animava com as diferentes paisagens que observava. A vida, segundo ela própria, “é igual em toda parte”. (LISPECTOR, 2007, p. 23). A própria escritora afirmou em carta de 19 de agosto de 1944, enviada de Argélia a suas irmãs: “Na verdade eu não sei escrever cartas sobre viagens; na verdade nem sei mesmo viajar.” (2002, p. 43).

Aprofundando o olhar para as cartas que falam diretamente sobre a vida em Berna, observa-se certa “paleta” de termos de mesma natureza para descrever as paisagens da cidade. A beleza suíça é permeada por certa *aspepsia* – tudo é limpo demais, frio demais, em duro contraste com a colorida paisagem tropical do Rio de Janeiro. As frases até apresentam um tom que beira a ironia. Percebe-se que a ordem, a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

higiene, a civilidade tolhem o entusiasmo natural. Abaixo, duas citações retiradas de *Minhas queridas* comprovam a observação feita:

“A Suíça é uma beleza. Berna, pelo que eu estou vendo do terraço onde escrevo, é uma cidade encantadorinha, limpíssima.” (2007, p. 48).

“E Berna é bonitíssima, toda limpinha e pitoresca.” (2007, p. 48).

O silêncio, o vazio e o frio são outros conceitos constantes tanto nas cartas quanto nas crônicas sobre a Suíça. Abaixo, têm-se fragmentos de dois textos de anos diferentes retirados da coletânea *Correspondências* nos quais se observam as palavras-chave destacadas (os grifos são nossos):

Berna, 5 de maio de 1946 - 4 horas, domingo.

É uma pena eu não ter paciência de gostar de uma vida tão **tranquila** como a de Berna. É uma fazenda. [...] E o **silêncio** que faz em Berna - parece que todas as casas estão **vazias**, sem contar que as ruas são **calmas**. Dá vontade de ser uma vaca leiteira e comer durante uma tarde inteira. [...] É engraçado que pensando bem não há um verdadeiro lugar para se viver. **Tudo é terra dos outros, onde os outros estão contentes**. É tão esquisito estar em Berna e tão chato este domingo... (LISPECTOR, 2002, p. 67).

Berna, 23 de julho de 1947

Eu com o desejo permanente de voltar para o Brasil, não sei quando vamos. Ou então de viajar sem cessar, mas sobretudo não ficar parada gratuitamente num lugar. No meio disso tudo felizmente veio a primavera e você não pode imaginar que boa notícia é a primavera depois de um **inverno longuíssimo**. (LISPECTOR, 2002, p. 107).

No primeiro fragmento, o *antiturismo* fica evidente na fala “Não há um verdadeiro lugar para se viver. Tudo é terra dos outros, onde os outros estão contentes.” Combina-se a essa queixa o vazio, o silêncio e a tranquilidade quase chata de Berna. O mundo soa para Clarice como um lugar que é dos outros, onde os outros moram e constroem suas rotinas às quais ela não se encaixa. Clarice é a estrangeira. O tédio, uma constante.

Na segunda citação, a ânsia pelo regresso ao Brasil é de novo explicitada, aliada ao desejo de não ficar parada em um lugar no qual ela não se encaixava, não tinha laços próprios. A figura da primavera aparecerá também nas crônicas escritas sobre Berna, como observado em *Suíte da primavera suíça*, representando algo muito esperado depois de um longo inverno, trazendo boas sensações, calor e prosperidade.



Assim, o desconforto e a não adaptação de Clarice Lispector à cidade de Berna são explicitados. O inverno, o silêncio e a excessiva limpeza presentes no texto das cartas escritas pela autora figurarão ainda nas crônicas sobre a Suíça, reunidas em *A descoberta do mundo*, analisadas a seguir.

2 A CIDADE MEDIEVAL

Durante os anos vividos em Berna, Clarice sofreu de falta de inspiração e paciência para escrever. Porém, mesmo com a melancolia e saudades da pátria e das pessoas que lá estavam, Clarice continuou lentamente a criar, segurando-se à literatura como a uma boia salva-vidas. Usando ainda Queiróz em seu texto sobre o exílio, observa-se que:

Não obstante a torrente de desgraça que desencadeia, o exílio nem sempre aniquila. Nas rupturas a que obriga, entre o cotidiano, o sentimento, a razão e a imaginação criadora, a ausência age como acicate: o espírito prevalece. (1998, p. 16).

Assim, no caso de Clarice, semelhante às experiências de uma exilada, sua inadequação e melancolia na cidade de Berna transformaram-se em literatura, tanto com a escrita das crônicas que viriam depois, quanto na elaboração da novela *A cidade sitiada*, que foi escrita na Suíça e levou três anos de reescrita árdua para ser concluída, publicada finalmente em 1949.

Mesmo depois de ter voltado definitivamente ao Rio de Janeiro, as lembranças (boas ou duras) das viagens alimentaram suas crônicas semanais, transformando essas sensações subjetivas em arte.

A crônica “O medo de errar”, por exemplo, foi publicada no *Jornal do Brasil* em 13 de setembro de 1969 e fala sobre a neutralidade e ânsia por segurança do povo suíço; abaixo, apresentam-se fragmentos dela:

A um suíço inteligente perguntamos uma vez por que não havia propriamente pensamento filosófico na Suíça. Como resposta, nosso interlocutor lembrou-me que seu país tem três raças, quatro línguas. De onde podemos concluir três ou quatro pensamentos. [...]. Este é mais um dos aspectos da **neutralidade** suíça. Esta não funciona apenas em relação a fins exteriores. É



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

um princípio que dirige a paz interna, exatamente tendo em vista a mistura de raças. É um princípio, mais do que de paz, de **apaziguamento**. Ser **neutro** não é solução a determinado caso, ser neutro tornou-se, com o tempo, uma atitude e uma providência. [...] A impressão que se tem de um suíço é a de um homem que vive em **segurança** e, mais do que isso, que sofre da **ânsia de segurança**. [...] O que não impede que tanta gente, em **silêncio**, se jogue da ponte de Kirchenfeld, sem que os jornais sequer noticiem para que outros não o repitam. De algum modo há de se pagar a segurança, a paz, o medo de errar. (LISPECTOR, 1999, p. 230, grifos nossos).

Percebe-se que as contradições da sociedade suíça aparentemente perfeita na qual estava inserida não passaram despercebidas ao olhar aguçado de Clarice Lispector; essas falsas aparências incomodavam-na e repeliavam-na, sendo refutadas por meio dos textos que escrevia, talvez como forma de compreender a realidade que viveu e até por catarse.

A especialista em Clarice Lispector Nádia Battella Gotlib afirma em seu artigo “Clarice Lispector e as crônicas de Berna: paisagens” - “Pois é exatamente esse simultâneo ver o que é e o ver o que parece ser – tão patente nos seus textos – o que se depreende também em algumas das crônicas que escreveu sobre Berna.” (GOTLIB, 2010, p. 6). Assim, Clarice revela nessa crônica a compreensão da dualidade entre o que *parece ser* – a neutralidade e a paz suíças – e o que *é de fato* – os suicídios silenciosos, o medo de errar. A pesquisadora afirma, ainda, que quem sabe “tenha sido esse mergulho, pela via da ficção, o que a salvou da ameaça de uma ponte de Kirchenfeld, de onde tantos suíços saltaram.” (2010, p. 15).

Outra crônica, “Lembrança de uma fonte, de uma cidade”, publicada em 14 de fevereiro de 1970, é uma das mais reveladoras sobre os sentimentos de Clarice vivendo “sozinha” na “cidade invernal” de Berna:

O que me salvou da **monotonia** de Berna foi viver na Idade Média, foi esperar que a neve parasse e os gerânios vermelhos de novo se refletissem na água, foi ter um filho que lá nasceu, foi ter escrito um de meus livros menos gostado, “A cidade sitiada”, no entanto, relendo-o, pessoas passam a gostar dele; minha gratidão a este livro é enorme: o esforço de escrevê-lo me ocupava, salvava-me daquele **silêncio aterrador** das ruas de Berna, e quando terminei o último capítulo, fui para o hospital dar à luz o menino. **Berna é uma cidade livre, por que então eu me sentia tão presa, tão segregada?** Eu ia ao cinema todas as tardes, pouco importava o filme. [...] Naquela hora do crepúsculo, sozinha na **cidade medieval**, sob os flocos ainda fracos de neve - nessa hora eu me sentia pior do que uma mendiga porque nem ao menos eu sabia o que pedir. (LISPECTOR, 1999, p. 270, grifos nossos).



Nesse texto, a autora revela o papel que a literatura desempenhou em sua busca pela sanidade na solidão da “cidade medieval” – escrever e reescrever *A cidade sitiada* ajudou-a a construir algum sentido para sua vida exilada. Novamente, o frio e o silêncio surgem como elementos intrínsecos à paisagem suíça, oprimindo e segregando a estrangeira. Clarice menciona ainda o nascimento do primeiro filho, Pedro, que nasce logo após a conclusão do livro em progresso e a mantém ocupada, em movimento.

Em 28 de outubro de 1967, o *Jornal do Brasil* publicou a crônica *Suíte da primavera suíça*, terceiro texto a ser comentado aqui. Sobre o inverno de Berna e a percepção de Clarice sobre o espaço urbano, onde se nota que a insípida paisagem da cidade suíça não a absorve. É como se anestesiasses qualquer tentativa de integração com o meio. A cidade não a estimula a produzir emoção nem conhecimento. E, sendo assim, também não há a possibilidade de um destino a ser sonhado ou trilhado.

Inverno de Berna em túmulo a se abrir - e eis o campo, eis mil ervas. Folhas novas, folhas, como vos separar do vento. Um espirro e depois outro, espirros da primavera, resfriada e atenta atrás da vidraça. [...] Onde me esconder nesta **aberta claridade**? Perdi meus cantos de **meditação**. [...] Como a fruta e jogo fora a metade, nunca tive piedade na primavera. Bebo água direto na fonte da rua, não enxugo a boca com o lenço, perdi o lenço e perdi o **inverno**, nada lamento, nunca tive piedade na primavera. [...] As conversas são cansadas. O pior é essa leveza desperta, as lanternas das ruas de Berna zumbindo de perninhos. Ah, como, mas como andamos. Poeira nas sandálias, nenhum destino. (LISPECTOR, 1999, p. 490-491, grifos nossos).

Como comentado na primeira parte deste texto, a primavera apresenta-se nas crônicas suíças como um estado de espírito, um acontecimento festivo, durante o qual a autora não precisa economizar ou se segurar, afinal “não tem piedade na primavera”. A chegada da primavera, depois de um longo inverno silencioso e gelado, soa como a promessa de dias melhores, de um recomeço. O desencontro da narradora nesse espaço tão diferente do Brasil tropical fica claro com a leitura do fragmento selecionado.

Nas crônicas sobre a cidade de Berna, é possível observar que a escolha de palavras da autora reflete seu sombrio estado de espírito, como aponta Tayza Souza em sua dissertação de mestrado sobre as crônicas de Clarice:

Nos textos, os termos mais frequentes são aqueles que se referem ao apagamento da sensação e à mortificação do sujeito, tais como: silêncio, móvel, calmo, vazio, espaço sufocador e inverno. Sua experiência



verídica, factual, real e biográfica servindo como matéria para a constituição da escrita literária. (SOUZA, 2014, p. 30).

Fica claro, então, que o uso de certos termos recorrentes não é arbitrário, e sim arquitetado para transmitir o estado de espírito de uma narradora que constantemente se confunde com a escritora Clarice Lispector. O estudo dessas três crônicas traz o olhar de um espaço e de uma época – que não necessariamente equivalem à Suíça turística vivida por outras pessoas, mas sim à Suíça simbólica experienciada pela autora, real para ela.

CONCLUSÃO

A crônica é um gênero textual subjetivo que aproxima o leitor do escritor pela troca de experiências, acontecimentos e sensações. Essa proximidade chegava a incomodar Clarice, que sentia como se estivesse “vendendo sua alma” ao se expor tanto na coluna semanal do *Jornal do Brasil*. Entretanto, graças a essa exposição, pode-se compreender mais sobre lugares e épocas que marcaram profundamente a escritora (positiva ou negativamente). Sobretudo, não somente pelo olhar, mas pelas sensações que nutriu nos espaços urbanos por onde circulou e viveu. No caso da cidade de Berna, Clarice se sentiu tolhida pelos mecanismos de “civildade”. Um tolhimento que beirou ao tédio e ao não pertencimento. Uma forma de se relacionar com a cidade, capaz de desafiar questões até politicamente corretas. Berna não foi capaz de interagir com Clarice.

Com a leitura das correspondências de Clarice, bem como de suas crônicas sobre a cidade de Berna, percebeu-se que as escolhas de palavras feitas pela escritora refletiam o estado de espírito sorumbático e melancólico no qual ela se encontrava. O período de mais de três anos passado na Suíça impactou a vida e obra de Clarice, como se percebe nas crônicas de viagem e também no livro *A cidade sitiada*, escrito durante a estadia em Berna. Nesse sentido, a literatura aparece como porto seguro, distração e catarse para Lispector, que escrevia para passar seu tempo e organizar seus sentimentos e sensações.



A leitura e o estudo das crônicas de Clarice que falam sobre viagem possibilitam novos olhares para sua obra como um todo, permitindo reflexões sobre o *antiturismo*, o apego a pátria e o exílio (mesmo que “auto infringido”). Misturando memórias e ficção, Clarice Lispector usou-se de suas experiências e de seu talento com as palavras para dar-se mais a conhecer aos leitores do *Jornal do Brasil*. Hoje, pode-se ter contato com seus textos ainda muito atuais pela leitura de *A descoberta do mundo*, assim como mergulhar-se mais no universo clariciano com as coletâneas de cartas que vieram a público. Observar o uso que Clarice fez dos diversos gêneros textuais que tinha a seu alcance é proveitoso e amplia ainda mais o campo de estudos sobre essa que é uma das maiores escritoras do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOTLIB, Nádia. Clarice Lispector e as crônicas de Berna: paisagens. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande. v. 2, n. 3, p. 103–124, jan./jun. 2010.
- LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- _____. **Correspondências**. Organização de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- _____. **Minhas queridas**. Organização de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- QUEIRÓZ, Maria José de. **Os males da ausência, ou A literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- ROCHA, Fátima Cristina Dias. Clarice Lispector e a crônica de viagem. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 13, 2008.
- SOUZA, Tayza Codina de. Representações do exílio e da melancolia: uma leitura das crônicas de Berna, de Clarice Lispector. **Dissertação de mestrado**. Assis, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. **A viagem e sua narrativa. As morais da história**. Mem Martins: Europa-América, 1991.

A BICA DO BAIRRO DO Ó: CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS DUMONT.

Daniela Alexandre Ferreira¹

RESUMO

Esse artigo visa compreender a relação dos usuários de uma fonte pública de água conhecida com a “Bica” situada no bairro Nossa Senhora Aparecida em Santos Dumont, MG. Busca um entendimento das formas de uso que o local assume, procurando resgatar a história da “Bica”, do bairro sobre o ponto de vista de seus habitantes e discorrer as diversas percepções construídas sobre a água que é jorrada na fonte. A investigação se baseou na metodologia qualitativa com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os moradores do bairro. O bairro Nossa Senhora Aparecida possui uma forte relação com as linhas ferroviárias que passavam por suas ruas e a “Bica” espaço de memória local, presente na história de vida destes habitantes. Apropriado não somente para o uso da água, mas como um espaço de sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Fonte Pública, Sociabilidade, Memória, Água.

INTRODUÇÃO:

Esse artigo elege uma fonte pública de água, conhecida como “Bica”, situada no Bairro Nossa Senhora Aparecida na cidade de Santos Dumont, MG como tema de investigação para compreendê-la como espaço coletivo, envolvido na dinâmica da vida social através das perspectivas de seus habitantes, que ao vivenciarem o local e transformá-lo, edificam suas histórias de vida. A investigação proposta se baseou na metodologia qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores e usuários da Bica, assim como a etnografia do espaço da mesma.

A pesquisa de campo que para finalidades do presente estudo engloba tanto a observação participante quanto a entrevista é um método no qual as atividades do pesquisador exercem um papel crucial na obtenção de dados (CICOUREL, 1969). Em relação aos instrumentos metodológicos que foram empregados o gravador de áudio foi utilizado nas entrevistas. A fotografia foi um artifício metodológico de grande relevância para a construção do trabalho, este instrumento de registro visual proporcionou a observação da riqueza de detalhes que muitas das vezes pode ser perdida submetida em uma descrição densa.

O Bairro Nossa Senhora Aparecida, conhecido popularmente como “Ó” se vincula a

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, daniela_bemol@yahoo.com.br.

própria história da cidade e em particular a linha ferroviária que a atravessa, inaugurada em 1877. As ruas do bairro eram recortadas por esta linha com destino a Mercês, conhecida como Piranga, cujo o trajeto delineado na paisagem serviu de inspiração para esta alcunha (Bairro do Ó). O nome oficial Nossa Senhora Aparecida, advém da construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida, na década de cinquenta do século passado.

A "Bica" é um espaço que tem sua história presente na memória dos moradores locais: são rememoradas as antigas lavadeiras de roupas que ali se concentravam e das brincadeiras infantis. Por muitos anos foi fonte de abastecimento de água potável para vizinhança, atualmente de forma menos frequente do que no passado. Ao longo dos anos o local tem se revelado como espaço de experiência comunitária e de convívio para os moradores, mais do que uma fonte de recurso natural – onde a água que ali é jorrada, possibilitou a circulação de percepções ambíguas na trama social – torna-se espaço de sociabilidade, frequentado por diversas faixas etárias, com fortes relações de vizinhança e marcado por memórias. Em sua história, de acordo com as narrativas dos moradores locais, a "Bica" passou por quatro grandes reformas, as duas primeiras foram realizadas pela administração municipal e as duas últimas pelos moradores.

Sobre a escolha desse objeto de observação ele se deu por minha trajetória acadêmica e pessoal. Primeiramente a "Bica" a qual me refiro se situa no bairro em que resido há vinte e sete anos, sendo este o fator primordial como também mais desafiador ao constituir esta pesquisa. Consequentemente, faço parte do núcleo dos atores que foram estudados pela pesquisa e é exatamente por ser o meu "local" que me veio o anseio de pesquisá-lo. Em trabalho¹ anterior já havia identificado a sua importância como espaço público local, mas o que aguçou o interesse de recortá-lo como objeto principal do trabalho foi a reforma acontecida em 2014 mobilizada pelos moradores e efetuada em forma de mutirão. Este estudo, portanto, se dedica ao resgate da memória da Bica entre os moradores locais, resgatando também a história do Bairro do Ó visando entender também um espaço que é marcado de diversos usos por seus habitantes.

2.METODOLOGIA:

A pesquisa se realizou em uma investigação qualitativa com a utilização de métodos etnográficos: a realização de entrevistas, o trabalho de campo e a produção de uma etnografia. A técnica de investigação utilizada foi à observação participante juntamente com as entrevistas semi-estruturadas. A inserção no campo aconteceu de forma tranquila, por ser moradora do bairro e ter uma familiaridade e praticidade ao acesso ao local e aos entrevistados.

A estruturação das entrevistas ocorreu através de um roteiro inicial que poderia ser modificado no decorrer das conversas. As entrevistas semi-estruturadas adequam perguntas abertas e fechadas, na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI e QUARESMA, 2005).

Os perfis dos entrevistados foram de moradores do bairro, frequentadores da “Bica” e moradores mais antigos. O primeiro contato ocorreu através de uma visita na casa dos entrevistados e o agendamento para as futuras entrevistas. Foram realizadas dezessete entrevistas gravadas em áudio e transcritas. A relação entre pesquisador/pesquisado aconteceu de forma equilibrada, mas foram detectados: uma dificuldade por parte dos pesquisados da compreensão de uma relação existente entre suas histórias de vida e a produção de um trabalho acadêmico, assim como a compreensão do que seria uma pesquisa antropológica.

3.O BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA:

O Bairro Nossa Senhora Aparecida é situado na região central de Santos Dumont, MG. Ele é localizado nas proximidades da antiga estação de trem da cidade que hoje se instala o Centro Cultural. A estação de Palmira foi criada no ano de 1877 no vilarejo de João Gomes que só se tomou município em 1890, mas a troca de nome da cidade para Santos Dumont aconteceu somente em 1930 Nos meados de 1911 foram encontradas informações do Ramal da Piranga saindo da cidade de Mercês. Esse ramal constituía a Estação Ferroviária João Gomes ao Rio Doce. De acordo com Vasconcellos (1928) o ramal tinha início na plataforma oriental da estação, tornando ao rumo ao leste a linha descrevia um espiral, voltando a passar

em si mesma por meio de um viaduto [...] Continuando a subir o trem atingia a garganta do Córrego do Ouro, depois seguindo, a direção nordeste, descia a vertente meridional do Rio Pinho. A ocupação do bairro, originalmente por meio a essas mediações ocorreu pela vinda de funcionários das antigas linhas férreas para se instalaram na localidade, portanto, a chegada do Ramal nas suas localidades transformou as formas de viver o local constituindo uma relação da história do bairro com as linhas férreas. Segundo Lanna:

[...] ao destacar o papel fundamental que as ferrovias tiveram no crescimento e formação das cidades ampliando a população e a demanda por serviços e comércio, estimulando as trocas, encurtando as distâncias, alterando a noção de temporalidade e introduzindo a velocidade como dado permanente dos modos de vida instituídos com o advento do capitalismo. A ferrovia materializa o triunfo da técnica e a incorpora no cotidiano urbano, cria novos personagens e é essencial na organização do mundo do trabalho. (LANNA, 2012, p:01)

4.A HISTÓRIA DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA:O RAMAL DA PIRANGA E A IGREJA:

De uma forma geral a “Bica” e o “Pontilhão” – como são conhecidos pela população – foram os espaços atravessados pelo Ramal da Piranga. Ao caminhar nestes locais no intuito de perceber um pouco deste legado, não foi possível encontrar visualmente alguns vestígios. É interessante compreender que a desinstalação das linhas férreas em alguns pontos da cidade e no bairro, em particular ocorreu na década de setenta do século passado o que transformou a paisagem, suprimindo do cenário as marcas do trem. De acordo com Zanini:

Tendo vivido “por tabela” ou de fato os acontecimentos que envolviam os trens, seus trilhos, apitos e reminiscências, importa ao pesquisador compreender a força desse elemento e o quanto marcou a vidas das pessoas da cidade. Lugar de encontros e desencontros, a ferrovia permanece repleta de sentidos e sentimentos, favorecendo a constante revitalização de sua presença, mesmo que fisicamente o que se veja esteja em sucatas, como ressaltam os ferroviários (Zanini, 2013, p.311)

Existe uma memória individual que é aquela mantida pelo indivíduo que se referem as suas próprias vivências e experiências (CUNHA e PIATTI, 2014). E ao resgatá-la em suas narrativas não se revitaliza somente as ferrovias, mas experiências e sentidos vividos como moradores, ao falar sobre o Ramal da Piranga, portanto, se fala também sobre o bairro Nossa Senhora Aparecida. As narrativas dos entrevistados trouxeram a ferrovia como pano de fundo

referindo-se ao bairro como aquele que continha um “ar ferroviário”, a chegada do trem era a “chegada do novo” ao entoar do apito, o que se corria era a novidade.

O bairro nesta concepção se exprime como um lugar de memória. Existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, uma lembrança que pode ser pessoal. (POLLACK, 1992 apud MACHADO E RODRIGUES, 2010). A partir das descrições dos moradores encontramos um grande anseio em relatar suas experiências:

Senhor Levi relatou:

Quando eu tinha cinco anos, cinco anos [...] dez anos existia a central do Brasil, a central do Brasil em si existe até hoje, tinha assim o Ramal, tinha assim a Piranga né, que eles falam, era um trem que levava nois, o trem era perfeição, o trem sai ali...tinha duas três trem de passageiro que levava nois, Campo Alegre, Oliveira Fortes, Paiva, Mercês e depois vinha, era tão progressiva e tão importante que só tinha uma vez só depois passou a ter dois trens fazendo o mesmo trajeto, aí tinha também o trem de carga que levava as cargas pra lá, uma coisa muito importante.

Sobre a perspectiva de Dona Regina:

Tinha a Piranga que era só aos domingos que ia até Mercês, até Mercês que ela ia e o tinha um que se chamava Lastro não sei por que durante a semana, era vagão de levar cargas, levar as coisas pra esse pessoal que morava lá, era roça né? Mercês era roça tudo coisa pequena, mas ela passava no domingo então a gente corria, não tinha muita casa, né? Aqui nos fundos, a gente ia lá pra ver a Piranga passar, era festa.

O Sr Gilmar relatou sobre a relação da Piranga com a criação de uma alcunha para o bairro: “*Em volta linha aqui, tinha muita pouca casa, por isso que antigamente aqui eles tratava aqui ò, bairro do Ó, porque o trem fazia essa circulação aqui ia pra Mercês e de tardinha tornava a voltar*”. As ruas que eram recortadas pela linha com destino a Mercês serviram, portanto, de inspiração para esta alcunha (Bairro do Ó). Tomando o rumo leste a linha (do ramal) descrevia uma espiral [...] forma assim uma circunferência perfeita que deu à localidade o nome de bairro do Ò (VASCONCELLOS, 1928).

Percebe-se que a passagem da Piranga trouxe modos de viver o bairro, ornamentando as antigas histórias dos entrevistados e categorizando o bairro com esta presença ferroviária. As lembranças mencionadas trouxeram e colocaram o “trem” em uma dimensão nostálgica e de progresso, como aquele que carregava a novidade que se exprimia ao entoar de cada apito proporcionando também traços para a identidade do espaço. Percebe-se um fascínio pelo

“trem” ao se recordar de uma época em que essas experiências eram possíveis, um encanto que discorre nessas narrativas. Segundo Matos:

Que o trem fascina as pessoas é fato comprovado com certa facilidade, basta iniciar uma conversa informal com amigos em uma esquina qualquer para logo ter um diálogo misto de alegria e tristeza, uns contando histórias da família, quando viajavam de trem; outros, argumentando a importância desse meio de transporte e criticando, fervorosamente postura do Brasil ao não resgatar as ferrovias, consideradas como o transporte mais confortável e seguro que atende a este país de dimensões continentais [...].(Matos 2010, p :08)

Ao resgatar essas memórias, os entrevistados colocam o passado representado pela ferrovia em um patamar elevado de boas experiências e de uma vida regada de pureza. A ferrovia de que falamos aqui é um lugar antropológico repleto de sentidos e inteligibilidades sociais. (AUGÉ, 1994, p: 51 apud ZANINI, 2013, p: 306). Outro local de importância na constituição da memória da vida local é a igreja de Nossa Senhora Aparecida há cerca de cinquenta anos atrás, a partir da iniciativa dos moradores com a realização de festas e leilões de comidas típicas para angariar fundos

Senhor Levi relata como foram essas movimentações:

Primeiro foi feito assim, primeiro fez a capelinha, primeiro nós fizemos a capelinha primeiro , eu também falo eu porque eu também participei eu já tinha vinte e poucos anos , então fizemos a capelinha primeiro e ai logo em seguida veio a construção da igreja “[...]Então o pessoal do bairro era muito unido , como ainda é unido e era leilão todo mês , levantava dinheiro , fizeram a capelinha e logo em seguida a igreja , foi assim[...]”

A fala de Dona Regina também resgatou o momento vivido por ela. Em diversas conversas ela recordou muito de sua mãe que por muitos anos cozinhou para os festejos: “[...] naquela capelinha foi fazendo festa todo outubro, pra fazer a igreja, eu participei muito, era festeira todo ano, fazia leilão ali, era só uma capelinha [...] depois da capela que foi fazer a igreja, com essas festas que íamos fazendo”. A festa popular de caráter religiosa alia o sentido solene ao divertimento público, despido da seriedade ritualística. Ela assume um papel importante na manutenção da solidariedade grupal e no reforço dos laços internos do grupo religioso (DIAS DA COSTA, 2011). Em suma, o bairro atualmente é conhecido como Nossa Senhora Aparecida, após a construção da igreja. Entendemos que: os santos tem, na religiosidade brasileira, importância capital: eles

demarcam territórios, identificam profissões, nomeiam escolas, ruas, logradouros públicos, e assim compreendemos que as práticas culturais, as crenças e as vivências religiosas extrapolam as fronteiras sociais (NASCIMENTO, 2009)

4.A “BICA”: LUGAR DE MEMÓRIA DAS LAVADEIRAS E DA INFÂNCIA:

A “Bica” como é conhecida pelos moradores é uma fonte pública de água, situada na Rua Aristides Honório. Está presente na memória de seus habitantes como espaço das antigas lavadeiras e de uma infância ali vivida, um lugar de brincadeiras, deste modo um “lugar de memória”, Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. [...] É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos [...].(NORA, 1993, p:13)

As lavadeiras esticavam ali seus grandes varais. Dona Cecilia recorda dessa vida social agitada: *“O antes eram as lavadeiras [...] então elas iam lavavam muita roupa, eram muitas lavadeiras mesmo que lavavam roupa ali”*. Dona Miriam e seus afazeres: *“Eu lavava roupa na “Bica” tinha até duas bica, duas bica, a bica e a bica do buraco, no buraco sabe água era muito boa [...] lavava roupa tudo lá na bica, enchia o barril, tinha o barril enchia com a água da “Bica”*. A “Bica” como espaço das lavadeiras, permaneceu por gerações. Júlia, a filha de Miriam também recorda dessa apropriação *“A Bica “antigamente ela era utilizada por todas as lavadeiras da região, era uma forma porque como muitos tinha poço [...] a “Bica” era utilizada como lavanderia por varias mulheres [...]”*.

A fonte de água era vista pela funcionalidade substancial para a coletividade, pois por muitos anos foi o único ponto para obtenção desse recurso natural, contudo houve um momento curioso em sua história, quando o espaço pertenceu a um “capitão de terras” que utilizava a água para abastecer o seu casarão, conforme relatado por uma moradora, recordou deste homem com o seu cavalo e de seus empregados passando pelas redondezas.

No que se refere ao uso coletivo, a “Bica” foi, no passado, um espaço delimitado por características femininas de uso doméstico. Lúcia recorda: *“o pessoal lavava roupa e até hoje mesmo eu estava ali sentada ali e a gente recordando do pessoal que lavava roupa”*. Muitas dessas antigas mulheres, são mães, avós de atuais moradores, muitas já falecidas . Marcos

relembra de sua mãe e associa a ela um dos motivos por frequentar o local : *“frequentando a bica porque ali minha mãe lavava roupa [...]”*. Elas perpetuam na memória de quem quer falar do passado dos seus grandes varais esticados, de suas roupas, e das tinas; um espaço, portanto, marcado pelas idas e vindas femininas.

Neto (2005) ao analisar as lavadeiras destaca o fato que essa prática de lavagem de roupas, historicamente no Brasil, se definiu como forma de sustento exercida eminentemente por mulheres. Apesar da existência de homens que tenham sustentado suas famílias exercendo esta atividade, enfatiza como estes logradouros públicos serviram de cenário e experiências de práticas femininas. As crianças ocupavam esse cenário juntamente com as lavadeiras. É concebida, portanto, como espaço que remete à “infância”, um local marcado pela socialização de crianças, brincadeiras e de jogar bola. .Espaço de vivência do lúdico e do lazer, a rua é formada de espaços públicos que passam a ser espaços de socialização (SANTOS , 2003).

Renato recorda:

A minha infância foi na bica nos brincávamos muito lá [...] Então lá na época era nosso campo de futebol nossa trave ficamos jogando o nosso futebol que na época nos chamávamos de rebatida e tinha as senhoras querendo lavar as roupas então dava muito confusão na época , porque crianças querem jogar bola e as senhoras querem trabalhar então era muito confusão , mas era tudo muito divertido no final acabava tudo bem , ela contribui muito na minha infância , como eu disse nos não tínhamos tantas áreas de lazer no nosso bairro então minha infância foi passada toda ali na bica , brincando se divertindo tudo lá

Para Marcos:

A Bica foi a principal alegria de todo jovem que nasceu no bairro nossa senhora Aparecida[...]foi não é pra nós que nasceu aqui no bairro , um lazer um prazer de ficar ali porque desde de criança nós sempre foi criado, praticamente criado ali na bica , brincando jogando bola [...]a bica e meu espelho de vida , minha infância passei tudo ali , e com 45 cinco anos eu vou ate hoje lá.

Um espaço como a “Bica” possui múltiplos ângulos em que se possa constituir a sua história, a forma de projetá-la pode variar dependendo das narrativas, o que foi proposto ao conduzi-las por esses intermédios foi a tentativa de enxergar nesse relatos os significados a ponto de perceber que ao lembrar da infância se lembra da “Bica” ou ao lembrar das lavadeiras também se lembra da” Bica”. A questão é que o espaço traz consigo experiências que não podem ser mais vividas em sua totalidade, e assim sobre a perspectiva de Nora é um

“espaço de memória,” já que se isso fosse possível o invalidaria. A significação se permeia, portanto, na forma como esses relatos se estruturam, os discursos de “origem” não são isolados dessas vivências, pois há uma relação entre a sua história de origem e a origem da história da Bica.

5. A BICA E A SUAS REFORMAS:

A água da “Bica” originalmente jorrava livremente no leito de sua mina, era recoberta de grande vegetação e tinha duas saídas, uma conhecida como “Buraco” e outra que é utilizada até os dias de hoje. O espaço ao longo de sua história foi palco de quatro grandes modificações: a administração municipal foi agente das duas primeiras reformas e os moradores das duas últimas. A primeira reforma aconteceu nos meados dos anos setenta do século passado com a construção de uma cobertura no local e a segunda no início dos anos noventa com a construção de tanques onde houve a canalização da água e a estruturação de uma laje, transformando em uma lavanderia oficial para a comunidade.

As duas outras modificações realizadas mais recentemente foram empreendidas pelos próprios moradores em 1997 e 2014. No ano de 1997 os membros que compunham a associação de bairro com os fundos que detinham resolveram realizar uma reforma para corrigirem vazamentos e infiltrações constantes e também no intuito de preservação do ambiente de uso comunitário, fazendo assim a pintura do espaço, conserto do passeio e troca de tanques e torneiras.

A última reforma aconteceu em 2014 pela iniciativa de uma moradora que viu a necessidade de uma reestruturação devido o grande volume de frequentadores. A vizinhança se envolveu no processo de reforma através da doação de materiais e a ideia inicial que era somente restaurar os tanques e pintar o local deu lugar a um processo de criação coletiva a partir da utilização do que cada morador oferecia, um grande exemplo seriam as telhas coloniais, as churrasqueiras e variedade de tipos de azulejos que compõem o local que registraram a diversidade de doadores. A inauguração da “Bica” foi marcada pela bênção do padre da paróquia com a instalação da imagem de Nossa Senhora da Aparecida e uma grande confraternização acompanhada de músicas, danças e pratos típicos locais trazidos pelos moradores. As relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de certas espacialidades; o que nos leva à compreensão de que o espaço é produzido a partir de certas intencionalidades

(FERREIRA, 2010).

A apropriação de um espaço por uma comunidade pode trazer consigo diversas mudanças não só estruturais, mas transformações culturais múltiplas que são construídas a partir do modo de vida de seus habitantes. Os atributos naturais do espaço podem ser atrativos para esta apropriação que se instaura, as necessidades básicas de sobrevivência são fatores que potencializam essas escolhas no processo de aglomeração e a obtenção de água se posiciona, portanto, como fator relevante. Na instalação de grupos humanos umas das primeiras preocupações eram estabelecer uma rede para circulação de águas, originalmente as populações sempre se localizam próximos as fontes (NOGUEIRA, 2008). As possibilidades humanas em relação a um determinado espaço não se reduzem apenas a utilização de seus recursos naturais. A geografia nos possibilita o entendimento sobre o conceito de paisagem, por conseguinte, a antropologia potencializa essa discussão ao demonstrar que ao transformar um espaço alterando de uma paisagem natural à cultural humanizada os atores sociais também se transformam e se requalificam.

Os processos de revitalização e requalificação dos seus espaços transformam velozmente usos e apropriações onde o conjunto de sentimentos, percepções, desejos e necessidades que são construídas a partir das práticas e atividades desenvolvidas nos espaços cotidianos comportando múltiplos significados de sentidos e pertencimento. (DA SILVA, 2008). As formas da paisagem, não correspondem a uma ideia de finalização, mas a ideia de transformação e estão necessariamente impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e de memória (ARAÚJO, 2002).

Ao delimitar um espaço social como objeto investigativo se possibilita não apenas entender os meandres urbanísticos, mas a vida social daquele cenário que é construído e remodelado pelos atores sociais, onde o legado de suas modificações transparecem as percepções físicas. Os espaços urbanos construídos e vividos, como objeto etnográfico não se revelam apenas meros reflexos de políticas urbanísticas, mas suportes de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de identidades e memórias (ERCKET E ROCHA, 2008).

6. A VIDA SOCIAL DA BICA:

A “Bica” é um ponto referencial para a comunidade como centro de realização de suas atividades. A dinâmica de sua vida social é agitada, são diversas as manifestações de

sociabilidade ao longo de sua história. Uma moradora ressalta:

A festa de Cosme e Damiao sempre tinha na “Bica”, se distribuía bala lá, tinha isso tudo na minha época, sempre teve alguma coisa na “Bica”, só muda as pessoas, a “Bica” continua. O fluxo de pessoas que tá frequentando a “Bica” tá aumentando, mas sempre teve, sempre teve procissão, sempre teve quadrilha...então a “Bica” sempre foi o foco do bairro, tanto que quando se tem que vir para essas ruas o ponto de referencia é a “Bica”.

O estudo da sociabilidade detém-se na análise das formas a partir das quais um grupo de indivíduos entra efetivamente em relação entre si considerando a dimensão afetiva – positiva ou negativa – como componente das interações sociais (MULLER, 2010). Como espaço a “Bica” se produz de acordo com as necessidades de seus usuários, desta forma se enquadra na categoria de um espaço de apropriação, ou seja, aquele em que as apropriações modificaram o espaço natural criando um espaço outro.

Essa vida social agitada presente na Bica, não está dissociada ao espaço da rua. A rua, portanto, assume inúmeras finalidades, é nela que a comunidade constrói e mantém viva as suas relações. A rua que interessa e é identificada pelo olhar antropológico é recortada desde outros e variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade de seus usuários, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação. A rua, rígida na função tradicional e dominante – espaço destinado ao fluxo – às vezes se transforma e vira outras coisas: vira casa, vira trajeto devoto em dia de procissão, local de protesto em dia de passeata, de fruição em dia de festa, etc. Às vezes é vitrine, outras é palco, outro ainda lugar de trabalho ou ponto de encontro (SANTOS e VOGEL, 1985 apud MAGNANI, 1993).

A “Bica” também marca o seu lugar nas comemorações carnavalescas foi ali que se concentrou a primeira aparição do bloco “Balaio de Gato”, de acordo com o relato de um morador:

Aqui passava uma linha, daí saiu umas quatro ou cinco pessoas só que estavam lá jogando baralho e vamo formar um bloco? Vamo? Ai o outro morador foi ali pegou um balaio fez uma espécie de uma mulinha e veio pra cá e ficaram aqui no meio da Bica, ai o pessoal disse, mas que nome nois vamos da pro bloco? Ah, uma meia dúzia de gato pingado, dai e resolvemos dar o nome de balaio de gato.

Um pequeno estudo² realizado com seis fontes públicas situadas em Santa Margarida da Coutada, uma freguesia de Portugal relatam situações que em muito se assemelham ao que ocorre no espaço da “Bica”, espaço de encontros amorosos, e também de jogos de baralhos. O

senhor Josias e Marília , a sua esposa lembraram do trem que pegavam na Bica :” Nos embarcamos muito nele [...] eu ia namorar a Marília lá em Boa Sorte” .A história de Gilmara relembra da juventude com suas amigas e os namorados:

[...] tínhamos umas amigas que hoje uma mora em Brasília e outra mora em Juiz de Fora [...] nos ficávamos ali brincando falando dos namorados , você sabe na infância a gente fala muito dos namorados , escondido do pai e da mãe [...] então nos ficamos ali , e a primeira reforma que houve na ” Bica ” , que a prefeitura nos fez , fez uns banquinhos aqueles ali reformaram em 2014 , mas eram um banco de cimento tipo dormentes e fez aqueles bancos de cimento então nos demos nomes pros banquinhos , o lado a esquerda e a direita , nos demos o nome do cantinho do amor e o outro era o cantinho da felicidade que a gente ficava lá namorando os coleguinhas daqui mesmo do bairro.

O Senhor Nicolas relembra dos jogos de baralho e malha que aconteciam na “Bica”, ressaltando que era uma das suas maiores diversões:

Tinha baralho [...] Tinha folia de reis eles faziam ali [...] tinha o bloco do balaio de gato tudo era ali [...]jogo de malha [...] O senhor Nazaré e o pai dessas meninas aqui [...] eles jogavam ali o baralho de um lado e eles jogando malha ali [...] na beira da linha pra lá e pra cá [...] era todo dia o dia inteiro aqueles vagabundo (no sentido irônico) era bom a gente sentava ali fica o dia inteiro aquele bando de home ali [.].baralho [...] malha [...] aquilo era uma beleza [...] era muito bom [...] a gente colocava até vela acesa para jogar baralho a valer ali de noite [...] a polícia chegava a gente escondia o dinheiro [...] o policial levanta ai [...] tinha um punhado de criança olhando o jogo [...] a policia chegava [...] mas não levava ninguém preso

Os jogos que aconteciam na “Bica” transformaram o local em um ponto de conversas e brincadeiras. A rua se configura como um espaço de sociabilidade contribuindo para a constituição de grupos de sujeitos brincantes, para a construção da identidade cultural dos moradores locais (LIMA, 2001). Cabe ressaltar que a “Bica” assume diversos usos e que a estrutura desse trabalho não permitiu discorrer todos, o que é importante é deve ser constatado é que sua vida social não se qualifica somente pelo uso essencial de uma fonte pública de água, mas que esses espaços proporcionam outros tipos de interações em seu redor. A “Bica”, portanto, é apropriada por seus usuários e torna um lugar próprio para tecer suas diversas formas de sociabilidade e as histórias discorridas aqui são evidências da constituição dessa relação com o espaço vivido.

CONCLUSÃO:

ravés deste trabalho foi possível perceber que há uma relação entre atores/espaço, uma relação que deve ser trazida para as discussões antropológicas. O bairro Nossa Senhora Aparecida – como ficou conhecido após a construção da igreja – possui em sua história uma forte relação com as linhas ferroviárias que ali atravessavam. A antiga passagem do Ramal da Piranga pelas suas ruas transformaram as experiências de vida para seus moradores. Ao constituir a história de sua comunidade ficou evidenciada essa relação no resgate de histórias tendo a ferrovia como pano fundo. Ficou claro uma nostalgia dessa “presença ferroviária” no bairro nos relatos dos moradores, sendo esta uma característica singular de relatos daqueles que se socializaram em meios as linhas de trem.

A “Bica” é um espaço que faz parte da trajetória de vida de muitos de seus habitantes e as formas de interação com o local são marcadas por lembranças pessoais um “lugar de memória”. Sua origem é remorada as antigas lavadeiras, assim como um local onde se vivenciou as brincadeiras de infância assumindo não somente esse lugar de memória, mas de memória das antigas lavadeiras e de infância. E assim ao relembrar das lavadeiras e das brincadeiras se concede a história da “Bica” : ao recordar de suas histórias de origem como criança se recorda, portanto da história de origem da “Bica”. Ao longo de sua trajetória a “Bica” passou por diversas reformas. O ato de reformar é uma maneira de se relacionar com o local a fim de modificá-lo a partir de seus interesses, sendo assim um “espaço de apropriação”. As reformas acontecidas no local não trouxeram somente mudanças físicas, mas ao reformar foram revitalizadas histórias de vida, que são construídas nessa relação com o ambiente. A apropriação da “Bica” não se revelou somente para a obtenção de sua água, mas ela se tornou um espaço de sociabilidade com múltiplas funcionalidades podendo ser a “Bica” dos namorados, do carnaval, dos jogos de baralho e etc.

Obviamente, a “Bica” que se relatou aqui é um espaço que vai além dessas inúmeras transcrições, que possibilita um olhar por vários ângulos sendo este apenas um. A efetivação dessa pesquisa não trouxe um enriquecimento somente para o campo de pesquisa antropológico, mas os resultados encontrados nesse trabalho são de extrema importância para a comunidade, pois é o primeiro registro de sua história já produzido. Mas essa importância equivale de mesmo valor para esta pesquisadora, já que faz parte dessa comunidade não é apenas um registro de uma forma de vida social em determinado local que será arquivado , são registros que trouxeram mudanças pessoais e entendimento para a própria história de vida



de quem a produziu.

REFERÊNCIAS:

- AMÉLIO, Ródinei ,P. **Carnaval de rua em Belo Horizonte 2015:Uma experiência etnográfica** .Revista Observatório da Diversidade Cultural ,v.2 ,n ,p .234-245,2015.
- ARAUJO, Leila, O, L. **Paisagens urbanas reveladas pelas memórias do trabalho**. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 6, p. 54, 2002.
- BASTOS, Cristiana. **Antropologias saindo da água**. *Etnográfica* 7.1 (2003): 3-12.Dispónivel em http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_003-014.pdf < Acessado dia 10 de janeiro de 2016
- BONI, V, Quaresma, S,J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Rev Eletrônica Pós-Grad Sociol Política UFSC 2005; v.2.n.1p.: 68-80.
- CICOUREL , Aaron. **Teoria e método em pesquisa de campo**. In: **Desvendando máscaras sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- DIAS, Mauricio, A . **Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém do Pará** . Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 197- 216, jan.- abr. 2011
- DURAND, J, Y. **A diluição do consenso: a agua, de “fonte de vida” a “patrimônio Colectivo..** *Etnográfica*, v 1 ,p: 15-31.,2003..
- EECKERT, Corneia, ROCHA, C, L, Ana. **“Premissas para o Estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade”**. *Illuminuras*. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 15. Porto Alegre (2001): BIEV, PPGAS/UFRGS
- FERREIRA, A. **O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: os atores sociais e a produção do espaço urbano**. Scripta Nova: Revista Electrónica deGeografía y Ciencias Sociales, v. 14, n. 331, agosto 2010.
- GHELLERE, Marilda. **A simbologia da água no imaginário dos moradores do Entorno do Rio de Criciúma-SC:Um estudo de caso** .Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma , 2008.
- LANNA, Ana,L, D . **Cidades e ferrovias no Brasil do século XIX-algumas reflexões sobre a diversidade dos significados sociais e impactos urbanos: Jundiaí e Campinas**. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 7, n. 1, 2012.
- LIMA, Francisca, J, L **Práticas Culturais Lúdicas em jogos :Tradição e atualidade nas brincadeiras da rua** .Congresso XI Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais,2011.Dispónivel em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306684775_ARQUIVO_CONLABARTIGOPRATICASCULTURAISLUDICASEMJOGO.pdf<Acessado em 23 de fevereiro de 2016.



O USO DA MACONHA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Diego Vinícius Bernardes da Silva¹

RESUMO

O artigo a seguir traz apontamentos e reflexões oriundas de uma pesquisa sobre o uso da maconha entre jovens estudantes no ambiente universitário. Para a sua realização utilizamos método etnográfico, com observação participante e entrevistas com alunos de diferentes cursos de graduação oferecidos no Campus. Priorizamos as informações dos próprios interlocutores em relação à percepção dos mesmos sobre o uso da maconha, a influência desse uso na construção dos laços de sociabilidade e, além disso, sua relação com o espaço da universidade. Levando em conta que a maioria dos estudos relacionados ao uso de substâncias psicoativas é voltada para as consequências negativas da prática, considerada “problemática”, acreditamos ser pertinente a análise de uma situação com um grupo distinto, ou seja, por sujeitos socialmente integrados, como no caso de estudantes universitários. Os resultados encontrados nos remetem às diferentes formas de uso, como por exemplo, para facilitar a interação social, sentimento de pertencimento e como forma de identificação.

PALAVRAS-CHAVE: Maconha. Sociabilidade. Universidade.

INTRODUÇÃO

Socialmente são notórias as cenas de uso de drogas nos mais diversos lugares e por diferentes grupos sociais. Nesse sentido temos o contexto das drogas lícitas, como o álcool e o tabaco, que são consumidas em bares, praças, reuniões familiares e cerimônias, ou os medicamentos controlados, como ansiolíticos, antidepressivos e calmantes, que são drogas cada vez mais aceitas e usadas nas sociedades contemporâneas. Por outro lado observamos o uso das drogas ilícitas, ou seja, aquelas a

¹ Graduado em Ciências Sociais – PUC Minas; Graduando em Direito – PUC Minas; Aluno de Iniciação Científica da PROPPg – PUC Minas. E-mail: diegoviniciusbs@gmail.com



qual a produção, distribuição e o uso são proibidos por lei, como no caso da maconha, cocaína, crack, heroína, entre outras.

Prática controversa e carregada de preconceitos, o uso de drogas é geralmente relacionado a problemas em diversas esferas, como na saúde, segurança, economia, política, etc. Em alguns contextos, os sujeitos que fazem uso de determinadas substâncias são considerados portadores de desvio de caráter e problemas mentais, provocadores de violência e desordem social. Desde essa perspectiva, acabam por serem ingressados em instituições de controle, seja para punição ou para tratamento. A partir daí recebem o estigma social, processo que se fortalece consideravelmente no caso do uso de drogas ilícitas.

Um dos principais impactos dessa proibição é o fortalecimento do Estado Penal e um encarceramento em massa da população. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em um relatório divulgado em junho de 2016, no Brasil há mais de 175 mil pessoas em situação de privação de liberdade por questões ligadas ao tráfico de Drogas². Este número corresponde a 28% do total da população carcerária do país. Além disso, inúmeros são os casos de conflitos sociais causados por uma política de drogas higienista e repressiva.

Entretanto, ao analisarmos de maneira mais profunda a questão do uso e venda de drogas, levando em consideração os diferentes contextos onde acontece tal prática, podemos observar como o tratamento e os impactos na vida dos usuários variam de acordo com o contexto, a substância e o próprio sujeito. Através de uma revisão na literatura e também de uma observação da realidade ao nosso redor, podemos dizer que o tratamento dado à questão das drogas em camadas mais privilegiadas da sociedade, é perceptivelmente menos intransigente.

Essa classificação social é reproduzida através da intervenção do Estado e pelos mecanismos de comunicação de massa, levando a sociedade a construir conceitos estereotipados de acordo com a posição social do indivíduo. Como exemplo nas classes mais altas, onde o traficante vira distribuidor, o usuário menor de dezoito anos vira jovem, e o drogado vira usuário.

² Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dezembro/2015; IBGE, 2016.



É justamente esse ponto que discutimos no trabalho em questão, ou seja, a perspectiva de usuários que não estão em situação de vulnerabilidade sobre o uso de substâncias psicoativas ilícitas, nesse caso especificamente a maconha, e ainda quais os impactos em seu cotidiano. Assim, buscamos demonstrar a diferença de construção de cenários em contextos diferentes, mas com as mesmas práticas relacionadas às drogas ilícitas.

A observação das cenas de uso de maconha no ambiente universitário nos levou ao desenvolvimento da questão principal dessa pesquisa: entre os estudantes que fazem uso de maconha, qual é a percepção de tal substância psicoativa como elemento para a sociabilidade? A hipótese inicial é de que o uso da substância em grupo facilita as interações e a emancipação social, contribui para o sentimento de pertencimento, visibilidade e ajuda na construção de laços dentro e fora dos espaços da universidade.

Outra hipótese é que sendo a universidade um espaço que agrega, em sua maioria, jovens em fase de construção de identidade, de busca de sociabilidade e de projetos futuros, ela acaba por influenciar o ajuntamento de estudantes, estabelecimento de laços e experimentação de aventuras, inclusive o consumo de drogas.

METODOLOGIA

Pesquisas com temas tão complexos quanto às relacionadas ao uso de drogas, nesse caso o uso dentro de uma instituição de ensino, impõem desafios que demandam uma atenção especial por parte do pesquisador. Atenção tanto em relação à escolha do método, como na eficiência na hora da execução.

A nossa escolha foi realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, com o método da etnografia. Através da observação participante conseguimos a aproximação de diferentes grupos de estudantes usuários de maconha, fazendo as observações e registrando as informações pertinentes. Tal escolha foi feita por acreditarmos que seria a ferramenta ideal para uma leitura mais próxima à realidade dos estudantes.

A realização do estudo em locais em que o pesquisador é parte do contexto facilita o laço de confiança entre pesquisador e pesquisado, contribui para a observação das subjetividades que, se fossem utilizadas outras técnicas, poderiam passar



despercebidas. As informações aqui demonstradas são frutos das observações que contaram com essa interação entre pesquisador e os componentes do grupo “*A pretensão da pesquisa participante não é a de suprimir códigos, mas fazer com que estes sejam analisados, e favorecer ao máximo a expressão e a emergência do código dos pesquisados*” (BOTERF, 1987. p. 78).

Ao observar e descrever a dinâmica do uso de maconha em um lugar específico como a universidade, é possível perceber os impactos que o contexto do uso tem sobre os processos de construção de sociabilidade, de construção e afirmação de identidades e nas formas de se relacionar com o espaço. Sendo a universidade um espaço predominantemente ocupado por um público juvenil, é interessante notar como se dá a construção dessa dinâmica em um ambiente não violento.

As observações foram feitas em diversos lugares do campus escolhido, o que possibilitou um reconhecimento dos lugares eleitos como mais propícios para o consumo da maconha. Nessas observações era possível saber um pouco das vivências e histórias de vida dos sujeitos, através de pequenos relatos e fragmentos de memória que os próprios interlocutores se dispunham a falar. Os assuntos giravam tanto em torno da própria maconha, como de outros, como o contexto social, os lugares de onde vinham e experiências pessoais de antes de ingressar na faculdade, entre outros.

TRABALHANDO CONCEITOS

A partir de investigações científicas principalmente nas áreas da História e Antropologia, podemos afirmar que o uso de drogas é uma prática universal ou realidade presente em todas as sociedades e períodos históricos. Entretanto, as formas de administração e os rituais de uso, além dos seus desdobramentos, variam de acordo com os contextos sociais específicos de cada caso. De uma forma geral, o consumo das drogas apresenta diferenças, principalmente em relação ao efeito que se busca com o uso, as pessoas ou grupos que fazem o uso, as situações que o fazem, além das motivações e objetivos que se pretende alcançar. (GÓMEZ, 2004)

Para abordarmos tal assunto, antes de tudo, é necessário que destrinchemos alguns conceitos básicos, como por exemplo, o conceito de droga. Nome popularmente



dado às substâncias psicoativas, as drogas são substâncias com propriedades farmacológicas determinadas, que produzem reações que modificam o estado de consciência, humor ou sentimento de quem faz o seu uso. Essas reações podem variar de um estímulo leve, como o provocado por uma xícara de café, até alterações intensas, que podem causar distorção na percepção de tempo ou espaço, como no caso do uso de drogas sintéticas, como ecstasy ou LSD. (LABATE, 2008)

Com a criminalização do uso e manuseio de diversas substâncias, é possível afirmar que na sociedade contemporânea, o conceito droga ganha sentido e se relaciona com as substâncias psicoativas ilícitas (maconha, Cocaína, Crack, Heroína, LSD e etc), cujo uso é considerado necessariamente problemático e alvo dos sistemas de controle e proibição. Mesmo sendo uma prática que remete aos tempos mais longínquos da história humana, o uso de drogas ilícitas assume proporções de um problema central nas sociedades contemporâneas, discurso fortalecido por uma intensa campanha midiática relacionada aos efeitos nefastos do abuso de drogas.

O que notamos hoje é a construção de uma representação negativa de qualquer forma de uso dessas substâncias, através de uma ligação automática a questões de criminalidade e violência, além dos riscos a saúde pessoal e coletiva. A droga é tida unilateralmente como um problema em si, uma ameaça à sociedade, reforçando assim os processos de estigmatização, desinformação, cinismo e violência.

Atualmente, a maioria dos países adota uma política de drogas proibicionista, ou seja, voltada para a tentativa de erradicação de determinadas substâncias, através da proibição e criminalização das mesmas. Tal política vem sendo construída e consolidada a partir de posicionamentos e medidas políticas que visam atingir o objetivo de eliminação das drogas.

O fato de uma substância ser considerada droga ou não, depende não só de suas propriedades farmacológicas e de sua regulamentação no mercado, mas também do modo como a sociedade e o Estado decidem tratá-la. Atrelado a isso, se observamos os conflitos sociais e processos de criminalização do uso de determinadas substâncias ao redor do mundo, podemos notar uma carga de segregação, preconceito e controle social na hora da escolha de qual droga deve ou não ser proibida.



Nesse caso, o fator da proibição influencia diretamente na dinâmica do uso, e, muitas vezes, determina os locais e situações em que é possível o consumo. A necessidade de escapar das instituições ou agentes de controle impõe a busca por lugares específicos. Escolha essa que leva em conta as características de cada droga e dos locais, que podem ser favoráveis ou não ao uso.

O caso específico do uso da maconha no ambiente universitário, não foge a essa dinâmica da escolha de espaços propícios para o consumo. Alguns dos efeitos causados pela substância, assim como algumas características da universidade, criam um ambiente seguro e fornece condições favoráveis para o uso neste espaço.

O fato de a universidade ser um espaço privado, com menor presença de agentes de repressão e a ausência da polícia, somado a presença de um público perceptivelmente jovem e teoricamente esclarecido intelectualmente, faz com que seja mais confortável fazer o uso da substância dentro deste espaço, do que na rua ou em praças, por exemplo.

Além disso, o fato da maconha causar efeitos considerados menos intensos e perceptíveis que outras drogas, facilita o convívio e a execução de tarefas cotidianas mesmo sob o efeito da substância. Assim, a prática de usar a maconha acaba marcando a relação do estudante com o espaço e com o contexto em que está inserido.

O QUE É MACONHA?

Maconha é um dos nomes popularmente dados à planta da espécie *cannabis sativa*, que também é chamada de “erva”, “chá”, “ganja”, entre outros. Somente as flores das plantas fêmeas da *cannabis sativa* possuem a resina com as substâncias psicoativas responsáveis por causar os efeitos da droga. As principais substâncias psicoativas da maconha são o THC (tetraidrocanabinol) e o CBD (Canabidiol), sendo o primeiro responsável pelos efeitos alucinógenos causados pelo consumo. Os efeitos relatados são geralmente ligados ao bom humor, relaxamento, euforia e aumento do apetite, chamada popularmente de “Larica”. Outros efeitos, considerados negativos, estão relacionados à perda de memória recente, boca seca, e sentimentos de paranoia ou ansiedade. (PRADO, 2017)



A chegada da maconha no Brasil remete aos tempos de colonização por parte dos portugueses, e a utilização da mão-de-obra escrava no sistema produtivo. *“Em síntese, sabe-se hoje que a maconha não é nativa do Brasil, tendo sido pra cá trazida pelos escravos africanos”* (CARLINI, 2005 p. 315). A maconha era chamada inicialmente de fumo de Angola, tendo neste período uma boa aceitação do seu uso.

Costa e Gonties (1997) enfatizam também estudos de Pio Correia (1931) que afirmam que as sementes do fumo da angola, tenham chegado ao território brasileiro no século XV vindas em bonecas de pano embrulhadas na ponta das tangas pelos escravos africanos. Estes autores ainda apontam que a maconha era bastante utilizada principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, tendo em vista que esta se desenvolvia nas lavouras de cana de açúcar. (GONTIES, 2003 p. 56)

Até o início do século XIX o uso de maconha acontecia sem empecilhos no Brasil. Entretanto, no dia 4 de outubro de 1830 foi promulgada uma lei pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que proibia a compra e venda em estabelecimentos públicos da erva. Assim, após intensas campanhas difamatórias declaradamente racistas, o Brasil se torna o primeiro país do mundo a criar uma lei própria para a proibição da substância.

Campanhas essas que enfatizavam as origens africanas da substância e ligava o seu uso a “coisa de negro” ou a atitudes de agressividade, violência, delírios furiosos, loucura, transmitindo assim, uma imagem aterrorizante da maconha. *“Essa proibição munuiu as autoridades de novos pretextos para manter a população negra, então considerada “classe perigosa”, sob vigilância.”* (MACRAE, SIMÕES. 2003 p. 3) Então, em 1938, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 891, em que proibiu definitivamente o uso da maconha e de outras substâncias. (BARROS, PERES. 2011)

Nos anos subsequentes, o uso da maconha passou por transformações em relação à visão da sociedade sobre a prática e aos grupos que faziam o uso da substância. Na década de 1950, a imprensa investia fortemente na ideia do usuário “vagabundo arruaceiro”, enquanto os setores médicos consideravam uma prática ligada a doenças mentais. Tais discussões influenciavam diretamente na opinião da população sobre o tema.



Já nas décadas de 1960 e 1970, a visão construída sobre o uso da maconha teve forte influência dos fatores políticos por qual passava o país. O seu uso foi relacionado aos grupos jovens de classe média brasileira, que a partir desse momento foram apresentados como um “setor perigoso”, não só pelo movimento guerrilheiro que se instalou em oposição ao Regime Militar, mas também pelo movimento de contracultura, que se disseminou largamente após a derrota da luta armada. (MACRAE, SIMÕES. 2003)

Como sabemos, o uso da maconha no Brasil continua sendo proibido por lei em qualquer parte do território³. Mesmo tendo tido certo avanço em relação à política de controle da substância, que atualmente aplica penas administrativas aos sujeitos usuários, ao invés de sanções penais, a situação ainda é complexa. Uma vez que não há uma definição clara do que distingue o traficante do usuário, cria-se uma situação de insegurança jurídica, e deixa a cargo de agentes do Estado fazerem essa definição.

LEITURA ANALÍTICA

O uso da maconha pelos universitários pode ser interpretado sobre diversas óticas: como um ritual de iniciação, como a experimentação de novas situações em um espaço diferenciado das instituições de ensino médio, distante da tutela dos pais e educadores, como diversão ou como a continuidade de uso que já era feito em outros ambientes.

É interessante notar como a maioria dos entrevistados iniciou o consumo da maconha a partir do contato com amigos ou familiares. E que é nessas redes de sociabilidade que os usuários têm mais confiança em relação aos conhecimentos relacionados à substância. Como por exemplo, questões de qualidade, estratégias para manter o uso controlado e ainda quais locais apropriados ou não para o uso. Tal elemento nega a visão difundida entre certos setores, de que as pessoas são apresentadas as drogas por traficantes, que visam ao lucro e destruição das famílias:

³ BRASIL, Art. 28 da Lei de Tóxicos - Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006 – Código Penal - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.



“A primeira vez que fumei foi com meu irmão mais velho, mas foi engraçado, porque eu que forcei. Vi que ele estava fumando no quarto, entrei e pedi pra fumar também. Nisso ele me mandou embora e falou que não ia dar nada não. Então falei que se não me desse, ia contar pro Pai. O que você acha que ele fez?”.

É também a partir dessas redes que os usuários garantem, durante certo tempo, o uso e a aquisição da substância. A partir do campo, foi possível observar como essas redes criam um mecanismo de compra que seja, de certa maneira, mais seguro e vantajoso para os usuários. A compra muitas vezes se transforma em um consórcio entre os que adquirem a maconha de maneira coletiva. Assim se junta determinada quantia, um ou dois sujeitos vão até os locais onde é possível a aquisição, e depois há a distribuição entre os compradores, como mostra o relato a seguir:

“A gente tem o bonde. Aí a gente vai vendo quando o “chá” da galera tá acabando. Um pouco antes de acabar a gente junta o dinheiro de todo mundo e vai lá comprar. É bom porque conseguimos uma quantidade maior, por um preço menor. Teve vez que no intervalo de uma aula a gente saiu em cinco pessoas, fomos lá à boca comprar e voltamos”.

A maconha no ambiente universitário é usada predominantemente de maneira fumada, através de cigarros de papel, que são chamados popularmente de “Baseado” “Fino” “Tora” “Beck”. Mas, em algumas situações foi possível observar a utilização de outros instrumentos para o fumo, como cachimbos de diferentes tipos. Além disso, houve também situações do uso da maconha ingerida através de receitas culinárias que levam a substância em bolos, brigadeiros e doces em geral. Segundo os interlocutores, os efeitos causados pela maconha ingerida podem parecer mais intensos e duradouros.

Durante o processo de investigação foi possível identificar indivíduos que utilizavam a maconha com diferentes objetivos e com diferentes intensidades. Tivemos contato tanto com pessoas que nos disseram preferir fazer o uso em um contexto festivo ou de descanso, quanto pessoas que alegaram gostar de fumar antes de estudar ou fazer provas, pois a substância supostamente o ajudaria na concentração:

“Nossa, teve uma semana de provas que eu percebi que comecei a fumar mais. Sei lá, não sei se era pelo stress, ou até mesmo pra ajudar a fazer as provas. Porque eu



percebo que me ajuda. Tirar nota boa vai depender se eu estudar ou não, claro. Mas a maconha parece que me ajuda na concentração”.

Ainda em relação a esse uso, foi curioso notar quão grande é o número de pessoas que fazem o uso diário da substância, ou em qualquer situação. Principalmente os jovens que moram sozinhos, ou em espaços em que o consumo é aceito, relatam que fazem o uso muitas vezes atrelado a diversas tarefas cotidianas. Como por exemplo, a hora do despertar, refeições, lazer, estudo, entre outras:

“Tem dia que eu nem sei quantos becks eu fumei. Principalmente quando tô de férias da faculdade. É um na hora que acorda, um antes do almoço pra abrir o apetite, um depois do almoço pra fazer digestão, um no final da tarde e assim vai... até fumar o de antes de dormir.”

A partir da fala de alguns interlocutores, é possível constatar certa diferenciação quanto à imagem construída acerca da maconha, em relação a diferentes contextos. Um exemplo é a visão que as pessoas da periferia ainda têm sobre o uso da maconha, como uma prática reprovável, perigosa e destrutiva:

“Pra mim é uma situação muito diferente, sabe? Lá onde eu moro, a maconha... fumar maconha tem um peso diferente. Não é tão bem aceito como aqui. Tem o fato da repressão, do medo das famílias de verem seus filhos envolvidos no mundo da criminalidade. Não é igual aqui que a moçada fuma e é normal.”

Tal afirmação remeteu imediatamente a um trecho do artigo sob a Subcultura da maconha, de Edward MacRae e Júlio Simões, que diz:

Quando se fala em processo de desestigmatização da maconha, deve-se entender que este se produz e repercute diferencialmente na sociedade. Há uma tendência nesse sentido, entre segmentos mais escolarizados e informados das camadas de renda alta e média. Nas camadas populares dos grandes aglomerados urbanos, entretanto, a identificação maconha marginalidade banditismo é algo mais palpável e cotidiano, uma espécie de “profecia que se cumpre”. Os jovens fumantes explícitos nos bairros populares tendem a ser identificados como bandidos. (MACRAE, SIMÕES. 2003. p 14)

Há ainda, por parte de alguns sujeitos, uma dificuldade de adaptação e interação em um ambiente que apresenta situações que fogem do que o mesmo estava habituado, como o uso da maconha sendo feito de maneira naturalizada:



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

“Pra mim foi um impacto grande. Pensa só: eu sou um homem mais velho, pai de família, até avô já. Estranhei muito quando cheguei aqui e vi as pessoas fumando tranquilamente. Porque eu não imaginava. Se fosse outra pessoa, na minha posição, poderia até ser contra e ficar criticando. Mas eu não sou assim, acho que cada um tem que cuidar da sua vida e ponto.”

Este fato se relaciona ao processo de desconstrução que é possível notar em algumas pessoas, a partir da entrada na universidade e do contato com novos indivíduos, de diferentes contextos e hábitos. Segundo interlocutores, muitas vezes a imagem negativa que tinham em relação à substância, como sendo uma coisa diretamente ligada à criminalidade, ou que seria uma porta de entrada para drogas mais pesadas e consequentemente levaria a ruína de quem a usasse, foi sendo desconstruída na medida em que iam tendo contato com pessoas que fazem o uso e ao observar a vida dessas pessoas:

“A minha vida inteira eu ouvi falar mal das drogas. Desde pequena, na escola, na igreja, a gente é ensinada a ficar longe dessas coisas. Até mesmo porque eu era de uma cidade pequena, aí parece que é pior. Aí, quando eu vim pra cá, tive contato com muitas pessoas que fumam. Pessoal da faculdade, no “rolê”, até a pessoa que fui morar junto fumava. No início eu não gostava, era contra e até ficava criticando. Mas, com o tempo, fui vendo que essas pessoas tinham uma vida normal, estudavam, trabalhavam e passavam por problemas, igual todo mundo. Então experimentei e comecei a fumar a maconha habitualmente. Hoje considero que ela me faz bem”.

A maconha como instrumento de sociabilidade, é também muito utilizada por estudantes calouros para se inserirem nos grupos de veteranos, ou já estabelecidos na faculdade. Principalmente nas épocas de inícios de semestre, não é difícil observar situações em que esse estudante recém-chegado se aproxima de outras pessoas através da substância, seja como um assunto a ser discutido, ou mesmo através do uso compartilhado. O calouro muitas vezes oferece a maconha como um símbolo para a sua aceitação e entrada em determinados ciclos:

“Cara, eu vim lá da UFBA, se você acha que o pessoal aqui fuma, é porque não viu lá. Fumam bem mais! Eu vou ajeitando um aqui pra nós. Vocês têm que fumar mais aqui, gente!”



Além disso, é possível notar como os grupos de usuários de maconha definem e aplicam sanções a atitudes em que acreditem ser necessário. Não raramente, integrantes dos grupos são penalizados através de conselhos, intervenções e até afastamento do grupo. Sobre isso, um dos interlocutores nos relatou uma situação em que traz o motivo, e a “pena” aplicada:

“Outro dia chegou um mano aqui, falou que ia botar um chá pra gente. Quando ele tirou era um pedacinho que não dava nem pra uma pessoa. E o pior, esse mesmo cara nunca tem maconha, sempre pede um salve ou fuma o dos outros. Acho que quando ele consegue é porque pediu alguém, não deve comprar o dele. Aí gente assim não dá pra ficar salvando, ou colocando pra fumar. Se não encosta...”

Essas situações aqui descritas foram trazidas através de uma escolha e recorte de um material mais amplo. A intenção foi demonstrar como se deu a coleta, e também trazer algumas das discussões e práticas referentes à dinâmica de uso da maconha dentro da universidade. A partir disso, é possível notar como se dá a troca de conhecimentos referente aos grupos usuários de maconha e também as peculiaridades referente a sociabilidade adotada pelos mesmos.

CONCLUSÃO

Quando surgiu a ideia da realização de uma pesquisa, em que os objetos de análise seriam estudantes que usam maconha dentro da universidade, logo surgiram dúvidas relacionadas ao processo. A apreensão em tratar desse tema perpassava várias questões, que pelo fato de ser uma substância ilícita no território brasileiro, gerou vários questionamentos: *“As pessoas vão estar dispostas a falar?”* *“Qual vai ser a visão da universidade?”* *“Será um assunto relevante?”*.

Contudo, a constatação de que era uma situação presente no cotidiano dos estudantes, inclusive em outras universidades, me instigava cada vez mais a elaborar algum tipo de estudo que pudesse ajudar na compreensão desse fenômeno. Essa ideia era ainda mais reforçada, na medida em que percebia que é um assunto de certa maneira ignorado, tanto na questão de estudos científicos, como de conversas e debates.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Tendo em vista que os processos relacionados às drogas têm impactos diferentes, em diferentes contextos, nos esforçamos em trazer algumas considerações em relação aos conceitos principais usados na pesquisa. A explanação de conceitos como droga, juventude ou do próprio processo de criminalização e estigmatização de determinadas substâncias psicoativas, assim como o levantamento da dinâmica do uso da maconha na universidade, são no sentido de evidenciar como acontece essa diferenciação.

Podemos observar que o tratamento que é dado ao usuário é determinante para os impactos na vida do sujeito, muito mais do que o próprio uso. Como no caso de estudantes universitários consumidores de maconha, que poucas sanções sofrem pela prática, devido aos fatores já mencionados. Situação essa que se difere de sujeitos que estejam em alguma situação de vulnerabilidade social, que podem receber um tratamento que modifique por completo suas trajetórias. Prisões, violência, estigma e mortes, são situações que acontecem devido tipo de tratamento que é dado a questão das drogas.

Na fase de “iniciação”, é possível perceber as movimentações e atitudes que visam a inserção dos alunos calouros nos grupos já estabelecidos. Assim, o espaço a ser frequentado, as suas expectativas e interesses, além do próprio perfil sociocultural, são fatores determinantes para o tipo de sociabilidade que será construída durante o período da graduação.

Outro aspecto considerado na pesquisa, diz respeito à universidade enquanto instituição e o próprio processo de transição que passam os indivíduos que ingressam nos espaços acadêmicos. Diferentemente do ensino médio, a universidade recebe o jovem em um momento em que, hipoteticamente, tem como princípio a autonomia e a responsabilidade diante da sua “carreira” como estudante. Liberdade que teve início já na sua escolha pelo curso e pela Universidade que elegeu como centro de formação. Esses princípios de autonomia e responsabilidade visam incentivar a inovação e a criatividade, ainda que possa gerar, seja por fatores pessoais ou de outra natureza, falta de disciplina e de produtividade, como esperado.

Se levarmos em conta que além da entrada em um espaço que propicia mais liberdade quando relacionado a outros períodos da vida, o estudante está passando por



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

mudanças sociais, familiares e até pessoais, podemos considerar que a fase em si, está relacionada à aquisição de novos hábitos, podendo ser um deles o início do uso de maconha, para os casos dos iniciantes, ou no aumento do uso para os já “estabelecidos”. A própria mudança no sentido de percepção da autoridade, no caso dos pais e professores, leva o jovem a tomar atitudes que estejam em conflito com as normas ou o com o poder vigente, como se fosse uma maneira de afirmar ou experimentar plenamente a sua autonomia.

Acreditamos que tais mudanças podem causar certo sentimento de confusão e perda de referência. Uma vez saindo do ensino médio e da tutela dos pais, considerando que o perfil dos usuários observados é majoritariamente jovem, o estudante universitário se vê sem uma definição clara de quem são seus tutores, as regras e até mesmo sua rede de proteção. Assim, a maconha aparece como instrumento de identificação dos seus pares, onde através do uso, ou da tolerância ao uso, o indivíduo consegue definir qual o grupo em que ele pode se referenciar e construir uma identidade em torno.

Alguns tabus que giram em torno do uso de drogas dentro do ambiente universitário, são passíveis de contestação a partir das minhas observações. Não é incomum ouvir de pessoas pouco informadas, que o uso de drogas é consequência de questões estritamente pessoais, como problemas familiares, classe social ou outro fator subjetivo. Entretanto, ao analisar a história de vida de alguns participantes dessa pesquisa, chegamos a conclusão que os motivos para o uso vão além de contextos individuais, justamente pela impossibilidade de se determinar um fator em comum que supostamente levaria ao uso.

Além disso, é impossível não dizer sobre a relação que se dá entre o espaço em que é usada a maconha e como esse uso é visto, e os possíveis impactos no cotidiano dos usuários. Ao contrário de situações em ambientes periféricos, onde indivíduos de classes mais baixas são controlados, violentados e presos pelo contato com a maconha, trazendo consequências que muitas vezes são extremamente danosas a suas vidas, a dinâmica dentro da universidade se mostra completamente diferente. Mesmo ao ter as mesmas práticas dos indivíduos periféricos violentados, seja o ato de usar,



transportarem, comercializar ou plantar, estudantes universitários levam sua vida sem grandes alterações.

Por fim, depois das colocações feitas e discussões colocadas até aqui, acredito ter conseguido demonstrar de que maneira a maconha é usada como instrumento de sociabilidade dentro do espaço da universidade. A partir dos dados oferecidos pelos interlocutores, é possível constatar que determinados sujeitos se inserem neste espaço, constroem suas relações sociais e muitas vezes têm suas identidades influenciadas, através do uso desta substância. Na medida em que verificamos grupos que se formam e mantêm laços em torno exclusivamente do uso da maconha, podemos constatar a importância deste instrumento para a vida e as relações sociais de algumas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, André. PERES, Marta. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas**. Rio de Janeiro. Revista Periferia, v. 3, n. 2, jul./dez. 2011

BOTERF, Guy Le. **Pesquisa Participante: propostas e reflexões metodológicas**, in, Repensando a Pesquisa Participante. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CALADO, Vasco Gil. **Drogas sintéticas: mundos culturais, música trance e ciberespaço**. Lisboa: Edição – Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2006.
CARDOSO DE

CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil**. São Paulo: CEBRID, 2005.

GÓMEZ, Joan Pallares. **Drogas, Consumo y Culturas juveniles**. Uso de drogas y drogodependencias. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas. 2004. .

LABATE, Beatriz C. et. al. (Orgs). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MACRAE, Edward. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias** / Edward MacRae, Júlio Assis Simões. - Salvador: EDUFBA; UFBA / CETAD, 2000, 2004.

MACRAE, Edward. SIMÕES, Júlio Assis. **A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados**. Drogas e Pós-modernidade, Rio de Janeiro, EdUERJ. , 2003, pps. 95-107.

ROMERA, Liana Abrão. **Juventude, lazer e uso abusivo de álcool**. 2008. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.



O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS

Caíque de Paula Dias¹

RESUMO

A atual proposta do tema estudado é analisar a característica da imagem que o bandeirante Fernão Dias apresenta no município de Pouso Alegre situada no sul do Estado de Minas Gerais e procurar entender a influência que o bandeirantismo apresenta para os habitantes da região.

É necessário que tenhamos compreensão do objeto de estudo ser uma figura paulista que é lembrado constantemente em território mineiro e utilizado para identificar territorialidade. Utilizaremos de várias fontes para que possamos construir uma análise científica de acordo criterioso para o meio acadêmico que possa ser verídico, pois utilizaremos livros, sites, imagens, autores que abordem de alguma maneira nosso foco pesquisado que é o bandeirante Fernão Dias e o bandeirantismo no sul do Estado.

Chegamos as várias conclusões sobre as premissas do trabalho que ao momento que conseguimos identificar a territorialidade instituída através de construções particulares de indivíduos como os bandeirantes se apropriaram de um momento histórico e reescreveram a história de forma que fosse benéfica aos mesmos.

É fato que construir é muito mais relevante que apenas criar conteúdo de épocas longínquas, mas procurar entender que os mesmos sujeitos que escrevem a história estão relevando muito mais sobre seu momento atual e as intencionalidades que apresentam sobre determinado foco. Aprender sobre quem somos e porque somos de determinada maneira é papel fundamental do historiador para compreender cada vez mais a sociedade que as pessoas vivem, assim entendendo o homem no tempo.

¹ Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) (2013 - 2016) - Pouso Alegre/MG. Pós-graduado Lato Sensu de Especialização em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) (2017-2018) - Pouso Alegre/MG. Trabalho vinculado Programa de Pós-graduação em História, Educação e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí. E-mail: caiquedepauladias@gmail.com.



PALAVRAS-CHAVE: Bandeirante. Fernão Dias. Pouso Alegre. Cidade. Poder.

INTRODUÇÃO

Para que tenhamos um breve entendimento sobre questões da pesquisa é necessário que qualquer trabalho acadêmico abranja imagináveis áreas do conhecimento. “De todo jeito, discussões sobre história política, história dos eventos e narrativa histórica estão muito interligadas.”² Nós pesquisadores e construtores de saber científico possamos favorecer aos leitores um projeto coerente e verdadeiro do nosso próprio ponto de vista. Mas para chegar a um determinado objeto, é necessário apresentar as inúmeras questões palpáveis de determinado produtor acadêmico esteja defendendo.

É fato que as áreas do saber são incalculáveis e que humanamente não conseguimos dominar todas visões. É sumariamente indispensável entendermos que o ser humano necessita de um conhecimento sobre outras ciências que não é de sua formação e que tenha um pequeno esclarecimento sobre temas essenciais para a construção coerente de trabalhos transformando uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao momento que identificamos uma razão de estudo, é necessário que a compreensão da sociedade em torno desse projeto seja estudada nos mínimos detalhes podendo assim por fim fornecer informações para cada vez mais um caminho linear para o bem-estar humano.

No trabalho sobre um bandeirante, no caso Fernão Dias, devemos identificar primeiramente em que contexto histórico o sujeito está introduzido. Fazendo uma averiguação de como a sociedade ao seu redor possa constituir seu jeito de ser. Entender antes mesmo é desconstruir uma sociedade que temos no século XXI e assim sendo importantíssima que as histórias sejam revisadas e analisadas.

A cidade de Pouso Alegre que está no sul do Estado de Minas Gerais apresenta uma perspectiva mais paulistana que propriamente mineira. É muito fácil o indivíduo que convive constantemente com habitantes nativos do município reparar que a “áurea” paulista seja encontrada nos habitantes locais; sejam torcedores de times paulistas de

² BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, SP: UNESP, 1992, p. 104.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

futebol, o sotaque não ser tão identificado como regiões centrais da capital Belo Horizonte, não demonstrar muito esse sentimento de inconfidência mineira transcorrida em 1789, etc.

Realmente são aspectos que dariam uma discussão muito importante e recheada de fontes para fazer um trabalho acadêmico palpável, mas que não é objeto de nossa pesquisa.

De fato, abarcar a imagem de Fernão Dias em terras mineiras é aureolar um indivíduo que tem sua natureza e é reconhecido constantemente no Estado de São Paulo, que há inúmeras construções voltadas a figura bandeirante que analisaremos mais à frente. Por que em uma área mineira deixa de lado a figura de inconfidente como Tiradentes ou o ciclo do ouro e instituir um bandeirante como figura territorial que represente o local? Pouso Alegre apresenta muitas características marcantes do bandeirante em suas construções como em estátuas localizadas na cidade. A foto a seguir irá exemplificar construções que são em homenagem ao sertanista.



Imagem 1: *Estátua do Bandeirante Fernão Dias em uma das ruas da cidade.*³

³ Arquivo pessoal do autor.



Desde a chegada de Juscelino Kubitschek a presidência da república que teve consideravelmente um olhar desenvolvimentista em sua política nacional que basicamente o principal foco era o desenvolvimento do Brasil de 50 anos em 5 que proporcionou um investimento maior em várias áreas que o governo atuava. Adentrando a esse fato conseguimos identificar que camadas da sociedade brasileira em meados dos anos 1950 conseguiram identificar-se com esse olhar progressista que pairava a mentalidade dos brasileiros.

Pouso Alegre até meados daquela década era basicamente uma cidade de entreposto de mercadorias que circundava outros pólos importantes no sul do Estado, sem grande importância e desenvoltura em números expressivos para liderar a econômica microrregional, “se encontrava em significativa estagnação econômica e demográfica”⁴, um determinado grupo social que detinham de grande prestígio souberam aproveitar como trampolim esse ideal de progresso e adota-lo no município.

É fato que grande parte do século XX as cidades da mesorregião do sul do Estado apresentavam números completamente voltados a economia rural; sejam elas de “*plantation*” como a cultura do cultivo de café ou através da produção de leite bovino que era explorada por grandes fazendeiros que tinham suas posses em Pouso Alegre.

A cidade apresentava números ralos em proporções mercadológicas e um mercado interno basicamente para a produção agrícola, sendo que alguns produtos para a subsistência, podemos dizer assim; pequenos produtores rurais, a grande parcela dos habitantes rurais, comercializavam seus excessos de produções no perímetro urbano e dubitável eram vendidos para outras localidades. Transformando o município em uma perspectiva gráfica com valores baixos em uma escala capitalista comercial. Iremos adentrar superficialmente nessa questão para que o leitor entenda as características sobre seus dados quantitativos.

Essa pequena parcela da população que residia na cidade encontrou no discurso que estava ecoando por diversas regiões brasileiras, um momento que pudessem se apoderar e instituir para fins beneficiários.

⁴ ANDRADE, Alexandre Carvalho de. *Pouso Alegre (MG): Expansão Urbana e as Dinâmicas Sociespaciais em uma Cidade Média*. São Paulo: Rio Claro, 2014, (Tese em Doutorado) p. 17.



De fato, ao momento que determinados sujeitos se comprometessem a instituir um molde que fosse totalmente novo para a sociedade local, o industrial, seria uma tarefa que levaria tempo de investimento não apenas particular, mas também a continua não interrupção pública como o favorecimento de empresas que estavam se deslocando dos grandes centros populacionais fugindo das altas cargas tributárias a acharem “paraísos” no interior do país.

Assim se sucedeu um momento que estava ocorrendo na história nacional que foi a interiorização industrial do país, grandes corporações estavam buscando locais que conseguissem instalar-se e não sofressem as várias sanções do poder público. “Apesar de a migração urbana ser um fenômeno recorrente na história brasileira, esse processo passou a ser mais rápido na segunda metade do século XX.”⁵ E uma classe natural que se beneficiaria de tais medidas viram em Pouso Alegre alvo para isso.

Geograficamente a cidade está bem localizada por estar entre vários pólos econômicos importantes como a capital mineira Belo Horizonte (403 km) e São Paulo (200 km) favorecendo ainda mais a conexão entre grande e importantes polos comerciais do país.

Historicamente não apresenta expressivos números mercadológicos como a exploração aurífera, canavieira, cafeeira, etc. O Brasil até a década de 1920 era totalmente um país agrário e que sua econômica era representada em uma nação agroexportadora. De fato, devamos lembrar ao longo da história nacional desde a vinda dos portugueses para à América, houveram pequenos vestígios de industrialização como o Barão de Mauá, sem grande sucesso e outros pontos afastados sem grande destaque. Um dos fatores que levaram o crescimento de uma burguesia atuante no território foi propriamente com início da primeira guerra mundial (1914 – 1918) no continente europeu.

Isso atingiu drasticamente a perspectiva nacional na vasta oferta de produtos industrializados importados para a rápida escassez dos mesmos no mercado interno. Devido os fornecedores estarem envolvidos em conflitos nacionais no velho continente, ofertas de produtos feitos aqui cresceram para atender a procura. Assim polos industriais cresceram, basicamente o maior exemplo era a cidade de São Paulo. O interior brasileiro

⁵ KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *População e Sociedade. Brasil 1960-2000*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 43.



continuou com sua velha e tradicional produção visando apenas o mercado externo. O desenvolvimento industrial no país ganhou força posteriormente tendo altos e baixos nas décadas procedentes à 1920.

Grande parcela da sociedade pousoalegrense viu um momento oportuno para que conseguisse aproveitar e concretizar alguns determinados aspectos como a maior vinda de indústrias de outras localidades como alavancar o mercado interno.

Para isso também foi necessário constituir visões que relatassem a questão de territorialidade ou até mesmo um fardo de progresso que fosse identificado com inúmeras questões sobre o pioneirismo bandeirante e interligassem ao momento que viveriam. Dando margem a razão ao discurso progressista que fosse instaurado na época durante a construção da BR-381.

DESENVOLVIMENTO

Os bandeirantes tiveram grande relevância na história brasileira e suas características são sentidas até nos dias atuais. Basicamente tratar sobre os sertanistas e o movimento específico é muito mais que apenas conceitualizar eles nos livros didáticos e deixar de lado toda suas preponderâncias sobre a história nacional.

Notar realmente sobre Fernão Dias na cidade de Pouso Alegre é constituir parâmetros para que possamos entender como é construída nossa história. Apenas dizer que o sertanista passou ali e entender que sua figura é interligada aos habitantes é apenas dar enfoque a uma perspectiva já fortalecida através do passar dos tempos. Abranger determinado assunto é muito mais que fazer ciência, precisamos compreender a territorialidade que estamos conscritos e nela entende que somos agentes e componentes históricos.

Quem é ele? De onde vem? Por que estar aqui? Por que ele? Essas perguntas com certeza devem terem passado na imaginação de inúmeras pessoas que notaram figuras tão imponentes na cidade e registraram em mente que ali poderia ter sido um reduto e seus antepassados em épocas longínquas. Será? Realmente uma figura histórica a ser lembrada constantemente ali não é para passar desapercibida com o tempo.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Há uma grande utilização de obras marcantes nos dias atuais, como símbolos nacionais, esculturas, quadros e tantos outros que são tidos como “obras magna” de uma determinada nação ou que represente um determinado povo nacional, abrindo legitimidade de se sobreporem no seu espaço social, como para Max Weber. Assim adentramos também a questão bandeirante em nossa história.

O passado do bandeirantismo remete ao um movimento tipicamente paulistano que foi iniciado e teve seu término durante os anos coloniais do Brasil. O continente sul-americano detinha a divisão de duas coroas europeias; Portugal e Espanha. Repartindo entre si grande parcela dos territórios do novo mundo.

Durante a União Ibérica (1580 – 1640) o principal acúmulo de renda no Brasil era basicamente a cana-de-açúcar no nordeste brasileiro que favorecia uma grande parcela da riqueza para os donos de engenho e as cortes ibéricas. Realmente a joia mais estimada era aquele local por favorecer um comércio lucrativo.

Havendo um outro lado da moeda diferente da riqueza encontrada, outras regiões do Brasil se encontravam em pleno descaso pelos olhares da corte, como era o caso da capitania de São Vicente. Os habitantes daquela localidade eram “esquecidos” literalmente pela metrópole e viviam em caso de pobreza, seja europeu, mestiço ou até mesmo nativos cristianizados que viviam a julgo do homem branco. Organizando assim as expedições, “Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena.”⁶ Para conseguirem alguma forma de lucro.

A realidade que viviam era de total abandono pelo eixo comercial da época no atlântico, tentaram o cultivo da cana, sem resultado esperado. Sem conseguirem iniciar uma forma comercial lucrativa os habitantes da capitania optaram a empenharem novas maneiras de sobrevivência dando surgimento ao bandeirantismo.

Esse movimento era a organização de verdadeiros exércitos particulares que adentravam na mata virgem para obterem alguma forma de enriquecerem através das entradas. As mesmas entradas nos sertões ficaram conhecidas como bandeiras pois os membros usavam estandartes em suas frotas para serem identificados a qual propósito aqueles sujeitos estavam na mata.

⁶ ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500 - 1800). Brasília, DF: Senado Federal, 1998, Congresso Nacional Praça dos Três Poderes s/nº CEP 70168-970, p. 108.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

É válido frisar que o bandeirante não se considerava bandeirante. Esse tipo de identificação ficará comum séculos após o fim das entradas no interior do país. Conseguimos também distinguir as várias bandeiras que os paulistas participavam na sua carreira. Através de nomes práticos conseguiremos identificar quais e como eram as bandeiras.

Havia as bandeiras de “Apresamento ou Preação” que eram expedições voltadas à caça de nativos e logo capturados seriam vendidos para senhores de engenho para servirem de mão de obra escrava. “Sertanismo de Contrato” com o intuito de combate aos quilombolas. A de finalidade comercial que ficou conhecida como “Monções”. Basicamente a que mais trouxe notoriedade a Fernão Dias foi a bandeira de “Prospecção ou Mineração” cujo principal objetivo era a busca de metais preciosos.

A bandeira de 1674 foi a que mais lhe deu reconhecimento histórico porque a mesma detinha carta da realza portuguesa que conseguiu anos antes a independência perante a corte espanhola em 1640 com o fim da União Ibérica. O reino português estava em crise econômica depois dessa união. Portugal herdou vários problemas causado principalmente sobre as inúmeras guerras que Felipe da Espanha levou os lusitanos. O maior exemplo deles é a invasão Holandesa no nordeste brasileiro e o fim dos altos lucros portugueses no velho continente. Era necessário urgentemente encontrarem riquezas nas possessões americanas para de alguma forma quitarem as pesadas dívidas que os espanhóis deixaram aos cofres de Lisboa.

Era de compreensão de todos naquela época que a América portuguesa teria metais precisos porque a espanhola já apresentava. Mas a questão era: Aonde está? Nesse vínculo os bandeirantes que atuavam antes em missões extraoficiais, tiveram a oportunidade de atuar em nome da realza. Fernão Dias entra nessa perspectiva pelo mesmo ser filho de uma família abastada de bandeirantes e viver basicamente disso.

Ele percorreu durante 7 anos interior do Estado de Minas Gerais procurando os famosos metais que tanto trazia a cobiça dos homens. Durante as longas caminhadas nas matas desconhecidas, suas tropas presenciaram de quase tudo no itinerário, como traições, combates, desânimos e tantos outros males em uma viagem longa e desgastante.

O sertanista morreu vítima de uma febre que contaminou-se achando apenas turmalinas. Seu genro Borba Gato, membro de grande destaque na bandeira foi o pioneiro



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

a encontrar ouro. De fato, o bandeirante percorreu inúmeros caminhos e foi construtor de inúmeras roças que dariam surgimento a várias cidades no atual Estado mineiro.

É evidente que tantos outros bandeirantes percorreram a região, mas Fernão Dias é o mais lembrado na região. Por quê?

No início do século XX quem detinha o poder econômico, cultura e político no Brasil era sem sombra de dúvidas os barões do café que representavam a elite de grande destaque no país. Eles foram os principais mecenas na “rejuvenescida” da imagem bandeirante em parâmetros nacionais. Com o fim da escravidão e a vinda dos imigrantes europeus, os mesmos fazendeiros ficaram com medo perderem a pureza daquilo que os orgulhava; serem brancos. É fato que os imigrantes se instalarem definitivamente causava um incômodo por terem que repartir a pureza racial principalmente com italianos. Os descendentes dos portugueses se viram na obrigação de patrocinarem artistas a encontrarem algum indivíduo que poderia ter sido desde a colonização o exemplo de ancestral português perfeito.

Nessa perspectiva entra o bandeirante paulista que chegava a ser maltrapilho no passado e obteve uma reconstrução significativa em seus moldes. Rapidamente artistas com o incentivo dos fazendeiros começaram a produzir características idênticas aos moldes na figura de um nobre. O sertanista começou a ser igual idêntico ao barão paulista com roupas deslumbrantes diferente do pouco que usava na realidade, com inúmeras armas, a feição basicamente com traços europeus diferentes da mestiçagem, etc.

Isso tem a ver com territorialidade construída para ser favorecida com intencionalidades de um determinado grupo que lucrariam com essa visão de autodeterminação, como o momento que o cafeicultor estivesse apto a se jogar em busca do progresso econômico. Muito parecido ao bandeirante que arriscava a própria vida em busca de enriquecimento.

Com a vinda do progresso instituído por Juscelino Kubitschek que já demosramos anteriormente, um ar desenvolvimentista ficou claro em suas políticas. Realmente foi com a presença marcante de uma nova esperança que a cidade de Pouso Alegre conseguiu adotar aos interesses particulares de determinados grupos que lucrariam com isso.

Pessoas que olharam o momento oportuno para conceber na prática teorias que estavam dispostas a adotarem como a construção da rodovia Fernão Dias favorecendo o



comércio e a interligação de tantas outras regiões. Uma classe e até as pessoas mais simples que eram moradores da cidade identificaram-se com o momento que estavam em transição e decidiram embarcar nessa mare de oportunidades.

“Esta expedição de Fernão Dias, fundamental para a formação de Minas Gerais, não passa por Pouso Alegre mas pela região centro-oeste de Minas.”⁷ Nunca ficou claro que o bandeirante Fernão Dias realmente esteve na cidade e que teve uma estadia ali, mas há indícios que em outras regiões mineiras e propriamente no sul de Minas o sertanista paulista se projetou e até mesmo pode ter seu vínculo com o plantio de roças para o abastecimento de tropas.⁸

A BR-381 teve seu nome batizado assim pelo trajeto ser parecido com o suposto itinerário do bandeirante que morreu em terra mineiras. Realmente conseguimos identificar que a presença dele nessa rodovia é de grande importância porque o mesmo abriu caminho para outros forasteiros encontrarem o objeto de procura, que era o ouro tão cobiçado.

Identificamos que ao momento que pessoas possam adotar um símbolo de progresso de estar intimamente interligado a questão de territorialidade na perspectiva de autodenominação de progresso é rapidamente adotada. Haver um personagem histórico entre seus peregrinos é o mesmo que dizer que são detentores de uma predestinação atual.

CONCLUSÃO

Conseguir identificar e interligar um sentimento e focar especificamente a um indivíduo é muito mais que apenas fazer por si só história. Ao interligar um personagem que se transformou em herói por representar aquilo que os homens mais comuns buscam que é a riqueza, é através disso dar legitimidade a um discurso de progressista que deu certo.

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória*. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº1, Julho/2010, p. 7.

⁸ BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora S.A. (A escrita foi transcrita como se encontra na obra de Eduardo Canabrava).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Durante grande parte da trajetória de Fernão Dias o mesmo estava ciente que estaria apto a ter inúmeros males para seu corpo e seguiu em frente sem pensar duas vezes ou ter desistido em algum instante em sua jornada.

Conseguimos perceber ali um exemplo máximo que poderia ser constituído para o cidadão pousoalegrense que não está interligado diretamente as zonas auríferas no centro do Estado, mas que serviu de base para forasteiros que desejaram chegarem até lá. Podendo juntar os a inúmeros discursos e adotar na cidade.

A presença que estamos constituindo de espaço e local é muito mais forte que se possa pensar. Dizer que a industrialização de JK veio para ficar e ser o tão sonhado compromisso de futuro na região fugindo dos aspectos agrários que todas as cidades vizinhas apresentavam é dar ênfase a determinadas pessoas que tinham um discurso já formulado. E temos aí um sofisticado processo discursivo. “O de uma estátua que nos faz pensar um corpo – o de Fernão Dias – que se materializa em um sujeito histórico, o Bandeirante, que institui caminhos e forma povoados, situa populações.”⁹



Imagem 2: *Estátua do Bandeirante Fernão Dias em um dos trevos de acesso à cidade.*¹⁰

⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória*. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº1, Julho/2010, p. 10.

¹⁰ Arquivo pessoal do autor.



A estátua refere-se ao bandeirante que está localizada as margens da rodovia BR-318. Conseguimos interligar uma ordem de progresso com os respectivos habitantes ao momento que há uma junção de territorialidade aos pousoalegrenses. Assim estaremos “falando do poder de evocação da estátua – encarna a territorialidade em que se localiza Pouso Alegre, em seu entorno, em sua sociedade, em sua cidade, sua população. Em seus sujeitos.”¹¹

Interligar a presença de um herói que foi por muito tempo retratado como propulsor da liberdade e não aderindo apenas aos pactos de governantes em se jogava e, busca de riquezas é exemplo a ser copiado e disseminado. Assim entra nos moldes mercadológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998, Congresso Nacional Praça dos Três Poderes s/nº CEP 70168-970.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Pouso Alegre (MG): Expansão Urbana e as Dinâmicas Sociespaciais em uma Cidade Média**. São Paulo: Rio Claro, 2014, (Tese em Doutorado).

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais**. Rio de Janeiro. RJ: Livraria José Olympio Editora S.A. (A escrita foi transcrita como se encontra na obra de Eduardo Canabrava).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

¹¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº.1, Julho/2010, p. 2.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo, SP: UNESP, 1992.

FARIAS, Roberto. **A Atual Situação Diglóssica do Brasil: Suas Origens no Bilingüismo dos Primeiros Séculos de Colonização**. Universidade Federal de Rondônia, Brasil: Actas do I Simpósio Internacional Sobre o Bilingüismo.

GOMES, Júlio Antônio Moreira. **Evolução Econômica e o Crescimento Populacional e os Seus Impactos na Vida Social Pousoalegrense**. Pouso Alegre, MG: Univás, Universidade do Vale do Sapucaí, 2010.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **População e Sociedade. Brasil 1960-2000**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória**. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº1, Julho/2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2ª edição, 1995.



**INFORMAÇÃO E AÇÃO – COLEÇÕES DIGITAIS PARA OS
MOVIMENTOS ATIVISTAS AMBIENTAIS DE BELO HORIZONTE**

José Nunes do Nascimento¹

RESUMO

Neste artigo abordamos o ativismo ambiental do século XXI em Belo Horizonte, protagonizado principalmente pelo Fica Fícus, Parque Jardim América e Salve a Mata do Planalto. A capital de Minas Gerais foi construída sobre processos de redefinição de espaços verdes e públicos. As construções e as destruições do ambiente construído da cidade se perdem no tempo sem registros que contemplem os atores que participam destas dinâmicas. Na multiplicidade de olhares, lançamos a visão sobre a cidade pela questão ambiental e percebemos que a lógica da administração considera os espaços verdes e públicos da cidade como obstáculos ao progresso, surgem assim diversos ativismos que reagem às interferências autoritárias do poder público. E para garantir os registros das efervescências históricas, procuramos analisar a criação uma coleção digital com princípios arquivísticos e software livre para os movimentos ambientais da cidade no sentido de reconstruir uma dimensão que possa experienciar a cidade pela constituição dos espaços públicos e retirar do anonimato os atores e os acontecimentos contra o esquecimento do passado, transparecendo elementos para a construção de uma história mais plural. Os ativistas ambientais de Belo Horizonte entendem que os espaços verdes e públicos constituem um dos princípios articuladores da vida social, pois são locais de integração e de encontros que promovem a diversidade cultural e geracional da população da cidade. Os lugares da cidade suscitam formas distintas e singulares de contemplação e de interação, que nem sempre vão ao encontro daquelas projetadas pelo poder público e em torno disso, confrontam-se as questões de interesses econômicos, culturais e políticos. O texto tem por base a obra traduzida de Walter Benjamin (2009), “Passagens”, no qual há diversas reflexões sobre o momento de formação de uma metrópole moderna com a redefinição dos espaços públicos e privados em meio às novas tecnologias do final do século XIX. Assim, para Benjamin

¹ Mestrado, Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura.



(1987), o presente é quem escolhe o passado que lhe interessa e a história dominante não tem sido mais que o registro dos vencedores e um cortejo triunfante dos dominadores. E, desta forma, a verdadeira imagem do passado perpassa veloz, e a história que nos é posta tem como objetivo o esquecimento de todas as lutas e revoltas, em direção a um estado de exceção. No Brasil, temos um presente de longa duração, e um passado vivo e oculto, esperando ser resgatado e construído. Hoje, sentimos a necessidade de pensar de forma complexa, e não linear, e isso se deve ao advento da tecnologia digital, que trouxe novas práticas na relação de tempo e espaço; e assim procuramos novos instrumentos de resistências à destruição dos acontecimentos e nas reminiscências dos fragmentos para a reconstrução da nossa própria existência.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Banco de dados. Cidades. Meio ambiente. Espaço urbano.

Introdução

A cidade de Belo Horizonte foi uma capital planejada no Brasil, inaugurada em 1897, teve seu projeto baseado principalmente na cidade de Paris na França e La Plata na Argentina. No início do século XX foi implantada a arborização, que transformou a cidade nos anos 1930 e 1940 em “cidade jardim”. Com o processo de industrialização nos anos seguintes, os lugares verdes passaram por processos de transformação para vias de circulação de veículos. Na década de 1960, a avenida Afonso Pena, principal via e símbolo da arborização da cidade foi completamente desarborizada para alargamento das vias, sem a manifestação ativa da população, pois o país vivia sob o regime da ditadura militar, que proibia qualquer tipo de manifestação.

No final da década de 90 do século XX, as questões ambientais começaram a emergir com mais destaques; o país estava assimilando a nova Constituição de 1988. Os anos 1990 e 2000 foram marcados por incipientes questões que reportavam atritos entre a população e os órgãos oficiais - Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) - que praticavam podas antiecológicas nas árvores da cidade, através de empresas terceirizadas sem o compromisso com a questão ambiental (podas radicais que quase suprime toda a árvore para preservar a rede



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

elétrica) que na maioria dos casos em pouco tempo depois a Prefeitura viabiliza a supressão do que restou sem nenhuma punição aos responsáveis pela intervenção, era uma espécie de vandalização institucional.

Em 2013, impulsionado pelos preparativos do evento da Copa Futebol da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), e do movimento Gezi Park (Turquia), o ativismo ambiental em Belo Horizonte ganhou visibilidade através da mobilização nas redes sociais com a reivindicação do direito à cidade, e dos espaços públicos como um locus de sociabilidade e um local de exercício da política.

Nas cidades modernas a população perde as áreas verdes, os espaços públicos e os locais de caminhada para os complexos imobiliários e as vias de mobilidade urbana que privilegiam os automóveis. Os locais de áreas verdes são símbolos distintos de uma sociedade e funcionam como lugar de identidade e sentimento de pertencimento. A lógica econômica adotada para a cidade reduz os espaços de atividades de lazer, de ócio e de recreação, dando lugar aos espaços semipúblicos, como clubes privados e *shopping centers*, que constantemente sentem necessidade de expansão e se apropriam dos espaços verdes das cidades.

Para Michel Certeau (1998, p.176) uma possível interpretação e percepção da cidade é através do “caminhar” que as áreas verdes promovem, onde “os passos tecem lugares, moldam espaços, esboçam discursos sobre a cidade” como uma forma de atribuir sentidos a espaços e lugares que vem sendo substituído pela velocidade e aceleração dos tempos modernos com uma lista interminável de bens e equipamentos que se multiplicam a cada dia, ocupando o lugar da novidade de ontem e já anunciando que ficaram obsoletos no dia seguinte, numa espiral sem fim (BENJAMIN, 2009, p. 104).

Desta forma o Estado adota modelos econômicos orientados pela lógica do mercado que desvincula a vida do meio natural, fazendo entender aos cidadãos que as cidades são planejadas para ser um ambiente exclusivo de trabalho e orientado para o moderno a qualquer preço, com constantes conflitos com o tradicional e o meio natural.

A cidade de Belo Horizonte está dentro desse conflito – do capitalismo – que estabelece o valor de uso e o valor de troca, que opõe a vida urbana em sua essência,



com a perda do direito ao meio ambiente e de preservar para as gerações futuras a qualidade de vida integral, os recursos naturais e o patrimônio histórico-cultural das áreas verdes.

O mundo vive um tempo de apropriação do capitalismo pós-fordista, denominado capitalismo cognitivo. A exploração da vida passa pela captura dos desejos e a construção de sujeitos obedientes e consumistas.

Gilles Deleuze, no texto “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, afirma que a evolução tecnológica produz profundas mudanças no capitalismo.

O que ele quer vender são serviços e o que quer comprar são ações [...] por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar a empresa. [...] Estado ou potência privada são agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes [...] o serviço de vendas tornou-se o centro ou a alma da empresa [...] o marketing é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudente dos nossos senhores (DELEUZE, 1992, p. 219-226).

O capital domina completamente o Estado, que passa a adotar processos políticos institucionais neoliberais na gestão pública e assim mudam os Estatutos das Cidades e estabelece as Operações Urbanas Consorciadas, e privatiza o que é público.

No decorrer deste artigo, buscamos a interdisciplinaridade, ultrapassando as particularidades de diversas áreas do conhecimento, porém sem avançar na análise do conteúdo das vozes dos sujeitos. Procuramos reunir diversos fragmentos de acontecimentos e incorporar a memória – história – nas tecnologias informacionais atuais da vida híbrida entre o real e o virtual (humanos e não humanos), (agrupar a pluralidade de vozes que possam trazer possibilidades de brechas para outros acontecimentos na cidade) em direção ao planejamento e ao gerenciamento do ambiente em que vivemos.

1 O ativismo em Belo Horizonte

Desde o ano 2011 os moradores do bairro Jardim América, Região Oeste de Belo Horizonte reivindicam a criação de um parque público no quarteirão da Avenida Barão Homem de Melo próximo ao número 600, onde existe uma mata nativa de 21.528 m² com árvores de grande porte. Eles tomaram conhecimento do licenciamento com a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

autorização o desmatamento da única área verde no bairro. A área pertence a construtora Masb, que pretende construir no local um empreendimento residencial e comercial com duas (02) torres de 23 andares e 276 apartamentos com 552 vagas de garagem além de um pavimento térreo com 23 lojas e 200 vagas de estacionamento.

A Prefeitura aprovou o parecer favorável à obra com a autorização da Secretaria do Meio Ambiente, porém os moradores acionaram o Ministério Público, que faz a mediação do impasse. O Grupo Organizado de Moradores & Usuários do bairro Jardim América e Adjacências (GOM&UJA), com diversas ações de resistências e mobilizações e divulgação do conflito, luta para a preservação da mata. Desde o ano de 2014 está na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Projeto de Lei , que propõe a criação de um Parque Ecológico no local.

Em outra parte da cidade no ano de 2013 a prioridade da administração da cidade era para o trânsito de veículos e a ampliação de vagas de estacionamento, e, para isso, a Prefeitura diminuiu os passeios e canteiros centrais das vias, exterminando árvores por toda a cidade. Quando as podas radicais chegaram à Avenida Bernardo Monteiro na área hospitalar, região Centro-Sul da cidade conhecida como *Alameda dos Ficus*, patrimônio paisagístico e cultural da cidade, um grupo de cidadãos indignados decidiram defender aquelas árvores da atitude arbitrária da Prefeitura. Surgia naquele momento o Movimento ativista *Fica Ficus* como reação à ação abusiva de sucessivas podas radicais nos *Ficus* promovido pela Prefeitura em direção ao desmatamento das coberturas vegetais de Belo Horizonte.

Com a mobilização do Movimento *Fica Ficus* pelo *Facebook*, convocando a população da cidade, houve uma ampla adesão e compartilhamento de lutas, inclusive com os manifestantes do Parque Gezi em Istambul, que também ocupavam um local público que estava destinado a projetos privados pelo governo, implicando na eliminação de centenas de árvores.

Na região norte da cidade, o Movimento ativista “Salve a Mata do Planalto” é uma Ação da Comunidade do bairro Planalto e Adjacências (ACPAD) com apoio de diversas associações de bairros e movimentos populares, ONGs, Programa Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

(UFMG), que lutam para a preservação de um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica em Belo Horizonte.

A Mata do Planalto abriga nascentes subafluentes do rio das Velhas e uma rica biodiversidade, são mais de setenta e oito espécies arbóreas entre elas Jacarandás da Bahia, Caviúnas – espécie que compõe a lista das ameaçadas de extinção. Situada na Região Norte de Belo Horizonte possui uma área verde de aproximadamente 300 mil metros quadrados nas interseções de bairros fortemente adensados: Planalto, Itapoã, Campo Alegre e Vila Clóris.

A Prefeitura de Belo Horizonte autorizou a construtora Rossi a edificar no local oito (08) torres de 15 andares com mais de 750 apartamentos. Para os moradores, além da destruição das nascentes, há a preocupação com a crescente impermeabilização do solo e seus efeitos, tais como alagamentos, perda da biodiversidade, da qualidade de vida na cidade, além de transtornos com o grande trânsito de veículos na região.

Os integrantes do Movimento "Salve a Mata do Planalto" aguardam uma decisão final da Ação Civil Pública no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para impedir o licenciamento do empreendimento que poderá impactar negativamente toda a região.

A questão ambiental defendida pelos movimentos ambientais torna-se conflitos contra os projetos urbanísticos, ora da Prefeitura, ora dos seus parceiros, contrapondo os direitos coletivos da população “do qual o Estado se faz o promotor e o protetor a um só tempo” (VALENCIO; ZHOURI, 2012, p.51).

A capital de Minas Gerais foi construída sobre processos de redefinição de espaços verdes e públicos. As construções e as destruições do ambiente construído da cidade se perdem no tempo sem registros que contemplem os atores que participam destas dinâmicas.

Assim tomamos referencia na obra traduzida de Walter Benjamin (2009), com o texto “Passagens”, no qual há diversas reflexões sobre o momento de formação de uma metrópole moderna com a redefinição dos espaços públicos e privados em meio às novas tecnologias do final do século XIX. Enfim, é uma visão da cidade múltipla de acontecimentos que transita na dialética da construção e da destruição, até da própria história.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas, nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios (BENJAMIN, 1987, p. 232).

Para Benjamin (1987), o presente é quem escolhe o passado que lhe interessa e a história dominante não tem sido mais que o registro dos vencedores e um cortejo triunfante dos dominadores. E, desta forma, a verdadeira imagem do passado perpassa veloz, e a história que nos é posta tem como objetivo o esquecimento de todas as lutas e revoltas, em direção a um estado de exceção.

No Brasil, temos um presente de longa duração, e um passado vivo e oculto, esperando ser resgatado e construído. Desta forma, para resistir ao esquecimento que a cultura do progresso produz, utilizamos como metodologia a construção de um banco de dados em meio digital (lugar de memória) com *software* livre para o ativismo ambiental, capaz de ir em direção a um arquivo infinito, esperando que as histórias ocultas ou ocultadas possam emergir.

A construção de um banco de dados potencializa a noção de rede e resgata, por meio de coleções, grande parte da memória dos acontecimentos que compõe um grupo social e que está disperso no mundo virtual da Sociedade da Informação e Conhecimento.

Talvez o motivo mais recôndito do colecionador possa ser circunscrito da seguinte forma: ele empreende a luta contra a dispersão. O grande colecionador é tocado bem na origem pela confusão, pela dispersão em que se encontram as coisas no mundo [...] reúne coisas que são afins, consegue, deste modo informar a respeito das coisas através de suas afinidades ou de sua secessão no tempo. [...] sua coleção nunca está completa, e se lhe falta uma única peça, tudo o que o colecionou não passará de uma obra fragmentada, tal como são as coisas desde o princípio para a alegoria (BENJAMIN, 2009, p. 245).

O próprio texto do projeto “Passagens”, de Benjamin (2009), refere-se a uma grande coleção de documentos e fragmentos da vida em Paris do século XIX.

Hoje, sentimos a necessidade de pensar de forma complexa, e não linear, e isso se deve ao advento da tecnologia digital, que trouxe novas práticas na relação de tempo e espaço; e assim procuramos novos instrumentos de resistências à destruição dos



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

acontecimentos e nas reminiscências dos fragmentos para a reconstrução da nossa própria existência.

O ativismo é uma luta política de controle e de uso dos territórios na cidade e, que foge do mundo real e ganha novos espaços no ambiente virtual mediado por aparatos tecnológicos, principalmente pela rede Internet, na qual o público e o privado se confundem (SASSEN, 2010, p. 418) permeados por fragmentos de mensagens eletrônicas, vídeos, documentos, fotografias e outros, em grande parte desconexos, dando impressão de um labirinto.

Desta forma, o armazenamento de informações proposto em um banco de dados opera para impedir a dispersão (de itens colecionados), e oferece ao navegante (usuário) a possibilidade de “experimentar o tempo da história como um fluxo contínuo [...] A coleção amplia as condições de acesso à história [...] Ao ligar informações [...] ela promove a leitura e a compreensão de dados dos documentos [...] potencializam o uso da informação e permitem que ela seja usada para produzir novas grelhas de leitura da cidade” (LOPES, 2011, p. 187).

A rede desenvolve geometrias não lineares de interações que não podem ser descritas apenas como o simples resultado das extensões digitais das relações sociais ou amplificações (CASTELLS, 2002, p. 25). A dimensão comunicativa expressa o habitar instável e emergente de diversas interações, que avançam para a esfera pública e apresentam dimensão opinativa e política.

Toda a reflexão sobre a noção de rede resulta em reconhecer que a tecnologia digital de nosso tempo implica uma interação reticular capaz de possibilitar novas formas de social híbrido entre humanos e dispositivos técnicos.

Uma relação comunicativa, sensível e simbólica, movida pela contiguidade de elementos orgânicos e inorgânicos, em que novos fluxos comunicativos são produzidos através de redes digitais. Tais redes mudam o contexto no qual as pessoas se comunicam, mais precisamente a estrutura social e a noção de “lugar” (DI FELICE, 2009, p.285).

Para Agamben (2009) “o que define os dispositivos com os quais temos que lidar na fase atual do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação” (AGAMBEN, 2009, p. 47).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Quanto mais os dispositivos se difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir de sua apreensão quanto mais docilmente a esta se submete. Isto não significa que ele representa em si mesmo um elemento revolucionário, nem que possa deter ou também ameaçar a máquina governamental. No lugar do anunciado fim da história, assiste-se, com efeito, ao incessante girar em vão da máquina, que, numa espécie de desmedida paródia da *oikonomia* teológica², assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo, ao invés de salvá-lo, o conduz – fiel, nisto, à originária vocação escatológica da providência – à catástrofe (AGAMBEN, 2009, p. 50).

Assim, o contemporâneo é marcado pelas questões que se apresentam e procuram definir e limitar um social em rede, isto é, distinguir as territorialidades e os atores das suas sociabilidades mutantes na rede.

Por trás das técnicas, agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama de jogos dos homens em sociedade. Portanto, qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia. A ambivalência ou multiplicidade das significações e dos projetos que envolvem as técnicas são particularmente evidentes no caso digital. O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral, a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e do software, entre os grandes conjuntos geopolíticos. Mas também responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas. Encarna, por fim, o ideal de cientistas, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede [...] (LÉVY, 1999, p.24).

E assistimos, hoje, a passagem das dimensões políticas antropocêntricas (poder centralizado) em direção às práticas de interação que deslocam dos Estados nacionais e da política, a nossa condição habitativa em direção às novas territorialidades e aos novos atores até então invisíveis, representando o crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 24).

² Segundo Agamben (2009, p. 42-46), a *oikonomia* teológica é a matriz da economia moderna, como ordem imanente divina e doméstica. Deste paradigma teológico deriva-se a biopolítica moderna, assim como a economia política e as formas de administração e governo da vida que proliferam por todos os âmbitos institucionais contemporâneos.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Os movimentos de territorialização observados na cidade e na internet configuram-se como ações movidas por interesses de sujeitos ou grupos, movimentos que podem se estabelecer ao mesmo tempo, no mesmo lugar. A apropriação do espaço urbano acontece em um movimento dinâmico e relacional, onde alguns usos, ocupações, discurso, prática e rituais já estão dados, estabelecendo limites e possibilidade para a ação dos homens (SILVA *et al.*, 2015, p.11).

O ativismo do século XXI não é caracterizado pela oposição à globalização, mas pela determinação da identidade dos povos com suas diversidades locais e a consciência de democracia, com um entendimento para a preservação do meio ambiente, proveniente da interação entre os sujeitos, as entidades e os grupos com as tecnologias e redes informativas construídas de forma colaborativa.

Segundo John Palfrey e Urs Gasser (2011, p. 288), a Internet não mudou a natureza da ação política, mas possibilitou os meios para se obter uma maior participação.

A *internet* proporciona as ferramentas que capacitam as pessoas, jovens e velhas, a ter um maior nível de participação direta e pessoal no processo formal da política – se elas assim o quiserem. Nenhuma tecnologia nova vai fazer alguém ter experiência de conversão. O que a rede proporciona é uma plataforma cada vez mais útil e atrativa para aqueles que estão predispostos a serem ativos na vida cívica (PALFREY; GASSER, 2011, p. 288).

No contexto de cooperação em rede, abrem-se espaços para a articulação das comunidades de prática, que, de acordo com McDermott (2000), representam:

Agrupamentos de pessoas que compartilham e aprendem uns com os outros por contato físico ou virtual, com um objetivo de resolver problemas, trocar experiências, desvelamentos, e construção de modelos padrões, técnicas ou metodologias, tudo isso com previsão de considerar as melhores práticas. Essas comunidades, consideradas territórios neutros das pressões sociais e da demanda por produtividade, devem possuir um domínio de atuação partilhado de forma colaborativa ou comunitária e compartilhar práticas comuns (experiências, problemas e soluções, ferramentas, vocabulários e metodologias) (McDERMOTT, 2000, p. 3-4).

No ambiente virtual, as redes sociais são responsáveis pela rápida expansão de mensagens informativas das atividades da organização. Em segundos, é possível conectar pessoas de todo o mundo, sendo diversas as opções de interatividade, como encaminhar e distribuir *e-mails*, comentar notícias, iniciar fóruns e debates do



movimento social, produzir e assistir vídeos que fomentam a causa ambiental no *Youtube*, ou ainda seguir o grupo nas redes sociais, *Twitter* e *Facebook* e outras (SILVA *et al*, 2015, p. 44).

O ativismo ambiental na cidade produz diariamente inúmeras informações nas redes sociais assíncronas (ferramentas digitais que dispensam a presença instantânea de quem produz e recebe as informações) através de uma ampla comunicação, seja nos fóruns, nas listas de discussão, nos blogs e outros ambientes digitais. Nos canais de comunicação do grupo são inúmeras fotos, vídeos, publicações, comentários, legislações e outros documentos produzidos por atores sociais, com diversos conteúdos. A dinâmica do ativismo reforça a atuação e a articulação em rede, porém pode desaparecer a qualquer momento, com toda a informação produzida. “A história que está presente em toda a profundidade da sociedade tende a perder-se na superfície” (DEBORD, 1997, p.99).

Assim, o mundo informacional representa um ambiente caótico, onde não existe segurança suficiente para garantir a preservação digital em longo prazo, mas diversas iniciativas com *software* livre procuram estabelecer padrões para diversos tipos de documentos em formatos digitais.

Neste século XXI, o ambiente virtual é a plataforma que abriga todo o componente informacional das redes digitais, desde aspectos estruturais até o ativismo com uma ampla participação de pessoas. Assim, construir uma coleção digital significa incorporar processos e evidenciar resistências diante do esvaziamento das coisas que o tempo presente carrega.

Falar de memória é falar de certa forma da estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do presente e de nossa percepção do futuro. Os objetos são construídos e estruturados nessas redes, para formarem hipertextos históricos, que usam computadores para produzir história em formas que seriam impossíveis de fazer sem os componentes tecnológicos (FLOREZ, 2011, p. 100).

Á medida em que o valor de uso morre nas coisas, as coisas alienadas são esvaziadas, atraindo para si significados, como cifras. A subjetividade se apossa delas à medida que as investe de intenções de desejo e temor. Pelo fato de as coisas mortas responderem, enquanto imagens, pelas intenções



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

subjetivas, estas se apresentam como imemoriais e eternas. Imagens dialéticas são constelações entre coisas alienadas e o significado incipiente, detendo-se no instante de indiferença entre a morte e o significado. Enquanto na aparência as coisas são despertadas para o que é o mais novo, a morte transforma os significados no que é mais antigo [...] no século XIX, o número de coisas “esvaziadas” aumenta numa medida e num ritmo antes desconhecidos, uma vez que o progresso tecnológico retira continuamente de circulação os novos objetos de uso (BENJAMIN, 2009, p. 508).

A digitalização do registro da memória, entendida como uma memória eletrônica corresponde à oportunidade imensurável de acesso instantâneo às informações escritas, fotografadas, gravadas, capaz de promover a desterritorialização dos eventos no próprio ato de sua recuperação³. O ciberespaço e a informação digital operam na transitividade, onde o computador é o responsável pela recuperação do banco de dados da memória, “de ter múltiplas entradas” [...] como um rizoma que organizou, estabilizou e neutralizou as multiplicidades segundo os eixos de significações e subjetivação que são só os seus, sobrepondo as redundâncias (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 21-30).

Segundo Benjamin (1987), se por um lado a tecnologia moderna nos priva de uma experiência fundada na autenticidade de um momento original, ela também nos oferece um horizonte diferenciado, com a possibilidade de uma reconfiguração das perspectivas políticas e existenciais.

O grande problema está na dinâmica industrial de nosso tempo, produtora de contingências, e, portanto, de esquecimento. O objeto perde a sua singularidade e autenticidade (SANTOS, 1994, p. 11) em escala global e “aponta a unicidade técnica a fragmentação dos processos de produção como fundamentais para o nosso tempo” (KOYAMA, 2015, p. 67).

³ No ambiente digital a novidade vai além da particularidade do suporte, pois o documento foge totalmente aos padrões mais conhecidos, como a linguagem alfabética, organizada em papel e de leitura direta, bem como sua relação com o suporte, que precisa da sofisticação tecnológica para tornar acessível aos humanos.



Assim, formamos o arquivo⁴ (conjunto documental) que permite provar, e representa o testemunho de uma ação que só tem significado dentro de um conjunto do qual é parte integrante.

Um ponto importante referente aos documentos é saber que quando isolados e dispersos, perdem a sua funcionalidade na história, eles precisam ser vinculados a coleções e, conseqüentemente, a um contexto (por exemplo a vida urbana) e “não há estudo da história sem constituição de séries e as séries, por sua vez, se montam no exercício da crítica” (RICOUER, 1983⁵ *apud* LOPES, 2011, p. 184).

O colecionador está entregue ao princípio de montagem, ao reunir fragmentos da história em uma nova configuração da experiência. O colecionador, ao deslocar o objeto e os seres da sua função interativa com o meio, faz com que eles tenham suas características modificadas, assumindo uma nova identidade. Assim eles passam a ocupar o papel de fontes de estudos e suporte para a memória, adquirindo as informações que o colecionador quer transmitir. “O grande colecionador é tocado bem na origem pela confusão, pela dispersão em que se encontram as coisas no mundo” (BENJAMIN, 2009, p. 245).

Organizar uma coleção digital para o ativismo representa um desafio: o de agrupar informações, uma polifonia de vozes, resultado da tecnologia digital e dos sistemas informativos associados à circulação de informações contínuas tecnologicamente interativas e colaborativas dos atores pré-dispostos para participação social (*facebook, twitter, blogs, e-mails* e outras).

Conclusão

A cidade é frágil, a modernização condena a história ao esquecimento ao apagar seus traços, deixando ruínas (BENJAMIN, 2009). Da mesma forma, o patrimônio digital do nosso tempo encontra-se em perigo de desaparecimento por falta de confiabilidade de armazenamento. Pensamos que a preservação de objetos digitais é

⁴ O termo “arquivo” está diretamente relacionado com a história (questões temporais e relevâncias) e engloba diferentes possibilidades e aspectos. De modo geral é o lugar destinado ao armazenamento de documentos. Para a Computação o arquivo é uma unidade de armazenamento ilimitada; na Arquivologia é um conjunto de documentos independentes da natureza dos suportes, acumulado por pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada no desempenho de suas atividades.

⁵ RICOUER, Paul. **Histoire et vérité**. Paris: Seuil, 1983.



uma preocupação urgente, pois contribui para discussões e questionamentos sobre os acontecimentos da cidade.

A cidade se faz híbrida com humanos e dispositivos e assim a ciência e a tecnologia mudaram nosso modo de viver. Quando procuramos ver a cidade pela dimensão ecológica, percebemos que a opção de progresso representa apenas uma difícil escolha entre veículos ou meio natural. Equivocamos ao pensarmos que a ciência pode resolver todos os problemas, então, temos que admitir que alguns problemas não podem ser resolvidos ou suas soluções trazem outras implicações.

Os computadores afetaram radicalmente nossas vidas para o bem e para o mal, pois temos na Internet três fenômenos interligados: o “sistema de interações”, o “ambiente de conexões” e um “complexo de conteúdos” (EISENBERG; CEPIK, 2002, p. 46).

Mesmo com estas mudanças, a tecnologia digital tem permitido uma enorme potencialidade não só de conexões, mas de experimentação na integração na negociação entre atores, nas possibilidades da democracia.

É esse o contexto, para reconstruir os acontecimentos colecionamos as informações fragmentadas dos ativistas, da Internet, dos *blogs*, dos jornais, das revistas, das redes sociais, das mensagens eletrônicas em um banco de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó (SC): Argos Editora, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas:** Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6.ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEBORD, Guy; ABREU. **A sociedade do espetáculo.** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, v.1, 2014 (Coleção trans).

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

EISENBERG, José; CEPIK, Marco. **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FLOREZ, Jairo Antonio Melo. **História digital: la memoria em el archivo infinito**. Historia Critica, Bogotá, n. 43, jan./abr. 2011.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. Campinas Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Trans)

LOPES, Myriam Bahia. Documento e ação: guardar e ver na coleção digital. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura e Documentação**. São Paulo: Annablume Editora, 2011. p. 183-195.

McDERMOTT, Richard. **Knowing in Community: 10 Critical Success Factors in Building Communities of Practice**. 2000. Disponível em: <<http://www.co-il.com/coil/knowledge-garden/cop/knowning.shtm>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RICOUER, Paul. **Histoire et vérité**. Paris: Seuil, 1983.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo. Hucitec, 1994.

SASSEN, Saskia **Territorio, autoridad y derechos: de los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales**, Katz, Serie Conocimiento, Buenos Aires, Madrid, 2010.

SILVA, Regina Helena Alves da *et al.* **Ruas e redes: dinâmicas dos protestos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; SEMINÁRIO NACIONAL **FORMAS DE MATAR, de Morrer e de Resistir** 1., 2012, Belo Horizonte, MG). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 395 p. (Humanitas).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 11. MÍDIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO



CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS

Adeli Ferreira Nascimento¹

Leonardo Euler Ferreira Nascimento²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as repercussões da criminologia midiática na sociedade e na seletividade do sistema penal a fim de apontar os problemas que fragilizam o Estado Democrático de Direito em um viés de agravamento do encarceramento em massa. O texto sustenta que o discurso criminológico da mídia sobre o crime e o criminoso, previamente articulado para construir imaginários na “sociedade do espetáculo”, constitui-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas. Metodicamente para fundamentar e explicar os efeitos da criminologia midiática na sociedade, reforçando estereótipos e a seletividade do sistema penal, o artigo se constrói a partir da teoria *do Labelling Approach*. Admitindo-se que desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem numerosos são os acordos internacionais assinados, incontáveis as ações e programas direcionados a salvaguardar os direitos da pessoa, quer como indivíduo, quer como integrante da sociedade acredita-se que os grandes avanços da dignidade humana sempre ocorreram em luta contra o poder punitivo e os abusos cometidos contra os mais humildes. Assim, destaca-se a relevância da proposta em contribuir para a reflexão sobre a ingerência dos meios de comunicação no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal. Em face do hiato existente entre o Judiciário e o homem comum, os veículos midiáticos assumem a função de decodificar a linguagem técnico-jurídica e, nesse exercício, findam por se transformar em um verdadeiro tribunal popular ferindo princípios e garantias constitucionais basilares de um Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia. Mídia. Seletividade. Sistema Penal.

¹ Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Direito pelo Centro Universitário UNI-BH.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto.



INTRODUÇÃO

A vinculação entre a mídia e o sistema penal³ levou Zaffaroni (1991) a incluir em seu rol de agências do sistema penal as “agências de comunicação social”, a exemplo (rádio, televisão, jornal), sinalizando para a ultrapassagem de mera função comunicativa por parte da mídia. Segundo o autor, a comunicação produzida pela mídia no que tange a fatos criminosos passou a se configurar numa espécie de “criminologia midiática”.

Como consequência, o discurso criminológico da mídia sobre o crime e o criminoso, previamente articulado para construir imaginários⁴ sobre a realidade e pontos de vista sobre os acontecimentos, leva a sociedade crer na pena como ideal para a solução da criminalidade. Tensões graves se instauram entre o “delito-notícia, que reclama imperativamente a pena-notícia”, diante do devido processo legal “(apresentado como um estorvo)”, da plenitude de defesa, da presunção de inocência (principalmente, diante de um flagrante), e de outras garantias do Estado Democrático de Direito (BATISTA, 2002, p.4).

Nos dizeres de Batista (2002) “o discurso criminológico da mídia pretende constituir-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura fundamentar-se em uma ética simplista da paz”, o que faz com que essas tensões, muitas vezes, sejam resolvidas “por alguns advogados, promotores ou juízes mais fracos e sensíveis às tentações da boa imagem mediante flexibilização e cortes nas garantias que distanciam o delito-notícia da pena-notícia”. (BATISTA, 2002, p. 4).

Enunciados secundários como “a impunidade aumenta o número de crimes” ou “penas elevadas dissuadem”, que não alcançariam jamais constatação empírica, por serem completamente indemonstráveis, precisam de um respaldo “científico”, que os conduza respeitavelmente à doutrina dos editoriais. Visando esse respaldo, a mídia

³ Nilo Batista em sua obra “Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro” conceitua sistema penal como: “[...] a sucessiva intervenção, em três nítidos estágios, de três instituições: a instituição policial, a instituição judiciária e a instituição penitenciária. A esse grupo de instituições que, segundo regras jurídicas pertinentes, se incumbem de realizar o Direito Penal, chamamos de sistema penal” (BATISTA, 1999, p.25).

⁴ Segundo Guy Debord (1997) em sua obra “Sociedade do espetáculo”, ocorre uma acumulação de espetáculos onde tudo que era vivido realmente se tornou uma grande representação. O espetáculo são imagens que viram uma interação social entre pessoas, unifica a sociedade, e intervêm no real. É a irrealidade de uma sociedade real.



recorre aos especialistas, “que são credenciados pelo exercício profissional ou acadêmico, pela ocupação de um cargo público ou mesmo por um episódio de vida privada, como por exemplo, a associação de vítimas, para complementação do noticiário”. Entretanto, “a regra de ouro deste circo, embora nem sempre percebida claramente, é que a fala do especialista esteja concorde com o discurso criminológico da mídia: se algum trecho se afasta do credo, será banido na publicação “editada” da fala” (BATISTA, 2002, p.7-9).

Zaffaroni (2013) explica “que certo é que as pessoas que todos os dias caminham pelas ruas e tomam o ônibus e o metrô junto a nós têm a visão da questão criminal que é construída nos meios de comunicação, ou seja, se nutrem – ou padecem – de uma criminologia midiática” (ZAFFARONI, 2013, p. 142). As pessoas se rendem a esse discurso que muitas vezes não condiz com a realidade, tendo em vista que, atualmente, apesar da internet ser um dos meios de comunicação mais utilizados, a televisão, ainda é, um dos mais fortes agentes de informações e entretenimento, atuando como formadora de opinião da coletividade na sociedade brasileira.

Para Giovanni Sartori (2001) se o que nos torna diferentes dos outros animais é a nossa capacidade de abstração, a televisão “[...] inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos [...] para um retorno ao puro ver”. Na realidade, “a televisão produz imagens e apaga conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda a nossa capacidade de compreender”. Então, o que importa é a imagem, é o ver, e não compreender (SARTORI, 2001).

Nesse sentido, as repercussões do discurso criminológico da mídia aliado a nossa incapacidade de pensar e compreender reforça a ideia de que retirar os indivíduos considerados nocivos à sociedade, do convívio social, por meio de uma pena privativa de liberdade seria uma forma de afastar, o que Zaffaroni (2013) caracterizou como “eles”: uma massa criminosa de diferentes e maus.

A seletividade que já existe dentro do próprio sistema penal que “torna-se altamente nocivo para a saúde física e psíquica daqueles que participam de seus segmentos e daqueles que se encontram submetidos aos seus efeitos”, e a punição para essa massa criminosa nos faz acreditar que essa solução é legítima diante da urgência de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

resposta para garantir a segurança e a ordem pública em prol do bem comum. (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2007, p.72).

Zaffaroni (2013) complementa “que em qualquer cultura, a causalidade mágica é produto de uma urgência de resposta. Isso não obedece a nenhum desinteresse pela causalidade, mas justamente à urgência por encontrá-la”. Na criminologia midiática sucede o mesmo. “Deve-se responder já ao caso concreto, à urgência conjuntural, ao drama que se destaca”, pois a “falta de uma resposta imediata é prova de insegurança”. (ZAFFARONI, 2013, p.148).

O discurso punitivo é compreendido como prática constitutiva da realidade. A concepção de segurança leva conseqüentemente à redução de direitos de parcelas significativas da sociedade deliberando uma violência de forma brutal e seletiva. Mesmo com altíssimos índices de violência estatal e encarceramento em massa, a criminologia midiática “cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos” (ZAFFARONI, 2013, p.145).

No Brasil, por exemplo, uma das formas de definir os estereótipos está relacionada com a seleção dos criminalizados pela cor e a situação socioeconômica. Nesse sentido, Loic Wacquant (2001) aponta a situação de São Paulo e outras grandes cidades:

Sabe-se que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor ‘se beneficiam’ de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acessar a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui ‘tornar invisível’ o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado (WACQUANT, 2001, p. 9-10).

Além de selecionar criminalizados, o papel fundamental cumprido pela mídia de massa na produção e difusão do medo “tende a consolidar uma elevadíssima “sensibilidade do risco”, além da propagação do fenômeno da essencialização do outro, da demonização e da construção da monstruosidade” (CARVALHO, 2014, p. 123).

Nesse contexto, a proposta desse artigo é analisar como o discurso midiático reforça a percepção subjetiva de impunidade por parte da sociedade, alimentando a crença de que a alternativa mais plausível para garantir segurança é o encarceramento



em massa, afastando esse indivíduo considerado criminoso do convívio social, ainda que, violando direitos e garantias fundamentais.

Para fundamentar e explicar os efeitos da criminologia midiática na sociedade reforçando estereótipos e a seletividade do sistema penal será utilizada a teoria do *Labelling Approach*, também conhecida como “rotulação social” ou “etiquetamento”, surgida no início da década de 1960.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 Revisão de literatura

Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem numerosos são os acordos internacionais assinados, incontáveis as ações e programas direcionados a salvaguardar os direitos da pessoa, quer como indivíduo, quer como integrante da sociedade. Tal compromisso assumiu maior concretude com a Carta Magna de 1988, denominada, a Constituição Cidadã, que além de privilegiar a igualdade de todos os brasileiros perante a lei, em seu artigo 5º, *caput*, elenca valiosos e abundantes mecanismos que se destinam ao resguardo da cidadania e dos direitos individuais, coletivos e sociais, além de colocar o Poder Judiciário como garantidor dos princípios fundamentais de um Estado democrático de Direito.

Entretanto, é flagrante o desrespeito aos direitos basilares que preservam a dignidade humana, quando tomamos como exemplo, a seletividade do sistema penal e as atrocidades cometidas nos interiores das penitenciárias. Essa seletividade prejudica, quase sempre, pessoas das camadas mais vulneráveis submetidas às condições dessas penitenciárias consideradas por Zaffaroni (1991) como “máquinas deteriorantes devido aos maus-tratos, a tortura, as ameaças, sendo o preso submetido ainda às condições de superlotação, falta de higiene, assistência sanitária, médica, etc. [...]”. O autor defende que os grandes avanços da dignidade humana sempre ocorreram em luta contra o poder punitivo e os abusos cometidos contra os mais humildes. (ZAFFARONI, 1991, p. 125).

Esse condicionamento degradante do sistema penal se agrava quando há a interferência da mídia que cria estereótipos de determinados comportamentos de certas classes sociais. “Os meios de comunicação de massa contribuem para isso em alta



medida, ao difundirem fotografias e adiantarem-se às sentenças com qualificações como “vagabundos”, “chacais” etc. (ZAFFARONI, 1991, p.133-134)”.
(Zaffaroni, 1991, p.133-134)

Dentre os acontecimentos que costumam ser selecionados para a sua publicação como notícia, os fatores negativos se sobrepõem. Violência considerada como individual, e crimes, de preferência os violentos e de rua, costumam estar no topo de todos os valores-notícia (BUDÓ, 2014, p 101).

As estratégias discursivas da mídia visam dar ao público alvo a impressão de que as informações refletem a visão natural do mundo, embora, muitas vezes, apenas sirva para justificar a dominação de uma classe social sobre a outra enfocando a informação a favor de grupos ou de interesses políticos e econômicos. Diariamente, somos bombardeados com imagens dos crimes que amiúde são perpetrados por “eles”, que segundo a criminologia midiática:

Incomodam, impedem que se durma com portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e, por isso, devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos nossos problemas. Para isso é necessário que a polícia nos proteja de seus assédios perversos, sem nenhum obstáculo nem limite, porque nós somos limpos, puros, imaculados (ZAFFARONI, 2013, p.145).

O pensamento único dos formadores de opinião no que tange aos estereótipos e o fluxo permanente de informações acríticas sobre o sistema penal intensificam a seletividade e a repressão indiscriminada para com os setores mais pobres ou excluídos. Intensifica-se o poder punitivo do Estado na tentativa de tirar de circulação os indivíduos estigmatizados como perigosos. Dessa forma, o discurso midiático acaba reproduzindo na sociedade o fomento desses estereótipos que, segundo Zaffaroni (1991, p.130) “permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes”.

Para Zaffaroni e Pierangeli (2007, p.15), a intervenção penal não objetiva mais tutelar, com eficácia, os bens jurídicos considerados essenciais, mas, o sistema penal busca “produzir um impacto tranquilizador sobre o cidadão e sobre a opinião pública acalmando os sentimentos individuais ou coletivos de segurança”. Reproduz sua clientela por um processo de seleção e condicionamento criminalizante que se orienta por estereótipos proporcionados pelos meios de comunicação de massa. Não são poucas, às vezes, que a mídia e a sociedade pressionam o Poder Judiciário a tomar decisões pontuais por meio de intensos clamores.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A questão criminal vem despertando o interesse e está sendo mundialmente debatida sob os mais variados enfoques por vários países. Magistrados, juristas, especialistas em direitos humanos, advogados e professores acadêmicos discutem sobre o papel dos sistemas de justiça na implementação dos direitos humanos, bem como na prevenção da violação desses direitos, principalmente, no que tange ao sistema penal.

Eis aí um dos temas sobre os quais, não só os operadores do direito, mas a mídia e a população também emitem suas opiniões. Para Soares (2012) “quando todos conhecem o assunto, entramos em área de perigo e o alerta do pesquisador dispara”. Por um motivo muito simples: “o excesso de notícias, conversas e opiniões transmite a impressão de que falamos da mesma coisa e concordamos quanto ao essencial, o que pode ser – e, frequentemente, é - falso” (SOARES, 2012, p. 84). O melhor a ser fazer é pesquisar tomando como base os teóricos que discorrem sobre a temática visando confirmar ou refutar as hipóteses levantadas sobre o problema.

Nessa perspectiva, destaca-se a relevância da proposta em contribuir para que a comunidade jurídica, principalmente a brasileira, reflita sobre a ingerência dos meios de comunicação no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, a fim de identificar os problemas que hodiernamente fragilizam o Estado Constitucional de Direito em um viés de agravamento do poder punitivo do Estado com o aumento da pena privativa de liberdade visando resolver a situação de violência e criminalidade.

Tem-se por hipótese que os meios de comunicação em interação com a sociedade e, principalmente, com o sistema penal constroem seletivamente o crime e o criminoso, legitimando a atuação seletiva do sistema penal brasileiro. Entender a relação de solidariedade entre as grandes corporações de mídia e o sistema penal é o ponto de partida para compreender porque o noticiário sobre crimes e infrações de modo geral reforça preconceitos e reitera o senso comum contra os excluídos (MORETZSOHN, 2014, p.91).

Para Chomsky (2005) já durante algum tempo o governo e outros interesses poderosos do país contam com a participação da grande imprensa quando se trata de forjar algum tópico e noticiar alguma coisa mais ou menos de modo como gostaria que fosse noticiada. Adverte que “hoje em dia, os métodos para a mídia apresentar as coisas enquadradas de uma forma que serve aos interesses das instituições dominantes são



muito mais sutis. Não é mais pelo uso da força que se garante”. Há o reconhecimento de que se o Estado perde o poder de coerção, e não consegue controlar as pessoas pela força, é preciso começar a controlar o que elas pensam (CHOMSKY, 2005, p. 29).

Lá pelos anos 1920, o principal manual da indústria de relações públicas intitulava-se, de fato, Propaganda (naquela época, as pessoas eram um pouquinho mais honestas). Ele começa dizendo algo assim: “a manipulação consciente e inteligente das opiniões e hábitos organizados das massas é um aspecto crucial de um sistema democrático – o palavreado é virtualmente esse. E, então, diz cabe “as minorias inteligentes” executarem essa manipulação das atitudes e opiniões da massa” (CHOMSKY, 2005, p.34-35).

Moretzsohn (2014) acrescenta que o caráter manipulador da mídia contribui para a conformação de opiniões e a predisposição do público em aceitar o discurso da “defesa social” e o recurso do sistema penal como forma de solução de conflitos.

Ademais, para Budó (2014) a cobertura midiática adversa pode, em determinadas circunstâncias violar o direito do acusado à presunção da sua inocência e assim prejudicar a equidade de julgamento.

Em relação à intervenção penal, Queiroz (2012) afirma que “sua eficácia seria limitada e tardia, logo, pouco, ou nada se pode esperar de semelhante intervenção, pois mais leis, mais policiais, mais juízes, mais prisões, significa mais presos, mas não necessariamente menos delitos”, o que contradiz o senso comum que requer soluções paliativas com efeitos rápidos, para separar os bons dos maus (QUEIROZ, 2012, p. 411).

1.2. Aspectos metodológicos

Considerando que a abordagem do problema envolve aspectos da realidade e o aprofundamento da compreensão de grupos sociais e de instituições, para se alcançar o objetivo deste artigo optou-se pela metodologia qualitativa que se preocupa em analisar e interpretar “aspectos mais profundos descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo a análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p.270).

Conjuntamente, visando uma aproximação e um contato direto com a produção científica sobre o tema realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2003) a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente" e tem por objetivo permitir ao cientista "o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações" Dessa forma, a pesquisa bibliográfica "não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

Ainda, foi realizada uma análise do discurso midiático que divide com clareza o mundo entre "nós" (a sociedade, as pessoas de bem) e "ele" (os bandidos, marginais, considerados como inimigos sociais). Esse discurso reforça o processo de naturalização do crime assumindo a fundamentação da criminologia positivista que dividiu os homens em "normais" (que aceitam a ordem) e "anormais" (os desviantes resistentes à ordem).

A criminologia midiática conceituada por Zaffaroni e a teoria do *Labelling Approach* são os referenciais teóricos deste trabalho, para explicar como ocorre essa seletividade, à medida que se percebe a influência da mídia no tocante ao comportamento da sociedade em nutrir o preconceito e a indiferença.

Sobre o preconceito e a indiferença Carvalho (2014) esclarece que provoca a "invisibilidade à medida que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem a projeta" (CARVALHO, 2014, p.19). Dessa forma o preconceito arma o medo que dispara a violência, tendo no sistema de justiça criminal um instrumento primordial de controle social.

A teoria do *Labelling Approach* surgida em meados do século XX nas escolas sociológicas americanas é uma reação ao paradigma etiológico da criminalidade e apresenta-se como uma das "correntes desconstrutoras do moderno sistema penal" (FILHO, 1998, p.44)

A *Labelling Approach*, ou Teoria do Etiquetamento Social, é uma teoria criminológica marcada pela ideia de que as noções de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal e das ações de instâncias oficiais de controle social a respeito do comportamento de determinados indivíduos. Segundo esse entendimento, a criminalidade não é uma propriedade inerente a um sujeito, mas uma "etiqueta" atribuída a certos indivíduos que a sociedade entende como delinquentes. Em outras palavras, "o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal" (BECKER, 2008, p.22).



Como determinante para a consolidação dessa teoria, Zaffaroni (2013), em sua obra “Questão criminal”, apresenta um livro de Howard S. Becker, de 1963, *Outsiders*, que consolidou a teoria do etiquetamento. *Outsiders* são os não membros da “boa sociedade”, os estigmatizados, os que estão fora dela. Pessoas unidas por laços sociais menos intensos que não partilham os valores e o modo de vida vigente se desviam as regras de grupo, são mantidas a distância no cotidiano e afastados dos locais de decisão.

Becker trabalhou sua pesquisa com músicos de jazz usuários de maconha. Descobriu que o desvio é provocado, que há uma empresa moral que faz as regras, que não se estudam os fabricantes das regras (empresários morais) e sim as pessoas às quais lhes é aplicada a etiqueta que as deixa fora (*outsiders*). Essa rotulação coloca a pessoa em outro *status*, que a impede de continuar sua vida normal: desde o não te juntes até a desqualificação em qualquer atividade competitiva da vida corrente.

Segundo Becker (2008), grupos sociais buscam traçar linhas comportamentais a fim de determinar algumas ações como “certas” proibindo outras como “erradas”, para que assim “quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu” - essa afirmativa encaixa-se com perfeição nos julgamentos midiáticos - “pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (BECKER, 2008, p.15).

Geralmente os indivíduos que se enquadram nesses comportamentos desviantes, que desrespeitam normas e valores estipulados pela sociedade, são considerados como prejudiciais ao convívio social e ficam cada vez mais excluídos e menos atuantes como cidadãos. São expostos a muitas arbitrariedades e mantidos à margem das prioridades das ações estatais que protegem seus direitos e garantias fundamentais.

CONCLUSÃO

Considerando que a sociedade é influenciada pela criminologia midiática determinando os comportamentos que são reprováveis dentro de um grupo social, os estereótipos existem como forma de segregar os mais vulneráveis e catalogar os criminosos para o sistema penal. Nos dizeres de Carvalho (2014), “a construção social do crime e do criminoso anula os sujeitos por meio de imagens deformadas dos



estereótipos, impingindo-lhes as cicatrizes do rebaixamento político e moral da invisibilidade e da humilhação” (CARVALHO, 2014, p. 149).

Além da criminologia midiática, influenciar as pessoas que não detém o conhecimento jurídico, os variados órgãos do Poder Judiciário acabam cedendo às pressões punitivistas de uma população que não tem qualquer conhecimento da realidade penal que enfrentamos, mas que reforça a seletividade do sistema penal. Por essa razão explica Carvalho (2014), que o campo penal direciona sua atuação seletiva preferencialmente, para o que ele denomina de “as obras toscas da criminalidade”, ou seja, seleciona aqueles que circulam pelos espaços públicos com o figurino social dos delinquentes em razão de seus estereótipos e vulnerabilidade.

Ressalta-se que a mídia, assim como o sistema penal, constitui uma forma de controle social institucionalizado. Em face do hiato existente entre o Judiciário e o homem comum, os veículos midiáticos assumem a função de decodificar a linguagem técnico-jurídica e, nesse exercício, findam por se transformar em um verdadeiro tribunal popular prendendo aceleradamente pobres e negros na certeza de que é o caminho certo para reduzir a violência e se fazer justiça.

Portanto, a compreensão das implicações advindas dessa interação entre a mídia, a sociedade e o sistema penal exigirá um constante repensar de que, não se pode a partir daqueles que são resultado da ação do Estado e que integram o sistema criminal, definir o padrão de criminoso, pois assim, o sistema penal reproduzirá indefinidamente o modelo, ou seja, “os integrantes dos grupos desfavorecidos, objetos da ação estatal, serão ao mesmo tempo, o “modelo” e a “justificação” do sistema criminal (qualquer semelhança é mera coincidência)” (FILHO, 1998, p.96).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 4ª. ed.. Rio de Janeiro: Revan, 1999-2001.

BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no Capitalismo Tardio**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 07 de agosto de 2018.



BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BUDÓ, Marília de Nardin. Crime e mídia: para uma revisão teórica. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de.; BUDÓ, Marília de Nardin (Orgs.). Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede 1, 2012, (Santa Maria, RS). **Mídias e direitos da sociedade em rede**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2014.

CARVALHO, Thiago Fabres. **Criminologia, (in) visibilidade, reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CHOMSKY, Noam; MITCHELL, Peter R.; SCHOEFFEL, John. **Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FILHO, Francisco Bissoli. **Estigmas da criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de.; BUDÓ, Marília de Nardin (Orgs.). Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede 1, 2012, (Santa Maria, RS). **Mídias e direitos da sociedade em rede**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8ª. ed.. Campinas: Pontes, 2009.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

QUEIROZ, Paulo Souza. **Curso de direito penal**. Parte geral. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora Jus Podvim, 2012.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Editora Edusc, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal: tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: ed. Revan 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. Vol.1, parte geral, 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Tradução Sérgio Lamarão. 1ª. ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2013.



TRANSTORNOS ALIMENTARES EM MENINAS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE ESCOLAR

Anna Clara Carvalho Couto¹

Renata Nunes Vasconcelos²

RESUMO

A fase da adolescência possui várias transformações devido a fatores biopsicossociais como a entrada na puberdade e o abandono do corpo infantil. As meninas são as mais prejudicadas tendo em vista a posição histórica em que as mulheres se encontram, de submissão aos homens. Isso as tornam mais susceptíveis a padrões de beleza propagados pelos meios de mídia e também há uma cobrança maior de que elas estejam belas para serem bem sucedidas e aceitas pela sociedade. Dessa forma meninas em idade escolar sofrem bastante com essas imposições que as deixam vulneráveis as exigências estéticas e que podem leva-las a meios de repulsão como os transtornos alimentares. Esse tema é comumente falado em vlogs por mulheres adultas, que contam a sua relação com o corpo na adolescência (período escolar). Não há pesquisas quantitativas que provam a influência dos transtornos alimentares no rendimento escolar, mas visamos pesquisar a sua influência na sociabilidade e o autoconceito dentro desse meio.

¹ Aluna do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alfenas; annccout@gmail.com

² Doutora em Educação e Psicanálise, Faculdade de Educação, UFMG; grupo de estudos sobre a juventude de Alfenas; integra o Núcleo de estudos e pesquisa sobre formação de professores, trabalho docente e discurso pedagógico (NFTD) da Faculdade de Educação da UEMG; renata.vasconcelosUEMG@gmail.com



INTRODUÇÃO

Ao entrar em contato novamente com o Ensino Médio, agora na situação de Pibidiana (bolsista do programa de iniciação à docência) algo intrigante passou a minha frente, algo que na minha posição de estudante do Ensino Médio não me chamava tanta atenção, e dessa vez me causou certo estranhamento, talvez por dessa vez ter um certo distanciamento daquele público. O que mais me chamou atenção foi a forma como os estudantes meninos tratam as estudantes meninas dentro do ambiente escolar.

Essas situações foram capazes de fazer-me enxergar as meninas adolescentes por uma outra perspectiva. Durante a experiência dentro da escola, foi possível notar na escola de forma bem explícita, o machismo. As meninas eram constantemente assediadas verbalmente pelos meninos da própria sala. Dentre as frases que ouvia estão: “aqui não tem carteira não, só um ‘pau’ para você sentar”; “deixa eu ir atrás de você para ver sua bunda”; “deixa a ‘fulana’ apagar a lousa para a gente poder ver a bunda dela mexendo”. Com esse estranhamento pude indagar se essas meninas adolescentes poderiam estar absorvendo o que é dito sobre elas.

Tendo em vista que a adolescência é um novo processo de socialização em que há o abandono do corpo infantil e a preparação para uma fase adulta, é importante que o adolescente sinta-se aceito pela meio social do qual ele participa. Dentro desse meio social é muito importante que os jovens estejam em forma, pois estar magra e dentro dos padrões é um ponto crucial para a aceitação e popularidade social.

Com base nesses relatos e vídeos que assistia em Vlogs (blogs em forma de vídeo), me questionei sobre o como os transtornos alimentares podem estar vinculadas a essa aceitação social, e inclusive a necessidade do desejo masculino (pensando num contexto heterossexual), já que os transtornos alimentares são desvios ocorridos por uma pressão psicológica externa que influencia na forma em que as pessoas que o possuem lidam com o seu corpo e com os alimentos (VASCONCELOS; 2006).



O objetivo desse trabalho é o de analisar o comportamento das meninas dentro da escola, o que elas consomem, o como elas se enxergam, e ao mesmo tempo analisar vídeos autobiográficos em Vlog's de mulheres adultas relatando o como foi a sua adolescência com transtornos alimentares. O objetivo do trabalho é analisar mulheres adultas falando sobre as influências externas que as faziam se sentir tão desconfortáveis com o corpo, a ponto de utilizar métodos de expurgação. Não utilizaremos entrevistas com meninas adolescentes pois muitas vezes elas não tem consciência desses sintomas.

Em uma atividade dada para uma turma do 3º ano do Ensino Médio, foi pedido para que eles façam uma carta para o “eu” deles de 5 anos no futuro. Por parte do menino vimos a preocupação de terem uma vida instável, um emprego legal. Enquanto por parte das meninas havia uma preocupação muito grande com o corpo que elas estariam até lá, utilizaram palavras como “gostosona” para definir a forma como elas ansiavam estar no futuro. O porquê do corpo no padrão ser o foco da vida das meninas também é um questionamento desse trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Há uma grande perpetuação de corpos magros e sarados nas mídias, que podem levar essas meninas adolescentes em processo de transformação, desenvolverem Transtornos alimentares (T.A's). Existem diversos tipos de transtornos alimentares, mas nesse trabalho focaremos na Anorexia e na Bulimia por serem aqueles que mais matam. Na anorexia se há uma excessiva restrição de calorias que pode levar ao óbito, enquanto na bulimia há a ingestão de alimentos, mas que logo são expelidos por meio de vômitos, laxantes e/ou diuréticos, a falta de nutrientes também pode levar a morte.

A adolescência é um novo processo de socialização em que há o abandono do corpo infantil e a preparação para uma fase adulta, tendo isso em vista, é importante que o adolescente sinta-se aceito pela meio social do qual ele participa. Para esse meio social é muito importante que os jovens estejam em forma, pois estar magra e dentro dos padrões é um ponto crucial para a aceitação e popularidade social. Os transtornos alimentares são desvios ocorridos por uma pressão psicológica externa que influencia na forma em que



as pessoas que o possuem lidam com o seu corpo e com os alimentos (VASCONCELOS; 2006).

Esses transtornos são comumente encontrados em mulheres, tendo em vista sua opressão histórica, assim como mostra Ana Maria Colling (2014) que apresenta a construção do corpo feminino e a forma como ele é historicamente retratado nas literaturas masculinas, sempre tendo a figura da mulher como frágil, geradora, até retratadas como um desvio do homem. A concepção da mulher na religião judaico-cristã é a de dominada pelo marido, sempre sujeita à tutela do mesmo. Tais concepções foram fundamentais para construir a forma como o corpo da mulher é mais susceptível que o corpo do homem as pressões dos padrões, pois como a mulher passa a ser ferramenta doméstica com o principal objetivo de ser fiel, submissa e serviçal, tem-se também a finalidade de “segurar” o homem, como se ela precisasse ser amável e bela, e por bela entende-se dentro do padrão vigente.

Por estarmos presentes em uma sociedade que padroniza e sexualiza corpos femininos, algumas meninas atribuem grande valor a ter o “corpo perfeito” tão persuadido pela mídia. Freud (2006) alega que uma das formas de reconhecimento do ego é através de sensações do sofrimento e desprazer, e para fugir do desconforto, o ser humano parte para o conforto com aquilo que lhe é exterior. Isso se enquadra na obsessão do “corpo perfeito”. A fuga dos desconfortos pode ocasionar em transtornos psíquicos que se desenvolvem quando são utilizados métodos para se desviar desses desconfortos. Tais métodos podem ser associados as formas de repulsão dos transtornos alimentares.

Freud (2006) traz o conceito de que o sofrimento nos ameaça de 3 formas, através do corpo, da relação com o mundo externo e a relação com outros homens. Essas 3 direções se entrelaçam quando dizem respeito aos transtornos alimentares, o corpo por priorizar os prazeres da vida ao invés de priorizar o cuidado pode ser uma forma de sofrimento, assim como os comentários do mundo externo, que afetam a percepção das pessoas sobre si mesmas e o relacionamento com as outras pessoas que podem levar ao isolamento voluntário. Tudo isso ocorre pois há a necessidade de evitar o sofrimento, que é muito maior que o desejo de buscar a satisfação interior.



A adolescência é um processo de busca pela própria identidade, ainda mais levando em conta todas as mudanças físicas e comportamentais dessa fase. Dentro dessas mudanças também há um luto pelo corpo infantil, perante todas as modificações advindas da puberdade e, de uma exaltação midiática de corpos jovens e cada vez mais infantilizados. O processo de busca pela identidade corporal que o adolescente passa faz com que ele negue as referências parentais e busque outros corpos para se inspirarem, que pode ser no corpo de outros amigos ou de celebridades que elas admiram, isso faz com que essas jovens queiram um corpo diferente do que possuem e esse é um grande problema para a identidade corpórea, pois essa inspiração no corpo do outro pode não estar de acordo com as vivências e subjetividades desse adolescente.

A sociedade ocidental, na qual nós vivemos utiliza muito o termo “mundo da beleza” que é associado ao mundo da moda, aonde se encontram modelos muito magras presentes nas passarelas, as revistas nos vendem corpos irreais e inalcançáveis. Os corpos são colocados em um patamar muito maior que o da própria natureza, culpa atribuída as exigências da civilização ocidental.

Os transtornos alimentares não são a causa para um baixo rendimento escolar, mas notou-se que eles afetam no autoconceito (percepção sobre si mesmo) de crianças e adolescentes, e as meninas são as mais afetadas por esses problemas. No geral, o baixo rendimento escolar não está associado aos transtornos alimentares, pois não a sua única causa. Mas segundo Nunes e Paula (2012), pessoas com esses transtornos sofrem de outros problemas comportamentais como a ansiedade e a depressão, o que não necessariamente afeta as notas, mas pode afetar na autoconfiança que é um ponto muito importante na vida social de um sujeito, e também na vida escolar.

Através de depoimentos que vi de mulheres adultas nos *vlogs* do YouTube, sobre como era a relação com o corpo delas durante a adolescência, interessei-me em investigar como era a fase escolar delas, a sociabilidade dentro do ambiente escolar e os interesses nesse meio. O foco é investigar os transtornos alimentares muito além das explicações biológicas, tendo foco nas explicações psicológicas e principalmente sociais para a interação de meninas adolescentes com transtornos alimentares no ambiente escolar.



A expansão tecnológica no final do século 20 atingiu e transformou os setores da vida humana. A criação do ciberespaço enquanto um novo espaço de comunicação e sociabilidade, de informação e conhecimento fez surgir nesse espaço os *blogs*, ou sites pessoais. (LAGUARDIA, 2014). No entanto, hoje os *blogs* e *vlogs* são uma forma de diário exposta na internet, muito presente em nossa cultura, com o objetivo compartilhar experiências que podem ser comentadas e compartilhadas por outras pessoas. São experiências atuais de narrativas sobre si.

Laguardia (op.cit, p. 173), pesquisadora de *blogs* de adolescentes na internet, nos informa que termo *weblog* surgiu em dezembro de 1997 nos EUA e se espalha rapidamente. No Brasil “apesar de considerar que os *blogs* surgiram no início de 2000, algumas pesquisas mostraram que os primeiros *blogs* foram escritos em 1998”. (LAGUARDIA, 2014, p. 175) Para Laguardia o *blog* é um dispositivo que os/as adolescentes escrevem sobre si e por isso tem algumas características como: a escrita pessoal; a datação; o caráter de escrita linear; a leitura descontínua, ou seja, não obriga à leitura dos registros anteriores; o registro de língua familiar e o caráter confessional do texto. (LAGUARDIA, 2014, p. 186-187)

E os *vlogs*? Nesse trabalho é esse dispositivo que nos interessa. Atualmente estamos iniciando no Brasil esse dispositivo como campo de pesquisa, por isso temos pouco ainda para dizer sobre quando surgem. Mas sua utilização como espaço de narrativas si é o que nos interessa. Os *vlogs* diferentemente, não são escritos, pois se caracterizam pelo modo de fazer videográfico. Podem ser utilizadas na sua produção câmeras ou celulares facilitando a sua pós-produção e publicação em canais presentes no ciberespaço. Os sujeitos que fazem a narrativa de si não são anônimos, pois suas identidades são reveladas.

Segundo Amaro (2012, p.81) em pesquisa do campo da comunicação, os *vlogs* também “são profícuos para entender o indivíduo no processo sociocomunicacional no qual ele está inserido.” Isso porque os *vlogs* também tem um caráter íntimo que será veiculado “através da rede por um autor e terá um grupo de leitores que contribui ou opina diretamente no texto”. (SCHITTIEN, 2004 apud, AMARO, p. 81)

O *vlog* segundo ainda este autor se caracteriza por ser uma publicação de nicho já que direciona-se a um público determinado, “fãs de uma cena cultural”, quando para o



autor este espaço midiático é comparado a uma subcultura. Essa comparação é possível, para este autor, pois ocorre o mesmo com os canais de *vlogs*, “onde normalmente um vlogueiro fala para outros fãs como ele sobre um assunto de interesse de ambos” e atrai um nicho específico de público. (AMARO, 2012, p. 86-87)

Não se trata de uma

“mídia massiva, pois inicialmente circulam entre pequenos grupos, que seriam os “usuários pioneiros”; em seguida ganham vulto e conquistam um nicho público – é nesse momento que já começam a ganhar atenção e entram no circuito de temas de interesse público; e por último, conquistam definitivamente espaço na mídia massiva, seja por meio de reportagens televisivas, categorias de premiações em eventos com grande cobertura ou sucesso público das figuras mais proeminentes do novo fenômeno.” (AMARO, 2012, P. 87-88)

Por isso ainda segundo este autor, os *vlogs* seriam mídias com três características: mídias massivas em potencial de audiência; mídias de nicho, se pensarmos no público fiel a canais específicos e micromídias, referente ao modo de produção e circulação, pois é “passível de ser realizado por qualquer internauta”. Para este autor existem quatro gêneros de classificação de *vlogs*: autobiográficos, memoriais, informativos, artísticos/cômicos. Dentre esses o que nos interessa pela classificação para este trabalho é o gênero autobiográfico, porque são videografias de si, onde os vlogueiros seriam autores personagens. Tem um viés confessional, pois os vlogueiros relatam experiências pessoais em tom intimista. (AMARO, P. 88-90)

Essas características todas apresentadas por Amaro sobre os *vlogs* afirma em nós o interesse de utilizá-los para o presente trabalho isso porque existe grande quantidade de canais em que meninas ou mulheres relatam em tom autobiográficos suas experiências com os transtornos alimentares. Ao realizarmos uma pesquisa no canal Youtube com palavras-chaves como transtornos alimentares, anorexia, bulimia encontram-se vários vídeos nos quais se misturam reportagens, informações e também canais específicos de mulheres que relatam sua experiência com o transtorno alimentar. São mulheres que contam sobre suas experiências de vida, como se fosse um diário, e entre elas há a uma



ascendência muito grande de mulheres adultas falando sobre como foi passar por transtornos alimentares na adolescência.

Assim, nessa pesquisa, o campo utilizado será os canais de nicho do gênero autobiográfico de mulheres ou meninas adolescentes, presentes no portal Youtube, que relatam suas experiências com o transtorno alimentar e sua relação com a escola. Como elas explicam o transtorno alimentar desenvolvido; o que falam da escola nesse momento da vida; o que relatam sobre as dificuldades encontrada na escola com colegas e professores em relação ao transtorno alimentar; o que relatam sobre a relação com o corpo nesse momento da vida e a escola.

Após o mapeamento dos *vlogs* comporão a pesquisa apenas os *vlogs* que são autobiográficos *vlogs* que são produzidos por meninas adolescentes ou mulheres que tratam de transtorno alimentar, serão selecionados aqueles em que as depoentes falam sobre o seu transtorno e o tempo de escola. A partir dessa seleção nos *vlogs* identificarem os motivos que, segundo elas, as levaram a desenvolver o transtornos alimentar. Nos interesse conhecer as explicações que essas meninas e/ou mulheres dão ao seu sintoma.

CONCLUSÃO

O trabalho ainda não foi concluído, dessa forma não temos dados para explicitar a nossa revisão bibliográfica, mas dentro do acompanhamento feito já é possível ter algumas conclusões.

A primeira é que a mídia é a principal culpada pelos transtornos alimentares, as meninas dentro das escolas não gostam de se olhar no espelho e estão constantemente se perguntando o porquê de não possuírem um corpo magro ou sarado tal como de certas celebridades. Esse mesmo motivo foi apontado nos *Vlog's*.

O segundo é que há um isolamento social muito grande por parte dessas adolescentes, por muitas vezes elas evitam sair de casa para frequentar um lugar em que as pessoas da escola irão estar, por medo de parecerem feias até fora da escola. O isolamento social também está muito presente nos *Vlog's*, em que elas deixam de aproveitar a vida para se renderem a esse padrão, enquanto esse padrão não for alcançado



elas acham que não merecem ter uma vida boa, pois não terão o corpo perfeito para se sentirem felizes.

De acordo com esses dados levantados, o objetivo é levar esses apontamentos para tratar dentro da escola a noção de padrão de beleza, dentro do assunto de Indústria Cultural e Globalização, já que essa além de padronizar costumes, padronizou também corpos, e a visão etnocêntrica de mulher como frágil, recatada e do lar também coube por moldar a forma que as mulheres tem que ser para serem aceitas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Fausto. **Uma proposta de classificação para vlogs**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

BEZERRA, Larissa Layane; SANTOS, Ronaldo Bispo dos. **Um Estudo Sobre Vlogs e Sua Influência na Cultura Participativa**. João Pessoa: Intercom, 2014.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Editora UFGD, 2014.

FAVA, Melina Vianna; PERES, Rodrigo Sanches. **Do vazio mental ao vazio corporal: um olhar psicanalítico sobre as comunidades virtuais pró-anorexia**. Ribeirão Preto: Paidéia, v. 21, n. 50, p. 353-36; 2011.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FROIS, Erica; MOREIRA, Jacqueline; STENGEL, Márcia. **Mídias e a imagem corporal na adolescência: o corpo em discussão**. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 16, n. 1, p. 71-77; 2011.

GONÇALVES, Juliana de Abreu; MOREIRA, Emlia Addison M.; TRINDADE, Erasmo Benício S. de M.; FIATES, Giovanna Medeiros R.. **Transtornos alimentares na infância e na adolescência**. Florianópolis: Rev Paul Pediatr 31(1):96-103; 2013.



GONZAGA, Ana Paula; WEINBERG, Cybelle. **Transtornos alimentares:** uma questão cultural?. São Paulo: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 8(1), 30-39; 2005.

LIMA, Nádia Laguardia de. **A escrita virtual na adolescência:** uma leitura psicanalítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NUNES, Bárbara Beatriz da Silva; PAULA, Marise Vicente de. **Distúrbios alimentares infanto-juvenis e rendimento escolar:** corpos de meninos e meninas em evidência. Uberlândia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2012.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

VASCONCELOS, Sarah Maria Abrahão Tolentino de. **Influência da mídia na incidência dos transtornos alimentares.** Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006.



E A IGREJA SE FEZ DADOS: MÍDIAS SOCIAIS E PLATAFORMAS DIGITAIS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

João Paulo Gomes Ricotta¹

RESUMO

O presente artigo visa apresentar os resultados de pesquisa exploratória realizada entre as paróquias da diocese de São José dos Campos – SP, durante os meses de Fevereiro e Agosto de 2018. A pesquisa tem sido desenvolvida no âmbito do LED - Laboratório de Estudos Digitais (IFCS-UFRJ), sob orientação do professor Bruno de Vasconcelos Cardoso, e tem por objeto o encontro das mídias sociais e plataformas digitais de informação com as práticas de reprodução religiosa nas paróquias em questão. Num primeiro momento, foi feito o levantamento das páginas no Facebook e websites referentes a cada paróquia, através de busca direta no próprio Facebook, no Google e no site da diocese. Para extração dos dados das páginas optou-se pela utilização da interface Netvizz, com a posterior elaboração dos dados pelo gephi. Os dados dos sites foram organizados em tabelas, seguindo a divisão diocesana das paróquias por Regiões Pastorais. As informações coletadas demonstraram um uso controverso e muito variado dos recursos digitais selecionados, seja pela distribuição no número de curtidores entre as páginas, seja pela atividade apresentada nos sites.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja; Reprodução; Mídias Sociais.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se volta as novas estratégias de reprodução religiosa que têm sido elaboradas pela Igreja no Brasil, num cenário que, além de configurar uma sociedade secular – ou em vias de secularização – com a perda progressiva de fiéis e o surgimento de um campo religioso plural, se dá em um contexto paralelo de hiperconectividade. Tendo em vista a necessidade de localizar os agentes e sua ação

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Pesquisador no Laboratório de Estudos Digitais (LED/IFCS – UFRJ).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

para qualificar substancialmente as características dessa mudança e seus efeitos, a pesquisa delimitou a diocese de São José dos Campos e suas paróquias como recorte empírico, e o uso dado às mídias sociais e plataformas digitais de informação (páginas no Facebook, Twitter, Youtube, websites, blogs, etc) nestes locais. A hipótese levantada é que as competências exigidas no uso das mídias sociais digitais, tanto **técnicas** como comunicacionais, conformam um novo tipo de agente, que se define a partir de uma complexa rede de atores (LATOUR, 2012), gerando uma zona de convergência provável entre uma cultura tecnológica de ponta, presente na cidade de São José dos Campos, e uma religiosidade católica tipicamente local.

O Vale do Paraíba, além de abrigar os municípios de Aparecida do Norte, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista², é também considerado uma das regiões mais industrializadas do país. São José dos Campos, sendo a cidade sede da região e a mais populosa, com quase 700.000 habitantes, abriga um importante centro tecnológico de ponta, estruturado em torno da área aeronáutica/aeroespacial. O INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica e o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, junto a demais empresas e institutos produzem e demandam especialistas na área de computação. Além do ITA, que oferece formação em engenharia da computação, também a UNESP e UNIFESP contam com cursos de engenharia e ciência da computação. A diocese de São José dos Campos, portanto, tende a ser de interesse ímpar para o estudo que se pretende desenvolver. Criada em 1971 como um desmembramento da diocese de Taubaté dado o crescimento demográfico da região, a diocese abrange, além de São José dos Campos, os municípios de Monteiro Lobato, Jacareí, Igaratá, Paraibuna e Santa Branca, contando atualmente com 46 paróquias.

² Respectivamente: lar da padroeira do Brasil – Nossa Senhora da Conceição Aparecida – cidade natal do primeiro santo Brasileiro – Frei Galvão – e sede da Canção Nova, importante comunidade carismática católica.



PARADIGMAS SOCIOTÉCNICOS: A ERA DA INFORMAÇÃO

Uma série de analogias foram empregadas nas últimas décadas para apreender teoricamente as profundas mudanças proporcionadas pelas novas tecnologias nos processos sociais, sobretudo as tecnologias da informação. Castells (1996), já no final dos anos noventa, propõe uma perspectiva de interpretação para uma nova forma de interação sociotécnica: a sociedade em rede.

Essa perspectiva é ampliada pela concepção de cibercultura e ciberespaço, trazida por Pierre Lèvy. Sinteticamente, podemos definir a cibercultura como o conjunto dos fenômenos de costumes propiciados pelas novas tecnologias de comunicação. Lèvy (1996) a descreve como o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Este, por sua vez, consiste no meio de comunicação que surge da interconexão entre computadores numa única rede compartilhada: A internet.

Através de Castells e Lèvy é constituída a compreensão corrente da internet como um espaço de conexões em rede que responde a uma determinada cultura, produzindo sentidos e significados próprios, de modo relativamente autônomo. Disto resulta a noção de internet como um espaço paralelo ao espaço das demais interações sociais, tido como o espaço da materialidade. As analogias propostas não mentem: há um ciberespaço com uma cibercultura própria, expressão dessa sociedade em rede que se encontra “dentro” do computador. Contudo, Daniel Miller e Don Slater (2004), a partir da sua experiência de pesquisa sobre a interface realidade/ciberespaço nos cibercafés de Trinidad e Tobago, produzem uma nova percepção acerca da dicotomia real/virtual, uma vez que essa separação não propiciava ao pesquisador a apreensão dos sentidos e significados produzidos justamente nas interações entre o mundo real (ou material) e os websites e ferramentas da web.

O avanço tecnológico na comunicação, com o advento do smartphone, embaça de vez os limites até então definidos entre um espaço real e outro virtual. Miller e Slater (2004), destacam que este virtual, da forma como passa a ser expressado na contemporaneidade, se entrelaça constantemente ao que até então era chamado “mundo real”, não havendo, deste modo, uma separação entre os dois. Abre-se então a



possibilidade para a leitura dos processos sociais tendo em vista os sentidos e significados propiciados pelas redes de agenciamento sociotécnico. É neste bojo que busca se localizar a Igreja Católica e os fenômenos religiosos típicos que vão conformando seu lugar no Brasil nos últimos anos.

O CENSO RELIGIOSO DE 2010 E A SITUAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL

A redução no número de fiéis tem sido uma constante na Igreja Católica. No Brasil, o quadro se agrava a partir de 1970, com quedas bruscas na porcentagem da população declaradamente católica até o censo religioso de 2010, onde pela primeira vez se apresenta uma queda no número absoluto de católicos (de 125,5 milhões para 123,3 milhões). Steil e Toniol (2013) sustentam que esta “crise” no Catolicismo é uma crise cultural, que não coincide necessariamente com uma retração institucional da Igreja. Trata-se de “um problema estrutural que se evidencia no nível da cultura e da relação da instituição católica com o catolicismo popular tradicional” (STEIL, TONIOI 2013).

Cruzando os dados do censo religioso de 2010 com informações presentes no anuário católico produzido pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) em 2011, os autores demonstram que, se por um lado o número de católicos no país cai entre 1970 e 2010, o número de Párocos e Paróquias aumenta, **sobretudo a partir dos anos 1990**. A maior oferta de Párocos na população, contudo, assentada em uma crença na hegemonia cultural do catolicismo como representante legítimo de uma identidade religiosa nacional, tendeu a reforçar um aspecto mais doutrinário da fé perante os fiéis, frustrando algumas práticas típicas do catolicismo popular e desencorajando o engajamento entre estes setores.

O movimento em parte é explicado pela leitura da Igreja de que as sucessivas quedas no número de fiéis eram um resultado direto de falhas na evangelização e catequese do povo, (até então, católicos eram larga maioria no país). Uma vez que já havia uma forte tradição católica entre o povo, bastava suprir as falhas em sua instrução religiosa. Por sua vez, o “problema estrutural” crescente, que, na concepção dos autores, se configura como um processo de *secularização* da sociedade brasileira, associado a



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

emergência de novos agentes religiosos, não só pôs em questionamento a narrativa de uma cultura católica comum como mudou o lugar que a religião até então ocupava. Caberia propor, nesse sentido, uma complexificação da vida religiosa, caracterizada, por sua vez, pelas tomadas de posição por parte dos inúmeros agentes religiosos frente os cenários colocados por uma sociedade secular, sejam as religiões de inspiração neopentecostal, sejam os inúmeros agentes que compõem e conformam a Igreja Católica no Brasil.

A situação contemporânea das religiões no cenário nacional, tal como defendida acima, encontra corpo teórico no conceito de *dessecularização*: um triplo movimento de manutenção, recuperação e distorção que ocorre no interior das religiões e seitas religiosas, tal como definido por Martelli (1999). Aqui, o termo não surge como uma espécie de “secularização reversa”, tendo em vista que os processos não competem entre si.

Na verdade, o processo de dessecularização coexiste com o processo de secularização, isto é, mantém-se a emancipação de diversas instituições da tutela religiosa, ao mesmo tempo em que as crenças e as práticas herdadas coexistem e interpenetram-se com novas crenças e movimentos religiosos, criando uma situação inédita, pois nem se trata de um simples retorno religioso do passado, tampouco de uma dissolução da secularização (ZEPEDA, José de Jesus, 2010)

Ou seja, longe de negar as mudanças estruturais canalizadas pelo processo de secularização, mas, ao, mesmo tempo, sem preconizar o fim inexorável das religiões ou da experiência religiosa como componente estruturante das sociedades modernas, a dessecularização cumpre o importante papel de proporcionar as condições teóricas para que se observem as religiões em seu presente, compreendendo-as como agentes ativos em diálogo, seja entre si, seja com seus fiéis, seja com as demais instituições modernas. Dentro deste escopo, resgatamos as noções de sociedade em rede (CASTELLS, 1996), cibercultura (LÈVY, 1996) e da continuidade real/virtual (MILLER; SALTER, 2004) como chaves para compreensão dos fenômenos (Secularização/Dessecularização) em curso, buscando compreender como, quando e se ocorre a acomodação da Igreja, através de suas paróquias e dioceses, as novas tecnologias da informação, como uma



forma potente de se comunicar com os fiéis. Deslocando a terminologia típica da sociologia da religião, trata-se de uma sociedade, para além de secularizada, hiperconectada por meio das novas tecnologias.

METODOLOGIA

O estudo empreendido consistiu até o momento na pesquisa exploratória das páginas no Facebook e websites referentes a cada paróquia da diocese. Essas duas interfaces foram escolhidas pois são as mídias sociais e plataformas digitais mais utilizadas entre as paróquias, permitindo uma análise comparativa dos dados gerados. Os parâmetros utilizados para análise foram as curtidas por página (fan count) curtidas entre páginas (pagelike network), região pastoral (localização geográfica da paróquia), e atividade no site e página (atualizações, postagens, etc.), segundo informações reunidas pelo software netvizz e coletadas online via busca direta no Google, Facebook e no próprio site da diocese, bem como da observação direta das páginas localizadas. Busca-se, dessa forma, quaisquer sinais de cuidado das paróquias com seu “eu virtual”, de modo a apreender a organicidade dessas ferramentas no funcionamento das paróquias e sua comunicação com os fiéis. Segue-se o passo a passo da pesquisa exploratória:

1. Listagem de páginas e sites através do site da diocese e busca direta no google e Facebook.
2. Criação de uma página seed (“seeders”), para curtida e extração dos dados de todas as páginas encontradas.
3. Organização dos dados levantados a partir do Gephi, software para processamento e análise de redes.

1: Listagem

Para localizar as páginas das paróquias foi necessário listá-las. Encontramos estes dados no site da diocese, listando um total de 46 paróquias. Com a lista em mãos, pudemos realizar, através da busca simples no Facebook e Google, uma localização página por página. Das 46 paróquias, apenas três não possuíam página alguma na plataforma. São elas: paróquia Nossa Senhora de Loreto (Paróquia Militar, localizada no interior do CTA – Centro Técnico Aeroespacial), Paróquia São Francisco Xavier,



localizada no distrito de mesmo nome, entre as montanhas da Serra da Mantiqueira, e a paróquia São Francisco de Assis, no município de Jacareí.

2: Coleta de dados (Netvizz)

O Netvizz³, software de busca e coleta de dados baseada na API do Facebook, desenvolvida por Bernard Rieder no contexto da DMI - The Digital Methods Initiative, foi escolhido para extração dos dados das páginas. Dentre os seis módulos de pesquisa oferecidos pelo software, foi utilizado o *pagelike network*. De um modo geral, uma *pagelike network* (rede de likes) traz as curtidas trocadas entre as páginas no Facebook em uma rede, na qual cada página é representada por um nó e cada curtida trocada é representada por uma aresta entre estes nós. A partir do id de uma página inicial, que chamamos página *seed* ou *ego*, extraímos as curtidas mantidas por outras páginas com a página inicial, e entre si, caso haja tais relações. É possível extrair uma rede em profundidade 1 (relações das páginas com o ego e entre si) ou em profundidade 2 (relações das páginas com o ego, entre si e outras sem relação direta com a página inicial).

Contudo, essa forma de extração oferece um problema prático: os dados sempre serão determinados pelas curtidas referentes aquela página inicial escolhida, podendo incorrer em uma amostra poluída. Para limitar os dados ao recorte selecionado, operou-se da seguinte maneira: Criou-se uma *seed* (“página virgem”) para ser a o ponto inicial da rede. Foram curtidas, a partir desta página, ainda sem nenhuma interação, todas as páginas de paróquias localizadas no Facebook. Realizando a extração da rede de likes desta *seed* em profundidade 1, pudemos obter uma rede que demonstrasse as conexões entre as paróquias via Facebook (quem curte quem, etc), sem nenhuma interferência de outras conexões⁴.

3: Processamento de dados (Gephi)

Os dados coletados pelo Netvizz são disponibilizados para download em uma pasta compactada, contendo um arquivo de rede na extensão GDF, compatível com o

³ https://apps.facebook.com/107036545989762/?ref=br_rs

⁴ Dada a alta possibilidade de variação dos dados online ao longo do tempo, foram feitas duas coletas de dados pelo Netvizz: uma no dia 05/fev e uma atualização no dia 20/ago.



Gephi⁵, software open source francês para análise e processamento gráfico de *grafos*, expressão matemática de uma rede. O Gephi oferece três grandes áreas de manipulação: A visão geral, onde calculamos as métricas referentes a essa rede, a partir das quais atribuiremos cores, tamanhos e posições variadas aos nós e suas arestas de modo a revelar graficamente informações relevantes sobre a rede analisada; O Laboratório de dados, onde, a partir do tipo de dado trabalhado (uma rede de likes do Facebook ou uma rede de retweets e menções do Twitter, por exemplo), é gerada uma tabela contendo as informações referentes a cada nó e aresta (se falamos de uma rede de like, como a trabalhada aqui, temos uma tabela com a id da página, seu nome – label – quantidade de curtidas e demais métricas fornecidas pelo Facebook); e, por fim, a visualização, espaço final de manipulação onde aspectos estéticos mais finos em relação a aparência da rede são manipulados e a rede pode ser exportada em PDF, JPG ou SVG.

Os dados coletados foram processados em dois momentos distintos. Tratando-se de uma rede dirigida, na qual as conexões possuem ponto de partida e ponto de chegada (página que curte e página que é curtida, utilizou-se o cálculo de Grau médio na visão geral, de modo a distinguir a página mais curtida pelas demais. O grau médio, definido pela soma de conexões recebidas e cedidas (no caso curtidas), gerou uma nova coluna no laboratório de dados, contendo esta variável. A partir daí, inclui-se, na tabela do laboratório de dados, manualmente, uma nova coluna, contendo as Regiões pastorais de cada paróquia. Na sequência, procedeu-se a exportação da tabela contendo o nome de cada paróquia, o número de curtidores e a região pastoral, como demonstrado na tabela abaixo, que contém as dez páginas mais curtidas dentre as 43:

Paróquia	Nº de curtidores	Região Pastoral
Paróquia Espírito Santo	298982	Região Pastoral V
Santuário São Judas Tadeu	22838	Região Pastoral III
Paróquia Coração de Jesus	15662	Região Pastoral V
Paróquia Sagrada Família	13764	Região Pastoral I
Paróquia Imaculada Conceição	10672	Região Pastoral VII
Paróquia Nossa Senhora de Lourdes	10012	Região Pastoral V

⁵ <https://gephi.org/>



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Catedral de São Dimas	9686	Região Pastoral I
Paróquia São João Bosco	8494	Região Pastoral I
Paróquia São Bento	8381	Região Pastoral V
Paróquia São Vicente	7841	Região Pastoral IV

As curtidas trocadas entre as páginas das paróquias tal como observadas se revelaram extremamente circunstanciais, não gerando nenhuma rede significativa no sentido de uma relação duradoura entre as paróquias mediada pelos perfis no Facebook.

RESULTADOS

As informações coletadas nesse estudo exploratório demonstraram um uso muito desigual dos recursos digitais selecionados, seja pela distribuição no número de seguidores entre as páginas, seja pela atividade apresentada nos sites. 42 das 46 paróquias possuem página no Facebook, sendo que apenas 13 paróquias deste total mantêm um site ativo e atualizado. Observa-se também uma tendência a centralização de informações na Diocese, o que não ocorre de forma bem-sucedida. As informações concentradas na diocese, em sua maioria endereços de site, não conferem com as informações veiculadas pelas próprias paróquias em suas páginas do Facebook, e muitas das vezes estão desatualizadas. Muitos portais apresentam exatamente o mesmo layout, com a mesma disposição de menus, o que indica uma ação conjunta desenvolvida no mesmo momento ou pelo mesmo profissional/grupo de profissionais. Contudo, a quase totalidade destes sites se encontra inativo / desatualizado.

O uso e implementação das mídias sociais então fica a par de cada paróquia, ocorrendo em iniciativas pontuais e marcadas pela intermitência. Verifica-se também, através de observação direta nas páginas no Facebook, que a interação dos fiéis com a paróquia neste meio não se dá nas publicações, por meio das curtidas, comentários e compartilhamentos, mas na seção de avaliação da página/local, onde eles deixam comentários sobre a paróquia ou o pároco. As publicações veiculadas pelas paróquias em suas páginas também possuem caráter informativo, não possuindo o intuito imediato de promover interação com os fiéis online. Outro dado importante diz respeito aos seguidores de cada página, como demonstrado pela tabela. Nota-se uma concentração de paróquias das regiões pastorais cinco e um na tabela, com 4 e 3 paróquias,



respectivamente. Tratam-se de áreas que se distribuem nas regiões sul e central da cidade. Além disso, há uma discrepância enorme entre a quantidade de curtidores da paróquia Espírito Santo (298982), a mais curtida, e o Santuário São Judas Tadeu (22838), a segunda paróquia mais curtida.

A paróquia Espírito Santo como visto é a que mais se destaca, sendo a paróquia com a maior presença online: Com aproximadamente 300000 curtidas em sua página do Facebook, é também a página mais curtida pelas demais paróquias, obtendo um grau de entrada de 12 que abrange todas as regiões pastorais, exceto a região pastoral sete. A paróquia também possui um site atualizado, com opções interativas que incluem uma plataforma online voltada a reserva de espaços (salas) da Igreja, desenvolvida por especialistas em TI que são creditados a partir de um link para seus perfis no LinkedIn. Os profissionais que mantêm esta plataforma possuem formação profissional no ITA.

CONCLUSÃO

Com base na breve discussão teórica trazida neste artigo e os dados proporcionados pela metodologia utilizada, conclui-se que a hipótese levantada não é observável tendo “Igreja” como unidade de análise, nem se reduz as paróquias. A Igreja se pensa na relação com os fiéis em uma dimensão primordialmente local, mediante uma multiplicidade de atores organizados em rede, sejam eles humanos (Pároco, Profissionais de TI, Comunidade leiga – os fiéis também participam dialogicamente) ou não humanos (as próprias mídias sociais e tecnologias da informação utilizadas), num mútuo condicionamento. Aqui é válido ressaltar a contribuição trazida por Bruno Latour (2012) acerca da agência e mediação dos objetos.

Percebe-se também que a zona de convergência provável enunciada na hipótese se torna cada vez mais improvável conforme as paróquias se distanciam do centro, reproduzindo uma dinâmica centro/periferia. Nesse sentido, a localização geográfica das paróquias deve ser levada em conta na avaliação dos dados gerados: muitas delas se encontram em áreas rurais, demais municípios pelos quais a cultura tecnológica da região não circula ou não chega com a mesma facilidade, e áreas periféricas no próprio



município de São José dos Campos. Contudo, isso não significa defender a ausência total de uma mediação tecnológica da relação Igreja/Fiéis nessas paróquias. A possibilidade de articulação por redes privadas, como a do WhatsApp não deve ser descartada, e não é contemplada pela metodologia aqui utilizada.

Por sua vez, a quantidade de curtidas de uma página em si apresenta inclusive uma opacidade em relação a seu sentido prático. Contudo, a comparação possível entre as páginas das diferentes paróquias permite apreender, em última análise, o alcance gerado por cada uma e sua eficácia, falha ou abandono na tarefa de integrar-se a esta nova potência comunicacional. As reflexões propiciadas por esta pesquisa exploratória, portanto, abrem as portas para estudos complementares que tragam, além do que já foi aqui exposto, informações que permitam traçar a cartografia dos fluxos e pontos de conexão presentes em cada paróquia que conformam sua situação específica, tendo, como objeto privilegiado de observação, a paróquia Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LATOUR, Bruno. (2012). **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34. São Paulo, 2001.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. **O Catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no Censo de 2010**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/103475> Acesso em 17/06/2018.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. **Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10717457008>.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografia on-line e off-line: cibercafés em Trindade**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

MARTELLI, S. (1999). **Ni secularización ni resacralización, más bien desecularización: la teoría sociológica de la religión ante el cambio actual.** Religiones y Sociedad, 7: 153-167.



CIBORGUISMO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ENSAIO SOBRE TECNOCIÊNCIA E HUMANO-MÁQUINA

Victor Gabriel Alcantara da Silva¹

Wickson Moreira Ribeiro²

Resumo

Este artigo e as reflexões que o embasam têm origem em diálogos estabelecidos com o Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ) e em disciplinas ofertadas pelo coordenador do LED, Prof. Dr. Bruno de Vasconcelos Cardoso. Tendo como referência uma longa e produtiva discussão sobre Ciência e Tecnologia (ou tecnociência, de acordo com a proposta de Latour), abordaremos aqui uma análise acerca da imbricação entre ciência, tecnologia, cultura e política com a dinâmica da vida na era da informação e em tempos neoliberais. Para tanto, utilizaremos como metodologia uma revisão bibliográfica acerca da literatura que versa sobre ciência e tecnologia, neoliberalismo e ciborguismo.

Palavras-chave: Ciborguismo; Tecnociência; Biotecnologia; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Tendo como referência uma longa e produtiva discussão sobre Ciência e Tecnologia, abordaremos aqui uma análise acerca da imbricação entre ciência, tecnologia, economia e política com a dinâmica da vida na era da informação e em tempos neoliberais. Para tanto, utilizaremos como metodologia uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre ciência e tecnologia, neoliberalismo e ciborguismo.

Apoiados nos trabalhos de Dardot e Laval (2016), Rose (2013) e Haraway (2009), apresentaremos nossa ideia de que a nova racionalização do mundo em um contexto neoliberal constrói a necessidade de um novo sujeito e um novo corpo,

1 Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), integrante do Grupo de Estudos sobre o Livro Didático de Sociologia (GELDS/UFRJ), grupo associado ao Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES/UFRJ). E-mail: victoralcantara.csocial@gmail.com.

2 Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais (FCS/UFRJ), integrante do Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ), e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFRJ) Conexões de Saberes Diversidade UFRJ. E-mail: wickson.m.ribeiro@gmail.com.



moldado pelas promessas da *tecnociência*³ de potencialização e controle dos impulsos na otimização dos resultados. Nossa ideia está intimamente relacionada com as reconfigurações da dinâmica da vida na contemporaneidade, em que, para alcançarmos a ascensão social, precisamos investir em nosso próprio corpo e em nossa própria subjetividade, estar sempre à frente do tempo e espaço presente, conectados às diversas informações do mundo, onipresentes, oniscientes e onipotentes: precisamos nos tornar potencialmente ciborgues. Nesta busca incessante pelo humano-máquina, portanto, a ficção do ciborgue se torna cada vez mais próxima. Na medida em que avança a *tecnociência*, imersos em um cenário de capitalização da própria vida, encontramos nossos corpos mais adaptados à uma nova dinâmica, moldados e atualizados pelas novas tecnologias.

O texto será organizado em quatro tópicos principais: o primeiro trata-se de uma apresentação de concepções sobre a ciência, tendo como referência três influentes teóricos de diferentes áreas – Karl Popper na filosofia, Thomas Kuhn na história e Bruno Latour na antropologia e sociologia; o segundo trata de imbricações entre *tecnociência* e o corpo; o terceiro trata da relação entre as interferências no corpo, a abertura à possibilidade de construção de um novo sujeito e o contexto neoliberal; e o quarto trata-se de uma síntese da nossa ideia, apresentando algumas considerações sobre o ciborguismo em um contexto neoliberal.

CONCEPÇÕES SOBRE CIÊNCIA: INDIVÍDUO *VERSUS* COLETIVO

A ciência moderna é constituída por um discurso de objetividade, neutralidade e de aplicação de instrumentos racionais para a resolução de problemas e desenvolvimento do bem estar social. Essa narrativa do campo científico como ambiente legitimador do real e do verdadeiro está disseminada em todas as esferas sociais, presente intensamente nas práticas e discursos da mídia e senso comum.

O método científico, compreendido usualmente como comprovação de uma hipótese ou teoria a partir da investigação orientada por meio da aplicação de um

3 Termo proposto por Latour para evitar a repetição interminável de “ciência e tecnologia” (LATOUR, 2005, p. 53).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

conjunto de regras rígidas, a fim de possuir o controle total sobre um objeto afastado de qualquer ambiente e circunstâncias que podem alterar a verdade sobre o real, tornou-se um dos mais influente mecanismo de verificação do verdadeiro, real e certo na cultura ocidental.

Em grande medida esse crédito está associado ao desenvolvimento de tecnologias e respostas produzidas pela ciência para o desenvolvimento de soluções e potencializações para o capitalismo e o mundo moderno, de modo que os instrumentos, práticas e respostas produzidas pelo discurso científico são afastados de toda e qualquer convicção e quaisquer conflitos - político, econômico, social e psicológico -, cobertos por uma narrativa de racionalização e busca por uma verdade purificada da moral humana e da intersecção da natureza.

Esta concepção sobre ciência é norteadada pela obra de Karl Popper, “*A lógica da pesquisa científica*”, na qual o autor expõe a ciência como espaço afastado da ação humana, construída em um ambiente regido pela neutralidade para a produção de resultados independentes dos desejos, expectativas e preconceitos do observador humano, e como um espaço livre para uma concorrência selvagem pela corroboração/falsificação de teorias e fatos científicos. Segundo Popper,

Uma experiência subjetiva ou um sentimento de convicção, jamais podem justificar um enunciado e de que, dentro dos quadros da ciência, ele não desempenha papel algum, exceto o de objeto de uma investigação empírica (psicológica). Por mais intenso que seja um sentimento de convicção, ele jamais pode justificar um enunciado (POPPER, 2007, p. 48).

De forma diametralmente oposta de Thomas Kuhn e Bruno Latour, que serão apresentados mais à frente, Popper propõe uma ideia de ciência que cai como uma luva nos Estados liberais do ocidente: a de ciência como um espaço essencialmente individualista que carrega em sua dinâmica de construção a lógica liberal do livre mercado.

Thomas Kuhn, por outro lado, ocupou-se principalmente do estudo da história da ciência, no qual mostra um contraste entre duas concepções: formalista e historicista. A segunda, onde a ciência é entendida como uma atividade concreta que se dá ao longo



do tempo e que em cada época histórica apresenta peculiaridades e características próprias, é a qual o autor direciona o seu enfoque.

Ao propor o modelo de paradigma, Kuhn aponta dois fatores importantes: o primeiro para o rompimento de uma visão cumulativa do conhecimento científico, assinalando que o avanço da ciência ocorre por meio de rupturas completas com os paradigmas anteriores, instituindo novos métodos e perspectivas. Segundo Kuhn,

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido por meio de uma articulação do velho paradigma. (KUHN, 2013, p. 116).

Segundo, indicando caráter discursivo da ciência, no qual assinala que a concorrência entre dois paradigmas depende da capacidade dos cientistas estabelecerem conexões com os outros sujeitos que fazem parte do campo a fim de conseguir instaurarem seus modelos, regras e demandas. De modo que a predileção de determinada área da ciência por uma teoria ou hipótese não é assegurada por melhores métodos ou resultados, mas por uma disputa retórica.

Bruno Latour também aponta para os acontecimentos científicos serem constituídos através do discurso, no qual está submerso as dimensões sociais e políticas. Por meio da argumentação de Latour é possível refutar a interpretação comumente realizada, da ciência como esfera separada das dinâmicas da vida social.

Compreendemos que Boyle não criou simplesmente um discurso científico enquanto Hobbes fazia o mesmo para a política; Boyle criou um discurso político de onde a política deve estar excluída, enquanto que Hobbes imaginou uma política científica da qual a ciência experimental deve estar excluída (LATOUR, 1994, p. 33).

Na contramão da concepção popperiana sobre ciência, Bruno Latour apresenta, em “Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”, a construção de um fato científico (ou encerramento de uma controvérsia) como uma construção coletiva. Com a proposta de seguir como uma sombra as controvérsias científicas, o autor demonstra que uma sentença (ou hipótese), para se tornar um fato ou uma ficção – na linguagem popperiana, ser corroborada ou falsificada –, depende da aceitação dentro



do grupo científico. Assim, um fato científico é sempre construído apoiado em um grupo de aliados, que podem ser tanto cientistas quanto instrumentos, investidores, estruturas de *inscrição*, laboratórios, etc.

Você pode protestar contra a injustiça, pode guardar no fundo do coração a convicção de estar certo, mas não poderá ir além do fundo do seu coração: você nunca avançará na certeza sem a ajuda dos outros. A construção do fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos (LATOUR, 1978, p. 70).

Como pôde ser observado na breve apresentação destas três concepções analíticas, a concepção sobre ciência é um alvo de controvérsias. Ainda que as ciências humanas apontem para as dinâmicas que ocorrem no interior do campo científico como conflitos, relações de poder e constituição de uma narrativa afastada da realidade prática de produção científica, a perspectiva mais popularizada de ciência, cientistas, laboratórios e resultados persistem afastadas das outras dimensões da vida social. Uma das nossas intenções aqui, portanto, é demonstrar, sobretudo à luz das contribuições de Bruno Latour, que a *tecnociência* não é algo deslocado de outras esferas da vida, como política, economia, cultura, etc. Embora separemos essas esferas em nossas abstrações teóricas, a realidade é um todo mais complexo onde nossas categorias encontram-se imbricadas umas às outras.

BIOTECNOLOGIA E INTERVENÇÕES NA PRÓPRIA VIDA

A apreensão da ciência imbuída da narrativa de racionalidade, neutralidade e objetividade está fortemente semeada no imaginário social. A partir desse respaldo a comunidade científica - aqui compreendida como sujeitos, instituições de ensino e laboratórios - promove promessas de resolução de dilemas e desenvolvimento humano.

A partir do respaldo sociopolítico e econômico, os campos científicos farmacêutico, biológico e tecnológico promovem uma forte influência nas práticas, costumes e relações sociais, atuando constantemente na autopercepção dos sujeitos sobre o próprio corpo e ressignificando os limites entre natural e artificial.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Nikolas Rose, ao estudar as transformações na área da psiquiatria, indica que os avanços e mudanças que ocorrem no interior da disciplina reverbera de maneira profunda em toda a sociedade fora dos laboratório, implicados em novas maneiras de perceber, julgar, agir a respeito da normalidade e anormalidade.

A mente é simplesmente o que o cérebro faz. E patologia mental é simplesmente a consequência comportamental de um erro ou anomalia identificáveis, e potencialmente corrigíveis em alguns daqueles elementos agora identificados como aspecto daquele cérebro orgânico. Isso é uma mudança na ontologia humana- nos tipos de pessoas que nos consideramos ser. Implica novo jeito de ver, julgar e agir sobre a normalidade ou anormalidade humana (ROSE, 2005, p. 268).

Segundo o autor, as mudanças da medicina e da psiquiatria no século XIX e XX foram decisivas para a abertura na intervenção no corpo, pois constituíram uma radical remodelação epistemológica e foram decisivas para a construção de uma nova ontologia.

No campo da medicina, assim como apresenta Foucault em *O nascimento da clínica* (1973), no início do século XIX, a doença e as anormalidades passaram a ser espacializadas no corpo individual, e o olhar clínico sobre saúde voltou-se para “o corpo em si mesmo”. Nesta dimensão, mesmo quando a doença se situa em um campo de atitudes, hábitos e comportamentos, como no tratamento de práticas sexuais perigosas ou dietéticas, o corpo mesmo é que se torna doente (ROSE, 2005, p. 24).

Na psiquiatria, a busca incessante pelo cientificismo da psicologia encontrou um caminho aberto para a auto afirmação. Ao deslocar o olhar da “psique” para o biológico, do inorgânico para o orgânico, a psiquiatria permitiu a produção de um sistema de verdades baseadas em uma discursividade científica objetiva, frente ao discurso subjetivo da psicanálise. Neste campo, de acordo com a apresentação de Nikolas Rose, ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, houve um mapeamento gradual do que se consideravam ser as bases neuronais e neuroquímicas da vida mental humana. Com o desenvolvimento das pesquisas neurológicas, a mente, o espaço psicológico interior (ou si-mesmos) e as patologias passaram a ser explicadas pelo próprio corpo, ou, mais especificamente, pelo cérebro.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Ainda que nossos desejos, humores e descontentamentos possam ter sido previamente mapeados em um espaço psicológico, agora estão sendo mapeados no próprio corpo, ou em um órgão particular do corpo – o cérebro. E esse cérebro é, ele próprio, compreendido em um registro particular. De maneira significativa, afirmo, tornamo-nos “si-mesmos neurológicos” (ROSE, 2005, 263).

Essas mudanças na medicina e na psiquiatria, portanto, deslocaram o olhar científico para o corpo em si e abriram a possibilidade de intervenção no “nós-mesmos”, na própria vida, não apenas para tratar de saúde e doença, como também para agir no presente como formas de potencialização e otimização do corpo, constituindo, assim, uma nova ontologia.

Tecnologias médicas contemporâneas não buscam simplesmente curar doenças uma vez tendo elas se manifestado, mas controlar os processos vitais do corpo e da mente. Elas são, concludo, tecnologias de otimização (ROSE, 2005, p. 32).

Com esse espaço aberto para ação, a produção da ideia de um corpo padronizado, saudável, e que atenda às demandas da vida social foi inevitavelmente construída. Qualquer desvio do padrão, seja um desvio no humor, na estética do corpo, nas ideias, nos desejos, no rendimento produtivo ou nos comportamentos, passou a ser considerado uma patologia passível de interferência clínica. É essa ideia de um corpo padrão que analisamos aqui como um corpo também adaptado às necessidades colocadas pelo contexto econômico e social.

Nesse processo, no nível molecular, a vitalidade humana ficou aberta à inovação técnica, à exploração econômica e a formas de bioeconomia altamente competitivas. Essa tecnologização e capitalização da medicina confere uma forma particular ao controvertido campo da política de vida no século XXI (ROSE, 2005, p. 25).

Como apontado por Rose sobre as modificações no campo da psiquiatria, mas que pode ser ampliado para todo o conjunto de práticas científicas, todas as alterações no interior do mundo da *tecnociência* possibilita-nos sermos governados por novos caminhos. As transformações e popularização das tecnologias resultantes da ciência ganham destaque no mundo contemporâneo, uma vez permite que sujeitos comuns sejam alcançados pelas graças e inovações produzidas nos laboratórios.

NEOLIBERALISMO E NOVAS DINÂMICAS DA VIDA SOCIAL



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A ciência e por conseguinte a tecnologia não podem ser dissociadas dos contextos socioeconômicos nos quais estão submetidos, de modo que mesmo envolvimento da premissa de objetividade e racionalidade, ciência e tecnologia produzem e reproduzem em sua episteme as práticas de um mundo neoliberal, atuando como instrumento para a elaboração de dispositivos, técnicas e racionalidades que conformam o sujeito ao ambiente neoliberal.

Assim como a *tecnociência*, a produção de um corpo padronizado não pode ser analisada de maneira deslocada do contexto político e econômico. A ideia de um corpo padrão é construída de acordo com as necessidades colocadas pela dinâmica da vida contemporânea e, sendo essas necessidades indissociáveis do contexto político e econômico, propomos aqui que o neoliberalismo exerce influência direta sobre a construção de novos sujeitos.

Nossa leitura e análise sobre o neoliberalismo, aqui, vai de acordo com o trabalho de Pierre Dardot e Christian Laval, em “*A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*”, onde apresentam uma concepção do neoliberalismo aliada à dinâmica da vida contemporânea, compreendendo-o não apenas como uma continuação do liberalismo clássico, uma ideologia ou uma política econômica, mas como um sistema normativo que emprega técnicas de poder inéditas sobre a conduta e as subjetividades dos sujeitos, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, inclusive, a forma pela qual racionalizamos o mundo.

Assim como as mudanças na medicina e na psiquiatria abrem espaço para a produção de um corpo padronizado e sujeito à interferências biotecnológicas, a dinâmica da vida no contexto neoliberal produz a necessidade de um sujeito que ultrapasse os limites de tempo e espaço e desenvolva conhecimentos, técnicas e habilidades que o coloquem à frente na corrida concorrencial. O modelo de humano neste contexto é de um ser adaptável às circunstâncias, flexível, à frente do seu próprio tempo e deslocado do seu próprio espaço. Têm-se, portanto, de um lado, uma oferta científica promissora e, de outro, uma demanda política e econômica emergente. É nessa fusão de oferta e demanda que constitui o sujeito neoliberal, o corpo padronizado, um ciborgue em potencial.



A ideia que buscamos apresentar aqui trata-se de um aperfeiçoamento constante dos corpos para a adaptação do indivíduo ao mundo concorrencial do neoliberalismo, de modo que a *tecnociência* atua na subjetividade dos indivíduos através da promessa de promoção de controle total sobre o corpo, seja por meio condicionantes do corpo como pílulas, suplementos alimentares, dietas ou através do acoplamento de apetrechos tecnológicos ao corpo. Biotecnologias como Ritalina, Adderall e Venvanse são exemplos de tecnologias otimizadoras e potencializadoras da própria vida⁴. Ambas são indicadas para pessoas com transtorno de hiperatividade e déficit de atenção (THDA), mas são comumente utilizadas por pessoas que visam aumentar a concentração para maior produtividade nos estudos e/ou no trabalho⁵. Outro exemplo bastante usual e rotineiro é a cafeína, muito utilizada como forma de evitar o sono e energizar o corpo durante o período de trabalho⁶.

É importante destacar que não queremos dizer, com isso, que o ciborgue seja determinadamente um sujeito neoliberal, ou que as tecnologias nos fazem neoliberais, mas que o sujeito neoliberal seja potencialmente um ciborgue, na medida em que, para responder às necessidades colocadas pelo cenário neoliberal, deve agregar ao corpo tecnologias otimizadoras e potencializadoras da própria vida.

O corpo humano acompanha as mudanças da história da humanidade, no qual traz marcado nas relações do sujeito com seu próprio corpo físico as transformações sociopolíticas e econômica de cada período histórico. Conforme sublinhado por Maria Raquel Barbosa, Paula Mena Matos e Maria Emília Costa.

A história do corpo humano é a história da civilização. Cada sociedade, cada cultura age sobre o corpo determinando-o, constrói as

4 O documentário “Take your pills”, de Alison Klayman, lançado este ano (2018), ilustra de maneira cabal o que apresentamos aqui.

5 De acordo com o jornal Nexo, um estudo citado pela revista Nature e publicado no The International Journal of Drug Policy em 1º de junho de 2018 analisou o aumento do uso de nootrópicos – substâncias estimulantes, capazes de melhorar a concentração, memória e o desempenho cognitivo – por indivíduos saudáveis para “turbinar” o cérebro. A pesquisa registrou aumento do uso não terapêutico destas substâncias em todos os países analisados, entre eles o Brasil.

6 Essas funcionalidades dadas ao café pode ser observada neste artigo da revista Galileu: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2017/07/descubra-o-que-cafeina-faz-com-seu-corpo-e-seu-cerebro.html>.



particularidades do seu corpo, enfatizando determinados atributos em detrimento de outros, cria os seus próprios padrões (BARBOSA, MATOS & COSTA, 2011, p. 24).

O corpo humano contemporâneo é marcado e atravessado pela dinâmica, sentido e significado do modo de produção de capitalista, de modo que que essa molda os corpos conforme seus interesses. Corpos perfeitos, saudáveis, desejáveis com força e potencializado em prazer é oferecido pela indústria, mídia, no qual o campo científico dispõe de uma posição de notoriedade para legitimar novas práticas, como também de disponibilizar instrumentos para o alcance desses corpos.

A tecnologia aparece como elemento de destaque na breve história da modernidade, promovendo o aumento da produção capitalista, diminuindo o custo e trabalho humano. Contudo, os benefícios da mesma não se restringem aos setores produtivos. A tecnologia está materializada na vida cotidiana seja nos aparelhos domésticos, eletrônicos, como também nas pílulas de melhora do humor, nas lentes que possibilitam uma melhor visão.

NÓS, CIBORGUES EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Aquilo que caracteriza a máquina nos faz questionar aquilo que caracteriza o humano: a matéria de que somos feitos. A imagem do ciborgue nos estimula a repensar a subjetividade humana; sua realidade nos obriga a deslocá-la (HARAWAY, 2009, p. 13).

A relação contemporânea dos indivíduos com o corpo, portanto, responde a uma conjuntura neoliberal que promove uma nova concepção a respeito do mesmo, lhe reduzindo a um objeto material.

A partir desta nova percepção, o corpo está aberto para intervenções que permita o aperfeiçoamento de sua matéria. Essas modificações corporais no cenário atual são ofertadas por meio de desenvolvimentos técnico-científicos que permitem a composição de novos tipos de corpos gerados da combinação das substâncias orgânicas humanas e membros inorgânicos, eletrônicos e mecânicos que constituem a figura do “ciborgue”.

A ideia de “ciborgue” é frequente na literatura e na indústria audiovisual do ocidente, sobretudo – e não à toa - no gênero de ficção científica. Na ambição de



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

aprimorar métodos de produção, estender o período útil de vida, acumular energia e dominar corpos e territórios, em contextos diversos, os estabelecidos das nações liberais mantiveram como perspectiva o desenvolvimento científico e tecnológico que, ao ultrapassar constantemente limites de prognósticos, permitiu a concretização da ideia de uma humanidade mecânica, de ciborgues.

Um setor bastante considerável para esta concretização, assim como Nikolas Rose apresenta no início de sua obra sobre a política da própria vida, é a biotecnologia.

No apagar das luzes do século XX, muitos predisseram que “nós” estaríamos entrando em um “século biotécnico”, uma era de possibilidades médicas maravilhosas, embora perturbadoras. [...] Unindo genomas aos desenvolvimentos na tecnologia reprodutiva, tais como o diagnóstico de pré-implementação genética e clonagem, eles acreditavam em um mundo de pessoas mecânicas, com qualidades e capacidades fabricadas sob encomenda (ROSE, 2005, p. 13).

Os elementos ciborgues ultrapassam os limites das telas de cinema e estão presentes no cotidiano comum, por meio da popularização de tecnologias que permitem ampliar o alcance físico e alteram a composição “natural” orgânica dos corpos. Trata-se de uma reforma da concepção de homem e da vida humana, por meio das produções técnico-científicas, tornando frágil o limite entre natural e artificial, conforme apontado por Hari Kunzru tal transformação expressa uma era de ciborgues:

Ser um ciborgue não tem a ver com quantos bits de silício temos sob nossa pele ou com quantas próteses nosso corpo contém. Tem a ver com o fato de Donna Haraway ir à academia de ginástica, observar uma prateleira de alimentos energéticos para bodybuilding, olhar as máquinas para malhação e dar-se conta de que ela está em um lugar que não existiria sem a ideia do corpo como uma máquina de alta performance. (KUNZRU, 1997, p. 23).

Os ciborgues não são uma figura do futuro distante, mas sim uma realidade tácita concedida pela *tecnociência* e o capital que permitiu a total objetificação e materialização do corpo que pode ser consertado e aperfeiçoado - talvez no futuro até substituído. Esse novo tipo de corpo responde ao sujeito neoliberal e sua experiência concorrencial faz com que internalize as regras, dinâmicas e racionalização da produção do pensamento neoliberal, agindo como empresário de si que busca o aumento do próprio capital monetário e social. Os incrementos tecnocientíficos permitem que o



sujeito detenha uma melhor posição na arena de disputa da vida social marcada pela relações fundadas no capital.

A estrutura científica em meio ao contexto neoliberal está não só construindo novos medicamentos, instrumentos, práticas e relações, mas também novos corpos, novas subjetividades e novas formas de vida: a *tecnociência* está recriando um novo mundo, e a ficção do ciborgue está se tornando cada vez mais uma realidade que, como apresentamos aqui, não está desassociada do contexto sociopolítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. R.; Matos, P. M., & Costa, M. E. (2011). Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 24-34.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

FRAGA, Olívia. O aumento do uso de drogas para ‘turbinar o cérebro’ no mundo.

Jornal Nexo, 17 de julho de 2018. Disponível em:

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/07/17/O-aumento-do-uso-de-drogas-para-%E2%80%98turbinar-o-c%C3%A9rebro%E2%80%99-no-mundo?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1531863048>.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna et al. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [1985].

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*/Thomas S. Kuhn; tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. — 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debates; 115)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*; tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Pauta Assis. – São Paulo: Unesp, 2000.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 2013. **(ver essa data)**

ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*; [tradução Paulo Ferreira Valerio]. – São Paulo: Paulus, 2013.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter. *Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica*. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 15, n. 3, p. 681-694, 2009. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-7313200900030001&lng=en&nrm=iso.

Filmes:

KLAYMAN, Alison. **Take your pills**. 2018. 87min.



MÍDIAS SOCIAIS E OS IMPACTOS EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Samira Cristina Silva Pereira¹

RESUMO

Nessa pesquisa de caráter qualitativo, temos como principal objeto de investigação a utilização das mídias sociais pelos alunos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), e como o uso das mídias sociais impactam nas suas relações interpessoais. Buscando, dessa maneira, entender os novos comportamentos acerca dessas novas ferramentas de sociabilidade. Assim, compreender as novas acepções que vem sendo atribuídas a sociabilidade com o advento da tecnologia. Lançando, portanto, um olhar aos indivíduos fora do universo virtual, tendo em vista as inúmeras transformações que acarretadas a partir das reconfigurações sociais promovidas pelas mídias sociais. Pretendendo, desse modo, observar a relação entre vivências e as mídias sociais, conseqüentemente, adensar na compreensão das redes sociais enquanto objeto de significados. Nesse sentido, utilizamos o método etnográfico, visando a observação participante, não voltado para o lugar específico, mas sim voltado para o público, no caso, os alunos da Universidade Federal de Alfenas. A partir das observações participante, procuramos coletar informações e discursos, compreender como os próprios alunos veem esse impacto das mídias. Não descartando a revisão bibliográfica, outra ferramenta essencial para construção da pesquisa. A conclusão realizada parcialmente, é de que as análises são importantes no sentido compreender comportamentos que vem se consolidando com a grande influência que se tornaram as redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias Sociais. Comportamento. Antropologia.

¹ Discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: samiracsp@outlook.com



INTRODUÇÃO

A discussão que se pretende colocar em foco diz respeito a vida moderna, e como as redes sociais virtuais adquiriram tamanha importância no amago da sociedade contemporânea, tendo em vista, novos comportamentos atrelados a utilização exacerbada das mesmas.

No intuito de compreender melhor o que são as redes sociais, já que correspondem ao campo virtual que será investigado. Busca-se por meio da revisão bibliográfica adentrar no cerne de seu surgimento, na tentativa de compreender como as redes sociais virtuais podem acarretar dentre os sujeitos novos tipos de comportamentos.

Para adentrarmos assim nessa perspectiva convém atribuímos as redes sociais virtuais um olhar por meio da antropologia urbana, visto que se trata de um fenômeno que ocorre na cidade.

Dessa forma, passamos a incorporar a discussão por meio de um olhar para dentro das redes, realizando uma retrospectiva de sua construção, como essa avassaladora expansão se deu dentro das cidades. Assim, corroborando para novos comportamentos. Busca-se compreender por meio da utilização das redes sociais como uma prática social.

1 DESENVOLVIMENTO

De entrada convém adentrarmos camada por camada do universo virtual antes de entrar no âmago da questão que aqui será proposta para investigação. Dessa forma, perpassar pelos primórdios da internet, busca-se inicialmente compreender um pouco mais do Ciberespaço, berço das redes sociais, de uma maneira sucinta. Além disso, também a Cibercultura que possibilitou a expansão das novas formas de comunicação com o outro. Posteriormente, entrando na distinção das mídias sociais e as redes sociais. Assim, entrando na questão propriamente dita: autoimagem e como essa pode ser influenciada pelas redes sociais.

Notoriamente há uma externalização dos pensamentos e emoções com o advento das novas tecnologias de comunicação. O que era íntimo e privado, passa a ser compartilhado, dessa maneira, reverte-se a público. Essa exposição do sujeito é um dos principais atributos da era digital, na qual estamos imersos.



Nessa nova era digital o ciberespaço começou a se expandir através do movimento internacional de jovens interessados em novas formas de comunicação, adentrando as novas potencialidades desse espaço em aspectos econômicos, políticos, culturais e humanos (LEVÝ, 1999).

Ademais, o conceito de ciberespaço, também chamado por Levý de “Rede”, pode ser considerado uma nova forma de se comunicar por meio da interconexão da rede mundial de computadores, que comporta o “universo oceânico de informações que ela abriga” (LEVÝ, 1999, p.16). Nota-se as diversas mudanças quantitativas, em um ambiente inédito que propõem por meio de novas redes de comunicação alterar a vida social e cultural.

Dentro desse novo universo, a cibercultura exerce papel fundamental, visto que propõem novas perspectivas que eram inimagináveis anteriormente. Levý afirma, ser uma nova perspectiva de comunicação a partir de um novo sentido global componente desse ciberespaço. Onde a interconexão das mensagens atravessa distancias, em uma nova forma de veiculação e circulação, passam a ser criadas comunidades virtuais.

Logo, o conceito de “cibercultura” que segundo Levý, corresponde a um conjunto de técnicas, sendo essas matérias ou intelectuais, compostas por atitudes ou praticas, desde modos de pensar até mesmo valores. O autor ainda expõe: “O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato”. Assim, o ciberespaço e cibercultura resultante desse, abrem portas para um novo estilo de relacionamento.

As novas Tecnologias de comunicação e informação surgiram por volta de 1975, por meio da junção entre telecomunicações analógicas com a informática, de acordo com Coutinho (2013). E segundo o mesmo, a difusão deste novo método de comunicação e sociabilidade configuraria em uma revolução digital. Posteriormente, essa alteração resultaria nas mídias sociais e no processo constate de interatividade acarretado pelas mesmas.

As mídias sociais, referem-se a “um espaço de exposição para postagem de arquivos e informações do usuário, sem gerar relacionamento direto com outro indivíduo” (GASQUE, 2016, p.15). Dessa forma, é possível gerar novas maneiras de interação que



priorizam a velocidade e o dinamismo, com diversos conteúdos impensáveis anteriormente.

Por consequência da expansão das mídias sociais e da internet, a presença dessas no cotidiano dos indivíduos é significativa. Dessa forma, “cada vez maior similaridade na forma de agir e se comportar em relação às novas tecnologias. Vive-se a cultura do compartilhamento de ideias, informações e emoções. A vida torna-se cada vez mais virtualizada” (GASQUE, 2016, p.15).

Gasque (2016) afirma que as Redes Sociais correspondem ao espaço utilizados para postagens de informações, de fotos, de textos, de mensagens, de arquivos, dentre outros. Os usuários criam perfis individuais que apresentando suas características, com a finalidade de construir relações e interações entre os membros. Essas relações virtuais podem ser de caráter profissional, amoras, comerciais, dentre outras. Assim, “cada usuário dessas redes sociais deve, de fato, se preocupa com a imagem que veicula de si mesmo através de definições, fotos, aplicativos, entre outros métodos de aparição pública” (FARIA; MONTEIRO, 2012, p.3).

É evidente que a internet, com seus aparatos midiáticos, se faz presente no cotidiano de milhares de jovens desde muito cedo, gerando certa dependência das redes sociais, visto que essas integram a rotina de seus usuários (FARIA; MONTEIRO, 2012). Os autores ainda expõem:

No momento em que um indivíduo se filia a redes sociais, este deve, no mínimo, ter o objetivo de agradar àqueles que visitam sua versão de si mesmo virtualmente. Nesse processo de “agradar”, deve-se levar em conta que o perfil do usuário também possui a função de convencer outros usuários dos seus propósitos. Dessa forma, são veiculadas informações que expressam não exatamente o seu gosto pessoal e intransferível, mas sim aquele tipo de informação que, de acordo com o usuário, irá agradar o tipo de usuário que ele considera importante para si mesmo. Os componentes de caracterização de seu perfil, de sua versão virtual, relacionam-se diretamente com aquilo que o usuário pensa ser positivo para a sua reputação dentro daquele domínio (FARIA; MONTEIRO, 2012, p.3)

As redes sociais, portanto, correspondem a espaços virtuais, que ganharam adesão jamais de milhões de usuários e a cada dia se tornam mais importantes para construção das relações em sociedade, visto os laços que podem ser estruturados a partir das conexões virtuais proporcionadas pelas redes. Os sujeitos com o auxílio das redes sociais



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

experimental de um mar de possibilidades na quais, constroem um cenário novo que merece atenção dos estudiosos do campo da antropologia, bem como das ciências sociais. As conexões dos indivíduos por meio das redes apresentam novas formas de se relacionar com o outro.

Tal temática é relevante para a comunidade científica, já que com o surgimento das novas mídias sociais está intimamente ligado aos novos rearranjos sociais são formados em nossa sociedade, influenciando diretamente os sujeitos e as suas relações interpessoais. Tornou-se fundamental “compreender a sociedade contemporânea e sua nova estética de relacionamento, dependente da aparência e sem aprofundamentos pessoais, virtual e muitas vezes superficial, inundada por novas tecnologias em um mundo virtual” (CAIADO, 2015, p. 10)

Dessa maneira, “constitui um fenômeno sem precedentes, como também se encontra em processo de intensificação. Cresce o número de usuários que se espalham pela superfície do planeta na mesma medida em que aumenta a presença dessas redes na vida cotidiana deles” (SANTOS; CYPRIANO, 2010, p.63)

Guy Debord (1997) afirma que a vida em sociedade passa a ser regida pelas modernas condições de produção, assim, a sociedade atual se delimita a acumulo de espetáculos, transfigurando-se em representações. O real é deixado de lado, a vida virtual passa a construir uma nova realidade da sociedade contemporânea.

Além disso, convém expor que tal temática tem avançado, ganhando interesse dos pesquisadores no campo da antropologia “o que pode ser percebido pelo tímido, embora crescente, número de trabalhos sobre o tema em congressos e revistas especializadas no Brasil” (SILVA, 2008, p.277).

No artigo “*Redes Sociais e Relacionamento Interpessoal – Um Estudo no Âmbito Universitário*” (2013), construído pelos autores Denise Rodrigues Nunes da Silva, Fernanda Navarro Frizzi, Jorge Rufino da Silva Júnior, Sonia Aparecida Cabestré e Thiago Roberto Gamonal dos Santos da Universidade Sagrado Coração – Bauru/SP, esses concentram-se nas novas redes sociais de relacionamento, visto o ritmo acelerado das redes que começa a moldar a sociedade. Tendo como objetivo primordial de pesquisa a construção dos sujeitos, a partir das novas redes de relacionamentos, essas se desenvolvem um novo paradigma de sociabilidade.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Dessa maneira, buscam explicar a questão por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo como suporte os trabalhos de Castell, baseando em pesquisa quantitativa. Assim, os autores as novas redes sociais desempenham um papel de construção dos novos sujeitos. Permitindo por meio dos resultados encontrados pelos mesmos autores compreender a importância das redes sociais na construção da identidade dos universitários utilizados na amostragem. Já que as redes sociais “muito além de atuar na formação de sujeitos e contribuir na formação das identidades, a ferramenta internet possibilitou aos seus usuários encontrar oportunidades, bem como construir, por meio das redes sociais, um complexo canal de relacionamentos” (SILVA; FRIZZI; JÚNIOR; CABESTRÉ; SANTOS, 2013).

Para esses autores, a tecnologia e as redes são marca de uma sociedade contemporânea, tendo como características a interatividade e a rapidez ao se acessar as informações de forma acelerada. As redes sociais, segundo os autores, correspondem ao conjunto de ligações indiretas ou diretas que constroem um conjunto complexo de interações, estreitando cada vez mais as relações. Afirmam, que as tecnologias e os distintos recursos no âmbito da comunicação corroborem para processos que estimulam a aprendizagem, capacitação e também o acúmulo de conhecimentos. Ao realizar um levantamento de questões junto aos estudantes os autores tomam como metodologia:

De forma estratégica, foram entrevistados 200 estudantes do período noturno, divididos pelos três centros de ensino da USC (humanas, saúde, exatas e sociais aplicadas) para que o resultado final fosse representativo em função da realidade dos acadêmicos. O grupo, juntamente com a professora e coordenadora da pesquisa, estabeleceu um parâmetro para as entrevistas, visando questionar 60 alunos da área de saúde (equivalente a 30% dos entrevistados), 70 alunos da área de humanas (equivalente a 35% dos entrevistados) e 70 da área de exatas e sociais aplicadas (equivalente a 35% dos entrevistados). (SILVA; FRIZZI; JÚNIOR; CABESTRÉ; SANTOS, 2013)

Nas entrevistas os autores propõem cinco questões aos alunos. Todas relacionadas ao acesso à internet. Com os assuntos correspondentes a finalidade do uso das redes sociais por parte dos entrevistados, atividades de interesse dos entrevistados, opiniões dos entrevistados sobre a possibilidade de transformação de um relacionamento virtual para



um pessoal, e também opiniões dos entrevistados sobre a possibilidade das redes ajudarem a reativar o relacionamento face a face.

A partir desses tópicos questionados nas entrevistas os autores concluem que os universitários estão cada vez mais inseridos no meio virtual, abandonando as relações pessoais. Gerando comportamentos mais individualistas, visto a vastidão da internet e de seus entretenimentos. Destacando também a forte influência das redes sob a formação de identidade dos jovens, afirmando que dentro das redes sociais esses jovens podem se expressar sem restrições. No entanto, compreendem que as atitudes apresentadas na vida fora da rede não condizem. Outra questão apontada no resultado da amostragem realizada pelos autores, é a amizade virtual, as quais os indivíduos que são mais retraídos têm maior facilidade para interagir diante das redes sociais.

Não obstante, os mesmos afirmam que “há também o aspecto psicológico e antropológico do ser humano, que é ser social. Uma vez que as redes diminuem a intensidade dos relacionamentos face a face, o indivíduo pode sofrer consequências comportamentais que resultará na sociedade” (SILVA; FRIZZI; JÚNIOR; CABESTRÉ; SANTOS, 2013). Fazendo-se necessário, conforme os autores, o equilíbrio entre a vida social e as redes sociais, vista a perda da noção da dimensão do real, que gera muitas vezes uma frustração no indivíduo, ou até mesmo em violência.

CONCLUSÃO

Contudo, é possível compreender que as Redes Sociais passam a ser componentes da rotina das pessoas, que influem de forma negativa e positiva em seu cotidiano. Escolhi como foco de observação para essa problemática levantada os estudantes da Universidade Federal de Alfenas, no Hall do Prédio V, local conhecido pelos estudantes como espaço de interação. A partir de observações iniciais, foi constatado que os estudantes interagem com tamanha frequência com suas redes sociais nesse local, deixando até mesmo de interagirem entre si fora do universo das redes sociais.

Visto que as redes sociais influenciam nas relações interpessoais dos estudantes universitários. Essa é uma questão importante a ser estudada, já que sociedade contemporânea permeada pela evolução da tecnologia vem atribuindo a mesma uma importância muito grande. Na qual, as pessoas e suas relações pessoais são conduzidas



cada vez mais pelas Redes Sociais. Essas apresentam diversas formas de socialização em seu ciberespaço. No entanto, as pesquisas se encontram ainda em estágio inicial visando compreender os impactos que as Redes Sociais causam na vida dos jovens universitários em seu cotidiano na Universidade Federal de Alfenas fora do meio virtual.

A pesquisa ainda em construção propõe como proposta inicial a revisão bibliográfica apresentada nesse artigo. As etapas posteriores a serem desenvolvidas consistem em observar, selecionar, coletar, identificar e analisar informações obtidas junto a estudantes afim de responder a problemática levantada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAIADO, Camila de Melo Cavalcante. **O Devir da Mulher Contemporânea no Espetáculo das Redes Sociais: Entre a Eficácia e o Efêmero das Mídias Sociais na Construção de uma nova estética para Mulher e sua Autoimagem.** Disponível em: <<http://tese.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2941>>. Acesso em: 06 de out. de 2018.

COUTINHO, Gustavo Leuzinger. **A Era dos Smartphones: um estudo exploratório sobre o uso dos Smartphones no Brasil.** Brasília DF, Dez, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9405/1/2014_GustavoLeuzingerCoutinho.pdf>.

Acesso em: 06 de out. de 2018.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Tradução: Estrela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

FARIAS, Lúcia; MONTEIRO, Taís. A Identidade adquirida nas redes sociais através do conceito de persona. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** 2012.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Internet, mídias sociais e as unidades de informação: Foco no ensino-aprendizagem. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends.** 10:2 (2016) 14-20. ISSN 1981-1640.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Editora 34. São Paulo, 1999

SANTOS, Francisco Coelho; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 29 nº 85 jun. 2014.



NATIVOS DIGITAIS: IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS EM ÂMBITO ESCOLAR

Julia do Carmo Carbone¹

Samira Cristina Silva Pereira²

RESUMO

Essa pesquisa propõe observar os nativos digitais ou geração interativa, localizados em uma unidade escolar de Alfenas-MG. Nativos Digitais correspondem, aqueles que possuem uma naturalização dentro das novas mídias, ou seja, já nasceram dentro dessa reorganização social. Já os imigrantes digitais, outro conceito abordado durante a pesquisa, são aqueles que nasceram anteriormente a esse movimento tecnológico instaurado. Visando compreender a relação entre os adolescentes para com as telas de seus celulares e as mídias sociais, procurando compreender como esses são influenciados pelas tecnologias. E como os professores lidam essas novas perspectivas de sociabilidade, essas que estabelecem uma nova configuração de nossa sociedade. De cunho metodológico qualitativo, visando as observações, construindo um caderno de campo, no qual, são registradas todas as aulas observadas, intervalos, recreio, sala dos professores. Visando a relação entre os alunos e as mídias sócias, sendo observado quanto os aparelhos celulares podem influenciar em uma sala de aula. As conclusões parciais mostram que a presença do celular e das redes sociais no cotidiano dos alunos é constante, podendo afetar atenção dos adolescentes, prejudicando o professor a ministrar a aula, devido a diversos incidentes que ocorrem devido a utilização dos celulares. No entanto, foi possível notar uma contradição, onde o professor se utiliza do Facebook, para enviar os textos para os alunos, buscando também enviar de celular para celular quando os alunos não possuem o texto, caracterizando os celulares e mídias sociais também como um instrumento para a educação dentro da sala de aula. Por fim, se faz necessário repensar a incorporação desses novos meios de comunicação e informação dentro da sala de aula.

¹ Discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: julia.carbone@gmail.com

² Discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: samiracsp@outlook.com



PALAVRAS-CHAVE: Nativos Digitais. Mídias Sociais. Educação.

INTRODUÇÃO

A princípio será feita uma breve descrição dos aspectos físicos de uma unidade escolar³ da cidade de Alfenas – MG, na qual, estagiei ao decorrer da carga horária de 30 horas, assistindo as aulas ministradas pelo professor de sociologia durante o turno da tarde, nas salas do 1°C, 1Bº e 2°C. Posteriormente, fazendo uma readequação devido as diversas paralizações da escola, acompanhando também as salas 2ºA, 2B, 3ºA, 3º B e 1ºA, durante o período da manhã.

Além disso, foram realizadas observações durante os recreios, na biblioteca e na sala dos professores. Ao executar tal tarefa, procurei compreender quem são os sujeitos que estão presentes dentro das escolas. Esses correspondem ao corpo docente, funcionárias da cantina, diretora, vice-diretores, zeladores. Visando a relação dos mesmos para com os alunos.

Por fim, procuramos lançar um olhar com perspectivas antropológicas, no intuito, de colocar em foco de observação a relação dos estudantes para com suas mídias sociais. Com o auxílio da revisão bibliográfica.

1 DESENVOLVIMENTO

As observações deram início no dia 10 de maio de 2018. Ao adentrar os portões da escola pela primeira vez a impressão inicial ao lançar um olhar superficial, é de que se trata de um ambiente convidativo aos estudantes. Se tratando de um ambiente muito colorido, as paredes contêm diversas pinturas, um pátio grande com diversas mesas de jogos improvisadas, mas muito bem-feitas com material reciclável. Ao lado do pátio uma cantina, quatro mesas muito grandes na cor branca. Logo, podem ser visualizadas escadas que dão acesso ao segundo andar da escola, onde se encontram maior parte das salas apesar de não serem muito grandes, também contêm diversas pinturas, um quadro branco, ventiladores, quadro de avisos, carteiras em estado de conservação um pouco precárias.

³ O nome da escola na qual ocorrem as observações será preservada, assim como o nome dos funcionários e alunos.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O primeiro contato com os funcionários é agradável, todos parecem receptivos, inclusive a direção. Um dos zeladores é o responsável pela intervenção artística na escola, ele mesmo cria os desenhos e pinta por toda a escola, inserindo a arte no contexto dos estudantes dessa escola. Além disso, através de material reciclável, ele elabora tabuleiros de jogos e quadros.

O professor de sociologia se mostra atencioso, preocupado em mostrar quais seriam os alunos e quais salas eu acompanharia durante o estágio. Ele explica que a primeira aula a ser assistida corresponde ao fim de bimestre. E neste determinado dia ele aplicaria a prova de recuperação para aqueles alunos que não conseguiram atingir a média.

Entrando na sala me deparei com os alunos, cerca de trinta estudantes por sala. Algumas características visuais foram observadas, boa parte deles possuíam quase a mesma faixa etária, com exceção de poucos alunos repetentes. A maior parte deles se encontravam uniformizados, alguns uniformes eram customizados, e boa parte dos meninos possuía meninos correntes no pescoço, algumas meninas usavam maquiagem um pouco mais forte, com batons de tons escuros. Todos muito falantes, conversas paralelas estavam sempre presentes dentro da sala de aula.

Ao decorrer das observações, notei a utilização demasiada dos aparelhos celulares durante as aulas. Tal aspecto chamou minha atenção, se tornando principal objetivo da observação, buscando compreender a relação dos estudantes para as telas dos celulares, utilizadas para diversos fins, como utilização das mídias sociais, jogos, dentre outras atividades. Notando assim, que os aparelhos celulares se encontravam sempre a mão ou posicionados sob as carteiras, dos estudantes.

Em um primeiro momento, as observações ocorriam somente no período da tarde. Mas devido a diversos contratempos ocorrem durante as observações. Onde, diversas paralizações foram feitas pela escola, como por diversas outras escolas em nosso país. Em virtude do contexto recente, no qual, os professores não estavam recebendo o salário regularmente. Sendo assim, necessárias tais manifestações perante ao governo atual. Devido a essa situação, a partir do dia 05 de julho aulas durante o período da manhã passaram a ser assistidas, também na quinta-feira.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Outro fator inesperado é a copa do mundo, que afetou nitidamente a presença dos alunos a partir do início dos jogos. As observações foram um pouco prejudicadas devido a redução do número de alunos presentes. As aulas que ocorreram durante a copa, também foram afetadas, visto que os diálogos dentro de sala de aula entre os alunos se resumiam a futebol. Afetando assim o cotidiano escolar.

Ademais, fica evidente nessa primeira experiencia em âmbito escolar que os nativos digitais se encontram em constante conexão durante as aulas. Notando, essa nova forma de sociabilidade utilizada por crianças e adolescentes, por meio das interações entre estudantes e as telas. Atribuindo a essas uma grande importância.

Puderam ser destacados alguns dos aspectos positivos, na utilização dos aparatos tecnológicos, sendo utilizados como ferramenta pelo professor de sociologia. A qual, facilita o ensino e aprendizado dos conteúdos. Devido a acessibilidade acerca dos textos de apoio.

No entanto, alertando também para o lado negativo é a utilização demasiada dos celulares e das mídias sociais. Posto que, diversas vezes durante as observações constatou-se que o uso dos celulares prejudica a atenção, dificultando a aprendizagem do conteúdo de sociologia pelos alunos. Causando até mesmo conflitos com o professor, que precisa advertir os alunos prejudicando toda a dinâmica da aula.

Convém, portanto, compreender a utilização das mídias sociais pelos nativos digitais, já que a educação pode ser melhorada quando essas são utilizadas como ferramentas. Mas pode ser prejudicial ao ser usada sem restrições, de forma exagerada. Gerando assim, impactos em toda a nova geração, necessitando maior vigilância a respeito dos conteúdos e do uso dos aparelhos celulares e acesso à internet que vem se tornando hábitos culturais.

Desse modo, a temática aqui abordada pauta a vida cotidiana e a presença da tecnologia e mídias sociais perante os chamados nativos digitais. Permitindo a reflexão a respeito do ensino, aprendizado, e comportamento dos adolescentes da cidade de Alfenas-MG. Contribuindo repensarmos as ações dentro da sala de aula, visto que, somos futuros profissionais da educação e lidaremos com “uma geração conectada, multitarefa, pronta para lidar com a agilidade e superar fronteiras entre o lúdico e o conhecimento” (PASSARELLI; JUNQUEIRA; ANGELUCI, 2014, p.176).



Convém ainda adentrar na discussão proposta por Gilson Cruz Junior, apresentada em seu texto *“Entre filhos e Orfãos da Cibercultura: Revisitando a noção de nativos digitais”* (2018). Neste texto o autor revisita o conceito de nativos digitais, a partir de outra perspectiva. Propondo repensar os limites e identidades dos nativos digitais, nesse novo processo de reconstrução cultural que se dá início com a disseminação das tecnologias digitais trazendo novas formas de se relacionar.

Assim, Junior (2018) expõem que tais mudanças culturais acarretam mudanças até mesmo psíquicas e comportamentais. Tal análise é proposta por distintas áreas do conhecimento. Primeiro passo dado pelo autor é discutir o conceito de identidade, conceito também contraditório, com diversas interpretações em meio a área das ciências humanas. Segundo o autor correspondem a processos e organizações sociais, as quais, são responsáveis por grupos específicos, bem como os comportamentos desses.

Silva, Alves e Leal (2018) em seu texto *"Linguagem dos nativos digitais e as tecnologias educacionais: reconectando-nos com nossos alunos"*, colocam em pauta a discussão acerca da educação dos jovens alunos, os ditos nativos digitais. Não descrevendo somente como a tecnologia alavancou-se na última década, mas repensa como a educação é influenciada pela mesma. Dessa maneira, o autor afirma:

a mudança destas para as gerações anteriores não se tratava apenas sobre a forma de falar, de se vestir ou namorar, mas por ser exposta e imergir no mundo digital, os nativos digitais mudaram sua forma de processar a informação, e influenciou como aprende, como interage, como comunica-se. (SILVA; ALVES; LEAL, 2018)

Portanto, a educação como um todo também é impactada por tais mudanças. Em nosso país, nos dias de atuais modelos de educação arcaicos ainda imperam nas salas de aula, o qual, impõe disciplinas, uniformes, horários, dentre outros formatos, conforme (SILVA; ALVES; LEAL, 2018). Sendo, necessário pensar nesse duplo desafio que é apreender novos meios de se fazer algo antigo, e incorpora o novo, ou seja, incorporar o universo digital por meio de novas formas de lecionar.

Além disso, as instituições brasileiras, principalmente aquelas que ofertam um ensino público apresentam disciplinas que não condizem com a realidade dos estudantes, segundo os autores, utilizando linguagens ultrapassadas. Assim, não alcançando os



estudantes como deveria, não apresentando caráter efetivo e significativo. O nativo digital, imerso na rede, não apreende mais como antes visto que sua realidade social é outra.

Os autores buscam nesse momento trazer uma solução para tal problema, que é tão cotidiano na educação do brasileiro. Propondo, por conseguinte, trazer aparatos que possam auxiliar o professor a tangenciar a dinâmica da aula, para atrair mais atenção do aluno e atualizar as disciplinas curriculares.

A solução se encontra diretamente ligada aos baixos investimentos nas matrizes educacionais. E sem dúvidas, a desvalorização do professor como profissional, atribuindo aos mesmo baixos salários, desmotivando-o cada vez mais a propor aulas que interessem os nativos digitais, como exposto por Silva, Alves e Leal.

Em contrapartida os educandos alimentam-se de milhões de informações e formações facilmente acessadas de seus iphones, ipads, smartphones a todo o momento e lugar, informações que preenchem suas telas em formatos audiovisuais diversos. Eles atraem milhões de olhares em suas redes sociais, mais sentem-se sozinhos nas salas de aulas, invisíveis pelos professores e muitas vezes colegas (SILVA; ALVES; LEAL, 2018).

Conforme pesquisas citadas por realizadas por Marc Prensky, no ano de 2015, é possível constatar que a atenção dos alunos teve um declive. Contudo, quando se trata de jogos, filmes, dentre outros, crianças conseguem manter o foco até mesmo por horas, diferente de quando estão sujeitas as paredes das salas de aula. “Desta forma, preceitos importantes como foco e atenção para os bons estudantes da era pré-digital, são substituídos por características como multitarefas e criatividade para um bom aluno na era digital” (SILVA; ALVES; LEAL, 2018).

Os autores apontam como exemplo a educação EaD, isto é, a educação a distância que diminuir o problema geográfico e trazer democratização para o aprendizado. Apesar de diversos pesquisadores possuírem concordarem é “necessária a mediação da figura do professor para que estas informações sejam bem selecionadas e após reflexão tornem-se conhecimento” (SILVA; ALVES; LEAL, 2018).

No entanto, há divergências quanto essas posições. Os autores explanam a questão aprofundando, assim, afirmam que para tal método seria uma opção, sendo de certa forma



uma ponte entre os alunos e os professores por meio da tecnologia. Podendo reconfigurar assim, as formas de se aprender e as conexões entre educador e educando.

A EAD pode ser realizada em duas modalidades, segundo a bibliografia, à distância e semipresencial, ou híbrida. As mesmas ocorrem em sua maioria através de plataformas, onde o professor posta os textos bases, e as atividades e o educando, no conforto de seu tempo e espaço, lêem e responde ou produz a partir do desafio do professor. Como pode ser visto, é uma reunião de diversas metodologias ativas. Por ser uma modalidade onde o aluno é muito proativo, é vista como uma educação para jovens e adultos, no entanto, como foi colocado anteriormente, as novas gerações são nativas digitais, esta é sua linguagem, então qualquer etapa após a educação infantil, a alfabetização pode ser feita na modalidade híbrida de EAD. (SILVA; ALVES; LEAL, 2018).

Como observado durante o período na escola o professor de sociologia de Alfenas aborda uma tática parecida para assim conseguir atingir os alunos, propondo que eles tenham um acesso mais prático as leituras que serão discutidas nas aulas. Por fim, “o que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital” (SILVA; ALVES; LEAL, 2018).

CONCLUSÃO

Por fim, fica evidente nessa primeira experiencia em âmbito escolar que os nativos digitais se encontram em constante conexão durante as aulas. Notando, essa nova forma de sociabilidade utilizada por crianças e adolescentes, por meio das interações entre estudantes e as telas. Atribuindo a essas uma grande importância.

Puderam ser destacados alguns dos aspectos positivos, na utilização dos aparatos tecnológicos, sendo utilizados como ferramenta pelo professor de sociologia. A qual, facilita o ensino e aprendizado dos conteúdos. Devido a acessibilidade acerca dos textos de apoio.

No entanto, alertando também para o lado negativo é a utilização demasiada dos celulares e das mídias sociais. Posto que, diversas vezes durante as observações constatou-se que o uso dos celulares prejudica a atenção, dificultando a aprendizagem do



conteúdo de sociologia pelos alunos. Causando até mesmo conflitos com o professor, que precisa advertir os alunos prejudicando toda a dinâmica da aula.

Convém, portanto, compreender a utilização das mídias sociais pelos nativos digitais, já que a educação pode ser melhorada quando essas são utilizadas como ferramentas. Mas pode ser prejudicial ao ser usada sem restrições, de forma exagerada. Gerando assim, impactos em toda a nova geração, necessitando maior vigilância a respeito dos conteúdos e do uso dos aparelhos celulares e acesso à internet que vem se tornando hábitos culturais.

Desse modo, a temática aqui abordada pauta a vida cotidiana e a presença da tecnologia e mídias sociais perante os chamados nativos digitais. Permitindo a reflexão a respeito do ensino, aprendizado, e comportamento dos adolescentes da cidade de Alfenas-MG. Contribuindo repensarmos as ações dentro da sala de aula, visto que, somos futuros profissionais da educação e lidaremos com “uma geração conectada, multitarefa, pronta para lidar com a agilidade e superar fronteiras entre o lúdico e o conhecimento” (PASSARELLI; JUNQUEIRA; ANGELUCI, 2014, p.176).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JUNIOR, Gilson Cruz. Entre filhos e Orfãos da Cibercultura: Revisitando a noção de nativos digitais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 837. 2018.
- PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antônio Hélio; ANGELUCI, Alan César Belo. Os Nativos Digitais no Brasil e seus Comportamentos Diante das Telas. **Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. v. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014 São Paulo – Brasil.
- SILVA, Laila Paula Sousa Camilo; ALVES, Juliana Martins Santos; LEAL, Regina Barbosa. Linguagem dos Nativos Digitais e as Tecnologias Educacionais: Reconectando-nos com nossos alunos. Seminários **Diálogos sobre EaD: Práticas Pedagógicas**. 2018.



A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS FUTURAS

Victor César Fernandes Rodrigues¹

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade situar a problemática marxiana do fetichismo da mercadoria no contexto contemporâneo do capitalismo. Sua proposta é a de reivindicar, por um lado, que a criação incessante de necessidades é inerente à forma social do capital, pois essa criação incessante de necessidades tem por finalidade a valorização do valor em detrimento da satisfação das pessoas, e é precisamente por isto que o fetichismo se põe de forma objetiva, na inversão social que opera. Por outro lado, pretende situar que atualmente a criação incessante de necessidades está produzindo o recrudescimento do fetichismo e reproduzindo cada vez maior submissão das pessoas aos imperativos do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Fetichismo; Mundo do Trabalho; Mercantilização da vida social.

INTRODUÇÃO

Hoje se pode dizer que a questão da *reificação* e do *fetichismo*, na tradição crítica inaugurada por Marx, teve início com a publicação da obra de Lukács, em 1923, intitulada: “*História e Consciência de Classe*.” Mas esta “origem” é tão somente um desdobramento ulterior das formulações marxianas, contidas em obras as quais só começaram a vir a público muito posteriormente.² De fato, a temática do fetichismo, em Marx, possui diversas posições distintas.³

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Filosofia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Franca).

² “[...] Quanto a este ponto, há que ressaltar, [...] que os materiais marxianos acessíveis até os anos trinta não permitiam, com efeito, o estabelecimento do real perfil da empresa de Marx: até então permaneciam inéditos, entre outros, dois conjuntos de elaborações sem cujo conhecimento é simplesmente impossível a compreensão quer da evolução do pensamento de Marx, quer da estrutura mesma da sua teoria social – trata-se dos *Manuscritos de 1844*, publicados em 1932, e dos *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política* (1857-58), dados à luz entre 1939 e 1941. (NETTO. J. 1981. p. 31-2)

³ Pode-se dizer, quanto a este ponto, que somente no decurso de 1857-1873; tanto na “Contribuição à Crítica da Economia Política”, especificamente no capítulo “O rendimento e suas Fontes”; quanto nos



Nossa tarefa, neste trabalho, consiste no seguinte: trazer a questão do fetichismo para a atualidade; de descortinar o *fetichismo da mercadoria* em relação às múltiplas refrações de seus mecanismos referenciais. Principalmente, trazer a possibilidade de equacioná-la como importante categoria para a compreensão do capitalismo contemporâneo e das atuais inovações tecnológicas. Vivemos em um mundo onde a *mistificação* operada pelo *fetichismo da mercadoria* vem invadindo a todas as esferas. Ao cabo das quais vem estimulando a retomada desta questão particular, no exame reticente de seus efeitos objetivos/subjetivos. No marco dessa generalização “profana” da mercantilização nos encontramos todos. Indo das novas circunstâncias de externalidade com a realidade e entre si mediante vidraças oculares conectadas virtualmente⁴ à disseminação teleguiada de recursos automobilísticos autônomos,⁵ a *personificação das coisas e reificação das pessoas* atingiu o cume estatutário de a tudo incluir como estratos de seu império sacrossanto.

Da “matéria atormentada” pela engenharia genética, o lucro vem sempre como prioridade,⁶ mostrando que a inversão, operada pelo fetichismo da mercadoria, atingiu hoje o patamar inacreditável de tornar a própria vida celular um objeto de mercado. A planificação global da sociedade, cuja mercantilização da totalidade das relações sociais constitui propriamente a lógica da reificação, posta pelo fetichismo, em seu estatuto setorial consolidado, no dinheiro, representa o quanto ainda nos falta apreender sobre o significado real de tais categorias no marco da analítica marxiana.

“Grundrisse”, passando pelos *Manuscritos* de 1861-1865, ela vai tomando certa “formatação”, a qual terá sua cristalização teórica n’O Capital, particularmente em sua segunda edição de 1873.

⁴ O *Google Glass* é um dispositivo semelhante a um par de óculos, que fixados em um dos olhos, disponibiliza uma pequena tela acima do campo de visão. A pequena tela apresenta ao seu utilizador: mapas, opções de música, previsão do tempo, rotas de mapas, e além disso, também é possível efetuar chamadas de vídeo ou tirar fotos de algo que se esteja a ver e compartilhar imediatamente através da internet. Não é difícil imaginar, porém, serem também utilizados para compras via *QR-CODE* ou mediante implantes via lentes de contatos. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=P42H8iOxWQE>

⁵ Já estão sendo testadas em diversas regiões carros inteiramente autônomos, uma espécie de “internet de bordo”. Maiores informações, ver em: <https://tecnoblog.net/178274/carros-autonomos-google-ruas-california/>. Não é difícil imaginar o quanto esta tecnologia modificará radicalmente o design de estradas, incluída a mobilidade urbana, além da extinção gradativa de empregos no setor de transporte e distribuição. No mais, é o retrato da *velocidade* inovadora 4.0 com que o imperativo do lucro recobra seu significado e direção, em se tratando da substituição de precariados uberizados e da consequente perda de controle social do processo de produção.

⁶ Quando a indústria do veneno assume a porta-voz dos interesses da população e quando o extermínio de plantas e animais silvestres torna-se acelerado, algo de muito fetichista está em jogo na lógica dessa inversão. Ver em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/07/11/pl-do-veneno-o-lucro-vem-antes-da-saude-e-do-meio-ambiente/> Acesso em: 18/03/2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Nossos exemplos pretendem oferecer um panorama contemporâneo de tais problemáticas, a luz das circunstâncias que as conformam e as legitimam como “naturais” e das “saídas” do capital em tempos de crise. É o caso, por exemplo, dos empreendimentos no ramo do chamado mercado de “barriga de aluguel”. No Brasil, agências especializadas neste tipo de nicho de mercado já estão em vias de consolidação.⁷ Mas este é um movimento mundial⁸, nos Estados Unidos, por exemplo, pode-se alugar uma “barriga de aluguel” indiana, por US\$ 6.250. Casais ocidentais que buscam uma mãe de aluguel estão recorrendo sistematicamente a essa terceirização dos ventres maternos na Índia.⁹ O fetichismo, para Marx, atua como *inversão objetiva*, que não apenas inverte o relacionamento social das objetivações humanas regidas pela forma valor, mas distorce simultaneamente a relação humana posta sob tal regência; o modo de produção domina os sujeitos que perdem o controle sobre suas objetivações e passam os mesmos a se relacionarem materialmente entre si através única e exclusivamente da mediação dessas coisas, das quais lhes escapam os rastros com os quais vieram a ser. No “mundo das mercadorias”, os homens lidam com estas coisas-valores na proporção em que se relacionam entre si¹⁰, e somente na dimensão desta relação devêm reconhecíveis como tais¹¹; na proporção de uma relação social entre coisas e uma relação reificada entre pessoas.¹²

⁷ “Tammuz, que significa deus da fertilidade para os acádios, já tem 25 processos de brasileiros em andamento, sendo 14 de casais gays, sete de casais heterossexuais e sete de solteiros. “O meu negócio é possibilitar que qualquer pessoa possa ter uma família, respeitando todas as leis”, diz.” Fonte: <http://www.valor.com.br/cultura/blue-chip/4154436/agencia-de-barriga-de-aluguel-abre-escritorio-em-sao-paulo>

⁸ Informações: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/internacional/1487346402_358963.html

⁹ “O subaluguel comercial tem sido legal na Índia desde 2002, como é em muitos outros países, incluindo os Estados Unidos. Mas a Índia é o líder em torná-lo uma indústria viável, em vez de um tratamento de fertilidade raro. Os especialistas dizem que poderia decolar pelas mesmas razões que a terceirização em outras indústrias foi bem sucedida: um amplo laboratório trabalhando para taxas relativamente baixas.” (Tradução minha). Fonte: http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2007-12-30-3457229192_x.htm

¹⁰ “Na economia capitalista verifica-se o recíproco intercâmbio de pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Às coisas se atribuem vontade e consciência, e, por conseguinte, o seu movimento se realiza consciente e voluntariamente; e os homens se transformam em portadores ou executores do movimento das coisas.” (KOSIK. K. 1976. p. 174)

¹¹ “[...] A separação do produtor dos seus meios de produção, a dissolução e a desagregação de todas as unidades originais de produção etc., todas as condições econômicas e sociais do nascimento do capitalismo moderno agem nesse sentido: substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas.” (LUKÁCS. G. 2003. p. 207)

¹² “A metamorfose da relação mercantil num objeto dotado de uma “objetivação fantasmática” não pode, portanto, limitar-se à transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela imprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e faculdades dessa consciência não se ligam mais somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como “coisas”



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de *valor de troca*, no *dinheiro*, e o fato de que só nessa forma *coisa* adquirem e comprovam seu *poder social*, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é *imediatamente social*, não é o resultado de associação que reparte o trabalho entre si. Os indivíduos estão *subsumidos* à produção social que existe fora deles como uma *fatalidade*; *mas a produção social não está subsumida* aos indivíduos que a utilizam como seu poder comum. (MARX. K. 2011. p. 106. Grifo meu)

No mundo contemporâneo, as multilateralidades da reificação e do fetichismo estão em conformidade com a tipificação da vida social, e isto oferece provas suficientes acerca de sua vigência nos tempos que correm, para além de meros “conceitos” expostos por Marx na análise da mercadoria. Antes, elas constituem as *formas de ser* do capitalismo, conformam suas *determinações de existência*¹³ e irradiam luminosidade própria nesse modo de produção na exuberância de suas dimensões categoriais nucleares na tríade *fetichista* da sociabilidade burguesa¹⁴; a mercadoria, o dinheiro e o capital.¹⁵ A problemática da reificação e do fetichismo estão mais vivas hoje do que nunca; é o que tentaremos demonstrar nas páginas que seguem, cujo horizonte mira enfrentar as consequências que assume para os sujeitos sociais, participantes desses processos de fundo.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. (IAMMAMOTO. M. 2014. p. 48)

que o homem pode “possuir” ou “vender”, assim como os diversos objetos do mundo exterior. E não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades” físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação.” (LUKÁCS. G. 2003. p. 223)

¹³ “[...] as categorias expressam *formas de ser*, *determinações de existência* [...]” (MARX. K. 2011. P. 85)

¹⁴ “[...] A reificação das relações de produção entre as pessoas é agora complementada pela “personificação das coisas”. A forma social do produto do trabalho, sendo resultado de incontáveis transações entre os produtores mercantis, torna-se um poderoso meio de exercer pressão sobre a motivação dos produtores individuais de mercadorias, forçando-os a ajustar seu comportamento aos tipos dominantes de relações de produção entre as pessoas nessa dada sociedade. O impacto da sociedade sobre o indivíduo é levado adiante mediante a forma social das coisas. Esta objetivação, ou “reificação” das relações de produção entre as pessoas sob a forma social de coisas, dá ao sistema econômico maior durabilidade, estabilidade e regularidade. O resultado é a “cristalização” das relações de produção entre as pessoas.” (RUBIN. I. 1987. p. 37)

¹⁵ “[...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que *assume*, *para eles*, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX. K. 2013. p. 147. Grifo meu)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Um processo social que atua a margem dos produtores como uma *fatalidade*; passam os sujeitos a meros suportes de uma relação entre coisas.¹⁶ Em contrapartida, os sujeitos sociais, que somente obtendo tais coisas sustentam sua própria vida, são dados destinos funestos em “mundos impróprios”, que sequer lhes pertencem.

Segundo Netto;

[...] Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social *preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual*: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, - um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia. (NETTO. J. 1981 p. 81. Grifo meu)

Se a forma social das coisas, que são produtos do trabalho humano, aparece aos homens com a mística qualidade de ocultar suas mediações sociais, ao passo de converter as relações materiais dos homens com os produtos de seu trabalho em uma relação social das próprias coisas; se a própria forma fetichista deste estatuto inverte as relações sociais dos produtos do trabalho na própria base em que são produzidas, há razões para dizer que na contemporaneidade do capitalismo está-se operando o recrudescimento fetichista deste estatuto na tendência de tornar as próprias coisas conectadas entre si em uma “internet das coisas” (IoT), cuja miniaturização nano tecnológica identifica cada coisa em um banco de dados, os quais se conectam virtualmente, tornando o fetichismo das mercadorias ainda mais expressivo,¹⁷ precisamente pela migração desta tecnologia em pessoas,¹⁸ mostrando a atualidade da questão. Mas os aspectos peculiares da crise contemporânea do capital são mais engenhosos, não é por acaso que a tecnologia *Blockchain* de Bitcoin, por exemplo, a “moeda virtual” destes tempos, tem sido recorrentemente exposta como o futuro do

¹⁶ “[...] O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como o verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis deve se submeter.” (LUKÁCS. G. 2003. p. 204)

¹⁷ Maiores informações, ver em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html>

¹⁸ O uso de microchip em pessoas no intuito de identificá-las às bases de dados não apenas reafirma a reificação das pessoas e personificação das coisas, como também demonstra o recrudescimento do fetichismo, ver em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/empresa-belga-chama-atencao-por-implantar-chips-em-funcionarios/#>



dinheiro,¹⁹ ao mesmo tempo em que expressa o grau alcançado pelo fetichismo, em se tratando de um dinheiro que parece “surgir do nada”, ou simplesmente através da “mineração virtual”.²⁰

O *Bitcoin* é o *blockchain* mais conhecido neste momento, mas essa tecnologia logo dará origem a inúmeros outros. Se, agora, a tecnologia do *blockchain* registra transações financeiras feitas com moedas digitais (o *Bitcoin*, por exemplo), futuramente ele servirá para registrar coisas bem diferentes, como nascimentos e óbitos, títulos de propriedade, certidões de casamento, diplomas escolares, pedidos às seguradoras, procedimentos médicos e votos — essencialmente, quaisquer tipos de transação que podem ser transformadas em código. (SCHWAB. K. 2016. p. 22)

Na sociabilidade burguesa, tudo aquilo que puder ser submetido à formamercadoria, cedo ou tarde será garantido por todos como aceitável; nessa “síndrome de estocolmo” tão característica dos nossos tempos. A transversalidade da fetichização das relações sociais constitui propriamente o elo condutor da conversão dos seres humanos e da natureza em meras coisas quantitativamente avaliadas segundo o custo benefício dos mercados na busca desenfreada por maiores lucros em detrimento dos seres vivos. A inversão, portanto, entre a personificação das coisas e a reificação das pessoas comparece setorialmente no capitalismo contemporâneo, e nos mostra que a rigor, *não há limites* para esse regime estatutário. Ademais, é extremamente problemático relegar o tema do fetichismo, em Marx, a um tema qualquer, pois a rigor, é na atualidade do capitalismo que ele recobra seu sentido crítico preciso e elementar.

Mas nada se compara ao direito de poder lançar toneladas de gás carbônico na atmosfera, desde que sejam pagos os preços estabelecidos pelo mercado de emissões.²¹ Quer dizer, nada se compara a possibilidade de estatuir um “regime fantasmagórico” em todas as mais distantes e inóspitas treliças da sociedade, como diz Netto: “do útero a cova.”²²

¹⁹ Ver em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/tecnologia/2017/05/17/BITCOIN-O-FUTURO-DO-DINHEIRO-E-VIRTUAL.htm> Acesso em: 20/03/2018

²⁰ “Na forma do capital portador de juros, portanto, esse *fetichismo automático* está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo.” (MARX, 1985, Livro III, Tomo I, p. 294. Grifo meu).

²¹ A União Europeia administra um mercado de emissões de gás carbônico que torna permissível comprar e vender o direito de destruir a camada de ozônio. Maiores informações, ver em: <https://www.nanotechdobrasil.com.br/point-carbon-estima-volume-do-mercado-de-carbono-norte-americano-deve-dobrar-este-ano/> Acesso em: 21/03/2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A planificação global – aqui necessariamente vertical e burocrática – cobre a vida como um todo: da distribuição ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao *continuum* instrução formal/informal, etc. A organização capitalista da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio-de-ponto e os seus padrões em todas as micro-organizações. (NETTO. J. 1981. p. 82)

Em um mundo onde fazer apostas sobre a vida de idosos ou doentes tornou-se um nicho de mercado²³, onde os valores de mercado passaram a governar todas as esferas da vida social, falar de privatização, terceirização e flexibilização, hoje em dia, é quase um lugar comum, se não associadas às dimensões que alcançaram o fetichismo, a alienação e a reificação, nessa sociedade que nos toca viver. Basta verificar a ascensão que tem tido o mercado de empresas de segurança privada, em todo o mundo;²⁴ o aumento exponencial e aparentemente irreversível do marketing orquestrado pelos grandes conglomerados farmacêuticos para comercialização de remédios em escala toyotista²⁵, em suma, o terrorismo psicossocial da forma-mercadoria destilada em todos os poros da sociabilidade contemporânea, em que as condições do trabalho necessárias a essa exuberante proliferação de coisas são apagadas e dão lugar a um fetichismo persistente²⁶, o qual tem no avanço da “digitização da indústria e da economia” um fetichismo tecnológico estrutural que tende a uma 4ª revolução industrial e uma nova fase na acumulação do capital jamais antes vista.

²² “[...] Exclusivamente os recursos heurísticos contidos nas formulações sobre o fetichismo podem abrir a via à sua compreensão, porque o que aqui se *universalizou*, na imediatez da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria – que, então, dominam *toda* a organização social. Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e *das relações que viabilizam a sua reprodução*. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova.” (NETTO. J. P. “*Capitalismo e Reificação*” Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1981. p. 82)

²³ Informações, ver em: <http://www.nytimes.com/2009/09/06/business/06insurance.html?mcubz=1> Acesso em: 18/03/2018

²⁴ Ver em: <http://www.economist.com/node/86147> Acesso em: 18/03/2018

²⁵ Maiores Informações: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI338549-17805,00-EXPLORE+OS+REMEDIOS+MAIS+CONSUMIDOS+DO+MUNDO.html> Acesso em: 20/03/2018

²⁶ “As vitrines vistosas nas lojas e o marketing das tecnologias de ponta são um contraste bastante gritante às imagens de crianças carregando sacos de pedras e de mineiros, enfiados em túneis apertados, permanentemente em risco de sofrerem danos nos pulmões” [...] “É um enorme paradoxo da era digital que algumas das mais ricas e mais inovadoras empresas do mundo possam comercializar aparelhos incrivelmente sofisticados sem lhes ser exigido que demonstrem de onde vêm as matérias-primas com que são fabricados os seus componentes” Fonte: <https://anistia.org.br/noticias/trabalho-infantil-e-exploracao-na-republica-democratica-congo-alimentam-producao-mundial-de-baterias/>



Não é à toa, com efeito, que retomar a discussão sobre a reificação, posta pelo fetichismo, hoje em dia, é se deparar com os mais impensáveis disparates a que podem chegar o equivalente universal²⁷ e a racionalização inerente à plataforma econômica de transformação das relações entre pessoas em relações entre coisas,²⁸ já que nem de longe a humanidade parece preocupada em reivindicar o controle racional de suas objetivações. Mais do que qualquer coisa, a crítica ao fetichismo assiste por sua vez à teorização de Marx em *sentido amplo*, precisamente pelo fato de constituir uma *forma de ser* específica do modo de produção capitalista e de suas relações sociais postas em sua atual fase.

Num futuro previsível, os empregos de baixo risco em termos de automação serão aqueles que exigem habilidades sociais e criativas; em particular, as tomadas de decisão em situações de incerteza, bem como o desenvolvimento de novas ideias. Isso, no entanto, pode não durar. Considere uma das profissões mais criativas — escrever — e o advento da geração automatizada de narrativas. Algoritmos sofisticados podem criar narrativas em qualquer estilo apropriado para um público específico. O conteúdo soa tão humano que um teste recente efetuado pelo jornal The New York Times mostrou que, ao ler duas peças semelhantes, é impossível dizer qual delas foi criada por um autor humano e qual foi produzida por um robô. A tecnologia avança de forma tão veloz que Kristian Hammond, cofundador da Ciência da Narrativa, uma empresa especializada em geração automatizada de narrativas, prevê que, por meados da década de 2020, 90% das notícias poderão ser geradas por um algoritmo, a maior parte delas sem qualquer intervenção humana (exceto a criação do algoritmo, claro). (SCHWAB. Klaus. 2016. p. 34)

Essa desertificação da sociabilidade humana em detrimento do marmemoto de “coisas” sensivelmente-suprassensíveis e a transformação do reino animal e vegetal em um suporte energético,²⁹ faz *acentuar* o estatuto do lucro e o eleva a estatura da transgenia mercantilizada.

²⁷ O que se quer dizer é que atualmente parece surgir uma pressão econômica “canibalística” para ocupar os últimos recursos da natureza no intuito de transformá-los em mercadorias, por fazer até mesmo da “natureza interna” do ser humano, (engenharia genética) o território da valorização do capital e, com isso, da propriedade privada. Vê-se o totalitarismo operado pelo fetichismo, cuja inversão social comparece tendo em vistas as saídas para a crise do capital. Hoje estamos vendo a intensificação dos fetiches para múltiplos níveis.

²⁸ Faixas inteiras e milimetricamente demarcadas contornam a paisagem no Xingu e serpenteiam a reificação da natureza em imagens que saltam as vistas. Ver em: <https://jornalistaslivres.org/2017/08/imagem-que-falta/> Acesso em: 18/03/2018

²⁹ “[...] Na agricultura, a transgenia permite a criação de animais de grande porte com características comercialmente interessantes, cuja produção por técnicas clássicas de cruzamentos e seleção são extremamente demoradas. Assim, existem vacas transgênicas que produzem mais leite, ou leite com menos lactose ou colesterol, porcos e gado transgênicos com mais carne e ovelhas transgênicas que produzem mais lã.” Fonte: “ANIMAIS TRANSGÊNICOS – NOVA FRONTEIRA DO SABER”. Lygia da Veiga Pereira in http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000200017



O capitalismo tardio (Mandel, 1985) demonstra como nenhuma outra época o quanto o fetichismo da mercadoria era uma questão central para a crítica de Marx da economia política³⁰; demonstra que, a rigor, o fetichismo é uma categoria crítica central para Marx, no exame da forma-mercadoria. Demonstra, com efeito, seu poder de síntese, ao cabo da qual resulta na serialidade de suas telas nervuradas na reificação das relações sociais entre os sujeitos³¹, enquanto perdurarem o modo de produção capitalista.

1) O ESPAÇO FIGURAL 4.0 DA INDÚSTRIA E A QUESTÃO DO FETICHISMO.

Simplificadamente, podemos dizer que a despeito da chamada “reestruturação produtiva” a partir de meados da década de 1960, as quais se combinam com as mais atuais análises sobre a flexibilização da produção e dos postos de trabalho, que o advento da 4ª Revolução Industrial,³² traz a chancela uma variedade imensa de variáveis,³³ que podem tornar este estudo não mais situado na ponta da crítica. Resumidamente falando, as três revoluções industriais do passado; a primeira por volta de 1760 e 1840, do tempo de Marx, motivada pelo empenho em tecnologias de engenharia mecânica, máquinas a vapor e ferrovias; a segunda, no fim do século XIX e início do século XX, que combinaram o avanço da eletricidade, linhas de montagem e difusão da produção em massa, a exemplo do fordismo; a terceira, nossa mais conhecida, forjada a partir de meados da década de 1960, com o advento da informática e da tecnologia da informação, automatização, a exemplo do toyotismo, e em seguida, a Internet, em princípio dos anos de 1990, hoje se confronta com um novo paradigma 4.0 de inovação, ainda ligeiramente suspenso na maior parte das análises acerca do “Mundo do Trabalho”.

³⁰ “[...] sempre que se confronta com a economia política, ele (Marx) se defronta com a problemática do fetichismo. Resumindo: *independentemente das etapas evolutivas da sua reflexão, todas as vezes em que a economia política é o âmbito em que se coloca o objeto da operação crítica de Marx, põe-se lhe a problemática do fetichismo.*” (NETTO. P. J. 1981. p. 54)

³¹ “[...] No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder *coisificado*.” (MARX. K. 2011. p. 105)

³² Não há segurança em afirmar a origem deste termo, com relação as abruptas mudanças na entrada do século XXI na indústria como um todo. Utilizo aqui a referência de Klaus Schwab, em seu livro: “A Quarta Revolução Industrial”, publicada em 2016, pela Edipro.

³³ À guisa de exemplo: http://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Isto significa que a temática do fetichismo da mercadoria, expressa por Marx na segunda edição de 1873, no livro primeiro d'O capital, traz consigo algo mais do que apenas uma conceituação qualquer, ante o prisma tecnológico de seu tempo. Para nós, o século XXI e seu modelo de logística digitalizado, exemplificado nas páginas anteriores, ainda que brevemente, põe como central esta temática e ainda é capaz de iluminar os limites teóricos das formulações em torno da chamada revolução industrial 4.0. O dispositivo de “re-encantamento” que traz consigo são taxativos, como se tudo estivesse prestes a melhorar instantaneamente³⁴, em se tratando do esforço apologético por apoiar ao capital em sua equação com o trabalho, e delegar a segundo plano os chamados “tecnóforos”, como se tudo pudesse ser reduzido a questão da técnica desprendida das relações de propriedade privada e dos monopólios a ela associadas. Em um país desigual como o Brasil em relação ao acesso à Internet, para citar apenas um exemplo, além da assimetria evidente entre campo e cidade e o descompasso decorrente entre as condições de acesso a equipamentos que tornem permissíveis o ingresso na “sociedade da informação”, há ainda o agravamento do atraso do setor empresarial brasileiro em relação à 4ª Revolução Industrial, muito menos enquanto possibilidade real e muito mais enquanto “promessa” externa, isto é, meramente apologética.³⁵

Há um cenário desafiador para os países de baixa renda, isto é, saber se a quarta revolução industrial levará a uma grande “migração” das fabricantes mundiais para as economias avançadas, algo bastante possível caso o acesso a baixos salários deixe de ser um fator de competitividade das empresas. [...] Caso esse caminho se feche, muitos países terão de repensar seus modelos e estratégias de industrialização. Se e como as economias em desenvolvimento podem aproveitar as oportunidades da quarta revolução industrial será uma questão importantíssima para o mundo; é essencial que sejam feitas mais pesquisas e reflexões para compreendermos, desenvolvermos e adaptarmos as estratégias necessárias. (SCHWAB. K. 2016. p. 38)

³⁴ “Hoje, o foco mundial em tecnologia e inovação é impulsionado por um desejo desesperado de encontrar uma solução mágica para os problemas econômicos e sociais e políticos relacionados à raça humana. Embora existam muitos problemas importantes a serem resolvidos, e embora as inovações continuem em muitos campos, há uma expectativa irracional de que mudanças e inovações dramáticas, pelo menos na escala das revoluções industriais ou da computação antiga, estão no horizonte.” Maiores informações, ver em: <https://www.independent.co.uk/voices/there-s-no-such-thing-as-the-fourth-industrial-revolution-a7441966.html>

³⁵ “Pesquisa mostra que 32% das empresas não ouviram falar do tema. [...] Segundo a pesquisa, realizada pela Fiesp em parceria com o Senai-SP, somente 41% das indústrias utilizam o *lean manufacturing*, ou sistema de produção enxuta. E 32% dos entrevistados não tinham ouvido falar em quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou Manufatura Avançada, nomes diferentes para a mesma mudança na forma de produzir, com base em tecnologia e dispositivos autônomos que se comunicam entre si ao longo da cadeia de valor.” Fonte: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-identifica-desafios-da-industria-4-0-no-brasil-e-apresenta-propostas/>



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Virtualmente, o tema da 4ª Revolução Industrial aparece pela boca de vários entusiastas estrangeiros, os quais entoam um hino particularmente conhecido, qual seja; o de afirmarem explicitamente que as dramáticas inovações tecnológicas à nossa espera produzirão um certo efeito “mágico” nas relações humanas³⁶, reduzirá o custo dos produtos,³⁷ estimulando maior demanda do consumidor e conseqüentemente novos mercados surgirão, novos empregos aparecerão, novas relações sociais e coisas que tais. Na verdade, é o velho e carcomido procedimento idólatra dos economistas e líderes empresariais³⁸; ao capitalismo tudo o que estiver ao alcance e à humanidade o que restar dos escolhos da concorrência intercapitalista, que é o que na verdade reveste o fundamento desta inovação. Mais exatamente, mantenhamos a todo o custo o “místico véu de névoa”³⁹ envolvido nas próprias coisas que se erguem diante dos seres humanos e da própria natureza como fantasmas sugadores de sua vitalidade mais íntima e radicalizemos de forma visceral toda e qualquer condição de perpetuação e manutenção desse sistema, ainda que tenhamos de apelar para a construção da paisagem esperançosa de um mundo “novo” com maiores comodidades, que, porém, mantenha a estrutura da desigualdade entre os países natural e o estatuto da propriedade privada intocável, dada a finalidade de incremento da taxa de lucratividade entre as grandes potências como métrica para a retomada do crescimento para sair da crise. Na esteira deste discurso reiterado, os avanços relacionados à Inteligência Artificial (IA) realizam com a mais autêntica veracidade o quanto a irreversibilidade emergente deste processo ameaça sucumbir uma quantidade imensa de empregos e modificar substancialmente nossas relações sociais a ponto disto de nenhuma maneira ser considerado do ponto de vista do *controle consciente e planejado* de tal inovação.

³⁶ “A premissa deste livro é que a tecnologia e a digitalização irão revolucionar tudo, fazendo com que aquela frase tão gasta e maltratada se torne verdadeira: “desta vez será diferente.” (SCHWAB. K. 2016. p. 15)

³⁷ Não é difícil imaginar o quanto as impressoras 3D terão um impacto extremado nesta direção, em que pese a possibilidade de imprimir desde órgãos; ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=4kYtsfkIrOk> às armas de última geração; e aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=w1UNdh-3vuU>

³⁸ A implementação da indústria 4.0 para os próximos anos é exclusiva à China, EUA, Japão e Alemanha.

³⁹ [...] o reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado.” (MARX, Op. cit., p. 154. Grifo meu).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Programas como o Siri da Apple oferecem um vislumbre da capacidade de uma subárea da IA (Inteligência Artificial) que está em rápido avanço: os assistentes inteligentes. Os assistentes pessoais inteligentes começaram a surgir há apenas dois anos. *Atualmente, o reconhecimento de voz e a inteligência artificial progridem em uma velocidade tão rápida que falar com computadores se tornará, em breve, a norma, criando algo que os tecnólogos chamam de computação ambiental; nela, os assistentes pessoais robotizados estão sempre disponíveis para tomar notas e responder às consultas do usuário.* Cada vez mais, nossos dispositivos se tornarão parte de nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando nossas necessidades e nos ajudando quando necessário — mesmo que não tenhamos pedido.” (SCHWAB. K. 2016. p. 17. Grifo nosso)

Algumas das estimativas colocadas no espaço calculável de tais inovações ratificam o conteúdo aparentemente vanguardista e cosmopolita da 4^o Revolução Industrial, sem que as *consequências humano-societárias* sejam colocadas com rigor e sem problematizar o estatuto geopolítico *desigual* de suas implementações. Ora, em que condições a implementação em larga escala de impressoras 3D⁴⁰, por exemplo, para a indústria manufatureira como um todo nos países centrais reproduziria como efeito nas periferias geográficas do capital senão o recrudescimento da concorrência desigual e combinada, as quais intensificariam o atraso ou obrigariam a adequação subalternizada às inovações esperadas? Quais os desafios implicados para o Brasil em torno desta questão? Quais as consequências produtivas serão impostas às economias periféricas com o advento do Grafeno, da Impressão 3D, da Inteligência Artificial, etc., que não *agravem* o estatuto da dependência e não fortaleçam às desigualdades geopolíticas? Seria possível um projeto industrial de vanguarda no âmbito político para os próximos anos, que tivesse a sabedoria de antecipar o inevitável ou sucumbiremos a contemplação do desenvolvimento alheio como parte de nosso espetáculo dramático, para cujos “emplastos” agrário-exportadores ofereceremos às grandes potências como expressão de nossa submissão voluntária e de nossa participação dependente?

⁴⁰ “[...] A tecnologia possui uma ampla gama de utilizações, desde as grandes (turbinas eólicas) até as pequenas (implantes médicos). No momento, seu uso limita-se principalmente às indústrias automotivas, aeroespaciais e médicas. Ao contrário dos bens manufaturados produzidos em massa, os produtos impressos em 3D podem ser facilmente personalizados. Conforme as restrições atuais em relação a tamanho, custo e velocidade são progressivamente superadas, a impressão em 3D irá se tornar mais difundida e incluirá componentes eletrônicos integrados, tais como placas de circuito e até mesmo células e órgãos humanos. Os investigadores já estão trabalhando em 4D, um processo que criaria uma nova geração de produtos capazes de fazer modificações em si mesmos de acordo com as mudanças ambientais, como calor e umidade. Essa tecnologia poderia ser usada nas roupas ou nos sapatos, bem como em produtos relacionados à saúde, por exemplo, implantes projetados para se adaptarem ao corpo humano.” (SCHWAB. Klaus; “A Quarta Revolução Industrial”, 2016, Ed. Edipro. p. 25)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Mais exatamente, haveria certa ressonância entre a subjetividade *reificada* dos setores empresariais brasileiros isentos de um projeto de nação e o fetichismo circunscrito na naturalização de um destino subalterno inevitável, ou no caso, a superação deste “místico véu de névoa”, desse estado de nação subalterna encontrar-se relacionada ao investimento decidido em *capacidades humanas* fluentemente adaptadas à 4ª Revolução Industrial?

Tabela 1
Pontos de inflexão esperados até 2025

10% das pessoas com roupas conectadas à internet	91,2%
90% das pessoas com armazenamento ilimitado e gratuito (financiado por propagandas publicitárias)	91,0%
1 trilhão de sensores conectados à internet	89,2%
O primeiro farmacêutico robótico dos EUA	86,5%
10% de óculos de leitura conectados à internet	85,5%
80% das pessoas com presença digital na internet	84,4%
Produção do primeiro carro impresso em 3D	84,1%
O primeiro governo a substituir o censo por fontes de <i>big-data</i>	82,9%
O primeiro telefone celular implantável e disponível comercialmente	81,7%
5% dos produtos aos consumidores impressos em 3D	81,1%
90% da população com <i>smartphones</i>	80,7%
90% da população com acesso regular à internet	78,8%
Carros sem motoristas chegarão a 10% de todos os automóveis em uso nos EUA	78,2%
O primeiro transplante de um fígado impresso em 3D	76,4%
30% das auditorias corporativas realizadas por IA	75,4%
Primeira arrecadação de impostos através de um <i>blockchain</i>	73,1%
Mais de 50% do tráfego da internet voltado para os utilitários e dispositivos domésticos	69,9%
Globalmente, mais viagens/trajetos por meio da partilha do que em carros particulares	67,2%
A primeira cidade sem semáforos com mais de 50.000 pessoas	63,7%
10% do produto interno bruto mundial armazenado pela tecnologia <i>blockchain</i>	57,9%
A primeira máquina de IA de um conselho de administração	45,2%

Fonte: *Deep Shift – Technology Tipping Points and Societal Impact*, Global Agenda Council on the Future of Software and Society, Fórum Econômico Mundial, set. 2015.

CONCLUSÃO

No geral, nossa intenção se caracterizou pelo esforço de apreender a temática do fetichismo sob as seguintes plataformas, dentre elas; 1) O fetichismo constitui uma *categoria objetiva da realidade burguesa*. Este primeiro ponto diz respeito ao fato de que a reflexão marxiana sobre o caráter fetichista da mercadoria *não se esgota no primeiro capítulo* de sua magna obra, tal como também não é um mero conceito articulador de uma temática reclusa. Com efeito, a crítica do fetichismo compõe um complexo social objetivamente determinado, a qual se estrutura pela *abstração objetiva* dos trabalhos quando estes se socializam de maneira *indireta* através do mercado.



Este caráter *indireto* ao mesmo tempo torna legítimo o elemento por detrás das “leis econômicas”, qual seja; a violência e a opressão. 2). Essa *igualdade dos trabalhos* a uma forma abstrata *oculta* a *desigualdade* na exploração da força de trabalho, aspecto que compõe em paralelo lutas sociais estabelecidas sob um regime jurídico encoberto pelo fetichismo.⁴¹ A *dominação* e a *exploração* não aparecem à primeira vista, mas estão envolvidas pela “teia de aranha” social das relações mercantis, a qual *incorpora* aos sujeitos sociais no ordenamento fetichista de controle metabólico motivado pela manutenção de “coisas” mercantis em detrimento das relações humanas dos sujeitos entre si,⁴² que se agrava e persiste na atual fase do capitalismo. E finalmente, 3). De propor uma apreensão das relações sociais configuradas na fase tardia do capitalismo a luz da mercantilização abundante da vida social, em cujo cerne encontra-se o debate acerca da *função social* da tecnologia no capitalismo e das mudanças abruptas que nos reservam o futuro em se tratando do relacionamento contraditório entre a maquinaria e os seres humanos. Espera-se com isto salientar que o tema do fetichismo alcança uma posição contundente nos tempos hodiernos, a julgar pelo fato desta tematização assistir a um processo social que se encontra *sintetizado* por Marx, quando de sua elaboração. Isto demonstra, por outro lado, ser a forma social deste capitalismo que tende a modificar-se *estruturalmente* nos próximos anos e as condicionalidades *periféricas* do empresariado brasileiro neste cenário e sua consequente apatia com relação ao que se passa “lá fora” a forma *mais fetichista* de gestão política e econômica dos interesses envolvidos na soberania nacional e mistificada o suficiente a ponto de não atentar-se para a aberrante catástrofe esperada aos países que não anteciparem estratégias factíveis para esta tendente industrialização 4.0.

⁴¹ Tal como sinaliza Pachukanis: “As relações dos homens no processo de produção envolvem, assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito. Simultaneamente, a relação unitária e total reveste dois aspectos abstratos e fundamentais: um aspecto econômico e outro jurídico.” (PACHUKANIS, 1988, p. 75)

⁴² Por debaixo dessa abstração anônima, que opera economicamente, se justapõe uma forma jurídica e uma forma política, em que a *relação social entre as classes* é “apagada”. Isto é, por trás do *fetichismo* encontram-se *relações de poder e dominação*, ao mesmo tempo *lutas e resistências* entre as classes sociais. Relações estas que *nunca se mostram* tal como são, por a própria *sociabilidade burguesa* funcionar apoiada em mecanismos de *mistificação e fetichismo* inerentes a essa ocultação. Tal a dimensão *ideológica* no trato marxiano do problema do fetichismo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMMAMOTO. M. & CARVALHO. R. “**Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**”. Ed. Cortez. 2014.

KOSIK. K. “**A dialética do concreto**.” Ed. Paz e Terra. 1976

LUKÁCS. G. “**História e consciência de classe**.” Ed. Martins Fontes. 2003

MARX, Karl. “**O Capital: crítica da economia política**”. Livro I. Ed. Boitempo. 2013

_____. “**Grundrisse**”. Ed. Boitempo. 2011.

NETTO. J. “**Capitalismo e Reificação**”. Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1981.

RUBIN. I. “**Teoria Marxista do valor**”. Coleção Teoria e História. Ed. Polis. 1987

PACHUKANIS. E. B. “Teoria geral do direito e marxismo.” São Paulo: Editora Acadêmica. 1988.

SCHWAB. Klaus; “**A Quarta Revolução Industrial**”, 2016, Ed. Edipro.

PEREIRA. Lygia da Veiga. **ANIMAIS TRANSGÊNICOS – NOVA FRONTEIRA DO SABER** in: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000200017 Acesso em: 13/02/2018

Empresa Belga chama atenção por implantar chips em funcionários. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/empresa-belga-chama-atencao-por-implantar-chips-em-funcionarios/#> > Acesso em: 12/02/2018

Robôs transformam o setor de Logística das empresas. Disponível em: https://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline > Acesso em: 17/03/2018

Fiesp identifica desafios da indústria 4.0 no Brasil e apresenta propostas. Disponível em: < <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-identifica-desafios-da-industria-4-0-no-brasil-e-apresenta-propostas/> > Acesso em: 17/03/2018

Agência de Barriga de Aluguel abre escritório em São Paulo. Disponível: <https://www.valor.com.br/cultura/blue-chip/4154436/agencia-de-barriga-de-aluguel-abre-escritorio-em-sao-paulo> < Acesso em: 17/03/2018

Wall Street busca lucro em pacotes de seguro de vida. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/09/06/business/06insurance.html?mcubz=1> Acesso em: 17/03/2018



NAÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADES NACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A SOCIEDADE NACIONAL MODERNA

Paula Aparecida Viol Liguori¹

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o conceito de nação amparado na teoria de Ferdinand Tönnies, Émile Durkheim e Marcel Mauss. Em conjunto com Mauss parte-se da premissa que as sociedades nacionais são aquelas em que há a integração política e social marcada com a presença de um poder central. Diferentemente das sociedades polissegmentares, em que o poder é fragmentado entre os clãs. Nesse sentido, e para iniciar o argumento, em conjunto com Tönnies, faremos um mapeamento de como ocorre a passagem da comunidade – orgânica, baseada em relações familiares – para a sociedade – artificial e baseada em pactos. Na sociedade, trabalharemos o conceito de *solidariedade orgânica*, tal qual Durkheim vale-se para compreender a divisão do trabalho como um grande vetor produtor de relações indivíduo-sociedade. Finalmente, buscamos alocar a nação como um produto das transformações efetuadas na passagem comunidade-sociedade. A *condição nacional* aparece como fruto da solidariedade orgânica, pelo fato de que ao mesmo tempo em que há uma individuação cada vez maior no corpo social, existe a necessidade de estabelecimento de vínculos. Tais vínculos, de um lado, estão baseados na divisão do trabalho social. Por outro lado, esses vínculos produzem uma identidade coletiva e que se expressa nas instituições políticas promovendo integração nas formas de organização do corpo social e na centralização do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade; Sociedade; Estado; Pactos; Nação.

Introdução:

No momento em que me coloco a escrever esse artigo, ainda influenciada pelo clima de Copa do Mundo, uma reflexão não deixa de me atormentar. Os finalistas da Copa de 2018 na Rússia, França e Croácia, para além da bola, colocaram em campo uma questão que há muito vai e volta no debate das ciências sociais: a temática do

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Email: paulaviol2011@hotmail.com.



nacionalismo. É interessante notar as manchetes que noticiaram a Copa do Mundo envolvendo as equipes finalistas. Durante o evento desportivo a Croácia surgia nos debates, hora com vídeo do zagueiro Domagaj Vida circulando nas redes sociais proferindo saudações de cunho nazista. Em outro momento, o croata eleito Melhor Jogador da Copa, Luka Modric, é exposto na comunidade internacional como a criança que descobriu o futebol no tempo em que era refugiada, durante o sangrento período da Guerra dos Balcãs. Em contrapartida, a Campeã Mundial França é questionada pelo fato de ascender ao bicampeonato graças, em sua maioria, a jogadores não franceses. Mais ainda quando lembrado o fato de que na última eleição presidencial francesa, Marine Le Pen e seu discurso xenofóbico foram disputar o segundo turno.

Diante dessas questões, não posso deixar passar em branco a grande curiosidade, pela qual a Croácia é citada por seu nacionalismo e a França por seus jogadores não nacionais. Qual o sentido de toda essa movimentação? É a grande questão que Benedict Anderson (2008) busca compreender os motivos que levam, mais a um indivíduo morrer pela nação, do que viver por ela. Entretanto, neste trabalho, a grande questão norteadora para compreender o fenômeno da nação não provirá de Anderson, mas de Marcel Mauss e de sua tradição durkheimiana predecessora.

Dando um primeiro passo na argumentação, o autor coloca que “o princípio de soberania nacional, o dogma de Rousseau, era demasiadamente o que Proudhon chama de “ideia revolucionária” para ser a ideia favorita de quem não fosse sinceramente republicano” (MAUSS, 2017, P.60). Não sendo muito afeito de ideais anarquistas tais como os fazia Proudhon, Mauss operacionaliza uma jogada argumentativa muito tentadora quando compara o fenômeno nacional como uma ideia revolucionária afim do universo proudhoniano. Conquanto, a forma com que Mauss coloca a formação da nação não alinhada ao *modus operandi* revolucionário clássico – como defendia Proudhon – mas e sobretudo como o resultado de uma transformação morfológica tipicamente oriunda das raízes sociais. A consequência de uma odisseia de fatos e mudanças na forma de se conceber a sociedade e o comportamento humano que envolve o mundo familiar, vontades, pactos. O presente trabalho traz um pouco da tentativa de compreender a jornada nacional à luz de teorias modelares das ciências sociais.



O ponto de partida: Associação Humana

Como primeiro passo deste itinerário, iniciamos a discussão com um conceito muito caro às ciências sociais, que é o de comunidade. A obra de *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson é bastante alusiva quanto a esta ideia. Entretanto, o ponto nodal do qual partimos a análise deste trabalho efetua-se com o conceito de *comunidade* tal qual apresentado pela perspectiva do pensador alemão Ferdinand Tönnies. A escolha de Tönnies não é de forma alguma aleatória, mas, por julgar que sua abordagem sobre os estágios de comunidade e sociedade é uma ferramenta profícua de mapeamento do processo de transformação nas relações. Essa inspiração se dá em conjunto com Mannheim (1936, p. 314) quando diz: “Historical development, as Tönnies conceives it, is a process of transition from forms of community to forms of association”. Relações essas que de início eram locais e familiares para uma nova forma de relação em que a impessoalidade e a formalidade são os precursores. Ou seja, em um campo em que as relações são artificiais e não mais “naturais”. Campo esse – tal qual será defendido nesse trabalho – em que a nação aparece como o vínculo coletivo que une as partículas individualizadas.

No prefácio da edição de 1887 de *Comunidade e Sociedade*, Tönnies apresenta sua obra permeada de um debate impetrado pelo *empiricismo* e a filosofia crítica contra o estabilizado sistema *racionalista* tipicamente representado na Alemanha pelas teses de Christian Wolff. Como bem caracteriza Mannheim (1936, p. 313) “Tönnies was a thinker who always in opposition”. Permeado por este cenário, Tönnies (2001, p. 3, grifo do autor) explicita que “coming to terms with these two methods is thus of major significance for my attempt *a new analyses of the fundamental problems of social life*”. Nessa esteira, Tönnies de maneira paradoxal, expõe que o empiricismo é uma “formal consummation of rationalism”. (TÖNNIES, 2001, p.3). Observando os trabalhos de Kant e Hume, Tönnies enxerga que em ambos os autores estariam agindo de maneira racionalista para encontrar resultados opostos. De um lado Hume aponta que o conhecimento é produto de qualidades objetivas e circunstâncias que operam sobre a mente humana, vista como uma *tábula rasa*. Dessa forma, o conhecimento para Hume é adquirido e apenas pode ser compreendido se a variável tempo é aplicada à análise.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Assim, atos aparentemente aleatórios são observados no decorrer do tempo. E sua repetição é entendida como uma espécie de regularidade. Em contrapartida, Kant entende o conhecimento como produto da subjetividade, como uma atividade que resulta do ato primeiro de pensar. Assim, a procura por entendimento é permeada por *condições pressupostas da natureza de agência*.

No meandro desse debate, Tönnies, como busca em seu objetivo inicial, tenta colocar em acordo os postulados de Hume e Kant, alegando que ambas correntes se encontram no eixo a respeito do próprio ato de pensar. Ambos os autores estão discutindo condicionantes de origem psicológica. Isso é reforçado por Tönnies quando apresenta o argumento da memória.

Everything we do or have done to us (which is simply the other side of doing), and thus life itself, is experience, just as all experience means doing something or having something done to us. All activity involves organic change; it leaves some traces, which either reinforce existing trends in growth and development, or point in a different or contrary direction. These traces are what we think of as *memory*, especially in the shape of the accumulated impact of already formed sense impressions, which in turn can only be produced by memory. (TONNIES, 2001, p. 5)

Em síntese, a autor aponta que as atividades humanas resultam de atos mentais. Inclusive a questão do entendimento das coisas e do mundo. Atos mentais de seres naturais, racionais, mas que vivenciando a experiência histórica acumula vivências e as memoriza. É assim, de acordo com Tönnies que a identidade individual é pensada. Conjugando a necessidade de sobrevivência orgânica do ser humano e o ciclo histórico em que ele operacionaliza seus desejos, a vivência em sociedade aparece como o campo em que a personalidade se constitui. É uma psicologia grupal que combina o elemento orgânico e a interação entre os indivíduos. “A natureza com a investigação de sua substância histórica e a concepção dialética da natureza social do homem constituem sem outros postulados e pressupostos, os fundamentos metodológicos dos quais Tönnies se propõe transcender o empírico sem recair no idealismo.” (MIRANDA, 1995, p.58).

Partindo do princípio de que o mundo da vida é constituído a partir das relações das partes que dependem umas das outras para constituir o todo. E que este todo é uma realidade que se constitui e que se transforma, é por um viés sociológico que Tönnies



procura investigar essas relações em que “a tenor del qual las *relaciones y uniones* humanas son consideradas como vivas o, por el contrario, como meros artefactos”. (TONNIES, 1947, p.24, grifo meu). Sendo assim, o ponto nodal sob qual se ampara as relações e uniões encontra-se no conceito de *vontade*.

As vontades são relações recíprocas. Tais ações originadas das vontades podem ser produtivas ou destrutivas. Como corolário, as vontades produtivas unem e as destrutivas criam dissensões. Essas vontades que são a alma das ações humanas que orientam o mundo da vida e podem materializar-se de duas maneiras: como vida real e orgânica – Comunidade; como vida artificial e mecânica – Sociedade. (Tönnies, 1947).

Ao caracterizar sua dialética, a comunidade (*Gemeinschaft*) é o campo em que o sentimento de pertença é dado. A comunidade é “sentida”. Os vínculos são naturais e orgânicos. O afeto é desenvolvido de maneira familiar. Na sociedade (*Gesellschaft*) é o mundo do estranhamento, da hostilidade e da individualidade. É o mundo do público. É a esfera que se relaciona com o Estado. “las sociedades religiosas, al igual que otras asociaciones para determinados fines existen *solamente para el Estado y la teoria*, situados fora de ellas”. (TONNIES, 1947, p. 20, grifo meu).

Esta menção ao Estado no pensamento de Tönnies é um tanto profícua de se explorar, pelo fato de que, de acordo com Schluchter (2011), o grande propósito do autor é superar a oposição entre Estado e sociedade que caracteriza a tradição hegeliano-marxista de entendimento das transformações operacionalizadas pela Modernidade. Tal expediente se realiza pelo fato de que Tönnies vê como essência da sociedade moderna a presença do Estado. Inspirado no contratualismo hobbesiano, o autor compreende que a luta entre Estado e sociedade é tão somente infundada como nula. É essência da fundação social a presença de um Leviatã que assegure a liberdade dos indivíduos. Podemos então inferir, que o estado de natureza hobbesiano está presente na obra de Tönnies não antes da fundação da sociedade, mas é a sua maior característica.

Família: a alma da *Gemeinschaft*



A Comunidade para Tönnies é o espaço privilegiado das relações estabelecidas pelo nascimento. A união das vontades é efetuada a partir da proximidade consanguínea. Durkheim ao debruçar-se sobre a obra de Tönnies é enfático quando diz que “moreover, the family is at the same time its source and origin. It is from the family that all types of community are born” (DURKHEIM, 2016, p. 1194). Tais relações podem ser observadas pelos seguintes troncos familiares: a mãe com o filho; o marido e sua esposa; irmandade. Dessa forma, a conexão da mãe e seu filho inicialmente é ligada pelo instinto de proteção e de cuidado com o filho e depois, tal relação desenvolve vínculos ainda maiores pelo fato da convivência entre os pares gerar *memórias* em conjunto. E com isso a relação que nasce da natureza torna-se também histórica. “la mutua habitación y por el recuerdo de las alegrías que reciprocamente se hayan proporcionado, y sobre todo a causa de la gratitud del hijo por los cuidados e desvelos de la madre”. (TÖNNIES, 1947, p. 26). Outro fator de consolidação destas relações é a coabitação. Esse último é o fator sociológico que vai gerar o sentimento de união e até mesmo construção de patrimônios em comum. É na casa também que convivem os irmãos sob o cuidado da mãe. E nesse caso há o sentimento de fraternidade entre ambos. Pois, advindo da mesma mãe e recebendo os mesmos cuidados, é pressuposto que entre irmãos a solidariedade se desenvolva sob uma concepção de plena *igualdade*. A comunidade é o espaço da igualdade.

O mundo da comunidade é dividido entre homem e mulher. A divisão do trabalho ocorre primeiro de acordo com o gênero e depois em relação à idade. À mulher corresponde a proteção do *valioso* e ao homem o rechaço dos entreveros e conflitos. Tönnies não enxerga a divisão do trabalho conforme ocorre na comunidade de forma desigual. Mas como um equilíbrio de forças recíprocas que vão desenvolvendo a vida. Até mesmo observando as relações de força, aquele que possui um poder maior tende a ajudar aquele que tem menos. “Y así sobre todo el seno de estas relaciones orgânico-corporales , existe uma ternura instintiva y espontánea del fuerte hácia el debil, um placer de ayudar e y proteger”. (TÖNNIES, 1947, p. 31).

Por conseguinte, essas relações orgânicas em desenvolvimento exteriorizam-se para fora do corpo e começam a moldar o lugar circundante. Os vínculos que antes eram assegurados pelo instinto são desenvolvidos em ações e essas ações tornam-se, não mais



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

apenas orgânicas. Tornam-se virtuais e condensam-se nos costumes. Esse “vínculo de espírito” como nomeado pelo autor é também o vínculo mental que correlato com o aspecto orgânico do corpo resulta na comunidade em “el tipo más elevado de comunidade”. (TÖNNIES, 1947, p.32). Assim, esses vínculos se desenvolvem em três ramos distintos de união: o parentesco, a amizade e a vizinhança. O parentesco é o campo da maior proximidade e afeto entre os seres. É o local onde há o prazer promovido pelo afeto e pela proximidade corpórea. A vizinhança é o povoado. Nela há o desenvolvimento da esfera do trabalho, este que necessário à vida por prover os meios de subsistência acaba postulando princípios de ordem. Na vizinhança a proximidade corporal não é intensa, mas há um elo provido pelo costume. A amizade necessariamente não está atrelada às esferas do parentesco e nem da vizinhança. Na perspectiva de Tönnies, a amizade está pautada mais pelo *reconhecimento* de algo “meu” no “outro”. Seja um ofício, seja uma atividade. Portanto, ela se faz “como condición e efecto de actuaciones e y *concepciones coincidentes*”. (TÖNNIES, 1947, p. 34, grifo meu). Nesta visada, a amizade é a arena em que a liberdade de escolha é possível. O costume não postula tais relações e nem o parentesco.

Concluindo, o parentesco, a vizinhança e a amizade são as esferas de atividade que os indivíduos praticam na comunidade. É nesses três campos em que, de um lado a reprodução da vida está assegurado – casamento – a busca por meios de subsistência orgânica do corpo está garantido pelo trabalho – a vizinhança – e por último a liberdade de escolha dos amigos. E essas três esferas operam com sentimentos de admiração, confiança, respeito e honra.² O próprio âmbito da dignidade está plenamente associado em prestar serviços aos outros. Todo serviço *pode ser considerado como dignidade* e assim cria-se uma noção de honra individual. Assim, as vontades individuais são praticadas de forma com que a comunidade inteira se beneficie. “La esfera de voluntad y también la esfera de voluntad comunal, es una masa de fuerza, poder o derecho determinados” (TÖNNIES, 1947, p. 38). Nesse sentido, há um senso de obrigatoriedade

² Tönnies não é negligente a uma ideia de conflito. O conflito, entretanto, não tem o poder de romper com os laços de união. A esse respeito, é interessante notar uma passagem de Tönnies (1947, p.36) a propósito do ancião na comunidade: “El anciano está por cima de estas cosas como observador sereno, y es el menos propicio a dejarse llevar por preferencias o resentimientos a ayudar uno contra otro, antes bien procurará conocer de qué lado comenzo el mal y si el motivo de hacerlo era lo suficientemente fuerte para um hombre debidamente ponderado[...]”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

para com os demais indivíduos que compõem a comunidade. Tanto que, Tönnies realça que a desigualdade em uma comunidade não é a regra imperante, visto que se fosse a comunidade deixaria de existir. Sendo assim, a vontade comunal é também o grande motor que assegura a liberdade. A vontade comunal é a síntese da dialética em que os desejos individuais são medidos de acordo com as possibilidades de sua realização. A vontade comunal é o campo de poder em que os desejos individuais possuem vazão para sua existência no mundo. É o ponto que Tönnies coloca o debate hobbesiano em questão: Hobbes entende que os indivíduos em seu estado de natureza são dotados de desejo. Mas tais desejos são a condenação de morte dos indivíduos, pois, cada qual irá derrotar o seu semelhante para realização de seu fim. Entretanto, para Tönnies, na comunidade há comunhão desses desejos na vontade comunal. Cada qual realiza os próprios desejos, mas, ao mesmo tempo sob o amparo da *dignidade*, há a necessidade de ver outro também realizado. É nesse ínterim que Tönnies inverte o postulado hobbesiano, em que o indivíduo antes da sociedade possui interesses com racionalidade teleológica, para colocar que esse estágio acontece apenas no desenvolvimento da *sociedade*. É na sociedade que o indivíduo orienta sua razão para fins específicos e não na comunidade. Na comunidade, o consenso é produzido de forma natural, pela própria linguagem. A linguagem “sino que el mismo es consenso vivo, y a la vez su contenido e su forma” (TÖNNIES, 1947, p.40).

Conquanto, como o autor bem salienta, a *comunidade* é o universo em que há uma constante relação do campo com a casa. Há na comunidade a divisão dos grupos menores. Mas o grupo maior antecede os menores. Os grupos maiores, entretanto buscam afirmar-se em consonância com outros grupos menores. Bem como as famílias, que habitam casas distintas, mas, comungam de um sentimento comunal. Como consta na seguinte passagem: “el estudio de la casa es el estudio de la comunidad como el estudio de la célula orgánica es el estudio de la vida”. (TÖNNIES, 1947, p. 47). Nessa visada, o autor considera que a comunidade pode ser representada como uma grande casa. O *télos* pela qual a comunidade deve seu refrigério. Assim, partindo da visão aristotélica, Tönnies enxerga que a cidade também move-se como uma grande casa que basta a si mesma. Até mesmo as organizações econômicas existem em função de espalhar a dignidade da comunidade de onde provém. Abrindo aspas para seu



conterrâneo Schmoller (*apud* TÖNNIES, 1947, p.63) salienta seu argumento: “Toda ciudad, especialmente toda gran ciudad, procura encerrarse em sí en forma de totalidade económica, y extender para todos los lejos posible hacia el exterior su economía y su esfera de poder”.

Tendo em vista o exposto, podemos concluir que a vida da comunidade (*Gemeinschaft*) é a exteriorização do afeto. O campo do trabalho, da economia, das associações são postulados pelo consenso natural, provindo da linguagem. Nessa situação, o *modus operandi* da comunidade se assemelha com o da administração doméstica e no qual o indivíduo não se descola de sua estrutura comunal.

Entretanto, como bem observado por Cahnmann (1995) a sociologia de Tönnies está preocupada com as mudanças sociais ocorridas desde a Idade Média até o tempo em que era contemporâneo. É embebido deste propósito que o autor então vai dissertar sobre a sociedade (*Gesellschaft*). Na *sociedade* Tönnies encontra a antítese da *comunidade* e ao mesmo tempo a transformação.

Pactos: a aposta da *Gesellschaft*

Como exposto acima, e em conjunto com Cahnmann (1995), a obra de Tönnies segue a esteira de pensar transformações. Mesmo não o tendo feito propositalmente. Nessa visada, podemos compreender que ao se inspirar no pensamento hobbesiano, Tönnies o faz enxergando Hobbes como um contratualista da *Modernidade* – a Era das transformações. (SCHLUCHTER, 2011). Hobbes assinala em sua obra que o homem em seu estado de natureza é o homem dotado de razão. Não o homem regido apenas por seus instintos. Nessa embocadura, Tönnies formula a sua teoria da sociedade em que a ideia de Esclarecimento é algo com forte influência, esfera tal qual a *Aufklärung* impera. Ou seja, a *Modernidade*. “A *Idade da Razão* fundamentava, sobretudo, a *ideia do contrato*, a adesão dos seres humanos, entendidos como unidades ontológicas (como tal, autônomos) às formas de organização social e política.” (MIRANDA, 1995, p. 61, grifo meu).

Diante do exposto, a sociedade é o par dicotômico na dialética tönnesiana. Nela os indivíduos vivem “pacificamente”, entretanto separados apesar de todas as uniões. A



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

vontade se encerra nos desejos individuais, “cada cual está para sí solo, y en estado de tensión contra todos los demás”. (TÖNNIES, 1947, p.65). Nesse mundo, as relações materiais não funcionam sob o signo da *dignidade* como na comunidade, mas pelo retorno imediato do produto trocado. Os produtos na sociedade são separados dos seus sujeitos e criam um mundo próprio. Esses produtos não são expressão da glória comunal, mas são enxergados como objetos com um fim determinado. Esse é o cerne da sociedade: pessoas, coisas e relações mediadas pelo pacto racional com um fim determinado. Não mais a satisfação de um desejo orgânico, até mesmo instintivo. Não existe a ideia de um bem comum amparado por dádivas. O câmbio dos produtos é efetuado de acordo com o *valor* equivalente de cada um, ou seja, um parâmetro acastelado pela *igualdade*.

La igualdad es su juicio, y es valida para los dos sujetos , a condición de que la hayan aceptado como tal em su acuerdo; por lo tanto , sólo mientras dure el cambio , sólo com respecto al momento temporal del cambio. Para que también com esta limitación pueda llegar a ser objetiva o de valor general , tiene que aparecer como juicio formulado por “todos”. (TÖNNIES, 1947, p. 67).

A ideia de valor é então formulada por “todos” por médium de uma ação racional. Há também uma equiparação dos valores e assim surge uma ideia de justiça. Essa esfera da justiça não é baseada na honra, mas, na aceitação de todos que pactuam. É efetuada pelo reconhecimento racional que se fundam os parâmetros de justiça.

O valor, como Tönnies bem o define, não se assemelha a um sentimento de bondade. Pois a bondade é um sujeito real e o valor é algo artificial, criado arbitrariamente pelo pacto. Algo de valor não é necessariamente algo útil. É um juízo criado socialmente em que, tais coisas ditas “de valor” são instituídas. O tempo é também moldado pelo valor, de acordo com o autor. Assim, definido o valor das coisas, a forma como se constrói esse valor na prática se dá pelo trabalho. E dessa forma, o trabalho se desenvolve buscando maximizar ou minimizar o tempo de construção das coisas. Ao mesmo tempo em que esse trabalho não tem um espírito comunal. Tem um espírito artificial e que tal configuração não engendra sociabilidade. Gera, sobretudo, a divisão do trabalho com vistas à maximização da produção. E essa divisão acarreta uma dependência por parte dos indivíduos sociais.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A divisão do trabalho na sociedade é o que possibilita a circulação das mercadorias e por isso mesmo é o campo em que as vontades são realizadas. Pelo intermédio da troca é que o cambio econômico pode ocorrer. E tal troca resulta no contrato. O raciocínio funciona da seguinte forma: a partícula que compõe a sociedade é o indivíduo racional dotado de interesse. Entretanto, há outros indivíduos ao redor também com interesses e que desejam realiza-los. A necessidade de sobrevivência é expressa. Então, o caminho que esses indivíduos encontram para realizar seus interesses é fazendo um pacto. Para participar desse pacto é preciso dar algo em troca, este último adquirido por mérito do trabalho. O trabalho é o campo que produz algo de valor no qual o indivíduo irá propor na arena social. Sendo assim, esse câmbio cria uma obrigatoriedade para os que estão participando do pacto. Esse pacto econômico, na visão de Tönnies é a chamada sociedade civil ou “sociedade câmbio” no qual, de acordo com a expressão de Adam Smith, “todos son comerciantes”.

Y por analogía con este tráfico basado en el intercambio de valores materiales , puede entenderse también toda sociabilidad , cuya regla suprema es la cortesía: intercambio de de palabras y favores , en el que parece que todos estén a la disposición de todos y que cada cual considere como iguales suyos a los demás , cuando *en realidad cada cual piensa en sí mismo* [...] (TÖNNIES, 1947, p. 81, grifo meu)

Diferentemente da comunidade, a grande aposta que a sociedade faz é nos pactos comerciais. Na comunidade as relações são embasadas pela consanguinidade e os objetos e coisas possuem um valor secundário. Na comunidade as relações morais são inspiradas na família. E na sociedade? Tönnies explica: “la sociedad está en un todo condicionada por las vinculaciones com el Estado”. (TÖNNIES, 1947, p. 82).

Chegamos a um ponto notável de nossas considerações. Ao compreender que a sociedade se diferencia da comunidade a partir da presença do Estado como órgão moral, o argumento tal qual buscamos defender aqui fica mais claro: a sociedade pela qual Tönnies observa toda essa miríade de transformações, é também a que desenvolve uma ideia de Estado-nação. O conteúdo moral que na Gemeinschaft era representado pela família vai ser representado na Gesellschaft pela nação. Os pactos comerciais e as concorrências internacionais fazem sentido apenas quando há uma integração moral e econômica. (MAUSS, 2017).



Sociedade: o Estado em perspectiva

Ao chegar no ponto em que a sociedade é o cerne de nossas observações é mister que não passemos despercebidos pelo pensamento de Durkheim. O pensamento do francês é alocado nesse momento da análise, pois, sua relação com o pensamento de Tönnies não é de longe despercebida. Apesar de alguns pontos em discrepância, as linhas de conexão também são verificáveis. No eixo dessas considerações, a teoria durkheimiana aparece no momento em que buscamos demonstrar que o estágio social é um momento indivíduos que pactuam entre si e que constituem um corpo moral diferenciado do *modus operandi* exercido pela família. E Durkheim faz isso, com um método um tanto diferenciado de Tönnies, mas suas conclusões não são de tudo discrepantes.

Durkheim quando expõe os motivos que o levam a escrever “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, para além de compreender os fenômenos religiosos em si mesmos. Seu intento é dissertar sobre o que vai além dos fenômenos religiosos. “Toda religião, com efeito, tem um lado pelo qual vai além do círculo das ideias propriamente religiosas [...]”. (DURKHEIM, 2003, p. XV). Essas ideias que ultrapassam as propriamente religiosas, tal qual o autor busca investigar, são as *noções essenciais que dominam nossa vida intelectual*. Estas últimas são reconhecidas nas categorias de entendimento, tais quais: tempo, espaço, causa. Tais categorias possuem a prerrogativa da universalidade, pois, de acordo com o autor, é a partir delas que o espírito do pensamento se desenvolve no mundo. Assim, a justificativa que Durkheim oferece para o estudo da religião nas tribos australianas, circunscreve-se no fato de que em seu entendimento tais tribos representam as sociedades mais simples e que por isso possuem também a religião mais simples. E compreendendo a “ossatura” desse sistema é possível compreender sociedades mais complexas e desvendar quais são as categorias universais.

Tal como Tönnies, Durkheim trabalha com duas chaves analíticas: estados mentais individuais e a coletividade. As categorias sociais pelas quais Durkheim busca mapear são as categorias com que, sobretudo, operacionalizam estágios mentais e consciência. Entretanto, o francês aponta que tais categorias são produtos da *sociedade*.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Elas só podem ser desenvolvidas pela coletividade e aí então o indivíduo absorve essas categorias. Mesmo porque, para classificar e ordenar as coisas no mundo é preciso de um consenso, por exemplo, em como pensar o tempo. Ou como dispor das coisas no espaço. Assim, ao mesmo tempo em que o indivíduo possui uma base orgânica – essa limitada e não condicionante de agência – ele é também um ser social – essa a manifestação plena da existência humana. Como um ser duplo³, a consciência individual do homem é hierarquizada pela consciência coletiva, pois, é a consciência coletiva que dota um corpo orgânico de categorias grupais, portanto, transforma-o em um *Ser social*.

É com o argumento da sociedade que Durkheim busca “escapar” das “dificuldades contrárias”. Estas últimas encarnadas, no debate entre empiristas e aprioristas em que era contemporâneo. Em uma via, Durkheim critica o argumento empirista, pois, tal tese implica em retirar das categorias o seu senso de universalidade e aquilo que lhes é intrínseco. E a forma empirista visa defender a ideia de que as sensações e imagens são construídas a partir do contato entre sujeito-objeto. E por isso o conhecimento está fadado à subjetividade. Nas palavras de Durkheim (2003, p.XXI): “Nessas condições, submeter a razão à experiência é fazê-la desaparecer, pois, é reduzir a universalidade e a necessidade que a caracterizam serem apenas puras aparências, ilusões que, na prática, podem ser cômodas, mas que a nada correspondem nas coisas[...]”. Já os aprioristas, de acordo com o autor são mais respeitosos com os fatos. Os aprioristas partem de uma premissa racionalista e creem que o mundo possui um aspecto puramente racional em que o espírito ultrapassa as sensações intuitivas proporcionadas pela experiência. Entretanto, o que Durkheim aponta como errôneo nessa corrente é que, na visão dele, a razão aparece como puramente dada. Como uma característica *a priori* da mente humana. Contudo, Durkheim (2003, p. XXII, grifo meu) salienta que “as categorias do pensamento humano jamais são fixadas de uma forma definida; elas se fazem e desfazem permanentemente; mudam conformo *os lugares e as*

³ Essa é uma das maiores diferenças entre Tönnies e Durkheim. Tönnies executa sua análise a partir de uma psicologia grupal, no qual o corpo é um ser dotado em si mesmo de certas categorias que lhe são orgânicas. Já Durkheim, em linha contrária, aponta que os estágios mentais e as categorias em que os organismos valem-se para pensar são externas. São produzidas pela sociedade.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

épocas”. Ou seja, essas categorias são condicionadas pela autoridade social, esta última detendo o poder imperativo de delinear as condições de pensamento e de *ação comum*.

Observadas estas questões, compreendemos em Durkheim que a sociedade é que impõe suas regras. Sobretudo é advindo da sociedade que os indivíduos se desenvolvem enquanto Ser. A esse respeito, o autor inicia sua obra “Da Divisão do Trabalho Social” com uma questão modular: “Como é que, ao mesmo passo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da sociedade?”. (DURKHEIM, 1999, p. L). Durkheim vai buscar responder essa questão investigando os fatos da vida moral. A moral para Durkheim é um sistema que está interligado ao mundo. Por isso, tal campo é de extrema relevância sem em ser compreendido pelo fato de que ao se entender as categorias que o compõem é possível enxergar a lei que rege esse campo. Nesse sentido, o autor busca compreender no campo da moral, o que os torna científicos e observáveis. E ele o fará estudando a solidariedade social a partir das regras jurídicas. Para engendrar esse objetivo, Durkheim irá investigar como as regras jurídicas são resultado das transformações nas relações sociais em função da divisão do trabalho.

Observando a “indústria moderna” Durkheim expõe que não há nada mais incontestado do que a divisão do trabalho. Entretanto a divisão do trabalho não circunscreve-se apenas nos marcos econômicos. Ela é um fenômeno de abrangência social que abarca desde a arte, o campo até a ciência.

A divisão do trabalho aparece como uma regra de conduta cada vez maior. Assim, o indivíduo que demonstra saber tudo e a nada se especializa, para Durkheim aparece cada vez mais como anti-social. Enquanto que o modelo é aquele homem que busca se aperfeiçoar e realizar cada vez melhor uma tarefa delimitada. Mais ainda, a divisão do trabalho gera uma espécie de solidariedade. E essa solidariedade tem um efeito puramente moral, efeito esse que é perceptível nas transformações e sanções no mundo do Direito. Como bem observa Quintaneiro (2003, p. 74) “O papel do Direito seria, nas sociedades complexas, análogo ao do sistema nervoso: regular as funções do corpo”. Nesse sentido, da mesma forma que a divisão do trabalho é um fenômeno da organização das sociedades, o aparecimento do mundo jurídico é também um corpo moral que visa manter e proporcionar a ordem. Assim, em sociedades nas quais o direito possui uma preponderância ordenadora maior em detrimento da força moral dos



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

costumes, podemos enxergar uma maior complexidade e uma maior presença da divisão do trabalho. E ao mesmo tempo uma maior diferenciação dos indivíduos. Tanto é que em sociedades em que a diferenciação dos indivíduos é menor, as regras morais que coordenam a coesão advêm do costume e da religião. Nestas, Durkheim encontra uma presença maior de sanções repressivas. Neste caso a pena serve para evitar possíveis imitadores do crime e concomitantemente “sustentar a vitalidade dos laços que ligam entre si os membros dessa sociedade, evitando que se relaxem e se debilem, assim a solidariedade que mantêm unidos tais membros.” (QUINTANEIRO, 2003, p. 75).

Em sociedades em que impera a solidariedade orgânica, Durkheim separa o campo do Direito em duas vertentes, a saber: o direito público e o direito privado. O primeiro regulamenta a relação do indivíduo com o Estado. O segundo regulamenta a relação dos indivíduos. Mais ainda, há a existência de dois tipos de direitos: o repressivo e o restitutivo. O direito repressivo não é eliminado, mas a sua aplicação é bastante diferente. Diferentemente das sociedades em que prevalecem a solidariedade mecânica, em que a punição é feita diante de um “tribunal social”, no qual os crimes geram uma espécie de punição e rechaço público, nas sociedades em que a divisão do trabalho é majoritária, a punição ocorre por meio de *órgãos mediadores* que possuem autoridade para impingir uma pena. Esses órgãos são o Direito Penal, Civil, Tributário, entre outros. Dessa forma, a condenação é feita de forma que o indivíduo não precise ter sua honra necessariamente exposta. Ao mesmo tempo, existe uma nova modalidade de “pena”. Não é exatamente uma pena, mas funciona no sentido de corrigir um ato que é deficitário para a sociedade. Essa modalidade é o direito restitutivo.

O direito restitutivo é em si mesmo um ato de divisão do trabalho. Como o próprio Durkheim salienta, “enquanto o direito repressivo tende a permanecer difuso na sociedade, o direito restitutivo cria órgãos cada vez mais especiais: tribunais consulares, tribunais trabalhistas, tribunais administrativos de toda sorte”. (DURKHEIM, 1999, p. 87). Pois a autoridade é constituída do pacto social que confere a tais órgãos a prerrogativa de entes morais. Dessa forma, o autor considera também que há um pacto entre indivíduos na sociedade. Mas, quem dá viabilidade e precisão para o cumprimento desses pactos é a sociedade. No presente caso, os órgãos de mediação são assegurados pelo poder social. Com isso, observamos que para Durkheim, existem mecanismos



espontâneos de contrato. A diferença que é observável neste caso é de que esses contratos não são fundamentados por alguma causa predecessora – como o interesse. Ao explicar sobre o conceito de solidariedade real como uma espécie de integração totalmente negativa – aquela que não cria vínculos entre as pessoas, o autor é incisivo em afirmar que

Por conseguinte, como é apenas por intermédio das pessoas que as coisas são integradas na sociedade, a solidariedade que resulta dessa integração é totalmente negativa. Ela não faz com que as vontades se movam em direção a fins comuns, mas apenas que as coisas gravitem com ordem em torno das vontades [...] não há concurso ativo, não há *consenso*. (DURKHEIM, 1999, pp. 91,92, grifo do autor).

Diante do exposto, há no contrato uma viabilidade muito forte. Há intrínseco ao contrato a solidariedade negativa, mas há também a solidariedade positiva – que cria vínculos. Durkheim não vê no contrato – que resulta da divisão do trabalho – uma relação puramente regida pelo interesse comercial. Sobretudo, “o contrato é, por excelência, a expressão jurídica da cooperação.”. (DURKHEIM, 1999, p. 100). E tal cooperação não pode existir onde não há a divisão do trabalho. E tal divisão, longe de dissociar os indivíduos, ela funciona como um sistema de dádiva. De troca recíproca. Nesse ínterim, a divisão social do trabalho que Durkheim observa nas sociedades modernas não é aquela tal qual Tönnies afirma existir apenas relações de *cortesia*. Sobretudo tal divisão é um sistema que cria relações de interdependência. Já que a Modernidade provoca uma certa ruptura de instituições como a religião e a família como provedores de coesão, a divisão do trabalho então é que cumpre o papel de agrupar os indivíduos. (QUINTANEIRO, 2003). Entretanto, levando em conta o quadro de quando a divisão do trabalho não produz solidariedade existe então o nascimento de um estágio de anomia. Um exemplo é o mercado. Quando este começa a se auto-regular o que prevalece é a solidariedade negativa. Logo a sociedade se desintegra. É diante dessa insegurança que aparece a função do Estado na sociologia durkheimiana.

O Estado na perspectiva durkheimiana, diante do risco de fragmentação e a ruptura da ordem, aparece como um forte ente moral que assegura o funcionamento das regras e a produção de solidariedade via divisão do trabalho. “É do equilíbrio surgido do jogo entre Estado e esses grupos – família, corporação, Igreja, distritos territoriais e



outras formas de associação – que nascem as liberdades individuais.”. (QUINTANEIRO, 2003, p. 88). Sendo assim, o Estado possui a prerrogativa de regular os órgãos de mediação para assegurar a ordem social e com isso a liberdade dos indivíduos. Observados esses dados, a conjugação de uma sociedade coesa com um órgão político poderoso (Estado) em plena idiosincrasia com sua base (sociedade), podemos afirmar que o bojo pelo qual Durkheim se debruça é no bojo da nação. E é a partir desse eixo que nasce o pensamento de Marcel Mauss em que este apresenta “A Nação” como o apogeu de organização nas sociedades.

Nação: elemento político *par excellence*

Ponderando as teorias que trabalhamos até aqui, em um lado do pêndulo encontramos Tönnies em sua contradição da sociedade com a comunidade. Mas não da sociedade com o Estado. Aliás, como já afirmamos acima, para o alemão, uma sociedade pode ser compreendida apenas em sua relação com o Estado. De outro lado do pêndulo temos Durkheim e sua afirmação positiva do Estado como o garantidor da coesão inibindo tipos de desordem, desintegração e anomia. Ao mesmo tempo, é o Estado o salvaguarda das liberdades individuais diante da sociedade.

Em que pese a diferença nos caminhos de ambos os autores, uma coisa é unânime em seus trabalhos: a presença do *Estado como ente político*⁴. E conjugado à sociedade. Esse é o ponto central. Pois, podemos enxergar, até mesmo nos trabalhos de Durkheim que em sociedades onde prevalecia a solidariedade mecânica, é possível a presença de um chefe que encarna a imagem da sociedade e representa o grupo. Mas, “o chefe não faz mais do que unir os membros à imagem do grupo que ele próprio representa”. (QUINTANEIRO, 2003, p. 73).

Ao abordar a temática das sociedades, Mauss (2017) efetua uma diferenciação muito cara à sua obra. Consiste nas sociedades polissegmentares – dando vazão a um

⁴ É interessante notar que ambos os autores demonstram no decorrer de suas obras forte influência de Adam Smith. Não obstante da diferença no itinerário seguido por Tönnies e Durkheim, a referência velada ao escocês é notória. Tönnies ao abordar sobre a formação do comércio na sociedade cita Adam Smith. Durkheim ao narrar sobre a divisão do trabalho parte da mesma fonte. A conclusão que pode-se inferir ao aproximar o debate de ambos autores é que o Estado e sua *mão invisível* torna-se indispensável na compreensão do argumento.



termo trabalhado por Durkheim – e as sociedades integradas. As sociedades *polissegmentares*, fundadas em clãs, possuem a organização extrínseca do poder, ou seja, “sobrepосто, não raro por meio da violência quando monárquico, instável e temporário quando democrático, e reservado às assembleias do povo ou, simplesmente dos antigos.”. (MAUSS, 2017, p. 290). Já nas sociedades nacionais “*o poder central é estável, permanente, há um sistema legislativo e administrativo; a noção dos direitos e deveres do cidadão e dos direitos e deveres da pátria se opõem e se complementam.*”. (MAUSS, 2017, p. 290, grifos do autor).

Mauss, entretanto, não aplica o termo “nacional” para todas as sociedades integradas. Observando o Egito, as tribos gregas, e até mesmo algumas sociedades ameríndias, o autor observa um nível de integração. Utilizando uma terminologia aristotélica, o autor classifica as sociedades em seu nível de integração da seguinte forma: povos (*ethné*) e cidades (*poleis*), estas últimas que nós chamamos de nações.

Para asseverar tal argumento, Mauss (2017) traz o exemplo da cidade de Babilônia, que de acordo com Aristóteles, mesmo depois de três dias, ela ainda não havia se dado conta de que havia sido tomada por um poder estrangeiro. Dessa forma, Babilônia é classificada como *ethné*, pelo fato de que sua organização política encontrava-se demasiado frágil e com poucos traços de consciência de si mesma. Em tais sociedades “[...] não existem, por assim dizer, leis políticas; as leis são sobretudo costumes, de direito quer civil, quer penal, pouquíssimo direito público, sendo este quase totalmente religioso, ou simplesmente especificam os direitos e deveres do rei e das castas ou classes superiores.”. (MAUSS, 2017, p. 68). Conquanto, o que o autor argumenta é que nessas sociedades, há uma prevalência maior dos poderes locais e não há uma delimitação territorial específica. Neste sentido, e continuando sua classificação, Mauss observa que também que o Rei da França em seu Castelo do Louvre ou o Czar no Kremlin não são sociedades integradas em um nível de nação. Principalmente por haver a diferenciação entre quem é soberano e quem é cidadão.

Em contrapartida, Mauss (2007) compreende uma sociedade que merece receber o nome de nação é aquela em que o poder central tem origem democrática. Tais como de início as gregas e posteriormente as latinas. Inclinando sua análise para o Oeste europeu, o autor afirma que tal região é o império das nações pelo fato de tal região ser



herdeira do Direito romano e trabalharem em suas instituições a noção de cidadania. Outro locus de visão que Mauss traz à argumentação é da emancipação das colônias latino-americanas. Em que “esses Estados⁵ tendem, todos, desde a origem, por sua *forma democrática e por sua base de direito público*, para a organização nacional [...]”. (MAUSS, 2017, p. 73, grifo meu). Nesse sentido, percebemos que para o autor, os níveis em que se pode classificar uma sociedade como nacional é observada pelos graus de democracia em que essas sociedades operam.

Noções como esfera pública e cidadania são extremamente caras ao autor. Ao falar em nação, Mauss está operando, sobretudo, com o conceito de *sociedade*. Principalmente o conceito durkheimiano de sociedade. Logo, quando o autor teoriza sobre a nação ele está trabalhando com as duas chaves principais do método sociológico: o indivíduo e a coletividade. A “nação” também é compreendida dentro desse léxico conceitual: o indivíduo-cidadão e coletividade-pátria. “A noção de cidadão simboliza a totalidade dos direitos (civis e políticos, evidentemente) que tem o membro dessa nação em correlação com os deveres que nela deve cumprir.”. (MAUSS, 2017, p. 79). Nessa verve, o autor então assinala, por exemplo, que Roma foi a terra do patriotismo, pois, foi aquela quem fundou antes de tudo uma ideia de cidadão.

Tendo em vista o exposto, a nação Moderna, é composta por indivíduos. Indivíduos esses que o recebem essa terminologia pelo fato de a sociedade não ser mais polissegmentar. O que reina nas nações é a solidariedade orgânica advinda da divisão do trabalho. Mauss (2007) termina o trabalho que Durkheim – seu tio de sangue seu e “pai ideológico” – iniciara. Ele vê na solidariedade orgânica, na diferenciação entre os indivíduos, não uma teoria da alienação. Mas uma teoria da democracia!

À guisa de conclusão:

Juntando as peças, retomamos ao fio inicial daquilo que originou esse trabalho. Por que os jogadores da Copa do Mundo tornaram-se cenário das manchetes de jornal?

⁵ Mauss utiliza a terminologia “Estados” também para designar “Nação”. Em sua redação podemos compreender pelo contexto quando este se refere ao “Estado” como instituição; e quando está querendo afirmar o “Estado” integrado, tal qual a “Nação”.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Esse trabalho não responde essa questão. Ele inspira alguns mecanismos de entendimento. Em certa medida, tais jogadores são fruto das transformações sociais ocorridas. A nação e a nacionalidade hoje são veículos de compreensão dos indivíduos. É inegável esse fato. A nacionalidade e a nação são variáveis de classificação do indivíduo no mundo Moderno. Não estou afirmando que os jogadores são existentes no mundo apenas pelo parâmetro da nacionalidade. Mas que esse dado é acionado de momentos em momentos, como na Copa.

A reflexão empreendida neste artigo buscou compreender à luz das obras trazidas à baila a formação da nação Moderna. Para isso, buscamos nas raízes da *Gemeinschaft* um ponto inicial de nossa análise, no intuito de fazer uma comparação. E avaliar quais as transformações. A *Gesellschaft* que Tönnies nos apresenta é a arena da diferenciação entre os indivíduos. Da queda do “paraíso perdido” de uma comunidade eficaz em produzir a plenitude das relações entre humanos. Entretanto, Durkheim, um tanto quanto mais otimista em relação às transformações, aborda-as como uma nova alternativa de sociabilidade. Podemos observar que Durkheim inverte os termos de Tönnies. Mas em uma coisa eles concordam: a presença de um Estado politizado.

Seguindo o legado durkheimiano, Mauss encaixa sua teoria da nação Moderna no meandro de uma sociedade individualizada e diante de uma iminente necessidade de organização. Nessa esteira, Mauss concebe a individuação operacionalizada pelas sociedades modernas como um processo necessário. No fundo, o grande desejo de Mauss é considerar que há imanente no universo uma lei geral que irá convergir para um horizonte democrático. A nação é o embalo que pode guiar, de um lado uma concepção de cidadania perante uma coletividade.

A nação trabalhada como democracia, para o autor, era a aposta para superar um mundo dividido por guerras nacionalistas – estas últimas compreendidas como uma anomia do processo justamente por não ser a democracia o horizonte. E sim o imperialismo. O que Mauss condena nas entrelinhas de sua obra é um capitalismo irrefreado que incinera uma gama de dádivas. Em síntese, o que o autor defende embebido do axioma rousseauneano é que quando as nações estiverem no mesmo nível de poder e de defesa de seu território, aí então haverá paz.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDOUS, Joan. "An Exchange between Durkheim and Tönnies on the Nature of Social Relations, with an Introduction by Joan Aldous.". In: **American Journal of Sociology**, 77:6, 1191-1200. Chicago: University of Chicago, 1972.

CAHMANN, Werner J. "Tönnies e a Teoria das Mudanças Sociais: Uma reconstrução.". In: MIRANDA, Orlando. (Org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Da divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANNHEIN, Karl. "Ferdinand Tönnies.". In: **The Sociological Review**. Vol a28, Issue 2, pp. 313-330. Julho, 1936.

MAUSS, Marcel. **A Nação**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

MIRANDA, Orlando. "A Armadilha do Objeto – O Ponto de Partida de Ferdinand Tönnies.". In: MIRANDA, Orlando. (Org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

QUINTANEIRO, Tania. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SCHLUCHTER, Wolfgang. "Ferdinand Tönnies: comunidad y sociedad.". **Signos Filosóficos**. 2011, vol.13, n.26, pp.43-62. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/signosf/v13n26/v13n26a3.pdf> >

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Civil Society**. Cambridge University Press: United Kingdom, 2001.

_____. **Comunidad y Sociedad**. Editorial Losada: Buenos Aires, 1947.